PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Curso de Pós-Graduação em História

Plantando Ramas de Acácia: a maçonaria gaúcha na segunda metade do século XIX

Eliane Lucia Colussi

Tese apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, como requisito parcial e final para obtenção de grau de Doutor em História na área de concentração em História do Brasil.

Orientador: Prof. Dr. Braz Augusto Aquino Brancato

Porto Alegre, junho de 1998

À família que nasceu com este trabalho,
Astor e Antônio

AGRADECIMENTOS

Na difícil tarefa que resultou a elaboração desta tese, devemos agradecimentos a todos aqueles que, direta ou indiretamente, contribuíram e que merecem especial gratidão:

.à Universidade de Passo Fundo (UPF), pela competente e incentivadora política de capacitação do seu corpo docente;

.à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e ao Programa Institucional de Capacitação Docente e Técnico (PICDT), pelo subsídio financeiro que viabilizou a realização do curso.

.ao curso de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), pela oportunidade de integrar seu corpo discente;

.a Jaqueline Pedroso, pelo auxílio na parte técnica de digitação e Maria Emilse Lucatelli pela competente revisão de linguagem;

.a Márcia e Maria Elizabeth, pela disponibilidade e contribuição na coleta de muitas informações;

.aos colegas e amigos do Departamento de Estudos Sociais, especialmente ao professor Fernando da Silva Camargo, pela amizade e permanente incentivo.

Um agradecimento muito especial à amiga Ana Luiza Setti Reckziegel, pelo companheirismo e disponibilidade nas muitas conversas sobre este trabalho e sobre nossas vidas.

Ao professor Astor Antônio Diehl que, de forma permanente, foi consultado e colaborou em muitos momentos difíceis de construção desta tese.

Devo agradecer especialmente ao professor Braz Augusto Aquino Brancato, pelo incentivo quando da escolha da temática, pela orientação competente e segura em todos os passos deste trabalho e pela sua confiança na minha capacidade para desenvolver esta tese.

RESUMO

A maçonaria, instituição de caráter internacional e com objetivos filantrópicos e humanísticos, foi participante, direta ou indiretamente, nos grandes movimentos políticos e culturais dos séculos XVIII e XIX em diversas partes do mundo. No Rio Grande do Sul, sua instalação se deu na década de 1830, mas foi na segunda metade do mesmo século que a instituição se consolidou e se expandiu. A sua influência nesta parte do Brasil se vinculou especialmente ao campo dos posicionamentos liberais e cientificistas dos quais foi uma das receptadoras e divulgadoras. Esses correspondiam também à adesão da maçonaria gaúcha à vertente conhecida como *latina* e que foi hegemônica no restante do Brasil do século XIX. Assim, os posicionamentos abertamente políticos e anticlericais desenharam em muito a presença maçônica na vida social gaúcha, de tal modo que, mesmo que de forma genérica e muitas vezes superficial, os homens ilustrados adeptos da maçonaria combateram o clericalismo na sua versão ultramontana e, principalmente, os jesuítas, considerados os grandes inimigos do progresso e das luzes. Enfim, na segunda metade do século XIX, os *pedreiros-livres* gaúchos, integrantes da elite regional, participaram ativamente da vida política, social e cultural quando da defesa da laicização da sociedade brasileira, principalmente na luta pela separação Estado e Igreja, confirmada em 1889.

ABSTRACT

The Masonry is an international institution with philanthropic and humanistic objectives. It participated, directly or indirectly, in the greatest political and cultural movements in the 18th and 19th centuries at different parts of the world. Its establishment happened in the state of Rio Grande do Sul - Brazil, in the 1830's. However, it was only in the second half of the same century that the institution has consolidated and expanded itself. The influence of the Masonry in that part of Brazil was specially linked to te cintificist and liberal fields, issues which were received and divulged by the Masonry. Those positions also corresponded to the adding to the *Gaúcha* Masonry (gaúcho/a is a word that indicates people or something else from Rio Grande do Sul - a state in the south of Brazil, near Argentina) to the masonic party known as *Latin*, the party which had hegemony in the rest of Brazil in the 19th century. It was therefore, the cleary political and anticlerical positions marked the masonic presence in the *Gaúcha* social life. Even if in a generic and sometimes superficial way, the ilustrated, masonic men fought the clergy in its *ultramontana* version (papal politics in the second half of the 19th century). They mainly fought the Jesuits, who were considered the major enemies of the progress and the enlightnment. In short, in the second halg of the 19th century, the *gaúcho* free-masons, who were members of the regional elite, had actively partipated in the political, social and cultural life, during the defense of the laicization of the Brazilian society. That happened, especially in the fight for the separation of state and church which was confirmed in 1889.

ABREVIATURAS

AHRGS: Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul

GOB: Grande Oriente do Brasil

GOBend.: Grande Oriente dos Beneditinos

GOL: Grande Oriente do Lavradio

GOP: Grande Oriente do Passeio

GORGS: Grande Oriente do Rio Grande do Sul

GOU: Grande Oriente Unido

IHGB: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

IHGRGS: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul

PC: Partido Conservador

PL: Partido Liberal

PLP: Partido Liberal Progressista

PRR: Partido Republicano Rio-Grandense

ABREVIATURAS MAÇÔNICAS

Aug.·.: Augusta
Ausp.·.: Auspícios
Cl.·. ou Cir.·.: Círculo
Cons.·.: Conselho
Const.·.: Constituição
E.·. V.·.: Era Vulgar
Gr.·.:Grande
Gr.·. Mest.·.: Grão-Mestre
Gr.·. Or.·.: Grande Oriente
GGr.·. OOr.·.: Grandes Orientes
Gr.·. Tes.·.: Grande Tesoureiro
Ir.·.: Irmão
IIr.·.: Irmãos
Kad.·.: Kadosch
L.·.: Luz
LL.·.: Luzes
Loj.·.: Loja
Maç.·.: Maçonaria
MMaç.·.: Maçons
OOff.·.: Oficinas
Or.·.: Oriente
Ord.·.: Ordem
Pod.·. Gr.·. Mest.·.: Poderoso Grão-Mestre
PPot.·.: Potências
PPran.·.: Pranchas
R.·. L.·.: Real Luz
Sap.·.: Sapientíssimo
Sob.·.: Soberano
Subl.·.: Sublime
Sup.·. Cons.·.: Supremo Conselho
1 º Vig.·.: Primeiro Vigilante
Val.·.: Vale
V.·. L.·.: Verdadeira Luz

SUMÁRIO DE CARTOGRAMAS E QUADROS

Cartografia 1: Lojas em funcionamento na província em 1857 / 193
Cartograma 2: Lojas em funcionamento da província em 1861 / 198
Cartograma 3: Lojas em funcionamento na província em 1875 por poder central/204
Cartograma 4: Lojas em funcionamento no estado em 1898 por poder central/234
Quadro 1: Distribuição de lojas maçônicas no Brasil no ano de 1873 / 200
Quadro 2: Fundação de lojas maçônicas no Rio Grande do Sul de 1872 a 1882/201
Quadro 3: Dirigentes maçons e parlamentares da Assembléia Provincial / 209
Quadro 4: Distribuição setorial dos dirigentes maçons na segunda metade do século XIX/258
Quadro 5: Estatística maçônica brasileira sobre a composição social dos seus filiados / 263
Quadro 6: A participação dos dirigentes maçons enquanto políticos / 283
Quadro 7: A formação escolar de maçons gaúchos / 301
Quadro 8: Ocupações intelectuais e/ou culturais dos dirigentes maçons / 304
Quadro 9: Dirigentes maçons/ jornalistas/ órgãos de imprensa / 309
Quadro 10: Arrecadação de donativos e esmolas pela loja Honra e Humanidade de Pelotas / 390

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS / 3
RESUMO / 4
ABSTRACT / 5
ABREVIATURAS / 6
ABREVIATURAS MAÇÔNICAS / 7
SUMÁRIO DE CARTOGRAMAS E QUADROS / 8
INTRODUÇÃO / 11

I. AS *LUZES* ILUMINAM O BRASIL: A MAÇONARIA BRASILEIRA NO SÉCULO XIX / 37
1. Considerações iniciais / 38
2. A maçonaria sob a ótica das fontes e da historiografia / 40
2.1. A maçonaria sob a perspectiva dos historiadores descomprometidos/41
2.2. A maçonaria sob a perspectiva dos historiadores comprometidos/55
3. Maçonaria e história: das primeiras lojas ao movimento federalista maçônico / 67
3.1. A colônia se prepara para a emancipação e a maçonaria encontra seu espaço primitivo / 68
3.2. Maçonaria brasileira como agremiação política da independência / 76
3.3. Maçonaria brasileira: em busca de um perfil nacional / 97
3.4. Da cisão de 1863 ao movimento federalista maçônico / 109
3.5. A presença maçônica no Brasil e o anticledsricalismo / 126

II. AS *LUZES* EM TERRAS GAÚCHAS: HISTORIOGRAFIA E HISTÓRIA/144
1. Aspectos iniciais /145
2. A maçonaria gaúcha sob a ótica da historiografia e das fontes / 148
2.1. O espaço da maçonaria na historiografia descomprometida / 148
2.2. O espaço da maçonaria na historiografia comprometida / 165
3. Maçonaria gaúcha e história: das primeiras *ramas de acácia* à consolidação do Grande Oriente do Rio Grande do Sul / 169
3.1. Maçonaria, sociedades secretas e Revolução Farroupilha / 174
3.2. A pacificação do Rio Grande e a afirmação da maçonaria / 184
3.3. As *ramas de acácia* se espalham pelo Rio Grande / 194
3.4. O federalismo maçônico e o Grande Oriente do Rio Grande do Sul /219

III. QUEM ERAM E ONDE ATUAVAM OS *FILHOS DA VIÚVA* DO RIO GRANDE DO SUL / 247
1. Questionamentos iniciais / 246
2. Origem econômico-social e participação política dos pedreiros-livres gaúchos / 256
2.1. O enfoque da perspectiva econômica / 256

2.2. Os maçons e a política / 278
2.2.1. Os políticos locais / 284
2.2.2. Os políticos regionais / 287
2.2.3. Os políticos nacionais / 293
3. Os maçons e sua escolaridade: ocupações intelectuais e culturais / 299
3.1. A imprensa e o jornalismo como ocupações preferenciais dos pedreiros-livres gaúchos / 307
3.2. A literatura e Parthenon Litterario: marco da inteligência gaúcha e centro intelectual da maçonaria / 321

IV. AS RELAÇÕES ENTRE MAÇONARIA E IGREJA CATÓLICA NO RIO GRANDE DO SUL NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX / 334
1. Considerações iniciais / 335
2. A Igreja Católica no território gaúcho no século XIX / 340
2.1. A presença do clero católico nas oficinas maçônicas / 352
2.2. D. Sebastião Dias Laranjeira e as repercussões da questão religiosa no Rio Grande do Sul / 357
2.3. As penalidades católicas dirigidas aos maçons: excomunhões e negação de sepultamento / 368
2.4. A gestão de d. Cláudio José Gonçalves Ponce de Leão no contexto do final do século XIX / 373
3. A quem pertence a filantropia?: os pedreiros-livres cumprem seu objetivo/385
3.1. A filantropia maçônica externa /386
3.2. A solidariedade interna maçônica: o auxílio mútuo protegendo os pedreiros-livres / 394
3.3. As mulheres como elo maçônico das ações filantrópicas /398
4. A maçonaria e a defesa do ensino laico: as escolas maçônicas /404

CONSIDERAÇÕES FINAIS / 421

LOCAIS DE PESQUISA, FONTES E BIBLIOGRAFIA / 438

1. Locais de pesquisa / 438
2. Fontes /438
2.1. Imprensa maçônica / 438
2.2. Imprensa católica / 439
2.3. Constituições e regulamentos / 439
2.4. Discursos e conferências / 439
2.5. Outras fontes / 440

3. Bibliografia / 441
3.1. Bibiliografia específica / 441
3.2. Bibliografia complementar / 455

ANEXOS / 460
1. Quadro de dirigentes maçons no Rio Grande do Sul / 461

2. Quadro de filiados em lojas maçônicas gaúchas / 485

INTRODUÇÃO

O tema deste trabalho refere-se à presença da maçonaria no Rio Grande do Sul, especialmente na segunda metade do século XIX, e à sua provável influência na formação de um tipo particular de *cultura política*[1]. Referimo-nos à influência maçônica na construção e defesa do pensamento *liberal*[2] e *cientificista*[3] no Rio Grande em contraposição ao pensamento *católico-conservador*. Para tanto, identificamos a maçonaria gaúcha não necessariamente como o conjunto dos membros pertencentes à instituição, ou seja, mapeamos seus dirigentes-intelectuais como *um* dos grupos da elite intelectual gaúcha, claramente definido e com posicionamentos laicizantes e anticlericais.

Como objeto específico de análise, a maçonaria é um dos temas ainda ausentes na historiografia acadêmica em geral. As referências sobre a presença maçônica são, na maioria das vezes, genéricas, fragmentadas, dispersas e

[1]Cf. Giacomo SANI, *cultura política* é o conjunto de atitudes, normas e crenças, mais ou menos largamente partilhadas pelos membros de uma determinada unidade social e tendo como objeto fenômenos políticos. In*:* BOBBIO, Norberto, MATTEUCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política.* Brasília: Editora da UnB, 1986. p.306.

[2] O conceito de *pensamento liberal* utilizado neste trabalho leva em conta a complexidade de um fenômeno histórico, político e ideológico com várias possibilidades de definição. Conforme MATTEUCCI, Nicola. In: *Dicionário de política*. Op. cit. p. 686-687, entre as ordens de motivos que dificultam uma única definição para *liberalismo* se encontra: "tal termo pode, conforme o caso indicar um partido ou um movimento político, uma ideologia política ou uma metapolítica (ou uma ética), uma estrutura institucional específica ou a reflexão política por ela estimulada para promover uma ordem política melhor, justamente a ordem liberal". Entendemos *pensamento liberal* de forma bastante genérica, enquanto um conjunto de idéias políticas norteadas por princípios de liberdade individual, de supremacia da razão e da democracia em contraposição ao absolutismo. Em termos religiosos, sustenta a liberdade individual de crença.

[3] Por *cientificismo* entendemos uma tendência de pensamento do século XIX, identificada a partir da crença de que a ciência é capaz de "resolver todos os problemas de valor e de implementação de valores na vida humana; prever e controlar até certo ponto o comportamento humano baseando-se na observação empírica". KOLB, William L. In: *Dicionário de ciências sociais*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1986. p. 186. Ver também WEHLING, Arno. *A invenção da história: estudos sobre o historicismo*. Rio de Janeiro/Niterói: Editoria Central da Universidade Gama Filho/Editora da Universidade Federal Fluminense, 1994, principalmente as páginas 41-49.

unilaterais. Mesmo assim, o tema tem suscitado um grande número de obras, caracterizadas pela polêmica, "onde parecem equilibrar-se obras de exaltação e de reprovação"[4]. A maçonaria é uma instituição internacional com quase três séculos de história e que foi participante direta e indireta dos principais acontecimentos políticos, sociais e culturais sobretudo nos séculos XVIII e XIX. O seu caráter sigiloso, o mito em torno do seu segredo, a obscuridade de seus propósitos e a relação polêmica e conflituosa com a Igreja Católica foram garantindo à instituição muitas referências, inclusive reveladoras da forte presença de um imaginário de obscuridade para o público em geral.

Para efeito deste estudo e de tudo aquilo que o cerca, constatamos que nem sempre as convicções ou intenções iniciais do historiador se confirmam no transcorrer do trabalho de pesquisa documental e bibliográfica e, mesmo, na interpretação das informações. Essa situação torna-se mais grave quando a temática escolhida apresenta-se por demais complexa - complexa no sentido de ser um objeto de pesquisa ainda estranho aos historiadores brasileiros, isto é, ainda não reconstituído. Acrescente-se a isso o fato de ser um tema muito presente no imaginário social por estar permeado de mitos, indefinições e polêmicas. No nosso caso, optamos por esse objeto de pesquisa mesmo antes de sabermos exatamente onde pretendíamos chegar; dito de outra forma, não sabíamos, de início, *o que* queríamos saber. Mais ainda, as leituras preliminares não davam conta de nenhuma certeza quanto à definição e problematização do tema, tampouco sobre o tempo histórico a que deveria estar delimitada a pesquisa.

Num primeiro momento, essa situação suscitou dúvidas em relação à verdadeira importância que um trabalho desse tipo poderia representar. Por exemplo: se, no Brasil, e especialmente no Rio Grande do Sul, a maçonaria permaneceu no anonimato, sendo referida em raras ocasiões pela historiografia disponível, talvez ela não merecesse, de fato, estudos específicos. Chegou-se a cogitar também que pudesse ter ocorrido o contrário das experiências estudadas em alguns países europeus, ou seja, ela teria sido apenas uma instituição que

[4] TOURRET, Fernand. *Chaves da franco-maçonaria*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975. p. 7.

estivera presente em determinado momento e que sobrevivera através do *mito da obscuridade*, construído por ela mesma e por seus inimigos. Ainda, concretamente, a sua inserção na realidade histórica gaúcha poderia ter-se resumido ao fato de suas lojas ou oficinas serem um espaço de convivência social e de lazer no século XIX, sem qualquer significação maior além dessa.

Por outro lado, a sua presença e significado histórico poderiam simplesmente não ter sido contemplados pela historiografia, o que significaria, então, que a temática não se manteve anônima, mas, sim, inédita. Assim, confirmar-se-ia a máxima de que quem confere sentido e significância histórica a determinados acontecimentos, conjunturas processos ou instituições é o historiador. Os historiadores acadêmicos e não acadêmicos, tanto nacionais quanto gaúchos, poderiam não ter se interessado pelo tema em razão das dificuldades de acesso às fontes documentais maçônicas. Aliás, essa hipótese mostra-se consistente se considerarmos que o tão divulgado caráter *fechado* ou *secreto* da maçonaria pode ter inibido muitos profissionais a qualquer iniciativa.

Outro aspecto desanimador poderia ser a própria produção historiográfica maçônica e antimaçônica disponível. Se, por um lado, a temática permanece inédita para a historiografia tradicional e acadêmica, por outro, ela tem sido trabalhada em larga escala por historiadores da maçonaria e por inimigos dela. Existe, na verdade, uma grande variedade de obras, traduzidas ou produzidas no Brasil e no Rio Grande do Sul, sobre o que é maçonaria, seus rituais, símbolos, administração, organização jurídica, relação com a Igreja Católica, etc. Nessas, estão incluídas também muitas obras de história da maçonaria em nível internacional e de Brasil. Por que razão, então, tal produção historiográfica seria desanimadora para um historiador descomprometido com a ordem?

Acreditamos que o caráter apologético, quase sempre demasiadamente parcial, sem crítica histórica e de natureza polêmica, da maioria dessas obras possa ser apontado como uma justificativa. A polêmica presente nelas não desmerece, contudo, um conjunto de obras sobre a história da maçonaria que fogem em muito desse padrão. É que foram exatamente esses livros - trabalhados

no primeiro capítulo do estudo - fundamentais na opção por desenvolvermos este objeto de pesquisa. Novamente, o caráter em grande parte inédito da temática poderia apresentar um outro perigo, ou seja, o de invertermos a situação: ao invés de nos debruçarmos sobre alguns aspectos da maçonaria no Rio Grande do Sul, conferindo-lhe o máximo de profundidade, desenvolvermos uma visão quase panorâmica da sua história nesse espaço.

A respeito, as fontes existentes e disponíveis, principalmente a documentação de origem maçônica, nos convenceram que se poderia conhecer sobre a presença da maçonaria no estado muito mais do que o aparente ineditismo demonstrava. Portanto, a par do risco de este trabalho se tornar generalista demais, optamos por valorizar, do ponto de vista heurístico e de crítica, as potencialidades das fontes documentais primárias e a sua riqueza de informações. A valorização das fontes foi uma opção também em razão de revelarem, com uma coerência estrutural de conjunto, os passos, os conflitos, as contradições e a expansão da maçonaria no Rio Grande do Sul do século XIX. Com isso, pensou-se, a visão um tanto panorâmica do trabalho abriria à comunidade de historiadores um leque de possibilidades para futuras pesquisas.

Assim, do ponto de vista metodológico, optamos por desenvolver o tema com base em uma visão o mais documentável possível, apresentando uma série de conhecimentos necessários para que se possa entender a presença da maçonaria no Brasil e no Rio Grande do Sul no período delimitado. A matriz principal para a análise é a político-cultural-religiosa, isto é, a relação principal que estabelecemos, a partir da leitura e crítica documental, é a que se desenvolveu entre maçonaria e Igreja Católica através do confronto das correntes de pensamento *liberal* e *cientificista* contra o *católico-conservador*. Como protagonistas desse confronto, os intelectuais maçons - uma parcela significativa da *inteligência* gaúcha - deram as diretrizes ao processo de laicização da sociedade gaúcha.

O passo inicial deste estudo consistiu na análise de fontes bibliográficas sobre o tema. Nesse processo, o critério que nos direcionou para a seleção/separação das fontes foi procurar saber o que já havia sido escrito sobre a

maçonaria, quem o escrevera e com quais objetivos. Nesse sentido, observamos e cartografamos três conjuntos historiográficos: o primeiro, composto de obras com conteúdos de uso interno da ordem[5]; o segundo, constituído de obras relacionadas com a história da maçonaria, escritas por historiadores descomprometidos ideologicamente com a instituição, e o terceiro grupo, aquele que reúne historiadores preocupados com a história da maçonaria em razão de um comprometimento ou engajamento ideológico favorável ou contrário à instituição.

Em relação ao primeiro conjunto de obras, as de uso e caráter interno da maçonaria, detivemo-nos nelas somente com a finalidade de compreensão dos parâmetros administrativo-organizacionais internos da instituição, ou seja, não as observamos com preocupação de fazer sua crítica ou análise. Elas aparecem no transcorrer do trabalho apenas como fontes de informação e esclarecimento para situações relacionadas ao vocabulário maçônico, aos rituais, à simbologia e à organização interna da instituição[6]. Na verdade, foi por meio da produção historiográfica dos dois grupos cartografados em seqüência que nos introduzimos verdadeiramente na temática.

A história da maçonaria, mesmo que, no Brasil, ainda não esteja contemplada nos estudos acadêmicos, vem sendo escrita desde os seus primeiros tempos por historiadores *descomprometidos* ou *comprometidos* com a ordem. Entre os primeiros, identificamos e definimos os *acadêmicos* e os *não*

[5] Em conteúdo interno da ordem, foram incluídas obras direcionadas aos próprios maçons, que versam sobre administração, direito, doutrina, esoterismo, ética e moral, filosofia, simbolismo e ritualismo maçônico: também obras que explicitam a relação maçonaria e religiosidade, principalmente as que tentam explicar a relação com a Igreja Católica.

[6] Do ponto de vista quantitativo, é esse conjunto de obras mais significativo numericamente e mais facilmente localizável em livrarias e bibliotecas. As publicações são constituídas tanto de traduções de autores maçons consagrados internacionalmente quanto de maçons brasileiros. Para o nosso trabalho, foram utilizados principalmente os seguintes autores, além dos constantes na bibliografia complementar: ARAÚJO, Waldir Jacinto de. *Manual de administração de loja*. Rio de Janeiro: Essinger, 1987; ASLAN, Nicola. *Estudos maçônicos sobre simbolismo.* Rio de Janeiro: Aurora, 1980; ASLAN, Nicola. *Grande dicionário enciclopédico de maçonaria e simbologia*. v. 4. Rio de Janeiro: Arte Nova, 1975; BRANDÃO, Dante Domingues. *Ensaio de filosofia maçônica*. Porto Alegre: Infinito, 1975; CAMINO, Rizzardo da. *Reflexões de um aprendiz*. Londrina: A Trolha, 1992; CARVALHO, Francisco Assis. *Cargos em loja*. Londrina: A Trolha, 1982; CASTELLANI, José. *Curso básico de liturgia e ritualística.* Londrina: A Trolha, 1991; CASTELLANI, José. *Dicionário de termos maçônicos.* Londrina: A Trolha, 1989; CASTRO, Boanerges Barbosa. *O simbolismo dos números na maçonaria*. Rio de Janeiro: Aurora, 1977; NOGUEIRA FILHO, Samuel. *Maçonaria, religião e simbolismo*. São Paulo: Traço, 1984; PINTO, Valdemiro Liberato. *Teoria e prática da regularidade maçônica*. Rio de Janeiro: Cátedra, 1984;

acadêmicos, denominando-os aqui também como *tradicionais*. No grupo dos acadêmicos, as principais referências se localizaram em obras de história da maçonaria produzidas a partir da década de 1970 em alguns países europeus[7]. Longe de repetir os vícios de um tipo de historiografia apologética ou de combate à ordem, esses autores têm procurado observar e analisar a maçonaria sob novas óticas. Significativo, nesse sentido, para demonstrar os rumos dos novos estudos sobre o tema, é o direcionamento que lhe é dado por Molleda, que afirma:

> *esta perspectiva de inserción e imbricación de la Orden en la dinámica conflictiva de la sociedad de su tiempo, que pone en contraste el plano ideal de la Instituición* e*sta con el plano real de su incardinación en lo histórico, ha sido frecuentemente olvidada. No obstante, parecía evidente que sólo un planteamiento metodológico orientado a establecer la interrelación de la Orden con las estructuras materiales y mentales de su medio podía permitir una reflexión teórica explicativa de su función en la sociedad española* [8].

Ainda sobre isso, contamos com outra justificativa importante:

> *el tema de la Masonería se puede enfocar de muy diversas maneras, pero todas ellas es emprescindible conocer a fondo su historia. La polémica y demagogia en pro y en contra son muy fáciles, pues no faltan elementos que la abonen en ambos sentidos. Ahora bien, sin una sana crítica histórica que de perspectiva al problema es mui fácil caer en la apología más ridícula o en la más injusta denigración*[9].

SANTOS, Sebastião Dodel dos. *Dicionário ilustrado de maçonaria.* Rio de Janeiro: Essinger, 1984; SENNA, Vanildo de. *Fundamentos jurídicos da maçonaria especulativa*. Rio de Janeiro: Maçônica, 1981.

[7] Entre essas obras, destacamos as produzidas em Portugal, Espanha e França, em razão da proximidade e semelhança com a história da maçonaria brasileira. As obras são as seguintes: DIAS, Graça e J. S. da. *Os primórdios da maçonaria em Portugal.* v. 2. Lisboa: Imprensa de Coimbra, 1980; FERRER BENIMELI, José Antônio. *La masonería actual*. Sardanyola/Barcelona: Editorial AHR, 1977 e *Masonería, Iglesia e ilustración: un conflicto ideologico-politico-religioso.* Madrid: Fundacion Universitaria Espanõla, 1977. (4. v.); MARQUES, A. H. de Oliveira. *A maçonaria portuguesa e o Estado Novo.* Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1983; MOLLEDA, Maria Dolores Gómez. *La masonería en la crisis espanõla del siglo XX.* Madrid: Taurus Ediciones, 1986; NAUDON, Paul. *La franc-maçonnerie.* Paris: P.V.F., 1963; ZAVALA, Iris M. *Masones, comuneros y carbonarios*. Madrid: Siglo XXI Espanã Editores, 1971.

[8] MOLLEDA, Maria Dolores Gómez. Op. cit. p. 8.

[9] FERRER BENIMELI, Jose Antonio. *La masonería actual.* Op. cit. p. 22

Os estudos sobre maçonaria no mundo, principalmente na Europa, vêm sendo redimencionados sobretudo nas últimas décadas. Novas perspectivas teórico-metodológicas possibilitam entender e explicar a sua historicidade, levando em conta a instituição como particular e autônoma, ao mesmo tempo atuando e recebendo influências das realidades históricas em que esteve inserida, construindo um conjunto de conhecimentos próprios e em muito partilhados pela sociedade. Além disso, a maçonaria possuiu organização, linguagem e símbolos próprios nem sempre compreendidos de forma correta, gerando, por isso mesmo, uma versão historiográfica em muito mitológica.

No caso brasileiro, a presença da maçonaria na historiografia *acadêmica* é quase inexistente enquanto objeto específico de pesquisa. A exceção de inúmeras e rápidas referências, sobretudo em dois momentos específicos da história política brasileira, a independência e a *questão religiosa* de 1872-1875, a maçonaria permanece anônima. Assim, no Brasil, a maçonaria mantém-se ainda muito nebulosa e obscura[10] em razão da própria marginalização a que a historiografia acadêmica a relegou, o que permitiu que a visão bipolarizada - oriunda, de um lado, da história escrita pelos próprios maçons e, de outro, dos seus inimigos, quase sempre católicos - se tornasse predominante. A título de exemplo, citamos a obra de João José Reis[11], que trata da revolta popular conhecida como *Cemiterada*, ocorrida na Bahia em 1836 e motivada pela aprovação de uma lei que alterava as práticas relativas aos sepultamentos. Nessa obra, aparece o seguinte:

---

[10] Cf. FERRER BENIMELI, Jose Antonio. *La masonería actual*. Idem. p. 72: "en primer lugar, no cabe duda que todo lo relacionado con las sociedades secretas y con la masonería en particular ha sido siempre para el gran público algo nebuloso. El siglo pasado fue la época del ocultismo. Asociaciones secretas de todos los matices actuaron en la sociedad con fines muy diversos, aunque a veces se unían para una causa común (...). O que se confundiera a los masones con los carbonarios, o simplemente que el término sociedade secreta fuera sinónimo de impiedade, complot o ataque a la Iglesia y a los gobiernos legítimos".

[11] REIS, João José. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX.* São Paulo: Companhia das Letras, 1991. p. 15-16.

> *Assim não foi somente* o povo *que deu início à violência na praça, mas gente organizada em irmandades. Enquanto apedrejavam, "davam vivas às Irmandades e morras aos Pedreiros livres, e de repente apareceu um* morra *ao Cemitério!". De novo a imagem fúnebre a animar uma luta religiosa revelada ainda na agressão verbal aos maçons, que em suas sociedades secretas pareciam ameaçar as associações comprometidas com a religião*[12].

Esse tipo de menção à participação de pedreiros-livres em determinadas ocasiões ou situações históricas confirma, no mínimo, o próprio imaginário da população em geral sobre a instituição[13]. Outros historiadores acadêmicos, com maior ou menor intensidade, também fazem referência à presença maçônica no Brasil, os quais serão analisados no primeiro capítulo deste trabalho.

Importante, porém, nesse ponto, é salientar o trabalho de Alexandre Mansur Barata, único estudo acadêmico específico sobre a maçonaria brasileira que foi localizado até o presente momento[14]. Objetivando explicar a atuação da instituição no contexto da recepção do pensamento liberal e cientificista no Brasil da segunda metade do século XIX, o autor reconstitui a trajetória de implantação e expansão da ordem em terras brasileiras, bem como a sua participação em alguns dos mais importantes movimentos políticos e sociais do período. Utiliza, para tanto, fontes bibliográficas e documentais que se tornaram uma referência importante para nosso processo de pesquisa, além do que a ênfase dada à presença maçônica, como um dos grupos integrantes da *ilustração brasileira* e

---

[12]Idem, p. 15-16. Cabe destacar que a menção aos maçons se resume apenas à citação transcrita. A questão dos cemitérios foi uma das bandeiras de luta da maçonaria no século XIX, objetivando a secularização da sociedade.

[13] Exemplar, nessa mesma perspectiva, é a obra de LEVINE, Robert M. *O sertão prometido: o massacre de Canudos.* São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995. A maçonaria é mencionada diversas vezes, sem que, no entanto, seja aprofundada a questão. Por exemplo, na página 320, o autor afirma: "Os últimos anos do século XIX também testemunharam um distanciamento entre a cultura da nova elite nacional emergente e a cultura da sociedade rural. Os brasileiros do litoral simplificavam a religião ou, sob a influência das lojas maçônicas e dos salões de humanistas seculares, simplesmente a ignoravam, enquanto (...)".

[14] BARATA, Alexandre Mansur. *Luzes e sombras: a ação dos pedreiros-livres brasileiros (1870-1910).* Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 1992.

divulgadores do pensamento liberal no Brasil, contribuiu para a delimitação do nosso estudo.

Ainda do ponto de vista da literatura maçônica brasileira de origem acadêmica, é importante mencionar que a instituição aparece, quando isso ocorre, sobremaneira no âmbito da história política brasileira. O vínculo direto entre maçonaria e política pode ser uma das razões das dificuldades em abordar-se a temática. Dito de outra forma: as abordagens sobre maçonaria, por ficarem restritas à esfera da história política[15], acabaram apresentando muitos dos problemas que levaram a que esse gênero histórico fosse marginalizado por boa parte da historiografia mundial a partir da década de 1930. Um desses foi não ter explicado como uma instituição com influência sobre os acontecimentos políticos não possuía uma coerência política, visto que partidários de grupos e partidos diferentes sempre atuaram no espaço comum das lojas maçônicas.

Nesse ponto, inserimos também o grupo de historiadores não acadêmicos ou tradicionais, que caracterizaram suas obras principalmente por restringirem a maçonaria ao campo da política. Nas obras de historiadores brasileiros que serão analisadas no transcorrer deste trabalho, a presença maçônica é focalizada em dois únicos momentos: o primeiro é no processo de independência e o segundo, quando da eclosão da questão religiosa na década de 1870. Apesar de muitas indefinições acerca da especificidade da instituição, alguns autores tradicionais[16] recuperaram muitos documentos maçônicos

---

[15]Sobre o gênero *história política*, JULLIARD, Jacques. *A política*. In: LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre. *História:* novas abordagens . Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988. p. 180. diz: "A história política tem má reputação entre os historiadores franceses. Condenada, faz uma quarentena de anos, pelos melhores entre eles, um Marc Bloch, um Lucien Febvre, vítima de sua solidariedade de fato com as formas as mais tradicionais da historiografia do começo do século, ela conserva hoje um perfume Langlos-Seignobos que desvia dela os mais dotados, todos os inovadores entre os jovens historiadores franceses. O que, naturalmente, não contribui para melhorar as coisas".

[16] Entre esses autores, serão analisados os seguintes: MONTEIRO, Tobias do Rego. *História do Império, a elaboração da independência.* Rio de Janeiro: 1927; Idem, *História do Império, o Primeiro Reinado.* Rio de Janeiro: F. Briguiet & Cia., 1939; OLIVEIRA LIMA, Manuel. *O movimento da independência* (1821-1822). São Paulo: Melhoramentos, 1922; Idem, *D. João VI no Brasil.* v. 2. Rio de Janeiro: Melhoramentos, 1927; ROCHA POMBO, José Francisco. *História do Brasil*. v. 4 e 5. São Paulo: Melhoramentos, 1941; VARNHAGEN, Francisco Adolfo. *História da independência do Brasil até o reconhecimento pela antiga metrópole, compreendendo separadamente a dos sucessos ocorridos em algumas províncias até essa data.* São Paulo: Melhoramentos, 1957.

atualmente inacessíveis, transcrevendo-os em suas obras. Talvez seja essa a principal contribuição desse grupo historiográfico.

Ao lado das obras acadêmicas de autores europeus, o grupo historiográfico que mais contribuiu para a construção deste trabalho foi constituído por aquelas denominadas *comprometidas* ou *engajadas ideologicamente*. Nesse sentido, excluídas as obras de caráter mais simplista, fantasioso e caricatural da literatura disponível, restou um grupo de autores importantes e sérios. O caráter ideologicamente comprometido pode ser observado em duas versões: a primeira, através de historiadores maçons, e a segunda, de autores da antimaçonaria. O caráter de parcialidade e de ausência de crítica histórica não prejudicou a contribuição dessas obras enquanto fontes bibliográficas fundamentais para estudos sobre a maçonaria, sobretudo por se basearem em levantamentos documentais oriundos das próprias lojas ou corpos maçônicos.

Entre os historiadores maçons, aquele a quem mais recorremos, no caso da maçonaria brasileira, foi Manuel Arão, cuja obra, escrita e publicada no início do século XX, foi em muito influenciada pelo evolucionismo da Escola de Recife. É quase um tratado abrangendo desde os primórdios da instalação oficial de lojas maçônicas no Brasil, mais ou menos no ano 1800, até as repercussões da questão religiosa no Pará, em Olinda e no Rio Grande do Sul. A preocupação do autor com a *objetividade* histórica, comum nas correntes historiográficas de cunho materialista e positivista da virada do século, traz como conseqüência a incansável transcrição de documentos pertencentes especialmente ao Grande Oriente do Brasil. À sua semelhança, outros autores, contemporâneos ou não, também tiveram a preocupação de recuperar documentos e de transcrevê-los em suas obras[17].

Se a historiografia *maçônica* permitiu que pudéssemos construir hipóteses sobre a presença dessa instituição no Brasil e no Rio Grande do Sul no século XIX, as obras antimaçônicas nos serviram de contraponto aos prováveis exageros cometidos em nome do comprometimento ou engajamento. Nesse

[17] A obra de ARÃO, Manoel. *História da maçonaria no Brasil*. Recife: edição do autor, 1926. (primeiro volume).

sentido, e é conveniente que se diga de antemão, a literatura antimaçônica não se constituiu exatamente no âmbito da história da maçonaria, mas utilizou como recurso de convencimento ao seu público aspectos da história da instituição. Além disso, cabe destacar que, apesar de toda uma forte tradição desse tipo de literatura, sobretudo na europa do século XIX, no Brasil, suas repercussões não foram quantitativamente importantes[18].

Mesmo assim, dois nomes se tornaram expressão do antimaçonismo no país: Gustavo Barroso, que explica na sua principal obra a presença maçônica na história brasileira a partir de seus posicionamentos anti-semitas[19], e Boaventura Kloppenburg, padre e depois bispo católico, identificado pelos próprios maçons como seu inimigo permanente e que fez do combate à maçonaria o principal tema de suas publicações[20]. O objetivo de sua obra é o de alertar os católicos sobre o perigo e as seduções da maçonaria e, paralelamente, explicar as *verdadeiras* intenções dos pedreiros-livres; ainda, visava reforçar o aspecto contraditório de alguém ser, ao mesmo tempo, católico e maçom.

As fontes bibliográficas referentes aos dois grupos historiográficos que serviram como base inicial para o nosso trabalho, os historiadores descomprometidos, acadêmicos ou tradicionais, e comprometidos, maçons e antimaçons, ofereceram uma quantidade de informações importantes em termos da maçonaria nacional e internacional. Quanto ao Rio Grande do Sul, espaço geográfico e político delimitado em nosso *estudo de caso*, a historiografia regional é bastante escassa no que se refere à temática. Os historiadores acadêmicos e tradicionais mencionam a maçonaria (com algumas exceções) apenas quando tratam do período da Revolução Farroupilha (1835-1845).

---

[18] Segundo FERRER BENIMELI, a literatura antimaçônica teve como autores de maior expressão GRANDIDIER, Ph. A., *Essai historique et topographique sur l'Eglise cathédrale de Strasbourg,* Strasbourg: Levrault, 1782, e MAISTRE, Joseph de. *La franc-Maçonnerie.* Mémoire inédit au duc de Brunswick (1782). Introducción de Emile Dermenghem. Paris: Rieder, 1925. In: *Masonería, Iglesia...* Op. cit. v. 1. p. 29-31. O terceiro grande expoente desta literatura e responsável pela vinculação entre maçonaria e satanismo foi Leo Taxil, que publicou diversas obras antimaçônicas no final do século XIX. FERRER BENIMELI, Jose Antonio e ALBERTON, Valério. *Gafes e mancadas maçônicas e antimaçônicas*. Londrina: A Trolha, 1991. p. 85-89.

[19] BARROSO, Gustavo. *História secreta do Brasil*. v. 3. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939.

[20] A principal obra é *A maçonaria no Brasil: orientação para os católicos*. Rio de janeiro: Vozes, 1956.

Entre o grupo dos historiadores comprometidos, foram localizados dois autores com uma produção bibliográfica mais relevante para o presente estudo. Morivalde Calvet Fagundes e Carlos Dienstbach[21] desenvolveram exaustiva pesquisa nos arquivos maçônicos no estado, que se traduziu em obras de referência da perspectiva factual ao estudo da maçonaria gaúcha. Contudo, tais obras não dão conta de uma visão de conjunto dessa história, resumindo-se muitas vezes a dados e informações: *quantitativas*, por exemplo, quando relacionam o número de lojas e filiados; *biográficas*, quando tratam de personalidades da história política regional que teriam sido maçons, e *factuais* ao referirem algum acontecimento de que a maçonaria foi protagonista, como na abolição da escravatura.

Em se tratando da maçonaria no Rio Grande do Sul, foram importantes as fontes documentais, especialmente as maçônicas, que possibilitaram a definição e o próprio desenvolvimento da temática inicial. As fontes primárias maçônicas delinearam o que se poderia conhecer, a plausibilidade e a riqueza das informações. O problema do acesso a essas fontes, anteriormente mencionado como um aspecto que poderia desanimar o historiador, foi resolvido pela disponibilidade desses materiais em arquivos e bibliotecas da ordem e em outros fora dela. São jornais, boletins, relatórios, revistas, manifestos, circulares, regulamentos, constituições e inúmeros outros documentos que registraram a presença da maçonaria no estado e no Brasil[22]. Essa documentação, quase toda na forma impressa por ter sido dirigida a filiados e simpatizantes, é apenas uma pequena parte de um acervo ainda inexplorado.

Foi, portanto, a documentação maçônica a base principal deste trabalho, que apresenta apenas o primeiro capítulo como de cunho mais bibliográfico. A leitura preliminar desse material impresso, especialmente dos boletins, jornais, revistas e relatórios, revelou a permanência, durante o período estudado, de um modelo semelhante de organização temática e de informações quantitativas. Nesse sentido, destacamos os seguintes aspectos que compõem o

[21] Os dois autores e suas obras aparecem durante todo o transcorrer do trabalho, já que foram exaustivamente utilizados neste.

[22] Essa documentação será descrita no transcorrer do trabalho e na sua parte final, juntamente com a discriminação dos locais onde se encontra.

acervo: as diretrizes, as preocupações, as orientações político-culturais, a formação doutrinária, as transcrições de textos clássicos de pensadores iluministas e liberais europeus, a evolução administrativa, o crescimento ou a diminuição do número de lojas e de filiados, etc.

A irregularidade e os períodos lacunares na circulação dessas fontes impressas - em virtude de muitas iniciativas em termos de divulgação de informações serem originárias dos poderes maçônicos constituídos ou, mesmo, de maçons individualmente - não inviabilizaram a sua plausibilidade informativa. Foi possível, no processo heurístico e de crítica aos documentos, observar a presença de um fio condutor que garantiu uma visão global da atuação maçônica no Rio Grande do Sul, especialmente a partir da década de 1870. Esse fio foi, sem dúvida, a defesa dos pilares do *pensamento laico,* com base nas premissas genéricas do ideário liberal e cientificista em contraposição ao pensamento católico-conservador.

O discurso maçônico foi, então, essencialmente anticlerical no Rio Grande do Sul da segunda metade do século XIX e primeiras décadas do XX. Poderíamos aqui questionar a recepção desse discurso, elaborado por um pequeno grupo de intelectuais maçons no conjunto dos filiados à ordem; contudo, optamos em não fazê-lo diretamente já que os indícios apontavam para uma tendência de posicionamentos anticlericais no conjunto da intelectualidade sob influência liberal. Assim, nesse momento, a compreensão da instituição como tal, a sua relação com os movimentos políticos e culturais internacionais, as diferentes maçonarias e as vertentes geradas nos conflitos em âmbito mundial se tornaram primordiais.

A maçonaria no país e no estado desenvolveu características e particularidades em relação a outras, nacionais e internacionais, e a documentação maçônica utilizada revela isso de forma bem nítida. A sua origem está, certamente, relacionada a outras maçonarias e a outras realidades históricas; contudo, não se trata de compreender uma única maçonaria, universal e homogênea, e, sim, explicar as diversas formas e características com que ela apareceu nas realidades históricas em que esteve presente. Assim, há elementos

universais, como ritos, símbolos, aspectos jurídicos, e particulares que compõem a historicidade da instituição e lhe conferem uma complexidade histórica muitas vezes ignorada. A natureza da instituição impôs que se definisse um conceito, seus objetivos e motivações, a caracterização socioeconômica de seu quadro de filiados e, especialmente, as divergências internas e seu alcance na sociedade.

As dificuldades para definir a instituição se devem às várias feições que ela assumiu em diferentes períodos e partes do mundo. Dito de outra forma, "a maçonaria não apareceu pronta; foi-se fazendo, isto é, foi-se explicitando e concretizando, sob o impulso da sua dialética interna e ao sabor dos estímulos ou trovões que lhe vinham do processo histórico global"[23]. Assim, mostra-se mais coerente, historicamente, falar em *maçonarias*.

Em termos genéricos, podemos definir *maçonaria* como uma associação fraternal, possuidora de uma organização baseada em rituais e símbolos na qual o *segredo* ocupa papel fundamental. É uma instituição que foi e permanece sendo acessível principalmente ao sexo masculino e que tem por objetivos o aperfeiçoamento intelectual da sociedade, de seus filiados, e a promoção da ação filantrópica interna e externa; caracteriza-se por não orientar política e religiosamente seus membros.

Na sua forma moderna, a maçonaria nasceu na aurora do século XVIII, mais precisamente em 1717, quando da fundação da Grande Loja de Londres. Essa fase, inaugurada na Inglaterra, é conhecida como a da *maçonaria especulativa.* Entretanto, e apesar das diferentes versões a respeito das suas origens, é hoje consensual entre os historiadores maçons que a instituição remonta aos séculos finais da Idade Média, sendo oriunda das associações de construtores de catedrais, as corporações de franco-maçons[24]. A essa fase inicial, denominada de *maçonaria operativa,* é que se encontram ligadas as bases ritualísticas e simbólicas que permanecem ainda em nossos dias e que, inicialmente, tinham por objetivo dar sentido e garantir entre os membros das

[23] DIAS, Graça e J. S. da Silva. *Os primórdios da maçonaria em Portugal*. Op. cit., v. 1. t. 1. p. 4.
[24] O termo *maçonaria* vem, provavelmente, do francês *maçonnerie*, que significa uma construção qualquer feita por um pedreiro, o *maçom.* Segundo FERRER BENIMELI, José Antonio. *Masonería, Iglesia e ilustracion*. Op. cit., v. 1. p. 36: o nome franco-maçom apareceu pela primeira vez na Inglaterra e significava o trabalhador livre que trabalhava a pedra de adorno, distinguindo-se dos trabalhadores mais toscos.

oficinas de pedreiros-livres, especializados, o monopólio dos conhecimentos da arte de construir.

Na passagem para a fase *especulativa*, que deve ser entendida a partir do contexto de transformações profundas ocorridas na Europa dos séculos XVI e XVII, a maçonaria assumiu novos contornos e um novo tipo de filiado. A fusão, em 1717, de quatro lojas maçônicas inglesas marcou um novo período para a instituição, e já no final do século XV, outros profissionais, estranhos ao ofício, passaram a ser aceitos nas lojas de maçons operativos. A adesão de membros *aceitos,* normalmente altas personalidades ao que parece, objetivava a manutenção dos privilégios adquiridos pela associação. Foram, assim, sendo incorporados às lojas arquitetos, príncipes e bispos; depois, "foi a vez de grandes notáveis, suscetíveis de intervir favoravelmente para a obtenção das grandes obras de construção"[25].

A nova fase da maçonaria manteve em muito os rituais e símbolos do período medieval, perpetuados principalmente pela tradição oral e por escritos esparsos. A recuperação dessa tradição e escritos resultou em dois documentos jurídicos principais que fundamentaram, a partir daquele momento, a organização legal da maçonaria no mundo: os chamados *Landmarks* e a *Constituição de Anderson*. Os *Landmarks* são as normas ou regras de conduta da maçonaria, escritas ou não, de origem remota e que adquiriram um caráter imutável[26]; consistem numa lista de 25 regras, contendo desde os meios de reconhecimento de um maçom, à divisão em graus da maçonaria simbólica até a afirmativa de que "a maçonaria é uma sociedade secreta de posse de segredos que não podem ser divulgados"[27].

---

[25] TOURRET, Fernand. Op. cit. p. 18.

[26] Conforme SENNA, Vanildo de. *Fundamentos jurídicos da maçonaria especulativa*. Op. cit. p. 29-30: a palavra é de origem inglesa e significa *marca na terra;* no uso maçônico, adquiriu o sentido de *regra* e *norma.* A origem no período inicial da maçonaria especulativa se deu em 1720, quando George Payne, na segunda gestão como grão-mestre da Grande Loja de Londres, compilou os regulamentos gerais, que foram adotados em 1721 como lei orgânica. Assim, cada corpo maçônico possui autonomia para modificar os regulamentos desde que sejam mantidos os *Landmarks*. As regras foram incorporadas também na *Constituição de Anderson.*

[27] MELLOR, Alec. *Dicionário da franco-maçonaria e dos franco-maçons*. Op. cit. p. 159-161.

Os fundamentos jurídicos mais completos e importantes, no entanto, estão contidos na Constituição de Anderson, publicada em 1723[28] e que vem pautando desde então a organização da maçonaria. Ela contém, ao mesmo tempo, a história lendária da instituição e seus preceitos básicos; foi a partir dela, que a maçonaria teve mais por objetivo a construção de edifícios.

> *Transpondo alegoricamente o conceito de arquitetura, o seu novo objetivo era somente a construção perfeita do homem. O templo de Salomão, tomado emprestado da Bíblia por gerações de precurssores, assumia a forma de um ideal. Um significado simbólico seria dado, dali por diante, ao esquadro, ao compasso, ao maço de carpinteiro, ao cinzel e às outras ferramentas veneradas pelos ancestrais, e a pedra bruta destinada a se tornar cúbica transformava-se na imagem do homem que emprega essas ferramentas para mudar a si próprio. Além disso, o que era o mundo? Um imenso canteiro eternamente em obra. Quem poderia tê-lo concebido senão o Grande Arquiteto do Universo?*[29]

A Constituição de Anderson marcou o início da exteriorização da maçonaria e foi fundamental por apresentá-la como uma instituição una em sua universalidade, uma confraria moral que deveria unir homens de bem de todos os países, de todas as línguas, de todas as raças e de todas as posições sociais, apesar das suas divergências de opiniões políticas e religiosas[30]. Nesse ponto, avaliamos bem a importância adquirida pela maçonaria principalmente nos séculos XVIII e XIX na Europa e, depois, no mundo. Referimo-nos à tolerância política e religiosa, que permitia a reunião num mesmo espaço de sociabilidade -

---

[28]James Anderson (1684-1739), pastor protestante nascido em Aberdeen, na Escócia. Formado pela Universidade de sua cidade natal, tornou-se, em 1734, ministro de uma capela presbiteriana de Piccadilly. Sobre a Constituição de Anderson, FERRER BENIMELI, Jose Antonio. *Masonería, Iglesia e ilustracion*. v. 1. Op. cit. p. 54-55, destaca: esta carta magna da maçonaria especulativa está composta de três partes: a primeira é uma narração pseudo-histórica da arquitetura, sem grande valor nem interesse; a segunda é um código que regulamenta a maneira de fundar as lojas, seu funcionamento e seu direito disciplinar. Entre essas duas partes, encontram-se algumas reflexões propostas como características indispensáveis , entre elas a crença em Deus e na moral natural. O terceiro capítulo é um código dividido em duas partes: uma deontológica e outra administrativa, o Regulamento Geral.

[29] MELLOR, Alec. *Dicionário da franco-maçonaria e dos franco-maçons*. São Paulo: Martins Fontes, 1989. p. 17.

[30] PALOU, Jean. *A franco-maçonaria simbólica e iniciática*. São Paulo: Pensamento, s/d. p. 53.

as lojas maçônicas - de homens de convicções radicalmente opostas. Isso ocorria numa conjuntura histórica de intolerâncias e perseguições, oriundas dos Estados absolutistas em decadência e de uma Igreja Católica enfraquecida, mas resistente. No processo de expansão da maçonaria *especulativa* pela Europa, essa característica, em muitos países, aproximou segmentos maçônicos ao ideário iluminista-liberal.

A expansão da maçonaria na Europa e, depois, para outras partes do mundo nos séculos XVIII e XIX ocorreu rapidamente. E ao mesmo tempo em que uma rede de lojas se instalava, cresciam as dificuldades e a repressão à instituição, visto que poderes civis e eclesiásticos condenaram a ordem desde os seus primórdios. Na opinião de Silva Dias:

> *A expansão da maçonaria é tão antiga como a reação da sociedade existente contra ela. Os esforços para seu bloqueio ou abafamento multiplicaram-se (embora com variantes sensíveis de moderação e fluidez) nos Países Baixos, na França, na Áustria, na Itália e na Espanha, aumentando de intensidade à medida que a Ordem, por seu turno, aumentava também de implantação ou influência. E os modos concretos da repressão (se bem disformes nos lugares e nas épocas) foram mais ou menos violentos. Envolveram, em todo o mundo católico (e não só), prisões, medidas de segurança, ferretes políticos, buscas domiciliárias, vigilâncias de polícia bastante diversificadas, ações eventuais ou metódicas de antipropaganda, etc*[31].

Apesar de as condenações e a repressão à maçonaria se deverem também a muitos governos de países europeus, foram as condenações papais as que provocaram, por um largo período de tempo, um clima de confronto entre as duas instituições. O primeiro documento papal dessa natureza data de 28 de abril de 1738 - a bula de Clemente XII, *In Eminenti Apostolatus Specula;* a partir daí, outros foram editados consecutivamente até as primeiras décadas do século

[31] DIAS, Graça e J. S. da Silva. Op. cit. p. 11-12.

XX[32]. Ao princípio, a Igreja condenava a maçonaria por tudo aquilo que nela era desconhecido e duvidoso; a tolerância religiosa e a existência do *secreto* maçônico eram uma afronta ao catolicismo, que, naquele contexto, se debatia com as *seitas* protestantes e com a sua fragilização política, advinda das vitórias liberais em diversos países. Segundo Dias, a primeira condenação papal foi justificada por Clemente XII por cinco razões:

> *A prática de estados não italianos; a promiscuidade de religiões e de seitas que no seu grêmio se verifica; a inviolabilidade do segredo que envolve as suas atividades; as perversões que brotam dela e o perigo que constituem para a segurança dos estados e a salvação das almas; outras razões, enfim, que o papa acha dever calar*[33].

A repercussão do posicionamento oficial da Igreja Católica contra a maçonaria e outras sociedades secretas de cunho abertamente político cresceu no transcorrer do século XIX. Esse acirramento se deveu, entre outras causas, à eclosão de diversos movimentos políticos na Europa e que puseram fim à predominância da Igreja em assuntos políticos; dito de outra forma, cresceu à medida que ocorria o processo de laicização dos Estados através das revoluções de caráter liberal. Aliado a isso, a existência de duas vertentes maçônicas já na segunda metade do século XVIII - uma *ortodoxa,* apolítica e arreligiosa (a inglesa), e outra cada vez mais *política* e anticlerical (a latina) - impulsionou a continuidade das condenações católicas.

O crescimento no número de documentos pontifícios que reafirmavam as condenações à maçonaria, bem como a outras sociedades secretas, é perceptível sobretudo na segunda metade do século XIX. Quantitativamente, os números são os seguintes: de 1738 a 1846, quando nove papas estiveram à frente

---

[32] As principais condenações papais referentes à maçonaria foram, além da mencionada: a de 18 de maio de 1751, do papa Bento XIV, denominada *Providas Romanorum Pontificum*; a de 13 de setembro de 1821, pela bula *Ecclesiam a Jesu Christo*, de Pio VII; a constituição *Quo Graviora,* de 13 de março de 1825, do papa Leão XII; a carta encíclica *Traditi,* de 24 de maio de 1829, pelo papa Pio VIII. Durante o papado de Pio IX, as seguintes: *Qui pluribus,* de 9 de novembro de 1846; a alocução *Quibus Quantisque,* de 20 de abril de 1849; a carta encíclica *Nostis et Nobiscum,* de 8 de dezembro de 1849; a carta encíclica *Quanta Cura,* de 1864; a constituição *Apostolicae Sedis,* de 12 de outubro de 1869; a carta encíclica *Humanun Genus*, de 20 de abril de 1884; a encíclica *Vehementer Nos,* de 11 de fevereiro de 1906.

da Igreja, foi publicado um total de 14 documentos papais; de 1846 a 1903, durante os pontificados de Pio IX e Leão XIII, foram editados 201 documentos condenatórios e, no período seguinte, de 1903 a 1966, referente a seis papados, foram 11 os documentos[34]. O corte temporal deste trabalho corresponde exatamente ao período dos papados de Pio IX e Leão XIII, ou seja, a fase de maior conflito entre as duas instituições.

Nas gestões dos dois papas mencionados, que correspondeu à época áurea da política *ultramontana*[35] católica, o acirramento nas relações entre Igreja e maçonaria foi apenas um dos sintomas do embate entre liberalismo e clericalismo no âmbito da política e das idéias. O clima de conflito e ódio se espalhou pelo mundo, quase sempre protagonizado pelas duas instituições. Os acontecimentos em torno da anexação pela Itália do Estado pontifício, a ação vitoriosa de muitas sociedades secretas políticas, especialmente os carbonários, eram razões mais que suficientes para a condenação papal. A respeito dos carbonários, o seu trabalho na França, na Itália, na Espanha e noutros países afetava diretamente a Igreja Católica.

Estavam em jogo, em termos do pensamento e do ideário europeu e do mundo, dois projetos antagônicos: o pensamento católico-conservador e o pensamento liberal-cientificista, responsáveis pela principal divisão da maçonaria mundial. Na opinião de Alec Mellor, sempre houve uma tendência de se construir uma *visão monolítica* da instituição; por outro lado, as realidades históricas comprovam que a ausência de unidade da maçonaria, tanto em termos nacionais como internacionais, tem diversas origens, entre elas: as divergências e diversidade de ritos, que podiam ser definidos de diversas formas, as quais

---

[33] DIAS, Graça e J. S. da Silva. *Os primórdios da maçonaria em Portugal*. Op. cit. p. 20-21.
[34] FERRER BENIMELI, Jose Antonio. *La masonería actual*. Op. cit. p. 126-127.
[35] O termo *ultramontano* ou o *movimento do ultramontanismo* designa, no universo católico, que os fiéis atribuem ao papa um papel excepcional da direção da fé e no comportamento do homem. Segundo AZEVEDO, Antonio Carlos do Amaral. *Dicionário de nomes, termos e conceitos históricos*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990. p. 389-390: " O termo advém precisamente da circunstância do papa residir além das montanhas (em relação à França). O ultramontanismo antepõe-se ao galicanismo. (...) O ultramontanismo prega a subordinação do rei ao papa e a negação da independência da Igreja Francesa. No século XVIII, o ultramontanismo gozou de certa influência e aceitação entre a nobreza e o clero da França, defendido pela monarquia que, necessitando do apoio de Roma, admitiu a presença de elementos ultramontanos na administração. As tendências separatistas do galicanismo acentuaram-se com a Revolução Francesa (...). Em 1870, quando o concílio Vaticano I proclamou a infalibilidade papal, o

justamente distinguem uma maçonaria da outra[36]; as divergências jurídicas, como, por exemplo, as relacionadas à natureza dos poderes maçônicos, de serem mais ou menos democráticos, e o problema da própria territorialidade ou jurisdição desses poderes.

Assim, frente ao entendimento de que não tratamos de *uma* única maçonaria, mas de *diversas* maçonarias, localizamos e identificamos a brasileira e a gaúcha da segunda metade do século XIX, portanto, na sua fase de consolidação e expansão, no campo da chamada *maçonaria irregular* ou *política* e *anticlerical.* Nesse sentido, a maçonaria brasileira recebeu forte influência especialmente da francesa, que, no transcorrer daquele século, foi assumindo gradativamente posicionamentos políticos liberais, anticlericais, laicizistas e racionalistas. Exemplo disso foi o Grande Oriente da França, que, já em 1877, excluiu de seus estatutos a obrigação, até então exigida para quem quisesse ser um verdadeiro maçom, da crença em Deus, na imortalidade da alma e do juramento sobre a bíblia, considerada expressão da palavra e da vontade de Deus.

As maçonarias da Inglaterra e dos Estados Unidos reagiram a isso de forma radical e, juntamente com outros países, romperam relações com a da França e demais países sob a sua influência. Assim, consolidaram-se duas principais vertentes maçônicas que já há muitas décadas atuavam com perspectivas diferentes: a considerada por alguns historiadores como *maçonaria regular,* ou ortodoxa, e a outra, a *maçonaria irregular*, heterodoxa[37].

Tanto no Brasil como no Rio Grande do Sul, à semelhança de outras partes do mundo, as lojas maçônicas se constituíam num espaço de sociabilidade privilegiado, sobretudo, ou exclusivamente, para as elites político-econômicas e

---

ultramontanismo saiu fortalecido e definitivamente consolidado com a separação entre o Estado francês e a Igreja a partir do século XX".

[36] Os rituais estão relacionados à própria organização da maçonaria. Aliás, a diversidade de ritos implica também diversas formas de organização administrativa. A diferença fundamental entre os diversos ritos é o número de graus com a qual trabalham, indo de três até 33. KLOPPENBURG, Boaventura. *A maçonaria no Brasil*: *orientação para os católicos*. Op. cit. p. 44-45, refere-se a 72 ritos praticados em diversos países. Entre eles, destacam-se: Adonhiramita (13 graus); Alta Observância (10 graus); Americano ou de york (9 graus); Cabalístico (9 graus); Escocês Antigo e Aceito (33 graus); Francês ou Moderno (7 graus); Noaquitas (6 graus); Perfeição (25 graus); Schrnoeder (7 graus), etc.

[37] Por *maçonaria regular* entendem-se as que se mantiveram fiéis às origens e seguem essa direção: Inglaterra, Estados Unidos, a Filipinas, a Grande Loja Nacional Francesa e as maçonarias da Alemanha, Áustria, escandinava e holandesa, irlandesa. Entre as irregulares: o Grande Oriente da França, o Grande Oriente da Bélgica, a maçonaria italiana, algumas sul-americanas, a portuguesa e a espanhola.

intelectuais. A maçonaria gaúcha foi, no período em questão, um espaço por onde circulavam principalmente os políticos, os intelectuais, os ricos e seus afilhados, os quais formavam um grupo não *a parte* do restante da elite, mas que era *parte* da elite regional.

A análise da presença e influência da maçonaria no Rio Grande do Sul no período delimitado será abordada, buscando-se evidenciar as prováveis influências na formação do pensamento liberal e cientificista e, conseqüentemente, a contribuição à construção de um tipo particular de *cultura* política. Para tanto, o trabalho foi dividido em quatro partes, nos quais se intenciona oferecer a maior quantidade de informações e possibilidades para novos estudos em vista do ineditismo da temática. As duas primeiras partes foram organizadas de forma assemelhada, pois nelas se procura traçar o pano de fundo necessário à compreensão da presença maçônica no país e no estado. Nesse sentido, foram observados tanto aspectos das representações historiográficas, isto é, como se escreveu e quem escreveu a história da maçonaria, como os de cunho factual.

A primeira parte, "As luzes iluminam o Brasil: a maçonaria brasileira no século XIX", constitui-se numa introdução ao estudo da maçonaria brasileira e está dividida em três capítulos, contemplando o período que se estende desde o final do século XVIII, quando das primeiras iniciativas maçônicas, até o final do século XIX, caracterizado pelo surgimento do movimento federalista maçônico. Nessa parte, inicialmente, analisaram-se as fontes bibliográficas e documentais mais importantes e disponíveis para o desenvolvimento do tema. A seguir, aborda-se a penetração do pensamento iluminista francês e do ideário liberal na colônia brasileira como antecedentes indispensáveis à implantação da maçonaria no Brasil. Foi nesse momento que se definiram alguns dos pilares da estruturação da ordem no contexto do início do processo de emancipação política nacional. Referimo-nos à atuação dos maçons no âmbito da política e da cultura, característica que se manteve com intensidade diferenciada até praticamente o final do século XIX. Por último, sistematiza-se a presença da maçonaria no Brasil de modo a oferecer uma visão panorâmica sobre os principais períodos,

acontecimentos, tendências e conflitos, internos e externos, em que ela esteve envolvida.

Da mesma forma, contudo recorrendo mais a fontes documentais do que a bibliográficas, a segunda parte, "As luzes em terras gaúchas: historiografia e história", foi organizada com o objetivo de introduzir o estudo da maçonaria no estado. Como mencionamos anteriormente, as poucas fontes bibliográficas disponíveis não oferecem ainda uma visão de conjunto ou, mesmo, de conjunturas sobre a instituição no estado; mesmo assim, julgamos importante partir da análise historiográfica, nesse caso específica da história do Rio Grande do Sul. Procedendo dessa forma, em primeiro lugar, procuramos observar o que foi escrito ou como era mencionada a instituição maçônica rio-grandense para, a partir disso, analisar e tecer as linhas gerais da sua evolução histórica. De forma geral, há poucas referências à sua participação na historiografia acadêmica e tradicional, restringindo-se essas quase que exclusivamente a mencioná-la como uma das personagens envolvidas na Revolução Farroupilha.

Em seqüência, recorremos à documentação interna da instituição como principal fonte de pesquisa, face também à escassez bibliográfica originária da própria maçonaria. Identificamos três fases distintas na história da maçonaria gaúcha no século XIX. Essa periodização, antes de pretender ser definitiva, serve somente como referencial na tentativa de sistematização das principais conjunturas e acontecimentos de âmbito político, social e cultural, internos e externos à ordem e que demarcaram o próprio ritmo da história da maçonaria no Rio Grande do Sul. Internamente, as divisões e os desentendimentos ocorridos com os poderes maçônicos centrais- isso em termos nacionais - repercutiam também politicamente em escala regional, além de que os posicionamentos mais ou menos radicais também tinham eco entre os pedreiros -livres gaúchos. Externamente, as guerras civis internas, a exemplo da Revolução Farroupilha em 1835 e da Federalista em 1893, tinham efeito devastador nas oficinas maçônicas. Na política, a bipolarização da estrutura partidária também influenciou a tomada de posição de muitos maçons. Enfim, os conflitos de caráter externo, sobretudo a

Guerra do Paraguai, repercutiram negativamente sobre o número de lojas em funcionamento e o número de maçons ativos.

As fases da história da maçonaria gaúcha, divididas em quatro, obedecem, assim, a alguns dos aspectos elencados. A primeira fase abrange a instalação oficial da primeira oficina em Porto Alegre, em 1832, portanto relativamente tardia em relação aos outros centros importantes do Brasil, estendendo-se por toda a fase farroupilha. Nesse período, as iniciativas maçônicas foram isoladas, relativamente anárquicas e se mantiveram com muitas dificuldades. Na segunda fase, a partir da pacificação rio-grandense, ocorreu uma estruturação maçônica mais efetiva, ou seja, da segunda metade do século XIX em diante, mesmo que tenham se constatado problemas que caracterizavam o crescimento quantitativo da instituição como irregular, do ponto de vista qualitativo, a maçonaria se consolidou em praticamente todo o Rio Grande do Sul. Nesse sentido, a década de 1870 foi exemplar em termos de potencialidade de expansão e de influência da maçonaria na vida social gaúcha.

A última fase corresponde ao conturbado período de transição do regime imperial para o republicano, quando a instituição sofreu influências desse processo. Nessa, o acirramento no âmbito da política dividiu maçons monarquistas e maçons republicanos e foi responsável pelo fechamento de muitas lojas até principalmente o final da Revolução Federalista de 1893. Além disso, a vitória do sistema federalista impulsionou muitas maçonarias estaduais a romperem relações com o Grande Oriente do Brasil e a fundarem grandes orientes regionais autônomos. Foi o caso de uma parcela da maçonaria gaúcha, que fundou, em 1893, o Grande Oriente do Rio Grande do Sul. Iniciava-se, assim, um longo período de disputas entre os dois poderes maçônicos constituídos e que resultou, entre outras conseqüências, num crescimento quantitativo muito grande.

Independentemente das divisões maçônicas internas e das influências externas de conjunturas políticas nacionais e regionais, o aspecto permanente e unificador da presença maçônica no Rio Grande do Sul foi, sem dúvida, a tendência aos posicionamentos anticlericais assumidos pelos membros da

instituição. O anticlericalismo não era exclusividade maçônica; no século XIX, esses posicionamentos eram partilhados por outros grupos ou segmentos intelectualizados sob a influência do pensamento liberal e cientificista. Poder-se-ia até afirmar que a maior parte dos homens ilustrados brasileiros e rio-grandenses eram adeptos dessas concepções; o que, entretanto, diferenciava os maçons, integrantes da elite cultural, era o seu poder de organização e, até mesmo, o seu prestígio internacional. Mais ainda, foram eles os mais atacados pela Igreja Católica e, portanto, mais combativos nesse embate.

O anticlericalismo maçônico norteou boa parte da sua atuação no Rio Grande do Sul, tema que será abordado a partir de dois enfoques diferentes na terceira e quarta partes deste estudo. Na terceira parte, intitulada "Quem eram e onde atuavam os pedreiros-livres gaúchos", de forma mais indireta, mas no nosso entendimento fundamental, traçaremos um perfil socioeconômico e cultural dos dirigentes maçons gaúchos. A partir da montagem de um quadro que contém 978 nomes de dirigentes maçons localizados especialmente entre 1850 e 1900[38], foi possível desenhar, em linhas gerais, o perfil biográfico desse grupo, bem como situá-los nos diversos espaços públicos do estado no período. O trabalho de mapeamento quantitativo se efetivou com base na situação econômica desses maçons, na sua participação na política institucional, formação escolar e ocupações intelectuais e culturais.

Acompanhando a análise dos dados quantitativos, inserimos exemplos de trajetórias de vida representativas desse grupo por meio de biografias de alguns dirigentes maçons gaúchos. Chamou a atenção, no desenvolvimento do trabalho, a presença expressiva das principais lideranças maçônicas, ou das de maior destaque, atuando de maneira direta ou indireta no campo da política e nas atividades intelectuais ou culturais[39]. Nesse sentido, a principal referência teórica utilizada para a crítica e análise dos dados e informações constantes neste capítulo foi a de José Murilo de Carvalho[40], cujo estudo sobre a elite política

[38] Todos os nomes estão arrolado neste trabalho, ver Anexo 1.
[39] Fizemos o arrolamento dos filiados em lojas maçônicas no Rio Grande do Sul, quando situamos de 1873 a 1900 cerca de 5 327 maçons, ver Anexo 2.
[40] CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem:* a elite política imperial*; Teatro de sombras: a política imperial*. 2. ed. rev. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, Relume-Dumará, 1996. A obra utilizada corresponde à primeira parte desta edição, *A construção da ordem*.

imperial ofereceu elementos teóricos e metodológicos indispensáveis à compreensão da sua formação socioeconômica e intelectual. Os aspectos unificadores dessa elite, tais como o nível educacional, os locais dessa formação, a predominância dos magistrados, etc., serviram de parâmetro para a análise da elite regional gaúcha, segmento da elite nacional.

A caracterização socioeconômica e cultural dos dirigentes maçons, desenvolvida na terceira parte, permitiu uma definição dos parâmetros gerais sobre a origem social, a participação na política institucional, bem como a influência desse grupo na construção do pensamento liberal e cientificista no Rio Grande do Sul da segunda metade do século XIX. Com isso, passamos à última parte do trabalho, "As relações entre maçonaria e Igreja Católica no Rio Grande do Sul da segunda metade do século XIX". O vínculo entre ideário liberal e cientificista e maçonaria se estabeleceu especialmente nos posicionamentos, em alguns momentos radicais, abertamente anticlericais. A maçonaria, de forma mais específica os intelectuais maçons adeptos dessas correntes de pensamento, transformou-se no principal baluarte de combate ao pensamento católico-conservador.

As relações conflitantes entre as duas instituições, percebidas especialmente a partir da década de 1870, quando dos acontecimentos em torno da questão religiosa, repercutiram muito no estado. Mesmo antes disso, já havia indícios de um clima de disputa típico da época da política católica ultramontana. Nessa parte do trabalho, buscou-se descrever o relacionamento entre maçonaria e Igreja Católica, destacando a fragilidade da última no estado em praticamente todo o século XIX, a presença de sacerdotes naquela e o acirramento das relações durante as gestões dos bispos Sebastião Dias Laranjeira e Claúdio José Gonçalves Ponce de Leão. No período que abrange esses dois bispados, com maior ou menor intensidade, os ataques, principalmente via imprensa, e as ameaças e denúncias foram permanentes de ambos os lados.

A seguir, na parte final, elegemos alguns temas reveladores da atuação maçônica no sentido da disputa e ocupação de espaços em contraposição com a Igreja Católica. Esses temas, os mais divulgados na imprensa maçônica do

período, embora tivessem seu enfoque intensificado a partir do final do século XIX e primeiras décadas do século XX, já vinham sendo elaborados e construídos, enquanto propostas, ao longo das décadas anteriores em resposta ao avanço do catolicismo gaúcho. A filantropia maçônica, externa e interna, a presença das mulheres nas atividades da instituição e a criação de escolas maçônicas se constituíram em diretrizes fundamentais para que a maçonaria gaúcha angariasse simpatias e ampliasse a influência laica na vida social gaúcha.

Concluindo, o objeto deste estudo impôs uma delimitação temática e temporal relativamente aleatória, pois o seu caráter ainda inédito trouxe muitas dificuldades em relação às principais definições teóricas e metodológicas. Por outro lado, a opção por desenvolver um trabalho que envolvesse a atuação maçônica no Rio Grande do Sul de forma mais abrangente e, em alguns momentos, até mesmo panorâmica, contribuirá, com certeza, para o desenvolvimento de novos trabalhos.

A respeito, em diversos momentos, percebemos a importância de serem aprofundadas outras hipóteses, talvez mais complexas e mais relevantes, entre as quais poderíamos salientar: os estudos sobre o *imaginário político* em torno da atuação maçônica na vida social gaúcha, a análise do discurso maçônico através da sua imprensa, a influência da instituição no processo de constituição do movimento abolicionista gaúcho, a presença maçônica nas regiões de colonização alemã e italiana, o papel das mulheres na maçonaria, entre outras. Fica, assim, o caminho aberto para que outros se aventurem nesse veio historiográfico que recém se descobre.

I

AS LUZES[41] ILUMINAM O BRASIL: A MAÇONARIA BRASILEIRA NO SÉCULO XIX

[41] Segundo MELLOR, Alec. *Dicionário da franco-maçonaria e dos franco-maçons*. Op. cit. p. 174: "a própria noção de *Luz* nos situa no coração da Franco-maçonaria. O ponto culminante da iniciação é a recepção da luz. Todo o ensinamento maçônico se encontra no vocábulo *luz*. A própria expressão *filho da luz* aplicada aos maçons é eloquente". A iluminação vinda desta luz no ritual de iniciação de um maçom corresponde à descoberta de conhecimentos, de ilustração.

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A maçonaria é uma instituição internacional com quase três séculos de história, participante direta ou indireta dos principais movimentos ou acontecimentos políticos, sociais e culturais, principalmente nos séculos XVIII e XIX. Mesmo assim, ela não tem despertado entre os historiadores acadêmicos brasileiros interesse enquanto objeto específico de pesquisa. Basta ver que os principais trabalhos que focalizam a sua presença na história brasileira incluem-se num tipo de historiografia bastante comprometida ideologicamente. São eles historiadores maçons e antimaçons que se dedicaram com empenho à tarefa de reconstituir a trajetória da maçonaria no Brasil, porém com objetivos opostos: os primeiros, apologéticos, e os segundos, com o intuito de combate aos inimigos, foram os responsáveis pela permanência de uma certa nebulosidade em torno da temática.

A maçonaria se instalou oficialmente no Brasil nos primeiros anos do século XIX, no rastro da penetração das correntes de pensamento européias, iluministas e liberais, tornando-se, a partir de então, um referencial político e cultural adepto desse ideário e participando ativamente de alguns dos principais acontecimentos da nossa história. A intensidade dessa participação ainda não foi estudada, porém não podemos mencionar determinadas conjunturas sem, necessariamente, referirmos a atuação maçônica. Os exemplos são muitos: a independência, a abdicação de d. Pedro I, a difusão do pensamento liberal no Brasil, a questão religiosa, a luta pela separação Estado/Igreja, o abolicionismo, o movimento republicano e outros.

Esta parte do trabalho tem por objetivo introduzir o estudo sobre a instituição maçônica no Brasil, ou seja, na verdade, ele tem a função de ser um

pano de fundo que sustentará algumas das hipótese a serem desenvolvidas nos capítulos referentes à maçonaria no Rio Grande do Sul. Aqui, a instituição acompanhou as grandes tendências do desenvolvimento da ordem em termos internacionais e, sobretudo, no Brasil; por outro lado, sua inserção nessa realidade histórica, portanto, imbricada nas relações políticas, sociais, econômicas e culturais específicas dessa parte do país, conferiu-lhe uma feição própria. Os maçons gaúchos foram receptores de muitos elementos históricos regionais e produtores de um projeto político e cultural nem sempre bem-acabado e perceptível pela própria sociedade gaúcha.

Para alcançar esses objetivos, dividimos esta parte em três capítulos, abordando alguns dos aspectos importantes da maçonaria brasileira no século XIX, período em que ocorreu a sua instalação oficial, consolidação, expansão de suas atividades e sua maior influência. Iniciaremos abordando a questão historiográfica e das fontes documentais sobre o tema no país. Isso equivale a perguntar: como se tem escrito, efetivamente, a história da maçonaria no Brasil? Para efeitos de análise historiográfica, dividimos a bibliografia em dois grupos, a saber: a historiografia descomprometida, incluindo os acadêmicos e não acadêmicos ou tradicionais, e a historiografia comprometida ou engajada, composta de obras maçônicas e antimaçônicas.

Em seqüência, trataremos do contexto histórico e dos antecedentes relacionados com as condições de penetração do movimento maçônico no Brasil. Nesse sentido, a influência do pensamento iluminista francês sobre o grupo mais intelectualizado brasileiro do final do século XVIII e a conseqüente difusão das sociedades secretas são fenômenos interligados. Por último, de forma periodicizada e sintetizada, apresentaremos os aspectos mais relevantes da presença maçônica no Brasil do século XIX, dos quais fazem parte a tendência permanente a cisões e ramificações dos poderes maçônicos centrais, a vocação para a política, o anticlericalismo e, na fase final, o surgimento do movimento federalista maçônico.

2. A MAÇONARIA SOB A ÓTICA DAS FONTES E DA HISTORIOGRAFIA

A quase inexistência, no Brasil, de trabalhos de cunho acadêmico específicos sobre a maçonaria demostra que a temática permaneceu numa espécie de anonimato nas universidades e centros de pesquisa. As referências mais comuns à presença maçônica na história brasileira no transcorrer do século XIX se fixam, de forma geral, em dois momentos conjunturais específicos: no processo de independência, principalmente entre 1820 e 1822, e quando da ocorrência da questão religiosa ou dos bispos, entre 1872 e 1875. Nessas breves referências, observamos, além disso, que não existe uma preocupação com a especificidade da atuação da instituição, que é colocada, na maioria das vezes, como um grupo meramente político, desconsiderando-se as prováveis ou possíveis influências em outros campos da realidade histórica brasileira.

Para fins de sistematização e análise das fontes bibliográficas disponíveis - já que as fontes documentais de origem maçônica serão inseridas durante a análise - e indispensáveis ao estudo da maçonaria no Brasil[42], cartografamos dois blocos historiográficos principais com base em suas características teóricas. Assim, trataremos do grupo que será denominado de historiografia *descomprometida*, a *tradicional* e a *acadêmica*, para, após, analisarmos a historiografia *comprometida* ou *engajada,* dividida em maçônica e antimaçônica. Cabe destacar que, para efeitos deste trabalho, não se usou o critério temporal, isto é, não se observou, prioritariamente, o desenvolvimento da ciência histórica a partir de tendências ou escolas teóricas dos séculos XIX e XX[43].

---

[42] A mesma organização e metodologia serão utilizadas no segundo capítulo deste trabalho, focalizando, então, o caso da maçonaria no Rio Grande do Sul.

[43] Segundo DIEHL, Astor Antônio. A *cultura historiográfica brasileira: do IHGB aos anos 30*. Passo Fundo: Ediupf, 1998, foram as seguintes: a tendência da construção de uma identidade nacional iluminista a partir da perspectiva de uma história científica, cujos representantes foram o IHGB, Varnhagen e Capistrano de Abreu; a tônica da construção da identidade nacional, agora com a base do autoritarismo

2.1. A maçonaria sob a perspectiva dos historiadores *descomprometidos*

Os historiadores que aqui estão incluídos nas obras de cunho descomprometido, no sentido de não possuírem uma reconhecida vinculação orgânica ou ideológica com a maçonaria, desenvolveram, de forma geral, uma versão genérica e fragmentária da participação da instituição na história brasileira, não observando, na maioria das vezes, a sua especificidade. Desse modo, as suas referências ou abordagens se limitaram especialmente ao campo da política formal, tendo abordado apenas de forma superficial o processo de construção do pensamento liberal no Brasil. Apesar disso, alguns autores oferecem indicações factuais ou teóricas que são indispensáveis para o estudo de um tema tão original.

A historiografia não acadêmica ou tradicional[44], constitui-se numa fonte bibliográfica importante para o nosso estudo, ainda que os autores dessa linha tenham abordado o tema de uma perspectiva ligada exclusivamente à história política, identificando a instituição apenas a partir dos interesses meramente políticos de um grupo de indivíduos - os maçons - sem um perfil definido. No conteúdo das obras analisadas, destaca-se a instituição principalmente, senão exclusivamente, na primeira fase do Império brasileiro, em especial nos períodos imediatamente anterior e posterior à independência[45].

---

conciliador, das correntes ecletista, positivista e evolucionista. Ver também WEHLING, Arno. *A invenção da história:* estudos sobre o historicismo. Op. cit.

[44]Por *historiografia tradicional* entende-se aquela que Peter Burke resumiu em seis características: o paradigma tradicional diz respeito essencialmente à política; a história é essencialmente uma narrativa dos acontecimentos; oferecendo uma visão de cima e se concentrando nos feitos dos grandes homens; os documentos são a base da história; as perguntas que os historiadores tradicionais elaboram são insuficientes, já que o seu interesse são com os heróis, e, finalmente, para o paradigma tradicional, a história é objetiva. BURKE, Peter. Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro. In: BURKE, Peter (Org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992. p.10-15.

[45] Foram analisadas as seguintes obras: MONTEIRO, Tobias do Rego. *História do Império, a elaboração da independência.* Op. cit.; Idem, *História do Império, o Primeiro Reinado.* Op. cit.; OLIVEIRA LIMA, Manuel. *O movimento da independência (1821-1822).* Op cit.*;* Idem, *D. João VI no Brasil.* v. 2. Op cit; ROCHA POMBO, José Francisco. *História do Brasil*. v. 4 e 5. Op cit.; VARNHAGEN, Francisco Adolfo. *História da Independência do Brasil até o reconhecimento pela antiga metrópole, compreendendo separadamente a dos sucessos ocorridos em algumas províncias até essa data.* Op cit.

Nesse grupo, incluiu-se também a produção bibliográfica oriunda do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, criado em 1838 e que reuniu, no século XIX, alguns dos mais importantes intelectuais brasileiros[46].

As críticas às características de cunho teórico dessa tendência historiográfica, qual seja, a ênfase aos personagens e aos episódios, o elitismo das suas interpretações, a ausência de uma problemática a ser solucionada, entre outras, não invalidam a sua contribuição. Para tanto, deve-se ter em mente o fato de que as preocupações e os interesses daqueles intelectuais, no tempo histórico em que as obras foram escritas, eram diferentes dos atuais. Então, a leitura dessas obras é, no mínimo, uma preciosa fonte de informação factual, documental e, mais importante, da visão testemunhal de muitos desses intelectuais.

A maior parte das obras analisadas desse grupo historiográfico foram produzidas no século XIX e nas primeiras décadas do século XX, tendo contribuído, na fase inicial desta pesquisa, especialmente como fontes primárias. A preocupação com a veracidade dos documentos - para os autores em foco, reflexo da própria história - possibilita-nos a localização de fontes maçônicas importantes. Algumas dessas, hoje destruídas ou de difícil localização, só se tornaram acessíveis por causa desses autores, testemunhos próximos daqueles tempos, que as transcreveram ou indicaram a sua possível localização. Além disso, mesmo que eles sejam representantes de uma vertente teórica que tinha como pressuposto a objetividade histórica[47], as suas posições e juízos de valores, freqüentes nos textos, nos alertam para aspectos importantes de análise. Os posicionamentos desses historiadores nos servem como um ponto de referência e de equilíbrio frente à supervalorização dos primeiros historiadores maçons; dito de outra forma, os aspectos que não são abordados ou valorizados devidamente

[46] A produção do IHGB, publicado na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro,* cujo primeiro número circulou em 1839 (de circulação trimestral). Localizamos os seguintes artigos específicos ou muito próximos sobre maçonaria: "Alvará, de 30 de março de 1818, fulminando a maçonaria e todas as sociedades secretas, e livros, catecismos, e qualquer outras instruções impressas ou manuscritas relativas as ditas mesmas". In: *Revista do IHGB*, 1885 V. 48, 2º parte, p. 323-327; FLEIUSS, M. " Centenário da sessão do Grande Oriente de 20-8-1822". In: Idem, 1922, Tomo Especial, p. 299-314; LEAL, Aureliano. Comemorativa do Manifesto de 1º- 8-1822, de d. Pedro aos povos do Brasil, redigido por Joaquim Gonçalves Ledo. In: Idem, 1922, Tomo especial. p. 247-268; BARATA, Manuel de Mello Cardoso. A primeira loja maçônica no Pará. In: Idem. v. 77, 1914. p. 127-?; RIZZINI, Carlos. Dos clubes secretos às lojas maçônicas. In: Idem. v. 190, 1946. p. 29-44.

[47] Referimo-nos aqui às correntes materialistas às quais, direta ou indiretamente, os autores se integram.

pelos autores maçons são descritos de forma diversa pelos historiadores clássicos.

Os autores desse grupo trataram do tema em questão especialmente no período da independência brasileira e, com menor ênfase, nos acontecimentos em torno da questão religiosa, cinqüenta anos depois. Com isso, o vazio representado por esses cinqüenta anos de atividades crescentes da maçonaria no Brasil foi ignorado pela historiografia tradicional. Esse vazio, que se estendeu do período final do processo de independência, com o fechamento do Grande Oriente do Brasil, em outubro de 1822, coincidiu com o fim de um ciclo da história da maçonaria brasileira. Nessa primeira fase, referimo-nos a um tipo de atuação que se confundia com a de um partido político, ou seja, seus membros eram conhecidos ou identificados publicamente; suas reuniões eram de conhecimento aberto; suas resoluções eram facilmente identificadas na ação política concreta.

A partir de então, até a década de 1870, houve uma redefinição das atividades maçônicas no Brasil, especialmente no que tange à participação política dos maçons, que diminuiu sensivelmente, como reflexo do fato de seus integrantes, atividades e diretrizes terem se tornado mais dispersos e, de certa maneira, mais discretos. Os historiadores, mais preocupados em descrever os episódios que caracterizavam a construção de uma identidade nacional, deixaram de lado um grupo que, muitas vezes, durante o Império, foi considerado extremado. Muitos líderes políticos, identificados publicamente como maçons, questionavam o modelo monárquico centralizador, vitorioso com a independência, defendendo um rompimento mais radical com a herança *civilizadora* colonial advinda de Portugal.

A produção bibliográfica tradicional se concentrou, de forma especial, no processo de emancipação política do Brasil, no qual a participação da maçonaria foi inquestionável. Os testemunhos, os documentos e as primeiras obras publicadas não deixam dúvidas de que algumas das principais articulações, negociações e manifestações de caráter público e popular, imediatamente anteriores à independência, partiram das lojas maçônicas. A maioria dos

historiadores inclui, assim, a maçonaria como um dos grupos integrantes do processo, algumas vezes mais valorizada; outras, menos.

Um exemplo disso é Oliveira Lima, que dedicou um capítulo[48] de sua obra para narrar a atuação da maçonaria em um dos episódios derradeiros da independência. O autor afirma que

> *a participação maçônica no* Fico *já fora notável, mas onde ela aparece verdadeiramente conspícua é a 13 de maio de 1822, quando, por ocasião de celebrar-se o aniversário natalício de el-rei, Dom Pedro recebeu a honrosíssima investidura de defensor perpétuo do Brasil (...)*[49].

Na obra de Oliveira Lima, fica patente uma característica recorrente em outros autores: o desconhecimento ou a falta de informações sobre as particularidades da organização interna da ordem no Brasil, como também em nível internacional. Os equívocos veiculados normalmente se deveram à própria nebulosidade em torno da instituição. Do ponto de vista da existência de um corpo administrativo, jurídico e simbólico próprio, o exemplo que se apresenta a seguir, a respeito das razões para a criação do Grande Oriente do Brasil em 1822, constitui um demonstrativo das versões presentes nas obras analisadas.

> *O número de iniciados, que eram portanto outros tantos aderentes da causa do Brasil, cresceu tanto que a 28 de maio de 1822 a loja 'Comércio e Artes' teve que se dividir em três e fundar-se o Grande Oriente do Brasil, continuando a loja-mãe com o seu nome primitivo, que significava a 'idade de ouro', e sendo dados às outras duas que se desmembraram os títulos de 'União e Tranqüilidade', palavras atribuídas ao príncipe para sossegar o povo no dia 9 de janeiro, e 'Esperança de Niterói', designação simbólica da projetada emancipação do reino americano*[50].

---

[48]Trata-se do capítulo intitulado "O trabalho das lojas maçônicas. O príncipe defensor perpétuo e a convocação da Constituinte", que faz parte da obra *O movimento da independência.* Op. cit. p. 206-220.
[49]Idem, p. 207.
[50]Idem, ibid, p. 207.

Conforme abordaremos mais adiante, a razão para o desmembramento das lojas maçônicas referidas teria sido a exigência legal em vigor naquele período nos preceitos jurídicos em escala internacional, de apenas serem reconhecidos poderes dirigentes centrais se esses tivessem, no mínimo, três oficinas em atividade regular. A esse tipo de incorreção se agregam outras, relacionadas tanto a informações quanto a datas e episódios.

Varnhagen também se refere à maçonaria em parte de um de seus trabalho, particularmente em um dos capítulos de sua obra[51], não fazendo, contudo, referências a qualquer atuação anterior a 1821. Em relação a essa conjuntura, a das principais definições do processo de independência, ele afirma: "em todas estas decisões tinha já grande parte a maçonaria, de cujo Grande Oriente o Ministro José Bonifácio era ainda grão-mestre"[52].

Por outro lado, a identificação dos grupos políticos participantes da luta política foi, na maioria dos casos, muito bem descrita pelos historiadores do grupo tradicional. Por meio dos seus trabalhos, observa-se a identificação bem explícita da presença de dois grupos políticos disputando as definições quanto à independência do Brasil: o partido português e o brasileiro[53]. Mais importante, no entanto, em termos do nosso trabalho, é a descrição que fazem das diferentes visões defendidas na independência e a percepção de que o grupo maçônico representava o setor mais radical entre os liberais brasileiros.

Varnhagen, por exemplo, demonstra sua pouca simpatia à causa liberal maçônica, quando inclui os maçons no grupo liberal exaltado, para ele *extremado*. Defensor da manutenção da ordem e de um rompimento político pacífico com a tradição civilizadora portuguesa, o autor descreve o quadro político complexo que se desenhava naquele processo:

> *os que no Brasil se ocupavam de política se viram então mui desconformes em opiniões. Em alguns*

[51] O capítulo se denomina "Desde a partida de Avilez até a profissão maçônica do príncipe, depois dos seus dois manifestos" In: Op. cit. p. 107-130. VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História da independência do Brasil.* Op. cit.

[52] Idem, p.127.

[53] Os autores que utilizam com mais freqüência esta terminologia ou denominação são Rocha Pombo e Varnhagen.

> *predominavam os sentimentos em favor da monarquia pura, em outros da constitucional, não faltando já alguns que se inclinavam à democracia e ao republicanismo. E cada uma destas três comunhões fracionava-se ainda, inclinando-se uns à união com Portugal e outros à independência. É necessário ter-se em conta o jogo desencontrado destes três elementos, para explicar para o diante muitos fatos e o como umas vezes se apoiavam de um modo e outras de outro. De modo que estavam verdadeiramente em jogo cinco partidos*[54].

Os maçons se encontravam, via de regra, entre os setores liberais mais exaltados, dos defensores da democracia e da República. A inclusão da maçonaria na história política brasileira se encerrou historiograficamente, para a maioria dos tradicionais, no momento em que se definiu o modelo de independência. Como o grupo *extremado* fora derrotado, os defensores do republicanismo e das transformações mais radicalizadas, incluindo aí o rompimento com a herança civilizadora portuguesa - e nisso se enquadravam também muitos maçons -, não teriam mais espaço destacado nas obras desses historiadores.

Com isso, entendem-se as razões do porquê de, cinqüenta anos depois da independência, na famosa questão religiosa, de 1872 a 1875, quando a maçonaria foi, sem sombra de dúvida, um dos personagens principais, a bibliografia tradicional apresentar vagas referências a respeito ou nem mesmo mencioná-la. Um exemplo importante da não-inclusão da maçonaria naqueles acontecimentos é o da obra de Rocha Pombo, que, tratando dos antecedentes da proclamação da República, dedicou um único parágrafo para caracterizar aquele conflito político-religioso[55]. O outro é Tobias Monteiro, que sequer menciona a questão religiosa como um momento importante da crise que preparou os caminhos para a proclamação da República[56].

---

[54]VARNHAGEN, *História da independência do Brasil*. Op. cit. p. 77.

[55]ROCHA POMBO. Op. cit. v. 5. p. 306. O autor nem sequer menciona os conflitos maçônico-religiosos.

[56]MONTEIRO, Tobias do Rego. *Pesquisas e depoimentos para a história*. Rio de Janeiro: Francisco Alves e Cia, 1913. Op. cit. Para descrever os antecedentes da proclamação da República, ele prioriza o movimento abolicionista e a questão militar.

A historiografia tradicional, de forma fragmentária, isolada e permeada por valores políticos e morais de seus representantes, inseriu a maçonaria na história brasileira especialmente no período do processo de emancipação política. Nesse tópico, a menção a algumas lojas maçônicas (somente as situadas no Rio de Janeiro) que tiveram participação no processo, a presença e identificação das lideranças maçônicas (quase sempre as figuras de José do Bonifácio e Gonçalves Ledo), as decisões tomadas no interior dessas lojas mereceram destaque dos historiadores tradicionais. Além disso, trouxeram luz a uma parte da documentação por eles utilizadas, principalmente as atas que restaram do curto período de funcionamento do Grande Oriente do Brasil[57] e as primeiras obras publicadas por maçons[58].

Ainda na perspectiva da produção bibliográfica descomprometida, o segundo grupo de historiadores analisados, os acadêmicos, também não enfoca a maçonaria enquanto objeto de pesquisa específico ou de destaque. As universidades e centros de pesquisa histórica de caráter *acadêmico* brasileiros, aqui no sentido de *científico*, marginalizaram o tema, o que, de forma geral, também ocorreu a partir da década de 1970 com o gênero de *história política*. Como, tradicionalmente, a maçonaria esteve inserida em estudos de política, ela sofreu as conseqüências dessa marginalização, de forma que a maioria dos autores que a mencionam o fazem de forma indireta e, muitas vezes, superficialmente[59].

---

[57]É citada nessas obras a documentação referente às atas das 19 primeiras e únicas sessões do Grande Oriente do Brasil (correspondente aos poucos meses de seu funcionamento) e que foram transcritas nos *Anais Fluminenses,* publicado em 1832 e, mais tarde, transcritas também em obras de maçons e na imprensa maçônica.

[58]As primeiras obras de história da maçonaria serão nominadas quando da análise da *historiografia comprometida ou engajada.*

[59]Relacionamos alguns desses trabalhos: BARRETO, Célia de Barros. Ação das sociedades secretas. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (Org.). *História geral da civilização brasileira.* Rio de Janeiro: Bertrand, 1993. v. 3. p.191-206; BARROS, Roque Spencer M. de. A questão religiosa. In: Idem. São Paulo: Difel, 1985. v. 6. p. 338- 365; BARROS, Roque Spencer M. de. Vida Religiosa. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (Org.). *História geral da civilização brasileira.* São Paulo: Difel, 1985. v. 6. p. 317-337; BEIGUELMAN, Paula. *Pequenos estudos de ciência política.* São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1968. p. 103-106; COSTA, Emilia Viotti da. Introdução ao estudo da emancipação política do Brasil. In: . MOTA, Carlos Guilherme (Org.). *Brasil em perspectiva.* São Paulo: Difel, 1982. p. 64-125; HOLANDA, Sérgio Buarque. Fartura e crise. In: HOLANDA. Op. cit. v. 7. p. 150-175; Idem. Da maçonaria ao positivismo. In: Idem. p. 289-305; VIEIRA, Davi Gueiros. *O protestantismo, a maçonaria e a questão religiosa no Brasil.* Brasília: Editora da UnB, 1980.

Nesse sentido, uma exceção é o trabalho de Alexandre Mansur Barata, que estudou a ação da maçonaria brasileira no período de 1870 e 1910[60] e cuja abordagem leva em conta a inserção da instituição no campo do confronto entre o pensamento liberal e cientificista e o pensamento católico-conservador. Em outras palavras, o autor identificou o grupo maçônico entre os integrantes da chamada *ilustração* brasileira, sobretudo na segunda metade do século XIX. Para tanto, descreveu e analisou, inicialmente, os aspectos intrínsecos à ordem, como, por exemplo, a sua estrutura organizacional; em relação ao Brasil, estudou a introdução das idéias maçônicas, o conflito com a Igreja Católica e, por fim, as principais ações da maçonaria no país.

Barata, utilizando uma bibliografia direcionada para a temática e uma ampla documentação de origem maçônica, conseguiu desenhar uma visão geral da presença maçônica no Brasil no período, inclusive com a montagem de quadros quantitativos bastante significativos. Ainda, aprofundou com consistência as indicações já observadas pelos historiadores acadêmicos, mas até então insuficientes. Um exemplo desse aprofundamento se observa na explicação dada à compreensão dos maçons sobre os princípios liberais:

> *É a partir da crença na universalidade da natureza humana e no racionalismo, pressupostos fundamentais do movimento ilustrado, que o discurso maçônico se estrutura. Ao se definir como uma escola de formação moral da humanidade, ensinando as virtudes cardeais - a liberdade de pensamento e a independência da razão -, a Maçonaria assumia o compromisso das "Luzes", de combater as "Trevas", representadas pela ignorância, pela supertição e pela religião revelada. Durante os últimos anos do século XIX e primeiros do XX a presença da maçonaria brasileira nos debates que visavam construir uma nova noção de identidade nacional foi uma constante*[61].

[60] BARATA, Alexandre Mansur. *Luzes e sombras: a ação dos pedreiros-livres brasileiros (1870-1910).* Op. cit.
[61] Idem, p. 108.

Nesse mesmo sentido, outra exceção é a obra de David Gueiros Vieira[62], na qual, mesmo tratando com menor especificidade a maçonaria, o autor tematizou com destaque o protestantismo e a questão religiosa no Brasil. A sua principal contribuição prende-se à revelação de um possível vínculo de cooperação entre protestantes e maçons quando do episódio eclodido em 1872 que envolveu principalmente a Igreja Católica e a maçonaria. Entre as conclusões a que chegou Vieira, a mais importante é a de que a cooperação entre protestantes e maçons se deu de modo bastante limitado, pelo fornecimento, por exemplo, de livros e literatura anticatólica aos escritores maçônicos. Além de reunir uma ampla bibliografia e documentação sobre a temática, o autor analisou a produção historiográfica *maçônica,* do que concluiu:

> *É por demais óbvio que a historiografia brasileira aproveitaria muito com um estudo erudito da maçonaria nacional, que desapaixonadamente pesquisasse todos os aspectos daquela organização e no que, tanto de bom como de mau, se tem constituído a sua contribuição para a história brasileira. Até aqui a maçonaria brasileira não produziu historiadores proeminentes, com exceção talvez do pernambucano Mário Melo Carneiro do Rego, que não era um escritor desapaixonado*[63].

A problemática levantada por esse último trabalho permanece inédita, já que não foram publicados outros estudos redimensionando ou, mesmo, aprofundando o relacionamento entre o protestantismo e a maçonaria no século XIX no Brasil. Em se tratando do Rio Grande do Sul, esse se constitui certamente num campo fértil para pesquisas que envolvam protestantes de origem alemã e maçonaria. De qualquer forma, os dois autores acadêmicos mencionados desenvolveram os estudos mais relevantes em torno da maçonaria no Brasil, ao contrário da maioria dos trabalhos acadêmicos, que a mantêm distante ou a tratam superficialmente na história brasileira.

---

[62] VIEIRA, David Gueiros. Op. cit.
[63] Idem, p. 41.

O pouco interesse dos historiadores acadêmicos brasileiros em relação a essa temática pode ser explicado pela predominância da tendência teórica a que, de uma forma ou de outra, foram influenciados. Referimo-nos ao domínio que a *história social* exerceu sobre parcelas importantes da historiografia internacional e que teve repercussões no Brasil[64]. Acrescente-se a isso a demasiada preocupação desses autores com as explicações e esquemas teóricos em *moda*, sendo privilegiados os aspectos de ordem teórica em detrimento de pesquisas de cunho empírico, fundamentais no caso de estudos sobre a maçonaria, dada a pequena produção bibliográfica em contraposição a uma farta documentação disponível e ainda não explorada.

Mesmo hoje, ao contrário do que vem ocorrendo em outros países, onde se observa um interesse crescente em relação aos estudos maçônicos, no Brasil esse fenômeno ainda não é observado. Temas que levem em conta a especificidade da instituição, a sua relação concreta com as realidades históricas em que atuou, a sua influência no nível da sociedade e da cultura, os diferentes posicionamentos internos sobre questões externas e internas à ordem, o perfil socioeconômico e cultural dos seus filiados, a sua relação com a Igreja Católica no país, entre outros, continuam em aberto e ainda não foram tratados. Os poucos textos que, mesmo indiretamente, se referem ao assunto apresentam, de forma geral, problemas que revelam sua fragilidade.

Em primeiro lugar, os trabalhos tendem a repetir, do ponto de vista da abordagem factual ou empírica, o que já havia sido escrito pelos tradicionais, oferecendo pouca contribuição historiográfica. Apesar das críticas ao modelo positivista daqueles historiadores[65], o enfoque e a abordagem atuais não se diferenciam muito, ou seja, não se procuram novas fontes documentais primárias, utilizando-se, quase sempre, aquelas que serviram aos historiadores tradicionais. Portanto, e de forma semelhante, a participação maçônica é apresentada apenas

[64]Ver sobre isto, JULLIARD. Op. cit. p. 180-198.

[65]Exemplar, nesse caso, é o texto de COSTA, Emília Viotti da. Op. cit., em que afirma: "atendo-se aos documentos testemunhais, preocupando-se quase exclusivamente com acontecimentos políticos, a historiografia tradicional limita-se, em geral, à descrição minuciosa de episódios e personagens mais em evidência no cenário político, fazendo uma crônica pormenorizada dos sucessos que antecedem o Sete de Setembro". E continua: "observando cuidadosamente os fatos referidos, verifica-se que muito do que se apresenta sob a forma de erudição e sob a pretensão de ciência, não passa de uma lenda histórica do movimento da Independência", p. 64-5.

nos mesmos dois episódios, isto é, no processo de independência do Brasil e na questão religiosa.

Essa desconsideração em relação às fontes primárias e bibliográficas específicas sobre o tema trouxe como conseqüência conclusões pouco consistentes sobre as atividades da maçonaria brasileira e internacional. Um exemplo revelador dessa situação transparece quando Emília Viotti da Costa, tratando das sociedades secretas e dos movimentos de caráter emancipacionista primitivos do final do século XVIII, afirma:

> *A maioria dos movimentos revolucionários teve como foco as lojas maçônicas. Pode-se afirmar com certeza que tanto na conjura do Rio de Janeiro quanto na baiana e na revolução de 1817, a penetração dos 'abomináveis princípios franceses' e a articulação dos movimentos revolucionários se fez dentro dos quadros das sociedades secretas, repetindo-se aqui o uso europeu*[66].

Nesse posicionamento, a autora demonstra desconhecer aspectos factuais e cronológicos referentes à implantação ou instalação da maçonaria no país, sobre os quais existe unanimidade por parte da historiografia tradicional e engajada, também confirmada por fontes primárias maçônicas. Ainda que muitos líderes políticos e intelectuais tivessem contato ou, mesmo, fossem filiados à maçonaria quando da sua passagem ou estada em outros países, isso não significou a presença orgânica da ordem em terras brasileiras, pois ela não se instalou oficialmente no Brasil antes de 1800. Da presença de alguns maçons - iniciados isoladamente na Europa - entre os revolucionários e emancipacionistas, não se pode deduzir a presença institucional da maçonaria no país. Além disso, sociedades políticas de caráter secreto não são sinônimo de maçonaria, como confundiram muitos historiadores, embora, evidentemente, entre essas, a instituição tenha obtido mais prestígio e influência que as demais. Enfim, dos episódios citados pela historiadora, a exceção parece ser a revolução de 1817, que teve forte influência maçônica.

---

[66]COSTA, Emília Viotti da. Op. cit. p. 88.

A imprecisão historiográfica também se refere aos conhecimentos mais gerais sobre a história da maçonaria mundial. Apesar da existência de uma grande quantidade de obras apologéticas ou, por outro lado, impregnadas de preconceitos em relação à obscuridade maçônica, já se produziu, desde o século XVIII, um lastro de conhecimentos irrefutáveis sobre a instituição. E ainda que estudiosos tenham se dedicado ao estudo da maçonaria já naquele século, portanto, muito próximo do seu nascimento na forma *moderna ou especulativa*, alguns autores brasileiros desconhecem as informações fundamentais que lhes permitiriam tratar o tema com maior consistência. Esse é o caso de Célia de Barros Barreto, que, ao explicar a origem histórica da ordem, afirma:

> *Sua origem é praticamente ignorada, pois os poucos historiadores maçons que tratam do problema não concordam entre si. De todas essas discussões, o que podemos saber de mais provável é estar ela originariamente ligada às velhas confrarias de pedreiros, donde a denominação é adotada. Essas confrarias tinham ritos de iniciação e segredos de construção que naturalmente permaneciam no círculo dos iniciados*[67].

A origem da maçonaria parece ser um dos aspectos mais consensuais entre os historiadores, principalmente os europeus, tanto maçons como acadêmicos. Em obras publicadas desde o século XVIII, muitos estudiosos vêm afirmando que a sua origem remonta aos séculos finais da Idade Média, nas corporações de ofício dos pedreiros especializados[68]. Portanto, historiadores como os referidos refutaram teses presentes em obras de grande circulação editorial com versões mitológicas nas quais as origens da instituição remontariam à mais distante Antiguidade e "chegaram à conclusão de que a maçonaria não tinha origens nem na lenda de Hiram, nem nos templários. Mas, sim nos grêmios de construtores de catedrais"[69].

---

[67]BARRETO, Célia de Barros. Op. cit. p.192-193.

[68] Nessa perspectiva, FERRER BENIMELI, José Antonio. *Masonería, Iglesia...* Op.cit. v. 1. p. 29-31. cita dois desses autores, GRANDIDIER, Ph. A., *Essai historique et topographique sur l'Eglise cathédrale de Strasbourg,* Op. cit. e MAISTRE, Joseph de, *La franc-Maçonnerie.* Mémoire inédit ua duc de Brunswick (1782). Op. cit.

[69]FERRER BENIMELI, Jose Antonio. *Masonería, Iglesia....* Op. cit., v. 1. p. 31.

Por outro lado, apesar dos dados e informações imprecisos e das explicações por demais generalistas, os autores desse grupo são responsáveis pelo aprofundamento de questões importantes sobre a maçonaria na vida política e cultural brasileira no século XIX. Rompendo com a simples narrativa cronológica, baseada numa visão linear da história, tais estudos foram realizados sob uma nova abordagem, tendo como perspectiva a maçonaria como um agente participante no processo de construção da cultura política nacional. Cabe destacar que, mesmo que de forma pouco específica, temas como a recepção e a difusão do ideário iluminista francês e do liberalismo no Brasil, os caminhos da secularização do Estado e da sociedade incluíram a maçonaria. Roque Spencer M. de Barros, quando trata da vida espiritual brasileira no século XIX, afirma:

> *Em nosso entender, a questão religiosa transcende de muito o episódio em que se viram envolvidos os Bispos de Olinda e Pará: este episódio é apenas o seu clímax, o seu 'momento dramático', se assim nos podemos exprimir, sem que nem de longe se possa reduzir a ele a questão. Esta, na verdade, é um longo entrechocar-se de ideologias, ora patente, ora latente, que derivando-se do regime de união entre Igreja e o Estado, da situação geral das crenças religiosas no País, da guinada ultramontana do pontificado de Pio IV e dos progressos do liberalismo e do cientificismo nacionais no 'ocaso do Império', eclode finalmente de forma espetaculosa e dramática no episódio dos bispos, sem que a anistia de 1875 tivesse o condão de eliminá-la, apesar da calmaria aparente*[70].

Assim, entre os aspectos positivos da produção bibliográfica acadêmica, encontra-se justamente a tentativa de redimensionar a participação ou influência da maçonaria no campo das idéias políticas. A inserção da instituição, com essa abordagem aparece novamente e com freqüência em dois momentos da história brasileira do século XIX: no processo de independência e na questão dos bispos. Apesar de essas referências serem, na maioria das vezes, pontuais e isoladas, elas possibilitam uma análise mais ampla da atuação da maçonaria na

história do Brasil daquele século. Nesse ponto, é importante salientar que, ao contrário das versões tradicionais, que se concentram quase sempre na independência, os acadêmicos privilegiam a questão dos bispos como momento especial de confronto e construção do pensamento político brasileiro.

Tais autores reconheceram e incluíram a maçonaria, ou mais especificamente os maçons, como integrantes da intelectualidade brasileira receptora e difusora das correntes de pensamento influenciadas pelo ideário francês e liberal e, mais tarde, do cientificismo. Certamente, os maçons não foram os únicos liberais e intelectuais a defender essas idéias, todavia seus posicionamentos foram importantes para a história das idéias do século XIX, visto que, como intelectuais e políticos, eles atuavam em jornais, em revistas, em sociedades literárias e beneficentes e, também, nos partidos políticos. O fio condutor da sua atuação, que se irradiava e que os mantinha em permanente contato com a sociedade, era, além da filantropia, a defesa da liberdade de pensamento, da liberdade religiosa e da laicização da sociedade. Por isso, os progressos do liberalismo e o cientificismo nacional do século XIX devem muito à maçonaria.

Nesse sentido, merece destaque especial a obra de Fernando de Azevedo[71], que, tratando da formação da cultura brasileira, particularmente das instituições e crenças religiosas, incluiu a maçonaria como agente integrante das transformações culturais ocorridas no século XIX. Quando trata das reais motivações da questão religiosa, ele afirma:

> *Não era certamente a intolerância religiosa que inspirou a tenaz resistência dos dois prelados, na questão epíscopo-maçônica, que anuncia, como um divisor de águas, o ponto culminante e crítico do regime de união da Igreja e do Estado e mais uma etapa da idéia, em marcha, da liberdade de pensamento e de crenças. O que defendiam os bispos brasileiros era a sua autoridade legítima, em assuntos puramente espirituais, sobre o clero e as confrarias subordinadas à autoridade eclesiásticas e*

---

[70]BARROS, Roque Spencer M. de. Vida religiosa. Op. cit. p. 319.
[71]AZEVEDO, Fernando. *A cultura brasileira: introdução ao estudo da cultura no Brasil.* Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Brasília: Editora UnB, 1996.

> *ameaçadas a um tempo pelas influências morais e políticas das lojas maçônicas e pela intervenção da autoridade civil que considerava o clero como uma classe de funcionários do Estado*[72].

A partir dessa nova ótica, a da inserção da maçonaria no âmbito da cultura política, pode-se redimensionar a sua participação na realidade histórica brasileira, ou seja, ela não mais será observada como um corpo estranho às estruturas políticas e, tampouco, como definidora de processos políticos como querem muitos historiadores maçons. Ela será, sim, um dos agentes históricos presentes, com projeto próprio, mesmo que muitas vezes difuso, para a sociedade brasileira, direcionando suas ações no sentido de vê-lo vitorioso na disputa de espaços com outros projetos.

2.2. A maçonaria sob a perspectiva dos historiadores comprometidos

Independentemente das historiografias tradicional e acadêmica, a história da maçonaria no Brasil vem sendo escrita por historiadores comprometidos ou engajados. Esse tipo de historiografia, que se poderia denominar também de *literatura,* se divide em duas vertentes: a primeira é de origem maçônica e a segunda, escrita por inimigos dela, quase sempre católicos. Das duas, daremos maior ênfase à produção bibliográfica originária da maçonaria, já que a consideramos mais importante do ponto de vista quantitativo e qualitativo. A segunda, conhecida por antimaçonaria pelo seu caráter explicitamente de combate à instituição, trata muito superficialmente dos aspectos mais históricos, detendo-se, na maioria dos casos, nas diferenças ideológicas entre a doutrina católica e a maçônica.

A maior parte dos estudos de ambos os tipos são claramente parciais, visto que tanto os autores *maçons* quanto os *antimaçons* se posicionam e dirigem suas obras a um público determinado, aquele receptível ou *simpático* a cada uma

[72]Idem, p. 254.

das versões explicitadas. Isso se justifica pelo fato de a propaganda e a divulgação doutrinária se constituírem no objetivo da historiografia comprometida. Dessa forma, ao lado da parcialidade, a ausência de crítica histórica poderia ser motivo para que se relegassem esses trabalhos a um segundo plano da pespectiva de tê-los como fonte de pesquisa; no entanto, eles se tornam importantes por se tratar de documentos internos constantes nos arquivos maçônicos aos quais a maior parte dos historiadores, na maioria maçons, tiveram maior acesso. Além disso, as versões diametralmente opostas desses historiadores permitem a releitura dum mesmo conteúdo filtrada por ambas as versões.

As obras de história da maçonaria escrita por maçons[73] são quantitativamente superiores às dos seus inimigos. Do ponto de vista teórico, em sua grande maioria, elas acompanham o modelo historiográfico tradicional, isto é, uma história enfocam cujos episódios acompanham a periodização tradicional da fase imperial brasileira, destacando-se as figuras-heróis, nesse caso os maçons ilustres. Entende-se, com isso, que a produção bibliográfica oriunda da maçonaria objetivou, desde os seus primórdios, fazer frente ao descaso a que a instituição fora relegada por aqueles que haviam escrito e escreviam a história do Brasil. A valorização da história da ordem no país, que as obras objetivavam num nível interno, funcionava como uma espécie de ação pedagógica, usada

[73] Foi a partir da segunda metade do século XIX que a ordem passou a se preocupar efetivamente com a circulação de informações e a divulgação da sua história. A partir de então, produziram-se obras que se tornaram fontes primárias fundamentais ao estudo da maçonaria no Brasil, entre as quais utilizamos neste trabalho especialmente as seguintes: ALBUQUERQUE, Arci Tenório de. *A maçonaria e a grandeza do Brasil.* Rio de Janeiro: Aurora, 1955; ARÃO, Manoel. *História da maçonaria no Brasil*. v. 1. Recife: s/e., 1926; ASLAN, Nicola. *História geral da maçonaria (fastos da maçonaria brasileira).* Rio de Janeiro: Aurora, 1979; ASSIS CINTRA, *O homem da independência.* São Paulo: Melhoramentos, 1921; FAGUNDES, Morivalde Calvet. *Uma visão dialética da maçonaria brasileira*. Rio de Janeiro. Aurora, 1985; FAGUNDES, Morivalde Calvet. *Subsídios para a história da literatura maçônica brasileira (século XIX).* Caxias do Sul: Educs, 1989; FERREIRA, Manoel Rodrigues e Tito Lívio. *A maçonaria na independência brasileira.* São Paulo: Biblos, 1962; GOMES, Manoel. *A maçonaria na história do Brasil*. Rio de Janeiro: Aurora, 1975; MENEZES, Manoel Joaquim de. *Exposição histórica da maçonaria no Brasil*, *particularmente na província do Rio de Janeiro em relação com a independência e integridade do Império.* Rio de Janeiro: s/e., 1857 (transcrito em partes no *Boletim do Grande Oriente do Brasil*, 1875, ano 4, n. 3 a 12); MORAES, A. J. de Mello. *História do Brasil Reino e do Brasil Império*. Rio de Janeiro, s/ed., 1871; Idem, *A independência do Brasil.* Rio de Janeiro, 1877; PACE, Carlos. *Resumo histórico da maçonaria no Brasil.* Rio de Janeiro: Cia. Typ. do Brazil, 1896; PROBER, Kurtz. *História do Supremo Conselho do Grau 33 do Brasil.* Rio de Janeiro: Livraria Kosmos, 1981; REGO, Mário Melo Carneiro do. *A maçonaria e a revolução republicana de 1817*. Recife: s/e., 1912; SOARES, A. S. Macedo. A maçonaria brasileira e a história do Brasil. In: *Boletim do Grande Oriente do Brasil.* Ano 20. n. 10, 1881;

como propaganda, informação e doutrinação dirigida principalmente aos seus integrantes menos cultos e aos seus simpatizantes. Por outro lado, a utilização externa dessas obras visava ao fortalecimento da imagem da ordem, que pretendia angariar simpatias nas suas atividades externas.

Manoel Arão, em sua importante obra, evidencia os propósitos da publicação:

> *A "História da Maçonaria no Brasil" que se segue, é uma simples tentativa de sistematização dos fatos mais notáveis em que essa benemérita instituição colaborou, na própria história nacional. Ver-se-á que esta última recebe um precioso contingente com a divulgação de muitos episódios em que a atuação maçônica foi a própria força diretriz senão a mesma gênese. Esses episódios, em geral, são até hoje mal conhecidos senão mal apreciados do grande público; e em dar-lhes sua feição própria e reivindicar-lhes o caráter, na elaboração de nossa vida social e política, está o principal mister a que se propõe este livro*[74].

As fontes primárias localizadas nos arquivos maçônicos por esses historiadores, sobretudo pelos primeiros, e em muitos casos transcritas nas obras, são indispensáveis à reconstituição da história da maçonaria no Brasil. Tais documentos maçônicos[75], alguns já desaparecidos, são nelas transcritos com quase absoluta fidelidade, aliás, ponto forte dessa historiografia é exatamente a reconstituição da história pela via documental. Assim, a emissão permanente de

---

TEIXEIRA PINTO. *A maçonaria na independência do Brasil (1812-1823).* Rio de Janeiro: Salagan, 1961.

[74], ARÃO, Manoel. Op. cit. p. 3.

[75] Algumas dessas fontes bibliográficas são as seguintes: *Annaes Fluminenses,* de autoria desconhecida, conjunto de artigos e documentos transcritos datado de 1832, primeiro documento impresso da maçonaria nacional e no final do século pela imprensa oficial maçônica; *Astréia,* almanaque maçônico, publicado no Rio de Janeiro entre 1846 e 1847; *Biblioteca maçônica ou instrução completa,* aprovada pelo Grande Oriente do Brasil em 1864 (esta publicação é de origem francesa e traduzida para o português em seis volumes), constituiu-se num resumo de quase todos os escritos maçônicos publicados até 1833 e, desde então, serviu de manual, livro litúrgico e regulador dos trabalhos da ordem no Brasil); *Manual Maçônico*, publicado em 1861, no Rio de Janeiro, que trata dos ritos escocês e francês incluindo ritual para a inauguração de um novo templo, com o hino respectivo, aprovado pelo Grande Oriente do Brasil; a partir de 1871, apareceu o órgão de imprensa maçônica mais importante e mais duradouro da maçonaria nacional, o *Boletim do Grande Oriente do Brasil,* jornal oficial que circulou durante todo o período pesquisado, com interrupção apenas de 1885 a 1889. Foi o órgão responsável pela divulgação dos documentos originais desaparecidos ou de difícil acesso.

opiniões valorativas e, em muitos casos, extremadas sobre a importância da instituição não diminui a validade da documentação trabalhada. Para o nosso estudo, em especial, as informações, os dados quantitativos e as opiniões reveladas pelos autores foram fundamentais no desenvolvimento da temática.

De forma geral, as obras de origem maçônica se apresentam com uma estrutura semelhante, quase que se repetindo em termos de organização das informações, da cronologia ou periodização e da ênfase a determinados episódios e personagens. Com poucas exceções, os textos iniciam com informações gerais sobre definição de maçonaria, suas origens históricas, inclusive as diversas teses sobre a questão, a sua introdução no Brasil, a relação com as sociedades secretas do século XVIII, a participação na independência e no episódio do Fico em 1831, no golpe da maioridade, no movimento abolicionista e no republicano.

Por exemplo, quando se trata da influência da maçonaria nos movimentos de cunho libertário-emancipador dos finais do século XVIII, a maioria dos autores concorda em que, mesmo não existindo oficialmente lojas maçônicas no Brasil daquele período, ela exerceu uma influência indireta. Morivalde Calvet Fagundes nos oferece um exemplo dessa visão:

> *Cremos, assim, haver delineado, em traços amplos e gerais, a maçonaria no Brasil do século XVIII. Se fosse preciso definí-la e adjetivá-la, diríamos que ela foi uma maçonaria nebulosa, oculta, embrionária, revolucionária e política, subersiva até. Numa análise sócio-econômica, pode-se afirmar que essa maçonaria já trazia no seu bojo algumas das características que seriam próprias da maçonaria brasileira do futuro: pobres e ricos, soldados e eclesiásticos, governantes e governados, intelectuais e homens do povo, funcionários públicos e profissionais liberais, todos unidos em torno de um só ideal, que, no momento era a mudança do regime político e a independência do Brasil*[76].

Nesse mesmo sentido, o de demonstrar as diversas visões contidas na historiografia maçônica, algumas se sobressaem exatamente pelo seu caráter

[76] FAGUNDES, Morivalde Calvet. *Uma visão dialética da maçonaria brasileira*. Op. cit. p. 22-23.

apologético e simplificador da presença da instituição nos principais acontecimentos da história político-social brasileira. Manoel Gomes é exemplar quando trata do movimento abolicionista :

> *Feita a emancipação política do Brasil, vê a Maçonaria cumprida parte da sua missão. A revolução prossegue, agora, rumo à república. Mas, um problema sério persiste num desafio à ação da Maçonaria - a escravidão do homem negro. (...) Entretanto, a Maçonaria, vigilante e consciente de que lhe cumpria fazer, organiza-se, cria Lojas, funda clubes, prega a abolição*[77].

Nessa perspectiva, concomitantemente à narrativa desses episódios, eleitos como de iniciativa ou influência maçônica, os autores inserem questões de cunho interno, isto é, paralelamente à descrição da evolução histórica brasileira, relacionam a evolução da história da maçonaria brasileira. Nesse ponto, é possível observar a complexidade da instituição quando vista isoladamente: a diversidade de posicionamentos e de vertentes internas, os conflitos de caráter político e ideológico, as disputas pessoais entre lideranças, os rompimentos e cisões e as posteriores tentativas de unificação. Foram, portanto, a bibliografia maçônica e os documentos localizados a partir dessa que nos alertaram para questões importantes a serem respondidas. A principal delas foi: se a maçonaria no Brasil não foi uma instituição única e homogênea, o que, então, de fato, diferenciava as vertentes e os pedreiros-livres brasileiros?

Por meio da história escrita pela maçonaria, traduzida em obras ou, mesmo, na transcrição dessas, na sua imprensa interna, é possível observar e analisar como os maçons do século XIX percebiam a realidade social. Nesses registros, eles descrevem a sua visão sobre as classes sociais; posicionam-se sobre a política em geral, sem, no entanto, referir-se a partidos políticos ou a sistemas de governo; manifestam-se também em relação ao meio intelectual, identificando as correntes de pensamento e posicionando-se em relação a elas;

[77] GOMES, Manoel. Op. cit. p. 117-118.

informam sobre suas leituras e autores que atraem suas atenções, propagandeando tais obras.

Os integrantes da maçonaria, e mais precisamente os seus intelectuais, foram construtores de um tipo particular de *representação do mundo social*[78], na qual elegeram como problemática central, sobretudo na segunda metade do século XIX, a influência nefasta para a sociedade brasileira da política católica ultramontana e dos jesuítas. Na maioria das obras e na própria imprensa maçônica, os espaços mais importantes foram dedicados a essa temática. O anticlericalismo maçônico produziu estratégias e práticas que buscavam impor ou legitimar o seu projeto laicizante para a sociedade brasileira[79]. Nessa perspectiva, a imprensa, a educação e a beneficiência se transformaram nos espaços privilegiados do projeto da maçonaria brasileira.

A historiografia engajada da vertente antimaçônica não ganhou, contudo, no Brasil, o mesmo destaque que obteve em âmbito internacional[80]. A origem desse tipo de literatura esteve, invariavelmente, vinculada aos conflitos entre maçonaria e Igreja Católica, oriundos já do surgimento da maçonaria moderna. Os ataques em resposta a muitas das condenações pontifícias levaram a que autores católicos, mesmo que não falando institucionalmente, saíssem em defesa da doutrina cristã-católica, escrevendo obras que pretendiam esclarecer sobre os *verdadeiros objetivos da maçonaria*. Aliás, entre as razões do pouco conhecimento que ainda temos sobre o tema, ressalta-se o enraizamento de mitos oriundos dessa literatura, baseados em representações simbólicas e envolvendo desde denúncias de práticas de satanismo, até rituais sanguinários e ritos de

---

[78]Ver em CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações.* Lisboa: Difel/ Bertrand, 1990. p. 17, quando afirma: "As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza".

[79] Também CHARTIER, Roger. Idem. p. 17, afirma: "as percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas. Por isso esta investigação sobre as representações supõe-nas como estando sempre colocadas num campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e de dominação".

[80] Sobre a literatura antimaçônica no mundo, ver: FERRER BENIMELI e ALBERTON. *Gafes e mancadas.* p. 83-112; ASLAN, Nicola. *História geral da maçonaria...* Op. cit. p. 77, tratando do tema, diz que o padre Agostinho Barruel foi o primeiro grande expoente do antimaçonismo, "a fonte em que beberam gerações de antimaçons".

magia, de tal forma que tais obras acabaram por não explicar quase nada sobre a ordem[81].

No Brasil, essa literatura não ganhou adesão significativa da intelectualidade católica ou antimaçônica possivelmente porque a fragilidade e ingenuidade dos argumentos e o exagero quanto ao caráter de parcialidade caracterizaram a maior parte dessa produção bibliográfica. O seu cunho panfletário, próprio de uma literatura produzida com a finalidade explícita de propaganda e de alerta antimaçônico aos católicos, não menciona, de forma geral, aspectos da história da maçonaria no Brasil. A título de exemplo, em relação ao conteúdo desse tipo de literatura, aparece nos posicionamentos de Ramos de Oliveira: "O que mais caracteriza a instituição maçônica é a lamentável e desconcertante ilusão, em que laboram os seus adeptos. Todos eles ignoram a respeito da organização a que se incorporaram, sob inicial juramento de fidelidade incondicional"[82].

Na seqüência do texto, o mesmo autor denuncia de forma mais explícita as artimanhas que a maçonaria utilizaria para seduzir os ingênuos: "uma das mais frequentes *camouflages* da seita maçônica é apresentar-se como sociedade puramente beneficente. Mas, pelas palavras dos mais autorizados maçons se evidencia que não é a caridade, o intuito de fazer benefício, que a move"[83]. Na maioria das vezes, as insinuações sobre as reais motivações maçônicas não são mencionadas, o que se deve, talvez, ao fato de os autores antimaçons desconhecerem a doutrina, os objetivos e a própria história da ordem[84].

A par desse tipo de literatura, que circulou principalmente nas décadas de 1920 a 1950, dois outros autores antimaçons merecem ser destacados no

---

[81] Conforme FERRER BENIMELI, José Antonio. *Maçonaria X satanismo*. Londrina: A Trolha, 1995. p. 31: "O nome de Léo Taxil está ligado a um dos casos mais curiosos e ao mesmo tempo grotesco da luta entre a igreja católica e a maçonaria, em fins do século passado, e que deu origem à lenda do satanismo na maçonaria e às das famosas trans-lojas, dos triângulos Luciferianos, do culto demoníaco entre os maçons e uma enorme etecetera de orgias, profanações e ritos sangrentos que, apesar de tudo, continuam sendo aceitos hoje em dia como, não faz muito tempo, mencionavam com frequência algumas cartas de leitores a certos jornais nacionais".

[82] A obra é *A ilusão maçônica*. Rio de Janeiro: Ed. G. Costa, 1941. p. 12.

[83] Idem, p. 17.

[84] Ver também a obra de LIBERALI, Ricardo D. *Horas de combate ou vademecum apologético - para uso dos leigos.* São Paulo: Pia Sociedade Filhas de São Paulo, 1942, principalmente as p. 114-118.

grupo. O caráter mais aprofundado e consistente dos estudos de Gustavo Barroso[85] e d. Boaventura Kloppenburg[86] possibilitam a sua utilização como fonte bibliográfica nos estudos sobre maçonaria no Brasil, aliás, a envergadura e a repercussão dos seus trabalhos desencadearam uma forte reação maçônica. Não por acaso, então, ambos foram identificados e apontados pelos maçons como principais inimigos da instituição.

Gustavo Barroso, um dos expoentes do pensamento conservador e autoritário brasileiro no século XX, católico fervoroso, foi defensor de uma teoria que explica a história brasileira através de ações conspirativas, atribuindo-as basicamente à maçonaria. Assim, a história do Brasil dos séculos XVIII e XIX, portanto, dos primeiros movimentos de caráter emancipatórios até a proclamação da República, teria sido articulada, subterraneamente, por um complô formado pelo *judaísmo-cabalístico-maçônico*[87]. Sobre a maçonaria, o autor destaca os principais episódios que julga serem resultado da sua ação, elencando razões que teriam impossibilitado a vitória maçônica, como, por exemplo, em relação ao processo de independência. Afirma ele:

> *É muito curiosa a dupla ação da maçonaria, em Portugal e no Brasil, desunindo-os a pouco e pouco, urdindo a futura república maçônica para ambos. Os liberais estão convencidos de que a obra foi meritória, porque a situam do seu estreito ponto de vista convencional. A independência brasileira processar-se-ia de modo diverso, em tempo oportuno, sem a maçonaria, seguindo-se a evolução natural e conservando-se as raízes tradicionais da nacionalidade, ao invés de substituí-la pelas raízes da acácia, vindas da Asia e do Egito. Se males maiores não advêm ao mundo da obra solerte das forças ocultas, é que Deus dirige os destinos dos povos e a*

[85] Na sua principal obra, *História secreta do Brasil.* Op. cit.

[86] As obras deste autor são: *Igreja e maçonaria: conciliação possível ?* Petrópolis: Vozes, 1992; e, *A maçonaria no Brasil; orientação para católicos.* Op. cit. Além destes livros, o autor também publicou diversos artigos na revista católica *Vozes de Petrópolis: revista católica de cultura, e*ntre os quais aparecem*:* "Os amores da maçonaria brasileira à Igreja Católica", 1956, jan./fev., v. XIV, fasc. 2, p. 52-69, e "Maçonaria, intolerância da Igreja e a tolerância da maçonaria", 1956, mar./abr, v. XIV, fasc. 2, p. 171-185.

[87] Além da obra citada, Gustavo Barroso foi o responsável pela tradução de obras de autores antimaçons estrangeiros. Um exemplo foi a tradução de BERTRAND, I. *A maçonaria, seita judaica, suas origens, sagacidade e finalidades anticristãs*. São Paulo: Minerva, 1938.

> *Providência, sem que sinta, faz com que, quase sempre, o mal, pensando que trabalha para si, trabalhe na verdade para o bem*[88].

A supervalorização conferida por Barroso à influência maçônica não se restringiu aos episódios apontados na sua obra; ele extropola as questões propriamente históricas, para desenvolver uma crítica no campo da produção do conhecimento histórico. Nesse aspecto, dirige as críticas aos membros do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, que, segundo ele, não se propunham a estudar as sociedades secretas no país, sua influência, origem, opiniões religiosas e políticas[89]. Indiretamente, então, ele acusa a instituição de receber influência da maçonaria. Nas suas palavras:

> *mas, a proposta foi, como era de esperar, abafada. Por instâncias do autor, figurou na ordem do dia 63ª, a 19 de maio de 1841. Anunciada a sua discussão, o cônego Januário da Cunha Barbosa, maçom qualificado, companheiro de Ledo e dos outros pedreiros-livres da Independência e da Abdicação, pediu a palavra e propôs que o assunto fosse reservado para ser discutido em tempo mais oportuno, atendendo-se o fato de ainda existirem pessoas que podiam ser comprometidas com tal discussão*[90].

Nessa questão, parece que Gustavo Barroso tinha alguma razão para acreditar que a influência maçônica *abafara* os debates e a produção em torno da temática. Isso porque, certamente - e esse aspecto mereceria estudo à parte -, muitos membros do instituto eram também maçons. Observando a quase inexistência de trabalhos publicados na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* cuja temática girasse em torno da maçonaria, pelo menos até as primeiras décadas deste século, é de se supor que, realmente, poderia existir alguma influência nesse sentido; por outro lado, as explicações dadas pelo

---

[88]BARROSO, Gustavo. Op. cit. v. 1. p. 229.
[89]Conforme BARROSO, Gustavo. Idem. v. 2, p. 11, na sessão 55 do IHGB, ocorrida em 16 de janeiro de 1841, foi apresentada uma proposta neste sentido por Mariz Sarmento, a qual, entretanto, não foi acatada.
[90]Idem, ibid., p. 11-12.

cônego Januário, mesmo que tivessem algum fundo de verdade, parecem-nos bastante frágeis. A repercussão do trabalho desse historiador fez com que ele fosse identificado pela maçonaria como seu principal inimigo.

Aslan, abordando a questão, afirma:

> *A antimaçonaria nacional, como, aliás, toda antimaçonaria que se preze, não é nem mais honesta nem mais esclarecida, posto que as bases sobre as quais assenta são as mesmas e as ilusões idênticas. Quando podia impor a sua prepotência, ela fez misérias neste país. Agora, com as unhas bem aparadas, ela se limita a utilizar o cediço e desmoralizado sistema de calúnias, inaugurado pelo jesuíta Barruel. Foi esse o processo empregado por Gustavo Barroso quando escreveu a sua "História Secreta do Brasil". Imitando as "Memórias" de Barruel, Gustavo Barroso confeitou os acontecimentos pátrios e utilizando-se de alguns livros antimaçônicos, entre os mais virulentos e imaginativos, a eles acrescentou os produtos de sua própria inventiva* [91].

A obra de Kloppenburg, menos histórica e mais doutrinária, constituiu-se também num referencial da antimaçonaria. Enquanto membro do clero católico, o propósito do autor é, por meio do estudo mais aprofundado das leis que regem a maçonaria, a sua organização, os vários ritos, os seus princípios e a história da ordem no Brasil, alertar os católicos sobre os perigos da *miragem maçônica*. Tendo como fontes de pesquisa a documentação interna da instituição e obras de autores maçons, ainda que utilizadas de forma fragmentária, o autor consegue elaborar uma obra, que, do ponto de vista histórico, comete poucos equívocos. E mais: como seus objetivos são de ordem ideológica, é exatamente no campo dos princípios que o autor ataca diretamente o seu inimigo. Preocupado com a participação de católicos na instituição condenada pela Igreja, ele explicita:

---

[91] ASLAN, Nicola. *História geral da maçonaria (fastos da maçonaria brasileira)*. Op. cit. p. 79.

> *É ainda intuito nosso contribuir para a solução do seguinte impasse: Sabem os católicos que a Igreja condenou a maçonaria e lhes proibiu a iniciação nos 'mistérios maçônicos'; ao mesmo tempo a Maçonaria continua a fazer propaganda e proselitismo nestes meios católicos, apresentando-se como sociedade inofensiva e puramente filantrópica, respeitadora de todas as religiões e, de modo particular da religião católica e, portanto, como injustamente, perseguida e condenada pela Igreja*[92].

Para desmistificar a propaganda maçônica no seio do mundo católico, Kloppenburg demonstra um grande conhecimento sobre a evolução histórica da maçonaria e, em especial, sobre a realidade maçônica atual no Brasil (em 1956)[93]. Essa sua estratégia consiste na caracterização daquilo que ele considera como os grandes atrativos da propaganda maçônica, quais sejam: a sedução pelas suas nobres finalidades, a virtude de seus membros e de suas obras, a tolerância como respeito às diferenças políticas e religiosas e a sabedoria como meio de aperfeiçoamento do homem. O autor procura demonstrar que não existe nenhuma possibilidade de conciliação entre a maçonaria e o catolicismo.

Nesse sentido, informa que

> *percebe-se logo que a plataforma apresentada oficialmente pela Maçonaria é excelente. O ideal proposto nestes esquemas é em si inatacável e digno de ser abraçado entusiasticamente por qualquer pessoa de bem - e precisamente por pessoas de bem. Assim se compreende perfeitamente que excelentes cidadãos nossos - e justamente porque excelentes! - que da Maçonaria conheciam apenas esta fachada ideal e inatacável, se sentissem nobremente atraídos ou até impulsionados para a 'Sublime Ordem Maçônica'. Talvez se possa mesmo dizer que a absoluta maioria dos maçons dos três primeiros graus (ou da 'Maçonaria Simbólica'), que constituiu*

[92] KLOPPENBURG, Boaventura. *A maçonaria no Brasil: orientação para católicos*. Op.cit. p. 5.
[93] O autor fornece dados quantitativos sobre o número de maçons, as lojas em funcionamento no Brasil, a que potências centrais estão vinculadas, os ritos a que obedecem, as leis que regem a maçonaria no país; além disso, descreve o funcionamento das lojas, as sessões e cerimônias mais importantes, direitos e deveres das lojas, entre outras informações.

> *a turba magna da Maçonaria, dela apenas conhece este aspecto simpático*[94].

A repercussão da obra de Kloppenburg, publicada em primeira edição no ano de 1956, atingiu em cheio seus inimigos, tanto que, já no ano seguinte, apareceu outra obra como resposta explícita aos seus ataques. O autor responsável pela elaboração dessa, Campos Porto, inicialmente, elogia o estilo lingüístico e a excelente forma de apresentação da obra de Kloppenburg; a seguir, pondera que o livro "tem o grave defeito da unilateridade, dado que o eminente clérigo sabe dizer coisas bonitas de uma religião que ele chama 'católica', pintando-a mesmo como uma perfeição, (...)"[95]. A partir desse ponto, elenca os principais problemas do catolicismo.

Tanto a historiografia descomprometida como a comprometida não produziram ainda estudos que nos possibilitem ter uma visão global, ou pelo menos genérica, da presença da maçonaria no Brasil. As formas como se escreveu e se tem escrito sobre o tema, ao invés de redimensionarem o papel ou a influência da instituição nas realidades históricas em que ela atuou, têm perpetuado uma visão simplificada ou, mesmo, preconceituosa. É por isso que o tema *maçonaria* ainda hoje desperta curiosidade, sendo revestido de mitos construídos pelo engajamento ideológico, oriundos principalmente do embate entre a instituição e a Igreja Católica

No capítulo a seguir, buscaremos, com base nas referências bibliográficas analisadas anteriormente, construir uma síntese da história da maçonaria brasileira no século XIX, a qual é necessária como pano de fundo para que possamos deslocar o objeto deste estudo para o caso da maçonaria gaúcha.

---

[94] Idem, p. 82.
[95] PORTO, A. Campos. *A Igreja Católica e a maçonaria:* a decadência do catolicismo e a sua luta contra a maçonaria, o protestantismo e o judaísmo. Rio de Janeiro: s/ed., 1957. p. 7.

3. MAÇONARIA E HISTÓRIA: DAS PRIMEIRAS LOJAS AO MOVIMENTO FEDERALISTA MAÇÔNICO

No século XIX, a história da maçonaria brasileira pode ser periodicizada a partir, sobretudo, da produção bibliográfica dos historiadores maçons. A distinção dos períodos dessa história, de forma mais ou menos homogênea e com aspectos comuns, acompanhou e manteve a tendência de desenvolvimento dos estudos históricos no Brasil a partir do século XIX[96]. O fio condutor que determinou a divisão das fases mais importantes da presença maçônica se fundamentou numa concepção predominantemente evolucionista. Assim, os processos de penetração, implantação, expansão ou crescimento e consolidação da ordem no Brasil determinaram os seus principais períodos. Acrescente-se a isso que a maioria dos autores conferiu importância ao caráter de ordenação cronológica das datas, com alguma variação de grau para determinados fatos.

Para efeitos do nosso estudo, partimos, inicialmente, da periodização apresentada pela historiografia maçônica; no entanto, agregamos ou redefinimos essa divisão com base na concepção de que tais períodos não foram absolutamente fechados ou estanques. Assim, como critérios para essa periodização, tomaram-se por base também outros elementos, buscando "descobrir a estrutura de uma época histórica e como método a formação de conceitos que exprimem o ser próprio da época"[97]. A periodicização da história da maçonaria no Brasil adquire, dessa forma, um sentido mais amplo, demonstrando as tendências dominantes em cada um dos períodos. Daremos especial atenção a última fase já que corresponde ao corte temporal do nosso

[96]Conforme RODRIGUES, José Honório. *Teoria da história do Brasil: introdução metodológica*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978. p. 125: "A intricada tarefa de distinguir as épocas de nossa história nasce naturalmente com os nossos primeiros livros históricos. Domina então, a necessidade puramente didática ou lógica de classificação do material selecionado. Não há nenhuma preocupação de natureza ideológica, filosófica ou teórica.(...). Mas a compreensão da necessidade de um critério e de sua importância surge, no Brasil, com a fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, que foi o principal estimulador dos estudos históricos".

trabalho e à expansão e consolidação das atividades maçônicas em todo o território nacional.

A história da ordem no Brasil do século passado pode ser dividida em quatro momentos principais: o primeiro coincide com a penetração do ideário iluminista francês no final do século XVIII, quando se iniciavam os primeiros movimentos de cunho emancipatório, contexto em que a presença de maçons entre a intelectualidade nativa criou um ambiente favorável à adesão ao maçonismo; a segunda fase se estendeu da implantação oficial das primeiras lojas no país, nos anos iniciais do século XIX, estendendo-se até o fechamento do GOB, em outubro de 1822; a fase seguinte abrangeu a reinstalação do GOB, em 1831, fechando no grande cisma maçônico de 1863; por último, a fase que vai de 1863 ao surgimento dos movimentos maçônicos federalistas nos últimos anos do século XIX.

3.1. A colônia se prepara para a emancipação e a maçonaria encontra seu espaço primitivo

A estreita vinculação entre os movimentos políticos e culturais ocorridos na Europa nos séculos XVIII-XIX e o surgimento e expansão das sociedades político-literárias de cunho secreto é inquestionável. Nessas sociedades secretas, a maçonaria adquiriu um prestígio superior à qualquer outra, já que o seu caráter internacional, a sua origem *remota*, a sua organização baseada num corpo ritualístico, simbólico, legislativo, doutrinário e homogêneo conferiam-lhe vigor naqueles tempos de conturbação e transformações. A presença do *segredo,* sobretudo, era um atrativo especial aos humanistas, iluministas e liberais daqueles séculos.

Transportada para além-Europa, especialmente para a América colonial, a maçonaria encontrou um campo aberto para sua rápida expansão. Envoltos nos primeiros movimentos de caráter emancipatório, sintoma da crise geral do sistema colonialista, grupos de descontentes nativos - quase todos com

[97] Idem, p. 112.

formação intelectual européia e adeptos das novas e revolucionárias idéias-avançavam na luta pelo enfraquecimento gradual das relações metrópole-colônia.

Importante, nesse sentido, é observar o atraso português na recepção do conjunto de idéias ligadas ao iluminismo e cientificismo, que tinha na França o seu principal centro produtor e divulgador. Somente com a reforma pombalina de 1772[98], a Universidade de Coimbra deixou para trás a filosofia cristã e a escolástica como bases de formação de gerações de intelectuais, entre eles a maioria dos estudantes brasileiros. A difusão das sociedades secretas, particularmente da maçonaria, se ressentiu desse atraso; assim, diferentemente do que ocorreu noutros países europeus, elas somente se consolidaram e passaram a exercer influência quando dos movimentos liberais do início do século XIX[99].

No Brasil, apesar do predomínio cultural português, o ideário iluminista francês já vinha sendo importado gradativamente a partir de meados do século XVIII. As obras de Descartes, Montesquieu, Voltaire, Mably e "alguns volumes da *Enciclopédia* de Diderot e de D'Alembert"[100] já faziam parte das bibliotecas de muitos dos primeiros revolucionários brasileiros, especialmente nos poucos centros urbanos mais desenvolvidos. A leitura desses pensadores impulsionou, assim, a tomada de posicionamentos anticolonialistas por parte de intelectuais brasileiros.

As sociedades políticas e literárias, foram o primeiro espaço para a penetração do movimento maçônico no Brasil. E, concomitantemente à rápida difusão dessas associações secretas[101], os primeiros maçons iniciaram a tradição

---

[98]Reforma inspirada nas idéias de Luís Antônio Verney, que levou para Portugal as idéias inovadoras em voga na Europa. Autor da obra *Verdadeiro método de estudar*, publicada em 1746 e que se tornou "uma das principais fontes de ódio à educação do jesuíta". MONTEIRO, Tobias do Rego. *História do império.* Op. cit. p. 92.

[99]Sobre as dificuldades para a implantação da maçonaria em Portugal, ver DIAS, Graça e SILVA, J. S. Op.cit., principalmente o capítulo IV do volume 1.

[100]COSTA, João Cruz. As novas idéias. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (Org.). *História geral da civilização brasileira.* Rio de Janeiro: Bertrand, 1993. v. 3, p. 180.

[101]ASLAN, Nicola. *História geral da maçonaria...* Op. cit. p. 35, e 47-8, relaciona as seguintes sociedades secretas: a Associação Literária dos Seletos, surgida em 1752 no Rio de Janeiro; a Academia dos Renascidos, fundada em 1759 na Bahia; a Academia Científica, em 1772 no Rio de Janeiro, sendo seu fundador o marquês do Lavradio; a Arcádia Ultramontana, em 1786 no Rio de Janeiro; o Areópago de Itambé, surgido em 1796 em Pernambuco sob a direção de Manuel de Arruda Câmara, que foi dissolvida em 1801; a Academia Suassuna, em 1802 no Cabo; a Academia do Paraíso, em 1802 em Recife; a Academia Regeneração, em 1809 em Olinda; a Patriotismo, em 1814 em Pernambuco; a Restauração, em 1816 em Pernambuco; a Oficina de Iguaraçu, em 1816 em Pernambuco; a Universidade Democrática, em 1816 em Pernambuco; Pernambuco do Oriente, em 1816 em Pernambuco; Pernambuco do Ocidente, em

de vincular a instituição brasileira ao âmbito da ação política. Esses eram anticolonialistas e foram assumindo cada vez mais a causa emancipacionista; antes mesmo de estarem oficialmente instalados no país, exerciam algum tipo de influência na difusão do ideário iluminista. Em um texto específico sobre a ação das sociedades secretas, Célia de Barros Barreto afirma:

> *A penetração, portanto, da Maçonaria nas Américas não vem a ser o privilégio de uma ou outra colônia. Ela há de dar-se juntamente com a introdução nas Américas das idéias do Iluminismo. Não podemos considerar aqui o Brasil separado das demais colônias americanas. Apenas poderíamos observar diferentes modos de adoção desses ideais, naturalmente de acordo com os estímulos locais, isto é, encontramos soluções profundamente revolucionárias e libertadoras em determinados grupos, e mais brandas e conciliadoras em outros*[102].

Os diferentes modos de adoção do ideário iluminista referidos pela autora são um aspecto essencial para explicar os diferentes tipos de independências ocorridos na América colonial, mas é preciso mais do que isso para entender o processo brasileiro. A recepção dessas idéias pelos brasileiros também apresentou variáveis. Nesse sentido, é possível identificar no grupo anticolonialista e emancipador as concepções que embasaram as suas ações e que seriam percebidas quando da emancipação definitiva do Brasil em 1822.

José Murilo de Carvalho, ao tratar da elite política imperial, identifica a influência de dois núcleos formadores dessa elite, a partir dos quais teriam se verificado os diferentes posicionamentos quanto à atuação política definidora dos processos políticos mais importantes, especialmente da primeira metade do século XIX. A Universidade de Coimbra e a Faculdade de Medicina de Montpellier formaram a maior parte da intelectualidade brasileira do final do século XVIII e primeiras décadas do século XIX, e as diferenças no campo da

---

1816 em Pernambuco e Guatimosim, em 1816 também em Pernambuco. Conforme BARRETO, Célia Barros. Ação da sociedades secretas. Op. cit., p. 191-192, existiram ainda: a Sociedade Literária, que resultou da reorganização da Científica; a Academia dos Esquecidos; a Escola Secreta, de Vicente Ferreira dos Guimarães Peixoto. Na década de 1820, antes de 1823, atuaram, segundo a autora: a Jardineira ou Kerpática, em Pernambuco; de São José ou Sociedade Beneficência.

formação ideológica desses dois núcleos podem ser sintetizadas no binômio conservadorismo e liberalismo radical. Sobre o perfil dos estudantes formados pela Universidade de Coimbra, Carvalho identifica:

> *Coimbra foi particularmente eficaz em evitar contato mais intenso de seus estudantes com o Iluminismo francês, politicamente perigoso. Além do fato já apontado de que o Iluminismo português foi do tipo não libertário, é preciso acrescentar que após a Viradeira o isolamento da Universidade em relação ao resto da Europa foi retomado*[103].

A maior parte dos futuros dirigentes do independente Estado brasileiro foi formada com forte influência do conservadorismo de Coimbra, que conferiu homogeneidade à elite imperial brasileira. Além disso, foi essa matriz conservador que determinou a via pacífica da independência, com a manutenção da ordem socioeconômica e o não-rompimento com a herança cultural portuguesa. Porém, ao lado desse grupo, coexistiu outro, também emancipacionista, mas sob a influência de outra matriz ideológica, cujos integrantes participaram do processo iniciado com as sociedades secretas e revolucionárias e que culminaria na independência do Brasil. Era nesse último grupo, mais radical da perspectiva liberal, que se encontrava a maioria dos maçons naquele contexto, muitos deles lideranças políticas. Sobre isso, Carvalho comenta:

> *Este conservadorismo contrasta com o comportamento político dos que se formaram em outros países europeus, sobretudo na França, e dos que se formaram no Brasil, aos quais, estranhamente, parecia ser mais fácil entrar em contato com o Iluminismo francês. As academias, as sociedades literárias, as sociedades secretas, formadas no Brasil, e as próprias rebeliões que precederam a Independência exibem quase que invariavelmente a presença de elementos formados na França ou influenciados por idéias de origem francesa, os*

---

[102] BARRETO, Célia Barros. Op. cit. p. 196.
[103] CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem*. Op. cit. p. 74.

> *primeiros, em geral médicos, os segundos padres. Entre 1777 e 1793, 12 brasileiros se formaram em medicina em Montpellier, dois dos quais se envolveram na Inconfidência Mineira, juntamente com outro formado na Inglaterra e com vários padres, todos leitores de obras francesas e americanas*[104].

A maçonaria brasileira se formou também sob a influência intelectual e política do pensamento francês, o que não impediu que, em muitos momentos, os maçons adotassem posições menos revolucionárias. Enquanto o grupo formado e sob a influência de Coimbra se constituiu no principal setor da classe política dirigente do Brasil a partir da independência, o outro - e os maçons eram aí a grande maioria - foi o representante da vanguarda do radicalismo francês. Essa situação não foi homogênea durante todo o século XIX, mas caracterizou o perfil dos pedreiros-livres brasileiros na fase da sua instalação no Brasil. Portanto, "padres, médicos e maçons: eis os mais típicos representantes do radicalismo político nas três décadas que precederam a Independência"[105].

A irradiação da influência do pensamento europeu no Brasil partiu de alguns centros formadores, divulgadores e propagandeadores das suas concepções. Em relação à expansão da maçonaria, alguns desses núcleos foram determinantes, entre esses o Seminário de Nossa Senhora da Graça, da cidade de Olinda, fundado em 22 de fevereiro de 1800, por iniciativa do bispo de Pernambuco, d. José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho, o qual, talvez, tenha sido o mais importante. Passou por ali, ou sofreu sua influência, *toda a belicosa geração*[106] responsável pelos movimentos revolucionários de 1817 e 1824 ocorridos em Pernambuco.

Além do Seminário de Olinda, verdadeiro *ninho* de idéias liberais, portanto subversivas à ordem colonial, o Areópago de Itambé constituiu-se também num centro de importância semelhante. Manuel de Arruda Câmara, representante do revolucionarismo de Montpellier, foi o idealizador dessa

---

[104]Idem, p. 75.
[105]Idem, ibid., p. 76.
[106]RIZZINI, Carlos. Dos clubes secretos às lojas maçônicas. Op. cit. p. 30.

sociedade, que chegou a se expandir para outros locais. Da perspectiva de organização maçônica, o Areópago se assemelhava ao funcionamento das lojas, devendo-se a isso, talvez, a razão de muitos autores relacionarem o surgimento da maçonaria à existência dessa sociedade[107]. Segundo Rizzini:

> *Era o Areópago um aparelho informativo, a exemplo dos ajuntamentos jacobinos do Rio de Janeiro, onde se liam e comentavam gazetas e livros europeus. Intencionalmente situado entre Pernambuco e Paraíba - assinala Maximiano Lopes Machado - tinha por fim tornar conhecido o estado geral da Europa (...). O âmbito universalista ou pelos americanos do Areópago e as suas invisíveis ligações com misteriosas personalidades daquém e dalém mar, dão-lhe coloração maçônica. Não seria porém uma loja, por lhe faltarem os ritos próprios, de resto evitados por portugueses e brasileiros temerosos da implacável perseguição de Manique*[108].

O terceiro centro irradiador do ideário liberal e anticolonialista e que, indiretamente, criou condições para a implantação da maçonaria no Brasil, a Academia Suassuna, também mereceu um espaço importante. Essa teve à sua frente Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, o coronel Suassuna, um rico senhor de engenho e líder da devassa de 1801 naquela província. Novamente, a provável vinculação direta entre a ação conspiratória da Academia e a maçonaria é questionada. Essa é a opinião de Célia de Barros Barreto:

> *Da conspiração de 1801, em Pernambuco, da qual foram julgados chefes os irmãos Cavalcanti de Albuquerque - Francisco de Paula (Barão do Suassuna), Luís Francisco e José Francisco - cujos objetivos, segundo as acusações, era de formar em Pernambuco uma República sob a proteção de Napoleão, não encontramos documentação acreditada de sua ligação com o Areópago, e sim, apenas a atribuição de fundador a Suassuna. O Areópago oferece talvez a única base de aproximação*

---

[107] Um exemplo é o de CARVALHO, Assis. *Itambé: berço heróico da maçonaria no Brasil*. Londrina: A Trolha, 1996.

[108] RIZZINI, Carlos. Dos clubes secretos às lojas maçônicas. Op. cit. p. 31.

> *válida para admitir-se alguma conexão entre esse movimento e a Maçonaria. Cabe lembrar que o Areópago é extinto logo após a denúncia de 1801 e a viagem de Arruda Câmara a Lisboa, e que em seguida, frustrada a devassa, Suassuna forma, em seu engenho, a famosa Academia, com o fim de 'cultivar, propagar e arraigar a ciência oculta da liberdade'*[109].

A partir desses três núcleos intelectuais, que adquiriram significância para a causa e propaganda emancipacionista brasileira, desenvolveram-se também os primeiros núcleos de irradiação do movimento maçônico[110]. Isso porque, do ponto de vista político, existia uma identificação na defesa do liberalismo e da emancipação do Brasil entre os membros dessas associações e os maçons que atuavam, naquele momento, de forma individualizada no interior das sociedades de cunho político[111]. Além disso, do ponto de vista organizativo, o modelo adotado possuía já algumas semelhanças com a organização das oficinas maçônicas.

As semelhanças entre esses pareciam se restringir ao caráter secreto e, mesmo, conspiratório desenvolvido em razão da feição subversiva de tais sociedades liberais. Igualmente, a participação de vários líderes ou intelectuais, que, ao que consta na literatura, teriam sido iniciados na maçonaria no período em que estudavam e residiam na Europa, respaldaria as teses que atribuem a instalação da instituição no Brasil aos núcleos ou sociedades mencionados anteriormente. Acreditamos que o clima de efervescência intelectual e de radicalização política, até aquele momento limitado quantitativa e territorialmente, foi propício à recepção de organizações do modelo maçônico.

---

[109]BARRETO, Célia de Barros. Ação das sociedades secretas. Op. cit. p. 200-201.

[110]Sobre esse tema, ARÃO, Manoel. Op. cit. p. 110-111, aponta três outros núcleos irradiadores do maçonismo no Brasil. Seriam eles: a) o que agiu de acordo com os conjurados mineiros; b) o que constituiu o célebre Areópago de Itambé, participante da mesma corrente e idéias e dos mesmos elementos, que se teriam fortificado com a dispersão forçada a que as perseguições externas haviam tão singularmente obrigado; c) finalmente, os que talvez um pouco posteriormente se teriam fixado no Rio de Janeiro, atraídos pelos elementos de civilização e de progresso que esse centro, já importante do país, podia afirmar a difusão dos princípios maçônicos.

[111]Entre esses, podem ser identificados como maçons alguns dos líderes dessas sociedades: Francisco de Paula Cavalcanti Albuquerque, Luiz Francisco Cavalcanti Albuquerque, José Francisco Cavalcanti Albuquerque, José Francisco de Arruda Câmara entre outros, ligados ao Areópago de Itambé. Esses nomes aparecem no período posterior, quando da aproximação da proclamação da independência, como

Mais ainda, mesmo que de forma isolada e relativamente espontânea, a divulgação da instituição maçônica deu seus primeiros passos no contexto da virada do século XVIII para o XIX. O aspecto mais importante resultante da presença de maçons nesse período diz respeito às características posteriores assumidas pela maçonaria brasileira. Referimo-nos, com isso, à recepção de uma das vertentes do maçonismo internacional que se tornaria predominante no Brasil ao longo do século XIX: a influência da maçonaria chamada *irregular* ou *latina*, de que França, Portugal, Espanha, além de outros países, foram protagonistas.

Sobre o tema, Ferrer Benimeli informa:

> *En el siglo XVIII, cabe observarse que - al igual que ocurre hoy día - resulta cada vez más anacrónico hablar de masonería en un sentido unívoco, debido a la existencia de tantas masonerías independientes unas de otras, y a la variedad tan extraordinaria de ritos dentro de las mismas. Frente a una masonería regular u ortodoxa hay que colocar una masonería irregular, heterodoxa, que en muchos casos tal vez no pasa de ser una organización paramasónica, que tan solo ha tomado de la auténtica masonería su organización y nomeclatura*[112].

A participação política de cunho liberal e o anticlericalismo constituíram-se no divisor de águas entre as duas principais vertentes maçônicas. No caso do Brasil, a influência externa, isto é, a vinculação com potências maçônicas internacionais, condição essencial para a regulamentação e legitimação das nacionais, deu-se a partir de duas maçonarias da vertente irregular, o Grande Oriente Lusitano e o Grande Oriente Francês, duas potências internacionais que disputaram, inicialmente, o predomínio na maçonaria brasileira.

---

parlamentares; eram maçons, pois seus nomes constam nas primeiras atas das primeiras reuniões do Grande Oriente do Brasil.

[112]FERRER BENIMELI, Jose Antonio. *Masonería, Iglesia...* Op. cit. v.1, p. 104. .

3.2. Maçonaria brasileira como agremiação política da independência

O segundo período da história da maçonaria brasileira no século XIX se iniciou com a instalação oficial das primeiras oficinas, no ano de 1800, estendendo-se até 1822, nos meses que se seguiram à independência política do país. Nessa fase, a característica principal da atuação maçônica se confundiu com a de uma agremiação política[113], tendo suas ações voltadas para a efetivação da independência do Brasil. A sua estruturação inicial se deu, como em outras colônias americanas, a partir de posicionamentos e concepções genericamente liberais, construídos e divulgados pelos primeiros núcleos intelectuais brasileiros. Os pedreiros-livres, antes de serem integrantes da ordem, atuavam como membros do grupo político liberal brasileiro.

As fontes de pesquisa que permitem reconstruir ou analisar esse período são principalmente de origem bibliográfica, visto que a maior parte dos registros documentais da maçonaria, sobretudo os da fase de sua instalação, perderam-se ou não foram localizados. Além disso, as constantes perseguições e fechamentos de lojas incentivavam a não-produção de textos (atas, relatórios, etc.) na forma escrita. A produção bibliográfica maçônica, também fonte primária fundamental, é que permite reconstruir essa fase com alguma segurança, visto que os primeiros autores *maçons* ou tiveram acesso à documentação original ou, no mínimo, foram testemunhas de muitos dos acontecimentos narrados em suas obras.

A historiografia maçônica é consensual quando trata dessa fase, ou seja, para a maioria dos autores, o que movia as suas atividades era a política, no

[113]Alguns historiadores maçons e acadêmicos utilizam o conceito de *partido político* para caracterizar a ação política maçônica nessa fase. Conforme Max Weber, *Ensaios de sociologia*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982, p. 227, a existência de um partido político pressupõe uma ação planificada, agindo em comunidades de "algum modo socializadas, ou seja que têm alguma ordem racional e um *quadro* de pessoas prontas a assegurá-la, pois os partidos visam precisamente a influenciar esse quadro, e se, possível, recrutá-lo entre os seus seguidores". Neste trabalho, optamos por utilizar a denominação *agremiação política* ao invés de *partido político,* pois consideramos que a maçonaria não possuía uma ação planejada, tampouco atuava num quadro social e político organizado. A situação colonial condicionara os brasileiros a um contato indireto com formas organizativas oriundas dos Estados nacionais.

sentido da efetiva participação dos maçons e da instituição nos acontecimentos e decisões anteriores à independência. As lojas maçônicas eram o espaço principal das articulações, negociações e decisões envolvidas naquele processo político. Os filiados da maçonaria integravam, na sua maioria, o grupo liberal brasileiro, defendendo uma concepção mais ou menos homogênea de independência e de como ela deveria se efetivar. Em não existindo instituições políticas que agregassem organicamente os interesses dos grupos emancipacionistas nacionais, a maçonaria ocupou esse espaço. Desse modo, era nas salas de seus templos, na época nas casas de alguns de seus integrantes, que também se articulava o movimento que resultou na independência do país.

Enquanto grupo organizado e com prestígio internacional, a maçonaria e seus líderes adquiriram importância e se tornaram um referencial no processo de definições da emancipação. Inicialmente, os maçons defendiam um projeto emancipacionista mais ou menos genérico; depois, durante o processo, a maioria assumiu posicionamentos mais radicais, tanto que, conquistada a independência, continuaram se reunindo em templos maçônicos na condição de derrotados ou ludibriados. De forma geral, poderíamos afirmar que integrantes da maçonaria foram, no processo da independência, o contraponto da opção conservadora da política nacional.

Nessas primeiras duas décadas, a maçonaria atuou de forma orgânica somente em alguns poucos centros mais populosos e economicamente mais desenvolvidos do território brasileiro. Sua presença se fazia sentir principalmente em Pernambuco, na Bahia e no Rio de Janeiro; a partir desses, também noutras poucas cidades do Nordeste e em Minas Gerais, como conseqüência da tradição liberal originária dos finais do século XVIII. O Rio de Janeiro, centro político decisório, transformou-se em principal núcleo da maçonaria brasileira no século XIX, tendo ocorrido uma expansão quantitativa mais definitiva da ordem no Brasil somente a partir da década de 1830.

A literatura maçônica e o que sobrou da documentação do período possibilitam a identificação das primeiras lojas maçônicas brasileiras[114]. A

[114]Por ordem cronológica e com base nas referências bibliográficas, pode-se apontar as seguintes lojas que atuaram nesta fase: 1800, União em Niterói; 1801, Reunião no Rio de Janeiro e sob a obediência francesa;

primeira notícia de funcionamento de uma loja regular no país data de 1800 e seria a loja União, da cidade Niterói. Nos *Anais Maçônicos fluminenses*, publicados em 1832, primeiro documento impresso da maçonaria brasileira conhecido, consta que houve uma união entre os integrantes dessa oficina com outras que estavam iniciando os seus trabalhos naquele período. Dessa união teria resultado a loja Reunião, que se filiou ao Oriente da Ilha de França (fundado em 1778, hoje denominando-se Ilha Maurícia) através de contato com uma frota naval francesa que estava aportada no Rio de Janeiro[115].

Ao que consta, essa iniciativa foi realmente precursora da maçonaria brasileira, tendo partido de um capitão de uma frota comercial, de origem francesa, que colocara em dúvida o papel que desempenhavam os maçons brasileiros que já atuavam no século XVIII no Brasil. Mesmo que aqueles tivessem sido responsáveis pela difusão e propaganda do ideário iluminista francês, não tinham conseguido implantar regularmente a ordem nem conferir-lhe legitimidade frente a uma potência internacional. Talvez, até nem fosse essa sua necessidade ou intenção, já que, antes de serem maçons, eram, com certeza, iluministas, humanistas e liberais.

Outros fatores que certamente dificultaram a obtenção de autorização para o funcionamento regular e oficial de lojas maçônicas no Brasil foram a distância e o isolamento em relação à Europa. Existiam no país as condições subjetivas para a instalação da maçonaria, mas não as condições objetivas. Assim, a iniciativa de implantação, orgânica e regularmente, veio do *estrangeiro*, via comerciantes europeus que aportaram nos portos brasileiros, principalmente no Rio de Janeiro. Isso explica o porquê de a primeira loja de que se tem notícia ter sua origem ligada às frotas comerciais. Esse fenômeno não foi exclusivo do

---

1802, Virtude e Razão em Salvador, fundada por maçons portugueses e que trocou de nome em 1808 para Humanidade; 1804, duas Lojas, a Constância e Filantropia sob os auspícios do Grande Oriente Lusitano, também no Rio de Janeiro; 1807, Virtude e Razão Restaurada, em Salvador, criada de uma dissidência da Virtude e Razão; em 1809, a Regeneração, em Recife; em 1812, Distintiva em Niterói, foco importante para a independência; 1813, União de Salvador, resultado da saída de 18 obreiros da Virtude e Razão; 1814, Patriotismo em Recife; 1815, Comércio e Artes no Rio de Janeiro, com proximidade ao Grande Oriente Lusitano; ainda em 1815, São João de Bragança; 1816, aparecem atuando quatro lojas em Pernambuco, a Pernambuco do Oriente, a Restauração, a Patriotismo, e a Guatimosim. Os autores que relacionam esse quadro de lojas são: ASLAN, Nicola. *História geral da maçonaria...* Op. cit.; ARÃO, Manoel. Op. cit. e RIZZINI, Carlos. Op. cit.

Brasil, tendo ocorrido em vários países, tanto na Europa como fora dela, ou seja, a Espanha, Portugal, Argentina e Brasil são alguns exemplos da expansão maçônica via rotas comerciais; a Inglaterra e a França, por sua vez, exportaram um tipo particular de maçonismo por essas vias[116].

Em contrapartida à iniciativa francesa, no ano de 1802, em Salvador, maçons portugueses instalaram uma loja denominada Virtude e Razão; em 1804, procuraram negociar com a loja Reunião, do Rio de Janeiro, objetivando a mudança de obediência para o Grande Oriente Lusitano. Aslan descreve essas tratativas da seguinte forma:

> *Chegando ao conhecimento do Gr∴ Or∴ Lusitano a notícia de que a Loja Reunião se tinha vinculado a uma obediência de origem francesa, aquele Alto Corpo conferiu poderes a três delegados, um dos quais o Ir∴ Francisco Xavier de Araújo, residente no Rio de Janeiro, para que submetessem a Loja à jurisdição portuguesa e também para que criassem novas Lojas. Munidos da Constituição e do Regulamento da Potência portuguesa, os três delegados quiseram impô-los à Loja Reunião, mas como o seu texto não convinha aos Maçons brasileiros, estes resolveram mandar um dos Irmãos a Lisboa para que representasse contra a imprudência de tal Código e conseguisse as modificações julgadas indispensáveis*[117].

Os dirigentes da Reunião, entretanto, não aceitaram as proposições dos maçons lusitanos, optando pela permanência dos seus trabalhos sob os auspícios da potência francesa. Eram, assim, coerentes com o ideário anticolonialista, já que seus integrantes, muitos deles futuros líderes do processo da independência, sentiam-se desconfortáveis em trabalhar sob a obediência da maçonaria portuguesa. No entanto, os historiadores maçons não explicaram as

---

[115]Conforme ASLAN, Nicola. Idem. p. 40-41, o comandante da frota era o maçom Landolphe. A loja recebeu a carta de reconhecimento e filiação, os estatutos e reguladores.

[116]Sobre esses processos iniciais de instalação de lojas maçônicas, ver: DIAS, Graça e J.S. da Silva. *Os primórdios da maçonaria em Portugal*; FERNANDEZ CABRELLI, Alfonso. *La francomasoneria en la independencia de hispanoamerica.* Montevideo: Edições America Una, 1988; FERRER BENIMELI, Jose Antonio. *Masonería, Iglesia...* Op. cit.

[117]ASLAN, Nicola. *História geral da maçonaria*...Op. cit., p. 42.

dificuldades de relacionamento entre maçons portugueses e brasileiros nessa fase pelo viés do anticolonialismo nativo, ou seja, na literatura, aparece simplesmente a descrição do conflito, sem que suas razões sejam explicitadas. O certo é que os maçons brasileiros estavam cientes do fato de a maçonaria portuguesa ser antiabsolutista em Portugal, mas colonialista em relação ao Brasil[118].

Os desentendimentos entre os ramos português e francês da maçonaria brasileira permaneceriam ainda por muitos anos. Nesse contexto, maçons portugueses, em resposta à negativa brasileira de subordinação à loja Reunião, fundaram no Rio de Janeiro as lojas Constância e Filantropia. Assim, a maçonaria no Brasil nasceu sob a marca do divisionismo, característica que criou raízes profundas na sua organização nacional. A partir da instalação dessas primeiras oficinas, outras foram rapidamente se organizando nos núcleos urbanos mencionados anteriormente, as quais, nos primeiros momentos, atuaram com uma relativa liberdade, sem preocupações de ordem restritiva.

Já no ano de 1806, no entanto, os seus trabalhos foram suspensos no Brasil, iniciando-se o primeiro de outros tantos períodos de perseguição aos maçons. A participação da maçonaria nos movimentos revolucionários do final do século XVIII alertara d. Marcos de Noronha e Brito, conde de Arcos, antigo inimigo da ordem, que mandou fechar oficinas maçônicas e submeteu os seus adeptos à forte vigilância, prejudicando os seus trabalhos, que se tornaram bastante incipientes. Apesar das ordens explícitas de suspensão dos trabalhos, algumas lojas mantiveram-se atuando clandestinamente; também novas lojas foram fundadas. O crescimento das manifestações anticolonialistas na virada daquele século punha as autoridades portuguesas em alerta, e as suspeitas de subversão se dirigiam principalmente à instituição maçônica, já que em muitos países europeus ela se envolvera diretamente nos movimentos políticos liberais.

As condições políticas gerais do país, especialmente após a vinda da família real para o Brasil em 1808, alteraram-se significativamente, consolidando-se as condições para que, num futuro próximo, o rompimento dos laços coloniais fosse irreversível. A eclosão da revolução pernambucana em

[118]BARRETO, Célia de Barros. Ação das sociedades secretas. Op. cit. p. 202.

1817 reacendeu definitivamente o espírito revolucionário dos liberais radicais brasileiros, entre os quais estavam os maçons. Uma parte significativa da historiografia analisada credita a articulação revolucionária pernambucana e a direção do movimento à maçonaria. E um dos autores mais enfáticos a esse respeito é Rizzini, o qual afirma que a revolução já vinha sendo preparada desde 1816 pelas lojas Patriotismo, Restauração, Pernambuco do Oriente e Pernambuco do Ocidente, as duas últimas fundadas por Antônio Gonçalves da Cruz, o Gabugá, e Domingos José Martins[119]. A argumentação de Rizzini está colocada nos seguintes termos:

> *...tais lojas, ao que se crê, subordinavam-se a um centro comum existente na Bahia. A revolução pernambucana de 1817 - o mais belo e entusiástico dos nossos movimentos democráticos - foi urdida nas lojas e nos clubes secretos e os seus fios estenderam-se até o Rio de Janeiro e alcançaram Londres e Buenos Aires. Não fossem a imprevista ausência da Bahia e o tolhimento do Ceará, e ela não teria acabado em 75 dias*[120].

O desfecho final da revolução pernambucana de 1817 reabriu um novo período de prisões e deportações dos derrotados, líderes revolucionários e muitos deles maçons. Para a maçonaria brasileira, ainda incipiente nesse contexto, a repressão que se seguiu foi agravada com a publicação do alvará de 30 de junho de 1818[121], decretado por d. João VI, que condenava as sociedades secretas, especialmente essa instituição. A reafirmação da suspensão e proibição dos trabalhos maçônicos advindos desse alvará confirma as preocupações das autoridades portuguesas sobre uma provável influência da maçonaria na organização dos movimentos emancipacionistas coloniais.

---

[119]RIZZINI, Carlos. Op. cit. p. 36-37.
[120]Idem, p. 37.
[121]Cf. ASLAN, Nicola. *História geral da maçonaria (fastos da maçonaria brasileira).* Op. cit. p. 67, o alvará data de 30 de março de 1818 e "em conseqüência da solicitação feita pelos Regentes do Reino de Portugal, relativamente ao fechamento das Lojas Maçônicas, e tendo chegado ao conhecimento do governo central do Brasil de que a Revolução de Pernambuco de 1817 tinha sido preparada e posta em execução pelas sociedades secretas, um alvará, assinado por D. João VI, foi decretado contra tais sociedades".

O período que se estendeu do final da revolução pernambucana até o retorno de d. João para Portugal, em 1821, foi marcado pelo acirramento político e pela definição mais clara de dois grupos políticos atuando no Brasil. O conflito emergente e a efervescência política - principalmente a partir das tendências recolonizadoras da Revolução do Porto de 1820 - entre brasileiros e portugueses assumiram contornos cada vez mais irreversíveis[122]. Esse momento é descrito por Arão da seguinte forma:

> *Foi esta efervescência que justificou o renascimento da maçonaria e a sua ação mais pronta e eficaz para a reivindicação dos sentimentos nacionais. A Ordem que havia constituído para a implantação dos novos ideais de liberdade que se haviam projetado no mundo por influência da revolução francesa - já contava no próprio país com um vasto e sistematizado serviço de propaganda. Era esse que produzira a Inconfidência Mineira, a revolução de 1801, em Pernambuco, a elevação do Brasil a categoria de reino unido e a revolução republicana de 1817. Não podia estacionar sua ação num momento em que poderia agir sob uma aura de simpatia no próprio governo, dados os sentimentos do príncipe regente para com a causa nacional*[123].

Houve, nesse período, um deslocamento no eixo de atuação do movimento maçônico, ou seja, o Rio de Janeiro passou a ocupar o lugar de centro das atividades em detrimento do Nordeste, onde houve um refluxo depois da derrota pernambucana de 1817. Além disso, qualquer que fosse o caminho para a independência, essa passaria, necessariamente, pela capital política do Brasil, pois era no Rio de Janeiro que se encontravam as principais lideranças políticas, articulando e definindo o tipo de independência que os brasileiros teriam. Os partidários do partido brasileiro e do partido português[124] disputavam

---

[122] A maçonaria portuguesa atuou firmemente no episódio da Revolução do Porto, ocorrida em Portugal no ano de 1820. Seus posicionamentos foram abertamente constitucionalistas, o que caracterizou a sua atuação ao lado dos liberais portugueses. Sobre essa atuação, ver: DIAS, Graça e J. S. Op. cit. v.1. t. 2. p. 647-818. Ainda sobre a Revolução do Porto e as repercussões no Brasil, ver: ROCHA POMBO. Op. cit. v.4. p. 6-7.

[123] ARÃO, Manoel. Op. cit. p. 211.

[124] ROCHA POMBO. Op. cit. v. 4, p. 29-30.

e dirigiam os acontecimentos que desembocariam na independência brasileira. A maçonaria, apesar da suspensão das suas atividades desde 1818, retornara ao cenário político, transformando-se num referencial para os integrantes do partido brasileiro.

Para os historiadores maçons, a participação maçônica nas definições da história política nacional teve no contexto dos anos de 1821 e 1822 o seu momento máximo. Essa participação decisiva para os rumos da emancipação teria se efetivado a partir de três episódios: o reerguimento da loja Comércio e Artes[125], no Rio de Janeiro (fechada em 1818); a fundação do Grande Oriente do Brasil[126], em 1822, e a presença de dois dos principais líderes emancipacionistas que eram também maçons, José Bonifácio de Andrada e Silva e Joaquim Gonçalves Ledo. Quanto à loja Comércio e Artes, ela se tornou o principal centro das reuniões e decisões do grupo emancipacionista brasileiro, visto que foi escolhido seu venerável, no momento da reinstalação, Joaquim Gonçalves Ledo, o principal representante do liberalismo *exaltado.*

Para a história da maçonaria brasileira, essa loja teve um significado particular, já que foi a partir dela que se originou o Grande Oriente do Brasil. Na ata da sessão de reinstalação, datada em 24 de junho de 1821, constam informações importantes para a compreensão do momento em questão.

> *em novembro do ano de L.·. 5815, se instalou ao Or.·. da Cidade do Rio de Janeiro a Respeitável L.·. de São João com o Título e Distintivo - Comércio & Artes - pelos Ir.·. Antônio Marques Correa de Aguiar - Francisco Mendes Ribeiro - José Cardoso Netto - José Ignácio Albernaz - Joaquim Ferreira Junior - Felipe Contuxi - André Avelino - Custódio Peixoto Soares - e Antônio José da Lança. - E como por acontecimentos políticos fosse necessário queimar todas as atas relativas àquela instalação, por isso agora novamente reunidos alguns dos primeiros*

[125]A data de fundação inicial dessa loja não é consensual entre os historiadores maçons. Segundo ARÃO, Manoel. Op. cit. p. 207, não se conhece com certeza tal data, mas em 1815 ela já funcionava regularmente, tendo retornado suas atividades em 5 de junho de 1821.

[126] Na organização administrativa maçônica, o poder que dirige os corpos maçônicos *simbólico*s (as oficinas que trabalham com os três primeiros graus, isto é, aprendiz, companheiro e mestre, comuns em todos os ritos existentes) é denominado *Grande Oriente* e o poder executivo é representado pelo Grão-Mestrado. Até 1832, como veremos a seguir, a maçonaria *filosófica* não se instalara no Brasil.

> *instaladores nos propomos continuar os nossos trabalhos na mesma L∴ com o Título acrescentado de Comércio & Artes na Idade do Ouro, debaixo dos auspícios do Gr∴. Or∴ de Portugal, Brasil e Algarves, bem certos de que o mesmo Gr∴ Or∴ aprovará o nosso fervor maçônico, visto estarem ao presente paralisados os trabalhos de todas as outras LL∴ existentes ao Or∴ desta mesma cidade em 24 de Junho do ano da L∴ 5821.*[127]

A pressão dos constitucionalistas portugueses para que d. João, ainda no Brasil, jurasse a Carta elaborada em Lisboa agitou a política local. Em 26 de fevereiro de 1821, d. João foi obrigado a prestar juramento à Constituição portuguesa. A expectativa de brasileiros e portugueses que viviam no Brasil quanto ao rumo da nova situação portuguesa crescia; o período de indecisão de d. João se prolongara demais, incentivando os grupos políticos a fazerem as mais incríveis previsões. Mas, de forma geral, havia uma expectativa até certo ponto positiva quanto às mudanças que se processavam em Portugal, bem como a suas possíveis repercussões em nosso país. Muitos liberais brasileiros participaram, inclusive, das festas comemorativas ao ato, não tendo havido um movimento contrário ao juramento da Constituição.

Entre os liberais brasileiros, os próprios maçons avaliavam que poderiam ser positivas, do ponto de vista da construção da soberania nacional, as mudanças políticas que se desenvolviam em Portugal. Desse modo, a participação do Brasil nas Cortes constituintes de Lisboa foi aguardada com ansiedade, já que seria a primeira experiência dos brasileiros num processo político constitucional e, mais do que isso, a oportunidade de uma participação em defesa dos interesses nacionais. A maçonaria brasileira também acreditou nessa perspectiva positiva. Quando, no entanto, em 7 de março de 1821, foram convocadas as eleições para a Corte, os brasileiros perceberam que pouco se

[127] Ata de reinstalação da loja Comércio e Artes. In: *Boletim do Grande Oriente do Brasil,* 1902, ano 27, n. 1 e 2. p. 151-152. A loja trabalhava no rito adonhiramita, o que exigia que seus membros adotassem nomes históricos como codinomes. Entre os integrantes no momento de instalação aparecem: Gracco (João Mendes Viana), Appolonio Mollon (João José Vahia), Orestes (Padre Manoel Telles Ferreira Pita), Anibal (Albino dos Santos Pereira), Albuquerque (Jerônimo da Silva), Arthacherxi (Nonato J. de Castro),

alteraria, pois a correlação de forças era amplamente favorável a Portugal, que teria uma representação de 130 deputados contra 70 do Brasil[128].

O retorno de d. João para Portugal, depois de manifestações violentas contrárias à sua partida, colocou os destinos do Brasil nas mãos do príncipe regente d. Pedro de Alcântara. Os indícios de seu caráter autoritário e a sua formação absolutista foram ignorados pelos liberais, que pretendiam atraí-lo à causa brasileira. Além disso, o próprio regente procurou amenizar o clima reivindicatório dos últimos tempos, concedendo, entre outras coisas, a garantia de liberdade individual aos liberais brasileiros, medida que permitiu que a atividade maçônica se reacendesse:

> *Começa a agir a maçonaria desassombradamente já livre da polícia de D. João VI, que tanto a perseguiu. Havia aqui e em Niterói três ou quatro lojas que trabalhavam com grande atividade e ardor.(...). Era uma força nova com que ia contar a causa, pois em sessões quase diárias ali no Grande Oriente se exercia uma larga influência sobre os espíritos*[129].

Os brasileiros, contudo, especialmente os maçons, desconfiavam do homem de confiança do príncipe regente, especialmente do ministro conde dos Arcos, fervoroso absolutista e que havia aderido à monarquia constitucional na última hora; por isso, prepararam nova manifestação, que se tornou um marco no processo de independência. Em 5 de junho de 1821, em praça pública, os maçons e demais liberais exigiram a destituição do conde dos Arcos e, ainda, que fossem realizadas as eleições para uma junta governativa no Rio de Janeiro com o objetivo de um novo juramento à Constituição, que serviria de base legal também para o Brasil. Segundo Cunha:

> *nesta última ocasião, aliás, rebatendo protestos de oficiais portugueses, D. Pedro invocaria*

Júpiter (Isidoro Nunes), Heitor (Joaquim Ferreira Júnior), Adelaide (Joaquim Valério Tavares), Icaro (José de Almeida Saldanha), Magalhães (Miguel de Macedo), Dédalo (frei Carlos das Mercês Micheli).

[128] CUNHA, Pedro Octávio Carneiro da. A fundação de um império liberal. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (Org.). *História geral da civilização brasileira*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1993. v. 3. p. 159-160.

[129] ROCHA POMBO. Op. cit. v. 4. p. 57.

> *maliciosamente o direito de petição, que a ninguém se poderia negar, pois fora assegurado pelas bases da Constituição... Relutaria em jurá-las, devido à forma, pois que os princípios de modo geral eram justíssimos: soberania do povo; uma só câmara legislativa, isto é, ausência do contrapeso conservador de um senado (neste ponto D. Pedro não concordaria, mas não estava agora em discussão); rei inviolável com ministros responsáveis; garantias da segurança individual e da liberdade; direito de petição e liberdade de imprensa. Pelo art. 21 essas resoluções só se tornariam comuns ao ultramar quando seus representantes declarassem ser esta a sua vontade; tal dispositivo seria depois invocado pelos deputados brasileiros nas Cortes, em defesa da autonomia nacional*[130].

A estratégia utilizada pelos membros da maçonaria, isto é, propor uma junta governativa e um novo juramento à Constituição portuguesa, surtiu efeitos positivos, visto que, ao pressionarem o regente para isso, chegaram mais próximos da condição de independência. A defesa da soberania popular ganhava terreno, ao mesmo tempo em que as decepções com a Corte de Lisboa se acentuavam. Os integrantes da loja Comércio e Artes, por meio de dois de seus dirigentes, Gonçalves Ledo e Januário da Cunha Barbosa, lançaram, então, um dos órgãos de imprensa que mais repercutiu publicamente no período, o *Revérbero Constitucional Brasileiro.* No começo moderado, o jornal passou a radicalizar à medida que brasileiros e portugueses se distanciavam cada vez mais, refletindo também os posicionamentos do grupo brasileiro adepto ou simpático à via maçônica para a independência.

Uma maior aproximação de d. Pedro com o grupo brasileiro ocorreu no início de 1822, quando determinou o não-cumprimento dos decretos que exigiam sua retirada do Brasil e a extinção dos tribunais superiores do Rio, centro de grande influência maçônica. A reação brasileira a essa tentativa de restrição da autonomia, já que as medidas foram entendidas como recolonizadoras, acabaram por desembocar no famoso *Fico*, em 9 de janeiro de

[130]CUNHA, Pedro Octávio Carneiro da. Op. cit. p. 162-163.

1822. A adesão de d. Pedro à causa brasileira já se manifestara antes do Fico*;* quando, então, ele chamou José Bonifácio para ser seu ministro, apenas confirmou essa tendência, colocando ao seu lado a contraditória figura de um liberal que defendia posições avançadas no nível social, mas que, politicamente, era um conservador.

Nesse ponto, evidencia-se uma característica permanente em termos da presença maçônica no Brasil, a saber: mesmo que, no processo da independência, a maioria dos maçons tenham assumido posicionamentos mais liberais, essa não foi regra geral. Bonifácio, ao ser empossado, demonstrou de imediato o seu conservadorismo, pois passou a "reprimir o espírito de desordem, o vício das facções, que se implantava por uma subversão do sentimento liberal"[131]. Revelavam-se, assim, as divergências existentes no interior do próprio grupo brasileiro quanto à concepção de soberania nacional e independência, do que derivaram duas facções: uma liderada por José Bonifácio, que defendia a independência se essa se tornasse imprescindível, porém sem rompimento traumático; a segunda, encabeçada por Gonçalves Ledo e que representava a maçonaria, foi assumindo a causa emancipacionista com uma radicalidade crescente. Salientar-se, contudo, que o caráter exaltado desse segundo grupo, principalmente dos maçons, não significa que não tenham buscado chegar à independência pacificamente.

Ponto forte nesse processo de adesão e de construção da independência brasileira foi a convocação das primeiras eleições para procuradores provinciais[132], quando a pressão do grupo de Ledo foi vitoriosa, atingindo o objetivo em 3 de junho de 1822. Contrário à convocação, José Bonifácio fez pressão junto a d. Pedro, já que entendia que isso significava uma vitória dos liberais exaltados. A vitória de Ledo e de seu grupo significava, assim, que a separação com Portugal era apenas uma questão de tempo. Mais do

[131]ROCHA POMBO. Op. cit. v. 4, p. 69.

[132]Foram eleitos para procuradores provinciais: Ledo, José Mariano e Lucas José Obes. Segundo ASLAN, Nicola. *História geral da maçonaria* (fastos da maçonaria brasileira). Op. cit. p. 167: "depois do juramento dos procuradores, D. Pedro, em sua *Fala*, esclarece a urgência da convocação do Conselho, em relação com a Assembléia Geral Constituinte e Legislativa. O governo não queria convocá-la, sem que lhe fosse *sugerida* pelo Conselho".

que isso, a campanha liberal pela Constituinte foi articulada nas lojas maçônicas como uma estratégia para acelerar as definições de d. Pedro.

A aclamação de d. Pedro também se enquadra nessa mesma estratégia. Segundo Cunha:

> *Em relação a esse regime D. Pedro manifestava os melhores propósitos; José Bonifácio procurou adiá-los, apoiado por elementos que em geral pouca referência alcançam porque foram absorvidos na personalidade e na encastelada posição do ministro; o grupo de Ledo, por sua vez, envolveu e arrancou a primeira definição (Constituinte), perdeu a segunda (juramento prévio da Constituição pelo imperador), mas ainda assim influiu favoravelmente nos sucessos da aclamação - antes de ser expulso de cena pela ira do adversário poderoso. O centro das deliberações foi a maçonaria, benemérita 'internacional' daqueles tempos, da qual todos faziam ou vieram a fazer parte, inclusive D. Pedro e José Bonifácio, este com o intuito divisionista que procurou concretizar fundando uma outra sociedade secreta, o Apostolado*[133].

Nesse contexto, em que cada vez mais cresciam as divergências entre os brasileiros, a fundação do primeiro grande oriente brasileiro[134] cumpriu um papel fundamental. Para viabilizar a construção de um poder maçônico central brasileiro, foi necessário, por força das normas legais que regiam a maçonaria internacionalmente, desmembrar a loja Comércio e Artes, base política dos liberais radicais, em duas oficinas, a União e a Tranqüilidade e Esperança de Niterói. A instalação de uma potência que dirigiria os trabalhos dos corpos maçônicos simbólicos, nesse momento fundamentalmente de maçons do Rio de Janeiro, acelerou o processo de pressão e definição política pró-independência.

---

[133] CUNHA, Pedro Octávio Carneiro da. Op. cit. p. 169.

[134] A bibliografia maçônica revela notícias da existência de duas iniciativas de constituição de poderes centralizados da maçonaria nacional anteriores a 1822: o primeiro foi em 1813, quando, em Salvador, as lojas Virtude e Razão, Humanidade e União se uniram num poder centralizado, colocando à sua frente como grão-mestre Antônio Carlos; e em 1816, quando foi criada uma Grande Loja Provincial em Recife, formada por quatro oficinas regulares: Pernambuco do Oriente, Restauração, Patriotismo e Guatimozim. RIZZINI, Carlos, Op. cit. p. 36, identificou mais uma tentativa em 1812, no Rio de Janeiro, com as lojas Beneficência e Distintiva, que teriam criado um Grande Oriente.

Em sessão de 15 de maio de 1822 da loja Comércio e Artes, Gonçalves Ledo propôs que fosse nomeada uma comissão destinada a redigir as normas legais e jurídicas, isto é, uma constituição maçônica brasileira que regesse o futuro grande oriente. Pouco depois, em 17 de junho, ocorreu a fundação oficial do Grande Oriente Brasileiro, ou *Brasílico*, que, mais tarde, se convencionou chamar de *do Brasil*[135]. É importante aqui ressaltar que, apesar da insistência do Grande Oriente Lusitano para que a nova potência se subordinasse à obediência portuguesa, os maçons brasileiros não aceitaram isso com muita facilidade. Na ata da sessão de 30 de maio de 1822, João Mendes Viana, venerável da Comércio e Artes, assim se manifestou:

> *Propôs-se à deliberação deste R∴ L∴ a indicação, também adiada na predita sessão, para a correspondência com o Gr∴ Or∴ Lusitano, por via do nosso Ir∴ Joaquim Ferreira; e foi voto geral o não se abrir correspondência alguma antes de se eregir o nosso Gr∴ Or∴ Bras∴, e que depois estabeleceríamos relações da mais pura e oficiosa confraternidade com o referido G∴ O∴ L∴, mas nunca no espírito de subordinação, e depois de nossa deliberação, o Ir∴ 1º Vig∴ declarou-se contrário a esta decisão, e requereu que na ata se fizesse menção particular do seu voto singular e único*[136].

A presença de Bonifácio como grão-mestre não parece estar vinculada a suas convicções propriamente maçônicas, pois a decisão de indicá-lo coube aos próprios maçons, que viam nisso a possibilidade de uma aproximação mais intensa com o regente. Aliás, Bonifácio nem esteve presente à sessão em que foi eleito, só sendo introduzido no templo maçônico na sexta sessão, no dia 19 de julho de 1822. Quem, de fato, dirigiu a maçonaria nos poucos meses em que ela funcionou foi Gonçalves Ledo. Entretanto, a instituição conseguiu o seu intento,

---

[135] Foram aclamados os seguintes nomes como dirigentes do Grande Oriente do Brasil: José Bonifácio de Andrada e Silva, grão-mestre; Joaquim de Oliveira Alves, grão-mestre adjunto; Joaquim Gonçalves Ledo, 1º grande vigilante; João Mendes Viana, 2º grande vigilante; padre Januário da Cunha Barbosa, grande orador; Manoel José de Oliveira, grande secretário; Luiz Pereira da Nóbrega de Sousa Coutinho, promotor fiscal; Francisco das Chagas Ribeiro, grande chanceler. ASLAN, Nicola. *Historia da maçconatia...* Op. cit. p. 171-172.

[136] ASLAN, Nicola. Idem. p. 123-130 e 145-165.

pois, pelas mãos de Bonifácio, também d. Pedro foi iniciado na ordem, em 2 de agosto de 1822, e, em 5 de agosto, elevado ao grau de venerável pela loja Comércio e Artes.

Em relação às adesões de Bonifácio e de d. Pedro à maçonaria, essas, certamente, se deveram ao reconhecimento do prestígio e da importância da instituição, principalmente considerando que, naquele contexto e na ausência de organizações partidárias, ela cumpria o papel de única agremiação política mais ou menos organizada. Mais ainda, a capacidade dos maçons de aglutinar forças, de movimentar e agitar a opinião pública, já havia sido mostrada nas manifestações públicas organizadas por eles. Dessa forma, aos olhos de Bonifácio, e principalmente de d. Pedro, a maçonaria poderia dar o respaldo necessário às suas intenções de se tornar futuro imperador brasileiro.

A aproximação entre o regente e a maçonaria se deu a partir da iniciativa do Grande Oriente. Comemorando os festejos do aniversário de d. João, em 13 de maio de 1822,

> *trataram os radicais de tirar partido daquela comemoração. Em sessão do Grande Oriente, propôs Gonçalves Ledo a seus amigos que, para ligar definitivamente dom Pedro à causa do Brasil fosse ele aclamado seu protetor e defensor perpétuo. Foi esta proposta unanimemente aplaudida; e logo no outro dia, reúne-se o povo, e vai à Câmara, já convocada por José Clemente, indicar-lhe que peça ao Príncipe, em nome dos brasileiros, queira aceitar o título* de '*Protetor e Defensor perpétuo do Brasil'. Dirigiu-se o Senado ao paço, e recebido benevolamente por S. A. Real, ouviu-lhe a declaração de que aceitava somente o título de 'defensor perpétuo', e 'não o de protetor, porque o Brasil se protegia a si mesmo'*[137].

Da aclamação até o 7 de setembro, a maçonaria seguiu exercendo forte influência sobre os principais episódios que determinam o rompimento definitivo entre Brasil e Portugal. Exemplo disso foi o que ocorreu quando, em

[137]ROCHA POMBO. Op. cit. v. 4. p. 89.

meados de agosto de 1822, chegaram às mãos de Bonifácio as cartas enviadas de Lisboa, dando conta de que as tropas portuguesas invadiriam o Brasil. D. Leopoldina, na condição de regente provisória, convocou o Conselho de Estado, em 2 de setembro, para discutir a situação. Na ocasião, os dois conselheiros ouvidos pela regente, Ledo e José Clemente, maçons e líderes dos liberais exaltados, pressionaram Bonifácio a comunicar imediatamente a d. Pedro as intenções portuguesas.

Os acontecimentos que se seguiram ao envio das correspondências até o *grito do Ipiranga* são por demais conhecidos. Logo depois, isto é, no dia seguinte à proclamação oficial da independência do Brasil, o príncipe mandou publicar o *Manifesto Paulista,* comunicando a separação entre Portugal e o Brasil. Era a declaração oficial da nossa independência. A agitação que se seguiu, principalmente no Rio de Janeiro, quando chegou a notícia, foi intensa, tendo os dois grupos emancipacionistas se congratulado pela vitória. Entretanto, o clima pacífico entre esses teve curta duração, pois imediatamente as divergências reapareceram.

No dia 9 de setembro, em Assembléia do Povo Maçônico (corresponde a 14ª sessão do Grande Oriente do Brasil, dirigida por Gonçalves Ledo), reunião dos membros das oficinas em atividade no Rio de Janeiro, os maçons decidiram, como mecanismo para tentar assegurar a efetiva emancipação política, que deveria ser realizada uma cerimônia, seguida de festejos para aclamação da independência. Na ocasião, d. Pedro, já na condição de primeiro imperador do Brasil, seria aclamado oficialmente; com isso, imaginavam os líderes maçons que o imperador se comprometeria definitivamente com a causa brasileira. Preocuparam-se, ainda, em envolver as demais províncias, para que se realizasse, assim, a aclamação de forma simultânea em todo o território. Entendiam os maçons que essa medida era indispensável para a confirmação da independência do Brasil. Isso se justificava por haver um temor de parte dos liberais extremados e dos maçons quanto aos caminhos a serem adotados por d. Pedro e Bonifácio para conduzir o sistema político nacional. As pressões oriundas das iniciativas maçônicas naqueles acontecimentos se justificavam,

então, como forma de evitar que a independência se fizesse sob forte influência conservadora e absolutista, temor esse que veio a se confirmar logo em seguida. Carlos Pace descreveu os festejos realizados, nos quais ficou evidente a grande influência da maçonaria:

> *foi no seio do Gr∴ Or∴, do qual faziam parte todos os Ministros e Conselheiros de Estado, que se discutiram todas as medidas tendentes ao bem estar do Brasil, a sua independência e a aclamação do Imperador. Tudo se fez pelos esforços desse Gr∴ Or∴ e as expensas de sua Gr∴ Tes∴. Foi ela quem proveu as despesas necessárias não só com as festas do dia 12 de outubro, compreendendo-se os cinco arcos de triunfo; como as que foram mister fazer-se com os emissários, todos MMaç∴ enviados para as Províncias, tanto do litoral, como do interior, a fim de fazer proclamar D. Pedro Imperador, no mesmo dia, em todo o Brasil* [138].

Já se formava, no entanto, uma linha de colisão, com maçons de um lado, representando o pensamento liberal mais radical, e, de outro, os Andrada, com posicionamentos mais conservadores. Essa divergência foi transportada para o interior das poucas oficinas maçônicas do período, fundamentalmente as com sede no Rio de Janeiro. Nesse sentido, e temeroso da crescente influência maçônica no quadro político estabelecido, José Bonifácio rompeu abertamente com Ledo, procurando neutralizá-la; para tanto, criou o *Apostolado,* com o objetivo de se opor às lojas maçônicas. Estruturado em moldes semelhantes aos maçônicos, o *Apostolado* e seu chefe máximo, Bonifácio, objetivavam disputar o espaço político que se concentrava cada vez mais nos templos dos pedreiros-livres.

Do ponto de vista político, todavia, Gonçalves Ledo e José Bonifácio foram derrotados nos poucos meses que se seguiram à independência. O desenrolar dos acontecimentos já demostrava que o imperador tinha objetivos opostos aos dos brasileiros, os quais foram confirmados quando da dissolução da Assembléia Nacional Constituinte de 1823 e da outorga da Carta de 1824. Tanto

o grupo de Ledo, maçons e liberais extremados, quanto o de Bonifácio, liberal moderado, foram derrotados; no período posterior à abdicação, eles retornariam ao cenário político com posicionamentos mais moderados.

O rompimento de d. Pedro com os dois líderes se efetivou, primeiramente, com a suspensão dos trabalhos e fechamento do Grande Oriente do Brasil, em 25 de outubro de 1822, atitude que foi tomada ainda sob a influência de José Bonifácio, naquela data ainda aliado do imperador. Cabe destacar que poucas semanas antes, em 17 de setembro do mesmo ano, o próprio d. Pedro, em reunião presidida por Gonçalves Ledo, fora eleito grão-mestre do Grande Oriente, com o pseudônimo de *Guatimozim*[139]. Porém, o início das discussões em torno da forma de governo a ser adotada no Brasil independente, assim como a pressão maçônica para que o imperador convocasse imediatamente uma Assembléia Constituinte e a jurasse previamente desembocaram no rompimento entre a maçonaria e d. Pedro. Os termos da suspensão foram os seguintes:

> *Aos cinco dias do 8º mes do ano da V∴ L∴ de 5822 (25 de outubro de 1822, E∴ V∴) recebeu o Ir∴ 1º Gr∴ Vig∴ uma prancha, na qual determinava o Ir∴ Gr∴ Mest∴ Guatimozim que se suspendessem os trabalhos do Gr∴ Or∴ e de todas as Oficinas do Círculo até segunda determinação sua, declarando que assim o mandava na qualidade de Gr∴ Mest∴ da Maçonaria Brasileira e na de Imperador e Defensor Perpétuo deste Império*[140].

Começaram, então, as perseguições, deportações e prisões de lideranças maçônicas, episódios em que a participação de Bonifácio foi decisiva. Esse já havia rompido com a maçonaria logo depois da sua eleição ao cargo máximo do Grande Oriente, tendo criado, para se contrapor à sua adversária, a nova sociedade com o título de Apostolado, de organização semelhante à

---

[138] PACE, Carlos. *Resumo histórico da maçonaria no Brasil*. Op. cit. p. 13

[139]Conforme ARÃO, Manoel. Op. cit. p. 152: "Guatimozim foi o nome do quase lendário, o último imperador índio do México cuja a bravura moral se tornou um símbolo". Nome de guerra utilizado pelo imperador quando foi eleito grão-mestre do Grande Oriente do Brasil.

[140] *Boletim do Grande Oriente do Brasil.* 1923, ano 48, nº. 10. p. 920.

maçônica. Apesar de muitos maçons terem aderido àquela, inclusive d. Pedro, o Apostolado também teve curta duração, tendo sido fechado por d. Pedro em 23 de julho de 1823. Com isso, à semelhança dos líderes maçons, os Andradas também foram excluídos do cenário político. O fechamento das duas sociedades, o Grande Oriente do Brasil e o Apostolado, caracterizou, enfim, a vitória de d. Pedro e de seus *novos* e *velhos* aliados, os compatriotas portugueses.

Com relação a isso, as obras da historiografia maçônica são reveladoras da frustração da instituição com os caminhos tomados pela independência do Brasil e, sobretudo, com d. Pedro I e José Bonifácio. A maior parte dos autores maçons consideram essas duas personalidades políticas como *traidores* da causa nacional, ainda que observem que, no interior da maçonaria, naquele período, existiam diferentes posições políticas que tendiam, em última instância, a se caracterizar como moderadas. Manoel Arão se refere a elas nos seguintes termos:

> *Havia, certamente, no elemento maçônicos que como o deputado Antônio Carlos, optavam pela emancipação republicana, assim retomando a tradição cuja continuidade fora sufocada em sangue, com o malogro do movimento de 1817. Mas agora era a própria experiência, duramente ganha, era a prudência que se impunha como indeclinável para evitar o comprometimento da causa, que aconselhavam outros excelentes auspícios de vitória. Assim naturalmente tudo conduzia a uma atitude oportunista que ao sabor de muitos, conciliava as opiniões extremas, captava melhor a confiança das massas e evitava todo o caráter de aventura a realização da nova idéia*[141].

Foi, contudo, em torno das figuras de Bonifácio e Ledo que se criou na literatura maçônica uma controvérsia importante. Os autores ligados à ordem ocuparam-se longamente em diferenciar os dois personagens políticos, conferindo a Gonçalves Ledo o papel predominante nos acontecimentos em torno da independência; ao mesmo tempo, acusam Bonifácio de traidor da causa

[141] ARÃO, Manoel. Op. cit. p. 211-212.

emancipacionista, atribuindo-lhe, em conseqüência, menor importância naqueles fatos. Assim, ao contrário da historiografia tradicional, que idealizou a figura de Bonifácio como o *Patriarca da Independência,* os maçons subvalorizam o personagem. Nicola Aslan, referindo-se a essa temática, afirma:

> *Embora em qualquer histórico, a teoria das Maçonarias Azul e Vermelha, poderia representar, de certo modo, as duas facções políticas que se digladiavam na época da independência. Bastante engenhosa, poderá impressionar um leitor não familiarizado com os intrincados problemas da História. Poderá também explicar a divisão em que estiveram os maçons durante a Revolução Francesa e na Independência do Brasil, explicando também desta forma ao leigo a rivalidade que se estabeleceu entre o ultraconservador José Bonifácio e o ardoroso liberal que era Joaquim Gonçalves Ledo*[142].

Arci Tenório de Albuquerque é mais enfático quando trata das diferenças entre os dois maçons. Para o autor, o verdadeiro herói da independência brasileira foi Gonçalves Ledo:

> *José Bonifácio é erroneamente apontado como o patriarca de nossa independência, tem estátuas, dão-lhe realce os falsos historiadores que vão ao descabido extremo de considerarem-no o promotor de nossa independência. Enquanto isso, Gonçalves Ledo foi atirado ao esquecimento. Não lhe ergueram um monumento sequer. Dele só se conhece um retrato e, mesmo assim reprodução de uma cópia vinda do estrangeiro. E quem foi Gonçalves Ledo? Sem dúvida alguma, a maior figura do movimento em prol da nossa independência. Ele capitaneou com sua vontade firme, o grupo dos que desejavam um Brasil livre. Tinha o ideal de libertar nossa pátria e por ele lutou com desassombro. Ao contrário de José Bonifácio, Gonçalves Ledo jamais se acomodou, nunca traiu seu ideal, o seu espírito de sacrifício foi*

[142] ASLAN, Nicola. *História geral da maçonaria*. Op. cit., p. 89.

> *sempre inalterável, a sua combatividade crescia, recrudescia, agigantava-se sempre*[143].

Nesse mesmo sentido, Gonçalves Ledo foi assim biografado por outro historiador da maçonaria: "Joaquim Gonçalves Ledo foi o maior maçom brasileiro de sua época, e tem sido o maior injustiçado da história do Brasil, já que muitos historiógrafos tiram-lhe o mérito de figura maiúscula do movimento emancipador"[144].

A participação da maçonaria no processo de independência do Brasil, particularmente nos anos imediatamente anteriores à sua confirmação, foi, sem dúvida, importante visto que ela atuou como um organização política de cunho liberal e, portanto, emancipacionista e antiabsolutista. Na ausência de outros espaços organizativos da vida política, as lojas maçônicas, especialmente as situadas no Rio de Janeiro, centro das decisões, foram palco de muitas das articulações dos liberais emancipacionistas brasileiros. Assim, interesses políticos e convicções ideológicas foram incorporados pela instituição maçônica, tornando-se sua marca registrada desde os seus primórdios. Tanto o é que, na escassa documentação maçônica que sobreviveu a esse período, não é possível identificar ações de ordem em outras esferas que não na política.

Os espaços de organização maçônica dessa fase revelam também a presença de integrantes com posicionamentos ideológicos contrários, ou seja, mesmo que a maioria, ou pelo menos os nomes de maior expressão, tenham sido identificados com um liberalismo mais ortodoxo, também as vertentes conservadoras estiveram ali presentes. O melhor exemplo disso são as figuras de Bonifácio e Ledo, dois líderes com posições antagônicas que evidenciam uma característica da maçonaria nas décadas seguintes: a liberdade de opção política dos filiados da ordem no país, assim como de resto no mundo.

Enquanto centros aglutinadores e mobilizadores da causa emancipacionista, as lojas maçônicas estavam restritas somente aos principais

---

[143] ALBUQUERQUE, Arci Tenório de. *José Bonifácio: o falso patriarca.* Rio de Janeiro: Aurora, s/d. p. 47-48.

[144] CASTELLANI, José. *Os maçons que fizeram a história do Brasil*. São Paulo: A Gazeta Maçônica, 1973. p. 78.

centros urbanos do Brasil; por isso, foi nesses locais que ocorreu uma difusão maior do ideário liberal, condição, no Brasil, para a adesão à maçonaria. Acrescente-se a isso que os interesses de ordem econômica que impulsionavam os brasileiros emancipacionistas também se concentravam, via de regra, nesses mesmos locais. Assim, maçonaria, ideário liberal e elite econômica brasileira compunham um quadro relativamente homogêneo. De outro modo, a curta duração das atividades do Grande Oriente do Brasil demonstra, em muito, os limites de uma atuação restrita a uma conjuntura e a um determinado grupo político-social.

3.3. Maçonaria brasileira: em busca de um perfil nacional

O período seguinte da história da maçonaria brasileira tem como marco inicial o reerguimento do Grande Oriente do Brasil, em 1831, logo após a abdicação de d. Pedro I, estendendo-se até o grande cisma de 1863. Entre as características marcantes dessa fase, destaca-se a existência de diversos corpos dirigentes superiores e divergentes, que eventualmente se unificavam para, depois, novamente se dividirem. Nessa fase, houve uma tendência ao enfraquecimento da maçonaria enquanto agremiação política, de forma que sua atuação foi ganhando contornos mais autônomos; também houve uma expansão quantitativa da ordem, que se difundiu por outras parte do Brasil. Nas províncias, o fenômeno das divisões e unificações acompanhou as tendências nacionais que se desenvolviam na capital federal, centro decisório da maçonaria no país.

A dificuldade é maior em historiar o tema nesse contexto e em definir as diferenças entre as potências maçônicas que surgiram nessa fase, por causa da pouca documentação interna da ordem que sobreviveu ao tempo. A fonte primária mais importante e considerada original por maçons e outros historiadores é o *Manifesto do Grande Oriente do Brasil*, publicado entre 1831 a 1832 e assinado por José Bonifácio[145]. Mas há também algumas obras da

[145] ARÃO, Manoel. Op. cit. p. 351-360, transcreve o documento na íntegra. A ênfase do *Manifesto* é, sem dúvida, o apelo de Bonifácio para que a maçonaria se desvincule da esfera da política: "A voz da política

historiografia maçônica que se dedicaram as explicar o período iniciado em 1831, das quais destacamos as de Manoel Arão, Manoel Joaquim de Menezes e Carlo Pace[146].

As atividades da maçonaria foram redimensionadas a partir de 1831, pois a nova conjuntura política nacional iniciada com a abdicação de d. Pedro repercutiu também na organização. Os grupos políticos, que, no período da independência, se confundiam muitas vezes com a maçonaria, adquiriram nesse novo contexto autonomia e formas organizativas próprias. Esse aspecto é relevante na medida em que se constata que, em seguida, se estruturaram os primeiros partidos políticos brasileiros[147]; assim, o papel de agremiação política exercido anteriormente pela maçonaria se esvaziou frente à organização do novo e moderno Estado brasileiro.

A participação da maçonaria no âmbito da política, contudo, não desapareceu instantaneamente já que, de forma direta ou indireta, ela sempre estivera próxima dos vários níveis de poder no Brasil. Por outro lado, o emaranhado de facções, grupos e vertentes que surgiram a partir de 1831 explica novamente as diferentes posições políticas e ideológicas que integravam os corpos maçônicos nacionais. Os próprios historiadores da maçonaria têm dificuldades em identificar e explicar essa diversidade organizativa; daí ser essa reconstrução a tarefa mais difícil nesta parte do nosso estudo. Um exemplo da dificuldade em se caracterizar as diversas facções da maçonaria aparece na própria imprensa maçônica. Em 1927, durante a fase em que ocorreu uma grave cisão nos corpos maçônicos existentes no país, foi feita uma retrospectiva da história dos órgãos dirigentes da maçonaria brasileira. Nessa, em relação aos primeiros tempos, a simplificação aparece de forma bem nítida:

> *Mal foi criado em Junho de 1822, entrou a trabalhar no campo da política e em Outubro do mesmo ano, teve por este motivo, os seus trabalhos encerrados*

---

nunca mais soará no recinto dos nossos templos, nem o bafo impuro dos partidos e das facções manchará a pureza das nossas colunas", p. 365.

[146]ARÃO. Op. cit.; MENEZES. Op. cit.; PACE. Op. cit.

[147] Sobre a configuração partidária do período imperial, ver: CARVALHO, José Murilo. Op. cit. p. 181-208; CHACON, Vamireh. *História dos partidos políticos brasileiros.* Brasília: Editora da UnB, 1985. p. 23-55.

> *por ordem do Grão Mestre, o primeiro imperador do Brasil D. Pedro de Alcântara. Com a abdicação deste, em 1831, renovaram-se os trabalhos do Grande Oriente, mas, nessa época, ainda, ao reconstituir-se, não teve quem lhe regularizasse a existência, quem lhe concedesse uma Carta-patente que o fizesse entrar para a categoria das Potências Maçônicas regulares*[148].

Arão é o autor que mais se demorou na caracterização desse período da maçonaria brasileira, entendendo que, durante os nove anos em que suas atividades estiveram suspensas, ocorreu um trabalho clandestino de algumas oficinas. As condições políticas adversas que se iniciaram com a vitória de d. Pedro I aliando-se aos setores mais conservadores - leiam-se aqui os *interesses portugueses* - fizeram com que os maçons preferissem abdicar da causa exclusivamente maçônica, juntando-se aos demais liberais e patriotas na luta contra aquele estado de coisas. Entre as razões que explicariam o aparente *adormecimento* da instituição[149], estaria o fato de não existirem documentos comprovando qualquer tipo de atividade no período. Por outro lado, Arão indica que existem indícios de participação de maçons na Confederação do Equador, na utilização da imprensa oposicionista a d. Pedro e na própria abdicação[150].

A retomada das atividades maçônicas em 1831 representou um avanço na sua forma de expansão e crescimento, principalmente se for considerado que, durante o Primeiro Império, ela atuou na maior parte do tempo na clandestinidade. O medo de perseguições cedeu, então, lugar a uma série de iniciativas para recuperação do tempo perdido. Para isso, a aprovação, no Código Criminal, em 16 de dezembro de 1830, das disposições referentes às sociedades secretas pôs fim, ou pelo menos diminuiu, às repercussões da legislação

---

[148] *Manifesto do Grande Oriente do Brasil* publicado no Rio de Janeiro sem data precisa. Transcrito na íntegra por ARÃO, Manoel. Op. cit. p. 351-360.
[149] Expressão do vocabulário maçônico que significa que um determinado corpo maçônico (loja, capítulo, grande oriente, etc.) deixou de funcionar regularmente; tem o mesmo sentido de *abater colunas,* fechar.
[150] Ver ARÃO, Manoel. Op. cit. p. 333-345.

repressiva até aí existente, criando as condições legais para que a instituição retomasse suas atividades com mais liberdade e garantias[151].

O quadro político pós-abdicação revelou a existência de grupos políticos mais bem articulados, e quando a maçonaria, ou melhor, os maçons, atuariam através deles e não mais como um deles. Os três grupos políticos da fase inicial do período das regências [152], que, mais tarde, em 1836, originariam os dois primeiros partidos políticos brasileiros, o Conservador e o Liberal, assumiram feições mais moderadas politicamente. Nesse sentido, houve também por parte dos integrantes da ordem uma tendência a posicionamentos menos radicais. Na opinião de Murilo de Carvalho, até 1837 houve curta influência maçônica nas organizações políticas brasileiras:

> *Até 1837, não se pode falar em partidos políticos no Brasil. As organizações políticas ou parapolíticas que existiram antes da Independência eram do tipo sociedade secreta, a maioria sob influência maçônica. Logo após a Abdicação, formaram-se sociedades mais abertas, tais como a Sociedade Defensora, a Sociedade Conservadora e a Sociedade Militar. Mas todas elas foram organizações ad hoc, girando em torno do problema político criado pela Abdicação. Uma vez morto o ex-imperador e reformulado o arranjo constitucional pelo Ato Adicional, deixaram de existir*[153].

Após a abdicação, a maçonaria nacional voltou a se organizar em torno de um poder centralizado, preocupando-se com ações que objetivavam o seu fortalecimento interno. Estavam, assim, de volta ao país e ao cenário político os velhos maçons da primeira fase; por conseqüência, as antigas divergências de cunho político retornavam sob novas condições. Concomitantemente à

---

[151] Foram os artigos de números 282, 283 e 284, incluídos por iniciativa de Clemente Pereira, parlamentar maçom, que quis se redimir frente aos seus irmãos pela sua aproximação anterior ao grupo de d. Pedro. Idem, ibid., p. 344-345.

[152] Segundo Rocha Pombo, depois das festas em comemoração à abdicação, momento em que parecia existir um único partido, "começaram a aparecer sinais de que o incêndio não poderia apagar-se instantaneamente. Os próprios atos de moderação e os intentos da Regência foram despertando os velhos ódios por um instante sopitados". Dessa situação, surgiram três grupos distintos: os liberais moderados, os liberais exaltados e os caramurus. ROCHA POMBO. Op. cit. v. 4, p. 325-327.

[153] CARVALHO, José Murilo. Op. cit. p. 184.

abdicação, a maçonaria foi reerguida de forma centralizada, porém dividida em duas potências, ou dois poderes, concorrentes: o Grande Oriente do Brasil, sob a direção de José Bonifácio, reerguido em 23 de novembro de 1831, e o Grande Oriente Nacional Brasileiro, que ficou conhecido como o da rua Santo Antônio, depois do Passeio[154], sob a liderança inicial de Gonçalves Ledo.

Ao que consta, o poder maçônico do Passeio já vinha se organizando desde 1829, quando o processo de desgaste e oposição a d. Pedro I se acelerava. Em decorrência desse quadro, retomaram a atividade política muitos dos radicais pré-independência e, entre eles, os maçons. Desde o seu retorno às atividades maçônicas, o grupo de Ledo se colocou em direção contrária à de Bonifácio, divergência que tinha como ponto forte o fato de esse, logo depois da abdicação, ter lutado pela restauração do trono brasileiro ao imperador. Ainda, por meio de um decreto, d. Pedro o havia nomeado como tutor e curador dos seus quatro filhos, razões que eram consideradas suficientes para que os dirigentes maçons desconfiassem das verdadeiras intenções de Bonifácio.

O Grande Oriente do Brasil, chefiado por Bonifácio, foi considerado legítimo e regular, pois ficou com as alfaias e livros do primeiro grande oriente, tendo sido reerguido a partir da reinstalação das três lojas que atuavam em 1822: a Comércio e Artes, a União e Tranqüilidade e a Esperança de Niterói. Os autores maçons são unânimes em afirmar que esse poder central maçônico, diferentemente do outro, "primava por se afastar da política", de forma que muitos dos dissídios posteriores tiveram como origem exatamente a questão da política[155]. Mas foi o Grande Oriente do Passeio que ganhou a adesão do maior número de lojas e de maçons, apesar de ser considerado ilegítimo e irregular[156].

Dito isso, voltemos à questão das disputas entre as facções. Mesmo com as fortes polêmicas entre as duas potências, em 1832 o Grande Oriente do

---

[154] A partir dessa fase, era comum identificarem-se os diversos grandes orientes pela sua localização nas ruas da capital federal. Conforme PACE, Carlos. Op. cit. p. 23: "A instalação de todos esses Corpos Maçônicos, não foi sem nenhuma significação na história do país, sabendo-se que o fim deles foi todo político e disso originaram-se as brigas e desavenças que produziram tantos GGr∴ OOr∴, tantos Sup∴ Cons∴ quase quantas eram as ruas do Rio de Janeiro".

[155] ARÃO, Manoel. Op.cit. p. 362.

[156] O critério utilizado para determinar qual era, de fato, a potência legítima esteve ligado à antiguidade das oficinas maçônicas. Como o Grande Oriente do Brasil, o de Bonifácio, se fixou na antiga sede,

Brasil tentou um acordo de unificação com o outro grande oriente. Essa tentativa foi frustrada, pois ainda não estavam curadas as cicatrizes das desavenças do período da independência. Dessa forma, como as motivações eram ainda essencialmente políticas, anulou-se a possibilidade de se constituir naquele momento um corpo maçônico mais ou menos homogêneo.

Determinante na desunião maçônica nesse contexto foi a presença de José de Bonifácio. Como líder de uma das facções, a considerada legítima, ele criticou a participação da maçonaria nas questões políticas, posicionamento que foi explicitado no já referido *Manifesto do Grande Oriente do Brasil,* documento por ele redigido. A tônica principal do manifesto se prendia à defesa intransigente da desvinculação entre a atividade maçônica e a ação político-partidária. As razões que teriam determinado a mudança de posição por parte de Bonifácio são questionadas por Arão:

> *Mas tinha José Bonifácio as credenciais necessárias perante seus irmãos da Ordem para tornar-se o apóstolo da nova cruzada maçônica? Seu próprio manifesto que poderia ter aos olhos da história uma importância muito mais definitiva, não é de sua própria ação pessoal nem política, muito menos de sua ação maçônica, no período da independência, um documento traçado com fidelidade nem imparcialidade. Admite-se que o grão-mestre reposto, tendo passado pelas vicissitudes do desterro e dos dissabores que ele próprio havia infligido a seus irmãos, se penitenciasse da falta, se escusasse pelo ímpeto das paixões irrefletidas, menos que ele próprio se eximisse da culpa*[157] .

Segundo a maior parte dos historiadores da maçonaria, o objetivo de José Bonifácio ao reerguer o Grande Oriente do Brasil, outrora seu inimigo, era de cunho pessoal, ou seja, a instituição poderia servir como sustentáculo para suas atuais aspirações políticas. Entre essas, e aí a coincidência de a data do referido manifesto ser de 5 de dezembro de 1831, estaria a de articular o retorno

---

detendo a posse dos documentos ali existentes, determinou-se a sua legitimidade, independentemente das normas da maçonaria internacional. Idem, p. 362.

[157]Idem, ibid. p. 365-366.

de d. Pedro I ao trono brasileiro. Assim, as divergências dentro da ordem podem ser explicadas a partir do próprio contexto político do período. Entretanto, cogita-se também que José Bonifácio, em razão de sua proximidade com os portugueses, poderia ter como objetivo evitar a predominância do maçonismo da vertente francesa no Brasil.

De qualquer forma, os dias de atuação dos *caramurus* na política imperial, assim como de Bonifácio, estavam contados. A morte de d. Pedro I em 1834, inevitavelmente, esvaziou os objetivos desse grupo político, levando seus integrantes a aderirem, em sua maioria, aos outros dois, principalmente às posições mais moderadas e conservadoras. Quanto a Bonifácio, em dezembro de 1833, foi suspenso da função de tutor e curador dos filhos de d. Pedro; logo a seguir, foi preso, depois julgado e absolvido em 5 de julho de 1835, com o que saiu do cenário político, morrendo em 6 de abril de 1838. O seu afastamento da direção do Grande Oriente do Brasil criou, então, as condições para sua efetiva consolidação.

O Grande Oriente do Passeio continuou a ocupar espaços apesar das acusações de ser uma agremiação meramente política, conseguindo, sobretudo, reunir os seus antigos filiados de 1822, o que lhe conferiu uma legitimidade histórica. Foi essa agremiação que conquistou o maior número de lojas, uma vez que se organizou nacionalmente, enviando emissários às províncias para que promovessem a instalação de outras lojas. Ainda, mantendo, pelo menos inicialmente, o caráter político da fase anterior, isto é, a radicalidade liberal originária da vertente francesa da maçonaria, essa potência permaneceu como uma referência no jogo político nacional. Essa característica foi gradativamente se diluindo à medida que a instituição assumiu no Brasil os objetivos universais da ordem .

A trajetória desse poder maçônico, o do Passeio, não teve, entretanto, vida muito longa, visto que, em 1842, uniu-se ao Supremo Conselho do Conde de Lajes, passando a denominar-se Supremo Conselho do Rito Escocês Antigo e Aceito do Império do Brasil. A partir de então, ocorreu o seu enfraquecimento progressivo já que, logo depois da união, as lojas que pertenciam ao Supremo

Conselho de Lajes dele se desligaram, de forma que ele acabou por *abater colunas*[158]. O Grande Oriente do Passeio ressurgiu pouco depois com o mesmo nome anterior, então sob o *malhete*[159] do senador Alves Branco, presidente do Conselho dos Ministros.

Em meados da década de 1840, uma nova cisão no interior desse grande oriente resultou na fundação de outro, dirigido pelo marechal conde de Caxias. Essa iniciativa também teve duração efêmera, desaparecendo sem deixar lastro. O Grande Oriente do Passeio viu, então, diminuir paulatinamente o número de lojas sob a sua direção, chegando a trabalhar somente com cinco delas, instaladas no Rio de Janeiro. Quando do seu desaparecimento (mais ou menos em 1845), as lojas que sobreviveram solicitaram filiação ao Grande Oriente do Brasil, que se mantivera durante essa fase em funcionamento, mesmo depois da morte de José do Bonifácio. Assim, o poder maçônico da rua do Passeio desapareceu.

A partir de meados da década de 1840, o Grande Oriente do Brasil atuou, então, como única potência dos graus simbólicos. Os dirigentes que substituíram Bonifácio nos anos seguintes foram: Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque, o visconde de Albuquerque, que assumiu em 13 de novembro de 1838 e deixou o cargo em 1850; Miguel Calmon du Pin e Almeida, o marquês de Abrantes, que permaneceu no cargo até sua morte em 1864; Joaquim Marcellino de Britto, eleito em 9 de abril de 1865 e que permaneceu no cargo até 1870.

Nesse ponto, é importante mencionar que, até 1832, a maçonaria brasileira se organizara apenas enquanto corpos maçônicos *simbólicos,* ou seja, as lojas e oficinas trabalhavam somente com os três primeiros graus maçônicos. Assim, a existência de mais de um grande oriente dividia a maçonaria que, a princípio, deveria estar sob a obediência da mesma direção. A situação de disputa interna na instituição nacional se agravou em 1832, quando foi

[158]Expressão do vocabulário maçônico que significa que a loja ou oficina deixou de funcionar; tem o mesmo sentido que a expressão *adormecer*.
[159]Significa, no vocabulário maçônico, "martelo de forma especial, emblema de poder dos três principais funcionários das oficinas". *Vademecum Maçônico*, traduzido, compilado e adaptado ao meio rio-grandense. Editor: A. Mazeron, 1895, p. 22. Estar *sob o malhete* é o mesmo que estar sob a direção.

introduzida no Brasil a maçonaria filosófica[160], com a fundação do primeiro Supremo Conselho brasileiro:

> *O Supremo Conselho do Rito Escocês é um Corpo Maçônico de origem regular. Fundou-o o Visconde de Jequitinhonha, Montezuma, em 12 de Novembro de 1832, devidamente autorizado pelo Supremo Conselho da Bélgica. Em 1848, fundiu-se com outro Supremo Conselho fundado pelo Comodoro David Jewett, oficial da marinha brasileira e filho dos Estados Unidos, que para tal fim obtivera autorização do Supremo Conselho (Jurisdição do Norte) dos Estados Unidos. Essa autorização, dada na ignorância da existência das Cartas Patentes e confiadas a Jequitinhonha pela Bélgica, fez com que ao tempo, existissem no Brasil dois Supremos Conselhos que poderiam ambos ser considerados legítimos, dada a sua origem, se não fosse a proibição expressa das Grandes Constituições de 1786 - que só permitiram a coexistência desses Corpos na América do Norte, único país independente, a época, em território americano*.[161]

Francisco Gé de Acaiaba Montezuma, que era filiado aos dois grandes orientes, ao instalar o seu supremo conselho, estabeleceu a terceira potência independente com atuação no Brasil. Portanto, o surgimento de um novo poder central, mesmo que não exercesse poder sobre a maçonaria simbólica, acirrou ainda mais as disputas quanto à legitimidade das autoridades maçônicas presentes no país. Sempre que se avolumavam as divergências no interior de algum corpo maçônico superior, os dissidentes ou alguma outra liderança criava uma nova potência. Apesar disso, o Supremo Conselho de Montezuma foi o que mais tempo permaneceu em funcionamento. Sobre esse processo, Kloppenburg escreve:

---

[160] Conforme CASTELLANI, José. *Dicionário de termos maçônicos*. Op. cit. p. 116: "É assim chamado o universo dos Altos Graus maçônicos que, embora adotados, em parte, por outros Ritos, representam uma peculiaridade do Rito Escocês Antigo e Aceito, iniciado em Paris, em 1758". KLOPPENBURG, Boaventura. *A maçonaria no Brasil*. Op. cit. p. 41, acrescenta que o conjunto dos altos graus, os acima do 3º, são denominados *filosóficos* e seu número difere de rito para rito. A maçonaria filosófica com todas as lojas que funcionam nos graus superiores (lojas capitulares, conselhos de kadosch ou os areópagos, é dirigida pelas grandes oficinas chefes do respectivo rito; tratando-se do rito escocês, essa grande oficina recebe o nome de Supremo Conselho.

> *Quando em 1832 foi promulgada a primeira e jurada a primeira Constituição Maçônica, instalou-se também o Supremo Conselho do Rito Escocês, sob a presidência do Visconde de Jequitinhonha (Montezuma), mas independente do Grande Oriente. Dois anos depois, em 1835, cindiu-se este Supremo Conselho em dois: um fiel ao Visconde de Jequitinhonha e outro unido ao Grande Oriente e sob a direção de José Bonifácio. Este último Supremo Conselho, por sua vez, subdividiu-se, ficando parte sob a presidência de Barreto Pedroso (sucedido logo mais pelo Conde de Lajes) e parte sob Cândido Ladislau Japiassu. Em 1838 Japiassu e o Conde de Lajes reuniram-se e aliaram-se ao Grande Oriente, permanecendo, porém, independente o grupo de Montezuma. Posteriormente houve mais algumas cisões e uniões, mas de pouca duração e de secundária importância*[162].

Concomitantemente às inúmeras unidades maçônicas que nasciam e *adormeciam,* se aliavam e rompiam durante essa fase, dois corpos maçônicos iam criando raízes e se consolidando: o Grande Oriente do Brasil, que após o fechamento do da rua do Passeio se manteve trabalhando regularmente, e o Supremo Conselho de Montezuma, potência que permaneceu autônoma até 1883[163]. Esses dois corpos dirigentes, um representando o simbolismo e o outro, o filosofismo maçônico foram os mais duradouros na história da maçonaria brasileira.

De 1845 a 1861, a ordem progrediu no Brasil, apesar das divergências observadas anteriormente. Afastando-se da ação exclusivamente política, ela foi se orientando de forma mais abrangente a outros campos propriamente maçônicos, como, por exemplo, a filantropia, a preocupação com a formação intelectual de seus filiados, com a correção dos trabalhos nos cerimoniais, etc.,

---

[161] Manifesto. In: *Boletim do Grande Oriente do Brasil*. 1927, ano 52*,* n. 7. p. 65.
[162] KLOPPENBURG, Boaventura. *A maçonaria no Brasil: orientação para católicos*. Op. cit. p. 22.
[163] Conforme ARÃO, Manuel. Op. cit., p. 362-363, o Supremo Conselho de Montezuma fragmentou-se em três corpos distintos, cada um com a categoria de Poder Supremo: Montezuma continuou chefe de um; os outros elegeram seu chefe José Bonifácio. Pouco tempo depois, apareceram mais dois supremos conselhos, que afirmavam ser os mesmos que haviam se subordinado a Bonifácio, um chamado de Japiassu, que teve pequena duração, e o outro, com a denominação, primeiro, de Barreto Pedroso e, logo a seguir, de Conde de Lajes.

ou seja, a maçonaria brasileira passou a olhar para si mesma. Na análise dos autores maçons contemporâneos a esses acontecimentos, aparece a indicação de que os objetivos da ordem em termos internacionais também estavam sendo observados no país. A respeito, o autor da obra *Quadro histórico da maçonaria no Rio de Janeiro* escreveu:

> *A regularidade nos trabalhos, a magnificência das cerimônias, tanto festivas como fúnebres, tem chegado a um ponto de perfeição que nunca tiveram. Sem se falar a beneficência para com os irmãos pobres, além de subsídios feitos a estabelecimentos de caridade e de instrução à mocidade indigente, um fundo se vai acumulando na Caixa Econômica, conforme o que cada um dos quadros, em cada mês, pode forrar das suas urgentes despesas*[164].

À medida que foi perdendo papéis políticos imediatistas, como em 1822, a maçonaria brasileira incorporou o sistema ritualístico e simbólico com mais vigor. A verificação de que, nessa fase, foram introduzidos alguns temas, como filantropia e educação, nos mostra a dimensão assumida pelo aspecto político na primeira fase. De fato, até o início da década de 1830, a maçonaria brasileira assumira uma única tarefa, a política, mais precisamente a independência; já, nessa fase, foram inseridas outras questões, as quais, do ponto de vista da ordem no contexto internacional, deveriam ser as principais. Timidamente, então, a maçonaria brasileira foi adotando práticas universais da instituição, no entanto a política continuou sendo uma forma de inserção importante para os maçons.

Em relação ao cenário político nacional, tanto a literatura maçônica quanto a antimaçônica são unânimes em apontar que a maçonaria teve grande influência num episódio particular dessa fase: o *Golpe da Maioridade*. No caso dos autores maçons, o episódio é descrito como um dos poucos momentos do período em que a maçonaria esteve envolvida na política. Arão, tratando da

[164] A obra faz parte dos *Anais Fluminenses,* publicados em 1832 e transcritos por ARÃO, Manoel. Op.cit. p. 358.

figura do grão-mestre do Grande Oriente do Brasil que assumiu em 1838, Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque, detalha a questão:

> *E não desmentiu as esperanças que nele foram depositadas. Principalmente concorrendo com seu prestígio pessoal para a consolidação do Grande Oriente que veio a prevalecer, no tumulto dos vários corpos maçônicos que se formavam e se desagregavam, cada um aspirando a preeminência. Ao mesmo tempo, na sua ação na vida política - bem que a maçonaria de então estivesse afastada das pugnas dos partidos - concorreu ele para o que era então a aspiração natural da própria maçonaria, na direção da definitiva formação nacional e solidificação da própria obra encetada em 7 de Setembro e prosseguida a 7 de Abril. O que foi a realização integral da monarquia constitucional com a decretação da maioridade do jovem D. Pedro de Alcântara, aclamado sob o nome de Pedro II*[165].

Do mesmo modo, Gustavo Barroso, representante da antimaçonaria brasileira, confere à maçonaria uma importância ainda maior no mesmo episódio. Segundo o autor, o Golpe da Maioridade foi o resultado de um conjunto de fatores, entre eles:

> *lançada a idéia, quando mais convulsos e perigosos eram os estertores da Regência, sua elaboração se produziu em duas faces: a dos atos secretos e a dos fatos notórios. Os moderados e conservadores achavam-se no poder. Os liberais estavam debaixo. Estes queriam subir, derrubando aqueles. Tamanha paixão partidária os cegava que se mostravam os mais entusiasmados e estrênuos defensores do princípio monárquico, quando a doutrina política era a que mais dele se afastava, beirando a república, e quando o condenavam sem remissão as doutrinas que bebiam, mais do que quaisquer outros, no seio da maçonaria e das buchas*[166].

---

[165]Idem, p. 378.
[166]BARROSO, Gustavo. Op. cit. v. 3. p. 14.

A maximização da influência maçônica observada na obra de Barroso - e que não se limita a esse episódio, mas se estende a todos os importantes acontecimentos da política imperial - aponta para um aspecto relevante: o de que a maçonaria defendeu durante todo o Império a idéia da República. Não é por nada que o autor trabalha na perspectiva dos avanços liberal-maçônicos até a sua confirmação em 15 de novembro de 1889. Contudo, os autores maçons, mesmo indicando a preferência maçônica pelo regime republicano, ponderam, principalmente nesse período, as diferenças de opinião entre os integrantes da instituição. No nosso entender, é difícil apontar com precisão qual o regime político preferencial dos membros da maçonaria brasileira no século XIX, o que estudos nesse sentido poderiam elucidar, clareando os posicionamentos assumidos por lideranças políticas do Império brasileiro.

A literatura maçônica tratou da participação política durante essa fase de maneira muito discreta. Segundo a maioria dos autores, a instituição esteve presente em acontecimentos históricos do período sempre que foi chamada a intervir, contudo as referências se limitam a três momentos específicos: a Confederação do Equador, a abdicação e o Golpe da Maioridade. Nos três episódios, a historiografia maçônica insere a instituição como um dos agentes participantes, porém nunca como o principal. Assim, ao contrário do período anterior, quando os historiadores maçons analisaram a presença maçônica como agente principal no processo de independência, a partir daí, esses aceitam o papel de coadjuvantes.

3.4. Da cisão de 1863 ao movimento federalista maçônico

Esta fase da história da maçonaria brasileira, a que consideramos como o período de consolidação e de maior influência no campo da formação de uma cultura política laicizada, delimita-se, cronologicamente, da grande cisão de 1863 até o despontar do movimento federalista maçônico no final do século XIX. Nesse período, a maçonaria se definiu enquanto uma instituição nacional, tanto do ponto de vista geográfico - já estava articulada em todo o território nacional -

quanto sob a ótica ideológica. No segundo aspecto, o seu projeto político-cultural brasileiro teve como fio condutor o anticlericalismo, mais visível na sua participação na questão religiosa e na luta pela separação Estado/Igreja.

Nas décadas anteriores, a maçonaria já dera mostras de um crescimento gradual e permanente em todo o país. O seu crescimento quantitativo, verificado no número de oficinas e, mais importante, no número de integrantes, foi acompanhado também por um crescimento qualitativo. As constantes cisões internas não impediram a sua expansão; ao contrário, transformaram-se num elemento de convergência maior. Aliada a isso, a incorporação de novas preocupações no cotidiano maçônico serviu como mecanismo para a expansão das ações internas e externas. Referimos-nos aqui às práticas que visavam à formação intelectual e cultural, tanto geral como maçônica, de seus membros.

A culminância desse processo pode ser verificada pela grande difusão de um tipo de literatura dirigida ao *povo* maçônico. Foi nesse período, principalmente a partir de 1850, que foram impressos os primeiros livros de história da maçonaria no Brasil; também foram traduzidos e divulgados textos importantes da instituição internacional. Aparece, ainda, um grande número de obras de doutrina, organização e estrutura maçônica, além de manuais ritualísticos e de simbologia, almanaques, revistas e jornais[167]. São essas fontes documentais fundamentais a qualquer estudo que envolva a maçonaria brasileira.

Alexandre Mansur Barata acrescenta que foi durante esse período que houve uma mudança no direcionamento da maçonaria brasileira, que passou da influência francesa para a inglesa. Nas suas palavras:

> *É também neste período que a influência da Maçonaria francesa, que tanto marcou a atuação da Maçonaria brasileira desde o início do século XIX, foi aos poucos cedendo espaço à corrente inglesa, nitidamente 'apolítica'. Alguns historiadores, inclusive, associam tal fato à expansão do Rito*

[167] Vide nota de pé de página número 35. ALBUQUERQUE, Arci Tenório de. *O que é a maçonaria.* Rio de Janeiro: Aurora, 1958. p. 208, afirma que em 16 de julho de 1836, o Grande Oriente do Brasil autorizou a organização de um almanaque maçônico. Esta parece ter sido a primeira iniciativa neste sentido, já que não localizamos outras informações anteriores a essa data.

> *'Escocês Antigo e Aceito'. Gradativamente, os ritos 'Moderno' ou 'Francês' e 'Adonhiramita', que eram os mais adotados no Brasil, foram sendo colocados em desuso. Na década de 1870, apenas 20%, aproximadamente, das Lojas em funcionamento no Brasil adotavam tais ritos*[168].

Mesmo assim, os problemas em torno das dissidências e cisões se mantiveram em pauta nessa fase, porém redimencionados, pois passaram a envolver uma estrutura maçônica maior e mais complexa. Os rompimentos, cisões e rearranjos passaram a envolver então os quadros maçônicos provinciais e municipais, que se posicionavam ao lado de um ou de outro poder maçônico dirigente ou superior. Em muitos casos, uma loja ora pertencia a um grande oriente ou supremo conselho, ora a outro, dependendo das posições de seus dirigentes ou de interesses momentâneos.

Houve, a partir de 1863, um aprofundamento das antigas divergências - aquelas relacionadas às fases anteriores da história da maçonaria no Brasil - o que se fez sentir na configuração de duas vertentes principais, uma mais moderada e outra mais radical. No cerne das diferenças, estavam os posicionamentos políticos e ideológicos que os corpos maçônicos assumiram na vida social *profana*[169]. Nesse período, evidenciaram-se três momentos históricos principais: o primeiro foi o cisma de 1863, que separou a maçonaria simbólica em duas facções, com um pequeno intervalo de unificação em 1872; a seguir, a unificação de 1883, que selou a legitimidade do Grande Oriente do Brasil, reunindo os diversos grupos simbólicos e filosóficos maçônicos, e, por fim, a eclosão de um novo tipo de cisão, agora com conotações federalista-estaduais.

Assim, depois de um período de relativa paz no seio da maçonaria, especialmente a simbólica, um novo rompimento, mais grave que os anteriores, colocou em campos opostos os maçons brasileiros. Em 1863, cindiu-se o Grande Oriente do Brasil em duas novas potências: o Grande Oriente do Lavradio, que permaneceu como o legítimo (ligado ao Grande Oriente da França), e outro, o

---

[168] BARATA, Alexandre Mansur. *Luzes e sombras*...Op. cit. p. 76.

[169] Expressão maçônica que significa o que não não faz parte da maçonaria; o *profano* é o indivíduo que não foi inicado na maçonaria.

Grande Oriente dos Beneditinos, originário de uma dissidência do primeiro. A literatura maçônica explica de forma genérica as razões desse cisma, elencando as dificuldades de resolução de divergências políticas internas e as disputas de caráter pessoal envolvendo seus principais dirigentes.

A facção dissidente, ao justificar a sua decisão de romper relações e criar um novo poder maçônico, queixava-se de que havia uma centralização excessiva dos poderes nas mãos de algumas autoridades maçônicas. Essa questão, isto é, centralização/descentralização administrativa, transparece sutilmente nesse período, tanto que alguns historiadores maçons explicam o dissídio a partir daquilo que eles chamam de *usurpação de poderes* por parte das autoridades maçônicas. Essas explicações, no entanto, não são convincentes, pois, na verdade, o rompimento revelava o conflito de posicionamentos políticos diferentes e que se manifestavam também na vida política *profana,* ou seja, centralização e descentralização se constituíram no binômio característico da política do século XIX.

Em termos factuais, os relatos do conflito apontam como causa principal do dissídio as eleições realizadas internamente, em que um grupo de mais ou menos 1 500 integrantes da maçonaria, não aceitando a derrota, afastou-se do Grande Oriente do Lavradio*,* na época sob a direção do visconde de Cayru. Com isso, sete outras lojas também se desligaram em 16 de dezembro de 1863, fundando o Grande Oriente dos Beneditinos. O manifesto dos maçons dissidentes, lançado em 29 de abril de 1864[170], foi assinado pelo político e jornalista, líder do grupo dissidente e futuro grão-mestre da nova Obediência, Joaquim Saldanha Marinho. O conteúdo do manifesto pode ser sintetizado como acusações pessoais e, sobretudo, descontentamento quanto ao processo eleitoral ocorrido naquele ano no Grande Oriente do Brasil.

Nesse sentido, Pace descreve o cisma, utilizando-se do relatório feito por Alberto G. Goodall, representante do Supremo Conselho de Boston e publicado em 1869. Do seu relatório retiramos:

---

[170]Esse manifesto foi intitulado: *Manifesto que ao povo maçônico do Brasil e a todos os maçons em geral, dirige o Grande Oriente do Brasil no vale dos Beneditinos*. As sete lojas que então se desligaram para criar o novo oriente foram: Caridade, Comércio, Silêncio, Dezoito de Julho, Filantropia e Ordem, Imparcialidade e Estrela do Rio.

> *A causa da separação que se realizou em 1863, parece proveniente de negócios puramente privados e locais relativos à direção do Gr∴. Or∴ e Sup∴ Cons∴ a irregularidade dos trabalhos, a corrupção e intriga, que diziam reinar entre alguns dos mais altos Oficiais, os quais por sua influência alcançavam a maioria e decretavam leis, que seriamente arriscavam os interesses vitais da Ordem*[171]

O Grande Oriente do Lavradio, sob o malhete do barão de Cayru, num manifesto explicativo[172], alegou como razões do rompimento as ambições pessoais dos dissidentes, fazendo insinuações sobre sua radicalidade política. Alguns autores maçons referem também a discordância quanto à reforma da constituição maçônica que estava em andamento, na qual aparece evidenciada a discussão incipiente sobre centralização e descentralização administrativa. De qualquer forma, o Lavradio, pelo critério da antiguidade, continuaria sendo considerado a potência central legítima, pois foi a que antecedeu e que permaneceu após a unificação de 1883. Kloppenburg descreve essas cisões da seguinte forma:

> *Estas duas potências se desentenderam por muitos anos e apenas tornaram a unir forças por ocasião da questão religiosa. O Oriente dos Beneditinos sob a direção de Saldanha Marinho fundou mais tarde seu Supremo Conselho. Em 1864 uniram-se o Supremo Conselho presidido por Montezuma e o Gr∴ Or∴ do Lavradio com seu Supremo Conselho formando então, O Grande Oriente e Supremo Conselho do Brasil. Em 1885, também o Oriente dos Beneditinos com seu Supremo Conselho uniu-se ao formado em 1864 (Lavradio e Montezuma), sendo então reconhecido internacionalmente como regular e legítimo o Grande Oriente do Brasil, acordo que vigorou até 1925, quando foi firmado outro acordo*[173].

---

[171] PACE, Carlo. Op. cit. p. 28-29. O autor não cita outras informações sobre o referido relatório.

[172] O manifesto foi intitulado: *Manifesto do Grande Oriente do Brasil ao vale do Lavradio a todos os maçons do circulo do Grande Oriente do Brasil em particular e a todos os mais irmãos espalhados pela superfície do Globo.*

[173] KLOPPENBURG, Boaventura. *A maçonaria no Brasil: orientação para católicos.* Op. cit. p. 22.

Antes, portanto, de 1883, a hostilidade foi a marca principal do relacionamento maçônico. O Grande Oriente dos Beneditinos, que teve como grão-mestre durante toda a fase do rompimento o conselheiro Joaquim Saldanha Marinho, foi a potência que quantitativamente ganhou a adesão do maior número de lojas no território brasileiro. Tal superioridade aparece contabilizada nos seguintes termos: existiam no Brasil, no ano de 1872, 122 corpos maçônicos, 51 dos quais pertenciam aos Beneditinos e 31, ao Lavradio; quarenta tinham sido criados no período de unificação em 1871[174].

Apesar do difícil relacionamento entre os grandes orientes, em 1870, ocorreu um acordo de unificação dos dois corpos superiores. Durante um curto espaço de tempo, entre 1870 e 1872, ressurgiu uma potência centralizada, o Grande Oriente Unido e Supremo Conselho do Brasil, que teve como grão-mestre o dr. Antônio Félix. A iniciativa do acordo partiu do grão-mestre do Oriente dos Beneditinos, Saldanha Marinho, que, em 17 de dezembro, enviou correspondência ao Oriente do Lavradio na figura de seu dirigente máximo, Joaquim Marcellino de Britto. Dessa correspondência, destacamos:

> *As divergências que se deram entre os MMaç∴ do Cir∴ do Gr∴ do Brasil ocasionaram a separação, que todos lamentam, e deram origem aos dois GGr∴ OOr∴, sendo que cada um deles ha funcionando com a sua parcialidade, e ambos se acham reconhecidos regularmente por PPot∴ MMaç∴ estrangeiras. Tal, separação, porém é evidentemente um mal; é uma dificuldade para a Ord∴. Maç∴ em geral, e é, sobretudo, um sério obstáculo a prosperidade da Maç∴ Brasileira*[175].

A proposta inicial do dirigente dos maçons beneditinos era de que a unificação deveria respeitar a posição de ambos; além disso, propunha que se

[174] Dados apresentados no *Boletim do Grande Oriente do Brasil,* 1873. Ano 2. n. 1. Além desses dados, a distribuição de lojas por províncias era a seguinte: Alagoas - 3 lojas, Amazonas - 1 loja Bahia - *5* lojas Ceará - 1 loja, Maranhão - 4 lojas, Minas Gerais - 13 lojas, Pará - 7 lojas, Paraíba - 1 loja, Paraná - 4 lojas, Pernambuco - 11 lojas, Poder Central (RJ-município) - 25 lojas, Rio de Janeiro - 8 lojas, Rio Grande do Norte - 2 lojas, Rio Grande do Sul - 17 lojas, Santa Catarina - 2 lojas, Sergipe - 2 lojas.

constituísse o Gr. Or. e Sup. Cons. do Brasil. Entre os argumentos utilizados pelo autor, o aspecto quantitativo foi o mais frisado. Os números demostram a vitalidade do seu corpo maçônico, pois, *s*egundo ele, existiam sob a sua jurisprudência, vinte oficinas regulares na capital federal; 27 nas demais províncias do Império e uma no Paraguai, somando ao todo 48 corpos maçônicos, com mais de quatro mil irmãos[176].

As razões que levaram as duas potências a esse breve período de pacificação estão relacionadas a duas ordens de fatores: o primeiro diz respeito à pressão maçônica internacional quanto à necessidade de se evitarem confrontos internos, o que enfraquecia a ordem num momento em que os conflitos com a Igreja Católica no contexto internacional se intensificavam; em segundo lugar, ampliavam-se as repercussões daquele acirramento em nível nacional, com a crescente propaganda católica contra os maçons. A própria correspondência enviada por Saldanha Marinho confirma tais preocupações quando ele, em diversos momentos, aponta a necessidade da unificação devido à possibilidade de as relações com as potências internacionais serem prejudicadas pelas divisões. Segundo ele, o principal interessado na unificação era o Grande Oriente Lusitano, que se empenhava nessa batalha. Ainda na mesma correspondência conclui:

> *No Gr.·. Or.·. que V. Ex. dirige há um número considerável de MMaç.·., aliás muito dignos e de posição social, que pensam como eu em relação ao objeto de que ora ocupo a atenção de V. Ex. O que falta, pois, para conseguirmos a junção vantajosa que todos os MMaç.·., que não vivem da Maçon.·. desejam? Simplesmente que os dois GGr.·. OOr.·. marchem com dignidade e sem quebra dos seus brios um para o outro. Como consegui-lo? Reputo-o fácil desde que houver vontade e os egoístas forem postos à margem*[177]

---

[175] Carta publicada na sessão histórica do *Boletim do Grande Oriente do Brasil ao Vale do Lavradio.* 1872, ano 1, n. 11. p. 399-409.
[176]Idem.
[177] Idem, p. 401.

Após uma série de reuniões e troca de correspondências[178], foi acertado o acordo, e os maçons brasileiros passaram a trabalhar sob os auspícios do Grande Oriente Unido. Contudo, ainda em 1872, o acordo foi rompido, fato para o qual, novamente, foram apresentadas razões que giravam em torno de problemas eleitorais e disputas pessoais. Ressurgiram, então, dois grandes orientes, com praticamente a mesma composição anterior a 1872: o primeiro, com o antigo título de Grande Oriente do Brasil, sob a direção do visconde de Rio Branco, trabalhando no mesmo edifício do Lavradio, e o outro, que conservou o nome da fusão, composta na maioria por membros do antigo Oriente dos Beneditinos, Grande Oriente Unido, tendo como líder Saldanha Marinho[179].

A imprensa maçônica vinculada ao Oriente do Lavradio explicou da seguinte forma o novo rompimento:

> *Que a vaidade pessoal entrou sempre em jogo é do que ninguém duvida. Mas também, é certo, que a política profana influiu poderosamente no ânimo dos oposicionistas. Para o Brasil, 1863 e 1872 são duas épocas mais notáveis de dissidência maçônica. A primeira fê-la a imprudência do amor próprio estimulado. A segunda fê-la a vaidade contrariada, o exagerado amor às honras e a cabala familiar de um grupo demasiadamente profano em sentimentos e aspirações*[180].

As divergências entre as duas facções foram mais fortes que a ameaça do seu inimigo principal, ou seja, o anticlericalismo observado em ambas as vertentes não foi suficiente para unir os dois corpos maçônicos no momento em que a *política de romanização* dava passos certeiros no Brasil. O conflito, então, poderia ser explicado através de outros elementos, vinculados também à questão religiosa, mas que a extrapolavam. Na verdade, os posicionamentos em relação à *política profana* eram o verdadeiro foco das diferenças, visto que, naquele contexto, além do acirramento entre a instituição católica e a maçônica, e que

[178] *Boletim do Grande Oriente do Brasil* ao Vale do Lavradio, transcreve as atas e ofícios que resultavam das reuniões entre ambos os Círculos. Idem, p.402-409.
[179] ARÃO, Manoel. Op. cit. p. 394.

indiretamente colocava em xeque a relação Estado e Igreja, intensificava-se também o movimento abolicionista e republicano no país.

A disputa travada no seio da maçonaria dizia respeito, então, ao nível de participação da instituição naquelas questões. Significativa nesse sentido é a posição de Antunes, maçom português, que escreveu em 1918:

> *No segundo período, o fracionamento do Grande Oriente em Grande Oriente e Grande Oriente Unido, o que se deu no referido ano de 1863, não contrariou na essência o espírito da maçonaria brasileira, mas dividiu-a em dois - o dos maçons rígidos, que punham acima de tudo os princípios tradicionais, e os de aspirações mais políticas, que visavam, mais ou menos diretamente, a mudança de instituições. Foi decerto o segundo grupo, que excitou e canalizou os despeitos dos fazendeiros contra o Imperador, embora por outro lado fosse sempre ardentemente abolicionista, preparando assim com astúcia o caminho da implantação da república*[181].

A literatura maçônica, em nenhum momento, explicita ou aprofunda as raízes dessas divergências; os autores apenas concordam em que eram grupos com posições diferenciadas, principalmente tendo como pano de fundo questões de ordem interna; disputas pessoais, discordâncias sobre as formas organizativas ou jurídicas internas aparecem com freqüência. Poucos são, no entanto, como o autor citado, os que mencionam outros aspectos como causas dos dissídios[182]. Nesse sentido, apesar de discordarmos da tese do complô judaico-maçônico para explicar a presença da maçonaria na vida política brasileira, entendemos que Gustavo Barroso contribuiu significativamente para isso, elucidando a problemática.

---

[180] O tema da dissidência maçônica no Brasil. In: *Boletim do Grande Oriente do Brasil.* 1873, ano 2. n. 8. p. 623-624.

[181] ANTUNES, João. *A maçonaria iniciática.* Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1918. p. 60-61.

[182] Entre esses aspectos, poderíamos colocar as relações da maçonaria brasileira com a maçonaria internacional. As diferentes posições sobre essas relações e a pouca documentação disponível não nos permitem esclarecer a questão. Exemplo das diferentes posições sobre as relações internacionais aparecem em BARROSO, Gustavo. Op. cit. v. 3. p. 254, que afirma que o Oriente dos Beneditinos estava ligado ao Grande Oriente Francês e o do Lavradio, à maçonaria italiana. Já ARÃO, Manoel. Op. cit. p. 398, afirma que os dois grandes orientes estavam subordinados ao Grande Oriente Lusitano Unido.

Para Barroso, as duas facções "fingiam se combater", o que é pouco provável. Mas identifica da seguinte forma as diferenças:

> *Uma se dizia monárquica, partidária do Governo Imperial, o Grande Oriente da rua do Lavradio, cujo grão mestre era o Visconde do Rio Branco, ministro da Fazenda e presidente do Conselho de Ministros. A outra se declarava oposicionista radical, revolucionária, o Grande Oriente da rua dos Beneditinos, cujo grão mestre era o propagandista republicano Saldanha Marinho. Ambos trabalhavam em campos opostos para a mesma finalidade oculta*[183].

A menção de que as diferenças estavam situadas nos posicionamentos políticos, nesse caso explicitados em monarquistas e republicanos, confirmaria a manutenção, durante o século XIX, de uma forte tendência no seio da maçonaria nacional à uma ação especialmente política. Essa característica explicaria, então, que o grupo maçônico mais radical, o dos Beneditinos, mantinha-se sob a tradicional influência da maçonaria francesa. Assim, tradição vinda do período da independência se manteria numa das facções, mesmo que, de forma geral, essa fosse considerada irregular. Por sua vez, a maçonaria regular ou legítima, a do Lavradio, aderiu com mais simpatia à corrente inglesa, o que a afastava da política.

Do mesmo modo que em 1870, antes do curto período de unificação, novamente o Oriente do Beneditinos, apesar das permanentes acusações sobre a sua situação irregular, comprovava a sua superioridade numérica, indicando que a maior parte dos maçons daquele período concordavam com a necessidade de inserção da maçonaria nas questões políticas. Os dados apresentados em 1876 dão conta de que, trabalhando sob a jurisdição do Grande Oriente Unido, existiam 271 corpos maçônicos, dos quais 170 eram lojas; 96, capítulos; três grandes oficinas e um, Supremo Conselho[184].

---

[183] BARROSO, Gustavo. Op. cit. v. 2. p. 253.
[184] Dados retirados da *A Acácia, folha maçônica.* 1876, ano 1, n. 6. p. 4.

Os dados do mesmo ano apresentam números bastante inferiores sobre os corpos maçônicos que trabalhavam sob a jurisdição do Grande Oriente do Lavradio. O total dos seus 96 corpos maçônicos em atividade no território brasileiro estava dividido em 91 lojas, um Supremo Conselho, um Grande Capítulo Geral do Rito Moderno e um Grande Capítulo Geral do Rito Adonhiramita[185]. A inferioridade numérica desse poder central maçônico pode ser aparente, contudo não foram analisados aqui, e não é intenção deste trabalho, o número de maçons por oficinas e o tempo de vida de cada uma delas[186]. De qualquer forma, fica evidente que, à medida que se acirravam as relações entre maçonaria e Igreja Católica, que cresciam os movimentos abolicionista e republicano, os maçons optavam pela corrente mais politicamente engajada.

O período de dissídio e de hostilidades se manteve até o final de 1882, quando se iniciaram as tratativas para uma nova unificação, que seria mais duradoura e aglutinaria vários dos grupos maçônicos então existentes. As bases da unificação realizada em 18 de janeiro de 1883 foram expressas num documento - *As bases da união da família maçônica do Brasil* - revelador da situação da maçonaria naquele momento. Nele, transparece a concordância dos maçons quanto à legitimidade da facção ligada ao Grande Oriente do Lavradio. Entre as cláusulas do acordo que confirma essa posição, destacamos:

> *1º - Os dois GGr.·. OOr.·. formarão um só Gr.·. Or.·. sob a denominação de Grande Oriente do Brasil. § - Este Gr.·. Or.·. funcionará a rua do Lavradio nº. 83, onde tem funcionado o de denominação desse Val.·.. 2º - A Constit.·. que ora rege o Gr.·. Or.·. do Lavradio, será executada pelo Gr.·. Or.·. do Brasil, até que seja reformada, de conformidade com o que vai estabelecido*[187].

O fator mais importante que possibilitou a unificação foi o pedido de demissão de Saldanha Marinho do cargo de grão-mestre do círculo dos

---

[185] Idem.
[186] A análise que será realizada nos próximos capítulos, tendo como objeto a maçonaria rio-grandense, terá essa preocupação e poderá servir como referência para o caso brasileiro.
[187] *Boletim do Grande Oriente do Brasil*. 1882, ano 11. n, 12. p. 445.

beneditinos. Com isso, as negociações fluíram com mais facilidade, permitindo que as antigas divergências em torno do radicalismo de Saldanha fossem em muito minimizadas. Na literatura maçônica, as tratativas são descritas nos seguintes termos:

> *A união dos dois GGr.·. OOr.·. era uma necessidade reclamada pelas aspirações e nobres empenhos que sempre honraram a Maç.·.; e os nossos infatigáveis IIr.·., paladinos constantes da moral e da virtude, assim o compreenderam, fazendo desta almejada união uma feliz realidade. Em 18 de janeiro de 1883 os MMaç.·., repletos de júbilo, saudaram uma nova era de paz e de progresso que raiava no horizonte da Maç.·. Brasileira, a qual vinha assumir a posição e atribuições a Ela competentes*[188]

Nas poucas referências localizadas, percebemos que o referido acordo de união dos dois grandes orientes esteve provavelmente ligado ao acirramento político percebido na década de 1880 e que antecedeu a proclamação da República. Antunes, tratando da questão, alerta para o fato de que os maçons do Grande Oriente dos Beneditinos conseguiram a adesão do Lavradio[189], a qual teria se traduzido na adaptação do segundo ao meio político e na sua opção tardia ao republicanismo[190]. Com isso, as diferenças teriam sido apaziguadas, já que os pedreiros-livres beneditinos há muito se identificavam como republicanos.

Essa tese não parece ser tão simples assim, pois, no caso gaúcho, como veremos no transcorrer do nosso estudo, maçonaria e republicanismo não andaram muito juntos. O certo é que, em termos do Rio de Janeiro, sede dos poderes centrais maçônicos, houve uma tendência de as suas principais lideranças aderirem ao republicanismo ainda na década de 1870; porém, nas restantes províncias do Império brasileiro, isso ocorreu de forma diferente. É possível, sim, deduzir que foi a partir da unificação de 1883 que a maçonaria intensificou a sua luta pela secularização da sociedade brasileira. Se isso

[188]PACE, Carlos. Op. cit. p. 31.
[189]Localizamos uma única referência de oposição à unificação, que se encontra na obra de PACE, Carlos. Idem. p. 32. A loja Aurora Escocesa não quis entrar na fusão, desligando-se desse poder central.
[190] ANTUNES, João. Op. cit. p. 61.

implicava a mudança do regime monárquico para o republicano, muitos maçons, até os últimos anos monarquistas, se transformaram em republicanos.

Concomitantemente ao processo de unificação dos poderes centralizados simbólicos em âmbito nacional, ganhou força outra forma de divisionismo da maçonaria brasileira: a eclosão do movimento federalista maçônico, que se desenvolvia independentemente das querelas maçônicas nacionais. Num quadro semelhante ao que se passava na política profana, centralização e descentralização já se constituíam numa discussão interna da ordem. A imprensa maçônica nacional já dedicara um espaço importante a essa questão desde a década de 1870; na forma de artigos, argumentava seus posicionamentos, sempre com a preocupação de alertar para os perigos que a defesa da descentralização apontava, isto é, a desordem e a anarquia[191].

O movimento federalista maçônico se mostrou perceptível em iniciativas implementados nos primeiros anos da República. Já em 1884, os maçons pernambucanos haviam criado o Grande Oriente ao Norte do Brasil e, ainda antes do 15 de novembro, as lojas do Grande Oriente do Maranhão tinham se separado do Grande Oriente do Brasil. A nova constituição da maçonaria, aprovada em 30 de novembro de 1891[192], já dava mostras de que a pressão vinda dos estados, em favor do federalismo ou da maior autonomia das unidades regionais frente à organização maçônica nacional, era forte. Em editorial publicado logo após a aprovação da nova constituição, o órgão oficial do Grande Oriente revelava essas pressões:

> *A nova lei orgânica estabelece o regime federativo, dando assim a maior autonomia aos diversos corpos maçônicos que por isso formam a Federação Maçônica do Brasil. Não têm mais as lojas do círculo que submeter os seus atos de vida íntima à sanção de oficinas de categoria superior, salvo o caso de recurso, quando sejam contrárias à lei. As duas grandes dignidades da Ordem, até aqui eleitas pelos representantes das oficinas do círculo e portanto*

[191] Um exemplo é o artigo "Descentralização", publicado no *Boletim do Grande Oriente do Brasil.* 1878, ano 7, nº. 3. p. 87-88.

[192] Pelo decreto nº 87, de 23 de junho de 1891, foi convocada para o dia 10 de novembro desse mesmo ano a Assembléia Constituinte, que modificou a constituição maçônica.

> *exclusivamente pelos maçons da sede do poder central, serão escolhidos pelo sufrágio universal do povo maçônico, tendo assim todas as oficinas a responsabilidade na escolha dos maçons que devem dirigir os destinos da Instituição. O Supremo Conselho, corporação essencialmente aristocrática, é verdade, mas a mantenedora das velhas tradições do rito escocês, foi conservado com os seus membros vitalícios a fim de acompanhar os corpos dessa categoria dos outros países, cujas as relações só é possível manter adotando a mesma organização*[193].

Essas concessões, porém, não foram suficientes nem impediram o rompimento de parcelas da maçonaria em quatro dos principais estados brasileiros: São Paulo, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e, mais tarde, Bahia. Assim, foram fundados corpos dirigentes autônomos, os grandes orientes estaduais, em contraposição à organização administrativa e política que prevaleceu durante toda a segunda metade do século XIX. Trataremos, nesta parte, de forma sintética, dos casos paulista e mineiro; o gaúcho será visto em capítulo especial deste trabalho.

A organização nacional, tradicionalmente, baseara-se na existência de um poder nacional que atendia aos corpos maçônicos simbólicos, no caso, os grandes orientes[194]. Ao lado, ou separados desse poder, existiam os supremos conselhos, que dirigiam os trabalhos dos graus superiores ou filosóficos. Nos estados, esse tipo de organização perpassava, no primeiro caso, pelas *grandes lojas provinciais* e, depois, estaduais; no segundo caso, pelos *conselhos de kadosch.* Essa forma de organização administrativa acompanhava a própria estrutura política centralizada brasileira.

A oposição a tal forma de organização, pela defesa federalista, sustentava-se não na organização em si, mas nos mecanismos que garantiam às potências centrais um excessivo controle sobre as oficinas nos estados e municípios. Um desses mecanismos foi a causa imediata do rompimento de uma parcela da maçonaria paulista, que, em 1892, se desligou do Grande Oriente do

[193] A nova constituição. In: *Boletim do Grande Oriente do Brasil.* 1891, ano 16. n. 9 e 10. p. 267.

Brasil. A princípio, esse conferiu pouca importância às manifestações de descontentamento de maçons paulistas com o delegado do grão-mestre no estado de São Paulo[195]. Esse cargo era, na verdade, um elemento que confirmava a centralização administrativa, pois, por meio dele, o poder central inspecionava as atividades maçônicas em todo o Brasil.

Os paulistas exigiram a destituição e extinção do cargo, o que não foi atendido pelo Grande Oriente do Brasil. A oposição se voltou, então, para a oficina à qual o delegado pertencia, a Ordem e Progresso, que, para se proteger, solicitou ao Supremo Conselho a autorização para mudar de rito, do moderno e francês para o escocês, recebendo desse autorização. A Grande Loja do Estado de São Paulo[196], então, insatisfeita com essa atitude, pediu a reconsideração do ato com base na legislação maçônica em vigor. O Supremo Conselho, em sua resposta, informou que a loja Ordem e Progresso tinha condições legais para a mudança e que a Grande Loja não poderia deliberar sobre questões que não as administrativas[197].

Como os maçons descontentes compunham a maioria tanto na Grande Loja Estadual quanto no Conselho de Kadosch[198], deliberaram por expulsar os simpatizantes do delegado e, portanto, do Grande Oriente do Brasil, da loja Ordem e Progresso, não mais permitindo o seu ingresso no conselho. O Supremo Conselho do Brasil, em sessão extraordinária, tomou, então, algumas resoluções, dentre elas:

---

[194]A existência de mais de um grande oriente não altera a idéia de centralização, já que as oficinas trabalhavam sob uma ou outra subordinação. Essa realidade era levada aos estados e municípios.

[195]Pela *Constituição e Regulamento Geral do Grande Oriente e Supremo Conselho do Brasil,* Rio de Janeiro: Typ. A Verdade, 1898, p. 40-42, o delegado deveria: exercer as suas funções nos lugares de sua jurisdição e segundo as instruções que lhes fossem dadas, tendo o direito de assistir às sessões de todos os corpos maçônicos da zona de sua jurisdição e de opor-se a qualquer resolução ofensiva às leis maçônicas nessas mesmas oficinas; inspecionar as oficinas prestando conta ao grão-mestre; propor medidas que julgasse convenientes para o bem da ordem, entre outros.

[196] Pela hierarquia administrativa em vigor, o Grande Oriente e Supremo Conselho do Brasil se constituía no poder central de caráter nacional. Nos estados, o poder estava submetido às grandes lojas estaduais, podendo haver apenas uma por estado, que deveria se subordinar ao poder nacional. Idem, p. 46-49.

[197] Maçonaria Paulista. In: *Boletim do Grande Oriente do Brasil,* 1893, ano 18, nº. 3. p. 98.

[198]O conselho de kadosch está ligado a capítulos, isto é, oficinas que trabalham nos graus superiores. Um conselho de kadosch só pode funcionar em uma cidade onde haja três lojas capitulares do rito escocês, cada uma das quais tendo, no mínimo, 76 membros e, entre esses, sete que possuam o grau 30º ou superior. Cada estado poderia ter um único conselho, que teria a denominação, nesse caso, de Conselho de Kadosch do Estado de São Paulo. *Constituição e...* Op. cit. p. 53-54.

> *1º- Fazer constar ao Cons.:. de Kad.:., ao cl.:. de São Paulo, que não lhe assiste o direito de impedir que tome parte nas suas sessões e trabalhos a qualquer obreiro membro efetivo da loja do rito esc. que tenha sede no Estado de São Paulo e possua o respectivo grau. 2º- Lembrar ao mesmo Cons.:. que as corporações superiores da Ord.:. devem dar exemplo de respeito e obediência à lei*[199].

Essa resolução, que foi assinada em 14 de abril de 1893, acabou por não ter o efeito desejado, pois os membros majoritários da Grande Loja estadual a desconsideraram. No entanto, mais grave foi outro fato. Quando terminou o mandato dos integrantes da diretoria, em 28 de fevereiro daquele ano, esses se negaram a deixar os cargos e transformaram a Grande Loja em permanente. Como eles não tinham maioria para a nova eleição, compareceram à sessão os demais delegados, ocorrendo a eleição para a Grande Loja do venerável - barão de Ramalho. Em conseqüência, as lojas do interior foram avisadas de que, daí em diante, deveriam obedecer à Grande Loja sob o malhete desse barão.

> *Perdida a maioria, perdido o mando, viram-se perdidos os outrora poderosos. Convocaram então uma assembléia do povo maçônico para o dia 28 de maio e aí foi proclamado o intitulado Gr.:. Or.:. de S. Paulo, sendo eleito Gr.:. Mest.:. o Dr. Martim Francisco Ribeiro de Andrada. Esse corpo espúrio é formado por sete lojas da capital*[200]*, não aderindo a ele as outras dezesseis que existem no Estado, das quais têm sede também na capital*[201] .

Assim, uma parcela significativa da maçonaria paulista se desligou do Grande Oriente do Brasil, fundando o Grande Oriente de São Paulo. Nesse mesmo contexto, o de conflitos entre as maçonarias regionais com o poder central maçônico, pelo viés federalista, ocorreu outro em Minas Gerais, em 11 de junho de 1894, quando foi fundado o Grande Oriente Mineiro. Os

---

[199] Maçonaria Paulista. In: *Boletim do Grande Oriente do Brasil*, 1893, ano 18. n. 3. p. 100.
[200] As lojas eram: América, Harmonia e Caridade, Itália, Roma, Sete de Setembro, União Paulista e Vinte de Setembro. Idem, p. 102
[201] Idem, p. 101.

desentendimentos se originaram a partir da organização de grupo de dissidentes da loja Fidelidade Mineira, da cidade de Juiz de Fora, que logo ganharam adesão do segmento federalista dos maçons mineiros. Os dissidentes criaram esse grande oriente, elegendo como grão-mestre Cristóvão Rodrigues de Andrade.

A maçonaria nacional procurou, durante toda essa fase, atrair os dissidentes novamente ao poder centralizado nacional; para tanto, reformulou estatutos e concedeu prerrogativas autonomistas às maçonarias estaduais. Além disso, mandou emissários aos estados onde o movimento federalista fora mais forte e consolidara os grandes orientes estaduais. A propaganda de uma nova organização maçônica nacional foi veiculada pelo jornal oficial do Grande Oriente do Brasil, procurando ganhar adeptos entre os autonomistas. Na sessão de instalação do Congresso Maçônico Brasileiro de 1904, apareceu a explicação sobre o tipo de federalismo que o Grande Oriente do Brasil estaria colocando em prática. Nas palavras de seu grão-mestre, Quintino Bocaiúva:

> *(...) a atual Constituição da Or∴ Maç∴ Brasil∴, modelou-se pelo tipo de organização política que atualmente rege o Brasil; isto é, formamos a Federação Maçônica Brasileira, fazendo corresponder as circunscrições políticas às circunscrições Maç∴ sob o título distintivo de Gr∴ Or∴ Estaduais*[202].

O dirigente maçônico, comparando a organização política dos Estados Unidos com a do Brasil, toca num aspecto relevante e possivelmente explicativo da história da maçonaria no Brasil. Segundo ele, nos Estados Unidos, as soberanias regionais, primeiramente, se consolidaram e, depois, abdicaram da soberania em nome de um poder nacional; já no caso brasileiro, primeiro se constituíra um poder nacional centralizado, o qual, depois, se fracionara. A comparação de Bocaiúva serve também para a maçonaria: primeiro, ela se consolidara como poder centralizado, na forma do Grande Oriente do Brasil já, em 1822, quando o número de maçons e oficinas era muito pequeno, quase insignificante; já, no final do século, se fracionara como num movimento natural.

3.5. A presença maçônica no Brasil e o anticlericalismo

Independentemente dos problemas internos da maçonaria brasileira quanto às definições em torno das autoridades maçônicas nacionais e da disputa entre elas, o que, de certo modo, fragilizava a ordem no Brasil, o seu crescimento e vitalidade eram perceptíveis em muitos aspectos. A literatura maçônica abordou essa dicotomia, explicando-a, quase sempre pela unidade na luta contra o "obscurantismo, contra a peste social, os jesuítas"[203]. A terceira fase da história da maçonaria no país foi, de fato, o período do seu apogeu. Nesse sentido, a *questão dos bispos* foi, para a instituição, um momento privilegiado de propaganda do seu ideário político-ideológico, já que envolvia um tema que era primordial para os maçons, qual seja a secularização da sociedade e, portanto, a separação Estado e Igreja. Ainda, foi nesse momento que a posição anticlerical, em muitos momentos anticatólica, foi assumida claramente.

O anticlericalismo maçônico era compatível com a defesa genérica do ideário liberal e cientificista da maior parte da *ilustração* brasileira no período. A maior parte dos maçons foram integrantes, direta ou indiretamente, desse segmento; portanto, a luta anticlerical foi a principal característica das ações da maçonaria brasileira. Esse posicionamento maçônico foi se firmando gradativamente e já podia ser observado, sobretudo a partir da década de 1850, através da imprensa, na ação dos parlamentares maçons que propunham projetos ou propostas contrárias aos privilégios do catolicismo enquanto religião oficial brasileira, bem como através de associações e clubes literários ou filantrópicos sob a influência maçônica.

Nesses locais, quando se tratava de educação, defendia-se o ensino laico em contraposição à obrigatoriedade do ensino religioso; quando se tratava da vinda de sacerdotes católicos estrangeiros para as áreas coloniais com subsídio estatal, defendia-se a vinda também dos protestantes e com as despesas

---

[202] *Boletim do Grande Oriente do Brasil,* 1904. Ano 29. n. 3. p.149.
[203] PACE, Carlo. Op. cit. p. 30.

pagas pelo Estado; ainda, quando o tema era a ausência de registro civil, de nascimento e casamento, acusava-se a Igreja Católica de manipular esse monopólio, desrespeitando as liberdades individuais de crença. Os parlamentares também se uniram na defesa da retirada dos cemitérios da jurisdição das igrejas[204].

A imprensa, nesse contexto, cumpriu um papel fundamental na luta anticlerical maçônica. Como veremos no caso da maçonaria do Rio Grande do Sul, as principais lideranças maçônicas se dedicavam também ao jornalismo, tendo, inclusive, um espaço privilegiado nesse campo. Segundo Gustavo Barroso, os maçons:

> *iniciaram a luta por uma campanha demolidora de imprensa. Possuíam inúmeros jornais. Influíam noutros. Fundaram alguns mais. Neles metiam a ridículo os dogmas fundamentais da religião, zombavam das cousas sagradas e espalhavam por toda parte o espírito da irreligiosidade sob a cortina de fumaça dum anticlericalismo ou anti-ultramontanismo patriótico. Abusavam das calúnias e injúrias*[205].

A maçonaria procurou atrair os grupos ou setores mais ilustrados à defesa dessas bandeiras, que, em última instância, levariam à separação entre Estado e Igreja. Ao mesmo tempo, mantinha, através das ações filantrópicas e beneficentes, uma relação permanente com os setores menos favorecidos da população. Assim, os maçons foram formadores de uma *cultura política de elite,*

---

[204]As manifestações do anticlericalismo através dessas bandeiras de luta são perceptíveis tanto na imprensa maçônica como na profana e na participação parlamentar de maçons. Nesse sentido, o *Boletim do Grande Oriente do Brasil* e publicações de conferências e palestras de membros da ordem são fontes indispensáveis de pesquisa. Seguem alguns exemplos da propaganda maçônica anticatólica: ALVES JÚNIOR, Tomás. *Separação da Igreja e do Estado.* Rio de Janeiro: Typ. Perseverança, 1873 (conferência pública no edifício do Grande Oriente do Brasil); FONTOURA, Ubaldino do Amaral. *Clericalismo, conferência realizada em 1876 e 1877 no Grande Oriente do Brasil*. Rio de Janeiro: Typ. e Pap. Hildebrandt, 1910; Manifesto da Maçonaria do Brasil. In: *Boletim do Grande Oriente do Brasil*, 1872. Ano 2. n. 32; Discurso proferido na sessão de 17 de junho de 1875 sobre o casamento civil, pelo Sr. Alencar Araripe. In: Idem. 1875. Ano 4. n. 6. p. 433-434; Colégio maçônico. In: Idem. 1876. Ano 5. n. 10. p. 382. Não aprofundaremos a questão nesse momento, pois dela trataremos no caso gaúcho nos próximos capítulos.

[205]BARROSO, Gustavo. Op. cit. v. 3. p. 254. O autor nomina alguns órgãos da imprensa utilizados pela maçonaria: *A Família,* no Rio de Janeiro; *A Família Universal* e a *Verdade*, no Recife; *O Pelicano* em

ocupando espaços importantes para o caminho da secularização da sociedade brasileira, confirmada em boa parte pelo advento da República em 1889. A secularização tinha como objetivo pôr fim ao obscurantismo e às superstições, os quais, para os maçons, estavam incorporados na presença do catolicismo como religião oficial do Estado brasileiro e, sobretudo, na crescente influência jesuítica no ensino.

O embate entre o projeto maçom, que também foi defendido por outros grupos liberais, e o projeto católico-conservador, principalmente na fase de *romanização*, ocupou um espaço de polêmicas importante. A recepção desse debate, que era profundamente elitizado, foi se traduzindo numa atuação maçônica mais profana. A maçonaria objetivou acelerar o processo de laicização da sociedade, desenvolvendo práticas políticas e culturais em dois sentidos: o primeiro, dirigido aos diversos grupos integrantes da elite político-cultural de várias feições liberais, procurando impor o seu projeto para a sociedade brasileira, o que era feito, entre outras práticas, pela utilização crescente da imprensa como divulgadora do seu ideário; já, no segundo, preocupou-se com as questões internas da ordem, com a introdução de novas práticas político-culturais que despertassem simpatia de setores mais amplos da sociedade e, ainda, que a vinculassem de forma mais íntima com tais setores.

Os acontecimentos em torno da questão religiosa[206] foram um momento privilegiado do embate e da polêmica maçônico-católica, visto que foi a partir daí que as novas práticas foram percebidas com maior clareza. Esse tema era problemático não só no Brasil, mas também no resto do mundo. No século XIX, mais precisamente durante o pontificado de Pio IX, entre 1846 a 1879, houve um acirramento das relações entre maçonaria e Igreja Católica, que, em reação às vitórias liberais e ao crescente processo de laicização da sociedade em escala mundial, elegeu aquela como a sua principal inimiga. Segundo Benimeli, houve 28 documentos pontifícios de condenação à maçonaria e a outras

---

Belém; *O Labarum* em Maceió; *A Fraternidade,* em Fortaleza; *A Luz,* em Natal; o *Diário de Campinas* e o *Correio Paulistano.*

[206]Sobre a questão religiosa, ver: ALMEIDA, Horácio de. D. Vital e a questão religiosa no Brasil. In: *Revista do IHGB*, v. 323, 1979. p. 160-168; BARROS, Roque Spencer. A questão religiosa. Op. cit. LACOMBE, Américo Jacobina. *Revista do IHGB*. v. 314, 1977. p. 205-225.

sociedades secretas, unificados na constituição pontifícia *Apostolicae Sedis,* de 12 de dezembro de 1869. Nessa se combinava a excomunhão aos participantes da maçonaria, da carbonária ou de outras seitas que maquinavam contra a Igreja ou os governos legítimos [207].

As repercussões das novas diretrizes da Igreja Católica no Brasil se fizeram sentir quase que imediatamente. O clero brasileiro se opôs à crescente influência da maçonaria no campo das idéias e da cultura política, utilizando-se dessa legislação para realizar uma clivagem e uma verdadeira *caça às bruxas* entre seus próprios membros. Além disso, os bispos que de maneira mais violenta atacaram a instituição naquele contexto[208] procuraram demarcar a sua posição antiliberal, portanto, contrária ao processo de secularização da sociedade brasileira. Ao elegerem os maçons como seus inimigos prioritários, objetivavam, então, realizar uma *limpeza* nos seus próprios quadros e, ao mesmo tempo, fragilizar os principais defensores da laicização.

A historiografia maçônica aponta como causa imediata do início do conflito e da questão a festa oferecida em 2 de março de 1872 pelo Grande Oriente do Lavradio, em comemoração à Lei do Ventre Livre. Nessa festa, o padre maçom Almeida Martins fez um pronunciamento elogioso à figura do visconde do Rio Branco, dirigente da maçonaria brasileira e responsável pela aprovação da lei, e à própria maçonaria como sua impulsionadora. A suspensão do padre Almeida Martins pelo bispo do Rio de Janeiro, d. Pedro Maria de Lacerda, deu início a uma forte reação maçônica e ao acirramento das relações entre as duas instituições no país, perceptíveis particularmente em Olinda e no Pará. Em relação aos fatos, os autores maçons concordam em que a causa era mais profunda de que os episódios vistos isoladamente. Segundo Arão:

> *quando explodiu a 'questão religiosa' do Brasil, antes dos incidentes e dos fatos, a própria mentalidade da corporação maçônica estava predisposta a provocá-la e a dar-lhe esse próprio*

[207]FERRER BENIMELI, Jose Antonio. *La masonería actual*. Op. cit. p. 47-48.
[208]Referimo-nos a d. Vital, bispo de Olinda, e a d. Antônio de Macedo Costa, bispo do Pará. Conforme BARROS, Roque Spencer. A questão religiosa. Op. cit., p. 338, "formados ambos na Europa, regressaram ao Brasil com o espírito totalmente moldado pelas doutrinas ultramontanas, prontos a servir sempre a causa do catolicismo, sem temor ou desfalecimento".

> *ruído de que encheu uma das páginas mais interessantes como aspecto de nossa evolução cultural. De tal modo que, se o incidente que a provocou, não tivesse existido ela teria nascido de outro pretexto ou circunstância*[209].

Na opinião de Roque Spencer M. de Barros, não se deve supervalorizar essa questão, tendo como referência a visão dos ultramontanos ou da maçonaria. De fato, a questão religiosa, por si só, foi um acontecimento sem grandes proporções, ou seja, ela só adquire significado se inserida numa conjuntura mais complexa, em que as duas instituições aparecem como representação de um corpo de idéias mais amplo. A submissão da Igreja ao padroado e ao regalismo, portanto, ao Estado, durante todo o período imperial brasileiro era reveladora da fragilidade e ambigüidade da instituição no Brasil.

Ao mesmo tempo em que os bispos criticavam a sua dependência do Estado, através do regalismo e do galicanismo, usufruíam das prerrogativas constitucionais de religião oficial. Os membros do seu clero eram pagos pelo governo, portanto funcionários públicos; os recursos públicos financiavam a construção e reformas de igrejas, a vinda de sacerdotes estrangeiros para suprir o pequeno número deles existente no país. O antiliberalismo católico no Brasil se defrontava, então, com a sua real situação: queria liberdade face ao Conselho de Estado, mas, ao mesmo tempo, queria permanecer com os privilégios da situação de ser a religião oficial do país.

Mais grave ainda para os impulsionadores da romanização no país era ter que conviver com um clero parcialmente sob a influência maçônica, haja vista que a participação de membros desse na instituição já era por demais conhecida pelo menos desde o período da independência[210]. Aliada a isso, a participação de maçons nas irmandades e confrarias católicas, quase sempre como dirigentes,

---

[209]ARÃO, Manoel. Op. cit. p. 397.

[210]Conforme ALBUQUERQUE, Arci Tenório de. *O que é a maçonaria.* Op cit. p. 35-42, entre os padres que foram membros ativos da maçonaria, figuram: bispo Sebastião Pinto do Rego, Diogo Antônio Feijó, cônego Januário da Cunha Barbosa, cônego Luiz Vieira, José da Silva de Oliveira Rolim, Antônio Agostinho, João Ribeiro Pessoa, frei José Laboreiro, José Martiniano de Alencar, frei Francisco Sampaio, Almeida Martins, Antônio Velho Cardoso, Antônio de Albuquerque Montenegro, monsenhor Muniz Tavares, Manuel Teles pereira Pita, José Pereira Tinoco, Pedro de Souza Tenório, monsenhor Joaquim

deu contornos específicos ao quadro da reação dos bispos ultramontanos. Assim, a expulsão dos padres maçons que não abjurassem a maçonaria e a suspensão dos trabalhos das irmandades e confrarias que estivessem sob suspeita de influência maçônica foram as primeiras medidas adotadas[211].

Significativo, nesse sentido, é o posicionamento do bispo de Olinda, que, em instrução pastoral, usa como argumento para os ataques à maçonaria a contradição fundamental entre essa e o cristianismo. Tal argumento foi repetidamente usado pelos representantes do clero ultramontano brasileiro e se resume na questão:

> *O cristianismo ensina que essa unidade não se realizará senão pela Igreja de Jesus Cristo, cujos pastores foram postos para que todos os homens se reunam na unidade da doutrina e formem um só rebanho e um só pastor, reconhecendo um só Senhor, uma só fé, um só batismo. Ensina a maçonaria que os governos não devem ter religião alguma, que sejam indiferentes a todas, tratando pelo mesmo teor a verdadeira e as falsas*[212].

Debatiam-se, assim, dois projetos ideológicos opostos: o primeiro consubstanciado pela influência das correntes de pensamento *liberal* e *cientificista* no Brasil e que transpunha para a esfera da política e da cultura a defesa de noções, como racionalismo, progresso, modernidade; o segundo, uma reação do catolicismo mundial frente aos avanços do liberalismo, que, no Brasil, reuniu os defensores do pensamento católico-conservador. O primeiro projeto reuniu a parte mais significativa da ilustração brasileira; já o segundo ganhou poucas adesões, revelando a fragilidade da instituição católica no país no século

---

Pinto de Campos, Arruda Câmara, entre outros. A maioria dos nomes citados correspondem ao período do final do século XVIII até o Primeiro Império.

[211] Um exemplo das medidas adotadas pelos bispos e que serve de base para o ataque católico à maçonaria em todo o país, como veremos no Rio Grande do Sul, foi a Pastoral sobre a Maçonaria, de 23-3-1873, do bispo do Pará, cujas medidas foram: proibição da leitura, por parte dos seus diocesanos, do *Pelicano*, órgão da imprensa maçônica local; absolvição sacramental aos maçons que renunciassem à maçonaria; concessão de sepultura eclesiástica aos maçons que pedissem confissão e se arrependessem de terem pertencido à maçonaria; permissão de só fazerem parte das confrarias e irmandades os maçons que declarassem por escrito não pertencer mais à ordem. ARÃO, Manoel. Op. cit. p. 467-468.

[212] COSTA, D. Antonio de Macedo. *Instrução Pastoral sobre a maçonaria considerada sob o aspecto moral, religioso e social, pelo bispo do Pará*. Rio de Janeiro: Typ. Diário do Rio de Janeiro, 1874. p. 61.

XIX. Se, de um lado, houve uma arrancada da Igreja Católica no sentido de se colocar institucionalmente num novo processo de recuperação de espaços, por outro, a maçonaria usou aqueles episódios para se fortalecer e ganhar ainda mais terreno no campo do combate ao catolicismo, principalmente do jesuitismo.

Importante para o nosso trabalho é observar os conflitos vivenciados no interior da própria maçonaria, dos quais o primeiro diz respeito à presença predominante de católicos entre os integrantes da instituição brasileira. Contraditória na aparência, essa questão assumiu, a partir do conflito, novos desdobramentos. Na verdade, não havia contradição em ser, ao mesmo tempo, católico e maçom, ou vice-versa, pois não havia nada na legislação maçônica que afrontasse a doutrina católica; ao contrário, entre os principais objetivos da ordem, em termos internacionais, encontrava-se, originalmente, a obrigatoriedade quanto à crença em Deus e a filantropia, que se assemelhava à caridade católica.

No caso brasileiro, as posições anticlericais da maçonaria foram deslocadas como uma estratégia de combate ao jesuitismo, ordem religiosa tradicionalmente mais conservadora e que, na segunda metade do século XIX, aproximou-se intimamente do poder papal. Com isso, o ataque era quase sempre indireto, pois não se dirigia abertamente à instituição e, sim, a uma das suas ordens religiosas, o que, de certa maneira, diminuía prováveis conflitos com os católicos-maçons. De forma geral, na imprensa maçônica, assim como nas manifestações públicas de maçons, depois impressas e divulgadas, aparecem explicações dando conta de que a ordem era atacada e agredida sem razões que justificassem tal situação. Por sua vez, os maçons não se colocavam contra a instituição católica, nem mesmo eram concorrentes no campo religioso, pois

> *se os bispos refletissem, conheceriam que a luta que suscitam, só a eles pode prejudicar, com desvantagem da religião católica, a qual tão desastradamente assim pensam servir. Com efeito, desde o sul até o norte não deixam passar pretexto, de que se não prevaleçam para ostentarem-se infensos a congregação maçônica, cujo intuito, todo*

> *humanitário, consagra-se ao desenvolvimento das faculdades intelectuais e morais do homem (...)*[213].

Manoel Arão também tratou da problemática da predominância da opção religiosa católica entre os maçons brasileiros, salientando outro aspecto importante e que justificaria o anticlericalismo maçônico num grupo aparentemente católico:

> *Esses maçons que não eram católicos, supondo sê-lo, o que faltou foi justamente a fórmula filosófica. Alguns no delírio da luta, esqueceram-se que justamente a maçonaria tomasse o lugar do catolicismo. Esses exageros, esse aferro, essa intransigência em ficar justamente onde lhe parecia o erro se confundia nos abusos humanos.*[214]

O aspecto identificado pelo autor poderia justificar a aparente contradição; de qualquer forma, a maçonaria brasileira não se posicionou homogeneamente quando do acirramento do conflito em torno da questão religiosa. Divididos quando da eclosão desse confronto, cada grande oriente assumiu uma posição diferente, repetindo-se novamente o antagonismo entre o segmento mais moderado e o mais radical. O confronto se iniciou com o Grande Oriente do Lavradio, do qual o visconde de Rio Branco era grão-mestre, logo ganhando a adesão e solidariedade do Grande Oriente Unido, de Saldanha Marinho. No *Manifesto* lançado pelo primeiro grande oriente, em 27 de abril de 1872, em resposta à suspensão do padre Almeida Martins, transparece a sua posição em relação ao conflito, a saber: o Lavradio não acusava a instituição católica como responsável pelo rumo dos acontecimentos, nem fazia críticas às autoridades imperiais[215]; atacava, sim, os jesuítas.

O Grande Oriente Unido, repetindo a tradição dos beneditinos, assumiu o confronto de maneira mais vigorosa, como era característica da sua atuação em geral. Saldanha Marinho iniciou uma campanha vibrante contra a

---

[213] Os bispos e a Maçonaria no Brasil. In: *Boletim do Grande Oriente do Brasil*, 1873. Ano 2. n. 1. p. 21.
[214] ARÃO, Manoel. Op. cit. p. 408.
[215] O *Manifesto* está transcrito em ARÃO, Manoel. Idem, p. 411-421.

Igreja Católica, quando publicou uma série de artigos, depois transformada em livro, intitulado *A Igreja e o Estado,* com o pseudônimo de *Ganganelli.* Ele atacou a instituição católica através do papado e, principalmente, inseriu uma crítica contundente à política imperial brasileira que não respondia à altura aos desmandos dos bispos de Olinda e do Pará. Nas suas palavras:

> *Hoje, Roma impõe arrogante as suas leis e quer ser obedecida; o governo se acobarda e se teme da insolência do pontificado intransigente e déspota! É que a atual não é de origem popular, e o povo deixou de ser representado, mantendo-se apenas, em seu ludibrio, uma ficção chamada representação nacional, que serve ao poder, mas que não cura do povo* (...). *O povo é sempre constituinte; o povo, queiram ou não os fanáticos da política ferrenha é a primeira e mais respeitável potência conhecida. Só ele faz e desfaz como lhe apraz, e segundo seu interesse. E ninguém resiste à sua vontade, sempre enérgica, uma vez manifestada. estas verdades andam desconhecidas do governo de S. A. Imperial*[216].

O ponto de discordância dos dois círculos foi novamente a política, e a tendência de adesão ao republicanismo pelos líderes do Círculo Unido se manifestou nesse momento de crise. Tanto isso é perceptível que, imediatamente depois da publicação dos artigos de Saldanha Marinho, o Círculo do Lavradio lançou uma nota oficial com a intenção de se defender e de informar que a sua posição não era a mesma assumida por Saldanha Marinho[217]. A própria nota oficial nos dá razões alusivas ao fato:

> *A nossa instituição maçônica é mais alguma coisa que política vulgar e mesquinha, é um centro onde deve reinar a pureza das intenções e a filosofia pura das idéias. Nós somos tolerantes e reclamamos tolerância para nós e para os outros, e pois não*

[216] MARINHO, Saldanha. A Igreja e o Estado. In: *A Acácia - folha maçônica,* 1876. Ano 1. n. 34. p. 1. Essa obra foi transcrita em partes durante o ano de 1876 por esse jornal maçônico.
[217] *Boletim do Grande Oriente do Brasil*. 1872, ano 2, nº. 7. p. 559-600.

podemos invetivar aqueles que não pensam como nós, de uma maneira desabrida ou violenta[218].

A moderação dos maçons do Lavradio não foi suficiente para impedir a propagação do conflito, que fora atiçado ainda mais pelos corpos maçônicos que trabalhavam sob os auspícios do Grande Oriente Unido espalhados pelo Brasil. O fim da questão religiosa, com a posterior condenação e prisão dos bispos em 1874[219], não pôs fim ao debate sobre a relação Estado e Igreja, contudo demonstrou, apesar das pressões sofridas por parte do Vaticano, que a autoridade civil se mantinha mais forte que a eclesiástica.

Da perspectiva maçônica, dois outros momentos foram fundamentais no processo de secularização da sociedade: a intensificação da propaganda e dos movimentos abolicionista e republicano. Apesar das diferenças entre os dois círculos maçônicos, em 1883, quando do acordo de unificação já mencionado, a maçonaria nacional se aproximou no campo da política. Ao que parece, e a literatura maçônica não tratou de explicar o envolvimento da maçonaria em termos das diferenças políticas internas, os maçons moderados, assim como outros setores da sociedade, abandonaram o regime monárquico nos seus últimos anos.

Em relação à propaganda e ao movimento abolicionista, que abordaremos de forma específica ao tratar do Rio Grande do Sul, as diferenças não chegaram a ser inconciliáveis para os maçons. É interessante observar que o pensamento abolicionista foi um fenômeno social e cultural do período de 1878-1888[220]. Até então, a questão da escravidão se encerrava nas instâncias políticas, onde os interesses econômicos ligados à grande propriedade mantiveram-se fortes por um longo tempo. Assim, a pressão estrangeira, inglesa e americana, encontrou no século XIX no Brasil uma elite nacional e agrária que somente permitiu a abolição da escravatura de forma lenta e gradual. As poucas vozes que se levantaram em favor da abolição antes da intensificação do movimento

[218]Idem, p. 559.
[219]Conforme BARROS, Roque Spencer. A questão religiosa. Op. cit. p. 364: "Um episódio completaria ainda a questão dos bispos: a anistia concedida pelo imperador a 17 de setembro de 1875".
[220]BEIGUELMAN. Paula. Op. cit. p. 107.

abolicionista, a partir de 1878, foram de maçons. Um exemplo nos é dado por Carvalho:

> *as poucas vozes discordantes vinham de liberais como Antônio Rebouças e Montezuma. O primeiro discursou na Câmara defendendo a Inglaterra a quem, segundo ele, tudo devíamos. Montezuma foi apontado pelo 'Sun' de Londres como autor de artigos antibrasileiros enviados ao 'Morning Herald', também de Londres*[221].

A figura do dirigente maçom Montezuma denota uma possível tendência da instituição à defesa do abolicionismo, mesmo que em condições contrárias. Agrega-se a esse nome outra liderança maçônica responsável pela aprovação da Lei do Ventre Livre de 1871, o visconde de Rio Branco, que articulou a aprovação do projeto, confirmado, por isso, essa tendência. Por outro lado, apesar da unanimidade da bibliografia maçônica em afirmar a posição abolicionista da ordem, não encontramos na imprensa maçônica do período um posicionamento claro sobre a questão[222]. Segundo Alexandre Barata, houve contribuição da maçonaria à causa abolicionista, pois a sociabilidade maçônica proporcionada pela suas lojas favorecia a formação de quadros que questionavam essa forma de trabalho. O autor, entretanto, alerta para o seguinte:

> *Contudo, é preciso ressaltar, novamente, que, embora profundamente identificados com o pensamento liberal, os maçons brasileiros não eram concensuais quanto a esta questão. Muitos se opunham à libertação dos escravos, mesmo que gradualmente, o que, de certa maneira, refletia o caráter elitista do recrutamento maçônico do período*[223].

---

[221] CARVALHO, José Murilo de. Op. cit. p. 272.

[222] Significativa sobre essa questão é a obra de ALBUQUERQUE, Arci Tenório de. *A maçonaria e a libertação dos escravos, a abolição da escravatura, uma grandiosa vitória maçônica; todas as leis beneficiadoras dos escravizados foram iniciativas de maçons.* Rio de Janeiro: Ed. Aurora, 1970.

[223] BARATA, Alexandre Mansur. *Luzes e Sombras*... Op. cit. p. 143.

O tema parece ter sido problemático para as duas vertentes maçônicas. Na bibliografia maçônica, perpassa a idéia de que o Lavradio era abolicionista, porém bem ao modo da sua moderação, ou seja, concordava com ela desde que fosse gradual. Por sua vez, os maçons do grupo liberal mais radicalizado trabalhavam para que se acelerasse o processo de extinção da presença do elemento servil no país. Essa afirmação é acompanhada pelos nomes dos abolicionistas que eram maçons, sem haver, no entanto, a explicitação das suas formas de atuação. Albuquerque é um dos autores maçons que oferece mais indícios da estreita vinculação entre maçonaria e abolicionismo. Mesmo que repita os aspectos puramente enaltecedores de outros autores maçons, ele refere a aprovação, em 4 de abril de 1870, de um projeto de autoria do maçom Rui Barbosa, apresentado na loja América de São Paulo. No referido projeto constava:

> *obrigatoriedade de todas as Lojas Maçônicas brasileiras reservarem um quinto de sua receita para alforriamento de crianças escravas; declaração de todos os candidatos a ingressar na Maçonaria que, daí em diante, estariam livres todas as crianças do sexo feminino que lhes proviessem de escrava sua; todos os maçons brasileiros ficariam obrigados a assumir um compromisso de que declarariam livres, daí em diante, todas as crianças do sexo feminino, filhas de escravas suas*[224].

As ações maçônicas referentes a essa questão encaminharam-se para uma estreita ligação de lojas com clubes e sociedades abolicionistas[225]. Acreditamos que houve de fato um envolvimento da ordem no abolicionismo, contudo acreditamos que a adesão de muitos maçons à causa se devia mais a aspectos de ordem filantrópica do que propriamente a convicções políticas e liberais. As iniciativas maçônicas no sentido de adotar internamente ações abolicionistas serviam, pois, para pressionar seus integrantes a assumirem a

[224] ALBUQUERQUE, Arci Tenório de. *O que é maçonaria*...Op. cit. p. 173.
[225] BARATA, Alexandre Mansur. *Luzes e Sombras*... Op. cit. p. 144-145, refere-se a outras iniciativas: o empenho de muitas lojas maçônicas na compra de alforrias de escravos; a loja Perseverança III de

causa como humanitária e beneficente[226]. Justifica-se, assim, a presença de muitas lideranças maçônicas entre os abolicionistas. Barroso, quando tratou desse relacionamento, com o exagero característico das suas concepções, afirmou:

> *Em 1862, a maçonaria ativou a campanha, mas sempre de molde a se não encontrar a fórmula das indenizações ou substituições*, *o que só fazia agravar a situação. Tavares Bastos levava por diante uma forte propaganda abolicionista no 'Correio Mercantil', nas proximidades da questão Christie. Parecia combinado. Em 1867, o maçônico Conselho de Estado começou a estudar uma solução 'no maior sigilo'. Em 1871, o maçom Silveira da Mota precedia a lei do Ventre Livre com seu projeto de imposto fixo e proibição da venda de escravos, cujo número se calculava em milhão e meio*[227].

À semelhança da presença maçônica no movimento abolicionista, outra questão foi tratada superficialmente pela literatura maçônica: o republicanismo. Os indícios encontrados deixam antever que, de fato, os maçons também estiveram presentes no movimento republicano brasileiro, muitos até dirigindo-o. Um exemplo da forma como aparece a questão na literatura maçônica é o que José Castellani nos traz, quando trata da atuação dos maçons no movimento republicano:

> *A tendência republicana de certos setores liberais, incluindo a maçonaria, foi se acentuando com o passar do tempo, até se manifestar abertamente, em 1870, com o Manifesto Republicano, de inspiração maçônica, redigido por Quintino Bocaiúva e tendo, como primeiro signatário, Joaquim Saldanha Marinho, que na época, era Grão-Mestre de uma*

Sorocaba, São Paulo, criou uma caixa denominada *Emancipação*, cujo capital seria aplicado na compra de libertação de crianças do sexo feminino de dois a cinco anos de idade, etc.

[226] Dois historiadores abordam o abolicionismo nessa perspectiva, isto é, o da causa como filantrópica e com a hipótese de *feminilização* do abolicionismo. Ver MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. *Faces da liberdade, máscaras do cativeiro*. Porto Alegre: Edipucrs, 1996; e KITTELSON, Roger Alan. *The problem of the people:* popular classes and the social construction of ideas in Porto Alegre, Brazil*,* 1846-1893. Madison: University of Wisconsin, Madison, 1997. (Tese de Doutorado).

[227] BARROSO, Gustavo. Op. cit. v. 3. p. 327-328.

facção dissidente do Grande Oriente do Brasil (o Grande Oriente do Vale dos Beneditinos)[228].

O mesmo autor cita os nomes dos maçons que eram republicanos importantes e que atuaram nos clubes republicanos, entre eles: Benjamin Constant, Deodoro da Fonseca, Américo de Campos, Américo Brasiliense, Aristides Lobo, Bernardino de Campos, barão de Ramalho, Campos Salles, Francisco Glicério, Lauro Sodré, Prudente de Morais, Quintino Bocaiúva, Pinheiro Machado, Pedro de Toledo, Silva Jardim, Rangel Pestana, Ubaldino do Amaral[229]. A simples presença dessas personalidades, reconhecidas como republicanos e maçons, não é suficiente, entretando, para explicarmos a participação maçônica no movimento.

Recorrendo a outros autores desvinculados da temática maçônica, podemos encontrar indicações da presença e influência da maçonaria no movimento republicano brasileiro, como é o caso de Ricardo Vélez Rodrigues. Analisando a propaganda republicana a partir dos manifestos divulgados no período, ele concluiu que tais documentos, particularmente o de 1870, revelam-se simplistas e superficiais, atribuindo duas razões para isso: a inspiração do radicalismo liberal francês e a cultura jornalística dos signatários[230].

As razões apresentadas pelo autor relacionam-se, em nosso ver, à maçonaria, pois, à semelhança dos signatários do manifesto de 1870, os maçons também se sentiam herdeiros da tradição do radicalismo liberal francês. Nesse sentido, as permanentes referências, na literatura e na imprensa maçônica, aos movimentos de 1817 e 1824 demonstram que eles se consideravam republicanos históricos. Sem dúvida, o grupo maçônico foi o principal herdeiro e defensor de um tipo de liberalismo mais radical para o país. Como escreveu José Murilo de Carvalho, tratando da mesma questão, no *Manifesto* de 1870,

---

[228]CASTELLANI, José. A atuação dos maçons no movimento republicano brasileiro. In: *Episódios da história antiga e moderna da maçonaria - 1º. Anais do III Congresso Internacional de História e Geografia.* Caxias do Sul: Gráfica da UCS, 1986. p.119.
[229]Idem, p. 124.
[230]RODRIGUES, Ricardo Vélez. A propaganda republicana. In: *Curso de introdução ao pensamento político brasileiro.* Brasília: Editora da UnB, 1982. p. 77.

> *verdade democrática, representação, direitos e liberdades individuais eram os pontos fundamentais do Manifesto. O fato não surpreende, pois muitos dos signatários do Manifesto vinham das fileiras radicais.*[231]

A participação maçônica no processo de transição do Império para a República parece ter sido, pelo menos no Rio de Janeiro, importante; contudo, só estudos específicos nesse sentido poderão revelar a intensidade dessa participação. A presença majoritária de maçons no primeiro ministério republicano é, no mínimo, interessante. Nesse aspecto, autores maçons destacam com freqüência o fato:

> *Implantada a república, Deodoro assumiria, como chefe do Governo Provisório, com um ministério constituído, totalmente, de maçons: Quintino Bocaiúva, ministro dos Transportes; Aristides Lobo, ministro do Interior; Benjamin Constant, ministro da Guerra; Campos Salles, ministro da Justiça; Ruy Barbosa, ministro da Fazenda; Eduardo Wandenkolk, ministro da Marinha; e Demétrio Ribeiro, ministro da Agricultura*[232].

É novamente Barata quem redimensiona o envolvimento da maçonaria no movimento republicano. Na verdade, antes de se constituir numa questão de princípios políticos, o republicanismo suscitava ainda mais as divergências no interior da instituição. Os debates em torno da superação ou não do regime monárquico acirravam os ânimos dos maçons monarquistas e dos maçons republicanos:

> *É bem verdade que a idéia de república não era nova para a Maçonaria pois, desde o período da emancipação política do Brasil, já existia uma facção maçônica que a desejava, liderada por Joaquim Gonçalves Ledo. A partir de 1870, os maçons republicanos encontravam no 'grande oriente do Brasil - ao Vale dos Beneditinos', liderado por Saldanha Marinho, importante meio de divulgação de*

[231]CARVALHO, José Murilo de. Op. cit. p. 188
[232]CASTELLANI, José.A atuação dos maçons no movimento republicano brasileiro. Op. cit. p. 119.

> *suas teses. Se analisarmos o número de lojas maçônicas criadas entre 1870 e 1880, iremos perceber que a maioria delas estava ligada ao Círculo dos Beneditinos e localizava-se sobretudo naquelas províncias que possuíam expressivos movimentos republicanos*[233].

A adesão crescente da elite política brasileira à causa republicana, fundamentalmente nos últimos anos do Império, coincide, na nossa opinião, com a adesão crescente dos maçons à mesma causa. No entanto, a existência de uma vertente pró-República desde 1870 não nos permite concluir que a maçonaria tenha sido definidora ou principal mobilizadora do movimento republicano no Brasil. Para Alexandre Barata, a efervescência dos debates no seio da maçonaria e a predominância da vertente beneditina, cujos principais dirigentes eram republicanos, contribuíram para a vitória desses em 1889.

Acreditamos que, independentemente da presença maçônica nos movimentos abolicionista e republicano, a sua influência se deu efetivamente no campo da formação de uma cultura política calcada na defesa da laicização da sociedade brasileira. Como republicanos ou monarquistas, os intelectuais maçons, juntamente com outros segmentos da intelectualidade brasileira da segunda metade do século XIX, mantiveram discussões e debates nessa perspectiva.

Assim, estudos sobre a participação efetiva da maçonaria nos dois movimentos mereceriam pesquisa nos arquivos maçônicos e nas fontes bibliográficas, para que, em primeiro lugar, se identificassem os maçons nos clubes, nas sociedades e na imprensa republicana e abolicionista. Acreditamos que tal participação se efetivou não no âmbito meramente político daqueles acontecimentos; assim, apontamos - e vamos procurar demonstrar com a atuação da maçonaria no Rio Grande do Sul - que a influência se deu em nível de formação do pensamento liberal e cientificista. As posições formais e que incidiam sobre a sua atuação refletiam a diversidade existente entre os membros da instituição maçônica.

---

[233] BARATA, Alexandre Mansur. *Luzes e sombras*... Op. cit. p. 153.

A partir da segunda metade do século XIX, a expansão das atividades maçônicas e a crescente posição de defesa da secularização da sociedade provocaram uma remodelação interna da instituição, que teve como objetivo, entre outros, "despir-se de sua aparência enigmática, algo cheia de tremendo mistério herdada de seus antepassados"[234]. As novas orientações procuraram fortalecer a imagem pública da ordem e estreitar os laços com a sociedade pela execução de alguns de seus fins internacionais, o que lhe poderia conferir força na relação com seus inimigos, principalmente os jesuítas.

Às vistas do Código Penal - artigos 282 e 283 -, a maçonaria deixara de ser uma associação clandestina, passando a ser uma sociedade legalmente estabelecida. Muitas das suas sessões foram abertas às famílias de maçons e, mesmo, para simpatizantes; as festas realizadas nos seus templos reuniam um grande número de participantes, desfazendo um pouco o mistério em torno do que se guardaria nos seus interiores. Nessa ofensiva maçônica - a de se tornar menos clandestina e, com isso, se tornar mais simpática - também apareceram na imprensa maçônica artigos que buscavam informar os leitores e os próprios maçons sobre a instituição, sua história, objetivos, princípios, etc. Houve até uma fase em que a ordem procurou priorizar a formação de seus quadros, já que a sua atuação no campo da política permitira uma *vulgarização* dos iniciados; a doutrinação, então, passou a ser um caminho para a qualificação dos maçons no país. Com certos artigos, podemos exemplificar a nova *cara* da maçonaria:

> *A maçonaria é uma escola ou é uma associação?*
> *Podemos afirmar, sem receio de sermos contestados, que tudo o que tem se escrito sobre a Maç∴ cifra-se nestas perguntas. É fácil dar-lhes a competente resposta: é não só uma escola, mas também uma associação. Estabelecendo estas perguntas tivemos por fim prevenir os Maç∴ do perigo que há em fazer da Maçonaria, exclusivamente, ou uma escola ou uma associação.(...) A primeira hipótese é rarríssima; entretanto conhecemos IIr∴ que animados por um zelo irrefletido, aliás louvável, não pensam senão em seu desenvolvimento intelectual e no de seus IIr∴ Daí resultam brilhantes peças de*

[234] ARÃO, Manoel. Op. cit. p. 392.

arquitetura, discussões mais ou menos filosóficas, explicações e incessantes instruções sobre símbolos da Maçonaria; então as sessões prolongam-se demasiadamente, e os IIr∴ a quem essas sessões muitas vezes repetidas absorvem, suspiram pela ocasião em que possam ausentar-se da Loj∴ e gozar de algum descanso. (...) A maior parte das Loj∴ não está neste caso, vejamos o oposto; a ciência apesar de sua doçura é uma bebida assaz amarga, que não agrada a todos os paladares. As Loj∴ científicas são uma exceção de regra. Em compensação há um grande número de Maçons, que uma vez iniciados, logo que obtém o grau de Mestre, julgam-se perfeitos e obram como tal. Desprezam o desenvolvimento de suas faculdades intelectuais, imaginam que nada mais lhes resta a aprender. Reputam a Maçonaria somente como uma associação de amigos, de amigos íntimos, com os quais, sob o sigilo, é de sumo prazer o reunirem-se.[235]

II

[235] *Boletim do Grande Oriente do Brasil*, 1872. Ano 1. n. 11. p. 389-390.

AS LUZES EM TERRAS GAÚCHAS:
HISTORIOGRAFIA E HISTÓRIA

1. ASPECTOS INICIAIS

No Rio Grande do Sul, a temática em torno da presença e da própria história da maçonaria recebeu e tem recebido menor atenção em relação aos estudos em nível nacional. De forma geral e levando em conta a classificação que utilizamos no primeiro capítulo, isto é, a *historiografia descomprometida* e a *comprometida* ou *engajada*, as referências à instituição são raras, dispersas, isoladas, genéricas e, muitas vezes, equivocadas. A marginalização do tema observada nas várias vertentes historiográficas chega a dificultar até mesmo uma revisão crítica da literatura disponível. Enquanto que, em nível nacional, mesmo que de forma insuficiente, a presença maçônica foi tratada por historiadores acadêmicos ou não, os quais puseram a descoberto algumas pistas de fontes e até mesmo explicações preliminares, no caso gaúcho, qualquer estudo sobre a temática não encontra com facilidade aquelas referências primeiras que situam a problemática de qualquer pesquisa. Nesta parte do trabalho, procuraremos, assim como no capítulo inicial, situar a temática a partir de elementos historiográfico-históricos indispensáveis à comprovação da tese proposta inicialmente.

Nesse sentido, e com a perspectiva de melhor situar a inserção da maçonaria na própria história do Rio Grande do Sul da segunda metade do século XIX, optamos, em muitos pontos, por evidenciar os aspectos descritivos e cronológicos. Essa opção poderia nos aproximar, na visão de alguns, a uma forma específica de conceber e escrever a história - referimo-nos à visão positivista e, de forma mais ampla, à categorização de *história tradicional* feita por Peter Burke[236]. Entretanto, apesar do risco, acreditamos que é indispensável para o nosso estudo recorrer a uma certa visão cronológico-evolutiva, para que se torne possível a confirmação da tese de que a maçonaria gaúcha exerceu uma

[236] BURKE, Peter. *A escrita da história*: *novas perspectivas*. Op. cit.

influência importante na formação e defesa do pensamento liberal e cientificista, fundamental nas concepções que orientaram a intelectualidade gaúcha no período delimitado para o estudo.

Assim, o estudo sobre a influência da maçonaria no estado na segunda metade do século XIX, no campo da formação de um tipo especial de cultura política, pretende ser uma contribuição à historiografia gaúcha nas áreas de política e de cultura. A ciência histórica é, por natureza, lacunar, de forma que um trabalho de história procura sempre revelar aquilo que ainda podemos saber sobre determinado tema[237]. A respeito, o tema *maçonaria,* além de ser lacunar pela própria natureza da história, também o é pela marginalidade a ele conferida pelos historiadores, como também pelas dificuldades em relação às fontes de pesquisa[238].

Este estudo é, portanto, essencialmente de caráter empírico, já que as suas principais fontes são primárias, sendo utilizadas de forma a, além de elucidar a problemática do próprio trabalho e abrir caminhos para futuros estudos sobre a história da maçonaria gaúcha, explicitar uma nova abordagem de história política. A partir da constatação de que os integrantes e, sobretudo, os dirigentes da maçonaria gaúcha compunham um dos grupos da elite política e da inteligência regional, procuraremos traçar as suas formas de atuação e de inserção social. Entre os objetivos do grupo, detentor de uma grande capacidade de *representação* e de *demonstração* de força e influência, não se encontrava propriamente o poder político sob o ponto de vista tradicional.

Por outro lado, se poder, partidos políticos, eleições e Estado não estiveram na ordem do dia para a maçonaria, mesmo que a teoria do complô continue afirmando isso, os seus objetivos em âmbito internacional, qual sejam, a filantropia e a liberdade de pensamento, conduziram e direcionaram as suas atividades no século XIX. As influências externas contribuíram para que a instituição assumisse determinadas posturas políticas mais ou menos radicais.

---

[237] Cf. VEYNE, Paul. *Como se escreve a história.* Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1992. p. 18.

[238] Sobre o aspecto lacunar das fontes, VEYNE, Paul. Idem. p. 18, afirma: "Não pretendemos, com isto, demonstrar o fato evidente de que, de um período para outro, as lacunas das fontes não incidem sobre os mesmos capítulos; constatamos, simplesmente, que o caráter heterogêneo das lacunas não nos impede de escrever algo a que se dá, ainda assim, o nome de história (...)".

Referimos aqui à recepção e adesão que as correntes liberais e cientificistas, obtiveram por parte da intelectualidade brasileira e gaúcha no século XIX. Dentro do espírito dessas correntes de pensamento, a maçonaria gaúcha, senão na sua totalidade ao menos a sua parcela dirigente, assumiu o anticlericalismo e a defesa intransigente da laicização da sociedade brasileira.

A história da maçonaria gaúcha será abordada a partir de sua vinculação principal com uma vertente da maçonaria internacional, a de origem latina, portanto política e anticlerical, bem como inserida no quadro complexo da história da ordem no Brasil. Do ponto de vista externo, será observada a multiplicidade de relações que a instituição estabeleceu na vida social gaúcha e as influências externas incorporadas por ela. Esses elementos, internos e externos, poderão explicar os comportamentos políticos, sociais e culturais desenvolvidos pela maçonaria gaúcha no período estudado e sua influência no campo da cultura política gaúcha no período.

Com esse propósito, dividimos esta parte do trabalho em dois capítulos. O primeiro, apesar da pequena literatura disponível, será dedicado à revisão bibliográfica sobre o tema, utilizando-se a mesma classificação adotada para a historiografia brasileira, agora aplicada ao caso gaúcho. No segundo ponto, a partir de dados quantitativos, de informações bibliográficas e, especialmente, da documentação maçônica disponível, principalmente da sua imprensa, procuraremos identificar as principais fases e aspectos da evolução da maçonaria no Rio Grande do Sul, enfatizando aqueles referentes à segunda metade do século XIX.

2. A MAÇONARIA GAÚCHA SOB A ÓTICA DA HISTORIOGRAFIA E DAS FONTES

2.1. O espaço da maçonaria na historiografia *descomprometida*

Os historiadores gaúchos dedicaram, de forma geral, um pequeno espaço à presença maçônica nos diversos campos da história do Rio Grande do Sul. Nesse sentido, analisamos principalmente obras produzidas pela chamada *historiografia tradicional* gaúcha, a partir de seus historiadores clássicos. Além desses, buscamos nas conhecidas *histórias municipais* referências e informações sobre a presença maçônica em diversas cidades do estado. Constatamos, na literatura produzida por esses, duas formas historiográficas que apresentam diferenças importantes na abordagem da temática: no primeiro caso, a inclusão da maçonaria aparece quase sempre vinculada à esfera da política e, mais precisamente, aos acontecimentos em torno da Revolução Farroupilha; no segundo grupo, é abordada como uma das instituições culturais e assistencialistas presentes na história de alguns municípios gaúchos.

Os historiadores do primeiro grupo[239] partem da perspectiva da provável influência maçônica na Guerra dos Farrapos[240], mais especificamente,

---

[239] Os autores analisados foram os seguintes: ANTUNES, Deoclécio Paranhos. Os partidos políticos no Rio Grande do Sul: gênese e desdobramento histórico desde a proclamação da independência à República. In: *Anais do I Congresso de História e Geografia Sul-Rio-Grandense*. IHGRGS. Porto Alegre: Globo, 1936. v. 2, p. 215-266; COSTA, Alfredo R. da. *O Rio Grande do Sul.* Porto Alegre: Globo, 1922; FERREIRA FILHO, Arthur. *História geral do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1978; GALENO, Henriqueta G. G. A Revolução Farroupilha. Causas sociais, políticas e econômicas. In: *Anais do I Congresso de História e Geografia Sul-Rio-Grandense.* IHGRGS. Porto Alegre: Globo, 1936. v. 2, p. 83-119; LAYTANO, Dante de. *História da República rio-grandense (1835-1845)*. Porto Alegre: Globo, 1936; MORAES, Luiz Carlos. Causas remotas e imediatas da grande revolução: a paz de Poncho Verde. In: *Anais do IV Congresso de História e Geografia Sul-Rio-Grandense.* IHGRGS. Porto Alegre: Globo, 1946. v. 1, p. 295-308; OSÓRIO, Fernando Luiz. A ação e os propósitos orgânicos dos farrapos; supremos objetivos da jornada de 35. In: *Anais do I Congresso de História e Geografia Sul-Rio-Grandense*. IHGRGS. Porto Alegre: Globo, 1936. v. 2, p. 45-81; Idem. A religiosidade e o sacerdócio dos farrapos. In: *Anais do I Congresso de História e Geografia Sul-Rio-Grandense.* IHGRGS. Porto Alegre: Globo, 1936. v. 1, p. 381-423; SILVA, João Pinto da. *A província de S. Pedro* (interpretação da história do Rio Grande*).* Porto Alegre: Globo, 1930; SOUZA DOCCA, Emílio Fernandes de. *História do Rio Grande do Sul.* Rio de Janeiro: Organização Simões, 1954; SPALDING, Walter. *Farrapo.* Porto Alegre:

tendem a situar sua abordagem quando tratam das causas gerais que motivaram a eclosão do movimento revolucionário gaúcho. Nesse sentido, observaram, assim como de resto no Brasil, que as atividades maçônicas, nas suas origens, tiveram uma relação estreita com a penetração e difusão do ideário iluminista e do liberalismo. No caso do Rio Grande do Sul, observou-se que foi na década de 1830 que as repercussões daquele conjunto de idéias filosóficas e políticas chegaram com maior intensidade.

Assim, o contato tardio dos gaúchos com as correntes de pensamento já bastante divulgadas em algumas partes do país foi, sem dúvida, um dos fatores que retardaram a instalação da maçonaria no Rio Grande do Sul. Contudo, os autores analisados a respeito dessa questão não tratam de situá-la com tal perspectiva, ou seja, a maçonaria na fase farroupilha, para eles, constituía-se já numa instituição forte, organizada e influente. O descompasso entre a provável fragilidade organizacional maçônica no período e o imaginário simbólico da instituição apreendido pelos autores é bastante visível.

Entre os autores que relacionaram a Revolução Farroupilha e as atividades maçônicas, merece destaque especial Dante de Laytano, que conferiu um maior espaço ao tema. Ao tratar daquele movimento, o autor dedicou uma parte importante de sua obra para evidenciar a maçonaria como uma força externa envolvida e influente nos acontecimentos no período revolucionário[241]. Cabe destacar que outras forças ou fatores externos são também analisados pelo autor e com a mesma intensidade, como é o caso do clero católico, das sociedades literárias, da Confederação do Equador e de outros movimentos de caráter republicano ocorridos em outras várias regiões do país. À semelhança da maior parte da literatura sobre esse período, Laytano relaciona, acertadamente, o movimento maçônico e o ambiente intelectual do contexto:

Sulina, s/d; SPALDING, Walter. Foram os chefes farroupilhas republicanos antes do Seival? In: *Anais do IV Congresso de História e Geografia Sul-Rio-Grandense*. IHGRGS. Porto Alegre: Globo, 1946. v. 2, p. 833; SPALDING, Walter. *A Revolução Farroupilha*. São Paulo: Nacional, 1939; VARELA, Alfredo Augusto. *História da grande revolução*. Porto Alegre: Globo, 1933.(6. v.).

[240] Entre os trabalhos analisados, localizamos referências à presença maçônica na Revolução Farroupilha nos seguintes: COSTA, Alfredo R. da. *O Rio Grande do Sul.* Op. cit.; LAYTANO, Dante de. *História da República rio-grandense (1835-1845).* Op. cit.; SILVA, João Pinto da. Op. cit.; SPALDING, Walter. *Farrapos.* Op. cit.; VARELA, Alfredo. *História da grande revolução*. Op. cit.

[241] LAYTANO, Dante de. *História da República rio-grandense*. Op. cit.

> *O espírito associativo, mesmo no terreno intelectual, dizia bem com a formação das nossas instituições em geral. Outrossim o sentido intelectual da época tinha imposto o sabor das academias, dos clubes e das sociedades. Essas corporações representavam um papel social de relevo, pois traziam em derredor de si um punhado de pessoas votadas aos interesses da cultura. Facilmente as sociedades literárias se transformavam em clubes revolucionários, quando não apareciam com estes desígnios, claramente. Tinham essas corporações gabinetes de leitura, escolas, e, muitas vezes, jornais, também.(...). A 'Sociedade Continentino' foi uma das que mais influências exerceu. Publicou um jornal bimensal, que circulou de 1831 a 33 e trazia uma epígrafe de Confúcio: 'Quando se tratar da salvação da Pátria, não consultai, exponde a vida'*[242].

O espírito associativo, as academias e sociedades literárias foram, sem dúvida, um marco inicial de difusão do movimento maçônico; porém, os fatores que propiciaram a reunião dos segmentos mais intelectualizados da sociedade eram mais amplos e profundos. Juntamente com a recepção do pensamento em voga, esses espaços se constituíam em locais privilegiados de sociabilidade. No caso gaúcho, somente na década de 1830 é que se desenvolveram com mais freqüência tais espaços de atividade pública e política, razão pela qual se convencionou datar a partir daí as primeiras iniciativas maçônicas. Assim, relacionar Revolução Farroupilha e movimento maçônico nos parece até certo ponto natural e acertado.

João Pinto da Silva também relacionou o ambiente intelectual observado no Rio Grande do Sul às vésperas da Revolução Farroupilha com a difusão das sociedades e clubes literários e secretos, típicos do ambiente nacional e internacional daquele momento. Os problemas de ordem econômica e política nos quais o estado sulino se debatia, confrontando-se com o poder central brasileiro, coincidiram, então, com um ambiente cultural propício à difusão de

[242] Idem, p. 277-278.

associações de *lojas misteriosas*[243]. Ao relacionar, entre as causas da Revolução Farroupilha, as de ordem ideológica, que estavam em consonância com o ideário iluminista, o autor conclui:

> *Paralelamente às influências individuais e, não raro, dispersivas, operavam, na sombra, os organismos coletivos das sociedades secretas, cujos tentáculos invisíveis, mas ubíquos, se estendiam, através da Província, pelos quartéis, pelo comércio, pelas fazendas*[244].

Entre as sociedades secretas, *foco do liberalismo exagerado*[245], a mais importante, da perspectiva da organização maçônica, foi o Continentino de Porto Alegre. Para a maioria dos autores, por se articular com outras similares, tais como a Sociedade Defensora de Pelotas, a de Rio Grande e de Rio Pardo essa organiação, foi o foco inicial da atividade maçônica na província. Sobre o Continentino, merece destaque a seguinte caracterização:

> *Esta sociedade tinha no exterior o aspecto de um Gabinete de Leitura, e tomava o nome de um periódico intitulado Continentino, publicado a expensas dela, e redigido por alguns de seus membros, mas o Gabinete de Leitura na realidade era uma Loja de Pedreiros-Livres: o que depois se fez patente* [246].

De fato, a primeira loja maçônica que comprovadamente se instalou no estado, a Filantropia e Liberdade, foi originária desse gabinete de leitura, fundado em 25 de dezembro de 1831 pelo Grande Oriente do Passeio. Fizeram parte dessa loja muitos dos membros do gabinete de leitura, tais como Xavier Ferreira, padre Bernardo José Vieira e Victorino José Ribeiro. Das demais sociedades que atuavam nesse mesmo contexto, faltam elementos comprovadores

---

[243] SILVA, João Pinto da. Op. cit. p. 121.
[244] Idem, p. 152.
[245] Idem, ibid. p. 152.
[246] Anônimo. Memória histórica sobre as causas e os acontecimentos que mais imediatamente precederam a sediação de 20 de setembro de 1835, na cidade de Porto Alegre, capital da província do Rio Grande do Sul. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul,* 1924. Ano 3. p. 110.

de que fossem oficinas de pedreiros-livres. Assim, entendemos que a inclusão da maçonaria como um dos agentes presentes na Revolução Farroupilha - quase sempre feita de forma genérica pelos autores - deveu-se principalmente à ausência de documentos escritos que possibilitassem essa comprovação.

Os historiadores tradicionais incluem a maçonaria no período anterior à eclosão do movimento, quando as sociedades e clubes literários (e secretos) estavam se instalando no Rio Grande do Sul. Assim, vinculam a provável influência da instituição no campo cultural, isto é, na difusão do ideário que mais tarde seria assumido discursivamente pelos líderes farroupilhas. Para os autores referidos, o clima de radicalização política que opunha *caramurus* e *liberais nativistas*[247] havia sido em muito intensificado pela ação dos maçons gaúchos. A maioria dos liberais gaúchos assumira a opção farroupilha em razão dos privilégios centralizadores do Império brasileiro, que desenvolvia uma política econômica desfavorável à economia regional. Os maçons podem, assim, ser identificados, como de fato fizeram esses autores, como *um* dos grupos que compunham a facção farroupilha.

Essa identificação não pode, porém, ser supervalorizada já que, naquele contexto, a instituição maçônica dava seus primeiros passos em termos de organização e implantação no Rio Grande do Sul. Acreditamos até que alguns líderes farrapos foram iniciados na ordem só naquele período, o que impede, justamente, que se confira à ação maçônica uma dada influência. Em razão disso, outros historiadores, ao tratarem do tema, o fizeram episodicamente, como é o caso de Walter Spalding, que dedicou um capítulo de seu trabalho à famosa fuga de Bento Gonçaves da prisão localizada na Bahia[248]. Parece não haver dúvidas de que tal fuga só foi possível graças à ação dos maçons baianos, os quais, identificando Bento Gonçalves como *irmão,* planejaram o seu retorno ao nosso estado[249], o que ocorreu em 10 de setembro de 1837. Segundo o autor:

> *...da ilha Itaparica, onde ficara alguns dias sem ser encontrado apesar da busca rigorosa que ali fizeram,*

[247] Denominação utilizada por ANTUNES, Deoclécio Paranhos. Op. cit. p. 217.
[248] A prisão de Bento Gonçalves ocorreu em 1836, sendo ele enviado para a Fortaleza da Lage, no Rio de Janeiro, e depois para o Forte de São Marcelo, na Bahia. SPALDING, Walter. *Farrapo*. Op. cit. p. 134.
[249] O título do capítulo é "Fuga de Bento Gonçalves" In: Idem, p. 133-140.

> *voltou Bento Gonçalves para a cidade do Salvador, onde foi muito bem recebido pelos amigos e pela maçonaria que o cercou de todas as garantias. Aí conservou-se durante um mes, mais ou menos, à espera de transporte seguro para a sua província natal*[250].

Assim, parece-nos acertado relacionar algumas lideranças farroupilhas ao movimento maçônico, embora tal vínculo, na sua maioria, tenha sido posterior ao acirramento político, o que desembocou na guerra civil. Portanto, na ausência de aspectos comprovadores da vinculação direta entre maçonaria e Guerra dos Farrapos, a maioria dos autores tradicionais, buscando uma certa adequação à história do Brasil, utilizou-se dessa presença individual para suas explicações. Exemplo desse tipo de abordagem aparece novamente em Spalding:

> *Convém acrescentar mais, por sumamente importante, graças à preparação contínua do já citado padre Caldas, o exemplo pernambucano de 1817 e a famosa Confederação do Equador, ambas de cunho francamente republicano, baseado nas doutrinas franco-norteamericanas, bebidas através da maçonaria em cujo o seio as doutrinas democráticas eram cultivadas com carinho e, não raro, exagero, apesar de reis e príncipes a ela pertencerem. Maçons foram Bento Gonçalves, Mariano de Mattos, Almeida, Joaquim Pedro Soares Neto, e quase todos os outros farroupilhas. Mas foram também, maçons dezenas dos chefes mais prestigiosos do legalismo, conforme se pode verificar através das atas das Lojas Maçônicas de São Gabriel, Rio Grande, Alegrete, etc*[251].

Nesse ponto, é importante destacar a perspectiva que o autor apresenta em relação à existência de maçons em ambos os lados do conflito, constatação que já seria suficiente para colocar dúvidas às teses que supervalorizam a

---

[250] Idem, p. 137.

[251] SPALDING, Walter. Foram os chefes farroupilhas republicanos antes do Seival? In: *Anais do IV Congresso de História e Geografia Sul-Rio-Grandense*. IHGRGS. Porto Alegre: Globo, 1946. v. 2, p. 833.

influência da maçonaria na Guerra dos Farrapos. Mesmo considerando a insuficiência de estudos sobre esse aspecto, Dante de Laytano afirma:

> *A Maçonaria constituía uma força da Revolução. Ou o caráter secreto de suas deliberações ou o seu espírito de ligação nacional e internacional, a verdade é que a Maçonaria e os maçons interpretavam o próprio sentido revolucionário. A organização e a influência da Maçonaria no Rio Grande do Sul ainda não mereceu nenhum estudo; mas neste esboço se pode traçar o esquema das forças secretas da revolução. Todos os centros de população da província tinham as suas lojas, as suas oficinas e seus triângulos conforme a importância local. Porto Alegre, Rio Pardo, Rio Grande, Piratini, Caçapava, São Borja, Cruz Alta e alguns outros lugares, que representavam os maiores núcleos de povoamento, (...). Não há exagero em afirmar-se que grande número de personalidades da revolução eram maçons*[252].

Das informações fornecidas pelos autores referidos, podemos enumerar alguns pontos. Primeiro, que a presença de maçons legalistas em menor número e de maçons revolucionários não implicou o envolvimento direto da instituição no conflito. Aliás, como em outros episódios posteriores, a exemplo da Revolução Federalista de 1893, a divisão dos integrantes da instituição fora quase sempre bastante comum, pois o que os unia não era exatamente um projeto comum ou homogêneo do ponto de vista político. As fontes primárias e bibliográficas consultadas nos indicam que antes do fim da Revolução Farroupilha não se pode falar da instituição como efetivamente consolidada no Rio Grande do Sul.

Em segundo lugar, na década de 1830 a 1840, a maçonaria não estava instalada em todas as cidades e povoados sulinos, a própria instabilidade generalizada decorrente da guerra impedia um funcionamento mais ou menos normatizado; com isso, novamente nos referimos ao fato de que a Guerra dos Farrapos protelou a efetiva instalação e expansão da maçonaria gaúcha. Nesse

[252] LAYTANO, Dante. Op. cit. p. 274.

ponto, cabe salientar que estamos nos referindo à sua instalação institucionalizada, isto é, oficinas maçônicas se reunindo regimental e sistematicamente, obedecendo ao corpo doutrinário e ritualístico universal. Entretanto, no campo da difusão de idéias, sem dúvida, o período revolucionário interferiu na construção da instituição maçônica, criando, isso sim, as condições para sua posterior consolidação.

Outro enfoque comum entre os historiadores tradicionais é o que aborda a maçonaria em capítulos dedicados à caracterização das religiões praticadas no Rio Grande do Sul[253]. Um exemplo ilustrativo nos é dado por Souza Docca em obra sobre a história do Rio Grande do Sul, em que o autor insere a instituição na parte do seu trabalho que trata dos chamados *outros cultos,* juntamente com o espiritismo, sabatismo, israelismo, esoterismo e positivismo. Nas suas palavras: "a maçonaria rio-grandense possui lojas em todos os municípios. É uma instituição de grande prestígio e conta com representantes nas mais altas classes sociais e entre os nossos homens mais cultos"[254].

Esse tipo de abordagem revela uma certa intransparência que vem acompanhando a análise da trajetória histórica da instituição. A nebulosidade quanto aos seus objetivos e finalidades, aliada à tradicional literatura antimaçônica, reforçou, historiograficamente, uma visão distorcida, calcada na sua aparência mística, fato que diminui sua importância na cultura política de então. Nessa linha, os estudos têm se caracterizado, então, ou por um forçado vínculo da maçonaria com a Revolução Farroupilha, ou pela inclusão da instituição de forma genérica e imprecisa, como quando a consideram uma religião. Enfim, a historiografia tradicional gaúcha tem tratado o tema com pouca evidência e de forma pontual.

Acrescentamos aqui a produção intelectual do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, publicada em sua revista a partir de 1921, em virtude da importância que essa instituição tem para o desenvolvimento da

---

[253] Nessa perspectiva, aparece também a obra de COSTA, Alfredo. Op. cit., inserindo a maçonaria em capítulo 'Religiões acatólicas no estado', p. 163-164.
[254] SOUZA DOCCA, E. F. de. *História do Rio Grande do Sul.* Op. cit. p. 175.

pesquisa histórica no estado[255]. Localizamos um único artigo específico sobre a maçonaria gaúcha[256], e mais precisamente sobre a loja Rocha Negra do município de São Gabriel, cujo autor, Celso Schröder, um importante maçom oriundo daquela oficina, descreve uma parte da documentação existente no arquivo da loja, objetivando contribuir para o registro de sua história. Segundo ele, entre os aspectos relevantes, evidencia-se:

> *Porém o fato culminante da história da 'Rocha Negra' é sem dúvida alguma o seu empenho em prol da extinção da escravidão no município de São Gabriel, destacando-se pelo assinalado papel que desempenhou na campanha abolicionista. Desde o início da Loja, manifestaram os seus componentes decidido pendor pela causa emancipadora, tendência essa que ela procurou estimular, premiando com louvores, aplausos e elevações de grau aos seus obreiros que alforriavam escravos*[257].

A parcialidade perceptível nesse trabalho não foge às características da própria historiografia maçônica, já que foi escrita por um maçom e com o intuito enaltecedor, embora isso não necessariamente desqualifique a sua contribuição. Nessa mesma perspectiva, aparecem algumas referências à história da maçonaria gaúcha nas chamadas *histórias municipais*, que, pela semelhança de enfoque e de metodologia, estão inseridas no grupo dos tradicionais. Mesmo não sendo comum, alguns historiadores municipais dedicaram algum espaço para a instituição; abordando, de forma geral, aspectos isolados e preferindo situar as atividades da maçonaria em aspectos culturais e não propriamente históricos, cronologicamente descritos. Além disso, em algumas obras, são mencionadas informações sobre datas de fundação de lojas, nomes dos seus primeiros maçons e algumas atividades desenvolvidas pelas lojas nos municípios[258].

---

[255] Poderíamos acrescentar aqui também o seu importante acervo documental no que se refere ao tema de nosso trabalho. Uma boa parte da documentação primária e original da maçonaria gaúcha foi pesquisada nesse acervo.

[256] SCHRÖDER, Celso. Uma instituição benemérita. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1936, IV trimestre, p. 205-217.

[257] Idem, p. 209.

[258] Nessa perspectiva, entre as obras de história de municípios gaúchos, destacamos os seguintes autores: ADAMI, João Spadari. *História de Caxias do Sul*. Caxias do Sul: Edições Paulinas, 1971. p. 321-347;

Figueiredo, também de forma enaltecedora, tratou da maçonaria em São Gabriel como sendo aliada a uma das principais atividades relacionadas com a ordem, que foi o movimento abolicionista no Rio Grande do Sul. Segundo o autor:

> *Em São Gabriel, uma instituição haveria de marcar essa época, exaltando a história dessa região, com a iniciativa mais nobre que poderia sugerir o sentimento humano, quando no seu semblante exerce o reflexo de si mesmo. Essa entidade, tão conhecida de todos nós, é a Loja Rocha Negra nº 1. Enfrentando a época, a história e a lei, por intermédio de seus confrades, pôs-se no campo da luta, em defesa dos sagrados direitos de que Deus dotou o homem*[259].

Uma exceção nesse grupo de historiadores é João Spadari Adami, que, tratando do município de Caxias do Sul[260], focalizou os conflitos entre maçons e católicos como sendo lugar-comum na virada do século XIX e primeiras décadas do século XX. O autor trancreve a documentação que registra o clima acirrado entre partidários das duas instituições numa região de colonização italiana e que resultou num suposto atentado sofrido pelo vigário Nosadini, assim como sua posterior expulsão do município. A referência a esse conflito, como veremos no decorrer do trabalho, estabeleceu uma relação da maçonaria com o republicanismo naquela região do estado sulista.

Acrescentamos também entre esses historiadores aqueles que trataram do tema a partir de estudos sobre as regiões de colonização alemã. Alguns desses trabalhos foram apresentados em simpósios de história da imigração e colonização alemã no Rio Grande do Sul, eventos que reúnem historiadores

---

ARAÚJO FILHO, Luiz. *O município de Alegrete*. Alegrete: Irmãos Prunes/ Livraria O Coqueiro, 1907. p. 157; FARIA, Octávio Augusto. *Esboço monográfico do município de São Gabriel*. Porto Alegre: A Federação, 1919. p. 63; FIGUEIREDO, Osório Santana. *História de São Gabriel.* São Gabriel: s/ed., 1993; GARDELIN, Mário. *Caxias do Sul: Câmara de Vereadores (1892-1950).* Porto Alegre: Edições EST, 1993; MELLO, Tancredo Fernandes de. *O município de Santa Vitória do Palmar*: *estudo físico, político, notas estatísticas*. Porto Alegre: Livraria Americana, 1911; OSÓRIO, Fernando. *A cidade de Pelotas, corpo, coração e razão*. Pelotas: Typ. do Diário Popular, 1922; REIS, Jorge. *Apontamentos históricos e estatísticos de Bagé*. Bagé: Typ. do Jornal do Povo, 1911; RODRIGUES, Cláudio Oraindi. *São Borja e sua história.* São Borja: s/ed., 1982. p. 126; SOARES, Mozart Pereira. *Santo Antônio da Palmeira*. Porto Alegre: Bels, 1974.

[259] FIGUEIREDO, Osório Santana. Op. cit. p. 115.

acadêmicos e não acadêmicos. Foram publicados dois artigos específicos[261] sobre a história da maçonaria na região, o que pode indicar uma provável influência e penetração da instituição nelas. Mais ainda, de forma indireta, tais publicações são uma fonte de informação importante para a obtenção de dados biográficos de maçons, cuja origem era de imigrantes alemães ou seus descendentes.

A historiografia descomprometida tradicional constitui-se em fonte bibliográfica importante para o estudo da maçonaria no Rio Grande do Sul, no entanto ela é ainda, de forma mais acentuada que em nível nacional, insuficiente até mesmo para a localização da temática no conjunto dos conhecimentos históricos. As características teóricas e metodológicas próprias desse tipo de historiografia, principalmente a relevância dada a aspectos episódicos e a ênfase em personagens circunscritos quase que exclusivamente à esfera da política mais tradicional e, sobretudo, a ausência de investigação e explicação dos problemas, dificultam a sua utilização para nosso trabalho.

Por outro lado, a historiografia descomprometida de origem acadêmica do Rio Grande do Sul tem tratado com menor ênfase estudos sobre a inserção da maçonaria na realidade histórica gaúcha. Basta ver que não localizamos nenhum trabalho oriundo de universidades - responsáveis pela produção histórica e historiográfica de caráter científico -, que trate com alguma especificidade a temática; ao contrário, ou ela não é mencionada ou, quando o é, isso é feito em pinceladas rápidas e isoladas. Das referências encontradas sobre a instituição, é possível identificar quatro formas de inserção da temática feita pelos historiadores acadêmicos.

O primeira abordagem se aproxima daquela desenvolvida pela historiografia tradicional, a qual sugere a vinculação entre movimento maçônico e Revolução Farroupilha. Nesse sentido, a obra de Moacyr Flores[262] é importante, visto que o autor, a exemplo dos tradicionais, insere a instituição no

---

[260] ADAMI, João Spadari. *História de Caxias do Sul*. Op. cit. p. 321.

[261] Localizamos dois artigos: DÖRNTE, Roberto. A maçonaria de São Leopoldo. In: *Anais do 1º Simpósio de história da imigração e colonização alemã no Rio Grande do Sul*. São Leopoldo: Ed. Rotermund, 1974. p. 141-157; PUTZ, Ernesto. A maçonaria no Rio Grande do Sul. In: Idem, p. 159-168.

[262] FLORES, Moacyr. *Modelo político dos farrapos: as idéias políticas da Revolução Farroupilha*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982. O autor aborda a questão da maçonaria na parte dedicada à difusão do liberalismo no Brasil, quando afirma que: "A difusão do liberalismo no Brasil realizou-se pela maçonaria e pela imprensa". p. 40.

processo revolucionário farroupilha, entendendo que não houve uma influência direta ou decisiva da maçonaria na condução ou organização do movimento. Nas suas palavras:

> *Não podemos aceitar que a revolução farroupilha tenha sido um movimento de orientação maçônica porque entre os revolucionários havia maçons azuis e vermelhos, assim como os principais chefes legalistas também pertenciam à maçonaria. As lojas maçônicas tiveram papel importante como centro de reunião onde se discutiam idéias políticas do momento, mas nenhuma loja orientou o movimento farroupilha porque seus membros dividiram-se no campo de lutas e de idéias*[263].

Mesmo que concordemos com Flores em que não houve uma influência da maçonaria, enquanto instituição, na eclosão e mesmo na organização do movimento farroupilha, discordamos quanto aos seus argumentos. O autor tomou como base para sua explicação dois conceitos com conteúdo pouco aceito pela literatura maçônica ou acadêmica mais consistente. Referimo-nos à utilização de *maçonaria azul* e *maçonaria vermelha* para explicar a opção política: no primeiro caso, pela forma de governo monárquica parlamentar e constitucional e, no segundo, pela defesa do governo republicano e constitucional[264]. A divisão indicada pelo autor, que explicaria o fato de a maçonaria não ter tido influência nos acontecimentos em torno dessa revolução, é bastante frágil.

A presença de maçons em ambos os lados é facilmente explicável, já que a maçonaria nunca se caracterizou por um projeto político único e homogêneo; antes disso, ela sempre defendeu - e as constituições e regulamentos confirmam - a defesa da liberdade política e religiosa dos seus integrantes.

---

[263] Idem, p. 43.

[264] O conteúdo equivocado desses conceitos pode estar ligado à simplificação da divisão no seio da maçonaria feita pelo autor maçom citado por FLORES, que é GOMES, M. *A maçonaria na história do Brasil*. Op. cit. Na realidade, a maioria dos autores concordam que a divisão se explica por diferenças internas da ordem e não por diferenças políticas externas. Como exemplo, utilizaremos a definição dada por CAMINO, Rizzardo da. *Dicionário Filosófico de Maçonaria*. São Paulo: Madras, 1997. p. 109-110: "maçonaria azul, é denominada assim a Maçonaria Simbólica que abrange os três primeiros Graus do Rito

Entendemos que a pequena influência maçônica naqueles acontecimentos deve ser atribuída a outros fatores, entre eles, a incipiência da organização maçônica no estado durante o período e a opção pelo lado farroupilha ou legalista, que esteve também condicionada às opções e interesses particulares dos indivíduos ou grupos atuantes. Referimo-nos, novamente, à liberdade individual e às convicções ideológicas e políticas com que sempre se postaram os maçons, e acreditamos que a Revolução Farroupilha foi um fator importante no desenvolvimento das atividades maçônicas no estado e não o contrário, ou seja, um movimento gerado por ela.

Moacyr Flores utilizou como fonte de informação a respeito da vinculação maçonaria e Guerra dos Farrapos dois autores importantes da historiografia gaúcha[265]. Em relação às informações por ele veiculadas, levantamos novas questões quanto à sua análise. Um bom exemplo é o que segue:

> *Segundo o historiador Aurélio Porto, o Grande Oriente do Brasil, em 1820, incumbiu a Francisco Xavier Ferreira de organizar lojas maçônicas no Rio Grande do Sul. Em Porto Alegre surgiu o Gabinete de Leitura Continentino, organizado por José Mariano de Matos, que foi o Venerável. Pertenciam a esta loja o marechal Sebastião Barreto Pereira Pinto, o padre José Pereira Caldas o platino Manuel Ruedas, o tenente Luis José dos Reis Alpoim, João Manoel de Lima e Silva*[266].

As informações transcritas são passíveis de dúvidas já que não existem outros documentos comprobatórios. Em relação à incumbência conferida pelo Grande Oriente do Brasil a Francisco Xavier Ferreira para que organizasse lojas maçônicas no Rio Grande do Sul, cabe ressaltar que, em 1820, essa potência ainda não havia sido fundada, existindo apenas lojas maçônicas

---

Escocês Antigo e Aceito (...). Compreende os Graus de 1º a 3º e "maçonaria vermelha, compreende os Graus 4.º a 18".

[265] São os seguintes: PORTO, Aurélio. Notas ao processo dos farrapos. In: *Publicações do Arquivo Nacional*. v. 31. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1932. p. 457-528 e LAYTANO, Dante de. Op. cit. p. 274.

[266] FLORES, Moacyr. *Modelo político dos farrapos....* Op. cit. p. 41.

funcionando de maneira mais ou menos isoladas. Portanto, a orientação que Francisco Xavier Ferreira recebeu, se de fato isso ocorreu, deve ser datada do ano de 1822, pois, em ata de sessão do Grande Oriente do Brasil, aparece o seguinte:

> *Ofereceu-se para ir em comissão a Minas Gerais o irmão grande orador padre Januário da Cunha Barbosa; a Pernambuco o irmão João Mendes Vianna; a Santa Catarina o irmão Alexandre José Tinoco, ao Espírito Santo o irmão Manoel Pinto Ribeiro de Sampaio; a Cabo Frio o irmão Possolo, e para S. Pedro do Rio Grande do Sul foi nomeado o irmão Francisco Xavier Ferreira, o qual, pretextando sua idade que o embaraçava de partir com a brevidade precisa para Santa Catarina, oferecia os serviços de seus dois sobrinhos, nossos irmãos, João Rodrigues Ribas e Domingos Rodrigues Ribas, e que, na qualidade de membro do governo provisório daquela província, ia escrever aos seus amigos e empenhar toda a sua influência para o bom êxito. O que foi tudo aceito*[267].

Essas diretrizes aprovadas pelo Grande Oriente do Brasil não parecem ter surtido efeito quanto às iniciativas maçônicas regionais. Se acreditamos que a primeira loja foi erguida no estado em 1831, as iniciativas anteriores, se ocorreram, foram frustradas. Cabe destacar aqui que o objetivo mais importante da maçonaria nacional, no contexto a que se refere a ata da sessão transcrita, centrava-se na aceleração da independência do Brasil. Assim, os emissários tinham por finalidade envolver na luta pela independência o maior número possível de adesões; por conseqüência, a questão da instituição em si foi secundária para o grupo político emancipacionista.

Uma contribuição importante para o enfoque dos estudos que abordaram a maçonaria nos é dada por Margaret M. Bakos no trabalho sobre escravismo e abolição no Rio Grande do Sul[268]. A abordagem da autora se diferencia historiograficamente, visto que ela insere a maçonaria como um dos

[267] Ata da 15º sessão do Grande Oriente do Brasil, 23 de agosto de 1822. Transcrita por ARÃO, Manoel. Op. cit. p. 256.

agentes impulsionadores do movimento abolicionista gaúcho, principalmente na década de 1880; assim, ao relacionar abolicionismo e maçonismo, revela um tema ainda inexplorado na história do estado[269]. No seu trabalho, percebe-se, inicialmente, que a maior parte das sociedades abolicionistas gaúchas foram ou tiveram uma participação importante de lideranças maçônicas regionais. Nesse sentido, Bakos informa:

> *Entre os elementos envolvidos na abolição, é possível observar o empenho dos maçons, que procuram festejar a inauguração das lojas da Ordem com libertações de escravos, sendo o fato noticiado na imprensa. Na inauguração da loja Triunfo da Razão, em Alegrete, os maçons contribuem para o Tronco da Beneficência, com a finalidade de alforriar escravos. Na vila de Sant'Anna do Livramento, quando da criação e regularização da loja foram doadas 20 cartas de liberdade*[270].

Os exemplos que se seguem a esse na obra são importantes e reveladores dessa realidade. Apesar de não ter como objetivo o estudo da maçonaria, o mérito da autora foi apresentar um aspecto da presença maçônica na história gaúcha do século XIX. Para isso, utilizou principalmente dois órgãos de imprensa maçônica importantes e poucas vezes referidos na historiografia gaúcha, os jornais *O Lábaro* e *O Maçon.* Além disso, nominou alguns dos abolicionistas e republicanos que eram integrantes da maçonaria gaúcha, os quais, no entanto, em estudos biográficos, raramente são mencionados como tal. Certamente, pertencer a uma sociedade com o prestígio que a maçonaria tinha, com um corpo doutrinário específico, interferia de algum modo nas suas formas de agir e de pensar.

Outra contribuição importante, mesmo que pontual e indicativa, é trazida por Helga Piccolo, cuja referência é importante visto que, assim como Margaret Bakos, insere a presença maçônica em fatos da história do Rio Grande

---

[268] BAKOS, Margaret Marchiori. *RS: escravismo e abolição*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.

[269] Outro trabalho em torno desta temática é o de MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. *Faces da liberdade, máscaras do cativeiro*. Op. cit. Na p. 36, menciona lojas maçônicas que se envolveram na campanha abolicionista em Porto Alegre.

do Sul que extrapolam o universo da Revolução Farroupilha. A autora aponta indícios importantes sobre a participação maçônica em dois momentos importantes da história política gaúcha: no primeiro, destaca as repercussões da questão religiosa no estado, bem como o relacionamento da maçonaria com os protestantes gaúchos; no segundo, indica de forma mais detalhada a presença maçônica nos acontecimentos em torno da proclamação da República, novamente tendo como preocupação central a participação dos protestantes[271].

No primeiro caso, o tema apresentado refere-se ao processo de luta pela secularização da sociedade brasileira pelos segmentos liberais. Em certo momento, ao informar que seu objetivo não era a abordagem específica, ela esclarece:

> *Nossa comunicação não visa abordar a presença protestante na questão religiosa no Rio Grande do Sul, para o que nos faltam informações. Também não pretendemos abordar a significativa presença maçônica entre os alemães*[272].

Acreditamos que os aspectos levantados por Helga Piccolo, não aprofundados neste estudo, estão ainda a descoberto na historiografia do Rio Grande do Sul; assim, qualquer estudo futuro sobre a maçonaria gaúcha deve passar, necessariamente, por aqueles pontos. No transcorrer do nosso trabalho, pretendemos desenvolver a hipótese em relação ao que nos sugere a autora, principalmente em termos da atuação maçônica como um dos grupos que lutaram pela secularização da sociedade. Por outro lado, não trataremos diretamente da penetração da ordem entre os imigrantes e descendentes de alemães, mesmo que consideremos bastante significativa essa relação[273].

---

[270] BAKOS, Margaret M. Op. cit. p. 41-42.

[271] PICCOLO, Helga Iracema Landgraf. Religião e participação política. In:. RAMBO, Arthur Blásio e FÉLIX, Loiva Otero (Org.). *Revolução Federalista e os teuto-brasileiros.* São Leopoldo/Porto Alegre: Ed. Unisinos/Editora da Universidade - Ufrgs, 1995. p. 57-68.

[272] PICCOLO, Helga Iracema Landgraf. A questão religiosa e os protestantes no Rio Grande do Sul. In: *Anais do Simpósio de História da Igreja.* São Leopoldo: Rotermund S. A Editora/Sinodal, 1986. p. 96.

[273] Essa abordagem merece, ao nosso ver, um trabalho específico, que, mesmo considerado importante, foge ao nosso objetivo primeiro. De qualquer forma, é significativo o número de lojas maçônicas no Rio Grande do Sul que trabalhavam em língua alemã. Localizamos as seguintes: Germânia, em Candelária; Zum Treuen Bunde, em Nova Petrópolis; a Zur Eintracht, em Porto Alegre; a Zu den drei Palmen, em Porto Alegre, e a Zur Treuen un Redlicheit, em Teutônia.

Nos estudos sobre política no período da República Velha gaúcha, Loiva Otero Félix também menciona a ação maçônica nas regiões de colonização européia no Rio Grande do Sul. Mesmo se limitando a uma única observação no seu trabalho sobre religião e política, na pespectiva dos teuto-brasileiros, a autora conclui que existiu uma diferença importante nas áreas de colonização italiana e alemã, explicitada da seguinte forma:

> *Consideramos a necessidade de observar variáveis intervenientes nas áreas coloniais que alteraram os padrões de comportamento destas em comparação com as demais do Rio Grande do Sul. Foram elas: poder e etnicidade ('germanidade e italianidade') e poder e religiosidade (Igrejas Católica e Evangélica, 'ordens' ou 'congregações' no caso católico e diferenças de com as respectivas diferenças internas e de encaminhamento das Sínodo no caso evangélico), e a condução da problemática Igreja Católica e Maçonaria na área italiana e igrejas-associativismo na área alemã*[274].

A inclusão da problemática Igreja Católica e maçonaria nas áreas de colonização italiana é relevante. O nosso trabalho, até o momento, permite-nos chegar a considerações a respeito desse tema: em primeiro lugar, a maçonaria parece ter tido mais força, mesmo durante a República positivista, nas regiões de colonização alemã, visto que o próprio anticlericalismo dos maçons os aproximava, muitas vezes estrategicamente, mais dos protestantes alemães do que de italianos católicos. Além disso, a chegada anterior dos imigrantes alemães ao estado, assim como sua participação política nas revoluções internas e externas, permitiu contatos prévios com a instituição. Em segundo lugar, nos municípios ou vilas com base de colonização italiana, o confronto da maçonaria com a Igreja Católica, ou vice-versa, ganhou maior repercussão.

A historiografia acadêmica gaúcha, mesmo não tendo desenvolvido trabalhos cuja ênfase se centrasse na atuação da maçonaria no Rio Grande do

---

[274] FÉLIX, Loiva Otero. Religião e política: os teuto-brasileiros e o PRR. In: MAUCH, Cláudia e VASCONCELOS, Naira (Org.). *Os alemães no Sul do Brasil: cultura, etnicidade e história.* Canoas: Ed. da Ulbra, 1994. p. 77.

Sul, não deixou de observar os momentos ou as áreas em que ela esteve presente. Os historiadores analisados desse grupo apontam para o seu envolvimento com alguns dos grandes temas da história política gaúcha do século XIX e início do século XX. Por outro lado, não se constatam nesses trabalhos as particularidades da instituição, sua história, diferenças internas, objetivos, entre outros aspectos. Assim, as referências à maçonaria se deram exclusivamente pela sua feição externa e não de forma estrutural.

2. 2. O espaço da maçonaria na historiografia comprometida

À semelhança da historiografia descomprometida, tradicional ou acadêmica, o grupo historiográfico, que compõe a historiografia comprometida ou engajada, não se dedicou quantitativa e qualitativamente ao tema. Ao contrário da produção bibliográfica em nível nacional, os historiadores maçons e antimaçons não se dedicaram a escrever uma história da instituição no Rio Grande do Sul. As poucas narrativas localizadas aqui, na perspectiva de abordagens que trouxessem uma contribuição aos estudos sobre a instituição no estado, são quase todas originárias de maçons. A literatura antimaçônica, nessa mesma perspectiva, não encontrou um espaço de destaque no estado.

Assim como a historiografia tradicional gaúcha, os engajados conferiram maior destaque à participação maçônica na Revolução Farropilha[275], de forma que os autores procuram valorizar essa participação através da confirmação de que a maior parte dos líderes farrapos eram membros da maçonaria. Interessante, nesse sentido, é observar que, nos trabalhos sobre o tema, é raramente mencionada a existência de maçons em ambos os lados do conflito, ou seja, os autores desenvolveram uma espécie de consenso em torno da

[275] Os textos localizados sobre a temática são: BORJA, Sérgio Augusto Pereira de. A Revolução Farroupilha no cenário mundial de sua época e o papel da maçonaria. (parte I e parte II) In: *O prumo, revista bimestral*, 1995, ano 24, n. 102 e 103, p. 7-9 e 13-16; FAGUNDES, Morivalde Calvet. *História da Revolução Farroupilha.* Caxias do Sul/Porto Alegre: Ed. da UCS/Martins Livreiro/Sulina, 1984; FAGUNDES, Morivalde Calvet. *A maçonaria e as forças secretas da revolução.* Rio de Janeiro: Aurora, 1987; FAGUNDES, Morivalde Calvet. Revelações da história da maçonaria gaúcha. In: *Hoy es historia:* 1989, ano 4. n. 20, 1989. p. 41-50; SCHRÖDER, Celso. Uma instituição benemérita. In: Op. cit. p. 205-217.

posição farroupilha da maçonaria gaúcha. Com isso, acompanham a tendência posterior de enaltecimento daquele conflito como uma construção ideológica que resultaria numa das características da cultura gaúcha, qual seja, a bravura, o heroísmo, o separatismo, ou melhor, a idéia federalista como inerente à nossa formação cultural.

Assim, a participação dos líderes farrapos maçons foi destacada com base em uma visão episódica, que serviria como confirmação da atuação maçônica naquele conflito. O exemplo mais utilizado foi a fuga de Bento Gonçalves de uma prisão da Bahia, já mencionado anteriormente. Fagundes escreveu a respeito:

> *Recolhido ao Forte do Mar (ou de São Caetano), imediatamente começaram os seus irmãos da Maçonaria as articulações necessárias para a sua pronta libertação, o que não era tarefa fácil, tais as prevenções determinadas pelo governo local. Trancado na cela, durante o dia, de noite os escalares dessa praça de guerra revezavam-se na ronda com os do brigue-barca '29 de agosto', ancorado à distância conveniente. Se a fuga de noite era impossível, de dia muito mais*[276].

É também de autoria de Morivalde Calvet Fagundes a única obra localizada que trata da história de uma loja maçônica do Rio Grande do Sul[277], reunindo uma quantidade expressiva de documentos e informações sobre a história da loja Rocha Negra, do município de São Gabriel. A loja, fundada em 1873 e que se manteve em atividade regular desde então, é abordada a partir dos antecedentes da sua instalação, da chegada dos primeiros maçons, da participação dos seus membros nas revoluções gaúchas, no movimento abolicionista, destacando, ainda, as suas atividades de caridade, beneficência e estatísticas gerais. Tais aspectos, hoje, assumem extrema importância como fonte de pesquisa.

---

[276] FAGUNDES, Morivalde Calvet. *História da Revolução Farroupilha.* Op. cit. p. 182.
[277] Trata-se da obra *Rocha Negra*: *a legendária.* Londrina: A Trolha, 1989.

Da mesma forma, localizamos uma única obra sobre as atividades maçônicas num município gaúcho - uma resenha histórica comemorativa ao centenário da loja Luz e Trabalho, da cidade de Santa Maria[278]. A obra apresenta uma síntese sobre a história da maçonaria brasileira, partindo da participação de maçons na Inconfidência Mineira, na revolução pernambucana, na independência do Brasil e na abdicação de d. Pedro I. A partir daí, insere questões da história do Rio Grande do Sul e o respectivo envolvimento da maçonaria, novamente ganhando destaque a Revolução Farroupilha e a participação de maçons no episódio[279].

Em termos de historiografia maçônica, a obra que consideramos mais importante, da perspectiva de pesquisa empírica, é a publicada por Carlos Dienstbach[280]. O autor se preocupa em realizar um levantamento de informações sobre a história da instituição no estado a partir de pesquisa documental nos arquivos das lojas e dos poderes maçônicos regionais e nacionais. Nesse sentido, merece ser salientado que a maior parte da documentação levantada pertence ao arquivo do Grande Oriente do Rio Grande do Sul, fundado em 1893[281]. Dienstbach busca realizar um trabalho que contemple o conjunto das atividades maçônicas no estado independentemente das cisões e rompimentos ocorridos.

Assim, a obra contribui para o estudo da história da maçonaria gaúcha como fonte documental. Nela, encontramos a data de instalação das lojas em todo o estado, a filiação dessas às potências nacionais, o nome dos seus fundadores, as suas diretorias, o período de seu funcionamento, prováveis causas de adormecimentos, fatos políticos ou sociais relevantes ocorridos em torno delas, entre outras informações. No entanto, do ponto de vista de análise e interpretação, a obra pode ser frustrante, pois se, por um lado, oferece indicações de fontes primárias indispensáveis aos estudos sobre maçonaria, por outro,

---

[278] GENRO, Adelmo Simas e ROLIM SOBRINHO, Luiz Alves. *A maçonaria*. Santa Maria: s/ed., 1976.
[279] Idem, p. 35.
[280] *A maçonaria gaúcha: história da maçonaria e das lojas do Rio Grande do Sul*. Londrina: A Trolha, 1993. (4. v.)
[281] Cabe destacar que a pesquisa de Carlos Dienstbach é em muito parcial, pois a documentação principal é originária do Grande Oriente do Rio Grande do Sul, portanto de uma das potências maçônicas presentes no estado. Por outro lado, o autor esclarece que boa parte da documentação referente ao Grande Oriente Unido desapareceu deixando a descoberto parte da história da maçonaria brasileira e gaúcha. É importante

carece de elementos que propiciem análise. Mesmo assim, para o nosso trabalho, Dienstbach foi uma referência documental importante.

A pequena produção historiográfica produzida pelo autores maçons teve uma correspondência em nível da literatura antimaçônica, pois não localizamos obras ou autores importantes que tenham se dedicado a um trabalho intelectual sistemático de combate à maçonaria no Rio Grande do Sul. De forma geral, o que encontramos são os autores antimaçônicos nacionais sendo utilizados como referência no estado[282]. Com isso, não afirmamos que não tenha havido uma propaganda antimaçônica pelo viés da imprensa ou, mesmo, de obras de divulgação, mas, sim, que isso ocorreu principalmente pela divulgação de obras nacionais e traduções de autores antimaçônicos estrangeiros.

---

ser destacado que muitas lojas maçônicas enviaram ao autor informações e documentos de lojas de vários municípios gaúchos.

[282] É o caso de Gustavo Barroso e de Boaventura Kloppenburg, já analisados na parte 1 deste trabalho.

3. MAÇONARIA GAÚCHA E HISTÓRIA: DAS *PRIMEIRAS RAMAS DE ACÁCIA*[283] A CONSOLIDAÇÃO DO GRANDE ORIENTE DO RIO GRANDE DO SUL

A introdução da instituição maçônica no Rio Grande do Sul de forma organizada e regular foi um fenômeno ocorrido somente a partir da década de 1830. Como no restante do Brasil, a presença de sociedades políticas e/ou literárias, muitas delas de caráter secreto, aliada à difusão de órgãos de imprensa, comprometidos com o ideário iluminista e liberal, portanto de caráter político, geraram as condições para as primeiras iniciativas que resultariam na instalação de lojas maçônicas na província[284]. Essas associações, muito antes de se constituírem em iniciativas maçônicas propriamente ditas, foram manifestações da penetração desse ideário no contexto das primeiras lutas de caráter nacional no estado.

O atraso do movimento maçônico no estado pode estar vinculado às características próprias de um espaço geográfico incorporado tardiamente ao território nacional. O Nordeste litorâneo e o Centro-Sul minerador não só concentraram as principais atividades econômicas como também receberam as repercussões de movimentos políticos e culturais que solapariam os laços coloniais. Acrescente-se a isso o isolamento do Rio Grande do Sul não somente no aspecto da distância geográfica em relação aos centros decisórios, mas também quanto às dificuldades de estruturação da vida econômica, social,

---

[283] Expressão maçônica que, conforme MELLOR, Alec. *Dicionário da franco-maçonaria e dos franco-maçons*. Op. cit. p. 48, significa: "símbolo maçônico da imortalidade da alma, em virtude do seu verdor renovado e persistente em meio às areias do deserto. No Ritual da Maestria, o ramo de acácia é aquele que ficou na mão de Hiram sepultado pelos seus assassinos após o seu crime, e que permite aos Mestres enviados a sua procura pelo rei Salomão encontrá-lo 'entre o Esquadro e o Compasso', localização que, para um iniciado, é significativa. A acácia é emblematicamente a planta maçônica por excelência. É utilizada nas cerimônias fúnebres". A expressão *plantando ramas de acácia* significa que a ordem está se expandindo.

[284] Para REVERBEL, Carlos. Evolução da imprensa rio-grandense (1827-1845). In: *Enciclopédia rio-grandense*. v. 2. Op. cit. p. 256-257 e VARELA, Alfredo. Op. cit. v. 2. p. 114-115, entre essas associações que provavelmente tenham sido iniciativas de maçons, mas das quais não existe documentação que confirme estão: a Sociedade Defensora da Independência e Liberdade Nacional ou (pois aparecem com dois nomes) Sociedade Defensora da Liberdade, uma espécie de filial da Corte, criadas em Rio Pardo, Pelotas e Rio Grande, a partir de 1831; um Gabinete de Leitura, que funcionava na casa de Serafim dos Anjos França em 1831; a Beneficência de Rio Grande em 1833; a Sociedade Liberal do Compilador, em Porto Alegre em 1831.

política e cultural própria dessa parte do país. Nesse sentido, a situação de estado fronteiriço e os constantes conflitos que tiveram como palco algumas de suas regiões repercutiram no ritmo de desenvolvimento da província.

No decorrer do nosso estudo, evidenciou-se que foi sobretudo o atraso cultural que determinou a chegada tardia da maçonaria em terras gaúchas. O clima de agitação e efervescência política e cultural vivenciado por nordestinos, mineiros e cariocas, receptores das influências ideológicas vindas da Europa, principalmente do ideário iluminista francês, não envolveu de imediato a singular elite regional[285]. O distanciamento cultural entre essa elite e a das regiões centrais se refletiu na pequena representatividade política gaúcha, perceptível também nos períodos posteriores no cenário nacional. No centro dessa questão, esteve o baixo nível de escolaridade e intelectualização dos segmentos sociais dirigentes do Rio Grande do Sul.

Nesse sentido, entre as razões do retardamento da chegada regular da maçonaria ao Rio Grande do Sul, certamente está a relacionada às dificuldades da elite regional em se integrar à elite política nacional. José Murilo de Carvalho nos apresenta um argumento irrefutável e justificador da pequena representatividade dos gaúchos no cenário nacional durante o Império brasileiro. Segundo ele,

> *as únicas unidades importantes com considerável déficit de estudantes em relação à população são o Rio G. do Sul e São Paulo. No caso de São Paulo, o fato foi compensado pela proximidade com o Rio de Janeiro e, para efeito de seu comportamento durante o processo de independência, pela presença de figuras dominantes como José Bonifácio. No que se refere ao Rio G. do Sul, a relativa ausência de gaúchos em Coimbra foi certamente uma razão adicional para o isolamento da província e seu*

[285] Sobre a configuração social da elite gaúcha até meados do século XIX, ver FÉLIX, Loiva Otero. *Coronelismo, borgismo e cooptação política*. Porto Alegre: Ed. da Universidade - Ufrgs, 1996, principalmente nas páginas 34-44. Segundo a autora, a configuração social resultante do ciclo pastoril-militar gerou elementos caracterizadores do coronel gaúcho: a formação de uma oligarquia militar, o aspecto caudilhesco, a debilidade do sentimento religioso, a diminuta importância do clero e a existência de um conjunto de valores socioculturais ligados ao militarismo-defensivo.

> *sempre problemático relacionamento com o governo central*[286].

O autor, ao tratar do impacto unificador exercido pela Universidade de Coimbra em termos de formação da elite política imperial brasileira, alerta para o fato de o Rio Grande do Sul ter tido um índice muito pequeno de estudantes nela matriculados[287]. Na verdade, essa constatação, em termos quantitativos, é reveladora das dificuldades verificadas quanto à formação intelectual no estado e à demora da penetração do pensamento europeu no Brasil. Mais ainda, do ponto de vista político, a elite local pode ter tido dificuldades de relacionamento com as esferas centrais de poder, e isso não só por razões ligadas à economia periférica. Os aspectos culturais podem dar respostas mais amplas já que, em termos da formação da elite política local, não esteve presente o elemento unificador representado pela Universidade de Coimbra.

Assim, a homogeneidade da elite política nacional, que teve na formação escolar um dos seus principais elementos, não atingiu de forma eqüitativa o estado. Esse tema também é tratado por Alfredo Varela quando aborda o clima de preparação do movimento revolucionário farroupilha. O autor refere-se ao analfabetismo reinante nessa região nas primeiras décadas do século XIX:

> *O analfabetismo de que se fala para cima, conquanto grande, aliás menor do que se imagina, graças a iniciativas de caráter privado, que muito o diminuíam. Os homens de cabedais mandavam os filhos, a princípio, à Universidade de Coimbra, depois às cátedras estabelecidas noutras províncias do Império. As menos abastadas recorriam, para os chamados estudos preparatórios, a prata da casa, 'id est', a aulas de criação privada*[288].

---

[286] CARVALHO, José Murilo de. Op. cit. p. 62.

[287] Conforme CARVALHO, José Murilo, o Rio Grande do Sul esteve em oitavo lugar em número de alunos matriculados em Coimbra, com a porcentagem de 1,53%. Em comparação com o Rio de Janeiro (26,81%), a Bahia (25,93), Minas Gerais (13,61) e Pernambuco (11,52), o Rio Grande do Sul não formou uma geração de intelectuais ideologicamente unificada. Idem, p. 63.

[288] VARELA, Alfredo Augusto. Op. cit. v. 2. p. 113.

Apesar de algumas indicações da presença maçônica no estado quando do período conclusivo da independência brasileira, não existem fontes que confirmem uma atuação regular e sistemática. A informação que nos é dada pela ata do Grande Oriente do Brasil, já transcrita anteriormente, é, no mínimo, questionável. Nesse sentido, cabe destacar, a propósito da vinda ou não dos emissários, que a maçonaria atuava então principalmente como partido político da independência. Desse modo, as orientações dadas aos emissários tinham, provavelmente, mais relação com as articulações políticas de emancipacionistas com setores da elite gaúcha do que propriamente relação exclusiva com movimento maçônico.

Apesar das diferenças em relação aos centros mais ativos e que conduziam o processo político no contexto da emancipação e dos primeiros anos do Brasil independente, o Rio Grande do Sul não foi um ausente. Isso porque, de forma particular, houve consonância entre os grupos políticos nacionais e os presentes na província. Paranhos Antunes, no seu trabalho sobre a organização político-partidária do Rio Grande no século XIX, informa que, no período da independência, disputavam os espaços políticos dois grupos: de um lado, o partido saldanhista ou lusitano[289] e, de outro, o grupo dos nacionalistas defensores da independência.[290]

No interior do grupo nacionalista, assim como em nível nacional, certamente havia pedreiros-livres participando daqueles acontecimentos, mesmo que ainda não houvesse corpos maçônicos regularmente trabalhando no estado. A sua atuação, como no restante do Brasil, caracterizou-se muito mais pela ação política e pelas convicções liberais do que por uma provável diretriz doutrinária maçônica. A escassez de documentação sobre essa fase nos impede, no entanto, de chegar a conclusões mais precisas em relação à possível atividade maçônica antes de 1830. Assim, partimos da constatação de que a maçonaria chegou ao

[289] Segundo o autor, esse partido tinha à frente o brigadeiro João Carlos de Saldanha que, apesar de disfarçar, era um conservador pró-lusitano. Ele esteve à frente do governo gaúcho até ser preso e remetido ao Rio de Janeiro. ANTUNES, Deoclécio Paranhos. Op. cit. p. 215-216.

[290] O mesmo autor destaca que a maioria dos gaúchos eram nacionalistas e liberais e que "foi, no Rio Grande do Sul, um dos primeiros arreganhos dos lusitanos, abafado logo, é verdade, pela incoercível força dos nacionais e aqui, quiçá, o mais remoto ancestral do partido conservador, que no correr dos anos, se transformou aos poucos, de acordo com as necessidades eleitorais". Idem, p. 217.

Rio Grande do Sul no início da década 1830 e que, quarenta anos depois, já se colocava como um dos centros da instituição mais desenvolvidos do Brasil.

Essa rápida evolução quantitativa e qualitativa no estado ocorreu a partir da segunda metade do século XIX e esteve ligada ao processo de intensificação da formação intelectual da elite regional. O deslocamento para o Sul de magistrados oriundos principalmente do Norte/Nordeste brasileiro, o contigente maior de estudantes gaúchos freqüentando as faculdades de direito de São Paulo e Recife, o aumento no número de escolas na província, a grande circulação de jornais, revistas e literatura estrangeira foram aspectos de um mesmo processo, qual seja, de uma aproximação cultural do Rio Grande do Sul com o restante do país[291].

Com o objetivo de delinear as linhas gerais de desenvolvimento da instituição maçônica gaúcha, dedicaremos este capítulo à sistematização das informações obtidas sobre a sua história a partir de três momentos que consideramos mais significativos, observando os aspectos cronológico, quantitativo e qualitativo da sua evolução. Justificamos a inclusão dessa abordagem pela ausência de trabalhos sistematizados ou, mesmo, genéricos sobre a história da maçonaria no estado. Utilizaremos, para tanto, a documentação e bibliografia disponíveis, esta última bastante lacunar e, em alguns casos, questionável.

Nesse sentido, dividimos a história da maçonaria gaúcha em quatro períodos: o primeiro foi o que se iniciou com a instalação da primeira loja maçônica no começo da década de 1830 e que se estendeu até o final da Revolução Farroupilha; o segundo teve início com o período da pacificação pós-revolução e se estendeu até 1857, quando o Grande Oriente do Brasil incorporou as lojas então em atividade sob os auspícios do Supremo Conselho Brasileiro; a seguir, entramos na fase de sua consolidação e expansão, que durou até 1893, quando da fundação do Grande Oriente do Rio Grande do Sul, e, por último, a

[291] Conforme LOVE, Joseph L *O regionalismo gaúcho e as origens da Revolução de 1930*. São Paulo: Perspectiva, 1975. p. 21: "Em 1872, o Rio Grande do Sul era a terceira Província, entre as demais, na taxa de alfabetizados (21,9% em todas as idades), e em 1891 tinha galgado o primeiro lugar".

partir de 1893 até a nova configuração de forças maçônicas presentes no estado durante os últimos anos do século XIX.

Em cada uma das fases, procuraremos evidenciar os aspectos quantitativos em termos de número de lojas, de maçons e localização geográfica desses corpos maçônicos. Além disso, destacaremos os aspectos qualitativos da evolução da instituição, tendo como referência a inserção crescente dos seus membros na vida política e cultural do Rio Grande do Sul. Assim, será possível a identificação desse grupo como formulador de um tipo particular de visão de mundo que se baseou na defesa intransigente da secularização da sociedade e das idéias de progresso cientificista.

3.1. Maçonaria, sociedades secretas e Revolução Farroupilha

A primeira loja maçônica instalada no Rio Grande do Sul de forma regular de que se tem notícia foi a Filantropia e Liberdade*,* fundada em 25 de dezembro de 1831 na cidade de Porto Alegre. A iniciativa de criação dessa loja partiu do Grande Oriente do Passeio, porém, logo depois, ela já trabalhava sob os auspícios do Grande Oriente do Brasil[292]. Portanto, a história da maçonaria gaúcha só se iniciou quando, em nível nacional, já estávamos na segunda fase[293]. A presença dos dois grandes orientes, o do Brasil, liderado inicialmente por Bonifácio, e do Passeio, tendo Gonçalves Ledo como sua grande expressão, encontrou entre os primeiros maçons gaúchos seus representantes

A estreita vinculação entre a primeira loja maçônica e o Gabinete de Leitura da Sociedade Continentino, como já referimos anteriormente, caracteriza uma das primeiras formas de atuação da ordem no estado. Acreditamos que a atuação maçônica, por meio de associações de caráter aberto e legal, objetivava

[292] DIENSTBACH, Carlos. Op. cit. p. 28. O autor também informa que, logo depois, essa loja retornou ao Grande Oriente do Passeio sob orientação da qual funcionou até o seu adormecimento em 1861.

[293] Para PICCOLO, Helga Iracema Landgraf. *Vida Política no século 19; da descolonização ao movimento republicano.* Porto Alegre: Ed. da Universidade - Ufrgs, 1991. p. 22, na primeira fase da história da maçonaria brasileira, inserida no movimento de independência do Brasil, no Rio Grande do Sul, identificamos a presença de um participante maçom, Francisco Xavier Ferreira, que, entre outras funções, foi integrante, a partir de 22 de fevereiro de 1822, do governo provisório representativo do Rio Grande do Sul.

uma maior aceitação junto aos setores potencialmente aptos à sua cooptação. Do mesmo modo, os seus integrantes atuavam com muita discrição, evitando com isso possíveis perseguições e as oscilações políticas e constitucionais a seu respeito. Aliás, os ataques que recebiam, principalmente dos grupos políticos mais conservadores, eram uma evidência da necessidade de uma atuação, no mínimo, discreta[294]. Daí terem os gabinetes de leitura encoberto em boa parte as atividades maçônicas nos seus primórdios.

A identificação do vínculo entre as associações literárias e filantrópicas com a maçonaria, observada pelos seus inimigos, teve um conteúdo meramente político. Não foram, nesse contexto inicial, as questões de ordem ideológicas, aqui no sentido principalmente religioso, que moveram as manifestações antimaçônicas. A fragilidade da presença da Igreja Católica no Rio Grande do Sul, principalmente até e durante a primeira metade do século XIX, impedia um confronto mais acentuado com a maçonaria. Se, desde o século XVIII, havia se estabelecido na Europa um confronto aberto entre as duas instituições, no nosso caso, tais conflitos somente ganharam expressão importante na segunda metade do século XIX. Antes disso, o que se observava era o seguinte:

> *Ao contrário do norte do país, não encontramos uma fazenda na fronteira sul-riograndense, por mais abastada que fosse, com capela anexa, à moda dos velhos engenhos de açúcar de Pernambuco e Bahia. A religião era em geral considerada 'coisa de mulher', que um estancieiro nem pensava em praticar sendo que o preceito anticlerical ao que tudo indica foi sempre amplamente disseminado. Prova disto é a enorme importância que logo assumiu a maçonaria em nossa vida social*[295].

---

[294] Um exemplo é dado por SILVA, João Pinto da. Op. cit. p. 153, quando cita um trecho do editorial do jornal caramuru *Sentinela da Liberdade,* do dia 28 de fevereiro de 1832, que dizia: "Alerta, pois, brasileiros! Alerta riograndenses! Alerta cidadãos livres! Nada, nada de maçonaria, nada de sociedades secretas, não vos deixeis iludir por aparências de beneficência e filantropia".

[295] FRANCO, Sérgio da Costa. A campanha rio-grandense. In: *RS: terra e povo*. Porto Alegre: Globo, 1964. p. 3.

No estado, a pouca inserção social do catolicismo institucional, observada nas práticas e comportamentos religiosos da população, assim como na ação de eclesiásticos voltados mais aos interesses mundanos do que às coisas da religião, caracterizava uma realidade de, no mínimo, indiferença em relação à religiosidade. Dessa forma, a adesão de setores da elite política regional a posições ideológicas visivelmente anticlericais, fenômeno comum no século XIX, deveu-se em muito à fragilidade da Igreja Católica, já perceptível nas primeiras décadas daquele século no Rio Grande do Sul. Essa tendência anticlerical abriu espaços para a infiltração maçônica no seio da elite regional, tendo sido um fator de cooptação. Portanto, os ataques dirigidos às chamadas *lojas misteriosas* tinham por objetivo o combate a uma vertente política gaúcha que, de fato, foi mais suscetível à atração maçônica.

Os liberais gaúchos, que já haviam aderido à causa emancipacionista em 1822, foram ganhando a adesão dos setores descontentes com os rumos que o Império brasileiro assumia, principalmente com a excessiva centralização política e o descaso para com as necessidades, sobretudo econômicas e fiscais, das províncias periféricas. A abdicação do imperador em 1831, assim como as primeiras medidas dos governos regenciais suscitaram um aumento da frustração gaúcha em relação ao governo central, e foram os integrantes dessa vertente política, muitos deles participantes de sociedades secretas, os responsáveis pela organização do movimento revolucionário de 1835. Nesse ponto, podemos, de alguma forma, ligar maçonaria e Revolução Farroupilha, pois as oficinas maçônicas eram, no entanto, um espaço privilegiado de debate e de aglutinação dos liberais radicalizados.

As sociedades políticas, literárias e filantrópicas foram, sem dúvida, o embrião da maior parte das lojas maçônicas na sua fase inicial. E a Revolução Farroupilha, acreditamos, propiciou a divulgação e propaganda de um ideário até então muito pouco conhecido no Rio Grande do Sul. Referimo-nos aqui, novamente, à tardia penetração do pensamento iluminista francês e do ideário liberal. Assim, a Revolução Farroupilha, ao invés de ter sido um resultado da atuação maçônica, gerou as condições para a divulgação de um corpo de idéias

sustentadas no pensamento europeu em voga, permitindo, no rastro dessa difusão, a penetração do movimento maçônico por meio, inicialmente, da ação daquele tipo de associativismo.

As primeiras lojas foram, certamente, de iniciativa de um pequeno número de maçons, iniciados nos *segredos* da ordem no centro do país ou, mesmo, no exterior e que criaram ou encontraram espaços de atuação nos clubes ou sociedades de cunho liberal. O exemplo mais expressivo e já mencionado anteriormente foi, sem dúvida, o Continentino, cuja ênfase dada neste trabalho se deve ao fato de ser o mais bem documentado; com isso, não descartamos que outras sociedades ou gabinetes de leitura tenham sido embriões maçônicos. Segundo Dante de Laytano, a vinculação entre essa sociedade literária e a maçonaria foi inquestionável:

> *Primeiro editou um jornal, em seguida, abriu uma escola; e depois instalou um gabinete de leitura; mas sempre como sociedade secreta; até que se regularizou como loja maçônica com o nome de 'Filantropia e Liberdade', filiando-se ao Grande Oriente do Lavradio, em 1832. O povo ou melhor os reacionários apelidaram-na sociedade dos 'marimbondos'*[296].

Como no restante do Brasil, o espírito associativo dos clubes e sociedades literárias e políticas era um campo fértil de difusão do pensamento de vanguarda do século XVIII, oriundo da França e da Inglaterra. A maçonaria foi uma das sociedades secretas que cresceu nesse ambiente. Assim, no Rio Grande do Sul, mesmo que tardiamente, a influência do pensamento antiabsolutista trilhando o caminho da idéia de liberdade, racionalismo e progresso chegou concomitantemente ao descontentamento da elite política e econômica com a situação de desprestígio da província. Além disso, o modelo centralizador implementado durante o Primeiro Reinado e seguido depois pela abdicação gerou frustração à elite regional.

---

[296] LAYTANO, Dante de. Op. cit. p. 274.

Encontramos, certamente, entre os liberais gaúchos, aqueles que, cooptados pelo ideário em voga, estavam propensos a assumir a iniciação maçônica[297]. O seu caráter de clandestinidade e de segredo foi, então, um elemento atrativo a mais num clima de radicalização pré-revolucionária. Alguns historiadores gaúchos consideram importante a atuação da maçonaria gaúcha na sua primeira fase, que coincide com a fase farroupilha. Entre os já citados, Dante de Laytano é que mais se demora nesse tópico, informando que eram comuns as reuniões secretas nas quais se decidiam os rumos da rebelião e que

> *esses clubes eram lojas maçônicas mais ou menos regulares. Organizavam-se como sociedades secretas, onde o espírito revolucionário se poderia expandir com todas as forças que o animavam. Às vezes se rotulavam com os títulos de 'gabinetes de leitura' ou de 'sociedade literária*[298].

Um indicador de que a maçonaria se fez presente naqueles acontecimentos - senão como articuladora, como organizadora, ou mesmo como fonte de inspiração - é a existência de alguns documentos maçônicos que dão conta de algum tipo de relacionamento. A incumbência que recebeu o líder Bento Gonçalves de regularizar e filiar lojas e maçons nos locais percorridos pelos revolucionários é um exemplo. Em relação a isso, foi localizada uma ata da primeira loja instalada regularmente na província, a Filantropia e Liberdade de Porto Alegre, datada de 24 de fevereiro de 1833, que registra:

> *Resolvemos conferir, como de fato conferimos ao Ir∴ SUCRE, C∴ R∴ +∴, profanamente Bento Gonçalves da Silva, os poderes em direito necessários a promover, por todos os modos possíveis, a execução dos artigos seguintes: Art. 1º -*

---

[297] SPALDING, Walter, em *Foram os chefes farroupilhas republicanos antes do Seival*? Op. cit. p. 840-850, relacionou os autores lidos pelos liberais farroupilhas, o que demonstra, no mínimo, a circulação dessa literatura entre os gaúchos. Entre os autores relacionados, estão: Jean Louis ALIBERT, Jean Jacques de BEAULT, BLANQUI, Benjamin CONSTANT, Jeremias BENTHAM, José Maria Avelar BROTERO, Joseph Marie DE MAISTRE, Pière Stephan Louis DUMONT, François Piérre Guilhaume GUIZOT, Thomas HOBBES, Paul Henri DIETRICH (HOLBACH), Thomas JEFFERSON, John LOCKE, Gabriel MABLY, Nicolau MACHIAVEL, Giuseppe MAZZINI, Charles de Secondad (MONTESQUIEU), Jean Jacques ROUSSEAU, SMITH, François Marie Arouet (VOLTAIRE).

[298] LAYTANO, Dante de. Op. cit. p. 273.

> *Procurará instalar na Vila do Rio Grande ou São Francisco de Paula, um quadro Maç.∴ filiado ao Or.∴ de Porto Alegre. Art. 2º - Fará subir ao conhecimento da Aug.∴ Loj.∴ o regulamento e rituais Maç.∴por que se regeram. Art. 3º - Proverá a eleição de um Ir.∴ que deve representar a Loj.∴na qualidade de seu representante junto a Aug.∴ Loj.∴ devendo a Loj.∴ muní-lo de plenos e amplos poderes.* [299]

A incumbência recebida por Bento Gonçalves, comprovada por um documento de uma loja regular, revela a preocupação de ser intensificada a atividade maçônica através de contatos com o interior da província[300]. Entretanto, o documento em si não serve como uma confirmação do vínculo Guerra dos Farrapos/maçonaria[301], senão que, apesar da pequena estruturação da maçonaria no Rio Grande do Sul, ela já pretendia se expandir. Certamente, foram iniciadas tratativas de instalação de lojas que, em razão do clima revolucionário, não foram regularizadas ou legalizadas; por isso, entende-se a ausência de documentação maçônica no período.

Aliás, a ausência de comprovação de atividades maçônicas no estado durante a fase farroupilha suscitou, por parte da historiografia que tratou da questão, outros indícios comprobatórios que poderiam relacionar a maçonaria à revolução gaúcha. A linguagem dos decretos, as expressões maçônicas utilizadas nos documentos, a inclusão de símbolos maçônicos no brasão de armas farroupilhas seriam elementos inquestionáveis desse vínculo.

Nessa mesma perspectiva, a historiografia maçônica vem utilizando outro argumento, o qual diz respeito à comprovação de que teriam sido iniciados

---

[299] Documento transcrito por Carlos DIENSTBACH, Carlos. Op. cit. v. 3. p. 479. Este é um dos poucos documentos maçônicos existentes dessa fase; alguns documentos relativos a diplomas de filiação, elevação de grau, estão espalhados em arquivos do estado; é o caso do documento em que Bento Gonçalves foi elevado ao grau 18º, em 1832, e que se encontra no Museu Júlio de Castilhos.

[300] Conforme LEITMAN, Spencer Lewis. *Razões socioeconômicas da Guerra dos Farrapos*: um capítulo da história do Brasil no século XIX. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979, p. 61: "Na fronteira, Bento Gonçalves organizou lojas maçônicas aprendendo rapidamente todos os meandros da organização, e usando o serviço postal maçônico como uma alternativa para sua correspondência secreta. Alguns anos depois, um de seus filhos identificou que Sucre, o codinome maçônico de seu pai, era prova suficiente de sua intenção de estabelecer uma república antes do dia 20 de setembro de 1835".

[301] Nesse mesmo sentido, FAGUNDES, Morivalde Calvet. Revelações da história da maçonaria gaúcha. In: *Hoy es historia*. Op. cit. p. 42-43, transcreve dois outros documentos do período que dizem respeito à

na ordem líderes farrapos no transcorrer da revolução. Nesse particular, Morivalde Calvet Fagundes verificou a existência de um tipo de iniciação por *comunicação,* o que, segundo ele, foi original no período bélico gaúcho. Essa iniciação se deu sem a necessária existência de lojas regulares, mas a partir de uma prerrogativa do grão-mestre e do maçom do grau 18º do rito escocês antigo e aceito, "que *flagra* como numa fotografia, o instante histórico em que a maçonaria se propagava, sem ser no interior dos templos regularmente constituídos"[302].

Sobre esse tema, isto é, as formas alternativas de iniciação maçônica direta e pessoal, o mesmo autor afirma:

> *Esse documento 'sui generis' pela sua raridade na história universal da Maçonaria, que é o flagrante do funcionamento de uma loja justa e perfeita sem a exigência de uma loja previamente constituída e legalizada, materialmente, devia ter a assinatura de 7 maçons, mas, naturalmente, em face de 4 serem aprendizes, e o espaço ser curto, só ganhou a assinatura dos mestres-maçons, inclusive o Cavaleiro Rosa-Cruz, que tinha o poder de iniciar*[303].

Em vista disso tudo, acreditamos que, durante a fase farroupilha, houve uma difusão da maçonaria entre as forças revolucionárias. Na falta de condições próprias para que as iniciações e regulamentações de oficinas se dessem por via regulamentar, isto é, obedecendo às constituições e regulamentos maçônicos, aqueles pedreiros-livres encontraram alternativas singulares. Ainda, com a localização desses documentos, podemos concluir que: existiam lojas não regulamentadas de acordo com as normas maçônicas; as assinaturas que aparecem no referido documento também são irregulares já que não existia número de maçons suficientes na cidade de Alegrete e, mais importante ainda, os

---

iniciação maçônica de Thomas Ferreira Valle, em 1839, em São Gabriel, e de David Canabarro, em 1841, na cidade de Alegrete. Os documentos se encontram no Museu da *Folha Popular* de Livramento.

[302] Idem, p. 42.

[303] Idem, p. 43.

líderes farrapos não eram na sua origem maçons, tendo muitos deles se iniciado no transcorrer da guerra e, na maior parte dos casos, de forma irregular[304]

Na verdade, os historiadores maçons e, em grande medida, a historiografia em geral têm procurado defender a tese da influência maçônica naquele conflito; assim, a leitura desses documentos seria, via de regra, confirmadora da sua tese. Por outro lado, podemos citar dois outros exemplos em que lojas maçônicas se posicionaram ao lado dos legalistas de forma incondicional, ou seja, duas situações específicas e que também mereceriam confirmações mais consistentes: a primeira diz respeito à loja União Geral da cidade de Rio Grande, fundada em 1840 e que foi a responsável pela iniciação do marquês do Herval, Manuel Luis Osório[305]. Inicialmente, Osório posicionara-se ao lado dos farrapos, porém, quando da proclamação da República rio-grandense, em 1838, tornou-se legalista lutando ao lado do Império. A sua iniciação maçônica em 1840, já na condição de militar-legalista, demonstra que os membros da loja de Rio Grande poderiam ser majoritariamente favoráveis ao Império[306].

A segunda situação ocorreu em São Leopoldo, na loja União e Fraternidade, da qual supostamente era integrante o imigrante alemão João Daniel Hillebrand[307]. Segundo Dienstbach:

> *O Dr. Hillebrand teve que abandonar a cidade quando da invasão dos farroupilhas e com os homens que lhe eram fiéis, refugiou-se no norte do município, nas localidades hoje denominadas Dois Irmãos e Ivoti, recrutando quatrocentos (400) colonos, com os quais mais tarde retomou a cidade, passando a defendê-la até o fim da revolução. Foi neste período*

[304] Os líderes políticos que já eram, comprovadamente, maçons em 1835-1836, portanto, às vésperas da guerra civil farroupilha, foram Bento Gonçalves da Silva, Domingos José de Almeida, Francisco de Sá Brito Júnior e Francisco Xavier Ferreira.

[305] DIENSTBACH, Carlos. Op. cit. p. 518-519.

[306] Nesse sentido e a título de ilustração, consta que a loja União Geral, na ocasião, presenteou Osório com um peito de aço em sinal de amizade. Idem, p. 519.

[307] Líder da comunidade alemã, médico humanitário, foi presidente da Câmara dos Vereadores de São Leopoldo de 1857 até 1860; foi criador da Companhia de Voluntários Alemães, chefe geral da Colônia. Não existe unanimidade sobre a veracidade da sua condição de maçom, pois a documentação dessa loja desapareceu. DÖRNTE, Roberto João. Uma pequena contribuição para a biografia do Dr. João Daniel Hillebrand. In: *Anais do 6º Simpósio de História da Imigração e Colonização Alemã no Rio Grande do Sul (1984).* São Leopoldo: Gráfica Caeté S/A, 1994. p. 145-148, elenca os indícios irrefutáveis que confirmariam a sua condição de maçom.

> *que fundaram a Loja União e Fraternidade, nome que aclamava as aspirações daqueles Irmãos que vieram para o Brasil, para trabalharem e progredirem e não para guerrear*[308].

Os dois exemplos podem auxiliar no redimensionamento dessa questão, pois demonstram que, de fato, a posição maçônica durante a fase farroupilha não foi unânime; ao contrário, apesar da tendência perceptível de uma adesão maior à causa farroupilha, os documentos existentes a respeito são insuficientes e inconclusivos. Ademais, a condição incipiente da maçonaria no Rio Grande do Sul naquele contexto impedia uma atuação verdadeiramente decisiva, principalmente no que se referia à condução da revolução. Assim, foi somente no período posterior, ao final da Guerra dos Farrapos, que a maçonaria gaúcha se estruturou enquanto uma instituição presente em quase todo o território gaúcho e de forma regular e orgânica.

Do ponto de vista quantitativo, identificamos a presença de mais quatro lojas em funcionamento na província antes da eclosão da revolução: Razão e Virtude, em Santo Antônio da Patrulha, fundada em 1833; Fidelidade e Firmeza, em Porto Alegre, fundada em 28 de setembro de 1833 e que deve ter funcionado até 1859 quando *abateu colunas* para, mais tarde, ser reerguida; Perfeita União, em Porto Alegre, fundada em 20 de novembro de 1833, e Asilo da Virtude, em Rio Grande, fundada em 10 de dezembro de 1833[309].

Dessas primeiras lojas identificadas, três são de iniciativa do Grande Oriente do Passeio e duas do Grande Oriente do Brasil. Entre os fatores que determinaram essa pequena predominância do poder central do Passeio nessa fase incipiente da maçonaria gaúcha, estão certamente o clima de efervescência política vigente no período pós-abdicação e de preparação à revolução dos

---

[308] DIENSTBACH, Carlos. Op. cit. v. 4. p. 649.

[309] A existência desse conjunto de lojas somente pode ser verificada pelos cadastros das potências nacionais e por poucos documentos isolados que sobreviveram ao tempo. Para fins deste trabalho, principalmente do período de 1831 até o início da década de 1870, utilizamos como fonte a obra de Kurt PROBER, *História do Supremo Conselho do Grau 33*. Rio de Janeiro: Livraria Kosmos, 1991, o catálogo mais completo localizado nesta pesquisa. Para as lojas do Rio Grande do Sul, utilizamos DIENSTBACH, Carlos. Op. cit., que partiu das informações de PROBER, confirmando através de documentação disponível essas mesmas informações. A partir de 1871, além desses dois autores, consultamos a documentação periódica e impressa da maçonaria brasileira e gaúcha, disponível em arquivos e bibliotecas.

farrapos. A aproximação dos poucos maçons gaúchos com essa vertente se intensificou a partir de então.

Durante o período revolucionário, apesar da instabilidade, algumas lojas foram instaladas de forma regular: a União Geral, em Rio Grande, no ano de 1840, loja que mudou de nome em 1848 para União Constante e que está em funcionamento até nossos dias; União e Fraternidade, em São Leopoldo, em 1840, funcionando até 1860; Harmonia Rio-Grandense, em Pelotas, em 1841; Protetora da Orfandade, de Pelotas, em 1843, que, em 1853, se fundiu com a loja União e Concórdia, e a loja Humanidade e Justiça, de Porto Alegre, em 1845.

Assim, o movimento farroupilha contribuiu para a expansão de um tipo de pensamento que aproximou parcela da elite regional à causa maçônica; de outro modo, esse mesmo movimento impediu uma expansão maior no sentido de possibilitar estruturas maçônicas devidamente legitimadas por corpos maçônicos superiores. A fragilidade em termos de formação maçônica mais intelectualizada, mais próxima dos padrões de princípios, rituais e símbolos, marcou essa fase da história da maçonaria e correspondeu também ao clima político que se desenvolveu no pós-revolução. Assim, nessa primeira fase, um aspecto que deve ser ressaltado é o da indefinição e rearranjos entre os grupos políticos nos quais a elite dominante local esteve envolvida. Nesse sentido, o quadro político é importante, pois a atividade maçônica esteve estreitamente vinculada à esfera da política, e os maçons, via de regra, eram recrutados no grupo social dominante.

Importante, nesse contexto, é assinalar a presença de maçons em ambos os lados do conflito[310]. Os posicionamentos contraditórios, nesse caso, irão aparecer em outros momentos da história política do Rio Grande do Sul. A unidade de pensamento político nunca se constituiu em característica da atuação da maçonaria em qualquer tempo e espaço; ao contrário, esse aspecto esteve sempre presente como demostração de que os princípios maçônicos de conferir liberdade de pensamento e de religião aos seus membros foram, de fato, absorvidos pela instituição.

[310] Além dos líderes farrapos citados anteriormente, poderíamos acrescentar Luís Gonçalves das Chagas e Manoel Marques de Souza; entre os líderes legalistas, os nomes de Francisco Félix da Fonseca Pereira Pinto e Manuel Luís Osório.

3.2. A pacificação do Rio Grande e a afirmação da maçonaria

O fim da Revolução Farroupilha, legitimado no pacto da Paz do Poncho Verde, mostrou aos rebeldes gaúchos que os caminhos futuros dar-se-iam pela negociação e inserção no jogo político nacional, ou seja, não houve, de fato, nenhum ganho concreto nas reivindicações dos farrapos. A rearticulação e reestruturação da vida política e econômica regional deveriam ter como parâmetros o modelo centralizador imperial. Os grupos políticos concorrentes em nível nacional tiveram seus representantes também no Sul do país, estando em cena desde então os *moderados,* que assumiram o poder após a abdicação e se organizaram, em maio de 1831, na Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional; os *exaltados,* que também em 1831 fundaram a Sociedade Federal, e os *conservadores* ou *regressistas,* com a sua Sociedade Conservadora, em 1832, e, mais tarde, a Sociedade Militar. Desses grupos é que saíram os dois partidos políticos que se revezaram no poder até o final do regime monárquico brasileiro: Partido Liberal e Partido Conservador.

Segundo Helga Piccolo, a esse quadro nacional houve uma correspondência no Rio Grande do Sul já no pós-abdicação:

> *Dentro deste quadro político-partidário, o Rio Grande do Sul confirmou no pós-1831 - a tradição liberal de defesa de princípios autonomistas. Mas, como já foi visto, nem todos os sul-rio-grandenses pegaram em armas para defendê-los. Os pronunciamentos feitos no Conselho Geral da Província não só atestam o vigor do autonomismo, mas também revelam o quadro de descontentamento reinante na província e que levaria à Guerra dos Farrapos. A disposição dos liberais em fechar espaços a possíveis ações restauradoras no Rio Grande do Sul foi revelada por sua movimentação no sentido de impedir em 1833 o estabelecimento da Sociedade Militar em Porto Alegre. Não seria, pois, fácil nesta conjuntura, a organização de um partido conservador no Rio Grande do Sul*[311].

[311] PICCOLO, Helga I. L. *Vida política no século 19.* Op. cit. p. 47.

A tradição liberal dos gaúchos, argumento da maioria dos historiadores que trataram da revolução e da política do século XIX no Rio Grande do Sul[312], pode ser questionada se for levada em conta a situação pós-revolução. As dificuldades na reorganização política no Rio Grande estiveram vinculadas aos próprios limites político-ideológicos do liberalismo, assumido por parcela importante da elite gaúcha. Nesse sentido, a derrota dos farrapos, a desorganização administrativa, a crise econômica se refletiram quando da reinstalação da Assembléia Provincial em 1846. O resultado de dez anos de conflitos demonstrou seus resultados, que foram assim descritos por Helga Piccolo:

> *A partir de 1846, quando recomeçaram os trabalhos da Assembléia Provincial, os efeitos da guerra civil que devastara o Rio Grande do Sul se fizeram sentir politicamente. Notava-se uma prostração nas atividades políticas. Os representantes da província pautavam sua atuação por uma indefinição político-partidária. A Assembléia era um 'ajuntamento amorfo de homens mais propensos ao conservantismo'. Os discursos evidenciavam a preocupação com a reconstrução da deses-truturada economia sul-rio-grandense de base pecuarista*[313].

O campo da política institucional é que nos oferece algumas informações sobre a participação da maçonaria na vida social do estado. Nos períodos posteriores, ainda em relação ao século XIX, essa localização se fez com maior facilidade nos demais campos de atuação maçônica, principalmente no cultural e beneficente. As definições políticas revelam o processo de amadurecimento ideológico e cultural gaúcho, acompanhado pela maçonaria já

---

[312] Um exemplo de construção de um imaginário representativo do liberalismo gaúcho é o seguinte: "A gente continentina, aguerrida e brava, generosa e altiva, acompanhava comovida, a luta dos povos vizinhos pelo ideal americano de igualdade dos direitos para os homens e de independência para suas pátrias". GOYCOCHÊA, Castilhos. A Revolução Farroupilha (Causas sociais, políticas e econômicas). In: *Anais do I Congresso de História e Geografia Sul-Rio-Grandense*. IHGRGS. Porto Alegre: Globo, 1936. v. 2, p. 132.

[313] PICCOLO, Helga I. L. *Vida política no século 19*. Op. cit. p. 49.

que, a par dos conceitos e da sua própria história universal, ela assumiu feições próprias nos diversos lugares em que se instalou.

Durante essa fase, a tradicional bipolarização político-partidária gaúcha estruturou seus primeiros passos[314]. Os conservadores se articularam primeiro, em 1848, por iniciativa do então presidente da província, Francisco de Souza Soares de Andréia, indicado pelo gabinete conservador. Os liberais, por sua vez, se contrapuseram de forma bastante tímida à maioria conservadora da Assembléia Provincial, sobretudo nos debates parlamentares - de 1848 a 1851 os conservadores mantiveram a maioria na Assembléia Provincial[315]. Entretanto, em 1852, um novo quadro de indefinições tornou-se visível. Segundo Helga Piccolo:

> *Uma nova indefinição já era visível no Rio Grande do Sul desde 1852, quando uma rearticulação partidária promovida pelos chefes do Partido Conservador (Pedro Rodrigues Fernandes Chaves) e do Partido Liberal (Israel Rodrigues Barcelos), resultou na organização da 'Liga'. A 'Liga', onde o predomínio era de conservadores, foi justificada como necessária para acabar com as divergências políticas que, na província, impediam que os partidos conseguissem aprovar medidas importantes e de interesse para o Rio Grande do Sul. Na verdade, por detrás da organização da 'Liga' havia uma estratégia política ditada por interesses pessoais dos dois chefes partidários que pretendiam excluir nomes das listas de candidatos à Câmara dos Deputados e ao Senado nas eleições de 1852*[316].

A constituição da *Contra-liga* no mesmo ano, resposta dos descontentes - tanto liberais como conservadores - àquela aliança política,

---

[314] A composição da primeira assembléia provincial depois da pacificação foi a seguinte: Manoel José de Freitas, Osório, João Capistrano, cônego Tomé Luiz de Souza, Joaquim Vieira da Cunha, Patrício Corrêa da Câmara, Israel Barcelos, Oliveira Belo, Inácio Freire de Andrade, Câmara e Sá, visconde de São Leopoldo, João Propício M. Barreto, Padre Santa Bárbara, Vieira Braga, Manoel Marques de Souza, Silva Flores, barão do Jacuí, Antônio Gonçalves Chaves, Rozendo Rodrigues, João Dias de Castro, Amaro da Silveira, Frederico de Verna e Bilstein, João Rodrigues Fagundes, Azambuja Cidade, Américo Cabral de Melo, José da Maia, Sá Brito e Bernardo Dias de Castro. Conforme PARANHOS, Deoclécio Antunes. Op. cit. p. 220.

[315] Outro aspecto que certamente afetou o crescimento da maçonaria gaúcha foi novamente de caráter bélico. A guerra contra Rosas, encerrada em 1852, envolveu lideranças políticas gaúchas e, entre esses muitos futuros líderes maçons, como foi o caso de Francisco Pedro de Abreu, Manoel Marques de Souza e Francisco Félix da Fonseca Pinto.

demonstra que as indefinições ideológicas se mantinham, ou seja, novamente os interesses pessoais se impunham aos posicionamentos e convicções ideológicas. No caso da Contra-liga, a liderança foi do maçom Manoel Marques de Souza, o barão de Porto Alegre, que deu origem ao Partido Liberal Progressista; a bipolarização política gaúcha ficou, então, entre os *ligueiros* e os *progressistas:* de 1852 a 1855, o predomínio foi da Liga; de 1856 a 1865, o Partido Liberal Progressista esteve à frente. Foi nesse contexto que ocorreu a estruturação do Partido Liberal do Rio Grande do Sul, maior foco de atuação maçônica até o final do período imperial.

A identificação da presença de maçons entre os políticos divididos das facções nos serve como parâmetro da dimensão da ordem na província nesse período. Também aponta para uma das feições das atividades da maçonaria no Rio Grande do Sul, qual seja, a importância da esfera da política visto que que muitos dos seus integrantes eram membros dessa elite política dirigente. Mesmo que não seja possível determinar em que medida tais atividades eram orientações da maçonaria e até que ponto ocorriam por decisão partidária ou pessoal, o fato é que a presença de dirigentes maçons era marcante na Assembléia Provincial[317], crescendo a partir de 1870, quando a instituição se consolidou em todo o território gaúcho.

Em termos da configuração de partidos políticos propriamente ditos, foi somente a partir da década de 1860 que conservadores e liberais conseguiram se lançar de forma mais homogênea e com linhas programáticas mais bem definidas. Acredita-se que existe uma coincidência entre a melhor definição do quadro político-partidário gaúcho e a estruturação mais organizada e sólida da maçonaria gaúcha. Com isso, não pretendemos submeter a análise do quadro político à presença maçônica, mas, sim, na ausência de fontes mais

---

[316] PICCOLO, Helga. *Vida política no século 19*. Op. cit. p. 50-51.

[317] A partir de 1846, após o término da Revolução Farroupilha, quando da reinstalação dos trabalhos da Assembléia Provincial, em 1º de março de 1846, até o ano de 1860, localizamos os seguintes dirigentes maçons na condição de deputados provinciais: Antônio Pereira Prestes (1856-1857); Félix Xavier da Cunha (1856-1860); João Capistrano de Miranda e Castro (1846-1847, 1850-1851, 1853-1857); João Evangelista de Negreiro Saião Lobato (1846-1855); José Joaquim de Andrade Neves (1858-1859); Luís da Silva Flores (1846-1863); Manoel Marques de Souza (1846, 1858-1859) No quadro de dirigentes maçons (Anexo 1), aparece o nome de Joaquim José da Cruz, o qual, ao que parece deve ser o deputado provincial Joaquim José da Cruz Secco, que legislou de 1848 a 1854 e de 1856 a 1859.

esclarecedoras, tomar tal aspecto como referencial. Nos debates parlamentares do período, não identificamos nas posições de parlamentares maçons qualquer elemento que os diferenciasse dos demais deputados provinciais. Portanto, podemos deduzir que, nessa fase, as convicções maçônicas eram ainda bastante limitadas, e a instituição, do ponto de vista político, e mesmo social, não possuía ainda uma identidade particular.

Ao quadro político gaúcho das décadas de 1840 e 1850, marcado por indefinições programáticas e ideológicas, apresentamos um aspecto importante no que tange às questões internas da própria maçonaria. A complexidade do processo de relacionamento das maçonarias regionais com as potências nacionais, ou poderes centrais com sede no Rio de Janeiro, acabaria por prejudicar a expansão das primeiras. A permanência de cisões e de redefinições nacionais repercutia no relacionamento das organizações maçônicas regionais, criando nelas um clima de indefinições, incertezas e anarquia administrativa, sobretudo nas mais afastadas do Rio de Janeiro. Arão, tratando dessa problemática, conclui:

> *Enquanto as incertezas da centralização do poder maçônico criavam à direção um ambiente geral de indisciplina, não obstante a reorganização maçônica prosseguia, plasmava-se lentamente pelas antigas províncias. O que caracterizava este movimento era a falta de unidade que a divergência do centro acoroçoava. Ainda assim, a maçonaria ia aos seus fins*[318].

O clima nacional de desorganização e de divergências afetava as iniciativas regionais de estruturação maçônica. Daí a ausência de documentação interna maçônica dessa fase, pelos seguidos erguimentos e adormecimentos de lojas em curtos espaços de tempo; além disso, as lojas pertencentes aos poderes centrais que se unificaram ou desapareceram levaram consigo uma fatia importante dessa documentação. Enfim, o vaivém das iniciativas de implantação da maçonaria no caso do Rio Grande do Sul proporcionou o surgimento de lojas

[318] ARÃO, Manoel. Op. cit. p. 374.

que nunca foram regulamentadas oficialmente. Desse modo, as fontes primárias reveladoras do período, além de terem sido perdidas, podem nunca ter chegado a existir.

Com o objetivo de mapear um panorama desse período, levantamos e nominamos as lojas existentes no período de 1846 a 1857, procurando indícios do relacionamento e de algumas características comuns entre elas. As lojas fundadas foram: em 1847, Estrela do Sul em Bagé; em 1848, Comércio e Indústria em Pelotas; Regeneração em Rio Grande; União Constante em Rio Grande e 24 de Thammuz, em São Gabriel; em 1849, Luz Transatlântica em Jaguarão; Justiça e Tolerância em Porto Alegre; em 1853, União e Concórdia em Pelotas; em 1854, Cordialidade em São Borja; em 1855, Virtude e Constância em Livramento; Honra e Humanidade em Pelotas; Progresso da Humanidade em Porto Alegre e, em 1857, a Fidelidade e Firmeza também em Porto Alegre.[319]

Ao lado dessas, aparece um grupo de lojas sem ano exato de fundação, que Carlos Dienstbach refere como "antes de 1856", as quais pertenceriam ao Areópago do Conselho de Kadosch, tendo sido incorporadas pelo Grande Oriente do Brasil em 1857 depois de terem pertencido ao Grande Oriente do Passeio. Foram as seguintes: Amizade em Santo Antônio da Patrulha; Concórdia do Uruguai em Uruguaiana; Harmonia Universal em Alegrete; Perfeita Fraternidade em Caçapava; Filantropia Riopardense em Rio Pardo; Regeneração e Caridade em São José do Norte; São João das Lavras em Lavras; União e Força em Rio Grande; União Fraternal em Cachoeira; 24 de Thammuz em São Gabriel e Tolerância e Amizade em Camaquã.

Sobre a presença maçônica no Rio Grande do Sul, com base nesses dados, consideramos importantes algumas explicações. Em primeiro lugar, durante essa fase, que se estendeu até 1857, existiram no Rio Grande do Sul três poderes centrais constituídos: o Grande Oriente do Brasil, o Grande Oriente do Passeio e o Areópago dos Cavaleiros de Kadosch. Os dois primeiros são corpos

[319] Conforme a relação apresentada por DIENSTBACH, Carlos. Op. cit. v. 1, p. 52-66, de onde retiramos inicialmente esses dados, foi incluída a loja Filantropia Riopardense, com o ano de fundação 1874 e ligada à potência Grande Oriente Unido. Acreditamos que foi uma falha técnica, já que o ano está junto com as lojas de 1854 e a potência ainda não existia neste ano. O Grande Oriente Unido foi fundado em 1872.

maçônicos dirigentes da maçonaria simbólica, isto é, das oficinas que trabalhavam com os três primeiros graus maçônicos, e o terceiro é representante da maçonaria filosófica, portanto dos graus superiores no Rio Grande do Sul. Salientamos que, a princípio, não existia uma contradição ou conflito entre o filosofismo e o simbolismo, de forma que as duas podiam existir concomitantemente. Segundo Fagundes,

> *em 1857, como se vê do livro de Kurt Prober: História do Supremo Conselho, este Conselho, ou Grande Conselho, ou Areópago, ainda existia em Porto Alegre e era filiado ao Grande Oriente do Passeio ou melhor, ao seu Supremo Conselho e era 'namorado' pelo Visconde de Sapucaí, para levá-lo ao GOB*[320].

Nesse sentido, parece ter tido continuidade a predominância da vertente maçônica mais política que fora a do GOP. Como vimos anteriormente, das primeiras lojas fundadas regularmente na província ainda na década de 1830, a maioria esteve vinculada a essa potência. Um problema que se apresenta aqui é o de que, em meados da década de 1840, essa desapareceu, permanecendo apenas o GOB como dirigente das oficinas simbólicas. As lojas fundadas "antes de 1856" foram, originariamente, de iniciativa do GOP; com o seu desaparecimento, essas teriam, então, ficado a descoberto, isto é, funcionando sem um corpo superior dirigente.

Não existe confirmação de que o Areópago do Cavaleiros de Kadosch fosse, de fato, vinculado ao Passeio. Algumas informações, a maior parte desencontradas, referem-se a esse corpo maçônico superior como sendo subordinado ao Supremo Conselho Brasileiro e que teria se mantido até 1847, possuindo 15 lojas em funcionamento. Depois dessa data, as lojas teriam mantido a obediência às ordens de Cândido José de Araújo Viana, o visconde de Sapucaí, antigo grão-mestre do GOP, o qual a ele se filiara já no ano de 1846. A permanência do Areópago de Kadosch como órgão dirigente estadual autônomo

[320]Idem, v. 1, p. 46

solucionou o problema das lojas que ficaram a descoberto por não aceitarem a filiação ao Grande Oriente do Brasil.

Pela listagem apresentada pelo autor citado, as lojas fundadas de 1847 a 1855 foram de iniciativa do Grande Oriente do Brasil, o que não poderia ser diferente visto que, no período, apenas essa potência simbólica trabalhou. Portanto, o Areópago de Kadosch conferiu legitimidade às demais lojas, que trabalharam de forma autônoma e independente até 1857. Nesse ano, as 15 lojas então pertencentes ao Areópago de Kadosch aceitaram um acordo que vinha sendo proposto desde 1856 pelo visconde de Sapucaí, ou seja, de se incorporarem ao Grande Oriente do Brasil. Contudo, apesar do acordo, essas lojas não chegaram a filiar-se àquele definitivamente, com exceção da Fidelidade e Firmeza, de Porto Alegre; as demais devem ter adormecido, pois não aparecem mais referências a elas em documentação ou bibliografia.

As razões do desaparecimento desse grupo de lojas se vincularam a três ordens de fatores: a demora nas negociações entre o visconde de Sapucaí e o GOB, o que gerou descontentamento, fazendo com que as lojas ou mudassem de nome ou tivessem seus membros transferidos para outras; a recusa das lojas em pagarem as taxas financeiras devidas à sua nova potência; finalmente, um único corpo superior da maçonaria atuando como organizador e dirigente da maçonaria gaúcha. As confusões em torno dessa fase, principalmente no que tange às explicações dadas pela historiografia maçônica, relacionam-se à ausência de informações sobre as iniciativas do período. Um exemplo nos é dado por Morivalde Cavet Fagundes, que, observando o grande número de lojas criadas em 1856, explica:

> *Por que tanta loja fundada em 1856? Consta que em 1855 já andava pelo Grande Oriente do Passeio o nosso irmão Gaspar Silveira Martins, com o grau 33º. Enquanto o Grande Oriente do Passeio tinha o Visconde do Uruguai como seu Grão-Mestre, o GOB era dirigido pelo Marques de Abrantes. A rivalidade entre os dois Grandes Orientes possivelmente acirrou o progresso da maçonaria*[321].

[321] FAGUNDES, Morivalde Calvet. Revelações históricas da maçonaria gaúcha. In: Op. cit. p. 47.

A constatação do autor não parece confirmada pela documentação, já que, no cadastro de Prober e de Dienstbach, as lojas aparecem simplesmente como fundadas “antes de 1856”, portanto sem data precisa. Além disso, em 1856, o Grande Oriente do Passeio já não funcionava regularmente no Brasil. Assim, a presença do líder liberal e supostamente maçom Silveira Martins não poderia estar vinculada àquela potência nacional. Por outro lado, podemos conferir outro significado à afirmativa desse autor, qual seja, o de identificar posteriormente Silveira Martins à vertente maçônica mais radical em termos políticos. A rivalidade entre as potências nacionais, que, naquele momento, era questionável, pois regularmente só existia uma, poderia ter se desenvolvido pela disputa entre essa e um setor da maçonaria momentaneamente desorganizado.

As lojas em funcionamento durante essa fase se concentraram quase que exclusivamente na parte sul do Rio Grande do Sul. O cartograma a seguir confirma a presença de pelo menos uma loja em cada uma das principais cidades do estado.

Cartograma 1: Lojas em funcionamento na província em 1857[322]

[322] Em relação ao Cartograma 1: o mapa referente ao ano de 1860 foi extraído de FELIZARDO, Júlis Netto. *Evolução Administrativa do Rio Grande do Sul*: criação dos municípios. Porto Alegre: IGRA, 1965. p. 20; conforme Fundação de Economia e Estatística. *De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul* (Censos do RS de 1803-1950). Porto Alegre, 1981. p. 45, em 1857, existiam 26 municípios na província de São Pedro do Rio Grande do Sul; os dados referentes à distribuição das lojas maçônicas na província têm origem em pesquisa da autora, a partir da documentação e bibliografia já mencionadas.

A concentração de atividades maçônicas nas principais cidades da região sul da província esteve plenamente de acordo com uma das características da instituição, quase sempre atingindo os setores sociais mais urbanizados e mais suscetíveis às novas tendências do pensamento do século XIX. Porto Alegre, Pelotas e Rio Grande foram as únicas cidades, nesse período, que contaram com presença de mais de uma oficina em funcionamento, característica que se manteve durante todo o século XIX e primeiras décadas do século XX.

Outro aspecto a ser considerado diz respeito ao fato de não terem sido fundadas lojas entre os anos de 1850 a 1852, período que coincide com a campanha do Uruguai, desenvolvida entre 1851-1852[323]. O contingente militar gaúcho participante dessa guerra contava, certamente, com um número expressivo de maçons. Além disso, as principais oficinas maçônicas da província ficaram desorganizadas, pois muitos municípios gaúchos foram palco dos combates ou serviram como caminho das divisões militares. Como ocorreu mais tarde, durante a guerra contra o Paraguai, a situação fronteiriça e de tradição belicosa do Rio Grande do Sul afetou a organização e expansão maçônicas.

3.3. As *ramas de acácia* se espalham pelo Rio Grande

Na terceira fase da história da maçonaria no Rio Grande do Sul, a instituição, que havia se estruturado tardiamente em comparação a outras regiões do país, adquiriu um impulso surpreendente, colocando-se como um dos principais centros maçônicos do país. Foi também nessa fase que a maçonaria se apresentou à sociedade gaúcha com identidade própria, atuando intensamente no campo da política e da cultura, sobretudo naquelas questões que a definiam como uma instituição liberal e profundamente anticlerical. A sua inserção na realidade

[323] Conflito conhecido também como Guerra contra Rosas e que teve origem num manifesto do governador da província de Entre Rios, d. Justo José de Urquiza, em 1º-5-1851, rompendo com o ditador Juan Manuel Ortiz de Rosas. A participação brasileira no conflito se deveu às ameaças quanto às questões limítrofes e à declaração de guerra de Rosas ao Império do Brasil. .

histórica gaúcha foi intensa e importante especialmente a partir da década de 1870[324].

Observaremos a maçonaria gaúcha, nesta parte do trabalho, de forma genérica em alguns aspectos, já que retornaremos a esses temas nos próximos capítulos. Assim, iniciamos com uma caracterização quantitativa no período, destacando os números que demonstram o seu crescimento e expansão em todo a província. A seguir, tratamos da maçonaria gaúcha a partir das definições que a colocaram como uma instituição particular e influenciadora da cultura política gaúcha nessa fase. Por último, analisamos a tendência político-partidária assumida pela instituição na província até o período imediatamente anterior à proclamação da República.

Os primeiros tempos foram problemáticos para a maçonaria gaúcha. A incorporação das lojas pertencentes ao Areópago de Kadosch ao Grande Oriente do Brasil, em 1857, não garantiu o fim das divergências no seio da instituição gaúcha; aliás, o mesmo também não havia ocorrido em nível nacional, mesmo que por um período de década e meia houvesse apenas um grande oriente relativamente forte no Brasil. Os números demonstram que não houve um crescimento substantivo da ordem entre 1858 e 1871, quando identificamos a fundação das seguintes lojas: em 1858, a Filantropia Itaquiense em Itaqui; em 1867, a Acácia Rio-Grandense e a Progresso Rio-Grandense em Rio Grande, a Nova Louza em Montenegro; em 1869, a Luz e Ordem em Porto Alegre; em

[324] É a partir desse período que podemos utilizar como fonte primária a documentação maçônica gaúcha. De forma relativamente sistemática, a maçonaria no Rio Grande do Sul produziu uma imprensa própria, dirigida aos seus integrantes e reveladora de seus posicionamentos, atividades, orientações, estatísticas, etc. Os órgãos de imprensa localizados e disponíveis foram os seguintes: *O Maçon,* que circulou de 1874-1875, de propriedade das lojas maçônicas Progresso da Humanidade, Luz e Ordem e Tolerância, tendo como diretor João Carvalho Barcelos e redatores Antônio Antunes Ribas, Eudoro Berlink e João Carvalho de Barcelos; *A Acácia,* circulou entre 1876-1879, de propriedade de Carlos von Koseritz; o *Lábaro,* que circulou inicialmente na cidade do Rio Grande a partir de 1889, tendo sido fundado pela loja Filantropia. Em 1899, foi feito um acordo entre a referida loja e o Grande Oriente do Brasil, à qual ela era subordinada, e *O Lábaro* passou a ser impresso em Porto Alegre, constituindo-se no órgão da imprensa maçônica estadual daquele grande oriente, sendo seu diretor Rodolfo J. Gomes; *Boletim do Grande Oriente do Rio Grande do Sul*, que circulou a partir de 1894, estando disponível até o ano de 1900; *Boletim da Sap.·. Gr.·. Loj.·.Estadual do Rio Grande do Sul*, que circulou a partir de 1898; *Mensagem apresentada a Ass.·. Ger.·.Leg.·. do Gr.·. Or.·. do Rio Grande do Sul*, de 1904 a 1916, e o *Delta* a partir de 1916. Um periódico maçom que não foi localizado, *A Gazeta*, que teria substituído *A Acácia* em 1879. Além desses documentos, estão disponíveis relatórios, mensagens e documentação manuscrita nos arquivos da maçonaria.

1870, a Comércio e Artes (reerguida) em Pelotas; em 1871, a Artistas em Pelotas e a Fraternidade em Bagé[325].

Pelo mapeamento feito, acreditamos que duas ordens de fatores influenciaram os problemas da estruturação da maçonaria no Rio Grande do Sul naquele momento. Cabe destacar aqui que a existência desses problemas não afetou de forma absoluta a presença maçônica onde tradicionalmente ela já havia se instalado, contudo não permitiu uma expansão e consolidação da instituição de forma mais global e homogênea em todo o território gaúcho. Foram esses, em primeiro lugar, o novo rompimento da maçonaria brasileira ocorrido em 1863, reacendendo velhas e violentas divergências, e, concomitante a isso, a eclosão da Guerra do Paraguai, em que esteve envolvida uma parcela importante dos maçons gaúchos.

Os problemas relacionados ao grande cisma maçônico de 1863, quando ressurgiram duas potências simbólicas nacionais, ambas fortes, repercutiram no nosso estado. O GOB se dividira novamente agora no Grande Oriente do Lavradio e no Grande Oriente dos Beneditinos, duas novas vertentes que mantiveram características das divergências anteriores. No Rio Grande do Sul, parece ter havido, das poucas iniciativas que vimos anteriormente, uma predominância da vertente dissidente e mais politizada, a dos Beneditinos, o que se confirmou nas décadas posteriores.

Se observarmos a quantidade de lojas que adormeceram antes de 1864, podemos verificar o impacto da nova divisão da maçonaria nacional. Certamente, o clima de disputa gerado nas províncias e, no nosso caso, no Rio Grande do Sul, trouxe à maçonaria regional um clima de desorganização, anarquia e indefinições. As negociações realizadas entre os novos poderes centrais e as lojas maçônicas espalhadas pelos longínquos municípios não eram tarefa fácil, se considerada a ótica da sua ainda relativa fragilidade. Identificamos as seguintes lojas que deixaram de funcionar ou adormeceram antes de 1864 (algumas foram reerguidas alguns anos depois), menos de um ano depois da

[325] Essa fase é bastante lacunar, e as informações sobre a fundação dessas lojas são um tanto desencontradas. Na relação de DIENSTBACH, Carlos. Op. cit. v. 1, p. 53, não existem informações completas em relação à loja Progresso Rio-Grandense e a Nova Louza. As lojas Comércio e Artes e Artistas aparecem como fundadas pela potência nacional GOU que ainda não existia.

cisão: a Harmonia Universal de Alegrete; a Estrela do Sul de Bagé; a Harmonia de Cruz Alta; a Filantropia Itaquiense de Itaqui; a Regeneração de Rio Grande; a Filantropia de Rio Pardo; a Amizade de Santo Antônio da Patrulha; a União e Fraternidade de São Leopoldo e a Concórdia do Uruguai de Uruguaiana.

Das nove lojas que deixaram de funcionar antes de 1864, cinco delas tinham sido iniciativas do Grande Oriente do Passeio, constantes na lista das lojas que pertenciam ao Areópago do Conselho de Kadosch e que, em 1857, foram incorporadas pelo Grande Oriente do Brasil. Assim, o número maior de lojas fechadas antes de 1864 pode sugerir a resistência desse segmento maçônico em aceitar o domínio da potência maçônica GOB. Localizamos três lojas nesse conjunto que pertenciam ao GOB e que também adormeceram, sendo que de uma delas não foi possível identificar a origem. Portanto, a cisão de 1863 repercutiu em nível regional de diversas maneiras, mas, sobretudo, revelou e confirmou a presença da duas vertentes nacionais e a consolidação de uma, qual seja a dos Beneditinos, depois Unido. O cartograma 2 demonstra o pequeno número de lojas em funcionamento em 1861.

Cartograma 2: Lojas em funcionamento na província em 1861[326]

[326] Em relação ao Cartograma 2: o mapa referente ao ano de 1860 foi extraído de FELIZARDO, Júlis Netto. *Evolução Administrativa do Rio Grande do Sul*: criação dos municípios. Porto Alegre: Igra, 1965. p. 20; conforme Fundação de Economia e Estatística. *De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul* (Censos do RS de 1803-1950). Porto Alegre, 1981. p. 45, em 1861, existiam 27 municípios na província de São Pedro do Rio Grande do Sul; os dados referentes à distribuição das lojas maçônicas na província têm origem em pesquisa da autora, a partir da documentação e bibliografia já mencionadas.

O segundo problema apontado consiste, de fato, nas prováveis repercussões que a guerra contra o Paraguai (1865-1870) trouxe para a maçonaria gaúcha. Como se sabe, o Rio Grande do Sul, além de ter sido novamente cenário da guerra, também forneceu ao Exército nacional um dos maiores contingentes humanos durante esse conflito[327]. O número expressivo de maçons que participaram da guerra, esvaziou em muito as atividades nas poucas lojas em funcionamento então[328]. Por outro lado, o contato entre militares brasileiros, argentinos e uruguaios, além da já conhecida influência no campo da adesão ao republicanismo e abolicionismo, no caso gaúcho, trouxe conseqüências para o movimento maçônico[329]. Referimo-nos aqui a uma possível difusão do pensamento maçônico entre os participantes da guerra, em especial, entre os gaúchos.

Essa difusão pode explicar a rápida expansão das atividades maçônicas no estado no período imediatamente posterior ao final daquele conflito. Alexandre Mansur Barata, em estudo sobre a maçonaria brasileira de 1870 a 1910, confirma o rápido crescimento da instituição na província nessa fase. Para o autor:

> *Se na primeira metade do século XIX, essa atividade se concentrava no Rio de Janeiro, na Bahia e em Pernambuco, no final do século XIX e início do século XX, verificou-se a criação de um grande número de lojas em diversas regiões do país, em*

[327] Conforme LOVE, Joseph. Op. cit. p. 16: "A habilidade da clemência do General Caxias na pacificação do Rio Grande ficou demonstrada em 1852 quando três quartos das tropas brasileiras, que ele dirigiu contra o Ditador Rosas da Argentina, se constituíram de gaúchos. Na Guerra do Paraguai, o mais sangrento dos conflitos externos brasileiros, o Rio Grande apresentou uns 34.000 soldados, mais de um quarto do número total de combatentes mobilizados pelo Brasil".

[328] Entre os maçons que participaram da Guerra do Paraguai, confirmamos os seguintes dirigentes: Antônio Antunes Ribas, Augusto Cézar da Silva, Augusto Frederico Pacheco, Carlos da Fontoura Barreto, Carlos Frederico de Mesquita, Francisco de Oliveira Neves, Francisco Marques Xavier Chicuta, Francisco Xavier da Cunha, Frederico Augusto Mesquita, Júlio Garcia Trois, Luís Gonçalves das Chagas, Luiz da Silva Flores, Manoel Marques de Souza, Manoel Nascimento Vargas, Pedro Garcia Pereira (não aparece no quadro de dirigentes maçons, mas na história da maçonaria de Caçapava é tido como dirigente), Francisco de Abreu Espíndola,

[329] Exemplar nesse sentido foi a fundação da loja Fé no Paraguai, que, conforme FAGUNDES, Morivalde Calvet. *Rocha Negra, a legendária*. Op. cit. p. 16: "A Loja Maçônica Fé, a primeira fundada no Paraguai pelo Grande Oriente dos Beneditinos, teve carta constitutiva de 12 de junho de 1869. Foi composta, em sua maioria, pelos combatentes brasileiros. O grão-mestre era o chefe de saúde da Força Naval Brasileira, no Paraguai, Dr. João Adriano Chaves; o grão-mestre Adjunto um coronel do Exército, Hermes Ernesto da Fonseca, irmão do Deodoro. Havia até o cônsul geral do Brasil e um padre capelão da Armada na administração".

> *pequenas e grandes cidades, especialmente em São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Apesar das oscilações quanto ao número de lojas em atividade, o que se pode constatar, efetivamente, é a consolidação da Ordem maçônica em todo o território nacional*[330].

Ocorreu, então, um crescimento da maçonaria em âmbito nacional, que se deu de forma mais ou menos generalizada. Contudo, acompanhando esse fenômeno, verificamos um deslocamento, em termos quantitativos, da importância ou do destaque da instituição nas províncias brasileiras. Se durante boa parte do século XIX as atividades haviam se concentrado naquelas províncias citadas por Barata, a partir de 1870, o quadro já era diferente. No Rio Grande do Sul, houve um desenvolvimento das atividades maçônicas bastante acelerado, revelado pelos dados estatísticos relativos a 1873, constantes no Quadro 1.

Quadro 1: Distribuição de lojas maçônicas no Brasil no ano de 1873

Província	Nº de lojas
Alagoas	3
Amazonas	1
Bahia	5
Ceará	1
Maranhão	4
Minas Gerais	13
Pará	7
Paraíba	1
Paraná	4
Pernambuco	11
Poder Central -município do Rio de Janeiro	25
Rio de Janeiro	8
Rio Grande do Norte	2
Rio Grande do Sul	17
Santa Catarina	2
São Paulo	16
Sergipe	2
Total	122

Fonte: ARÃO, Manoel. Op. cit. p. 394.

[330] BARATA, Alexandre Mansur. Os maçons e o movimento republicano (1870-1910). *Locus, Revista de*

O Grande Oriente Unido, como foi mencionado na primeira parte, surgiu de um acordo entre os dois círculos e durou menos de um ano. Depois do novo rompimento, os Beneditinos se mantiveram com o nome da unificação, ao passo que o Lavradio voltou a usar o seu nome anterior. Dos dados nacionais de 1873, merece ser destacado ainda que, do total de 122 lojas em funcionamento regular, 51 pertenciam ao Círculo dos Beneditinos; 31, ao Círculo do Lavradio e 40 foram fundadas depois do estabelecimento do Grande Oriente Unido. Por meio desses dados oficiais da maçonaria brasileira, podemos constatar que o Rio Grande do Sul, já em 1873, aparecia como o segundo centro maçônico nacional, somente ficando atrás do município do Rio de Janeiro, sede do poder central maçônico; além disso, ficava à frente de províncias não só tradicionalmente centros maçônicos como com populações maiores. Assim, frente à pequena expressão numérica verificada entre 1857 e 1871, constatamos um rápido crescimento na década posterior.

Se, de 1872 a 1882 (dez anos), foram fundadas 38 novas lojas maçônicas no Rio Grande do Sul, de 1873 a 1875, ou seja, em dois anos, surgiram 22 lojas. Os dados são os seguintes:

Quadro 2: Fundação de lojas maçônicas no Rio Grande do Sul de 1872 a 1882

ANO	LOJA	CIDADE	POTÊNCIA
1872	Concórdia do Uruguai	Uruguaiana	GOP
1872	Tolerância	Porto Alegre	GOU
1873	Estrela do Sul	Bagé	GOB
1873	Rocha Negra	São Gabriel	GOU
1873	Caridade Santanense	Livramento	GOU
1873	Fraternos do Sul	São Gabriel	GOB
1873	Trinfo da Razão	Alegrete	GOU
1873	São José	São José do Norte	GOB
1873	Indivisível	Santa Vitória do Palmar	GOU
1873	Fraternidade e Honra	Pelotas	GOU
1873	Vigilância e Fé	São Borja	GOU
1873	União Pedritense	D. Pedrito	GOU
1873	Cruzeiro do Sul II	Uruguaiana	GOU
1873	Filantropia	Rio Grande	GOB
1874	Filantropia Riopardense	Rio Pardo	GOU
1874	Progresso Municipal	Cachoeira	GOU
1874	Luz e Trabalho	Santa Maria	GOB
1875	Boca do Monte	Santa Maria	GOU

História. v. 1. n. 1. Juiz de Fora: 1995. p.132.

1875	União Lavrense	Lavras	GOU
1875	Progresso Itaquiense	Itaqui	GOU
1875	União e Força	Montenegro	GOU
1875	Filantropia Rosariense	Rosário	GOU
1875	Zur Eintracht	Porto Alegre	GOU
1875	Trinfo da Razão	Porto Alegre	GOU
1876	Concórdia III	Passo Fundo	GOU
1876	Estrela do Oriente III	São Leopoldo	GOU
1876	Redenção	(sem informações)	GOB
1876	Virtude e Caridade	Porto Alegre	GOB
1876	Escudo da Virtude	Porto Alegre	GOB
1877	Honra e Glória	Piratini	GOB
1877	Triunfo da Razão	São Jerônimo	GOU
1877	Silêncio II	Canguçu	GOB
1877	Harmonia Cruzaltense	Cruz Alta	GOB
1877	Luz de Itapoã	Itapoã	GOB
1878	Os homens perante Deus	Quaraí	GOB
1879	Força e União	Novo Hamburgo	GOU
1880	Lessing	Santa Cruz do Sul	GOU
1882	Rio Branco	Pelotas	GOB

Fonte: DIENSTBACH, Carlos. Op. cit. v. 1. p. 53-54

Pode-se observar que, entre os maçons gaúchos, a vertente maçônica preferida no período foi a politicamente mais radicalizada. Se, no período anterior a 1850, a maioria das lojas haviam sido fundadas pelo Grande Oriente do Passeio, nesse novo contexto da evolução maçônica no Rio Grande do Sul, os Beneditinos e, mais tarde, até 1883, o Grande Oriente Unido mantiveram a hegemonia nacional e regional. Em termos nacionais, em 1876, o Grande Oriente Unido tinha em funcionamento 189 lojas; por sua vez, o Grande Oriente do Brasil, do Lavradio, apresentava, no mesmo período, um total de 96 na mesma condição.

O quadro da hegemonia nacional exercido pelo GOU em 1876 confirma a forte presença dos maçons gaúchos pertencentes a essa potência nacional, visto que o Rio Grande do Sul se apresenta em terceiro lugar em número de lojas, tendo sido contabilizadas 22 em atividades naquele ano. Esse número só foi ultrapassado pelo município do Rio de Janeiro, sede do poder central, que contava com 31 lojas em atividade, e por São Paulo, com um total de

27. Assim como na maior parte do país[331], essa vertente maçônica foi, portanto, a responsável pela fundação da maior parte das lojas do período.

Os dados estatísticos referentes ao período de 1872 a 1882 demonstram, então, a vitalidade da maçonaria regional. Nesse contexto, isto é, no transcorrer da década de 1870, acirrou-se o relacionamento conflituoso entre maçonaria e Igreja Católica, expresso especialmente na *questão religiosa,* estando em jogo na disputa dois projetos diferentes para a sociedade brasileira. O embate se deu entre duas correntes de pensamento das quais as duas instituições foram seus melhores representantes: o pensamento *liberal* e *cientificista* e o pensamento *católico-conservador,* movido pela política papal da *romanização*. Identificada com o primeiro, a maçonaria nacional ofereceu aos liberais e cientificistas alguns dos principais intelectuais e políticos defensores da laicização da sociedade.

A superioridade numérica da vertente beneditina e, depois, do Grande Oriente Unido no Rio Grande do Sul acompanhou os centros maçônicos mais importantes do país[332], senão vejamos: das 38 lojas fundadas no período, 23 foram de iniciativa do GOU e 15 do GOB. Observamos também que, a partir de 1876, ocorreu uma pequena retomada no número de iniciativas do GOB em fundar ou reerguer lojas na província, cuja predominância parece ter estado vinculada principalmente ao contexto em torno da questão religiosa. Isso porque os ânimos acirrados dos liberais os impulsionaram a fortalecer a vertente maçônica que melhor combatia o pensamento católico-conservador. O cartograma 3 demonstra a expansão da maçonaria no período.

---

[331] Conforme BARATA, Alexandre Mansur. Os maçons e o movimento republicano (1870-1910). Op. cit. p. 133: "Já nas regiões Sudeste e Sul, o movimento maçônico se destacou por sua extensão e homogeneidade. Em Minas Gerais, durante a década de 70 do século passado, ocorreu um crescimento bastante expressivo, com a fundação de aproximadamente 37 novas lojas maçônicas, a maioria delas instaladas pelo Grande Oriente dos Beneditinos".

[332] Além dos dados apresentados no quadro, localizamos notícias do funcionamento de outras lojas pertencentes ao Grande Oriente Unido no Rio Grande do Sul, que são as seguintes: a Nova Aurora em Jaguari; Comércio e Indústria em Pelotas; Concórdia em Caxias; Firmeza e União em São Luiz; Fraternidade em Bagé; Honra e Humanidade em Pelotas; Luz e Ordem em Porto Alegre, Progresso e Humanidade em Porto Alegre (deve ter recebido novo cadastro, pois não havia adormecido desde a fundação em 1855); Santa Cruz em São Luiz e União Constante em Rio Grande. A maior parte dessas lojas já funcionava antes de 1872 e aderiu a essa potência nacional.

Cartograma 3: Lojas em funcionamento na província em 1875 por poder central[333]

[333] Em relação ao Cartograma 3: o mapa referente ao ano de 1872 foi extraído de FELIZARDO, Júlis Netto. *Evolução Administrativa do Rio Grande do Sul*: criação dos municípios. Porto Alegre: Igra, 1965. p. 22; conforme Fundação de Economia e Estatística. *De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul* (Censos do RS de 1803-1950). Porto Alegre, 1981. p. 45, em 1875, existiam 38 municípios na província de São Pedro do Rio Grande do Sul (8 municípios a mais que no ano de 1872); os dados referentes à distribuição das lojas maçônicas na província têm origem em pesquisa da autora, a partir da documentação e bibliografia já mencionadas.

Na década de 1883-1892, percebe-se uma diminuição considerável em termos de fundação de lojas no Rio Grande do Sul, pois os números, se comparados aos da fase anterior, chegam a surpreender. Localizamos registros da fundação de apenas quatro novas lojas[334], dado esse que pode ser revelador das divergências de fundo no interior da maçonaria. Ainda, aliados aos posicionamentos anticlericais da instituição, outros dois movimentos que cresceram a partir da década de 1870, o republicanismo e o abolicionismo, afetaram em muito a instituição, uma vez que foram recebidos de forma diferenciada pelos maçons brasileiros e maçons gaúchos. Referimo-nos à presença de maçons que assumiram publicamente posições republicanas e abolicionistas, como foi o caso de Saldanha Marinho, em nível nacional, e de maçons que se mantiveram fiéis à monarquia e receosos quanto à abolição da escravatura até seus momentos finais.

Essas divergências abalariam em muito a organização da maçonaria no Brasil e no Rio Grande do Sul, especialmente quando da sua intensificação na década de 1880. No caso do último, a predominância exercida pelo Partido Liberal sobre a maior parte dos pedreiros-livres foi um fator diferenciador do restante do país, aspecto que retomaremos logo a seguir e que se constituiu numa marca própria da maçonaria gaúcha.

Antes disso, porém, abordaremos os problemas em torno da grande unificação maçônica nacional de 1883, a qual alterou a configuração da instituição nas décadas posteriores. De antemão, podemos afirmar que o acordo de unificação nacional de 1883 não foi bem recebido pelos maçons gaúchos, principalmente por aqueles vinculados às lojas pertencentes ao Grande Oriente Unido. Basta ver que, no universo de 37 lojas em funcionamento em 1875, 22 *abateram colunas* nos anos seguintes à unificação[335], e, do total identificado das lojas que deixaram de funcionar, 19 pertenciam ao Grande Oriente Unido.

---

[334] Foram as lojas: em 1883, a Esperança e Fé em Taquari; em 1887, a Força e Fraternidade em Caxias do Sul; em 1891, a Filantropia e Progresso em Itaqui e, em 1892, Luz e Progresso de Porto Alegre.

[335] As lojas que *abateram colunas* entre os anos próximos à unificação 1882-1884 foram as seguintes: Triunfo da Razão de Alegrete; Cruzeiro do Sul e Fraternidade de Bagé; Silêncio II de Canguçu; Harmonia Cruzaltense de Cruz Alta; União Pedritense de D. Pedrito; União Lavrense de Lavras do Sul; União e Força de Montenegro; Fidelidade e Firmeza, Luz e Ordem, Progresso da Humanidade e Tolerância de

Entre os fatores geradores desse fenômeno, visto que caiu praticamente pela metade o número de lojas em funcionamento na época, as condições políticas internas e externas devem ser novamente mencionadas. Em primeiro lugar, estariam o número insuficiente de filiados e os problemas de ordem financeira, que podem ter acelerado o fechamento de muitas oficinas. Apesar de, realmente, as dívidas das lojas serem cobradas com rigor pelos órgãos administrativos maçônicos centrais - as quais tinham, obrigatoriamente, que saldá-las para serem consideradas regulares - nesse contexto, não acreditamos que essas razões tenham se constituído em causa principal para tantos *adormecimentos*.

A recusa de um setor importante da maçonaria regional em aceitar a unificação maçônica esteve, então, muito mais relacionada às posições políticas assumidas pelos maçons no *mundo profano*[336], isto é, no mundo exterior à instituição, que penetrava no interior das lojas, gerando divergências, conflitos e enfraquecendo a ordem. Para exemplificar, republicanismo ou monarquismo, abolição da escravatura imediata ou gradual dividiam cada vez mais os pedreiros-livres brasileiros e gaúchos. Já na década de 1870, a questão episcopo-maçônica dera mostras de que a secularização da sociedade brasileira viria acompanhada de outras transformações, com cujos caminhos nem todos os maçons concordavam. Igualmente, o fim do regime escravocrata e do sistema monárquico brasileiro, antes de ser resultado de uma ação planejada da maçonaria, como querem muitos historiadores maçons, gerou problemas internos de difícel solução.

No Rio Grande do Sul, a adesão ao republicanismo no meio maçônico não foi tão visível como, por exemplo, no Rio de Janeiro. Entre os fatores dessa

---

Porto Alegre; Os homens perante Deus de Quaraí; Filantropia de Rio Pardo; Filantropia Rosariense de Rosário do Sul; Indivisível de Santa Vitória do Palmar; Luz da Serra de Santo Ângelo; Concórdia do Sul de Uruguaiana e Luz de Itapoã em Viamão. Além dessas, a Comércio e Indústria e a Fraternidade e Honra de Pelotas e a Concórdia III de Passo Fundo deixaram de funcionar num período próximo, mas sem confirmação de datas.

[336] PACE, Carlos. Op. cit. p. 32, indica uma pista para as razões do fechamento de tantas lojas na província quando do acordo de 1883. Segundo o autor, ao se referir a uma oposição isolada da loja Aurora Escocesa, que não quis entrar na fusão: "Essa Loj∴ publicou em 14 de novembro de 1882 um manifesto convocando os antigos membros do Or∴ Bras∴ a se reunirem sob o malhete do Conselheiro Gaspar Silveira Martins: mas bem poucos responderam a esse convite e o próprio Gr∴ Mest∴ não o julgou sério".

pouca resistência inicial, estão certamente, como já mencionamos, os relacionados com a predominância do Partido Liberal na província, principalmente a partir da década de 1870. Importante, nesse sentido, é observar que a instituição maçônica ganhou impulso e se expandiu justamente com a consolidação desse partido e de suas principais lideranças. Além disso, essa predominância, ao mesmo tempo em que neutralizou ou atrasou em muito as iniciativas de propaganda e organização republicana, manteve-se como opção para a maioria dos maçons gaúchos até os momentos finais da monarquia.

Assim, a predominância do Partido Liberal no Rio Grande do Sul[337] foi também um marco na expansão das atividades maçônicas no estado, tornando-se a opção preferencial dos maçons gaúchos. Essa opção pode ser explicada, do ponto de vista ideológico, pelo seu reformismo programático, ainda que evitassem as questões mais polêmicas, como, por exemplo, a escravidão. Apesar das denúncias que fizera às coligações anteriores entre liberais e conservadores, o Partido Liberal apresentou muito pouco das posturas do liberalismo clássico[338]; mesmo assim, demarcou terreno com o Partido Conservador, o que certamente influiu na adesão da maioria dos dirigentes maçons a essa agremiação. Antunes Paranhos resume assim o programa básico dos liberais:

> *O programa dos liberais gaúchos ficou bem definido no manifesto que Félix da Cunha e Silveira Martins dirigiram, em 30 de junho de 1863, ao Rio Grande do Sul. Este manifesto condensava os seguintes princípios: soberania nacional, responsabilidade do ministros, temporariedade do senado, eleição direta, representação da minoria, independência da magistratura, liberdade individual, emancipação da navegação de cabotagem, serviço militar obrigatório, descentralização administrativa, reforma das municipalidades, etc*[339].

---

[337] Conforme ANTUNES, Deoclécio Paranhos. Op. cit. p. 225-241, a formação do Partido Liberal se desenvolveu em quatro fases: a primeira corresponde à fase do Partido Nacionalista ou Nativista; a segunda seria o Partido Liberal-Exaltado ou Farroupilha; a terceira fase é a do Partido Santa Luzia; logo a seguir, o Partido Progressista ou Liberal e, por fim, o Partido Histórico ou Liberal-Radical.
[338] PICCOLO, Helga I. L. *Vida política no século 19.* Op. cit. p. 54.
[339] PARANHOS, Deoclécio Antunes. Op. cit. p. 235.

A par das dificuldades de unificação interna dos conservadores, em 1872, os liberais se constituíam no principal partido político da província[340], só tendo sido desbancados do poder quando da proclamação da República em 1889. Independentemente de questões de ordem propriamente política, tais como descentralização, monarquismo ou republicanismo, os maçons se identificavam dentro da Assembléia Provincial pela defesa intransigente da secularização da sociedade brasileira. A esse respeito, cabe destacar que tal posicionamento não foi exclusivo dos maçons-liberais, visto que também os maçons-conservadores fechavam questão nesse mesmo ponto fundamental. Porém, a repercussão da questão dos bispos, iniciada em 1872, constituiu-se em momento importante e, até mesmo, decisivo na opção dos maçons pelo Partido Liberal. Helga Piccolo nos informa a respeito do tema:

> *Foi na oposição que o partido ampliou o seu programa. A 'questão religiosa' o levou a tomar posição a favor da separação entre Igreja e Estado, o que teria desdobramentos políticos. Na busca de uma ampliação de suas bases políticas, o partido procurou cooptar os imigrantes/colonos alemães, majorita-riamente protestantes e que seriam benefiaciados com o fim de uma religião oficial no Brasil. Corolário desta tomada de posição, foi a defesa, que o Partido Liberal fez, do voto aos acatólicos naturalizados brasileiros*[341].

Nos debates parlamentares da Assembléia Provincial, é possível verificar, de fato, quais eram as propostas ou projetos que tinham uma identificação com posicionamentos maçônicos, entre eles, a defesa do voto aos acatólicos referida anteriormente e que foi um momento especial do embate maçônico[342]. Antes disso, já havia uma mobilização dos liberais e, particularmente dos maçons, quanto à defesa da secularização dos cemitérios,

---

[340] O Partido Conservador, apesar de ter sido vitorioso nas eleições de 1869, rearticulado com os progressistas, não conseguiu se manter por muito tempo no poder. Segundo PICCOLO, Helga I. L. *A vida política no século 19*. Op. cit. p. 57, as desavenças internas enfraqueciam o partido, mesmo quando no cenário político nacional os conservadores estavam no poder.

[341] Idem, p. 60-62.

[342] A confirmação dessa proposta se deu em 1881, através da Lei Saraiva.

isto é, transferir para os poderes públicos a sua administração; com isso, retirar-se-ia da Igreja o monopólio exercido por ocasião de mortes e sepultamentos[343]. Outro momento de participação maçônica foi quando de projetos que envolviam a questão da educação, tendo os maçons defendido o ensino em língua alemã nas escolas localizadas em áreas de colonização[344].

O anticlericalismo maçônico observado em nível parlamentar cresceria ainda mais nas décadas posteriores. A atuação maçônica homogênea no campo político-partidário se evidenciava principalmente quando envolvia uma disputa com a Igreja Católica; nas demais temáticas, os posicionamentos de parlamentares maçons acompanharam, via de regra, suas opções pessoais e político-partidárias. No entanto, a presença de uma maioria de maçons no Partido Liberal não eliminou a presença deles no Partido Conservador, ou seja, maioria liberal e minoria conservadora, eis o quadro de preferência maçônica até a proclamação da República no Rio Grande do Sul.

A título de exemplo, apresentamos no Quadro 3 os dados referentes à presença de dirigentes maçons na Assembléia Provincial no período de 1860 a 1889.

Quadro3: Dirigentes maçons e parlamentares da Assembléia Provincial[345]

MAÇOM	PERÍODO	PARTIDO
Antero Ferreira d'Ávila	1875 a 1878 e 1885 a 1886	PL
Antonio Antunes Ribas	1873 a 1876 e de 1881 a 1884	PL
Antonio Pereira Prestes	1869 a 1872	PL
Antonio Rodrigues Autran	1889	PC
Bernardino de Senna da Costa Feitosa	1887	PC
Cândido Alves Machado	1889	PC
Candido Lopes de Oliveira	1873 a 1876	
Carlos von Koseritz	1883 a 1889	PL
Félix Xavier da Cunha	1863-1864	PL
Fernando Luiz Osório	1875-1876, 1879-1880	PL

[343] Sobre esta questão, ver parte 4 deste trabalho.

[344] Exemplares foram os debates em torno do projeto nº. 23 de 1861, que criava escolas de instrução primária nos distritos coloniais da província. Nos debates, a polêmica girou em torno da questão de se exigir ou não que os professores, no caso das colônias alemãs, dominassem ou não o alemão. In: *Annaes da Assembléia. Legislativa da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul,* sessão de 4 de outubro de 1862, p. 173-179.

[345] As colunas em branco quanto à sigla partidária se devem ao fato de não termos obtido informações nas fontes pesquisadas; somente esses nomes comprovamos na sua condição maçônica.

Florêncio Carlos de Abreu e Silva	1866, 1875 a 1882	PL
Francisco Antonio de Souza	1883 -1884	
Francisco da Silva Moraes	1869-1870	
Francisco de Paula Soares	1858, 1864-66, 1873-80	PL
Francisco Xavier da Cunha	1877- 1878	PL
Gervásio Lucas Annes	1887	PC
Joaquim José Affonso Alves	1848-55, 1857-63, 1873-76, 1879-82, 1885-87	PL
José Manoel de Leão	1879- 1880	
Luiz da Silva Flôres	1875- 1876 e 1879-1880	PL
Manoel Cássio Jacintho da Silveira	1889	PL
Manoel Marques de Souza	1846, 1858-59, 1862- 63	PLP
Pantaleão Paulo Pereira	1873 a 1876	PL
Ramiro Fortes Barcelos	1877 a 1882	PL

Fonte:Pesquisa da autora

No campo específico de atuação político-partidária, a maçonaria gaúcha não tomou posições explícitas favoráveis a uma ou a outra sigla partidária. Na documentação pesquisada, principalmente na imprensa maçônica do período, não observamos indicações de uma preferência ou orientação partidária explícita ou implícita. Assim, a tendência verificada da presença maior de dirigentes maçons pelo Partido Liberal deve ser explicada muito mais pela sua própria opção e interesses pessoais do que por razões ligadas à ordem. Ressalta-se novamente: somente quando às questões político-partidárias envolviam o tema Igreja Católica é que se percebem posicionamentos maçônicos mais visíveis e uniformes. Esse foi o caso do pleito eleitoral de 1876, um raro momento em que a imprensa maçônica dirigiu um alerta aos seus membros a respeito das eleições para o parlamento nacional. Koseritz, político e proprietário da folha maçônica *Acácia,* dirigiu-se aos maçons da província nestes termos:

> *Enquanto os partidos políticos perante a urna pleiteavam a eleição primária, que é propriamente política, nos abstivemos de tratar da única candidatura ultramontana que aparece nesta província.(...). Hoje estamos em nosso pleno direito, dizendo aos eleitores que pertencem à nossa Sublime Ordem, que como maçons não podem nem devem votar no Dr. José Bernardino da Cunha Bittencourt, amigo e defensor dos jesuítas, comendador do papa, congratulante dos bispos de Olinda e do Pará e*

> *inimigo acerrimo de nossa Ordem, como prova uma carta a pouco publicada pela folha liberal desta capital*[346].

No campo parlamentar, José Bernardino da Cunha Bittencourt[347] foi o grande inimigo da maçonaria no Rio Grande do Sul. Católico convicto, ele buscou identificar maçons e propostas maçônicas na Assembléia Provincial gaúcha, objetivando a sua rejeição; além disso, pressionou seu partido, o Conservador, para que inviabilizasse candidaturas de maçons. Nesse sentido, no mesmo número da folha maçônica referida anteriormente, Koseritz explicou a tentativa de excluí-lo daquele pleito. Segundo ele, o seu nome como membro da loja Zur Eintracht e o do venerável da loja Luz e Ordem, Alexandre Bernardino de Moura, haviam sido contemplados na chapa do Partido Conservador; contudo,

> *exigiu o Dr. José Bernardino da Cunha Bittencourt, a nossa exclusão e por tal forma apaixonou-se no pleito que conseguiu impor a sua vontade a alguns chefes do partido que anunciaram a exclusão de nossos nomes, porque o Sr. Bittencourt estabeleceu o dilema: 'Ou eles ou eu!'. Era justo: o defensor dos Jesuítas, o ultramontano exaltado não podia tolerar que numa chapa a que pertencia ele próprio, figurassem os nomes de dois excomungados veneráveis de loja!.*[348]

Nesse conflito, saiu-se vitorioso o parlamentar do Partido Conservador José Bernardino da Cunha Bittencourt, que foi eleito para a Câmara dos Deputados na 16ª legislatura, impedindo, desse modo, uma possível eleição de dois dirigentes maçons. Somente em 1883 é que Carlos von Koseritz obteve

---

[346] *A Acácia - folha maçônica.* 1876, ano 1, nº. 42. p. 1.

[347] José Bernardino da Cunha Bittencourt, porto-alegrense nascido em 1827 e falecido na mesma cidade em 1901. Cursou a Faculdade de Medicina no Rio de Janeiro, formando-se em homeopatia aos 23 anos. Retornou a Porto Alegre em 1852, iniciando uma importante carreira política ligada ao Partido Conservador. Foi representante na Assembléia Provincial nas seguintes legislaturas: 1854-1857, 1860-1863, 1866, 1869-1870, 1883-1884, 1889; foi deputado na Câmara dos Deputados nas legislaturas de 1869-1872 e em 1877. Teve participação importante na criação da Escola Normal, no curso de Infantaria da Escola Militar e no Seminário Episcopal. VILLAS-BÔAS, Pedro Leite. *Dicionário bibliográfico gaúcho*. Porto Alegre: EST/Edigal, 1991. p. 36, e PORTO ALEGRE, Achylles. *Homens ilustres do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Typ. do Centro, 1916, p. 124-126.

[348] Idem, p. 4.

vitória, candidatando-se pelo Partido Liberal e passando a integrar a Assembléia Provincial do Rio Grande do Sul. Não localizamos nenhum outro momento importante em que a maçonaria gaúcha, ou seus porta-vozes, tenham se manifestado junto aos seus filiados orientando-os sobre temas partidários.

Além desse quadro de neutralidade quanto às opções partidárias, a segunda fase da história da maçonaria gaúcha ainda se caracterizou pela sua consolidação definitiva, do que é prova a presença de oficinas de pedreiros-livres em praticamente todas as cidades e vilas da província, confirmando a expansão da instituição[349]. Como já foi mencionado, a sua expansão e consolidação se verificaram nos quadros de predominância da vertente maçônica nacional mais radicalizada. Aliás, tal crescimento deveu-se em muito à ação expansionista do Grande Oriente dos Beneditinos e, depois, do Grande Oriente Unido nas principais regiões do Brasil.

Nesse contexto, a crise ocorrida quando da unificação da maçonaria nacional em 1883, que ocasionou o fenômeno do adormecimento de um número bastante expressivo de lojas, inclusive no Rio Grande do Sul, deve ser creditado em muito aos diferentes posicionamentos políticos existentes no interior da instituição nacional e gaúcha. Frente ao acirramento da crise política e social manifesta no crescimento do movimento abolicionista e no republicano nos anos finais do regime monárquico brasileiro, a tradicional liberdade de opção política dos pedreiros-livres foi colocada em questão; assim, a disputa política entrou nas lojas maçônicas ocasionando seu enfraquecimento naqueles anos de crise.

Nesse ponto, é necessário novamente referir o movimento republicano no Rio Grande do Sul, já que não ocorreu uma tendência tão forte dos maçons gaúchos em assumirem o republicanismo como ocorrera com seus pares, principalmente no Rio de Janeiro. Partimos, então, da constatação de que, no estado, no período anterior à proclamação da República, a maçonaria, ou suas principais lideranças, não assumiu a bandeira republicana com muito vigor. Essa constatação tem por base a análise da imprensa maçônica gaúcha do período e o

[349] A consolidação se efetivou independentemente da grande diminuição de lojas verificada entre os anos de 1883-1892, pois a instituição manteve algum tipo de relacionamento com os maçons sem vínculo orgânico nas cidades.

comportamento político observado através do quadro de dirigentes maçons regionais[350]. No caso da imprensa maçônica, e isso já foi dito, a maior parte dos espaços eram dedicados a matérias ou artigos de cunho anticlerical, não se tendo observado campanha ou mesmo mobilização de espécie alguma que se relacionasse à defesa da República.

As notícias que tratam do líder maçom e republicano Saldanha Marinho dão destaque quase que exclusivamente à campanha pela separação Estado/Igreja; quanto à política, as opiniões e notícias são esparsas e vagas. Entretanto, observa-se que a ausência de conexão entre vertente maçônica nacional e a regional, no concernente a posições políticas, deve-se ao fato de a maior parte dos dirigentes maçons, pelo menos os de maior destaque, se manterem monarquistas por mais tempo. Dito de outra forma, se, em nível nacional, a vertente maçônica politicamente mais radical acabou por assumir e conduzir o movimento republicano a partir de 1870, o mesmo não aconteceu no Rio Grande do Sul. Aqui, foi somente a partir da década de 1880 que os republicanos se organizaram efetivamente em clubes e num partido.

Foi também na década de 1880 que passamos a perceber a presença de dirigentes maçons entre os adeptos da República[351], ou seja, cresceu o número de lideranças maçônicas entre os republicanos nos últimos anos do período imperial. Assim, na década de 1870, quando explodiu no centro do país a campanha republicana, os gaúchos mantiveram-se pouco receptivos ao discurso republicano em razão do atraso nessa recepção; daí a fragilidade de uma *tradição republicana* no Sul. Nesse sentido, e a par do suposto republicanismo farroupilha, as observações de Paranhos confirmam que, entre 1845 e 1870, as poucas vozes republicanas não ganharam repercussão:

> *No Rio Grande do Sul, depois da pacificação da província, houve como um amortecimento no*

[350] Ver Quadro de dirigentes maçons no Rio Grande do Sul (Anexo 1).

[351] Conforme SPALDING, Walter. Propaganda e propagandistas republicanos no Rio Grande do Sul. In: *Revista do Museu Júlio de Castilhos e Arquivo Histórico do Estado do Rio Grande do Sul.* 1952, ano 1, n. 1, p. 62-63, quando trata da organização do Clube Republicano em 1881 (Porto Alegre), relaciona 38 membros do dito clube. Desses, identificamos 11 como dirigentes maçons, sendo eles: Ramiro Fortes Barcelos, Francisco Cunha, Jorge Reis, Venâncio Aires, Marçal Pereira Escobar, Antônio Pedro Caminha, Germano Hasslocher, Aparício Mariense da Silva e Júlio Garcia Trois. Ver Anexo 1.

> *republicanismo dos farrapos. É que aquele republicanismo sublimado pelo sangue derramado de tantos mártires da idéia nova necessitava, para completa pacificação dos ânimos, de uma calmaria sem pregações. Mas os veros republicanos da revolução de 1835, embora tenham depois da pacificação engrossado as fileiras mais adiantadas dos liberais, jamais fizeram apostasia dos ideais esposados durante o decênio sangrento*[352].

Em 23 de fevereiro de 1882, organizou-se efetivamente o movimento republicano na província, com a fundação do Partido Republicano Rio-Grandense. A partir desse período, é possível localizar com maior freqüência a presença de maçons em ações organizativas republicanas, tanto nos clubes quanto em órgãos de imprensa. Rastreando as referências bibliográficas e fontes primárias, chegamos a alguns nomes de dirigentes maçons importantes e que podem ser considerados *republicanos históricos*[353]. São eles: Francisco Xavier da Cunha, Ramiro Barcellos, Aparício Mariense da Silva, Francisco Fontoura Nogueira da Gama, Augusto Uflacker, Venâncio Aires, Fernando Abbott e Joaquim Antônio da Silveira. Desses, dois haviam sido parlamentares pelo Partido Liberal, ainda que publicamente se identificassem com o movimento republicano, a saber: Ramiro Barcellos, deputado provincial nas legislaturas de 1879-1880 e 1881-1882, e Francisco Xavier da Cunha, na legislatura de 1877-1878.

O republicanismo não foi assumido pela maçonaria gaúcha com muita intensidade, de forma que a adesão de dirigentes maçons até a convenção de 1882 foi isolada e não repercutiu no interior da instituição. Essa realidade foi profundamente alterada com a vitória republicana em 1889, quando, de fato,

---

[352] PARANHOS, Deoclécio Antunes. Op. cit. p. 257.

[353] Procuramos republicanos em Palmeira das Missões, os quais, em 1876, teriam organizado um centro republicano; no clube republicano fundado em Porto Alegre em 1878; nos núcleos republicanos de Itaqui, São Borja, São Gabriel, Cachoeira, Jaguarão, Passo Fundo, Pelotas e Caçapava do Sul. Além disso, verificamos o jornal republicano fundado por Francisco da Cunha Xavier, editado em 1872, em Porto Alegre, A *Democracia.*

houve uma verdadeira debandada de dirigentes maçons para o PRR. Foi o que aconteceu com Germano Hasslocher[354]:

> *Militou inicialmente no Partido Liberal e escreveu em 'A Reforma', jornal daquele partido. Mas em plena Revolução Federalista aderiu ao Partido Republicano, escrevendo contra seus antigos correligionários o libelo 'A verdade sobre a revolução'(...). Foi jornalista brilhante, mas agressivo, envolvendo-se em frequentes polêmicas. Em várias oportunidades investiu contra o clero e as ordens religiosas*[355].

Em termos factuais, a historiografia maçônica utiliza com freqüência um episódio que confirmaria uma grande influência da maçonaria no movimento republicano no Rio Grande do Sul, a saber: a *Moção de São Borja* ou a *Questão das Câmaras Municipais,* proposta que foi de autoria do dirigente maçom, republicano histórico da cidade de São Borja, Aparício Mariense da Silva.

Em janeiro de 1888, e dadas as notícias sobre a péssima saúde do imperador, Aparício conseguiu aprovar uma resolução na Câmara Municipal de São Borja para a realização de um plebiscito que determinaria se haveria ou não um terceiro reinado após a morte de d. Pedro II. Tal moção, por ser oriunda de um membro de um clube republicano do interior da província, é com freqüência mencionada pela historiografia maçônica como comprovadora dos vínculos estreitos entre maçonaria e movimento republicano; originalmente, a referida moção teria partido do interior da loja Vigilância e Fé da cidade de São Borja. Segundo Carlos Dienstbach, a iniciativa é confirmada pela ata da reunião de 21 de fevereiro de 1887 da mesma loja, portanto quase um ano antes da sua aprovação pela Câmara Municipal, por meio da qual é possível observar que a iniciativa foi, de fato, do *irmão* Aparício Mariense da Silva. Da referida ata, retiramos ainda o seguinte:

---

[354] Germano Hasslocher nasceu em Santa Cruz do Sul em 1862 e faleceu na Itália em 1911. Advogado, jornalista e político, iniciou o curso de Direito na Faculdade de São Paulo, porém diplomou-se na Faculdade do Recife em 1883. Foi deputado à Assembléia dos Representantes na legislatura de 1897/1900 e, depois, deputado federal de 1900 até sua morte. FRANCO, Sérgio da Costa. *Porto Alegre: guia histórico*. Porto Alegre: Editora da Universidade/Ufrgs, 1992. p. 206.

> *O monarca atual tem a sua existência minada por uma enfermidade terível e incurável, seus dias estão contados. Amanhã o trono, por uma lei absurda, pertencerá a Isabel. O jesuitismo invadirá o solo do Brasil e a serpente terrível enroscando-se no lar, no seio da família, contaminará a sociedade com seu veneno subtil, embrutecendo-a, fanatizando-a. O período da Regência foi um exemplo, a questão religiosa uma lição. É a maçonaria, que é uma sentinela postada para prevenir os assaltos dos corvos de sotaina, terá concorrido com sua indolência, para transformação da nossa vida social. É necessário que ela se levante, opondo-se fortemente, no caso fatal da morte do Imperante, à sucessão de Isabel - a fanática*[356].

Ao que consta, depois de aprovada pela loja maçônica à qual pertencia, Aparício Mariense da Silva encaminhou a moção à Câmara Municipal, onde também obteve aprovação. Poderíamos considerar, em relação ao episódio, que, em 1888, o republicanismo já havia conquistado um número maior de adeptos. Além disso, entre as razões apresentadas pelos maçons para a realização do plebiscito, aparece novamente o temor maçônico em relação ao jesuitismo. Assim, o fim da monarquia representaria para aqueles maçons de São Borja uma vitória sobre o ultramontanismo católico que os membros da Companhia de Jesus representavam tão bem.

A supervalorização do episódio, que de fato ganhou bastante repercussão, aparece na obra de Morivalde Calvet Fagundes, que o indica como uma das causas da queda da monarquia brasileira, pois, apesar de não executada, houve aprovação e adesão ao projeto por parte de muitas outras Câmaras Municipais. Segundo o autor:

> *A moção foi aprovada, mas não executada. Entretanto, repercutiu pelo Brasil inteiro. Outras Câmaras aderiram ao movimento, como São Luis Gonzaga, Santa Isabel, São Francisco de Assis e Dores do Camaquã. Em Santos, SP, Silva Jardim fez*

---

[355] Idem, p. 206.
[356] Ata transcrita na íntegra por DIENSTBACH, Carlos. Op. cit. v. 4, p. 612-613.

> *um comício em praça pública, além de conferências diárias em São Paulo, contra o 3º reinado*[357].

A moção, que fora, de fato, iniciativa de um maçom e que, ao que consta, teve o apoio da loja maçônica à qual pertencia, pode ser reveladora da presença crescente nos dois últimos anos do período imperial de republicanos na maçonaria. Por outro lado, o argumento principal presente na moção relaciona-se com posicionamentos religiosos, ficando explícito que a questão fundamental para que se tentasse impedir o terceiro reinado era o "perigo jesuítico" e não propriamente a monarquia brasileira. Novamente constatamos que o anticlericalismo, manifesto sobretudo no combate aos jesuítas, foi o mais importante; a questão central para a maçonaria era a separação de Estado/Igreja e isso desde a década de 1870. A adesão ao republicanismo por parte da instituição se deveu, então, especialmente à inviabilidade de ocorrer tal separação no regime monárquico.

Por outro lado, a grande publicidade alcançada pelo episódio se deveu muito mais à habilidade e visão política do líder do PRR, Júlio de Castilhos, do que propriamente à ação conjunta e organizada da maçonaria. Esse o utilizou com o objetivo de desgastar ainda mais o regime político monárquico. Segundo Joseph Love,

> *a moção, proposta na Câmara por um republicano, Aparício Mariense, foi publicada em 'A Federação' a 11 de janeiro. Castilhos transformou a demanda numa causa, à semelhança do que fizera no caso da Questão Militar, e olhou com satisfação a bancarrota do governo imperial quando a Câmara de São Borja foi dissolvida e seus membros sofreram punições. Em outras regiões do Brasil, os republicanos militantes conduziram o clamor em direção a um plebicito nacional*[358].

Percebe-se, então, que o crescimento do movimento republicano no Rio Grande do Sul esteve, de fato, vinculado ao conservantismo assumido pelo

[357] FAGUNDES, Morivalde Calvet. *Revelações da história da maçonaria gaúcha*. Op. cit. p. 47.

Partido Liberal sobretudo a partir do final da década de 1870; igualmente, "o movimento republicano alimentou-se do monarquismo dos liberais"[359]. Somente nos últimos momentos que antecederam a proclamação da República é que houve uma tendência de adesão mais acentuada, que ocorreu com outros segmentos, como, por exemplo, de parte dos integrantes do Partido Conservador.

O ritmo irregular de expansão das atividades maçônicas no Rio Grande do Sul, do qual a década de 1880 foi talvez o melhor exemplo, esteve inserido no contexto de conflitos políticos. Entendemos, então, que o acirramento das lutas políticas, oriundas do crescimento da idéia republicana no país, e o enfraquecimento dos pilares do monarquismo foram responsáveis, em especial no caso gaúcho, por uma queda sensível das atividades maçônicas. Como vimos, metade do total de suas lojas deixaram de funcionar no período da unificação maçônica de 1883, além de somente quatro novas terem sido fundadas de 1883 a 1892.

O crescimento dos conflitos políticos e das lutas sociais na década de 1880 estendeu suas conseqüências para o interior das lojas maçônicas; conseqüentemente as dificuldades de se posicionar e de resolver os conflitos em nível interno enfraqueceram a ordem. Assim, desorganização, enfraquecimento e indefinição foram características da maçonaria gaúcha na passagem do Império para a República, e somente nos anos posteriores à proclamação é que ocorreria uma nova definição da política em geral e da maçonaria em particular. Cabe ainda destacar que boa parte das lojas adormecidas durante esse período seriam reerguidas mais tarde, quando da fundação do Grande Oriente do Rio Grande do Sul, em 1893.

Concluindo, entre os aspectos históricos da maçonaria gaúcha a evidenciar no período, o mais importante diz respeito à permanência de diferenças profundas entre as duas vertentes maçônicas nacionais e à predominância, em nível regional, do grupo vinculado à figura de Saldanha Marinho, dirigente dos Beneditinos e, depois, do Grande Oriente Unido. Os maçons gaúchos preocupavam-se, na sua maioria, com as questões ligadas à

---

[358] LOVE, Joseph. Op. cit. p. 35.
[359] PICCOLO, Helga I. L. *Vida política no século 19*. Op. cit. p. 63.

defesa da secularização da sociedade, as quais, para eles, não estavam, necessariamente, vinculadas à opção do regime político que o país adotara, ou que pudesse adotar no futuro. Enquanto integrantes da elite política e intelectual regional, os pedreiros-livres gaúchos, especialmente os seus dirigentes, fizeram parte do jogo político imperial e acompanharam a tendência política mais forte no Rio Grande do Sul.

Já, do ponto de vista cultural, a luta pela secularização da sociedade e o combate ao jesuitismo revelaram uma geração de intelectuais que contribuíram para que se constituísse uma tradição cultural calcada nos fundamentos do liberalismo e cientificismo no Rio Grande do Sul. Como veremos mais adiante, a defesa da separação Estado/Igreja, ponto mais alto da luta pela secularização, além de demonstrar o anticlericalismo da maçonaria, viabilizou um contato intenso entre a ordem e a sociedade gaúcha. A imprensa, a educação e a caridade foram os caminhos escolhidos pela maçonaria gaúcha como baluartes do combate ao pensamento conservador-católico.

3.4. O federalismo maçônico e o Grande Oriente do Rio Grande do Sul

A última fase da história da maçonaria no Rio Grande do Sul do século XIX esteve inserida no contexto da mudança do regime monárquico para o republicano. Foi nesse momento e durante a Revolução Federalista que uma parcela importante da maçonaria gaúcha rompeu relações com o poder central brasileiro, o Grande Oriente do Brasil. Portanto, a criação do Grande Oriente do Rio Grande do Sul, em 1893, fez parte da eclosão de um tipo particular de movimento federalista, levado para o interior da organização maçônica. Barata informa sobre o federalismo maçônico:

> *A década de noventa do século passado marcou, contudo, uma nova etapa para a organização maçônica brasileira. Paralelamente à instalação da ordem republicana federalista, o Grande Oriente do Brasil agitou-se novamente. Muitas lojas passaram a*

> *questionar a autoridade do Grande Oriente do Brasil como Obediência Central, ocorrendo também uma federalização da Maçonaria brasileira com a criação de vários Grandes Orientes estaduais autônomos e independentes, como: Grande Oriente Paulista (1893), Grande Oriente e Supremo Conselho do Rio Grande do Sul (1893), Grande Oriente Mineiro (1894). A Maçonaria como a República, federaliza-se*[360].

O aparecimento do movimento federalista maçônico pela criação de grandes orientes estaduais teve como ponto de partida a maçonaria paulista. A tendência de descentralização político-administrativa da maçonaria brasileira se espalhou rapidamente pelos principais estados brasileiros. No estado, o clima de radicalização política observado após o advento da proclamação da República foi um elemento impulsionador do rompimento. Assim, acreditamos que, entre os fatores que impulsionaram a criação dos poderes maçônicos estaduais autônomos, estiveram a vitória do federalismo em nível político no Brasil, o descaso dos dirigentes nacionais situados no Rio de Janeiro frente às necessidades maçônicas regionais e, no caso do Rio Grande do Sul, a eclosão da Revolução Federalista em 1893.

Concomitantemente a essa situação, cabe salientar que, desde 1883, a maçonaria regional sofria com um movimento de fechamento de lojas. A vertente maçônica majoritária no Rio Grande do Sul não viu com bons olhos o acordo nacional, ou seja, o clima político pós-República e a iniciativa da maçonaria paulista foram vistos pelos gaúchos descontentes como momentos propícios para uma nova rearticulação maçônica regional. Assim, logo que receberam as notícias vindas de São Paulo, três lojas de Porto Alegre assumiram o debate sobre a viabilidade de se repetir no nosso estado o fenômeno paulista.

De forma geral, a historiografia maçônica tem explicado a criação do Gorgs no ano de 1893 principalmente pelo descontentamento de parcela dos maçons gaúchos com a excessiva centralização política do poder central

[360] BARATA, Alexandre Mansur. *Luzes e Sombras*... Op. cit. p. 132.

maçônico e o seu descaso para com as maçonarias regionais, bem como para com os seus problemas. Foi assim que Genro e Rolim Sobrinho trataram o tema:

> *E, tanto eram morosos os contatos com o Poder Central, que se gerou a impaciência no seio da Maçonaria da Província. Diluía-se cada vez mais a ligação das oficinas do Rio Grande do Sul com o Grande Oriente do Brasil e entre as próprias lojas locais. E, em favor de uma aglutinação mais concreta, as Lojas Luz e Ordem, Orientação, Progresso da Humanidade, Hiram e Autonomia, delegaram poderes a integrantes de seus quadros, que se constituíram em Comissão, para estudarem a possibilidade de fundar um Grande Oriente Estadual*[361].

É certo que a vitória do federalismo republicano no nível da organização administrativa brasileira a partir de 1889 influenciou também a maçonaria brasileira; assim, as críticas em relação ao centralismo excessivo dos poderes maçônicos centrais coincidem com as feitas ao próprio centralismo monárquico. Entretanto, mesmo que a organização administrativa maçônica necessitasse de uma reforma que conferisse mais autonomia às maçonarias estaduais, outros elementos foram importantes no caso do Rio Grande do Sul. Nesse sentido, Helga Piccolo indica outras prováveis razões que explicariam a fundação de um grande oriente estadual e autônomo no estado:

> *Castilhos não pertencia aos quadros maçônicos. Embora maçonaria e positivismo não fossem antagônicos, por representarem ambos a ideologia da burguesia liberal, mas com conotações diferenciadas, Júlio de Castilhos precaveu-se. Conseguiu sobrepor-se à maçonaria, abalando-*a *(...). A fundação, em 1893, do Grande Oriente do Rio Grande do Sul - obra do grupo político que seguia a orientação de Castilhos - contribuiu para o*

[361] GENRO, Adelmo Simas e ROLIM SOBRINHO, Luiz Alves. Op. cit. p. 50. As indicações dessas lojas não conferem com as mencionadas na documentação pesquisada. As lojas que tomaram a iniciativa do rompimento foram a Luz e Progresso, Progresso da Humanidade e Luz e Progresso. As mencionadas pelos autores foram criadas para conferir aspecto legal à fundação do Grande Oriente do Rio Grande do Sul.

alijamento dos liberais e a tomada de poder pelos republicanos castilhistas[362].

A autora indica a presença de divergências entre maçons monarquistas e maçons republicanos como uma das razões para o rompimento da maçonaria gaúcha. A fundação do Grande Oriente do Rio Grande do Sul teria, então, sido obra de uma parcela da maçonaria gaúcha que, seguindo a orientação de Júlio de Castilhos, organizara-se no novo grande oriente. Apesar de não ter sido localizado nenhum tipo de documentação maçônica que confirmasse a explicação, não descartamos a hipótese de que tivesse havido mesmo influência do PRR no episódio, por meio da figura de Júlio de Castilhos.

Nesse sentido, percebe-se que, de fato, houve uma aliança, talvez sob o domínio parcial de Castilhos, entre os maçons adeptos da nova organização e o projeto republicano. Os dados que poderiam ser elencados para comprovar essa tese são os seguintes: os principais dirigentes da nova potência maçônica autônoma eram publicamente identificados com o Partido Republicano Rio-Grandense[363]; a maioria das oficinas pertencentes ao Gorgs se concentravam em cidades do norte do estado, onde tradicionalmente o PRR mantinha seus mais fortes aliados (ver Cartograma 4); em contrapartida, as lojas que se mantiveram subordinadas ou fiéis ao GOB se concentravam principalmente em cidades do sul do estado, onde os federalistas tinham sua principal base de apoio (ver mesmo cartograma).

---

[362] PICCOLO, Helga I. L. Religião e participação política. In*: A Revolução Federalista e os teuto-brasileiros*. Op. cit. p. 66-67.

[363] Um rastreamento inicial confirma a presença de um grande número de dirigentes maçons (constantes no Anexo 1) que, em 1893, já pertenciam ao Partido Republicano Rio-Grandense. Esse número revela também que o PRR, assim como anteriormente o Partido Liberal, foi a opção preferencial dos maçons gaúchos na nova fase da vida política gaúcha. Os dirigentes maçons que pertenceram ao PRR são: Affonso Hebert, Alencastro Carneiro Fontoura, Alfredo Westphalen, Antenor Barcelos de Amorim, Antônio Antunes Ribas, Antônio Pedro Caminha, Aparício Mariense da Silva, Arno Philipp, Augusto Henrique Bennett, Benjamin Cortes Rodrigues, Bonifácio Pereira Gomes, Cândido Alves Machado, Coriolano Alves de Oliveira e Castro, Eugênio Veríssimo da Fonseca, Evaristo de Carvalho Júnior, Felippe Bender, Felippe Schmitt, Fernando Abbott, Fernando Setembrino de Carvalho, Francelino Rodrigues Cordeiro, Francisco de Oliveira Neves, Francisco Fontoura Nogueira da Gama, Frederico Augusto Gomes da Silva, Frederico Guilherme Kurtz, Frederico Ortiz, Germano Hasslocher, Gervásio Lucas Annes, Inocêncio Chaves Pinos, Jardelino Gonçalves de Senna, João Antônio Haag, João Pinto Fonseca Guimarães, Joaquim Antônio da Silveira, Jorge Magno Falcão, José Cândido de Campos Júnior, José Carlos Pinto, José Gonçalves de Almeida, Júlio Garcia Trois, Leopoldo Masson, Lybio Vinhas, Manoel Cássio Jacintho da Silveira, Manoel Correa da Câmara, Manoel André da Rocha, Marçal Pereira

Acreditamos que a criação do Grande Oriente do Rio Grande do Sul foi o resultado desse conjunto de fatores e que o encaminhamento inicial dessa proposta se efetivou a partir da iniciativa de três lojas porto-alegrenses, a Luz e Ordem, Progresso da Humanidade e Luz e Progresso, que se mobilizaram a partir de 5 de junho de 1893 para debater a viabilidade do rompimento com o Grande Oriente do Brasil. Imediatamente, foi formada uma comissão central[364] que objetivou encaminhar legalmente o novo grande oriente, sendo também redigido um manifesto à maçonaria gaúcha[365], cuja essência era a justificativa em relação às razões impostas para que ocorresse o rompimento com o Grande Oriente do Brasil. Do manifesto transcrevemos o seguinte:

> *Além de ser a idéia separatista uma das mais nobres e legítimas aspirações que alimentamos, na íntima convicção de que, para transformá-la em vitoriosa realidade, apenas nos cumpria aguardar o momento psicológico, o Poderoso e Sapientíssimo Grande Oriente do Rio de Janeiro veio imprudentemente atirar-nos a luva de desafio, que não podíamos, sem quebra de dignidade, deixar caída no chão da liça; e isso precisamente na ocasião em que apelávamos para a sua magnanimidade, no período mais crítico da nossa atualidade política. A Maçonaria Rio Grandense, prevendo até onde podiam chegar os ódios políticos que se desencadeavam de uma maneira horrorosa no seio da família gaúcha, querendo evitar enquanto era possível, para que não rebentasse, de um momento para outro, a tremenda guerra civil, que é a pior das guerras, como desgraçadamente agora estamos vendo, dirigiu-se à Sap∴ Gran∴ Loj∴ Cen∴, pedindo-lhe a indispensável permissão para poder agir em prol dos nossos Irmãos ameaçados. A Sap∴Gr∴Loj∴Cen∴, nem sequer se dignou de acusar o recebimento da pran∴ em que tão graves e urgentes assuntos eram submetidos ao alto critério de suas poderosas*

Escobar, Miguel José Pereira, Pedro Gonçalves Moacyr, Ramiro Fortes Barcelos, Salathiel Soares de Barros e Venâncio Ayres.

[364] A Comissão Central encarregada de divulgar e organizar o novo grande oriente foi integrada por: Balduíno Röhring, João Pereira Maciel Sobrinho, Affonso Herbert, Joaquim Marques da Cunha, Domingos José Ferreira Bastos, João Damasceno Ferreira e Múcio Scévola Teixeira.

[365] A documentação original do período se encontra no Arquivo do Grande Oriente do Rio Grande do Sul e foi também publicada de forma impressa em boletim datado de julho de 1893 e, de forma parcial, transcrito na obra já referida de Carlos Dienstbach.

> *LLuz∴, quando seus sentimentos humanos deviam fazer pulsar com violência tão generosos corações - ante o iminente risco de vida de tantos brasileiros e as suas consequentes ameaças ao futuro de tantas famílias!*[366]

O texto do manifesto é revelador da apreensão dos dirigentes da maçonaria regional em relação à gravidade da conjuntura política, evidenciada já nos primeiros momentos do conflito sangrento que perduraria até 1895. Além disso, preocupavam-se, sobremaneira, com as repercussões do conflito no interior da maçonaria gaúcha, visto que, entre os participantes da Revolução Federalista, existiam maçons partidários das duas facções em guerra. Os líderes maçons percebiam, sobretudo, a gravidade de uma guerra entre irmãos no interior de uma instituição, cujos princípios éticos baseavam-se em muito na harmonia e solidariedade entre seus membros[367].

O grupo de lideranças maçônicas que assumiram a causa da separação já anteriormente, no final de março daquele ano, havia solicitado ao poder central maçônico uma orientação mais rígida para tentar impedir que o conflito tomasse proporções que poderiam fazer ruir a instituição no estado. Contudo, ao que consta, o poder central do Rio de Janeiro não respondera aos apelos dos gaúchos, desconsideração que se constituiu no principal argumento dos adeptos do separatismo maçônico.

A relação maçonaria e Revolução Federalista foi pouco abordada pelos historiadores maçons, mesmo tendo sido um momento importante da história da ordem no Rio Grande do Sul. Localizamos um único texto em que a temática é abordada de forma específica, um artigo de Morivalde Calvet Fagundes[368] que busca demonstrar um relacionamento íntimo entre a instituição e o movimento revolucionário. Entre as evidências apresentadas, aparece um acontecimento ocorrido no município de Passo Fundo - cenário daquela que é

---

[366] Manifesto de 5 de junho de 1893. Arquivo do Grande Oriente do Rio Grande do Sul.

[367] Apesar de a maior parte dos dirigentes maçons terem assumido a causa republicana e terem se envolvido diretamente no conflito (ver citação nº 131), localizamos alguns dirigentes maragatos. São eles: Ângelo Dourado, Carlos Trein Filho, José Altenhofen, José Farias do Nascimento, Thomás Canfield e Manoel Cássio Jacinto da Silveira.

considerada a principal batalha da referida revolução[369] onde a loja maçônica Concórdia do Sul inaugurou, no local da batalha, no ano de 1900, dois monumentos - obeliscos -, um para cada facção envolvida na revolução, contendo os símbolos maçônicos. Diz ele:

> *A maçonaria local vem preservando e reverenciando devidamente os dois marcos históricos que ali foram eregidos, em memória dos nossos bravos de 1893-95, não só por essa razão fundamental, mas também porque eles foram ali plantados evidentemente por maçons, já que ambos contêm o símbolo maçônico do esquadro e do compasso*[370].

Para o autor, a construção desses dois obeliscos revela o impacto que a revolução exerceu sobre a maçonaria gaúcha, uma verdadeira guerra civil entre irmãos. Apesar de ficar evidente o fato de os maçons terem se dividido entre republicanos e maragatos, alguns historiadores da instituição explicaram a participação desses maçons da seguinte forma: " ela foi alta, mas, sobretudo, para amenizar-lhes os horrores e crueldade, e humanizá-la, como provam os obeliscos levantados em memória de ambos os contendores do combate do Pulador"[371].

Além das repercussões negativas que a guerra fraticida desempenhou sobre a maçonaria gaúcha no período posterior à proclamação da República, devemos levar em conta outro aspecto já mencionado. As relações entre o poder central nacional e a maçonaria rio-grandense já estavam abaladas desde 1883, quando o acordo de unificação maçônica desarticulara em muito a organização da maçonaria regional. Então, a Revolução Federalista de 1893 deve ser vista como uma continuidade daquele processo. Nesse sentido, muitas notícias veiculadas pelo órgão de imprensa oficial da maçonaria brasileira já confirmavam as dificuldades que a instituição gaúcha enfrentava desde 1883. Em

---

[368] FAGUNDES, Morivalde Calvet. *Os maçons: vida e obra.* Rio de Janeiro: Aurora, 1991. O artigo tem como título: Os maçons e a Revolução Federalista de 1893-95, p. 203-213.
[369] Referimo-nos à Batalha do Pulador, ocorrida em 27 de junho de 1894, no distrito passo-fundense de Pulador.
[370] FAGUNDES, Morivalde Calvet. *Os maçons: vida e obra*. Op. cit. p. 209.
[371] Idem, p. 213.

notícia que relata os acontecimentos em torno da eclosão da guerra civil no Rio Grande do Sul, aparece o seguinte:

> *É agora certamente a ocasião de lastimarmos que em cada localidade do Estado do Rio Grande do Sul não exista uma loja maçônica. Os templos maçônicos, onde se reuniriam em uma só família, cidadãos de todas as crenças religiosas ou políticas, seriam um benéfico regulador das relações sociais, onde pela convivência os ódios e paixões consequentes das rivalidades políticas tenderiam a diminuir e mesmo a desaparecer*[372].

Assim, a sensível redução no número de lojas em funcionamento em relação aos números existentes na década de 1870 preocupava as lideranças maçônicas separatistas regionais, tendo sido utilizada também como um argumento a mais para justificar a necessidade da separação. Tal argumento foi explicitado em reunião preparatória do grupo separatista, quando um dos presentes afirmou:

> *O Irm∴ Luís Afonso de Azambuja também teceu diversos motivos, entre os quais de que poucas Lojas restam no Estado das cinquenta e duas (52) que já existiram, motivado pela pouca importância que o Gr∴ Or∴ tem dado às Lojas no Estado, concordando também com a separação*[373].

De fato, se comparado ao período que se estendeu da década de 1870 até o acordo de 1883, de grande vitalidade da maçonaria gaúcha, o período que se seguiu foi extremamente frágil. Em termos quantitativos, localizamos apenas vinte lojas com atividades mais ou menos regulares nos anos imediatamente anteriores ao rompimento de 1893[374]. Coincidentemente, das lojas em

---

[372] Rio Grande do Sul. In: *Boletim do Grande Oriente do Brasil*. 1893, ano 17, n. 12, p. 415-416.
[373] DIENSTBACH, Carlos. Op. cit. v.1, p. 34.
[374] As lojas são as seguintes: em Alegrete, a Triunfo da Razão; em Cachoeira, a Progresso Municipal; em Itaqui, a Filantropia e Progresso Itaquiense; em Jaguarão, a Luz Transatlântica; em Novo Hamburgo, a Força e União; em Pelotas, a Honra e Humanidade e a Rio Branco; em Porto Alegre, a Luz e Ordem e a Progresso da Humanidade; em Rio Grande, a União Constante, a Acácia Rio-Grandense e a Filantropia; em Santa Cruz do Sul, a Lessing, em São Borja, a Vigilância e Fé; em São Gabriel, a Rocha Negra; em

funcionamento em 1892, a grande maioria estava situada na parte sul do estado, onde tradicionalmente o Grande Oriente do Brasil se consolidara com mais força. Nesse ponto, merece ser destacado que certamente houve uma vinculação entre a maçonaria uruguaia e a brasileira, pois todas as cidades da fronteira com o Uruguai mantiveram-se fiéis ao GOB também em períodos posteriores[375].

Apesar dos maçons dissidentes utilizarem com freqüência a justificativa do rompimento em razão de uma tendência federalista já tradicional em terras gaúchas, não localizamos na documentação maçônica a confirmação desse posicionamento. Uma exceção aparece em 1877, quando Carlos von Koseritz manifestou preocupações sobre a necessidade de uma reforma nos estatutos da maçonaria brasileira. No texto, ele faz críticas à organização e às lutas entre as vertentes maçônicas, propondo:

> *O remédio é anular-se os dois orientes atualmente existentes, deixando subsistir os dois Supremos Conselhos dos altos poderes dogmáticos para os seus círculos e rito, e formando-se um único poder legislativo sob o título - Grande Oriente do Brasil - que será formado dos deputados daqueles dois Supremos Conselhos, dos altos poderes dogmáticos de todos os outros ritos e dos representantes das diferentes oficinas do País (...). Deve porém haver um poder legislativo central, que dê à maçonaria brasileira a necessária união e força, deixando entretanto completamente livre e autônomos os diversos poderes dogmáticos legalmente existentes*[376].

O argumento de federalização da organização maçônica nacional, enquanto uma antiga reivindicação das maçonarias regionais e, no nosso caso, da gaúcha, não encontra sustentação documental. Ao que parece, existia uma insatisfação em relação a muitos procedimentos administrativos do poder central,

---

São Jerônimo, a Triunfo da União e, em Uruguaiana, a Cruzeiro do Sul. A loja Força e Fraternidade de Caxias do Sul funcionou parcialmente entre os anos de 1887 até 1890, sendo, mais tarde, reerguida. Não existe confirmação do funcionamento da loja São José, de São José do Norte, mesmo que conste nos cadastros disponíveis; já a Estrela do Oriente III, de São Leopoldo, funcionou até dezembro de 1890; existe dúvida sobre a Caridade Santanense de Santana do Livramento, pois um incêndio em 1892 destruiu toda a documentação da loja.

[375] Importante nesse sentido é destacar que o Grande Oriente do Uruguai foi fundado por iniciativa do Grande Oriente do Brasil na década de 1850.

a qual, todavia, não se traduziu, pelo menos antes do período republicano, na defesa aberta do federalismo maçônico. Os problemas mais graves da maçonaria brasileira estavam circunscritos às disputas pessoais e às divergências político-ideológicas entre as suas duas principais vertentes. Portanto, o federalismo maçônico foi um fenômeno do período republicano brasileiro, refletindo em muito o discurso político secular.

Nem todos os maçons gaúchos foram favoráveis à fundação de um grande oriente estadual autônomo. Apesar disso, os veneráveis das três lojas mencionadas anteriormente insistiram na proposta, convocando o povo maçônico da cidade de Porto Alegre para se fazer presente à reunião de caráter consultivo que se realizaria no dia 17 de junho daquele ano. Na reunião, já era possível observar que a tendência mais forte era a da separação, visto que os pronunciamentos ocorridos davam conta de que o Grande Oriente do Brasil era responsável pela péssima situação da maçonaria no estado. Entre as acusações, apareceram as referentes às suas dificuldades financeiras, que seriam causadas especialmente pela obrigatoriedade de ser repassada a metade de sua arrecadação para o poder central[377].

Na reunião do dia 30 de junho de 1893, que objetivava levantar propostas de encaminhamento para a separação definitiva, os incansáveis debates demonstraram as dúvidas sobre qual seria a melhor forma de realização dessa. Nem todos os presentes foram favoráveis ao rompimento, tendo, inclusive, surgido uma proposta que defendia a possibilidade de uma federação maçônica sob a direção do GOB. No entanto, os resistentes ao rompimento foram derrotados, saindo-se vencedores os maçons separatistas. Na mesma reunião, foram aprovadas as funções que a Comissão Central teria a partir de então:

> *1 - Dar direção de todos os trabalhos relativos ao movimento separatista. 2 - Esta Comissão enviará emissários e ppran∴ às Lojas do Estado, com o fim de consultá-las sobre o assunto da separação. 3 - As*

---

[376] A reforma da maçonaria brasileira. In: *A Acácia - folha maçônica.* 1877, ano 2, n. 7. p. 1

[377] DIENSTBACH, Carlos. Op. cit. v. 1, p. 34. Conforme o autor, resumindo a ata dessa reunião, que contou com a participação de sessenta maçons, a situação econômica era assim no Império e persistiu na República. Esses dados se encontram no *Boletim do Grande Oriente do Rio Grande do Sul,* 1893, n. 1.

> *LLoj∴ que aderirem à idéia remeterão à Comissão cópia da ata de votação feita nominalmente. 4 - Qualquer que seja o número de LLoj∴ que aderirem ao movimento, constituir-se-á um Or∴ independente, com sede em Porto Alegre. 5 - Até que seja convocada a nossa Constituição Maç∴ as Lojas adotarão provisoriamente a Constituição existente. 6 - O Gr∴ Or∴do RS, deverá formar uma federação com os outros GGr∴OOr∴ do Brasil*[378].

A princípio, houve pouca receptividade à proposta de fundação de um novo grande oriente, principalmente por parte das lojas do interior do estado, o que pode ser explicado pelo clima revolucionário que envolvia a maior parte do território gaúcho naquele momento e que dificultava as negociações. Os maçons separatistas forjaram, então, um encaminhamento em muito artificial para viabilizar a constituição da nova potência, a qual, para que fosse considerada legal ou legítima, deveria ter o aval dos dirigentes de sete lojas em atividade regular. Como não existiu número suficiente de lojas, a Comissão Central optou pela fundação de algumas com a finalidade de garantir a sua legalidade[379]. A partir de então, tornou-se comum, em razão da rivalidade entre o GOB e do Gorgs, a fundação de lojas muitas vezes sem as condições necessárias para um funcionamento a longo prazo.

Os primeiros anos de existência do Grande Oriente Estadual foram, sob a ótica organizativa, difíceis. A longa guerra interferia na possibilidade de consolidação e expansão do novo grande oriente, além do que o Grande Oriente do Brasil propagandeava a irregularidade das oficinas maçônicas que aderissem à nova potência gaúcha. Aliás, explicações sobre os acontecimentos no Rio Grande do Sul apareceram com freqüência no órgão de imprensa oficial do Grande Oriente do Brasil. De forma geral, as críticas se apresentavam nos seguintes termos:

> *Dois foram os intuitos desse rompimento: 1º. O silêncio do Poder Central sobre a guerra civil*

---

[378] Idem, p. 35.
[379] As lojas fundadas foram: Cruzeiro do Sul, Hiram, Orientação e Autonomia, todas em Porto Alegre.

> *daquele Estado. 2º. A criação de uma federação maçônica, constituindo-se um Gr∴ Or∴ em cada Estado. O primeiro desses intuitos envolvia uma falsidade e uma intriga, como na qualidade de delegado do Pod∴ Gr∴ Mest∴ naquele Estado, tivemos ocasião de demonstrar. O segundo era errôneo e funesto. Errôneo porque a maçonaria, respeitando os sistemas de governo das diversas nações da Orb∴, nada tem que ver com a distribuição administrativa de suas frações territoriais. Funesto, porque se a Maçonaria houvesse de dividir-se em tantos centros administrativos independentes quantos fossem os das localidades em cada país, acabaria por enfraquecer e aniquilar-se*[380].

As acusações recíprocas marcaram o relacionamento entre as duas potências nos anos seguintes ao rompimento, visto que o Grande Oriente do Brasil continuou acusando os maçons dissidentes gaúchos de bairristas, que "obedecem a um sentimento predominante em muitos dos seus habitantes"[381]. Acusações dessa natureza foram, na verdade, secundárias, pois o argumento mais utilizado continuava sendo o aspecto legal. Para os dirigentes do GOB, os gaúchos, equivocadamente, haviam invocado a justificativa do artigo 5º das Grandes Constituições de 1786, revisto pelo Congresso de Lauzane de 1875. Contudo, pelo mesmo Congresso de 1875, teria ficado determinada a impossibilidade de existência de mais de um Supremo Conselho por Estado soberano[382]. Portanto, o Brasil, enquanto Estado soberano, teria apenas uma organização superior; o Rio Grande do Sul e São Paulo, pois, deveriam legalmente estar subordinados à única potência nacional.

As denúncias de práticas abominadas pela maçonaria universal foram também utilizadas pelo Grande Oriente do Brasil, por meio da sua imprensa, com o intuito de desacreditar as lideranças maçônicas *rebeldes*. Nesse ponto, as críticas tinham razão de ser, pois, entre 1893-1895, a harmonia, a solidariedade maçônica e a proteção entre *irmãos* foram completamente esquecidas pelos

---

[380] O Grande Oriente Rio-Grandense. In: *Boletim do Grande Oriente do Brasil*. 1895, ano 20, n. 4. p. 169.
[381] Idem.
[382] Idem, ibid., p. 170.

pedreiros-livres gaúchos envolvidos na revolução. São exemplares, nesse sentido, as críticas feitas ao desembargador Antônio Antunes Ribas, que ocupou durante a Revolução Federalista dois cargos *inconciliáveis* na perspectiva dos críticos: era grão-mestre da nova potência gaúcha e, ao mesmo tempo, chefe de polícia do governo republicano regional. A contradição se evidenciava na medida em que:

> *aceitando o 'alto cargo', para que foi escolhido revelou uma falta de critério maçônico. S. S. era o chefe de polícia do Rio Grande do Sul, numa quadra excepcionalíssima (a da revolução), não devera aceitar um cargo tão incompatível, como o de chefe da Maçonaria, pois não podia naquele caráter prender e perseguir Maçons, que devera proteger por força do seu cargo de Grão-Mestre*[383].

O clima de disputa entre as duas potências maçônicas se manteve por longos anos até pelo menos 1909, quando um acordo de unificação foi assinado pelas duas potências. A par das ameaças e das acusações desferidas pelo poder central do Rio de Janeiro, o novo grande oriente manteve e expandiu suas atividades, procurando conferir legitimidade à sua organização. Para tanto, procurou encontrar mecanismos que impedissem que o Grande Oriente do Brasil mantivesse lojas em funcionamento dentro do território gaúcho e, mesmo, que criasse novas oficinas. Nessa perspectiva, o decreto nº 9, de 26 de março de 1895, assinado pelo grão-mestre do Grande Oriente e Supremo Conselho do Rio Grande do Sul, depois de condenar a atitude da potência nacional em continuar mantendo lojas em funcionamento no estado, decretou:

> *Art. 1º. São declarados ilegais e ilegítimos quaisquer corpos existentes atualmente, ou que se vierem a formar sob os Ausp∴ de quaisquer Poderes Maçônicos que não sejam o Gr∴ Or∴ e Sup∴ Cons∴ do Rio Grande do Sul, único que pode ser reconhecido pelas potências estrangeiras no território do Estado, sendo declarados irritos e nulos todos os atos praticados por tais corpos. Art. 2º. São*

[383] Idem , p. 172.

> *postos a coberto todos os MMaç.·. que fizerem parte de OOff.·. que não reconhecerem o Gr.·. Or.·. do Rio Grande do Sul como única potência legal e legítima no Estado*[384].

A questão que se discutia, então, era o conceito de soberania e de autonomia. Entendemos que, do ponto de vista da legislação maçônica, de fato, a potência gaúcha poderia ser considerada irregular, contudo, em termos concretos, ela construiu, nos anos que se seguiram ao rompimento, uma legitimidade incontestável, tanto que permanece atuando até os dias atuais. A construção dessa legitimidade se deu a partir de diversos caminhos, sendo os mais importantes o seu reconhecimento externo e a adesão crescente de lojas sob os seus auspícios. Em termos do reconhecimento de potências internacionais[385], o processo foi lento e difícil, o que fazia exultar o GOB até em 1895[386].

Essas dificuldades foram confirmadas pelos próprios dirigentes do Grande Oriente gaúcho como se fossem de ordem financeira. O Gorgs estava impedido de "comissionar no estrangeiro maçons dedicados e empenhados pela vossa autonomia"[387]. Mesmo assim, já em 25 de maio de 1896, a potência gaúcha obtinha o reconhecimento da Grande Loja Alemã, por intermédio do irmão Balduíno Röhring[388]; em 22 de janeiro de 1897 e em 5 de maio de 1898, respectivamente, das maçonarias argentina e uruguaia, através do irmão

---

[384] *Boletim do Grande Oriente do Rio Grande do Sul*. 1895, ano 3, n. 3. p. 2

[385] O reconhecimento de uma potência nacional por poderes maçônicos estrangeiros ocorria de acordo com a capacidade de articulação entre as potências. No conjunto de legislação maçônica do período estudado, não aparecem com clareza os critérios e normas desse relacionamento. Na constituição maçônica brasileira, por exemplo, aparece uma parte dedicada as relações internacionais: "Art. 53. O Grande Oriente e Supremo Conselho do Brasil não constitui oficinas em país estrangeiro onde existir Potência Maçônica regular e com ele em relações, nem reconhece oficina constituída no Brasil por autoridade maçônica estrangeira; Art. 54. Para a manutenção das boas relações com as Potências Maçônicas estrangeiras; O Grande Oriente e Supremo Conselho do Brasil reconhecerá os representantes nomeados junto a ele e terá seus representantes junto a essas Potências, nomeados pelo Grão-Mestre Grande Comendador da Ordem". *Constituição e Regulamento Geral do Grande Oriente e Supremo Conselho do Brazil*. Rio de Janeiro: Typ. d'A Verdade, 1898, p. 21.

[386] O Grande Oriente Rio-Grandense. In: Op. cit. p. 173.

[387] *Boletim do Grande Oriente do Rio Grande do Sul*. 1897, ano 6, n. 3. p. 5.

[388] Idem.

Fernando Abott[389]; em 1902, já era reconhecida por quase todas as potências internacionais[390].

Do ponto de vista do crescimento e reconhecimento interno, com o final da Revolução Federalista apaziguaram-se os ânimos políticos, como também criavam-se as condições para um novo período de expansão das atividades maçônicas no Rio Grande do Sul. Para tanto, concorreram dois fatores importantes: o primeiro foi a disputa acirradíssima entre o GOB, por meio da Sapataria Grande Loja Estadual do estado, e o Gorgs em reerguer ou fundar novas oficinas, os quais objetivavam, com isso, demonstrar força uma em relação à outra. Nesse contexto, a potência autônoma gaúcha foi a que deu mostras de um crescimento maior e mais sistemático como aparece no cartograma 4.

[389] Idem, p. 11-18.

[390] Já era ligado à Grande Loja-Mãe Nacional da Alemanha, Grande Loja Suíça Alpina, Grande Loja Simbólica Regional Catalan-Balear, da Catalunha e Ilhas Baleares, da Grande Loja do México, da Grande Loja de Porto Rico, Grande Loja da Venezuela, Grande Oriente da França, da Espanha, da Argentina, de Cuba, do Uruguai, da Holanda, do Egito, etc.

Cartograma 4: Lojas em funcionamento no estado em 1898 por poder central[391]

[391] Em relação ao Cartograma 4: o mapa referente ao ano de 1898 foi extraído de FELIZARDO, Júlis Netto. *Evolução Administrativa do Rio Grande do Sul*: criação dos municípios. Porto Alegre: Igra, 1965. p. 37; conforme Fundação de Economia e Estatística. *De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul* (Censos do RS de 1803-1950). Porto Alegre, 1981. p. 45, em 1898, existiam 64 municípios no estado do Rio Grande do Sul; os dados referentes à distribuição das lojas maçônicas na província têm origem em pesquisa da autora, a partir da documentação e bibliografia já mencionadas.

A maior vitalidade do Grande Oriente do Rio Grande do Sul transparece nas resoluções e análises realizadas nos fóruns administrativos maçônicos da Grande Loja Estadual, órgão do Grande Oriente do Brasil, organizado no estado somente em 1898. Em preparação ao Congresso Maçônico que seria realizado em 16 de novembro de 1898, na cidade de Porto Alegre, a pauta girou em torno de uma avaliação quantitativa do GOB no estado e da melhoria na prestação de serviços das grandes secretarias geral e estadual ao povo maçônico gaúcho. Isso evidencia a preocupação do Grande Oriente do Brasil em se aproximar de forma mais eficiente dos corpos maçônicos regionais e locais:

> *O nosso intuito é obter desde já modificação no Regulamento Geral, em alguns pontos flagrantemente em contradição com a própria lei básica. O que desejamos é que cada estado, possa sob a obediência e o regime tributário ao centro, governar-se com amplitude e atender aos serviços particulares, segundo as naturais necessidades dos seus jurisdicionados, e de tal modo, que não lhes arrefeça o ânimo, com a permanência de obstáculos destruidores de todo o entusiasmo e dedicação*[392].

Os dirigentes da sucursal do Grande Oriente do Brasil no estado reafirmavam que o princípio da autonomia deveria se adaptar à legislação maçônica nacional, portanto, ao mesmo tempo federativa e unitária[393]. Ainda, reforçavam a tese de que era ele, o GOB, representante legítimo de toda a maçonaria brasileira, sendo, pois, o único de caráter legal. Frente a esse argumento, os dirigentes do Gorgs se manifestaram da seguinte forma:

> *O Gr∴ Or∴ do Rio de Janeiro que, por motivos injustificáveis, até hoje tem tentado vãmente destruir nossa autonomia, quando devia ser o primeiro a*

[392] *Boletim da Sap∴Gr∴ Loj∴ Estadual do Rio Grande do Sul sob os auspícios do Gr∴ Or∴ e Sup∴ Cons∴ do Brasil.* 1898, ano 1, n. 3. p. 5.

[393]Os principais dirigentes da Grande Loja Estadual nesse momento eram: Emílio Ferreira, presidente; Carlos Leon Dubois, grande tesoureiro, e mais Augusto Totta, Artur Toscano S. Barbosa, Carlos da Gama Lobo d' Eça e Chagas Henriques.

> *abrir-nos os braços, dando assim a mais exuberante prova de desprendimento e amor a Sub∴ Inst∴, esse Gr∴ Or∴ que apesar dos melhores intentos de seu Sob∴ Gr∴ Mest∴ Macedo Soares se obstina pertinazmente em não reconhecer-nos, tendo-nos posto até a coberto como se fossemos maçons irregulares ou eliminados da Or∴(...)*[394].

Por outro lado, o Grande Oriente do Brasil, apesar de tentar convencer os maçons gaúchos de sua legitimidade - para tanto desvalorizando os separatistas -, não negava os problemas advindos da separação regional, chegando mesmo a afirmar que o GOB perdera no estado o brilhantismo que tivera em outros tempos[395]. Por isso, as tentativas de unificação partiam, via de regra, da potência nacional, indicando que, de fato, houve uma tendência de os maçons gaúchos se filiarem ao Grande Oriente do Rio Grande do Sul. Cabe destacar novamente que a provável vinculação desse segmento da maçonaria gaúcha com o PRR deve estar entre as razões do seu crescimento maior, já que, como é sabido, essa organização partidária exerceu uma forte predominância no cenário político do estado.

Nesse ponto, mereceram destaque a introdução e penetração rápida do positivismo no Brasil, corrente de pensamento filosófico e político que tem sido muitas vezes confundida ou vinculada à maçonaria. Entendemos, contudo, que se trata de temáticas diferentes, mesmo que, em muitos momentos, se aproximem ou se complementem. O ideário de Augusto Comte, baseado no "espírito positivo, na ciência da sociedade como instrumento e garantia do progresso na ordem[396]," encontrou no país um campo fértil de expansão, visto que os liberais, cada vez em número maior, os militares recrutados em setores médios da população, os profissionais liberais, entre outros, encontraram no positivismo a resposta para seus anseios de modernidade e progresso.

---

[394] *Boletim do Grande Oriente do Rio Grande do Sul*. 1898, ano 6, n. 3. p. 6.

[395] *Boletim da Sap∴ Gr∴ Loj∴Estadual do Rio Grande do Sul sob os auspícios do Gr∴ Or∴ e Sup∴Cons∴ do Brasil*. 1898, ano 1, n. 1. p. 7.

[396] CHÂTELET, François; DUHAMEL, Olivier e PISIER-KOUCHNER, Évelyne. *História das idéias políticas.* Rio de Janeiro: Zahar, 1985. p. 119.

Alguns autores indicam que a influência crescente do positivismo na passagem do Império para a República marcou o declínio da maçonaria[397]. Para isso, partem do pressuposto de que maçonismo e positivismo se situam num mesmo universo, o da política e da filosofia, sendo correntes de pensamento antagônicas ou concorrentes. Nessa concepção, ao contrário da corrente de pensamento positivista, que apresentava um projeto político e filosófico concreto para a sociedade, a maçonaria não construiu nenhum projeto, nem mesmo político, para a sociedade gaúcha; aliás, isso nem fazia parte das suas pretensões. Assim, não seria excludente a adesão, ao mesmo tempo, à maçonaria e ao positivismo[398].

Voltando ao clima de rivalidade e disputa entre o GOB e o Gorgs nessa fase, cabe salientar que ele foi um fator responsável pelo crescimento quantitativo de oficinas no estado. A estratégia do Grande Oriente do Brasil para tentar conter o crescimento de sua rival foi propor modificações na sua constituição e regulamento, privilegiando algumas reivindicações que haviam estado presentes quando do rompimento[399]. Para tanto, anunciou uma proposta de federalização mais profunda na organização administrativa da ordem. Nesse mesmo sentido, foram também entabuladas negociações para acordos de unificação em diversos momentos da história da maçonaria nacional e regional, cabendo, via de regra, ao Grande Oriente do Brasil o primeiro passo para a efetivação dessas tentativas.

No período em questão, as tratativas para um possível reagrupamento das duas potências maçônicas se iniciaram indiretamente ainda em 1896, quando o GOB propôs um projeto de federação maçônica que objetivava atrair os setores autônomos novamente ao seu domínio. O Gorgs se opôs imediatamente a essa

[397]Ver HOLANDA, Sérgio Buarque de. Da maçonaria ao positivismo. Op cit.

[398] Não localizamos, no transcorrer da pesquisa documental e bibliográfica, indícios que comprovassem uma tendência dos maçons gaúchos em aderirem ao positivismo enquanto corrente de pensamento filosófico. Na imprensa maçônica consultada, raramente aparece menção ao positivismo e a Augusto Comte. Em termos políticos, houve uma tendência dos maçons gaúchos em se filiarem ao Partido Republicano Rio-Grandense durante a República Velha gaúcha. Esse tema merece um estudo à parte e específico, já que necessita de pesquisa documental em acervos documentais referentes à presença positivista no Rio Grande do Sul.

[399] Por exemplo, no que se refere às arrecadações financeiras, a imprensa do GOB anunciava que, pela sua Constituição de 1897, "os estados ficam bem aquinhoados quanto à arrecadação das respectivas rendas".

tentativa através do *Manifesto aos Maçons Rio-Grandenses*[400], alertando os pedreiros-livres gaúchos sobre as verdadeiras intenções do referido projeto. Na opinião dos seus dirigentes:

> *O Grande Oriente do Rio de Janeiro, oferecendo um projeto de meditação das oficinas de sua jurisdição, as quais deverão manifestar-se dentro de um prazo determinado, julga ter conjurado a crise que o ameaça com o movimento de independência nos Estados e pensa certamente ter doado a Maçonaria com um melhoramento, com uma reforma digna do estado de civilização a que atingiu o nosso País. Entretanto, assim não é, pois que a Maçonaria continuará no Brasil tão centralizada como outrora, no tempo em que três lojas determinavam a criação de uma Grande Loja: - federação apenas de Grandes Lojas, dirigidas por Grãos-Mestres, mas completamente submetidas aos ditames e aos arbítrios do Poder Central, e que continuará a tributar tudo e todos para maior gaudio, esplendor e opulência de sua representação*[401].

A crítica às reformas paliativas, no entender dos autonomistas gaúchos, não impediu que, em 1897 e 1898, fossem acertadas negociações para um futuro acordo de unificação. Na primeira reunião entre representantes das duas potências, ocorrida em 14 de agosto de 1897, foram discutidas as bases dessa unificação, tendo sido mediador o padre Guilherme Dias[402]. Entre as cláusulas propostas pelo mediador, podemos destacar as que submetiam a maçonaria rio-grandense ao Grande Oriente do Brasil, fazendo cessar as funções do Supremo Conselho e Assembléia Geral do Rio Grande do Sul, que seriam

---

Boletim da Sap∴ Gr∴ Loj∴Estadual do Rio Grande do Sul sob os auspícios do Gr∴ Or∴ e Sup∴Cons∴ do Brasil. 1898, ano 1, n. 1. p. 7.

[400] O manifesto é datado de 14-10-1896 e assinado pelos seguintes dirigentes: Antônio Antunes Ribas, grão-mestre; Marechal Augusto César da Silva, grão-mestre adjunto; Domingos José Ferreira Bastos, grão venerável da Grande Loja Central; Afonso Hebert, grão venerável do Conselho de Kadosch; João Pereira Maciel Sobrinho, Joaquim Marques da Cunha, Francisco de Oliveira Neves e Germano Hasslocher. *Boletim do Grande Oriente do Rio Grande do Sul*. 1898, ano 6, n. 3. p. 28-32.

[401] Idem, p. 29-30.

[402] Guilherme Dias recebeu como homenagem pelos esforços para a unificação da maçonaria o nome de uma loja em Santana da Boa Vista, então distrito de Caçapava, fundada em 1899. DIENSTBACH, Carlos. Op. cit. v. 3. p. 576.

substituídos pelos poderes maçônicos do grão-mestre, grão-mestre adjunto, Grande Loja Estadual, Consistório e Conselho de Kadosch[403].

Segundo a ótica dos dirigentes da maçonaria gaúcha autônoma, a atuação de Guilherme Dias fora ineficiente, apesar de suas boas intenções, de forma que as concessões federativas propostas pelo GOB haviam se mostrado insuficientes. Em 18 de agosto de 1898, os representantes do Gorgs propuseram que as negociações fossem encerradas[404], decretando, em seguida, uma série de medidas visando ao seu fortalecimento frente às iniciativas da potência nacional. O decreto mencionado anteriormente, de nº. 9, de 1898, foi editado com esse objetivo ao declarar ilegais e ilegítimos quaisquer corpos então existentes ou que viessem a se formar sob os auspícios de outro poder que não o do Grande Oriente do Rio Grande do Sul[405].

Outro aspecto, e esse mais polêmico, que objetivou o fortalecimento da potência autônoma gaúcha se originou do decreto nº. 20, de 1899, a partir do qual o expansionismo do Gorgs se daria independentemente das delimitações geográficas. Seriam aceitas, então, como filiais desse poder, as lojas de qualquer estado que decidissem pelos princípios federativos e que reconhecessem a sua constituição, regulamento e instruções, assim como deliberações[406]. Logo em seguida, em circular de 20 de maio de 1899, noticiou-se que a loja Firme União de Campos, no estado do Rio de Janeiro, antes pertencente ao Grande Oriente do Brasil, filiara-se ao Grande Oriente do Rio Grande do Sul[407].

O ano de 1898 é exemplar na demonstração da superioridade quantitativa desse grande oriente. O clima de rivalidade entre os dois poderes maçônicos aumentou consideravelmente o número de oficinas, espalhando-se por praticamente todas as cidades, bem como por alguns distritos do território gaúcho. Na capital do estado e nas cidades mais importantes do interior, foi comum a existência de mais de uma loja em funcionamento (Ver Cartograma 4),

---

[403] As cláusulas do acordo se encontram na forma manuscrita na "Caixa Unificação", no Arquivo do Grande Oriente do Rio Grande do Sul.
[404] *Boletim do Grande Oriente do Rio Grande do Sul.* 1898, ano 6, n. 3. p. 49.
[405] Decreto nº. 9. In: Idem, p. 65.
[406] Decreto nº. 20. In: *Boletim do Grande Oriente do Rio Grande do Sul.* 1899, ano 7, n. 5. p. 7.
[407] Circular de 20-5-1899. In: Idem, p. 11. Além dessa loja, localizamos a Força e União II, em Campos Novos, Santa Catarina (1899); o triângulo Savonarola, em Curitibanos, Santa Catarina (1899); a Antunes Ribas II, em Bebedouro, São Paulo (1904), e a Magnanimidade, em Vila Bella, São Paulo em (1903).

tendo-se identificado 89 lojas como estando em atividades regulares naquele ano, 33 das quais pertenciam ao Grande Oriente do Brasil[408] e 56 ao Grande Oriente do Rio Grande do Sul[409].

A divisão do Rio Grande do Sul entre os dois poderes centrais deve ser observada, num primeiro momento, sob o aspecto geográfico, pois houve uma concentração maior de oficinas pertencentes ao Grande Oriente do Rio Grande do Sul na parte norte do estado. Esse dado confirma em muito a hipótese de que houve uma relação estreita entre o Partido Republicano Rio-Grandense a essa potência maçônica. Além disso, à medida que os republicanos se consolidavam como um partido forte e predominante em praticamente todo o estado, houve uma expansão dessa potência para as regiões onde anteriormente havia uma predominância do Grande Oriente do Brasil. Exemplar foi a fundação de lojas na parte sul do estado, tal como nas cidades de Alegrete, Pelotas, Rosário do Sul, Santo Ângelo, São Gabriel e São Jerônimo, nas quais houve uma

[408] Não foram levadas em consideração, para fins deste levantamento, as trocas anteriores e posteriores de subordinação das lojas para uma ou outra potência, fenômeno bastante comum no período. As lojas em funcionamento eram as seguintes: Triunfo da Razão (Alegrete); Fidelidade e Progresso (Bagé); Cruzeiro do Sul II (D. Pedrito); Aurora Ervagens (Erva); Filantropia e Progresso Itaquiense (Itaqui); Luz Transatlântica (Jaguarão); Caridade Santanense (Santana do Livramento); Luz e União (Montenegro); Luz (Novo Hamburgo); Concórdia do Sul (Passo Fundo); Rio Branco (Pelotas); Rio Branco III (Piratini); Amor e Caridade IV (Porto Alegre); Fidelidade e Firmeza (Porto Alegre); Regeneração (Porto Alegre); Estrela de Jerusalém (Porto Alegre); Emílio Ferreira (Porto Alegre); Os Homens perante Deus (Quaraí); União Constante (Rio Grande); Acácia Rio-grandense (Rio Grande); Filantropia (Rio Grande); Progresso Rosariense (Rosário do Sul); Deus e Humanidade (Santa Maria); Acácia Vitoriense (Santa Vitória do Palmar); Venâncio Aires (Santo Ângelo); Rocha Negra (São Gabriel); Triunfo da União (São Jerônimo); São José (São José do Norte); Redenção (São Leopoldo); Aurora da Serra (São Martinho); Cruzeiro do Sul (Uruguaiana) e Honra e Virtude (Venâncio Aires).

[409] As lojas identificadas eram as seguintes: Luz e Verdade (Alegrete); Concórdia (Bento Gonçalves); Paz e Prosperidade (Caçapava); Progresso Municipal (Cachoeira); Vanguarda (Camaquã); Germânia (Candelária); Força e Fraternidade (Caxias do Sul); Harmonia Cruzaltense II (Cruz Alta); União Fraternal (Encruzilhada); Fraternidade Estrelense (Estrela); Liberdade (Guaíba, ex. Pedras Brancas); Justiça (Ilhas Fronteiras e Itapoã); Estrela de Jaguari (Jaguari); Luz e Caridade (Lajeado); Atalaia do Norte (Lagoa Vermelha); União Lavrense (Lavras); União (Montenegro); Zum Treuen Bunde (Nova Petrópolis); Força e União (Novo Hamburgo); Amor à Virtude (Osório); Humanidade (Palmeira das Missões); Honra e Humanidade (Pelotas); Harmonia IV (Porto Alegre); Luz e Ordem (Porto Alegre); Orientação (Porto Alegre); Progresso da Humanidade (Porto Alegre); Ausonia (Porto Alegre); Autonomia (Porto Alegre); Cruzeiro do Sul (Porto Alegre); Hiram (Porto Alegre); Luz e Progresso (Porto Alegre); Amor ao Próximo (Rio Pardo); Amor e Concórdia (Rosário do Sul); Lessing (Santa Cruz do Sul); Paz e Trabalho (Santa Maria); Luz e Fraternidade (Santa Maria); União e Trabalho (Silveira Martins); Estrela Santiaguense (Santiago do Boqueirão); Jerusalém (Santo Amaro); Estrela de Santo Ângelo (Santo Ângelo); Amor e Luz (Santo Antônio da Patrulha); Vigilância e Fé (São Borja); Rocha Negra Rio-grandense (São Gabriel); Águia Negra (São Jerônimo); Estrela do Oriente III (São Leopoldo); Rocha Negra (São Leopoldo); Fonte da Luz (São Lourenço); Paz e Harmonia (São Martinho); Confraternização (São Sebastião do Caí); Paz e Labor (São Sepé); Liberdade e Progresso (Soledade); Águia Branca (Taquara); Esperança e Fé (Taquari); Triunfo do Direito (Triunfo); Fidelidade (Tupanceretã) e Conciliação (Viamão).

divisão explícita no interior das maçonarias locais, coexistindo duas oficinas, uma de cada obediência.

A rivalidade e o expancionismo das duas potências não impediram a permanência da hegemonia do Grande Oriente do Brasil no extremo-sul do Rio Grande, tendo-se formado, inclusive, uma espécie de cinturão desse grande oriente na região fronteiriça com o Uruguai[410] (ver Cartograma 4). As maçonarias das cidades de Itaqui, Uruguaiana, Quaraí, Santana do Livramento, Dom Pedrito, Bagé, Erval, Jaguarão, Santa Vitória do Palmar e Rio Grande mantiveram-se fiéis unicamente ao GOB. Interessante, nesse caso, é o fato de essa divisão coincidir com a divisão político-geográfica presente no estado no período - o norte mais republicano e o sul mais federalista -, o que repercutiu no interior da ordem.

De qualquer forma, e apesar dessa divisão e rivalidade, as tratativas entabuladas com o fim de unificação continuaram; contudo, não vingaram antes de 1909, quando, finalmente, ocorreu o reagrupamento da maçonaria brasileira. Antes disso, a maçonaria gaúcha da vertente autônoma tratou de se relacionar com as demais unidades estaduais na mesma condição. Uma das tentativas ocorreu ainda em 1900 (20 de março), quando uma comissão nomeada pela Assembléia Geral do Grande Oriente do Rio Grande do Sul deu um parecer favorável ao projeto de federação maçônica proposto pelo Grande Oriente do Brasil[411]. Após algumas considerações sobre a viabilidade do projeto, mesmo "na hipótese de não dar completa satisfação às nossas aspirações, constituiu no entanto um grande passo de que nos devemos aproveitar em benefício geral da Ordem"[412]. A iniciativa, entretanto,não foi levada adiante em razão da oposição no interior da instituição gaúcha.

---

[410] Como já foi mencionado, a maçonaria brasileira exerceu uma forte influência na maçonaria uruguaia, sendo, inclusive, o GOB o responsável pela fundação do Grande Oriente do Uruguai, a quem ficou subordinado por vários anos. Não encontramos, durante esta pesquisa, outros dados a respeito desse relacionamento, que, com certeza, merece trabalho de caráter específico. Mesmo não sendo objetivo deste trabalho abordar essa temática, indicamos para leitura inicial o seguinte artigo: VAILLANT, Adolfo. Una historia de la masonería uruguaya. In: *Hoy es historia*. Montevidéu. 1984, n. 2, p. 36-49.

[411] "Documento de nº. 11", sobre a proposta de federação maçônica, manuscrito e localizado no Arquivo do Grande Oriente do Rio Grande do Sul.

[412] Idem.

No Congresso dos Veneráveis, realizado em junho 1902 na cidade de Porto Alegre, com a presença de grande parte dos grão-mestres das oficinas do Grande Oriente do Rio Grande do Sul, foi aprovada uma moção para que se viabilizasse uma confederação de grandes orientes autônomos[413]. O Grande Oriente do Brasil aprovou nesse mesmo ano uma inovação, isto é, a criação dos grandes orientes estaduais. Na verdade, a estratégia de reagrupamento da maçonaria nacional deveria, necessariamente, contemplar uma realidade inquestionável: a autonomia federalista conquistara um espaço consolidado. Sobre essa medida, os gaúchos avaliavam:

> *Já não nos taxam de separatistas: o Grande Oriente do Brasil já deu um passo ao nosso encontro, criando os Grandes Orientes Estaduais e nos honrando com suas saudações fraternais pela palavra autorizada do seu eminente chefe, o preclaro, Sob∴ Gr∴ Mest∴ General Quintino Bocaiuva*[414].

A unificação de 20 de setembro de 1909 e que teve duração até 1915 foi resultado, dentre outros fatores, das deliberações do 1º. Congresso Maçônico Latino-Americano, realizado de 26 a 28 de setembro de 1906 em Buenos Aires[415]. Entre elas, estava um acordo preliminar que orientava para que se resolvesse a questão da unidade maçônica no Brasil, já que, em caso contrário, as relações maçônicas ficariam bastante prejudicadas[416]. Em seu pronunciamento, o grão-mestre James de Oliveira Franco e Souza, anunciou a unificação da maçonaria gaúcha ao Grande Oriente do Brasil, afirmando que ela só fora possível graças às garantias dos princípios federalistas[417].

---

[413] *Mensagem apresentada pelo Sob∴ Gr∴ Mest∴ Desembargador Alcebíades Cavalcanti de Albuquerque, a Ass∴ Ger∴ Leg∴ em 21 de março de 1906*. Porto Alegre: Globo, 1906. p. 9.

[414] *Boletim do Grande Oriente do Rio Grande do Sul*. 1902, ano 11, n. 2. p. 90.

[415] O congresso foi fruto do Tratado de Paz e Amizade celebrado entre o *Gr∴ Or∴ da Rep∴ Argentina* e o *Gr∴ Or∴ do Brasil*, em 11-10-1904. Apesar de terem sido convidados todos os países latino-americanos, somente participaram a Argentina, o México, a Venezuela e o Brasil. *Boletim do Grande Oriente do Brasil*. 1906, ano 31, n. 9. p. 533-536.

[416] Idem, p. 541-544.

[417] *Mensagem apresentada pelo Sob∴ Gr∴ Mest∴ Desembargador James de Oliveira Franco e Souza, a Ass∴ Ger∴ Leg∴ em 30 de março de 1910*. Porto Alegre: Livraria do Comércio, 1910, p.7. No artigo 1º. do acordo, aparece: "o Gr∴Or∴ do Brasil, atendendo a estar o Gr∴ Or∴ do Rio Grande do Sul já reconhecido pelas principais potências do Planeta, reconhece e aceita a sua organização autonômica, no que não ferir os princípios cardeais da Const∴ de 24 de fevereiro". Idem, p. 8.

Do documento que firmou o acordo, destacamos:

> *I - A maçonaria Rio-Grandense reconhecerá como poder supremo no território da República dos estados Unidos do Brasil, o Grande Oriente e Supremo Conselho do Brasil e organizar-se-a de acordo com o Código Maçônico em vigor; II - Permanecerão com as antigas designações ativas todas as lojas do Oriente Rio-Grandense, acrescentando-se as que possuírem o mesmo nome e quiserem permanecer separadas, o distintivo de I e II, aquele para que existiam na data da separação dos Orientes e estes para as que o Oriente Rio-Grandense criou posteriormente sob seus auspícios*[418].

A curta duração do acordo de unificação, já que, em 20 de julho de 1915, ocorreu um novo rompimento, demonstrou a solidificação das autonomias maçônicas e a possibilidade de convivência de vários corpos dirigentes num mesmo espaço. As causas apontadas para o novo rompimento se restringiram novamente a críticas genéricas por parte dos dirigentes da maçonaria gaúcha ao centralismo excessivo da potência nacional, repetindo-se as acusações já feitas nos períodos anteriores. Acreditamos que o Grande Oriente do Rio Grande do Sul já se constituíra como uma referência maçônica com identidade própria, com interesses específicos e amplamente reconhecida por parcela crescente da lojas do estado. Tanto isso é plausível que se manteve forte até nossos dias, ou seja, as tentativas posteriores de unificação[419] não eliminaram a identidade autônoma do Gorgs.

Para concluir, nesse quadro de desenvolvimento da história da maçonaria gaúcha, especialmente na segunda metade do século XIX, dois aspectos merecem ser abordados de forma particular. O primeiro diz respeito a uma caracterização inicial do perfil dos dirigentes maçons que atuaram nesse período

---

[418] "Bases para a unificação da família maçônica no Rio Grande do Sul", documento oficial e manuscrito, com carimbo e assinaturas ilegíveis, localizado no Arquivo do Grande Oriente do Rio Grande do Sul.

[419] Houve, novamente, uma tentativa frustrada de acordo em 1932 entre o Grande Oriente do Brasil e o Grande Oriente do Rio Grande do Sul. Posteriormente, em 1960, novo acordo de unificação foi feito entre as duas potências, pelo qual a gaúcha foi incorporada à nacional, durando até 1973. Entre as razões apontadas para o novo rompimento está o descontentamento dos gaúchos nas eleições gerais ocorridas naquele ano. DIENSTBACH, Carlos. Op. cit. v. 1, p. 47.

(apresentado na parte 3 deste trabalho), estudo que partiu da constatação de que, via de regra, eles eram recrutados num mesmo grupo social, isto é, a elite regional. A maçonaria exerceu forte poder de atração sobre uma parcela significativa dessa elite[420], sendo em muito responsável por uma participação dos maçons no mundo da política e da cultura sob influência do pensamento liberal e cientificista em contraposição ao pensamento católico-conservador.

O segundo aspecto (desenvolvido na parte 4 da tese) trata do enfrentamento entre duas instituições importantíssimas na configuração da história política e cultural do Rio Grande do Sul na segunda metade do século XIX. Maçonaria e Igreja Católica protagonizaram um conflito que se estenderia até as primeiras décadas do século XX, definindo muitas das características da sociedade gaúcha. Referimo-nos aos posicionamentos anticlericais assumidos e divulgados pela maçonaria e que contribuíram para a formação de uma sociedade laicizada no estado. Essa, talvez, seja a principal contribuição ou, no mínimo, a característica da maçonaria ainda menos estudada.

[420] Não realizamos um estudo quantitativo sobre a participação efetiva da elite regional na maçonaria. Para isso, seria necessário, além dos dados apresentados nos censos demográficos disponíveis, outros elementos que nos trouxessem números aproximados desse grupo social em cada uma das cidades gaúchas. Acrescentem-se a isso as lacunas em termos informativos sobre o número de filiados por lojas durante a fase estudada. De qualquer forma, conseguimos realizar um levantamento inicial sobre o número

III

QUEM ERAM E ONDE ATUAVAM OS *FILHOS DA VIÚVA*[421] DO RIO GRANDE DO SUL

de filiados por lojas maçônicas em anos diferentes, entre 1873 e 1900. Esse levantamento inicial aparece como Anexo 2 do trabalho e poderá servir para futuros estudos sobre o tema.

[421]Não existe uma definição única para essa expressão do vocabulário maçônico, que é uma das denominações conferidas aos membros da ordem maçônica pelos próprios maçons. Quanto às explicações sobre a origem da sua utilização, citaremos algumas. Kloppenburg diz: "maçonicamente se denomina *filho da viúva* o iniciado moderno em atenção a ter sido Hiram filho de uma viúva de Dan. Outros relacionam a expressão com Manés, que teria sido adotado por uma viúva, passando, assim, essa denominação para todos os discípulos de Manés. KLOPPENBURG, Boaventura. *A maçonaria no Brasil, orientação para católicos.* Op. cit. p. 357. Já SANTOS, Sebastião Dodel dos. *Maçonaria: bosquejo histórico, datas e fatos e datas, lendas, os religiosos e a ordem maçônica*. Rio de Janeiro: s/ed., 1993. p. 177-8, acrescenta outras variáveis sobre a sua origem: "Tal lenda leva-nos a entender que sua origem prende-se à monarquia inglesa do século XVII, especialmente ao reinado de Jaques I, de Carlos I, seu filho e sucessor (morto no cadafalso) sendo a rainha sua viúva empossada no trono dos Stuarts. Nessa ocasião os irmãos da Rosa-Cruz passaram a participar da política reinante e foram chamados *filhos da viúva"*.

1. QUESTIONAMENTOS INICIAIS

Muitas vezes, é somente no decorrer do trabalho de produção historiográfica que nos deparamos com dúvidas e problemas que, inicialmente, não constavam no universo de determinada investigação. O terceiro capítulo deste trabalho se enquadra nesse tipo de situação, e o que, a princípio, poderia ser um entrave termina por redimencionar a própria temática.

Em determinado momento ou fase desta pesquisa, percebemos que constantemente mencionávamos a maçonaria e os maçons como um grupo com identidade particular e homogêneo. Entretanto, a leitura das fontes revelou que a particularidade, a homogeneidade da instituição e de seus integrantes foram muito mais frutos da própria difusão da literatura maçônica e antimaçônica do que de estudos acadêmicos específicos. Na verdade, os maçons apareciam na pesquisa com posicionamentos e características diferentes, em situações ou campos de atuação diferentes. Assim, verificamos que estávamos tratando de uma instituição e de um grupo de indivíduos com múltiplas facetas.

Na história da maçonaria brasileira e gaúcha do século XIX, ora os maçons apareciam como liberais-monarquistas, ora como liberais-republicanos; muitos como maçons-católicos, outros tantos como maçons-protestantes e muitos deles como ateus ou agnósticos. No Rio Grande do Sul, muitos foram farroupilhas em 1835, e alguns lutaram ao lado das forças legalistas; em 1893, alguns aderiram às forças revolucionárias, aos maragatos, e muitos, a maioria, foram cooptados pelo castilhismo positivista. Qual seria, então, a particularidade e que elementos poderiam conferir homogeneidade a essa instituição com tantas variações políticas e religiosas?

Entre as dúvidas que essa problemática trouxe, a principal pode ser sintetizada na pergunta que, se respondida, traria novas perspectivas para o trabalho: quem eram os maçons gaúchos e quem eram os seus porta-vozes? Assim, procuramos identificar a particularidade e a homogeneidade da maçonaria

e dos maçons do Rio Grande do Sul na segunda metade do século XIX a partir das possíveis respostas à questão. Para tanto, optamos por realizar um estudo da trajetória de vida dos pedreiros-livres que atuaram no espaço e tempo delimitados neste trabalho, localizando um número muito expressivo de dirigentes maçons, cuja identidade era veiculada sem nenhuma discrição na própria imprensa maçônica do período.

O ponto de partida de nosso estudo foi a montagem de um quadro (Anexo 1) em que constam nominalmente 978 dirigentes maçons que apareceram na documentação oficial e disponível da maçonaria gaúcha ou brasileira no período de 1850 a 1900[422]. Essa compilação se tornou viável quando observamos que, regularmente, eram divulgados na imprensa oficial da ordem[423] os relatos sobre as eleições gerais das oficinas, assim como a composição das novas diretorias com seus respectivos cargos[424].

---

[422] Excluímos nomes de dirigentes maçons que constam como tal na historiografia maçônica, mas que não tivemos condições de comprovar, como foi o caso de Gaspar Silveira Martins, Pedro Luiz Osório e José Gomes Pinheiro Machado, entre outros. Além disso, não constam no quadro os nomes de dirigentes maçons que suscitaram dúvidas por erros de impressão, o que é bastante comum, ou por conta de abreviações ou utilização de apelidos, o que, em razão disso, impossibilitou a identificação correta. Incluímos também os nomes de maçons que aparecem na imprensa maçônica como dirigentes, mas não informam a que loja pertenciam, que cargos ocupavam, etc. Nesse último caso, fizemos uma exceção ao caso de dirigentes de corpos superiores, por exemplo, dirigente do Grande Oriente do Rio Grande do Sul, pois sua confirmação se deu com facilidade. Enfim, optamos por incluir aqueles que, sem dúvida empírica, exerceram cargos em qualquer tipo de oficina maçônica.

[423] A documentação impressa utilizada é, basicamente, a mesma em todo o nosso trabalho. Os jornais maçônicos do Brasil e do Rio Grande do Sul possuíam uma estrutura formal semelhantes e dedicavam uma parte ao processo eleitoral das oficinas em funcionamento, de forma geral ocorrido no mês de março de cada ano, mas divulgado de forma gradativa em cada edição. Essas informações não são completas, portanto o quadro de dirigentes maçons não reflete a totalidade por duas ordens de fatores: primeiro, porque a imprensa maçônica é bastante lacunar na sua existência, circulação e disponibilidade nos arquivos; segundo, porque nem todas as oficinas enviavam as informações ao poder maçônico estadual ou nacional, o que implica divulgação incompleta. A pesquisa se deu, basicamente, nos seguintes periódicos: *Boletim do Grande Oriente do Brasil* (1871-1900); *O Maçon* (1874-1875); *A Acácia* (1876-1877); *Boletim do Grande Oriente do Rio Grande do Sul* (1893-1900). Alguns nomes foram incluídos por aparecerem em documentação manuscrita e terem sido confirmados como integrantes e dirigentes da ordem.

[424] Os dirigentes das lojas maçônicas, independentemente de sua categoria, apresentam os seguintes cargos, também denominados de funcionários ou *Luzes:* Venerável (Ven.∴), 1º. vigilante (1º. Vig.∴), 2º. vigilante (2º. Vig.∴), orador (Orad.∴), secretário (Secr.∴). Os oficiais e demais cargos eletivos mudam dependendo do rito de cada loja: no rito escocês: tesoureiro, chanceler, hospitaleiro, diáconos, cobridor interno e cobridor externo; no rito adonhiramita: tesoureiro, chanceler, experto, mestre de cerimônias, arquiteto e cobridor; no rito moderno ou francês: tesoureiro, chanceler, hospitaleiro, 1º., 2º. e 3º. expertos, mestre de cerimônia, arquiteto e cobridor. Essa estrutura administrativa das oficinas não sofreu alterações significativas durante a fase da maçonaria especulativa, aparecendo nas constituições e regulamentos maçônicos de forma idêntica no período estudado. Retiramos esses dados da *Constituição e Regulamento* G*eral do Grande Oriente e Supremo Conselho do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1899. p. 58-59.

No quadro de dirigentes maçons, constam a cidade de origem, o nome da loja, o ano da localização e as informações biográficas obtidas sobre ele. Em relação às informações de caráter biográfico, enumeraram-se os seguintes aspectos: profissão ou principal fonte de renda e sustento, participação política, nível de escolaridade e ocupações intelectuais e/ou culturais dos dirigentes[425]. O resultado desse levantamento de caráter biográfico foi a obtenção de informações sobre uma parcela bastante significativa dos componentes do quadro, as quais, em termos numéricos, correspondem a 387 dirigentes, ou seja, em torno de 40% do total dos nominados nele. Assim, a elaboração do quadro, com suas informações bastante representativas do ponto de vista quantitativo, permitiu, entre outras coisas, tornar acessível a identidade de um grupo quase sempre tido como pouco visível e analisar a origem social, escolaridade e ocupação ou ocupações profissionais dos seus integrantes no estado.

Nesse ponto, é importante destacar que, desde o início do trabalho, concebemos o grupo maçônico como tendo sua origem e sendo recrutado nas elites regionais[426], aliás, a própria bibliografia que trata sobre a caracterização social dos maçons é bastante consensual a respeito disso. Além disso, a legislação e os regulamentos maçônicos, em termos internacionais, também restringiam a iniciação maçônica àqueles que possuíam renda para custear as diversas taxas internas, assim como avaliava-se o próprio nível escolar dos recrutados. Desse modo, *status* socioeconômico e *status* intelectual eram condições primeiras para que alguém fosse convidado a ser iniciado na maçonaria.

Apenas identificar genericamente os maçons como oriundos da elite regional não satisfez, no entanto, as nossas finalidades, visto que buscávamos identificar em que momentos a ação dos maçons se devia à sua opção pela

---

[425] No Quadro de Dirigentes Maçons no Anexo 1 deste trabalho, as informações biográficas aparecem na quinta coluna e estão organizadas na seguinte ordem: o número 1 corresponde à profissão ou principal fonte de renda; o 2 relaciona a participação política parlamentar; o 3 corresponde à formação escolar e o 4, às ocupações intelectuais ou culturais dos dirigentes maçons.

[426] Por *elite regional* entendemos aqueles setores de uma determinada sociedade que ocupam as mais altas posições e que dispõem de maior acesso aos valores e ao controle dessa mesma sociedade. Nesse sentido, não existe uma única elite, mas diversas, dependendo de que valores referimos e de que controle ela exerce: elite política, elite econômica, elite intelectual ou cultural, etc. In: *Dicionário e Ciências Sociais*. Op cit. p. 389.

instituição e quando agiam como simples integrantes de um tipo particular de elite, com interesses mais ou menos homogêneos. A maçonaria gaúcha foi, portanto, uma das subculturas presentes na formação da cultura política gaúcha e, mais importante, foi uma força operante da elite, disputando espaços e projetos globais para a sociedade rio-grandense. Como integrantes da elite, possuíam o mesmo *status* social, educação, poder econômico e influência política[427].

Nos séculos XVIII e XIX, o espaço do debate e da crítica política se restringia aos esclarecidos, aos membros da elite, excluindo qualquer participação popular. Esse espaço público onde as grandes questões eram debatidas, tanto na Europa, como mais tarde, no Brasil, apresentava-se como pouco popular. Nas palavras de Chartier:

> *fundada na utilização pública da razão por pessoas particulares que abstraem, na discussão, a desigualdade das suas condições, considerando que nenhum domínio deve ser subtraído à sua competência, privilegiando as sociabilidade livres e voluntárias, mais ou menos regulados, onde reina a igualdade entre participantes escolhidos - o café, o clube, a loja maçônica, a sociedade literária - a cultura política moderna, a que surge inicialmente na Inglaterra, e depois em França, não tem de modo nenhum que ver com o povo*[428].

A liberdade de opção política e religiosa, o mais caro princípio da maçonaria internacional nos séculos XVIII e XIX, permitia que pertencessem aos seus quadros homens de diferentes posicionamentos em relação aos mesmos movimentos políticos e religiosos conflituosos, e até mesmo violentos no período em questão. Para pertencer à ordem, as qualidades exigidas consistiam em ser, comprovadamente, homem de bom caráter e moral, ser tolerante política e religiosamente e ser um humanista, principalmente filantropo. Aliás, boa parte dos iluministas e liberais também defendiam, com maior ou menor intensidade,

---

[427] Baseamo-nos também, no que se refere ao estudo das elites, no estudo de BURKE, Peter. *Veneza e Amsterdã: um estudo das elites do século XVII*. São Paulo: Brasiliense, 1991. p. 16. O autor utilizou três critérios para o estudo sociológico das elites, definidas como "grupos superiores", que são: *status*, poder e riqueza.

[428] CHARTIER, Roger. *A história cultural, entre práticas e representações.* Op. cit. p. 191-192.

essas mesmas bandeiras. No Rio Grande do Sul, objeto deste estudo de caso, a situação era semelhante. Renova-se a pergunta: o que, então, conferia unidade ao grupo e homogeneizava sua atuação externa?

Um grupo mencionado de forma tão genérica e tão desconhecido, pelo menos pela historiografia, deveria, necessariamente, ter identidade específica? Os pedreiros-livres gaúchos eram recrutados *dos* setores dominantes, mas não eram necessariamente *os* setores dominantes; constituíram-se, sim, *num* grupo no interior desses setores. No quadro de dirigentes maçons, constatamos que muitos dos nomes eram por demais conhecidos, principalmente aqueles vinculados ao campo político-partidário e da vida intelectual gaúcha. Aliás, em qualquer estudo biográfico, as informações sobre indivíduos que atuaram ou tiveram destaque no âmbito das relações de poder ou da política são obtidas com a maior facilidade. No nosso caso, entretanto, a grande maioria era formada por homens inicialmente anônimos.

As dificuldades em localizar fontes que informem a origem social ou ocupação em outros campos, principalmente nos de ordem econômica ou social, são o maior obstáculo nesse tipo de investigação. Acreditamos também que isso se deva ao desprestígio da história política e, por decorrência, ao declínio dos estudos de gênero biográfico como possibilidade metodológica a ser desenvolvida[429]. A par dos perigos dessa escolha[430], optamos por desenvolver esse quadro como um estudo de biografia coletiva na forma como foi concebido por Vandermeer[431], isto é, como instrumento de estudo da trajetória de vida dos dirigentes maçons. Esses, com características e atuações singulares, quando vistos de forma coletiva, poderiam ser fundamentais nas conclusões posteriores. Não delimitamos o estudo biográfico no campo particular da história política,

[429] Para RODRIGUES, José Honório. Op. cit. p. 206-207, houve um predomínio do gênero biográfico sobre a própria história política. E mais: "A descrição de várias vidas de uma época tem sido confinada à história política, embora raramente se procure ligá-la à história econômica e social. Namier ligou-as à história parlamentar, dissecando a vida de cada político loquaz, ativo, silencioso, acomodatício ou fiel aos seus princípios. Para conhecer a vida social e econômica, para penetrar na intimidade de uma época ou de um episódio, o largo e abundante exercício biográfico é indispensável".

[430] BURKE, Peter. *Veneza e Amsterdã*. Op. cit. p. 25, afirma: "Por mais rigoroso que se tente ser na análise de biografias coletivas, é-se obrigado a escolher essas biografias com base, em primeiro lugar, em dados mais impressionistas".

preocupação e objeto proposto pelo autor citado, mas procuramos ampliá-lo para outras áreas da história. Como alternativa para uma retomada dos estudos de história política e cultural, a metodologia do autor é bastante útil.

Em relação à historiografia brasileira, José Murilo de Carvalho[432] é ainda em muito pioneiro no estudo de história das elites, no qual nosso trabalho também em muito se enquadra. Carvalho propõe-se a explicar as características do Império brasileiro em relação à evolução dos países originários da América colonial, tendo como objeto as opções e decisões da elite política brasileira. Para tanto, estuda essas opções e decisões através daqueles que a tomaram. Segundo o autor:

> *Argumentaremos, portanto, que a adoção de uma solução monárquica no Brasil, a manutenção da unidade da ex-colônia e a construção de um governo civil estável foram em boa parte conseqüência do tipo de elite política existente à época da Independência, gerado pela política colonial portuguesa. Essa elite se caracterizava sobretudo pela homogeneidade ideológica e de treinamento. Havia sem dúvida certa homogeneidade social no sentido de que parte substancial da elite era recrutada entre os setores sociais dominantes*[433].

A busca de explicações se efetivou por meio de dados quantitativos sobre a educação, a ocupação e a carreira política do conjunto da elite política imperial, tendo o autor recorrido a informações biográficas dos seus investigados. Com isso, ele extrapolou o aspecto quantitativo, trazendo-nos uma contribuição fundamental que abre caminhos aos estudos dessa natureza. A metodologia e explicações contidas na obra citada redimencionaram o nosso trabalho, pois, como também tratamos da elite, mesmo que não exclusivamente política, recorremos inúmeras vezes à obra de Carvalho. Portanto, para efeito da caracterização econômica, política, intelectual e sociocupacional dos dirigentes

---

[431] VANDERMEER, Philip. R. The New Political History Program and Prospects. In: IGGERS, G. e PARKER (Org.). *International handbook of historical studies.* Contemporary research and theory. Londres; Methuen, 1980.

[432] A obra em questão é a já utilizada no trabalho, *A construção da ordem: a elite política imperial.* Op. cit.

maçons do Rio Grande do Sul da segunda metade do século XIX, a obra de José Murilo de Carvalho foi fundamental; foi a partir dela que chegamos a uma metodologia mais plausível para o desenvolvimento do nosso trabalho.

Merece uma observação especial o fato de as informações biográficas obtidas não serem homogêneas. No quadro de 978 dirigentes maçons elencados e em análise, foram localizadas informações de 387 deles, as quais podem dar conta da sua trajetória de vida, abarcando as suas principais atividades em vários campos ou áreas da vida social. Entretanto, em muitos casos, obtivemos apenas uma única informação sobre determinado dirigente, como, por exemplo, que era membro do Partenon Literário. Assim, para cada quadro analítico que observaremos a seguir, as totalizações quantitativas serão diferentes. Outro exemplo: sobre a participação política dos maçons, referiremos apenas aqueles dirigentes dos quais localizamos informações a respeito.

Além disso, uma das principais dificuldades para esse tipo de tarefa, e Murilo de Carvalho enfatiza muito bem, reside na diversidade de ocupações que uma mesma pessoa exercia naquele contexto, ou seja, um mesmo dirigente maçom tinha, às vezes, as mais diversas ocupações, por exemplo: era jornalista, político, funcionário público e escritor. A questão que nos colocamos então foi: qual das ocupações era a mais importante? No caso de Carvalho, foi utilizado o critério da proximidade com o governo ou com o poder, pois o seu interesse era a política[434]; já, no nosso, sendo os objetivos diferentes, procuraremos localizar os maçons em diversos espaços próprios da elite regional para, somente então, identificar em qual ou quais atividades a sua atuação era especificamente maçônica. Portanto, procuraremos utilizar critérios que permitam uma abrangência maior em comparação àqueles operacionalizados por Carvalho.

Para tanto, este capítulo foi dividido em duas partes principais, objetivando demonstrar quem eram os dirigentes maçons no Rio Grande do Sul e onde atuavam especificamente como tal. Na primeira parte, partimos do estudo da trajetória de vida dos dirigentes dos quais obtivemos informações sob a perspectiva econômica, ou fontes de sustento, e da sua participação no âmbito

---

[433] Idem, p. 17-18.
[434] Idem, ibid, p. 86-87.

político-partidário. A partir desse ponto, de forma analítica, passamos, para a segunda parte, procurando desenvolver uma caracterização do perfil e dessas ocupações intelectuais e/ou culturais, pois foi nesse campo que imaginamos localizar a sua atuação específica em espaços públicos: na imprensa e na literatura. Nesse sentido, a hipótese para o questionamento indicado é a seguinte: a particularidade e a homogeneidade de atuação dos dirigentes maçons estiveram, então, vinculadas ao anticlericalismo observado no combate sistemático via propaganda e ações?

A propaganda se utilizou largamente da literatura e da imprensa maçônica e profana para *divulgar os malefícios da superstição e do fanatismo católico*. O racionalismo, o progresso, o cientificismo e tantos outros conceitos do pensamento em voga foram assumidos por boa parte do grupo maçônico que, com isso, se contrapunha aos maiores inimigos da maçonaria: os jesuítas. Dessa forma, a maçonaria, em razão de sua inserção social e intelectual, promoveu ou, no mínimo, incentivou o debate sobre razão e progresso contra ultramontanismo e atraso, em outras palavras, se fez presente no grande embate entre o pensamento liberal e cientificista e o pensamento católico-conservador. Em termos práticos, isso significou que a maçonaria gaúcha, por intermédio dos seus dirigentes, foi uma das responsáveis pelos progressos obtidos na luta política que envolvia liberais de diversos matizes políticos: a grande luta liberal do país pela separação Estado e Igreja.

A abrangência das informações sobre o perfil dos dirigentes maçons pode ser alcançada pela divisão, para efeito de análise, do quadro geral de dirigentes maçons em quatro enfoques diferentes, com o que pretendemos localizar os integrantes da maçonaria nos diferentes espaços em que circulavam. O primeiro enfoque focaliza as informações sobre aspectos econômicos, isto é, faz uma caracterização da origem econômica e/ou principal fonte de renda e de sustento dos dirigentes maçons gaúchos; o segundo privilegia a participação política dos maçons, observada nas três esferas de poder - local, regional ou estadual e nacional - nesse caso, evidenciaremos apenas os maçons que

ocuparam cargos de representatividade parlamentar. Cada um dos enfoques será exemplificado com a trajetória de vida profana e maçônica de alguns dirigentes.

A seguir, já na segunda parte, o terceiro quadro apresenta as informações sobre a formação escolar dos maçons gaúchos. Aqui, como as informações se restringem especialmente aos maçons com nível superior, detemos-emos nesse segmento. Por último, analisaremos as ocupações intelectuais e/ou culturais dos dirigentes maçons, independentemente de outras funções por eles desenvolvidas e vistas nos quadros anteriores. Nesse tópico, a imprensa e o mundo literário aparecem com destaque entre as ocupações intelectuais da elite regional como também dos integrantes da maçonaria.

Em relação à montagem do quadro de dirigentes maçons, merecem ainda ser destacadas algumas informações que dão conta da parcialidade ou dúvidas que possam aparecer em relação aos dados. A dificuldade de se chegar a fontes maçônicas internas e fechadas[435], pelo menos durante esta pesquisa, não nos permitiu obter maiores certezas em relação ao período em que determinado maçom foi dirigente; assim, um maçom localizado como dirigente em 1876 pode ter se desligado da instituição logo a seguir. Ainda, as informações biográficas não se limitam ao ano em que ele foi localizado como dirigente, pois entendemos que, de modo geral, o tempo de duração médio de permanência na instituição era longo[436].

Nesse mesmo sentido, houve dificuldades na obtenção de informações biográficas sobre os dirigentes maçons elencados, o que nos obrigou a recorrer à vasta literatura que nos auxiliasse na identificação daqueles. Os dirigentes maçons com passagens na vida política parlamentar, principalmente com cargos

[435] Referimo-nos aqui sobretudo aos livros-atas das oficinas, que certamente trariam informações mais precisas se quantificadas em relação ao tempo ou período em que um maçom pertenceu à ordem. O acesso a essa documentação não nos foi negado explicitamente, mas também não foi colocado à disposição nos arquivos maçônicos. O caráter deste trabalho não foi prejudicado por esse fato, pois por este ser ainda inédito propiciou estudo e análise mais genéricos.

[436] Conforme o quadro de dirigentes maçons, identificamos 23 deles que pertenceram à ordem pelo menos por mais de vinte anos, em alguns casos até quarenta anos, como é exemplar a trajetória maçônica de Júlio Napoleão dos Santos, pertencente à loja Rocha Negra, de São Gabriel. O número é certamente muito superior, pois existe uma tendência do não-rompimento e do caráter hereditário de opção maçônica. Mesmo assim, é importante mencionar que o quadro é lacunar e que, em alguns períodos, a maçonaria deixou de funcionar em muitas cidades. Assim, o período de mais de vinte anos sofreu interrupções, o que não invalida a nossa constatação, pois, quando do retorno às atividades, os mesmos dirigentes reapareciam.

nas esferas regional e federal, foram mais facilmente localizados, já que aparecem com freqüência em obras de história do Rio Grande do Sul, em dicionários e na imprensa do período ou imediatamente posterior. Da mesma forma, as informações sobre os maçons com destaque na vida intelectual são localizadas com maior facilidade, visto que as suas obras, revistas e jornais de caráter literário ou técnico-científico estão à disposição nas bibliotecas e livrarias e arquivos.

Portanto, se houve uma relativa facilidade na obtenção de informações biográficas sobre uma parcela dos dirigentes maçons, encontramos dificuldades com a maior parte deles, sobre os quais as fontes mais comuns informam muito pouco. Esses não são mencionados na historiografia rio-grandense, em dicionários biográficos ou bibliográficos, nem na imprensa mais importante do período. Recorremos, então, a uma literatura mais ampla e que nos auxiliasse a trazê-los à tona, pondo fim - para nosso trabalho - ao seu anonimato[437].

Passemos, então, à análise quantitativa do quadro de dirigentes maçons a partir da divisão dos enfoques propostos anteriormente.

[437] Nesse caso, estão as histórias municipais, os almanaques industriais e estatísticos, propaganda e publicidade na imprensa do período, a documentação referente a atos do governo da província, etc. Essas referências estão também incluídas nas fontes e bibliografia no final do trabalho.

2. ORIGEM ECONÔMICO-SOCIAL E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DOS *PEDREIROS-LIVRES* GAÚCHOS

2.1. O enfoque da perspectiva econômica

A análise do primeiro quadro quantitativo, cujo enfoque tratou de observar a origem econômica ou principal fonte de renda e sustento dos dirigentes maçons gaúchos, objetiva a confirmação do fato de que esses eram recrutados na elite regional. Nesse sentido, não perdemos de vista que, no século XIX, a maior parte da população se concentrava no meio rural e que as principais fortunas da elite econômica eram originárias desse setor. Para o nosso trabalho, então, observar onde se situavam os dirigentes maçons da perspectiva econômica auxiliou na construção do perfil desse grupo no Rio Grande do Sul.

Nesse sentido, optamos por dividir as várias possibilidades de fortuna ou sustento em que os dirigentes maçons se enquadraram na conhecida divisão por setor econômico: setor primário, setor secundário e setor terciário. Assim, pudemos perceber a origem social dos maçons e situá-los como um grupo recrutado na elite econômica. No setor primário, localizamos informações quase sempre sobre maçons cuja origem e principal meio de sustento foi a grande propriedade[438]. Assim, para efeito dos dados quantitativos, incluímos nesse grupo de proprietários rurais as identificações, como fazendeiros, estancieiros, pecuaristas e charqueadores.

No setor secundário, tivemos dificuldades em diferenciar industrialistas, manufatureiros e artistas, no sentido de ocupações nas *artes e*

[438] Não incluímos, no Quadro de Dirigentes Maçons (Anexo 1), três dirigentes maçons localizados com a denominação *agricultor*. Foi caso de Oscar Michel, dirigente maçom da loja Zum Treuen Bunde de Nova Petrópolis; José Altenhoffen dirigente da loja Fraternidade Estrelense, do município de Estrela, e Felice Gavioli, da loja Força e Fraternidade de Caxias do Sul. Essas regiões de colonização alemã e italiana não se caracterizaram, economicamente, pela grande propriedade e, sim, pela diversificação; assim, a denominação *agricultor* está ligada a colono. Nessa mesma loja de Nova Petrópolis, localizamos dados sobre os seus integrantes em 1902, onde, numa listagem de 46 maçons, 26 eram denominados de agricultores. Esse fenômeno não foi comum, mas deve ter ocorrido em algumas cidades. DIENSTBACH, Carlos. Op. cit. v.2. p. 362-363.

ofícios, ou artesão com um pequeno negócio familiar. Como a maioria dos identificados com informações mais precisas poderiam ser considerados, na época, industrialistas e manufatureiros, incluímos nesse grupo também os artistas, mesmo que o seu contingente tenha sido de pequena expressão[439]. Assim, no setor secundário, optamos por quantificar os dirigentes que ocuparam ou desenvolveram suas iniciativas econômicas como industrialistas, manufatureiros e artistas, os quais, pelas informações obtidas, possuíam negócios que envolviam recursos financeiros de algum vulto.

Por último, detivemo-nos no setor terciário - de prestação de serviços - que, majoritariamente, abarcou a maioria dos dirigentes maçons do período. Dividimos esse setor em capitalistas, proprietários e empresários, incluídos aí aqueles dirigentes cuja atividade econômica não ficou explícita, mesmo que os indícios tenham apontado para algum tipo de vinculação com aquelas de caráter urbano e, até mesmo, comercial. Em seqüência, aparecem com muito destaque os comerciantes e, em menor número, os guarda-livros. O grupo denominado de *funcionalismo público* enquadra os dirigentes maçons da administração direta e indireta, os magistrados e os militares. O grupo seguinte é composto pelos profissionais liberais, aqui aparecendo, sobretudo, advogados, médicos, engenheiros e jornalistas. Por fim, há um grupo denominado de *outros,* que engloba algumas atividades difíceis de classificar numa estrutura econômica ainda bastante simplificada.

Passamos, então, para os dados sobre as atividades econômicas ou principal fonte de sustento dos dirigentes maçons no período, cujos números são os seguintes:

---

[439] Uma exceção importante foi a existência da loja Artistas de Pelotas, formada exclusivamente de trabalhadores artesãos ou das artes e ofícios, que foi fundada em 1871 pelo Grande Oriente do Brasil e que, em 1882, trocou de nome para Rio Branco. Dos nomes constantes da primeira diretoria, identificamos apenas o maçom Frederico Trebbi como pintor e professor de desenho. Em relação à particularidade dessa loja, *A Acácia - folha maçônica.* 1876, ano 1, n. 51, p. 4, transcreveu a seguinte notícia veiculada no *Diário de Pelotas*: "A sociedade secreta Artista, estabelecida nesta cidade, e composta na sua totalidade de homens de trabalho, acaba de dar mais um agigantado passo, que muito a nobilita e eleva na consideração daqueles que amam tudo que é útil. No dia 1º de janeiro, essa sociedade fundara montepio, o qual fornecerá aos seus consócios enfermos, médico, botica, e uma quantia diária que os preservará de lutas com as primeiras necessidades da vida".

Quadro 4: Distribuição setorial dos dirigentes maçons na segunda metade do século XIX

SETOR PRIMÁRIO	**Número**
Proprietários rurais	20
Subtotal	20
SETOR SECUNDÁRIO	**Número**
Industrialistas/manufatureiros	14
Artistas	5
Subtotal	19
SETOR TERCIÁRIO	**Número**
Capitalistas, Proprietários e Empresário	04
Comerciantes	49
Funcionalismo público (geral)	65
*Magistratura	23
*Militares	11
Profissionais liberais	55
Outros	15
Subtotal	222
Total	**261**

Fonte: Quadro de Dirigentes Maçons no Rio Grande do Sul (Anexo 1)

A predominância do setor terciário aponta para o caráter essencialmente urbano da instituição. Do total de informações obtidas nesse enfoque, no caso de 261 dirigentes maçons com informações biográficas sobre origem de sustento, 221 se concentraram nesse setor, com destaque para os comerciantes, funcionalismo público e profissionais liberais. Ainda, demonstra-se a proximidade dos maçons, em primeiro lugar, com o mundo da política, por meio, fundamentalmente, dos cargos ou empregos públicos; em segundo lugar, eles se vinculavam ao campo intelectual e cultural já que as profissões liberais ofereceram, naquele contexto, a maior parte dos intelectuais, destacando-se aí os advogados, jornalistas e professores. As lojas maçônicas se constituíam, de fato, num espaço de sociabilidade tipicamente urbana num período em que as opções de convivência e de lazer eram muito poucas. Assim, a pequena presença de maçons oriundos ou identificados no setor primário confirma o caráter eminentemente urbano da instituição.

Por outro lado, devemos considerar que esses números não podem ser considerados absolutos. Certamente, o contingente de dirigentes maçons oriundo

do setor primário foi superior, como observou Carvalho no caso da composição da elite política imperial brasileira. Segundo o autor, as fontes são bastante falhas, principalmente quando se trata dos proprietários rurais, pois "raramente são eles descritos como tais se possuem outra ocupação de magistrado, advogado, médico"[440]. De fato, observamos um grande número de dirigentes maçons que eram filhos de tradicionais famílias de grandes proprietários rurais, os quais, nas informações biográficas recolhidas, não são mencionados com essa ocupação ou, mesmo, sua origem.

Outro aspecto que revela uma provável superioridade numérica em relação aos integrantes do setor primário é a presença de diversos maçons identificados somente pela ocupação de *oficiais da Guarda Nacional*[441]. A representação desse setor é certamente superior, podendo ser usada como indicativo adicional, tal como o fez Carvalho: os "oficiais de ordenança, capitães-mores, sargentos-mores, morgados, barões e oficiais da Guarda Nacional"[442]. A origem social desses esteve vinculada tradicionalmente à grande propriedade e, em menor escala, ao comércio. Assim, não incluímos os militares da Guarda Nacional nem entre o grupo denominado de *militares,* nem como proprietários rurais ou comerciantes em razão da incerteza quanto às suas verdadeiras origens. Ainda, sobre cinco dirigentes maçons, somente localizamos a informação de que compunham as forças militares da Guarda Nacional; em alguns casos, essa mesma informação veio acompanhada de outras ocupações econômicas ou profissionais[443]. Optamos, então, por não quantificá-los como tais, já que ou foram quantificados pela atividade econômica obtida ou desconhecemos uma atividade.

---

[440] CARVALHO, José Murilo. Op. cit. p. 97.

[441] A Guarda Nacional foi criada pela lei de 18 de agosto de 1831, estruturada em unidades das três armas. Segundo PAULA, Eurípedes Simões de. A organização do exército brasileiro. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História geral da civilização brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand, 1993. v. 3, p. 276: "de todos os atos militares da Regência nenhum teve a importância e a repercussão daquele que criou a Guarda Nacional que tão assinalados serviços prestou durante o Segundo Reinado, principalmente na Guerra do Paraguai, e que na República auxiliará a debelação da Revolta da Armada. Ao menos nos primeiros tempos substituiu com vantagens alguns dos disparatados corpos de milícia que formavam o nosso exército territorial e que vinham do período colonial. Assim puderam desaparecer as milícias, ordenanças, guardas cívicas e municipais".

[442] CARVALHO, José Murilo de. Op. cit. p. 97.

A maçonaria pode ter servido como um espaço privilegiado de homogeneização da elite gaúcha, naturalmente periférica por estar afastada dos centros decisórios mais importantes, isolada culturalmente dos pólos produtores de cultura. Nesse contexto, a instituição propiciou o contato e a socialização entre os diversos segmentos da classe dominante regional, ligando o setor rural com o urbano. Ainda, trouxe e difundiu informações políticas, culturais e ideológicas correntes no mundo, criando um espaço para o debate dessas questões, além de conferir *status* e prestígio aos seus membros por meio, entre outras estratégias, da proximidade com o poder, como, por exemplo, das nomeações a cargos públicos.

Os números do setor secundário parecem ser menos problemáticos. A segunda metade do século XIX não poderia ser classificada como industrialista ou manufatureira no caso do Rio Grande do Sul, onde os primeiros passos para o desenvolvimento sistemático da industrialização chegaram somente nas primeiras décadas do século XX; antes disso, esse setor se confundia com *artes e ofícios*, isto é, o desenvolvimento manufatureiro, em muitos casos, era artesanal, em pequena escala e com mão-de-obra familiar. Apesar disso, e de forma relativamente isolada, aparecem nessa fase as primeiras iniciativas de maior vulto e investimento. Assim, contabilizaram-se, entre os industrialistas e proprietários de manufaturas de algum porte, 14 dirigentes[444]; entre os artistas, pequenos artesãos que normalmente comercializavam sua própria produção, localizaram-se apenas cinco[445]. Esse pequeno número de dirigentes maçons passível de identificação nesse setor reflete a realidade econômica gaúcha e também a origem do recrutamento maçônico nele.

---

[443] Entre os dirigentes em que aparece a informação de militar da Guarda Nacional, em cinco casos foi a única informação; em nove, eram grandes proprietários; três funcionários públicos; três eram comerciantes; um médico; um advogado, um agrimensor e um magistrado.

[444] Conforme quadro em anexo, localizamos os seguintes dirigentes maçons como industrialistas dos setores: Oficina de Mármore de Antônio José da Silva (Porto Alegre); cantina e fábrica de produtos suínos de Antônio Pieruccini (Caxias do Sul); o químico alemão Carlos Erdmann como industrialista (São Leopoldo); indústria de calçados de Frederico Bier (São Leopoldo); fábrica de máquinas a vapor de Fernando Bertschinger (Porto Alegre); a Carpintaria Porto-Alegrense, de Germano Steigleder Sobrinho (Porto Alegre); indústria de couro de João Greiner (Bagé); fábrica de móveis de João P. Rasmussem ou J. P. Rasmussem (Rio Grande); a indústria do setor de carvão de Nicácio Teixeira Machado (São Jerônimo); o industrial Nicolau Petry (São Leopoldo); uma cervejaria, uma olaria e uma fábrica de vinhos de Rodolfo Félice Laner (Caxias do Sul) e uma indústria de calçados de Salomon Schereschewski (São Leopoldo). A maioria dessas indústrias aparecem nas últimas duas décadas do século XIX.

Importante, nesse sentido, é observar que os poucos dirigentes maçons ligados à atividade industrial manufatureira já se concentravam nas cidades que mais tarde se tornariam os pólos de maior desenvolvimento no Rio Grande do Sul - Porto Alegre, São Leopoldo e Caxias do Sul - cujas características e qualidades sustentaram o primeiro surto industrial. A diversificação que desvinculou a economia gaúcha da pecuária sulista tradicional trouxe à arena social e política novos segmentos ou grupos que, sobretudo a partir da virada do século, ganharam expressão também como elite regional. Referimo-nos à divisão econômica entre a parte sul do território gaúcho, com as estâncias dedicadas à pecuária, e o norte, com uma vocação de economia mais moderna e diversificada.

Foi, portanto, o setor terciário que se constituiu em espaço econômico primordial de recrutamento maçônico e cuja superioridade quantitativa não deixa dúvidas em relação a essa realidade: do total de 261 dirigentes de que se obtiveram informações, 222 se concentravam nesse setor. O equilíbrio com que aparecem comerciantes, funcionários públicos e profissionais liberais reflete certamente o perfil econômico e profissional do conjunto da maçonaria gaúcha. Devemos levar em conta, para fins desta análise, que as opções profissionais e de ocupações eram muito poucas no período, refletindo a simplicidade da estrutura econômica e profissional referida por Carvalho, que observou o mesmo fenômeno em nível nacional[446]; no caso dos dirigentes maçons gaúchos, grupo oriundo da elite regional, a realidade não foi diferente. Os maçons foram, então, um grupo tipicamente urbano, não só porque estavam fixados nas cidades, mas também porque tinham suas ocupações e profissões vinculadas a essa esfera.

Mesmo assim, em muitos casos se tornou difícil localizar a ocupação profissional ou principal fonte de sustento devido à variedade de denominações encontradas para a mesma ocupação, por exemplo: capitalista, negociante, comerciante e proprietário aparecem freqüentemente com o mesmo sentido. Assim, após uma verificação mais cuidadosa de vários casos, chegamos a um pequeno grupo de dirigentes que denominamos de *capitalistas, proprietários e empresários,* os quais possuíam um empreendimento urbano, no entanto, pelas

---

[445] Entre os cinco artistas identificados, dois eram alfaiates, dois eram tipógrafos e um sapateiro.
[446] CARVALHO, José Murilo. Op. cit. p. 87.

informações obtidas, não se enquadravam nem como industrialistas nem como comerciantes. Apesar do pequeno número de maçons nesse grupo, pode-se observar que a estrutura econômica, também na virada do século, apresentava-se mais complexa, existindo atividades pouco comuns, tais como proprietários de companhias de seguros[447].

O segmento dos *comerciantes* foi o que ofereceu maior facilidade de identificação, ainda que muitos dos seus integrantes possuíssem, concomitantemente, outras ocupações, principalmente em nível de vida política regular[448]. Observamos, no entanto, que essa atividade econômica mantinha-se como fonte principal de sustento ou de fortuna. O número bastante expressivo de dirigentes maçons que se dedicaram ao comércio, aqui englobando desde o pequeno, de miudezas, até o grande comércio de importação e exportação, coincide com as estatísticas disponíveis sobre as atividades profissionais e/ou econômicas dos maçons em nível nacional.

Entre as escassas estatísticas que a própria maçonaria nacional realizou acerca da composição social ou profissional de seus integrantes no século XIX, localizamos uma de 1875. Essa, mesmo sendo de caráter parcial, já refere 34 lojas em funcionamento naquele ano e pertencentes exclusivamente ao Grande Oriente do Brasil, apresentando dados bastante reveladores de uma tendência percebida também no Rio Grande do Sul. Os números nela constantes são os seguintes:

[447] Este foi o caso de Balduíno Röhring, capitalista; Bento Rodrigues Salazar, negociante; Carlos Gama Lobo d'Eça, proprietário; Francisco das Chagas Henrique, negociante; Francisco de Paula Ibirapuitã Ourique, empresário; João Becker, empresário (dono de Lanchão), e Rodolfo Ehlers, empresário.

[448] Um exemplo pode ser o dos comerciantes que exerceram cargos na vida política local e regional, dos quais localizamos 16 dirigentes maçons.

Quadro 5: Estatística maçônica brasileira sobre a composição social dos seus filiados

MEMBROS EFETIVOS	MAÇONS
Comerciantes	2 150
Fazendeiros e lavradores	204
Artistas	168
Proprietários	206
Médicos	101
Advogados e magistrados	99
Empregados públicos	346
Náuticos	104
Clérigos	19
Militares	134
Total	3 531

Fonte: Estatística Maçônica. In: *Boletim do Grande Oriente do Brasil*. 1875, ano 4, n. 3. p. 211-212.

Os dados apresentados no quadro 5 confirmam a forte presença de comerciantes nos quadros da maçonaria brasileira, aliás, tal representatividade em termos numéricos foi também mencionada por historiadores maçons contemporâneos àquele contexto. João Antunes, maçom português, em obra sobre a maçonaria mundial nos primeiros anos do nosso século e ao referir a ordem no Brasil, fez uma crítica contundente a respeito da constatação de que o número de comerciantes comprometia o nível cultural da instituição no país. Para o autor:

> *Mas ainda predomina bastante o ceticismo religioso e até o materialismo, nas Lojas em que há muitos anos costumam filiar-se os comerciantes e que têm quase sempre como Veneráveis, homens de modestíssima cultura, aferrados incondicionalmente à política e à revolução*[449].

As críticas do autor à "modestíssima cultura" desses dirigentes maçons - comerciantes - deviam-se, certamente, à comparação com um padrão mais intelectualizado observado em países europeus. Entretanto, independentemente dessa visão, Antunes não deixou de perceber o fenômeno da presença de comerciantes na maçonaria nacional. No Rio Grande do Sul, os

[449] ANTUNES, João. Op. cit. p. 62.

números demonstram também uma presença marcante desses entre os seus dirigentes, embora no quadro de dirigentes maçons, inicialmente, não sejam em número tão expressivo, dividindo-se a predominância entre empregados públicos e profissionais liberais. É provável que muitos profissionais liberais e funcionários públicos fossem também comerciantes, porém, como não foi localizada tal informação, prevaleceu outra ocupação na sua identificação.

O segmento seguinte, o dos funcionários públicos ou empregados públicos, foi o que quantitativamente ofereceu o maior número de dirigentes, predominância que já anuncia uma proximidade e intimidade dos maçons com o mundo da política e do poder político. Tal afinidade esteve atrelada em muito à possibilidade da indicação e nomeação para cargos públicos, ocupação preferencial e garantida numa sociedade de poucas opções profissionais. Assim, por menor que fossem os salários desses cargos, tais ocupações constituíam-se numa garantia a mais para a sobrevivência ou, em muitos casos, na única. Para os maçons, a possibilidade de nomear *irmãos* fazia parte do universo da beneficência interna e de ajuda mútua, além de que o prestígio de muitos desses cargos servia de trampolim político para muitos alçarem escalas superiores de poder.

Nesse ponto, é importante salientar que a proximidade dos dirigentes maçons com a esfera da política via empregos públicos se deu no contexto de distribuição diferenciada nos diversos níveis de poder central - provincial ou regional - e local ou municipal. O Rio Grande do Sul tinha uma baixa representatividade em nível da política nacional, o que o colocava numa situação periférica também quanto à possibilidade de ascensão política via burocracia. Na análise de Murilo de Carvalho: "a conseqüência dessa estrutura centralizada era o acúmulo de funcionários e atividades administrativas no nível do governo central, sua reduzida presença no nível provincial e quase ausência no nível local"[450].

Apesar do pequeno número de cargos à disposição nos níveis provincial e local, foram localizados 99 dirigentes maçons identificados como

[450] CARVALHO, José Murilo de. Op. cit. p. 137.

funcionários públicos, sendo que 65 deles aparecem genericamente como *funcionários* e outros como ligados a funções de administração direta que iam desde o primeiro escalão de funcionalismo até cargos públicos de menor envergadura. Nesse sentido, no primeiro escalão, estavam os secretários provinciais e depois estaduais, quase sempre fixados na capital, Porto Alegre; o segundo e o terceiro escalões se espalhavam também pelo interior do estado onde se observava o mesmo fenômeno[451], ou seja, um emprego ou cargo público não excluía outras nomeações ou indicações, de forma que um mesmo dirigente maçom podia ocupar vários outros cargos.

Um exemplo de dirigente maçom que perpassou várias funções públicas em diferentes locais, e muitas vezes de forma concomitante, é o de Carlos Trein Filho. Engenheiro alemão chegado ao Rio Grande do Sul em 1870, fixando-se na "florescente colônia de Santa Cruz", foi logo nomeado pelo governo para exercer a ocupação de agrimensor. Desde então, ocupou diversos cargos no governo: armador da Colônia de Santa Cruz; diretor da Colônia de Monte Alverne em 1878 e, após, com a emancipação das colônias, engenheiro municipal, juntamente com as funções de recolhedor de impostos e de inspetor de ensino; em 1882, foi designado para assumir as funções de diretor dos municípios de Venâncio Aires e Lajeado[452]; em 1893, mostrou-se um fervoroso federalista, o que ocasionou a anulação de sua nomeação como intendente de Santa Cruz. Segundo Dillenburg:

> *As paixões políticas, os danos morais, e os jogos de interesses fizeram-no transferir-se para a Capital, tendo ainda de suportar os sofrimentos de doenças e mortes em sua família. Abandonando a política,*

[451] Foram incluídos como funcionários públicos, indistintamente, cargos públicos tanto de primeiro escalão como secretários de governo, assim como de escalões inferiores de nomeação. Em primeiro lugar, estão quantificados os dirigentes maçons dos quais se obteve a informação genérica de que eram funcionários públicos e mais os seguintes cargos: professores, em número de nove; inspetor de instrução pública do estado, diretor de instrução pública do estado, secretário de obras públicas, padres (até 1889), auxiliares de secretarias, administrador da iluminação pública, administrador da tesouraria da Fazenda da província, administrador da mesa de renda da capital, titulares de cartório civil e criminal, coletor e escrivão da coletoria geral, encarregado da estatística municipal, delegado de higiene pública, escrivão de magistratura, presidente do conselho escolar. No caso de engenheiros, médicos, advogados e agrimensores, foi observada a atividade principal exercida por eles.

[452] Conforme DILLENBURG, Sérgio R. Carlos Trein Filho. In: MÜLLER, Telmo L. (org.). *Imigração e colonização alemã no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1980. p. 268-269.

> *dedicou-se ao comércio (...). Mais tarde, amainados os efeitos e os ressentimentos políticos, recebeu, em 1915, um convite para reingressar no quadro do funcionalismo estadual, fato que aceitou. Na Secretaria de Obras Públicas orientou a construção da estrada de ferro ligando Carlos Barbosa a Alfredo Chaves*[453].

Em 1899, Carlos Trein Filho já alcançara o grau 32º da maçonaria, recebendo o título de membro honorário do Grande Oriente do Rio Grande do Sul[454], distinção que indica a provável trajetória maçônica de longa duração, bem como a sua importância para a instituição. Nesse mesmo ano, ele pertencia à loja Lessing, da cidade de Santa Cruz.

Por conta da importância e especificidade de alguns cargos públicos, destacamos, no grupo de funcionários públicos, a *magistratura,* com 23 dirigentes identificados, e os *militares,* com 11. No primeiro caso, incluímos como magistratura apenas os juizes de carreira, abarcando os juizes de direito e os desembargadores[455]. A estrutura do sistema judiciário do Brasil imperial, com sua origem na magistratura portuguesa, fora mantida em muitos aspectos; porém, em 1832, foram introduzidas modificações no Código de Processo Criminal, tendo sido extintos os cargos de ouvidores da comarca, juízes de fora e ordinários. Na mesma reforma, foram criados cargos de juiz de direito, um para cada comarca, podendo haver nas cidades mais populosas até três deles, um dos quais acumulava a função de delegado de polícia. Em 1841, foi criado o cargo de chefe de polícia, um em cada província[456].

---

[453] Idem, p. 269.

[454] *Boletim do Grande Oriente do Rio Grande do Sul.* 1899, ano 8, n. 6. p. 9.

[455] Foram excluídos os dirigentes que exerceram função judiciária temporária ou fora da carreira. Mesmo assim, enquanto emprego público temporário ou esporádico, esses cargos também tinham prestígio e serviam como trampolim, principalmente na política local. Foi localizado um total de 59 dirigentes maçons que ocuparam cargos de função judiciária não estável: juízes distritais, juízes de paz, juízes municipais e de órfãos, promotores públicos e juiz seccional (Ver Anexo 1).

[456] A organização judiciária durante o período imperial brasileiro, mesmo mantendo a estrutura do período colonial, sofreu algumas alterações: em 1828, houve a criação dos juízes de paz, existindo um em cada uma das freguezias, eleitos como os vereadores e pelo mesmo tempo, sendo suas funções judiciais, administrativas e policiais; em 1841, com a reforma do Código de Processo Criminal de 1832, suas atribuições foram modificadas, visando à eletividade dos cargos da magistratura. Foi a partir daí que o sistema judiciário adquiriu uma estabilidade com pequenas modificações até o final do Império. CARVALHO, José Murilo de. Op. cit. p. 158.

A reforma do Código de Processo Criminal em 1841 introduziu modificações que perdurariam de forma geral durante todo o período. Segundo Carvalho:

> *Permaneceu o juiz de paz eleito, mas com atribuições muito reduzidas. A magistratura togada abrangia desde os juízes municipais até os ministros do Supremo Tribunal de Justiça. Os juízes municipais e de órfãos eram nomeados entre bacharéis com o mínimo de um ano de prática forense para períodos de quatro anos. Podiam ser promovidos a juiz de direito, ou ser nomeados para outro quadriênio, ou mesmo abandonar a carreira, pois não tinham estabilidade. Já os juízes de direito possuíam estabilidade e só perdiam o cargo por processo legal, embora pudessem ser removidos de um lugar para outro*[457].

No caso da carreira da magistratura estável, o prestígio social e político que esse cargo tinha na escala geral das ocupações disponíveis era muito grande. Mesmo depois de 1871, quando houve uma necessária separação dessa profissão com a política, manteve-se esse prestígio, o que foi também transportado para o interior da instituição maçônica. Via de regra, os postos mais elevados da magistratura acabavam por ter reconhecimento nas eleições dos grão-mestres maçônicos. No Rio Grande do Sul, dois exemplos marcantes foram os dos dirigentes maiores do Grande Oriente do Rio Grande do Sul, Antônio Antunes Ribas e James de Oliveira Franco e Souza[458].

O primeiro, um dos líderes do movimento separatista maçônico de 1893, nasceu em Santo Ângelo das Missões em 1844. Filho de estancieiro, formou-se em 1868 na Faculdade de Direito de São Paulo, abrindo banca de advocacia em Cruz Alta; foi voluntário na Guerra do Paraguai. Iniciou a carreira

---

[457] Idem, p. 158-159.

[458] O exemplo do Grande Oriente do Rio Grande do Sul se deve ao fato de ser uma potência autônoma estadual, cujos dirigentes eram originários das esferas regionais. Tomamos como exemplo os cinco primeiros grãos-mestres dessa potência, sendo três deles desembargadores: Antônio Antunes Ribas, desembargador (de 1893-1902); João Batista Pereira Souto, grande proprietário e tenente-coronel honorário da Guarda Nacional (1903-1904); Alcebíades Cavalcante de Albuquerque, desembargador (1905); João Baptista Pereira Souto (1906-1907); James de Oliveira Franco e Souza, desembargador

na magistratura exercendo o cargo de promotor público na mesma cidade, concomitantemente à de advogado. Nesse período, filiou-se ao Partido Liberal, sendo também redator da *Reforma*, órgão de imprensa do seu partido. Aqui merece destaque o fato comum da vinculação entre magistratura e política no período[459]. No caso de Antunes Ribas, a reforma judiciária de 1871 não o impediu de desenvolver de forma concomitante as duas carreiras, a política e a magistratura, de forma que ele manteve filiação e atuação partidária, tendo aderido, no final do período imperial, ao Partido Republicano Rio-Grandense e sendo um dos seus mais atuantes adeptos e parlamentar[460].

Na magistratura, exerceu o cargo de juiz municipal de Santo Ângelo de 1874 a 1878, sendo logo a seguir nomeado chefe de polícia. No final do quatriênio como chefe de polícia, foi transferido para Pernambuco para o mesmo cargo. Com o advento da República, assumiu no Rio Grande do Sul novamente o cargo de chefe de polícia, passando, em 1890, a juiz de casamentos:

> *Com a reorganização da magistratura estadual, entrou para o Superior Tribunal, que o elegeu seu vice-presidente. Mais tarde, durante o período revolucionário, desempenhou ainda o cargo de chefe de polícia, sendo acusado de violento no exercício dessas funções. O partido liberal o elegeu seu representante a Assembléia Provincial em 1875, e a Câmara Temporária, em 1880. Por motivo de divergências com Gaspar Silveira Martins, retirou-se à vida privada, abrindo banca de advocacia em Lagoa Vermelha e mais tarde em Lages. Membro influente da Maçonaria rio-grandense, foi eleito seu Grão-Mestre, exercendo esse cargo até 21 de junho de 1904, data em que faleceu*[461].

Antunes Ribas teve uma vida maçônica longa e permanente, tendo se iniciado na ordem em 1864, na loja Sete de Setembro de São Paulo, durante o

---

(1908-1916) e Carlos Frederico de Mesquita, general da Brigada Militar (1917-1931). DIENSTBACH, Carlos. Op. cit. v.1. p. 49.

[459] A reforma judiciária de 1871, cujo principal objetivo foi o de separar a função policial da judiciária, até então numa só, revelou esforço para restringir aos magistrados o exercício de cargos políticos. CARVALHO, José Murilo de. Op. cit. p. 159.

[460] PORTO ALEGRE, Achylles. *Através do passado (chronica e história*). Porto Alegre: Globo, 1920. p. 133-135.

período em que era estudante de Direito. Quando do seu retorno ao Rio Grande do Sul em 1873, filiou-se à loja Tolerância de Porto Alegre, sendo também membro fundador das lojas Luz da Serra, em Santo Ângelo (1877), e Luz Serrana, na cidade de Lages, Santa Catarina, da qual foi venerável. Além disso, foi um propagandeador do anticlericalismo por meio da imprensa, escrevendo diversos artigos sobre a questão religiosa e sendo um dos articuladores da campanha contra o jesuitismo ao idealizar os *clubes anticlericais*, que se difundiram em diversas cidades do estado[462].

Carreira semelhante teve James de Oliveira e Souza, nascido em 1841 no Paraná. Também formado em direito em São Paulo, curso concluído em 1854, transferiu-se para o nosso estado, iniciando sua carreira em 1865 como juiz da provedoria em Alegrete. A seguir, foi promotor público em Rio Pardo nos anos de 1865 e 1866; de 1866 a 1868, foi juiz municipal e de órfãos em Alegrete; em 1875, assumiu como juiz de direito em Passo Fundo onde permaneceu até 1878, sendo transferido daí para Santa Maria; em 1884, aparece como juiz de direito de Rio Pardo e, em 1891 e 1892, em Cachoeira; em 1892, assumiu como desembargador do Tribunal da Relação, depois com a nova denominação de Superior Tribunal do Estado, do qual foi presidente de 1893 até 1914, quando se aposentou[463]. Na sua passagem por Passo Fundo, foi figura marcante, sendo pioneiro na organização da maçonaria local:

> *Na sua permanência aqui, fez ele parte da loja maçônica Concórdia III, sendo Venerável da mesma. Continuadora de tal oficina, a loja Concórdia do Sul, há muitos anos, rendeu-lhe homenagem, criando em seu recinto a Biblioteca Dr. James Franco e colocando o seu retrato no respectivo salão de honra*[464].

Opção profissional de muitos bacharéis, a magistratura, porém, não abriu portas a todos. A carreira na magistratura iniciava-se através da nomeação

---

[461] Idem, p. 134-135.
[462] *Boletim do Grande Oriente do Rio Grande do Sul*. 1904, ano 13. n. 1. p. 4-10.
[463] Índice Onomástico de Juízes. AHRGS.

de bacharéis para o cargo de juiz municipal e de órfãos para quatriênios, quando, então, podiam ser promovidos para juiz de direito. A permanência na carreira era, porém, acessível apenas a poucos, mesmo quando renovada a nomeação para mais quatro anos; geralmente, ocorria o abandono de carreira. No caso dos dados quantificados desse grupo de profissionais - os magistrados -, excluímos, então, os juízes municipais e de órfãos, os juízes substitutos, os promotores públicos e os juízes distritais, pois ficou constatada a transitoriedade da maioria dos casos estudados. Além disso, os dirigentes maçons identificados possuíam outras ocupações, não sendo essa a mais importante. Por outro lado, a expressiva presença desses cargos nos alerta para a importância da nomeação como fator de proximidade com a esfera do poder, já que o exercício da justiça era uma das funções públicas mais importantes[465].

O grupo de funcionários públicos que aparecem como *militares* apresentou maiores problemas para sua identificação, tendo-se obtido em números relativamente reduzidos. Entre os problemas na obtenção de informações biográficas sobre eles, está a pouca precisão quanto às diferenças entre militares da Guarda Nacional e do Exército Nacional. Em muitos casos, nas informações biográficas obtidas, eles aparecem simplesmente como militares - havendo assim, com pouca freqüência referências à sua respectiva patente. Podemos supor, que o número deles seja superior ao alcançado neste trabalho - 11 dirigentes -, pois o Rio Grande do Sul, como região fronteiriça e palco de inúmeros conflitos bélicos, mantinha um contingente militar permanente.

A carreira militar não foi a ocupação preferencial para os filhos das famílias abastadas, sobretudo a partir de 1850. No Rio Grande do Sul, a origem social dos militares não estava longe da realidade nacional:

> *Se o pai ou um padrinho não pudessem encontrar meios de pagar o curso de um filho no Liceu provincial, abria-se a este, então a perspectiva de prestar exame de ingresso à Academia Militar. Tendo*

---

[464] OLIVEIRA, Francisco Antonino Xavier e. *Annaes do município de Passo Fundo*. Passo Fundo: Gráfica e Ed. da Universidade de Passo Fundo, 1990. v. 3, p. 217.

[465] Não foram incluídos os delegados e subdelegados de polícia como integrantes do sistema judiciário, pois, com a reforma de 1871, essas funções foram separadas das judiciárias. Optamos, então, por incluir esses últimos como funcionários públicos.

> *êxito, as preocupações financeiras do pai estavam superadas, pois o governo proporcionava moradia, alimentação, educação e um modesto dinheiro no bolso. Os que dispunham de fundos suficientes para enviar um filho à escola de Direito ou Medicina, normalmente escolhiam este caminho, mas para aqueles que lutavam com dificuldades financeiras, as academias militares muitas vezes apresentavam a única alternativa a uma vida miserável*[466].

Em certa medida, o prestígio social da alta oficialidade militar se deve ao fato de ela ter tido algum destaque no Rio Grande do Sul. Em termos maçônicos, mesmo que o contingente de dirigentes maçons com essa ocupação não tenha sido grande, muitos militares estiveram entre os líderes máximos da instituição, ou seja, juntamente com a magistratura, esse grupo atingiu alguns dos mais altos cargos maçônicos[467].

Exemplos de dirigentes maçons que exerceram cargos de destaque na oficialidade militar gaúcha foram os seguinte: marechal de campo Manoel Marques de Souza (1852-1853); marechal de campo Francisco Félix da Fonseca Pereira Pinto (1859-1860)[468]; marechal de campo Augusto César da Silva (1884-1885, 1887, 1889-1890). Além desses, João Pereira Maciel Sobrinho, tenente-coronel do Corpo de Engenheiros, nascido em Porto Alegre em 1847 e falecido em 1905[469]. De forma geral, a maioria dos dirigentes maçons do grupo de militares teve uma trajetória semelhante se observado o período em que atuaram, participando da guerra contra Rosas, da Guerra do Paraguai, ou aderindo à causa abolicionista e republicana a partir do final do conflito com o Paraguai.

Um dirigente maçom representativo dos homens que tiveram essa ocupação profissional foi o conde de Porto Alegre, Manoel Marques de Sousa. Neto e filho de militares, todos nascidos na cidade de Rio Grande e também participantes nos principais confrontos militares em que o Brasil esteve

---

[466] SCHULZ, John. O exército e o Império. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História geral da civilização brasileira*. São Paulo: Difel, 1985. v. 6, p. 241.
[467] Ver citação do rodapé 38, que relaciona os primeiros grão-mestres e ocupações (na parte da magistratura).
[468] Conforme PORTO ALEGRE, Achylles. *Homens ilustres do Rio Grande do Sul*. Op. cit. p. 21-22
[469] Ver referência em: VILLAS-BÔAS, Pedro Leite. *Dicionário Bibliográfico Gaúcho*. Op. cit. p. 143.

envolvido a partir do final do século XVIII[470], o conde Porto Alegre nasceu em 1805 e faleceu em 1875; com apenas treze anos, iniciou-se na carreira, assentando "praça no 1º Regimento de Cavalaria da extinta divisão de voluntários reais". Participou do conflito em torno da independência da Cisplatina, tendo sido promovido a capitão na batalha do Rosário em 1827; esteve presente também nas guerras do Uruguai e Paraguai. Sobre essa última, Porto Alegre informa:

> *Por ocasião da guerra do Paraguai, o General Marques de Sousa havia abandonado a muitos anos a carreira das armas. Requintes de susceptibilidades fizeram-no deixar para sempre os labores da vida de soldado. Mas, quando o país apelou para o patriotismo de seus filhos, vendo suas fronteiras invadidas pelas forças paraguaias, o nobre general esqueceu todos os ressentimentos, que guardava no coração, e ofereceu-se como voluntário para servir o exército que ele tantas vezes tinha guiado no caminho da vitória*[471].

Quando se afastou da vida militar, Manoel Marques de Sousa se voltou para a política, tendo conseguido - através de seu prestígio em muito originário da carreira bem-sucedida - papel de destaque na política regional e nacional. Representou o Rio Grande do Sul no parlamento nacional de 1856 a 1866; na Assembléia Provincial, foi parlamentar nas legislaturas de 1846, 1858-1859, 1862-1863, pelo Partido Liberal Progressista. Além disso, foi nomeado ministro e secretário dos Negócios da Guerra, "lugar que pouco tempo exerceu, por ter caído dias depois o gabinete Zacarias de que fazia parte"[472].

Sobre a trajetória maçônica de Manoel Marques de Souza, as fontes não dão conta de muitas informações. A referência mais importante aparece em Carlos Dienstbach, que informa ter sido ele um dos maçons mais ilustres da loja Fidelidade e Firmeza, de Porto Alegre, à qual teria pertencido já durante o

---

[470] Sobre os combates militares em que estiveram envolvidos, ver em: FLORES, Moacyr. *Dicionário de história do Brasil*. Porto Alegre: Edipucrs, 1996. p. 499-500.
[471] PORTO ALEGRE, Aquiles. *Homens ilustres do Rio Grande do Sul.* Op. cit. p. 22.
[472] Idem, p. 27. Ver também FREITAS, Leopoldo. Conde de Porto Alegre. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.* 1933, ano 8, IV trimestre. p. 143-154.

período da Guerra do Paraguai[473]. Esse dado é questionável já que, ao que consta, a referida loja deixou de funcionar em 1859, só retornando a suas atividades em 1874; assim, dificilmente esse maçom teria pertencido a ela nos anos da guerra, isto é, de 1865-1870. Por outro lado, a imprensa e autores maçons freqüentemente mencionam o conde de Porto Alegre como integrante da ordem durante toda a sua trajetória militar e política[474].

No grupo de ocupações ou profissões seguintes, o dos *profissionais liberais*, foram localizados 55 dirigentes maçons, o que é também bastante representativo quantitativamente. Foram incluídos como profissionais liberais aqueles maçons cuja atividade principal, econômica ou de sustento, foi identificada como advogado, médico, engenheiro, farmacêutico e jornalista. Nesse grupo, assim como em alguns outros já tratados, a dificuldade de se precisar a principal ocupação tornou-se problemática já que os maçons ocupavam vários cargos e diversas ocupações. Esse foi o caso dos engenheiros, cuja dependência ao emprego público ocorreu na maioria dos casos, principalmente vinculados ao Exército - até o ano de 1874 a única escola de engenharia do Brasil era a Academia Militar do Rio de Janeiro[475]. Nesses casos, eles aparecem como funcionários públicos e não profissionais liberais. Já os farmacêuticos, que na sua maioria possuíam casas de comércio, as *boticas*, aparecem, via de regra, como comerciantes, pois suas atividades se concentram e se mantêm dependentes do comércio.

Entre os jornalistas, foram incluídos como *profissionais liberais* somente aqueles para quem essa atividade foi a principal ou a que conferiu maior prestígio ao dirigente maçom. Nesse sentido, cabe destacar que uma parte significativa dos *profissionais liberais*, os mais letrados, estiveram ligados de alguma forma à imprensa, mesmo que esporadicamente como colaboradores; muitos jornalistas também eram funcionários públicos. Nessas situações, foram

---

[473] DIENSTBACH, Carlos. Op. cit. v. 3. p. 456.

[474] Exemplar, nesse sentido, é a afirmação de Morivalde Calvet Fagundes: "Em 1874 o Conde de Porto Alegre (que era maçom) e o dr. José Ewbank da Câmara, que foi deputado na Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul". *Rocha Negra: a legendária*. Op. cit., p. 23. O conde de Porto Alegre esteve presente na sessão de regularização da loja maçônica Rocha Negra em 15 de setembro de 1873, tendo, inclusive, dirigido a solenidade, função de dirigentes. Idem, p. 31.

[475] SCHULZ, John. *O exército e o Império*. Op. cit. p. 238.

incluídos no grupo de jornalistas aqueles cuja permanência e continuidade na atividade conferiu-lhes o *status* da profissão. Já, no caso dos advogados e médicos, mesmo que acumulassem outras ocupações, a tarefa de definir a principal atividade ocorreu com maior facilidade. Os advogados, em não sendo magistrados, possuíam banca de advocacia que eram mantidas independentemente de outras ocupações; quanto aos profissionais de medicina, a maioria deles também ocupando emprego público, mantinham uma clínica ou consultório médico, de onde advinha, senão a maior parte do seu sustento, pelo menos a manutenção de seu prestígio social.

Apesar do perigo de se quantificar determinado dirigente maçom em ocupações que não fossem as principais (em razão de informações pouco precisas das fontes consultadas), os dados apresentados no quadro de dirigentes (Anexo 1) servem como referência na construção de um perfil inicial e genérico dos maçons gaúchos. Dito isso, pode-se inferir que os dirigentes maçons mais representativos e de destaque social quantitativamente foram recrutados desse grupo. Carvalho chama a atenção de que, no Brasil do século XIX, eram esses os profissionais que mais se aproximavam de uma elite intelectual:

> *Vários destes profissionais eram também funcionários públicos. Eram-no, como já mencionamos, os professores. Decidimos fazer uma exceção e classificá-los em grupo distinto por várias razões, a mais importante sendo o fato de que esses elementos constituíam o que mais se aproximava de uma elite intelectual (...). Quase metade dos escritores brasileiros que viveram entre 1870 e 1930, por exemplo, foram professores das escolas públicas. Além disso, como professores, não se envolviam em tarefas de governo no sentido estrito. Mas não há dúvida de que pelo lado dos interesses materiais, representado pelo salário, eles se prendiam ao Estado tanto quanto os outros funcionários*[476].

No grupo em que a atividade como *profissionais liberais* foi a mais importante, foram identificados e incluídos entre os dirigentes maçons 20

[476] CARVALHO, José Murilo de. Op. cit. p. 88-89.

jornalistas, 17 advogados, 14 médicos e dois engenheiros. Localizamos também dois professores de ensino de 3º grau que se encaixam no grupo[477]; contudo, esses não foram contabilizados como tal, pois suas atividades principais eram como profissionais liberais. A esse grupo retornaremos no quadro sobre as atividades intelectuais, já que boa parte desses dirigentes maçons desenvolveram influência sistemática no debate e na produção de conhecimentos, sendo, sem dúvida, formadores de opinião. Aqui, então, interessa-nos a sua presença enquanto profissionais liberais. Tomamos como exemplo de perfil profissional dois dirigentes maçons, um advogado e um médico, cuja trajetória profissional e de vida maçônica pode ser considerada padrão.

Entre os advogados, Jorge Reis, da cidade de Bagé, retrata um perfil comum entre os maçons que exerceram essa ocupação, pois dificilmente localizaríamos um advogado que tenha se dedicado exclusivamente à profissão. Isso porque, como já foi dito, o prestígio dos bacharéis em direito, além da opção pela magistratura, lhes conferia opções profissionais e políticas maiores que outras profissões. Além de banca própria, os empregos públicos e as atividades propriamente intelectuais lhes eram inerentes. No caso de Jorge Reis, formado em direito provavelmente em São Paulo, foi ele também funcionário público, jornalista, historiador, professor e militar da Guarda Nacional (alferes em 1883).

Todas essas atividades foram desenvolvidas na cidade de Bagé, onde nasceu em 1865 e faleceu em 1924. Como funcionário público, ocupou os cargos de professor, promotor e encarregado da estatística municipal de Bagé. Na função de jornalista, foi diretor do jornal *Cruzeiro do Sul* da mesma cidade a partir de 1878, sendo autor de diversas publicações, a maioria de caráter

---

[477] Os dirigentes maçons que também desenvolveram essa atividade profissional foram Joaquim José Felizardo Junior e Luiz Nogueira Flores. O primeiro nascido em Porto Alegre em 1870, formou-se em engenharia no Rio de Janeiro em 1893; foi nomeado, então, para a Carta Cadastral do Rio de Janeiro e, logo a seguir, desempenhou suas funções na Estrada de Ferro de Porto Alegre a Uruguaiana; em 1897, foi nomeado chefe da comissão de estudos do rio Jacuí e, em 1899, em concurso, foi aprovado como chefe de seção da Diretoria das Obras Públicas. Foi também professor da Escola de Engenharia de Porto Alegre. PORTO ALEGRE, Achylles. *Vultos e factos do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1919. p. 36-37. O segundo, nascido também em Porto Alegre em 1871 e falecido em 1942, formado em medicina no Rio de Janeiro, foi diretor da Assistência Pública Municipal de 1898 a 1907; foi também professor do Ginásio Júlio de Castilhos, na disciplina de História Natural, e professor da Faculdade de Medicina de Porto Alegre a partir de 1906. FRANCO, Sérgio da Costa. *Porto Alegre: guia histórico*. Op. cit. p. 176.

biográfico e histórico[478]. Não chegou a ocupar cargos políticos locais ou, mesmo, regionais, como a maior parte de advogados, mas exerceu influência nos círculos políticos locais. A sua inserção social pode ser observada pela presença como sócio benemérito da Sociedade Protetora dos Artistas, na condição de delegado da Sociedade Abolicionista Luso-Brasileira em 1883 e como organizador do Clube Abolicionista de Bagé.

A trajetória maçônica de Jorge Reis acompanhou a maior parte da história da maçonaria naquele município, sendo ele um dos mais ativos pedreiros-livres por ter pertencido a diversas lojas. Foi iniciado na loja Fraternidade em meados da década de 1870, sendo um dos fundadores da loja Amizade, em 1894, portanto durante a Revolução Federalista; com ela objetivava combater o clima de violência geral através da fraternidade e da paz entre os *irmãos* de Bagé, um dos cenários mais importantes do conflito. Na loja Amizade, Jorge Reis ocupou o cargo de secretário da diretoria provisória; em 1901, passou a pertencer à loja Amor e Caridade, sendo orador na primeira diretoria[479].

Entre os dirigentes maçons cuja ocupação profissional principal foi a medicina, o perfil é quase sempre muito semelhante, pois a maior parte desses ocupou também cargos públicos, sendo políticos locais e sócios de instituições beneficentes[480]. Entre esses, o nome de Jonathas Abbott Filho merece destaque especial, principalmente pela sua participação na organização maçônica do município de São Gabriel. Abbott nasceu em 1825 em Salvador, na Bahia, onde também cursou medicina[481]; ainda estudante, aos 23 anos, foi iniciado na ordem, em 3 de julho de 1848, na loja Caridade Universal. No mesmo ano, já nas fileiras do Exército, veio para o Rio Grande do Sul como médico-militar do 4º Batalhão de Caçadores, na função de cirurgião-ajudante. Consta que em 1851 já estava em

[478] As suas principais publicações foram: General João da Silva Tavares - Visconde de Serro Alegro - Esboço biográfico. *Almanaque Litterário e Estatístico do Rio Grande do Sul.* Rio Grande: Liv. Americana, 1908; João Mallet - Barão de Itapevi. In: Idem, 1909; Forte de Santa Clara. In: Idem, 1909; *Apontamentos históricos e estatísticos de Bagé*. Op. cit. VILLAS-BÔAS, Pedro Leite. Op. cit. p. 202-203.
[479] DIENSTBACH, Carlos. Op. cit. v.1. p. 102-111.
[480] Enquadram-se nesse perfil os seguintes médicos: Cândido Alves Machado, Francisco Abreu Espíndola, Jaime Almeida Conto, João Albano de Souza, João Batista M. de Souza, João Landell e Lybio Vinhas.
[481] Faleceu em São Gabriel em 1887.

São Gabriel servindo no 1º Regimento de Artilharia a Cavalo, também como médico[482].

Após período intenso de atividade militar, reformou-se em 1862, fixando-se com sua família definitivamente em São Gabriel[483]. Nessa cidade, foi figura importante, tendo desenvolvido diversas iniciativas humanitárias, a principal delas como idealizador da Santa Casa de Caridade, cuja construção foi iniciada em 1855. No período posterior ao final da guerra contra o Paraguai, foi um dos fundadores da loja maçônica Rocha Negra daquela cidade, no ano de 1873. Cabe destacar que seus filhos, Jonatas, João Frederico e Fernando, foram todos maçons de longa trajetória, aspecto que mereceria um estudo mais aprofundado já que é bastante comum o caráter hereditário da opção maçônica.

Como maçom, ocupou sete vezes o cargo de venerável da loja Rocha Negra, cujo empenho dos seus integrantes no movimento abolicionista merece especial atenção. Pelo que foi levantado empiricamente até o momento, essa talvez tenha sido a loja que assumiu com mais fervor a causa, como veremos mais adiante. Nesse sentido, Jonathas Abbott foi um dos mais empenhados abolicionistas, tendo sido uma das suas iniciativas como integrante do clube abolicionista a relatada a seguir:

> *Dr. Jonathas Abbott, em bela peça de oratória, disse que era necessário dar emprego e trabalho aos filhos de escravos livres e lembrou a conveniência da Loja encomendar para a Europa um ou dois teares e bem assim um mestre tecelão. Essa idéia encontrou guarida e em 29 de setembro [1874] foram designados para constituir a comissão encarregada de tratar da instalação da oficina de tecelagem*[484].

Concluindo com o último grupo desse quadro, cuja denominação é *outros,* foram nele localizados 15 dirigentes maçons, incluindo profissionais que

---

[482] FAGUNDES, Morivalde Calvet. *Rocha negra: a legendária*. Op. cit. p. 12. O mesmo autor informa que Jonathas Abbott Filho participou também das guerras contra Rosas e depois contra o Paraguai.
[483] SPALDING, Walter. Os Abbott no Rio Grande do Sul. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.* Rio Janeiro. v. 266. 1965. p. 42.
[484] SCHRÖDER, Celso. *Uma instituição benemérita*. Op. cit. p. 211.

não se enquadraram nos grupos anteriores. Aqui apareceram profissões pouco comuns no período estudado, como, por exemplo, bancários, nesse caso altos funcionários[485], funcionários de empresas privadas[486], guarda-mor da Alfândega de Rio Grande[487], artista plástico[488], músico[489], pastor evangélico[490] e três agrimensores. Foi também incluído no grupo o padre Bernardo A. Pinto Brandão, dirigente maçom da loja Humanidade, de Palmeira das Missões, em 1897. O critério utilizado para a inclusão de um padre como funcionário público e outro como *outros* foi a separação Estado e Igreja advinda da proclamação da República, quando o clero deixou de ser mantido pelo governo.

Os dirigentes maçons vistos sob a ótica econômica e profissional ou da própria origem social foram, na sua maioria, integrantes da elite regional, situando-se entre os profissionais que vinham de famílias abastadas ou sendo, no mínimo, próximos a essas. Foram as ocupações tipicamente urbanas e destinadas a letrados o principal espaço de atuação profissional dos maçons gaúchos do período estudado. Agrega-se a isso outra característica marcante na trajetória de boa parte da elite gaúcha e também do grupo de maçons: os diversos empregos, cargos e ocupações que um mesmo dirigente maçom exercia de forma concomitante. Por fim, aliando-se essa situação à expressiva participação política desses, como veremos a seguir, pode-se concluir que a maçonaria congregou algumas das principais figuras da vida econômica e política do Rio Grande do Sul entre os anos de 1850 a 1900.

---

[485] Localizamos entre os dirigentes três funcionários de bancos: Antonio Rodrigues Tavares, diretor do Banco da Província em 1899, que poderia ser também considerado empregado público; Augusto Henrique Bennet, alto funcionário do Banco Inglês de Porto Alegre, e Estanislau Vieira da Silva, simplesmente como bancário.

[486] Com essa denominação, incluímos três dirigentes: Guilherme Pietzcker, funcionário da Companhia Inglesa de Seguros Contra Incêndios; João Batista Taloni (Júnior), guarda-livros da loja comercial Mauá e Cia e Lúcio José Gomes Porto, agente de negócios particulares.

[487] O dirigente Menandro Perry.

[488] Trata-se do pintor e professor particular de desenho e pintura Frederico Trebbi, artista italiano radicado em Pelotas desde o ano de 1870, cuja fonte de sustento foi sua produção artística. Conforme GUIDO, Ângelo. Trinta anos de pintura (1925-1955). In: *Enciclopédia Riograndense.* Op. cit. v. 3. p. 183.

[489] Incluímos o músico e compositor João Barbosa Cordeiro da cidade de Cruz Alta, regente da Banda Municipal.

[490] Este é o caso do primeiro pastor evangélico de Porto Alegre, Erdmann Wolfram, que foi localizado como dirigente maçom em 1876 na cidade de Santa Maria.

2.2. Os maçons e a política

A influência da maçonaria na esfera da política é ainda nos nossos dias mencionada com uma quase naturalidade. Em certa medida, o senso comum relaciona maçonaria e política a partir da idéia propagandeada por muito tempo por autores maçons e antimaçons, que supervalorizaram uma possível influência da instituição nesse âmbito. A tradição de explicar a participação política maçônica a partir da célebre tese do padre Augustin Barruel ganhou adeptos no mundo todo. O seu antimaçonismo, revelado na análise da Revolução Francesa de 1789, pode ser assim sintetizado:

> *O ex-jesuíta procura demonstrar que o terremoto político de 89 foi a resultante de uma conjura monstro, em que a incredulidade, a rebelião e a anarquia trabalharam em conjunto. E na exposição do esforço conspiratório, apresenta-nos de mãos dadas os enciclopedistas, os mações e os iluminados da Baviera. Barruel fez escola nas fileiras contra-revolucionárias, quanto à responsabilização da maçonaria (em curso com o filosofismo) pelo avanço das forças 'subversivas' no século XVIII (...). Importa acrescentar, no entanto, que, responsabilização da maçonaria à parte, a denúncia e exorcisação do liberalismo não foi apanágio dos círculos 'apostólicos' e legitimistas. Cooperaram nela homens intelectualmente de esquerda, senão até afectos ao maçonismo*[491].

O argumento da maquinação e complô das sociedades secretas, sobretudo da maçonaria, visando à obtenção do poder político e à destruição da Igreja se firmou numa literatura antimaçônica para além-países. No Brasil, como vimos na primeira parte deste trabalho, Gustavo Barroso foi o principal expoente desse tipo de literatura, cujas teses frutificaram e reforçaram as condenações da Igreja Católica ao maçonismo. Além disso, as idéias se difundiram na sociedade *profana* suscetível ao discurso católico, sobretudo no século XX. Dessa tradição,

[491] DIAS, Graça e J. S. da Silva. *Os primórdios da maçonaria em Portugal*. Op. cit. v. I, t. I, p. 156-157.

restou uma certa explicação consensual de que a maçonaria, de fato, e através de suas maquinações obscuras, possuía influência política.

A tese do complô, explicação utilizada pelos inimigos ideológicos da ordem, foi reforçada pela sua própria literatura, pois, ao excluir o sentido negativo dessa tese, a historiografia maçônica produziu obras apologéticas que reforçaram a idéia de sua importância na política. Basta lembrar a valorização dada à presença maçônica nos principais acontecimentos da política brasileira no século XIX. Assim, enquanto antimaçons e maçons foram responsáveis pelo estabelecimento de um vínculo inseparável da maçonaria com a política, a literatura acadêmica, por muito tempo, tratou da questão de forma insuficiente. Portanto, cabe ainda desvendar o verdadeiro papel da maçonaria na vida política brasileira.

Alexandre Mansur Barata, analisando a participação de maçons junto ao parlamento brasileiro e em postos da administração pública no período de 1870 a 1910, constatou que ela foi bastante expressiva[492]. Segundo os dados apresentados:

> *Durante o Segundo Reinado, uma análise da relação dos 85 nomes que compuseram os gabinetes ministeriais, entre 1870 e 1889, revelou que aproximadamente 13% deles pertenciam ou pertenceram à Maçonaria. Já no Conselho de Estado este percentual aumentava para 30% dos 48 Conselheiros no mesmo período. por sua vez, a relação dos 77 senadores vitalícios das seis províncias mais importantes do Império - Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, São Paulo, Bahia e Pernambuco - revelou um percentual aproximado de 21% de maçons*[493].

Para o mesmo autor, essa realidade se repetiu no período da República Velha, quando a primeira geração de republicanos possuía um contato estreito com a ordem maçônica. Apesar de não apresentar dados a respeito dessa conclusão, o autor, à moda dos historiadores maçons, relaciona o nome de vários

[492] BARATA, Alexandre Mansur. *Luzes e sombras...* Op. cit. p. 163-164.
[493] Idem, p. 164.

republicanos identificados como maçons[494]. A análise da realidade política gaúcha no mesmo período revela, no entanto, uma situação diferente, já que, mesmo observando uma tendência a posições republicanas a partir dos últimos anos do Império, os dirigentes maçons se dividiram entre as facções políticas em disputa.

No Rio Grande do Sul, os maçons participaram ativamente dos círculos políticos e das relações de poder visto que se constituía numa província, depois estado, periférica e de pouca expressão política nacional. Nesse sentido, e a partir dessa perspectiva, a intensidade da participação bem como o nível da sua influência são ainda difíceis de quantificar. O quadro de dirigentes maçons da segunda metade do século XIX, analisado sob a ótica da presença parlamentar de maçons, pode apresentar algumas pistas. Como vimos anteriormente, a origem social dos integrantes da maçonaria esteve ligada à elite econômica regional, ou pela fortuna e patrimônio familiar, ou pela ocupação profissional. Da mesma forma, a perspectiva política apontou para uma forte presença desse grupo também na composição da elite política regional.

A expressiva participação de dirigentes maçons, principalmente na esfera regional e local da política parlamentar[495] no Rio Grande do Sul, demonstra uma proximidade e intimidade no âmbito das relações de poder. O destaque conferido se deve, fundamentalmente, à observação de que um grande número de dirigentes maçons foi identificado somente por essa ocupação, principalmente em se tratando da esfera da elite local. Destacamos aqui que, no campo da política, encontramos com mais facilidade informações sobre a presença de dirigentes maçons. Certamente, tais dirigentes, que aparecem unicamente como políticos locais ou regionais, ocupavam outras funções remuneradas e tinham o seu sustento oriundo especialmente do comércio ou da

---

[494] Idem, ibid. p. 165.

[495] Por *política parlamentar*, incluímos os dirigentes maçons que ocuparam cargos de representação política, eleitos ou nomeados no período em questão. Na esfera local, a qual se poderia denominar também de municipal, apareceram: vereadores, presidentes das câmaras municipais (no período imperial) e integrantes das juntas governativas, intendentes e vereadores (no período republicano). Na esfera regional, aqui no sentido de província ou estado do Rio Grande do Sul: deputados da Assembléia Provincial (no período imperial) e deputados da Câmara dos Representantes (no período republicano). Quanto à esfera nacional, incluem-se os deputados da Câmara dos Deputados e Senado (no período imperial) e os deputados da Câmara Federal e do Senado (no período republicano).

grande propriedade rural. Como não obtivemos outras informações, preferimos, desse modo, analisá-los a partir somente dessa perspectiva.

O resultado da apresentação dos dados quantitativos servirá, então, para dimensionar o papel da maçonaria na vida política gaúcha durante a segunda metade do século XIX. De antemão, podemos afirmar que, se houve tal influência, ela se deu de duas formas: por meio de um tipo de poder indireto exercido por dirigentes maçons e pelo poder simbólico representado pela instituição. No primeiro caso, como o maçonismo não pressupõe um projeto político mais ou menos uniforme para a sociedade nem um conjunto de teses filosóficas e políticas acabadas, como, por exemplo, o positivismo, seria difícil afirmar o que exatamente pretendiam os maçons-políticos. Acrescente-se a isso, e reiteramos esse aspecto, que a liberdade política e religiosa colocou maçons em lados opostos na luta parlamentar e no mundo das religiões. Que influência política unitária ou monolítica teriam exercido os maçons defensores da monarquia e maçons defensores da república, para ficarmos na principal pergunta?

O poder indireto que circunscreveu a ordem, pelo menos no Rio Grande do Sul, esteve relacionado às facilidades, benefícios e privilégios que seus membros adquiriam estando próximos à burocracia estatal e sendo integrantes da elite política parlamentar. Isso não é pouco se for considerada uma sociedade de poucas oportunidades até mesmo para a elite. No caso gaúcho, numa economia periférica e agropecuarista, portanto pouco urbanizada no período, isso significava maiores facilidades na obtenção de rendas suplementares, ou até mesmo principais em muitos casos. Assim, a par de que muitos políticos, independentemente da condição de maçons, alçariam posições importantes no cenário regional e alguns poucos na política nacional, a maioria deles, principalmente os da esfera municipal, dependiam muitas vezes dessas posições. A maçonaria, por meio da solidariedade interna, era um meio auxiliar para que obtivessem tais benefícios.

Nesse mesmo sentido, *poder indireto* deve ser entendido como a indicação de *irmãos* para concorrer a cargos políticos, muitas vezes confundidos

com empregos públicos. A oficina maçônica era o local onde as articulações desse âmbito ocorriam com facilidade, de modo que poder indireto e filantropia interna andavam de mãos dadas. Entretanto, a possibilidade de influenciar indiretamente na política e nas relações de poder ia além disso. A sociabilidade maçônica, apesar de períodos de conflitos que abalaram a ordem no Rio Grande do Sul, permitiu que seus espaços fossem importantes quando alguns temas da esfera política interessavam sobremaneira à ordem, como especialmente o anticlericalismo e a luta pela secularização da sociedade brasileira.

Em relação ao poder simbólico que envolveu e ainda envolve a instituição em muitos casos, a sua origem está, sem dúvida, no combate sistemático da Igreja Católica, que criou mitos sobre a maçonaria e seus verdadeiros objetivos. Por outro lado, a existência de um segredo jamais revelado caracterizaria a instituição como ritualística, simbólica e obscura, o que suscitou a construção de um imaginário popular acerca de um poder muitas vezes sobrenatural. Justamente por causa dessa concepção é que a ordem também se fortaleceu e se impôs como um agente concreto nas relações de poder. Em conseqüência, ser maçom credenciava muitos de seus integrantes a ambicionar posições e facilidades; de outro modo, negar espaço a um maçom poderia significar atentar contra deuses ou poderes misteriosos e, até mesmo, satânicos.

A par dessas considerações iniciais, passemos aos dados referentes à participação de dirigentes maçons na política parlamentar da segunda metade do século XIX no Rio Grande do Sul. Nesse ponto, novamente merece ser destacado que os dados quantificados se referem exclusivamente àqueles dirigentes dos quais foram obtidas informações biográficas a respeito da sua participação na política, sendo, portanto, dados parciais, que refletem, por sua vez, somente parte da totalidade ou que somente possuem sentido nessa perspectiva. O número total de dirigentes maçons sobre cuja participação política foram localizadas informações no período estudado foi de 126, ficando, portanto, dentro da estimativa de mais de 10% do total no Rio Grande do Sul (Anexo 1), que é de 978[496].

[496] Como critério para a definição e quantificação do nível a que determinado dirigente maçom pertencia quando ocupou posições na esfera local, regional ou nacional, utilizamos o nível mais elevado da sua

Quadro 6: A participação dos dirigentes maçons enquanto políticos

Nível político	Nº de dirigentes
Local	81
Regional	34
Nacional	12
Total	126

Fonte: Quadro de dirigentes maçons no Rio Grande do Sul (Anexo 1)

2.2.1. Os políticos locais

A relação maçonaria e política se iniciava, via de regra, nas esferas municipais de poder. O número de dirigentes maçons identificados como políticos locais, além de bastante expressivo, é revelador de uma das principais vocações da própria maçonaria. A situação geral dos municípios brasileiros no período, principalmente no tocante à desorganização administrativa, escassez de recursos e ausência de autonomia política, reservava às elites locais um tipo particular de poder, calcado no mandonismo local e na privatização das funções públicas. Esse fenômeno, já bastante analisado pela historiografia e pelas ciências sociais, conferiu por um longo período da história brasileira, até pelo menos a década de 1930, poderes quase ilimitados aos chefões locais.

Assim, frente à incapacidade de o Estado brasileiro de chegar aos municípios ou localidades periféricas, os compromissos que eram assumidos com os poderes locais estariam plenamente justificados. Em troca da concessão ou manutenção de privilégios, o poder local fazia as vezes do poder público nos municípios. Os integrantes da maçonaria, recrutados também, via de regra, nesse grupo social, participavam então das relações privatizantes do poder. No caso dessa esfera de poder, a ocupação principal dos dirigentes maçons não foi exclusivamente a política, ou seja, somente alguns desses se destacaram como políticos profissionais.

Os dirigentes que permaneceram apenas como políticos locais atuaram quase sempre tendo, de forma paralela, outras atividades ou profissões, senão vejamos: dos 81 dirigentes maçons identificados, obtivemos informações sobre outras atividades de mais da metade deles. Entre essas se destacaram as seguintes

---

participação na política parlamentar. Por exemplo, se o dirigente foi um político regional e nacional, ele

ocupações: treze eram comerciantes; dez, funcionários públicos; seis, proprietários rurais; dois, jornalistas; três, industrialistas; dois, advogados; um, agricultor; um, médico; um, militar e um, artista. Tais dados confirmam os números gerais vistos até agora, evidenciando a presença expressiva de comerciantes e funcionários públicos entre os dirigentes maçons; também denotam que a trajetória de vida pública e maçônica é bastante semelhante entre os casos analisados, ou seja, em primeiro lugar, eles se mantêm em algum cargo da política local por um longo período de tempo, com isso, igualmente, mantendo-se como integrantes da maçonaria por amplo período.

Esse é o caso de Antônio Joaquim Marques de Carvalho Júnior, primeiro intendente do município de Bento Gonçalves e que se manteve no cargo por 32 anos, cuja trajetória maçônica acompanhou a sua atuação política. Ele foi iniciado na ordem em 1894, ano de fundação da loja Concórdia dessa mesma cidade, tendo sido seu dirigente na primeira diretoria e se mantendo na loja até pelo menos 1910. Isso é comprovado pelo fato de seu nome aparecer na lista dos maçons que contribuíram financeiramente para as reformas no templo ou sede da loja[497]. Da mesma forma, destaca-se Eugênio Veríssimo da Fonseca, oriundo de tradicional família de Cruz Alta, cujas atividades constituem um bom exemplo, ocupando o cargo de presidente do Conselho Municipal em 1890 naquele município e, em 1892, de membro da junta de intendentes, além de ter sido comerciante e militar da Guarda Nacional[498]. Iniciou sua vida maçônica em 1877 na loja Harmonia Cruzaltense e, quando do reerguimento da loja em 1895, fez parte da sua primeira diretoria no cargo de tesoureiro[499].

Merece também referência o dirigente maçom João Landell com atuação na cidade de Rio Grande e, depois, em São José do Norte. Nascido em 1827 em Porto Alegre, era filho do inglês Robert Landell, tendo iniciado seus estudos superiores na Academia de Medicina de Edimburgo, completando-os em Nova Iorque. Depois de formado em medicina, retornou ao Brasil, fixando

---

foi incluído somente no nível nacional.

[497] DIENTSBACH, Carlos. Op. cit. v. 1. p. 121-122.

[498] ROCHA, Prudêncio. *A história de Cruz Alta.* Cruz Alta: Gráfica Mercúrio, 1980. p. 108-109; ROSA, Isaltina V. do Pilar. *Um povo...uma cruz...uma cidade...Cruz Alta.* Rio de Janeiro: Tipo Editor, 1981. p. 238.

[499] DIENTSBACH, Carlos. Op. cit. v. 2. p. 230-232.

residência em Rio Grande já em 1855[500] e exercendo, desde então, essa profissão e diversos empregos públicos. Como muitos outros maçons, participou também da Guerra do Paraguai. Os cargos políticos mais importantes que ocupou foram, sem dúvida, a Intendência do município de São José do Norte, em 1892, e a Presidência do Conselho Municipal desse mesmo município em 1900.

A vida maçônica de João Landell se iniciou fora do Brasil durante o período em que foi estudante de medicina no exterior. Quando do seu retorno ao Rio Grande do Sul, filiou-se à loja União Constante, na qual permaneceu até por volta de 1867. Nessa época, liderou, juntamente com outros maçons, uma dissidência interna em razão de não aceitar a filiação da loja ao Grande Oriente dos Beneditinos, ajudando, então, a fundar a loja Progresso, subordinada ao Grande Oriente da Escócia. Ainda em 1867, a referida loja trocou de nome para Acácia Rio-Grandense, solicitando subordinação ao Grande Oriente do Brasil do Vale do Lavradio. Foi dirigente dessa loja em 1871, ocupando o cargo de venerável e já com o grau 33º desde 1870. A escassa documentação da loja nos anos posteriores não permite que se tenham informações sobre sua atuação nas décadas seguintes[501]. No período republicano, foi nomeado como intendente do município de São José do Norte, em 1892, o que fez com que transferisse a sua atividade maçônica para aquela cidade. Foi um dos responsáveis pelo reerguimento da loja São José daquele município em 1898, sendo depois eleito para o cargo de seu venerável em 1898 e 1899. Sua trajetória de vida maçônica somente foi interrompida em razão do seu falecimento em 1901[502].

Sintetizando, os dirigentes maçons que foram políticos locais, vereadores e presidentes dos conselhos municipais dedicavam-se, da perspectiva econômica ou profissional, principalmente à atividade comercial, aos empregos públicos e, em menor escala (em razão das poucas informações obtidas), eram proprietários rurais. Um número expressivo deles (localizamos 13 dirigentes)

[500]A data de nascimento de Landell não está confirmada, pois, além da mencionada acima, foi localizada também a de 1842 no *Almanak Litterario e Estatístico do Rio Grande do Sul*, organizado por Alfredo Ferreira Rodrigues. Pelotas: Ed. Pintos e Cia., 17º ano, 1905, p. 163. Essa segunda data é pouco provável em razão das informações obtidas sobre o início de seus estudos no exterior. Da mesma forma, a informação de que concluiu seus estudos em Nova York é questionável, já que quando retornou ao Brasil, entre os anos de 1851 e 1855, veio da Escócia. Conforme DIENSTBACH, Carlos. Op. cit. v. 3. p. 524.
[501] Idem, v. 3. p. 525-526.
[502] Idem, ibid, v. 4. p. 643.

integrou as forças militares da Guarda Nacional, sendo, portanto, também responsáveis, pelo menos até a passagem para o período republicano, pelo policiamento e manutenção da ordem local. O clientelismo[503] e o poder de fazer indicações podem ser observados nas nomeações para cargos de juízes, professores, delegados, subdelegados de polícia e inspetores de quarteirão, cargos públicos de nomeação do poder central. De forma geral, todos possuíam um estilo de vida tipicamente urbano. Quanto ao seu nível de escolaridade, as informações não são claras e objetivas; contudo, presumimos que a maioria deles tinha uma escolaridade média, pois participavam da vida cultural e literária nos seus municípios.

2.2.2. Os políticos regionais

A presença de dirigentes maçons em cargos político-parlamentares na esfera regional ou estadual foi menor que na política local. Localizaram-se 34 políticos que foram deputados na Assembléia Provincial no período imperial e, depois, na Câmara dos Representantes no período republicano. Os políticos classificados como *regionais* no quadro de dirigentes maçons no Rio Grande do Sul são, em parte, oriundos dos poderes locais, tendo ocupado cargos/empregos públicos de importância nas esferas locais e regionais e, em muitos casos, sendo filhos de famílias tradicionalmente influentes na vida política gaúcha da segunda metade do século XIX. Do total de dirigentes dos quais obtivemos informações a respeito de suas atuações profissionais, chegamos ao número de 26; desses, cinco foram funcionários públicos; quatro, magistrados; quatro, médicos; quatro, comerciantes; três, jornalistas; três, proprietários rurais; dois, advogados e um, militar.

Chama a atenção, diferentemente do nível político local, a crescente importância de dirigentes maçons com nível superior entre os parlamentares, especialmente os oriundos de cursos de direito. Dos 26 dirigentes identificados com informações profissionais e escolares, dez eram formados em direito e

[503] Interessante, nesse sentido, seria um trabalho de caráter específico, que tratasse da maçonaria gaúcha e do sistema coronelista. A princípio, uma parte significativa dos dirigentes maçons foram também coronéis locais; assim, clientelismo e troca de favores poderiam ser analisados de duas perspectivas: da perspectiva maçônica, seria considerado solidariedade interna e, da coronelista, manutenção do poder local.

cinco, em medicina; os jornalistas, via de regra, também possuíam estudos superiores. O número de magistrados (quatro), de advogados (seis) e de médicos (cinco) se destacou significativamente se comparado ao grupo dos *políticos locais*. Disso podemos deduzir que, à medida que a hierarquia política se aproximava do nível nacional, a composição e o perfil dos políticos também eram mais intelectualizados. Se é verdade que o que deu unidade à elite política brasileira durante o período imperial foi a homogeneização intelectual, os maçons gaúchos, por intermédio dos seus parlamentares, acompanharam a mesma tendência.

Não observamos a presença de magistrados como políticos locais, o que se justifica pela própria circularidade territorial da profissão, que exigia contínuas transferências. Assim, na maioria das vezes, os juízes de direito não chegavam a criar raízes numa cidade; por outro lado, essa permanente circulação tinha aspectos positivos, já que o tornava conhecido em grandes regiões e, por isso, um representante político ideal. Em termos comparativos, observamos, então, que o número de comerciantes e funcionários públicos é mais reduzido entre os dirigentes maçons que foram políticos regionais, os quais, na sua maioria, tinham nível de instrução superior.

Além do nível escolar, o prestígio de determinados cargos ou empregos públicos era credencial para a ascensão ao nível regional: promotores, juízes de órfãos e municipais, magistrados, diretor da Higiene Pública, coletor da mesa de rendas, etc., eram os escolhidos para a política. Aliado a isso, o prestígio familiar era um elemento a mais, principalmente no caso de filhos de grandes proprietários rurais ou comerciantes de expressão[504]. De forma geral, os políticos maçons da segunda metade do século XIX participaram da Guerra do Paraguai e, na passagem do Império para a República, foram republicanos de última hora. Além disso, tinham uma presença marcante no campo da cultura, da vida intelectual e da beneficência, principalmente na capital, Porto Alegre, local onde a maioria acabou residindo.

[504] Esse parece ter sido o caso de Fernando Abbott e Ramiro Fortes Barcelos.

Como vimos na parte dois deste trabalho, houve, no período imperial, uma predominância, entre os políticos regionais ligados à maçonaria, de sua adesão ao Partido Liberal, a qual, em termos numéricos, chegou a representar bem mais do que o dobro em relação ao Conservador. Essa característica acompanhou a própria dominação dos liberais no cenário político do Rio Grande do Sul a partir da década de 1870 e foi um fator de atração de dirigentes maçons a esse partido. Por outro lado, a presença não menos importante de maçons nas fileiras de Partido Conservador confirma a liberdade de opção política que os membros da maçonaria possuíam e, ao mesmo tempo, a ausência de um projeto político único e homogêneo para o estado.

Entre os dirigentes dos pedreiros-livres gaúchos que foram políticos regionais, poderíamos destacar os nomes de João Capistrano de Miranda e Castro e Fernando Abbott, os quais revelam o perfil desse grupo. A trajetória política e maçônica de João Capistrano de Miranda e Castro é representativa da presença de dirigentes maçons no âmbito da política regional. Ele nasceu em Santa Catarina, no início do século XIX, e faleceu em Porto Alegre em 1882; formou-se em Direito pela Faculdade de São Paulo em 1834 e "já em 1836 se achava em Porto Alegre, quando foi incluído em lista tríplice para o cargo de Juiz de Órfãos"[505]. Concomitante à sua banca de advocacia, Miranda e Castro ocupou diversos empregos ou cargos públicos nas décadas seguintes: foi promotor público, diretor-geral da Instrução Pública entre 1846 e 1847[506], diretor-geral do Tesouro Provincial e vice-presidente da província em duas ocasiões (em 1848 em 1870). De forma bastante semelhante aos integrantes da elite política regional e aos membros da maçonaria do Rio Grande do Sul que compunham essa mesma elite, sua vida política transcorreu concomitantemente a outras ocupações. Pertenceu ao Partido Conservador pelo qual se elegeu deputado da Assembléia Provincial em diversas legislaturas a partir do final do período farroupilha[507].

---

[505] FRANCO, Sérgio da Costa. *Porto Alegre: guia histórico*. Op. cit. p. 280.
[506] Ver em SCHNEIDER, Regina Portela. *A instrução pública no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Ed. da Universidade-Ufrgs / Est Edições, 1993. p. 459.
[507] Foi deputado provincial nas gestões: 1846-1847, 1850-1851, 1853 a 1857. *Parlamentares gaúchos das cortes de Lisboa aos nossos dias:* 1821-1996. Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 1996. p. 58.

A trajetória de Miranda e Castro na maçonaria gaúcha também parece ter sido longa, pois localizamos seu nome como dirigente em duas datas bem distanciadas entre si: em 1832, ele consta como membro da primeira loja maçônica do Rio Grande do Sul, a Filantropia e Liberdade da cidade de Porto Alegre[508]; em 1876, a segunda data, aparece como dirigente maçom. Nessa última data, mais de quarenta depois da primeira, ele e mais uma comissão formada por *irmãos* da loja Triunfo da Razão, subordinada ao Grande Oriente Unido, foram encarregados de visitar o novo presidente da província, Tristão de Alencar de Araripe, também conhecido maçom, para lhe dar as boas-vindas e cumprimentá-lo pelo novo cargo. Como Araripe pertencia à loja maçônica subordinada ao Grande Oriente do Brasil, a visita ocorrida em 28 de abril de 1876 em Porto Alegre teve o objetivo de estabelecer boas relações com o mandatário gaúcho[509].

Um dos dirigentes maçons de maior destaque na vida política gaúcha foi, sem dúvida, Fernando Abbott. Filho de estancieiro, foi médico, jornalista, político e diplomata, além de ser um dos principais propagandistas republicanos e exemplar na sua condição maçônica. Oriundo de uma família de muitos maçons, filho do médico e militar, Jonathas Abbott Filho nasceu em São Gabriel, em 1857, tendo-se mantido vinculado à ordem desde a sua juventude. A opção pela iniciação na maçonaria se deu certamente pelas mãos de seu pai, um dos responsáveis pela fundação da loja Rocha Negra daquela cidade em 1873. Como foi mencionado anteriormente, seus irmãos João Frederico e Jonathas foram também maçons.

Após a conclusão do curso de medicina no Rio de Janeiro, Abbott retornou a São Gabriel, onde, além de clinicar, se envolveu com a política local, especialmente com o movimento abolicionista. A primeira menção ao seu envolvimento com a maçonaria consta na sessão de 5 de setembro de 1884, já na condição de maçom, quando fez um pronunciamento a favor da abolição dos escravos. Numa reunião em sua própria casa, teria se formado uma comissão

[508] João Capistrano é um dos maçons que assinou o documento concedido a Bento Gonçalves de elevação para o grau 18º, referente ao ano de 1832, documento existente no Museu Júlio de Castilhos. DIENTSBACH, Carlos. Op. cit. v. 3. p. 480.
[509] *A Acácia - folha maçônica.* 1876, ano 1, n. 18. p. 4.

composta por outros maçons, que visava buscar os meios convenientes para se chegar à libertação dos escravos existentes na cidade. Fagundes relata da seguinte forma os encaminhamentos:

> *Lançaram-se esses beneméritos Obreiros, com a maior decisão, em sua meritória tarefa, e agindo amistosamente junto aos proprietários de escravos, com maneiras persuasivas e convincentes, foram, por toda a parte, triunfando e, em dez do mesmo mês, achava-se a zona urbana com todos os seus cativos em liberdade (...). Nessa mesma sessão de 10 de setembro o Irmão Fernando Abbott relatou e exaltou a bela atitude assumida pela Loja e propôs que fossem nomeadas comissões que agissem também na campanha do município, com idêntico fim*[510].

Além do seu envolvimento com o movimento abolicionista, Fernando Abbott também aderiu ao republicanismo em meados da década de 1880, sendo um dos fundadores do Clube Republicano de São Gabriel. Apesar de não ter ocupado nenhum cargo parlamentar em nível estadual antes da proclamação da República, nessa fase já se evidenciava a sua importância política, pois ainda em 1880 foi nomeado, provisoriamente, para o cargo de diretor-geral da Instrução Pública do Rio Grande do Sul[511]; no mesmo período, assumiu a direção da Escola Normal de Porto Alegre. Mas foi com a República que ganhou maior expressão quando eleito deputado federal nas eleições de 1890, aí permanecendo até 1896 (durante três legislaturas). Em 1895, foi nomeado para a Legação Brasileira em Buenos Aires, tendo renunciado no mesmo ano para poder assumir interinamente o cargo de vice-presidente do estado[512].

No âmbito regional, a posição mais importante ocupada por Fernando Abbott foi a de presidente do estado em duas ocasiões do conturbado período dos primeiros anos da República gaúcha[513]. Na primeira ocasião, assumiu o governo

---

[510] FAGUNDES, Morivalde Calvet. *Rocha Negra: a legendária*. Op. cit. p. 34.
[511] Manteve-se no cargo de 15 de abril de 1880 até outubro do mesmo ano.
[512] Retornou ao corpo diplomático brasileiro na Argentina em 1896, aí se mantendo até 1897 quando foi exonerado. Antes de ser membro do corpo diplomático na Argentina, já havia feito o papel de agente do governo gaúcho em Buenos Aires, isso durante a Revolta da Armada em 1892.
[513] Sobre o quadro político e partidário do período da República Velha gaúcha, ver: FRANCO, Sérgio da Costa. *Júlio de Castilhos e sua época*. Porto Alegre: Globo, 1967; LOVE, Joseph L. *O regionalismo*

estadual quando o general Cândido Costa deixou o governo, de março a julho de 1891, e depois, de setembro de 1892 a janeiro de 1893, sucedendo Vitorino Ribeiro Carneiro Monteiro entre o fim do conhecido *governicho* e a eclosão da Revolução Federalista. Nos dois momentos, ele não conseguiu apaziguar os conflitos políticos; ao contrário, como afirma Arthur Ferreira Filho, em relação a isso, "as violências e tropelias cometidas acirraram ainda mais as prevenções e malquerenças"[514]. Assim, quando Júlio de Castilhos reassumiu o poder estadual, a revolução já era irreversível.

A partir daí, sua presença na região de São Gabriel, ao lado dos legalistas, foi constante, como, por exemplo, no Combate do Cerro do Ouro, em 26 de agosto de 1893, quando acompanhou o líder governista Francisco Portugal. Fagundes, analisando a atuação política de Abbott pós-Revolução Federalista, sintetiza os seus últimos anos assim:

> *Em 1907 o prestigioso político gabrielense Dr. Fernando Abbott rompeu com o presidente Borges de Medeiros, aceitando a indicação de sua candidatura à presidência do Estado e, de colaboração com Assis Brasil, lançou os fundamentos do Partido Democrata. São Gabriel prestigiou o seu preclaro filho e só em 1916 o governo estadual conseguiu a sujeição política do leal e dedicado município, nomeando-lhe um intendente provisório, porém Fernando Abbott mostrou-se irredutível, conservando-se voluntariamente num isolamento digno até 1922, em que deu seu apoio à candidatura de Assis Brasil à presidência do Estado, e bem assim à revolução de 1923, apesar de se achar velho e alquebrado pela moléstia*[515].

Em que pese o seu rompimento com o PRR em 1906, quando saiu vitorioso Carlos Barbosa, candidato governista, durante os anos anteriores Abbott dera mostras de fidelidade ao projeto castilhista e borgista. A sua adesão

---

gaúcho e as origens da Revolução de 1930. Op. cit.; PINTO, Celi Regina J. *Positivismo: um projeto político alternativo (RS: 1889-1930).* Porto Alegre: L & PM Editores, 1986; TRINDADE, Hélgio. Aspectos políticos do sistema partidário republicano rio-grandense (1882-1937). In: DACANAL, José Hildebrando e GONZAGA, Sergius (orgs.). *RS: economia e política.* Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979. p. 119-191.

[514] FERREIRA FILHO, Arthur. *História geral do Rio Grande do Sul*. Op. cit. p. 156.

ao movimento separatista da maçonaria gaúcha culminou com a criação do Gorgs em 1893. Na condição de maçom, trabalhou no sentido de fortalecer a nova potência autônoma em diversos momentos, confirmando um vínculo dessa com o PRR; entretanto, chama a atenção o fato de a sua loja de origem, a Rocha Negra de São Gabriel, ter se recusado a subordinar-se à nova potência, mantendo-se fiel ao Grande Oriente do Brasil.

A trajetória maçônica de Fernando Abbott se manteve paralelamente à sua vida política. Durante o período em que atuou como diplomata brasileiro da Legação Brasileira na Argentina, empenhou-se em obter das maçonarias da Argentina e do Uruguai o reconhecimento à potência autônoma gaúcha, o Grande Oriente do Rio Grande do Sul. A prova de que foi bem-sucedido nos dois empreendimentos é o fato de a maçonaria argentina ter reconhecido a potência gaúcha em 22 de janeiro de 1897 e a uruguaia, em 5 de março de 1898[516].

A participação de dirigentes maçons no cenário político regional foi marcante, o que afirmamos não levando em conta os números absolutos, mas, sim, o papel de destaque que muitos deles ocuparam. A presença de líderes maçons nas diversas agremiações político-partidárias durante a fase imperial, e depois republicana, demonstra em muito as diferenças no âmbito político-ideológico dos integrantes da ordem. Mesmo que se leve em conta que, em alguns períodos, os maçons tenderam, na sua maioria, a assumir determinado partido (no Império, o Partido Liberal e, na República, o PRR), isso não significou um posicionamento político da instituição, ou seja, preservou-se, de forma geral, no Rio Grande do Sul, a liberdade política dos membros da maçonaria. Os dirigentes maçons que foram *políticos regionais* acompanharam o perfil do conjunto da elite política regional, qual seja, o alto nível de escolaridade e a origem fundiária de suas fortunas.

2. 2. 3. Os políticos nacionais

A pequena participação do Rio Grande do Sul em termos de política nacional é muito bem evidenciada pela pouca presença de dirigentes maçons em

---

[515] FAGUNDES, Morivalde Calvet. *Rocha Negra: a legendária*. Op. cit. p. 52.
[516] *Boletim do Grande Oriente do Rio Grande do Sul*. 1898, ano 6, n. 3. p. 13 e 18.

cargos no parlamento nacional na segunda metade do século XIX: dos 12 dirigentes maçons identificados como políticos nacionais, cinco atuaram no período imperial e sete, no republicano.

A pequena representatividade parlamentar do Rio Grande do Sul no cenário político nacional foi um fenômeno comum ao período estudado; da mesma forma, durante a segunda metade do século XIX, quando se observa um número reduzido de dirigentes maçons atuando no parlamento nacional. Senão, vejamos: do total de 52 deputados federais na Câmara Federal entre os anos de 1846 a 1889, somente três foram identificados como maçons[517]; no mesmo período, de 11 senadores do Rio Grande do Sul, apenas um parece ter sido maçom. Já na fase republicana, nos seus primeiros anos, num total de 42 deputados gaúchos que ocuparam vaga na Câmara Federal, localizamos apenas seis deputados federais maçons[518] e um senador[519].

O perfil sociocupacional desses parlamentares maçons foi basicamente o mesmo, devendo-se, a respeito, lembrar o fato seguinte: os que alçaram posições mais destacadas também haviam ocupado posições importantes na política regional. Dos 12 dirigentes maçons, obtiveram-se informações de que cinco eram grandes proprietários; um foi magistrado; quatro atuaram como advogados; um, como jornalista e um, militar. Esses dados se enquadram perfeitamente na caracterização da elite política brasileira do período imperial realizada por Murilo de Carvalho. Mesmo considerando que a origem de um grande número deles fosse a grande propriedade, o nível de escolaridade desses dirigentes maçons foi, indiscutivelmente, o nível superior. Assim, dos 12 políticos nacionais identificados, existem informações de que pelo menos sete possuíam curso superior completo, destacando-se os advogados e médicos.

---

[517] Os representantes do Rio Grande do Sul na Câmara dos Deputados foram: Manoel Marques de Souza, o conde de Porto Alegre, nas legislaturas de 1856 a 1866; Florêncio Carlos de Abreu e Silva, de 1873 a 1875 e em 1877, e Antônio Antunes Ribas, de 1878 a 1884. O senador maçom foi o mesmo Florêncio Carlos de Abreu e Silva, que iniciou o mandato em 1880 e que foi interrompido em 1881 em razão do seu falecimento. *Parlamentares gaúchos das cortes de Lisboa aos nossos dias* (1821-1996*).* Op. cit.

[518] Foram deputados federais os seguintes dirigentes maçons: Aparício Mariense da Silva nas legislaturas de 1894 até 1899; Fernando Abbott de 1890 a 1896, não completando o mandato; João Pinto da Fonseca Guimarães em 1894 a 1896; Marçal Pereira Escobar de 1894 a 1905, de 1912 a 1917 e de 1921 a 1923 e Pedro Gonçalves Moacyr de 1894 a 1896 e de 1906 a 1917. Idem.

[519] Foi o senador Ramiro Fortes Barcelos, que ocupou a primeira vaga de 1890 a 1906, quando renunciou. Idem, ibid.

Nesse ponto, merece atenção especial o nome de Florêncio Carlos de Abreu e Silva, que, ao que consta, era o único não advindo de uma família tradicional e de posses. Nascido em Porto Alegre em 1839 e filho de João Luiz de Abreu e Silva, militar reformado, conseguiu realizar os estudos preparatórios para cursar direito em São Paulo "com os maiores sacrifícios"[520]. A necessidade de obtenção de recursos próprios para a sua manutenção em São Paulo dão mostras da sua diferença em relação aos demais dirigentes maçons parlamentares. Segundo Leopoldo Freitas:

> *Seu progenitor era militar reformado, não dispunha de recursos para auxiliar aos filhos em estudos superiores, longe da Província, mas as revelações da inteligência e da aplicação do estudante Florêncio de Abreu induziram a Assembléia Provincial a conceder-lhe, por lei, um subsídio anual para que cursasse a faculdade de S. Paulo. O estudioso jovem rio-grandense veio matricular-se em 1857 e em todo o seu curso jurídico se distinguiu pelo talento, boa conduta, gosto pela literatura e dedicação aos interesses cívicos*[521].

Durante a realização do curso de direito, Abreu e Silva conviveu com estudantes gaúchos que, mais tarde, seriam alguns dos principais líderes políticos e intelectuais do Rio Grande do Sul, entre eles Félix da Cunha, Gaspar Silveira Martins, Felisberto Pereira da Silva, Antônio Ferreira Vianna e Timótheo Pereira da Rosa. Assim, a sua iniciação maçônica deve ter ocorrido nesse mesmo período ainda em São Paulo. Foi também nesse período que Florêncio se introduziu na ocupação intelectual, aliás atividade preferencial das principais lideranças maçônicas, tendo participação em diversas iniciativas literárias e jornalísticas, entre elas: foi redator da revista *Culto à Sciencia*, do jornal *O Tymbira,* e publicou (na *Culto à Sciencia*) a novela *A quebra do juramento*[522].

Quando do seu retorno a Porto Alegre, em 1862, filiou-se ao Partido Liberal, agremiação política então reorganizada por Osório e Félix da Cunha.

---

[520] PORTO ALEGRE, Achylles. *Homens ilustres do Rio Grande do Sul*. Op. cit. p. 103.
[521] FREITAS, Leopoldo. O senador Florêncio de Abreu. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*. 1921, ano 1, 3º trimestre. p. 308.

Grande propagandista do seu partido, escrevia freqüentemente na imprensa da capital dando vazão às suas convicções, que logo o tornariam um deputado de prestígio no parlamento gaúcho. Foi eleito pela primeira vez nas eleições para a legislatura de 1866 e, depois, de 1875 a 1881, concomitantemente com a sua presença na Câmara dos Deputados; integrou-se também na redação do órgão oficial do seu partido, *A Reforma*.

A vivência maçônica de Florêncio Abreu e Silva ficou pouco documentada já que, na década de 1860, os documentos da maçonaria gaúcha são escassos; de qualquer forma, na década de 1870, apesar da sua maior permanência no Rio de Janeiro, a imprensa maçônica regional entre 1874 a 1879[523] noticia com freqüência a ação parlamentar desse *irmão.* Refere, ainda, o cumprimento dos compromissos assumidos por ele com a maçonaria na sua atuação parlamentar, como foi o caso visto anteriormente em relação à secularização dos cemitérios no estado. Na década de 1880, nas eleições para o Senado, preencheu vaga do duque de Caxias, senador pelo Rio Grande do Sul e falecido em 1880. Em 1881, foi nomeado para presidente da província de São Paulo, cargo que ocupou por pouco tempo, pois faleceu logo depois. A questão da sua origem social é novamente destacada por Achylles Porto Alegre quando relata:

> *Em abril de 1881, foi nomeado para presidir o Estado de S. Paulo, sendo a sua escolha recebida com aplausos por gregos e troianos. O desempenho dessa delicada comissão, na época em que ia pôr à prova a lei eleitoral Saraiva, foi uma distinção que honrou sobremaneira o ilustre senador rio-grandense (...). Por pouco tempo, porém, durou o governo. Adoeceu gravemente, e a 12 de dezembro de 1881 veio a falecer o ilustre brasileiro que tão assinalados serviços prestou ao país. Morreu em extrema pobreza, legando à família um nome honrado. As despesas do seu funeral foram feitas por conta da Nação*[524].

---

[522] Idem, p. 309.
[523] Referimos aos jornais *O Maçon* e *A Acácia.*
[524] PORTO ALEGRE, Achylles. *Homens ilustres do Rio Grande do Sul.* Op. cit. p. 89-90.

Juntamente com Florêncio de Abreu, Ramiro Fortes Barcelos foi um dos maçons com maior destaque na vida política gaúcha, com uma atuação que repercutiu no cenário nacional. A multiplicidade de ocupações traça em muito o perfil de tantos personagens da elite política e maçons gaúchos, como foi o caso desse, que ocupou cadeira no Senado Federal, justificando-se aí sua inclusão como político nacional, mesmo que sua trajetória e importância política tenham se dado mais acentuadamente no Rio Grande do Sul[525]. Ramiro Barcelos nasceu em Cachoeira do Sul em 1851, sendo filho de estancieiro e formado em medicina no Rio de Janeiro em 1873. Quando do seu retorno ao estado, fixou-se em Cachoeira, onde se dedicou inicialmente à medicina, profissão que manteve durante boa parte da sua trajetória política[526].

A iniciação de Ramiro Barcelos na política se deu através do Partido Liberal, tendo sido eleito deputado provincial já em 1877. Apesar de reeleito em 1879 pelo mesmo partido, a sua posição republicana já era pública, pois, em 1878, ingressara no Clube Republicano de Porto Alegre, fazendo parte da sua diretoria[527]. As divergências com lideranças liberais apressaram a sua opção pelo republicanismo, sendo ele um dos primeiros maçons a se assumir como republicano. Segundo Moacyr Flores, "em 1-10-1881 rompeu com o chefe do Part. Liberal, Gaspar Silveira Martins. Participou da primeira Convenção Regional Republicana, sendo designado para a comissão de formação do Part. Republicano Rio-grandense (PRR)"[528].

Como parlamentar e propagandista do republicanismo, colaborou como um dos mais ativos jornalistas da *A Federação* desde o seu primeiro número, em 1º de janeiro de 1884, assinando suas matérias no jornal sob o pseudônimo Amaro Juvenal. Com o advento da proclamação da República, ascendeu como uma das principais lideranças republicanas, tendo assumido a pasta da Fazenda no primeiro governo gaúcho republicano; a seguir, foi indicado

---

[525] Foi deputado provincial nas legislaturas de 1877 a 1882 e senador de 1890 a 1905. *Parlamentares gaúchos das Cortes de Lisboa aos nossos dias: 1821-1996*. Op. cit. p. 64 e 95.

[526] Em 1882, assumiu o cargo de cirurgião-chefe do Hospital da Santa Casa de Misericórdia em Porto Alegre. FLORES, Moacyr. *Dicionário de História do Brasil*. Op. cit. p. 71.

[527] ANTUNES, Deoclécio Paranhos. Os partidos políticos no Rio Grande do Sul (1822-1889): gênese e desdobramento histórico desde a proclamação da independência à República. Op. cit. p. 260.

para a embaixada em Montevidéu; nas eleições de 1890, foi eleito senador, cargo parlamentar em que se manteve até 1906. O rompimento, em 1915, com a principal liderança do PRR gaúcho, Borges de Medeiros, retirou-o do cenário político e foi assim descrito por Flores:

> *A 12-10-1906 foi assinado o contrato entre o governo federal e a empresa estrangeira que iria construir os molhes da barra e o porto de Rio Grande, RS, tendo como procurador o senador Ramiro Barcelos. Em 1915, Antônio Augusto Borges de Medeiros reprovou moralmente a Barcelos por essa participação. Nesse ano, Barcelos queria candidatar-se novamente ao Senado, mas Borges de Medeiros, seu primo distante, indicou o medíocre Hermes da Fonseca, ex-presidente da República, como candidato oficial do partido. (...) As eleições fraudulentas deram vitória esmagadora a Hermes da Fonseca. Ramiro se vingou escrevendo em 1915 o poemeto Antônio Chimango, uma biografia satírica de Antônio Borges de Medeiros*[529].

Além de médico, político e jornalista, Ramiro Barcelos foi também poeta e historiador[530], corroborando o perfil comum a outros membros da elite regional, ao qual se acresce a sua condição de maçom. A primeira notícia relacionada à sua condição maçônica aparece em 1876, quando, na cerimônia de regularização da oficina Progresso Municipal da cidade de Cachoeira, "o Ir∴ Ramiro Barcelos proferiu um discurso em comemoração à nova loja[531]".

Da perspectiva política, os dirigentes maçons gaúchos obtiveram um destaque inquestionável no quadro político-partidário da segunda metade do século XIX, ainda que não definidor dos rumos e das grandes decisões políticas ocorridas no período, as quais, certamente, foram resultado do conjunto das ações de todos os grupos que compunham a totalidade da elite regional. Os maçons, enquanto integrantes dessa elite, contribuíram para o desenrolar dos

---

[528] FLORES, Moacyr. *Dicionário de História do Brasil*. Op. cit. p. 71.
[529] Idem.
[530] Ver sobre as obras publicadas de Ramiros Barcelos em: VILLAS-BÔAS, Pedro Leite. *Dicionário bibliográfico gaúcho*. Op. cit. p. 24-25.
[531] *A Acácia - folha maçônica*. 1876, ano 1, n. 15. p. 2.

principais conflitos e das principais definições políticas, influência que evidencia na sua intimidade com a política, na sua presença constante nos espaços de decisão política, assim como nos espaços públicos gaúchos.

3. OS MAÇONS E SUA ESCOLARIDADE: OCUPAÇÕES INTELECTUAIS E CULTURAIS

Paralelamente às ocupações propriamente profissionais e políticas, que categorizam o grupo de dirigentes maçons como um segmento da elite regional, a formação escolar e ocupações intelectuais e culturais reafirmam essa condição social. Contudo, nesse aspecto, abriu-se uma brecha para os jovens oriundos de setores intermediários para que se projetassem social e politicamente. A inteligência gaúcha foi, portanto, fruto das iniciativas dos filhos da elite tradicional do Rio Grande do Sul, aliados àqueles jovens ilustrados sem berço, mas que acabariam se aproximando do poder. Até o início da segunda metade do século XIX, a presença de um setor agregando letrados e intelectuais era quase imperceptível e, mesmo, *dispensável*. Nas palavras de Sergius Gonzaga:

> *Eles emergiram apenas em meados do século XIX. E, como era de se esperar, em face do atraso e pobreza cultural do meio, em face da ausência de uma tradição de ensino, fosse leiga ou eclesiástica, e em face principalmente da exígua rede de relações sociais e da horizontalidade econômica do espaço urbano, as primeiras manifestações literárias seriam insignificantes, seja do ponto de vista quantitativo, seja do qualitativo*[532].

Independentemente, porém, do grau de desenvolvimento de uma vida cultural e artística que se comparasse à do centro do país, observam-se no estado, a partir do início da segunda metade do século XIX, diversas iniciativas que viriam alterar significativamente esse quadro. Tais evidências podem ser constatadas na crescente preocupação com o ensino, nas diversas iniciativas de

[532] GONZAGA, Sergius. As mentiras sobre o gaúcho: primeiras contribuições da literatura. FREITAS, Décio (org.). In: *RS: ideologia e cultura*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980. p. 123.

criação de órgãos de imprensa, na difusão de casas de teatro na capital e no interior e no número de publicações, a princípio incipientes, mas que, gradualmente foi tomando destaque. Cabe salientar, a título de exemplo, que, em termos de escolaridade, a província, em comparação ao restante do Brasil do período em estudo, já se apresentava com números bastante positivos.

Foi nesse quadro, em princípio desanimador e próprio de uma região de ocupação e desenvolvimento econômico tardio e periférico, que a maçonaria se integrou e ocupou um espaço de destaque. A grande maioria dos maçons, principalmente seus dirigentes, podem ser enquadrados na categoria de homens cultos ou letrados. Nesse sentido, tal como observou Roger Chartier, existiu uma articulação entre *estrutura cultural* e *estrutura social*, sem que isso presuma uma divisão tradicional entre cultura letrada e cultura popular[533]. Portanto, o grupo maçônico construiu um tipo particular de padrão cultural, que se articulava com o pensamento político-ideológico típico do século XIX, mas que possuía, e ainda possui, um conjunto de significados corporizados em símbolos, um sistema de concepções herdadas e expressas em formas simbólicas.

Além disso, a maçonaria esteve presente no estado no período referido como uma instituição que representava o espírito geral da intelectualidade e que, de forma particular, cumpriu um papel importante naquele contexto cultural. O anticlericalismo expresso na defesa da separação Estado/Igreja e de uma sociedade laicizada foi o que de comum e particular se observou nesse grupo. Igualmente, a produção cultural/intelectual de parte expressiva desse grupo, por meio da imprensa, de clubes literários, de obras e de escolas, contribuiu para a consolidação desse projeto, que não foi o único, mas que teve identidade própria.

Os dados sobre o nível de escolaridade dos dirigentes maçons pesquisados confirmam, primeiramente, o perfil da alta instrução de seus integrantes. Frente ao processo de ampliação e consolidação de uma vida urbana e cultural no Rio Grande do Sul, os pedreiros-livres, homens cultos e letrados, destacaram-se em muitas das iniciativas nesse âmbito. Foram localizadas informações biográficas sobre esse item de 123 dirigentes maçons, as quais, em

[533] CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Op. cit. p. 67.

sua maioria, são precisas quanto à formação escolar, especialmente quando os maçons tinham curso superior. Nos casos em que não houve disponibilidade de informações, menciona-se determinada ocupação para a qual seriam imprescindíveis conhecimentos científicos ou técnicos de nível médio, ainda que não se precise o local de estudo ou do curso realizado. No Quadro 7, arrolamos dados sobre a formação escolar dos maçons pesquisados.

Quadro 7: A formação escolar de maçons gaúchos

Profissões	Nº
Advogados	48
Médicos	19
Engenheiros	07
Professores	16
Farmacêuticos	04
Jornalistas	24
Outros	05
Total	123

Fonte: Quadro de dirigentes maçons no Rio Grande do Sul (Anexo 1)

De acordo com os dados disponíveis, constatamos a predominância de dirigentes maçons formados em direito, quase todos oriundos da faculdade de São Paulo, o que coincide com a realidade educacional de parte significativa da elite política e intelectual brasileira do período. Esse grupo de *esclarecidos*, segmento da elite regional ou de setores intermediários acoplados a essa, confirma uma relação direta entre a estrutura social e política do Rio Grande do Sul e a configuração de uma estrutura cultural fundamentalmente formada por letrados. Os integrantes da maçonaria atingiram um alto padrão de escolaridade numa sociedade de analfabetos, o que a presença de médicos, engenheiros, professores e jornalistas, acrescidos de profissões de menor *status*, como químico, agrimensores e agrônomo, confirma, delineando o perfil escolar desse grupo.

Outros aspectos são reveladores do padrão de escolaridade e de inserção dos membros da maçonaria na *inteligência* gaúcha do período. Mesmo que não tenhamos obtido informações comprobatórias a respeito da maioria dos

integrantes do quadro de dirigentes maçons gaúchos (Anexo 1), existem indicações sobre o nível de escolaridade de muitos deles. Esse foi o caso dos dirigentes maçons que constam no quadro apenas com a informação de que ocuparam cargos de juiz municipal e de órfãos e promotores públicos, cargos para os quais, como se sabe, era exigida a formação escolar de nível superior, isto é, como bacharéis. Foram localizados 21 dirigentes nessa situação, o que confirma em termos quantitativos o número elevado desses com formação escolar superior.

O nível de escolaridade dos membros da maçonaria - em sua maioria com nível superior, conforme observado no quadro de dirigentes maçons - demonstra um padrão intelectual relativamente homogêneo. Dessa forma, os maçons produziram e foram receptadores de uma cultura elitista, tanto por sua origem social como por exclusão de uma maioria de analfabetos, visto que, via de regra, esses não eram convidados a participar da instituição. No mesmo sentido, os iletrados ou analfabetos também não possuíam meios ou condições intelectuais para serem receptadores do discurso e da visão de mundo da maçonaria. Contudo, atentos a essa realidade, os porta-vozes da maçonaria, assim como seus produtores intelectuais, construíram e dirigiram discursos variados para atender a demandas sociais também diferentes.

A cooptação, via discurso, palavra escrita e ações, era dirigida em dois sentidos: primeiro, à própria elite e aos seus pares sociais por meio da imprensa, dos debates em clubes literários, de obras publicadas, na difusão de determinadas peças teatrais, etc., e, segundo, aos seus *inferiores*, uma população na maioria pobre e analfabeta, junto à qual o discurso foi mediado pela ação filantrópica. Desse modo, por meio de práticas sociais dirigidas a dois segmentos diferentes, a ordem obteve identidade e um estatuto social próprio. A própria representação simbólica que sempre acompanhou a maçonaria, envolta na idéia de mistério e de poderes obscuros, servia como ponto de atração e de simpatia a favor da instituição.

O discurso construído pelos dirigentes da maçonaria a que se faz referência, antes de constituir-se num projeto acabado para a sociedade gaúcha,

foi uma tentativa de impor a sua *visão de mundo* tanto ao conjunto da elite quanto ao restante da sociedade. Mas que visão de mundo era essa? Sem dúvida, era uma visão de mundo perpassada pelo anticlericalismo, pela defesa da separação Estado/Igreja e pela luta por uma sociedade predominantemente laica. Quando se dirigia aos seus pares sociais, a propaganda da instituição se dava pela valorização do seu caráter ético, humanista e filantrópico. As festas maçônicas ampliadas para não maçons, o simbolismo e, em alguns casos, a magnitude de seus templos, a difusão de alguns de seus rituais incentivavam um imaginário e uma crescente atração sobre prováveis simpatizantes; ainda, reforçavam a idéia corrente do prestígio e segurança material que a ordem garantia a seus membros.

Com seus inferiores, não letrados e de formação cultural marginal aos argumentos e respingos difundidos entre a intelectualidade, isto é, do pensamento humanista e racionalista do século XIX, a relação era diferente. A maçonaria se empenhou em angariar simpatias para sua causa anticlerical nesse segmento de cultura muito específico por meio de práticas assistencialistas. Assim, ações filantrópicas sistemáticas, construção de casas de saúde e de asilos e orfanatos, campanhas de caridade em períodos de epidemias e de secas ou enchentes, bem como alguma inserção no campo do ensino popular foram as estratégias mais importantes.

Como seus porta-vozes eram, em sua maioria, ateus ou agnósticos, o que poderia chocar diversos grupos, a instituição valia-se da caridade como mediadora de sua ação; também não dirigia seus ataques à religião, nem mesmo à católica, mas à Igreja institucionalizada e hierarquizada, especificamente ao papado. Tanto para seus pares como para os excluídos, os maçons foram construtores de duas representações com identidades diferentes, porém intercambiáveis: uma imagem da Igreja Católica e uma imagem da própria maçonaria, muito bem expressas e produzidas na documentação da ordem no Rio Grande do Sul.

No primeiro caso, a imagem construída sobre a Igreja Católica foi obviamente alicerçada numa realidade social que os munia de argumentos face à

fragilidade da instituição no estado em praticamente todo o século XIX. Tal representação baseava-se num tom freqüentemente anedótico, folclórico e ridicularizante, ou seja, para a maçonaria: o papado se movia exclusivamente pelos interesses materiais, econômicos e políticos; a hierarquia católica discriminava e usava os fiéis para benefícios financeiros; os clérigos eram amorais, seduziam, tinham filhos ilegítimos, eram viciados em jogos, alcoólatras, etc.; os jesuítas, enfim, eram porta-vozes do conservadorismo, do fanatismo e ultramontanismo do papado, tendo, por isso, sido eleitos como os maiores inimigos da ordem.

A segunda representação, também alicerçada na realidade, foi a imagem construída sobre a própria maçonaria, nesse caso propagandeada primeiramente para uso ou consumo interno, ou seja, o convencimento e doutrinação dos seus membros. Em segundo lugar, essa imagem era difundida externamente nos meios intelectuais disponíveis no contexto, refletindo uma instituição sólida, agregadora dos homens mais cultos e de maior prestígio social, enfim, uma referência internacional que conferia a seus membros proteção e auxílio. Nessa concepção, os objetivos da maçonaria seriam exclusivamente a caridade e filantropia, ao que agregavam a preocupação com a cultura, o progresso da ciência, a difusão do conhecimento científico e filosófico, como qualidades a mais da instituição em relação às outras.

Após essas rápidas considerações, algumas delas a serem aprofundadas na parte seguinte deste trabalho, referimos os dados relativos às informações sobre a presença maçônica em atividades ou ocupações intelectuais ou culturais no período de 1850 a 1900. Para tanto, esclarecemos que foram consideradas somente aquelas ocupações ou atividades nas diversas áreas da cultura em que conseguimos localizar dirigentes maçons.

Quadro 8: Ocupações intelectuais e/ou culturais dos dirigentes maçons

Ocupação	Nº
Jornalistas	44
Professores	24
Escritores	14
Músicos	5
Ator	1
Artista Plástico	1

Total	89

Fonte: Quadro de dirigentes maçons no Rio Grande do Sul (Anexo 1)

Para efeito de sistematização, os dados quantitativos do Quadro 8 serão divididos em termos da presença mais expressiva de dirigentes, de acordo com as informações que puderam ser obtidas, visto que, na segunda metade do século XIX, no Rio Grande do Sul, os meios e instrumentos intelectuais eram bastante restritos. Mesmo assim, é possível construir uma visão panorâmica das atividades e locais onde se encontravam os dirigentes maçons, em termos de vida cultural, tomando por base a imprensa e os clubes e sociedades literárias, bem como suas respectivas revistas ou jornais. Em razão do número inexpressivo de dirigentes em outras áreas da cultura, principalmente naquelas de expressão mais artística, não serão analisados alguns casos, como os de músicos[534], atores de teatro[535] e artistas plásticos[536].

Salientamos que, em razão da grande diversidade de ocupações intelectuais ou culturais em que foram catalogados os dirigentes maçons, optamos por quantificar a primeira informação apresentada no item 4 da quinta coluna do quadro de dirigentes maçons (vide Anexo 1). No caso dos professores e jornalistas, identificados anteriormente no item 1, isto é, principal profissão ou fonte de renda e sustento, esses foram novamente incluídos no item 4; da mesma forma, quando determinado dirigente maçom exerceu, concomitantemente, as ocupações de professor e jornalista, optamos por quantificar a de professor,

[534] As informações obtidas sobre dirigentes maçons músicos são pouco precisas. Dois deles apareceram simplesmente como músicos da Banda Municipal da cidade de Estrela (Espirituoso Sensato de Morais e Gustavo Kindlein); provavelmente, essa atividade não se dava no âmbito profissional e, sim, no amador; também de Estrela aparece Laurindo Paraná, como maestro da Banda Municipal e professor de música. Já João Barbosa Cordeiro, de Cruz Alta, e José Gertum, de Porto Alegre, parecem ter tido uma relação mais profissional com essa atividade: o primeiro, além de músico, era compositor e regente da Banda Municipal de sua cidade; o segundo, músico, proprietário de uma casa comercial especializada em instrumentos musicais e organizador de concertos musicais na capital. Além disso, Gertum publicou no ano de 1880, juntamente com Pedro Viana, um periódico chamado *Revista Musical*.

[535] Foi localizado um único dirigente maçom que exerceu essa atividade, Cândido Miranda e Castro. Certamente o desprestígio e pequena remuneração, aliados ao preconceito sobre essa forma de arte, justificam a quase inexpressiva presença de maçons entre atores. No caso do ator citado, ele exerceu também a ocupação de jornalista.

[536] O artista plástico identificado como dirigente maçom é Frederico Trebbi, de nacionalidade italiana, que fixou residência em Pelotas, onde desempenhava também a função de professor de desenho e pintura.

carreira profissional que era mais regular. Em relação aos escritores[537], apesar de, na quantificação (no Quadro 8), aparecerem em número de 14, localizamos um número total de 34, diferença que se deve ao fato de sua atividade intelectual ou cultural principal não ter sido essa.

O âmbito da cultura a que se vincularam preferencialmente os maçons gaúchos foi, fundamentalmente, o ligado ao contexto de pequeno desenvolvimento intelectual e cultural do Rio Grande do Sul no período delimitado. Assim, a imprensa e a literatura, isto é, o mundo da palavra escrita e lida, foram o universo disponível e de atuação para uma geração da *inteligência* gaúcha que produziu e reproduziu conhecimentos, opiniões e posicionamentos. Esse grupo de intelectuais e letrados adquiriu uma identidade própria, tanto quantitativa quanto qualitativamente, não antes da década de 1850. As iniciativas anteriores, que não devem ser esquecidas, sofreram sobremaneira com o quadro geral do atraso e segregação rio-grandense, principalmente com a carência de escolas, a falta de professores e a pequena difusão da literatura[538].

A palavra escrita, originária de várias formas de expressão, tanto artística e literária como política e filosófica, agregou e deu unidade a uma intelectualidade até então isolada e pouco culta, mas permeada de inquietações. A imprensa e a literatura já tinham dado seus primeiros passos no Rio Grande pós-independência; a difusão de jornais, sobretudo a partir de 1827 e no período farroupilha, criara uma certa tradição, em especial de imprensa política[539], aliás, durante a primeira metade do século XIX, foi o principal, senão o único veículo

---

[537] Foram incluídos como escritores os autores com trabalhos publicados nos campos da poesia, genealogia, memórias, contos, crônicas, traduções, novelas, peças teatrais e obras históricas, além de oradores (com publicações) e autores de trabalhos técnicos.

[538] Conforme CESAR, Guilhermino. *História da literatura no Rio Grande do Sul* (1737-1902). Porto Alegre: Globo, 1971. p. 18-20, a literatura rio-grandense viveu sete períodos, sendo eles: 1º, de 1737 a 1834, fase de luta instintiva pela conquista de uma expressão nacional; 2º, de 1834 a 1856, marcada pela assimilação consciente dos valores integrantes da cultura nacional maturadas nas antigas capitanias do Centro; 3º, de 1856 a 1869, período da floração romântica através do grupo da revista *O Guaíba*; 4º, de 1869 a 1884, fase que teve início com o Partenon Literário até os rebates iniciais do parnasianismo; 5º, de 1884 a 1902, marcado pelo abandono do ideário romântico e adoção de formas próximas ao realismo; 6º, de 1902 a 1925, que vai oscilar entre o espiritual do simbolismo e o neo-realismo e, por último, o 7º, de 1925 em diante, com a constituição de uma nova geração de literatos, por um lado regionalista e, de outro, universalista.

[539] Sobre a imprensa gaúcha na primeira metade do século XIX, ver principalmente: FERREIRA, Athos Damasceno. *Jornais críticos e humorísticos de Porto Alegre no século XIX*. Porto Alegre: Globo, 1944; MACEDO, Francisco Rioardense de. *Imprensa Farroupilha*. Porto Alegre: IEL/Edipucrs, 1994;

dedicado à produção intelectual entre nós. Foi publicado também, em 1834, o que é considerado o primeiro livro rio-grandense, as *Poesias oferecidas às senhoras rio-grandenses,* de autoria de Delfina Benigno da Cunha[540].

A imprensa e a literatura que nos interessam neste trabalho são as da segunda metade do século XIX, que, pela periodização de Guilhermino Cesar, perpassam pelo terceiro, quarto e quinto períodos (1856 a 1902). Foi nesse período e nessas duas áreas de aglutinação intelectual - a imprensa e a literatura- que a presença maçônica foi marcante. Cabe salientar que tal período coincide com a consolidação da maçonaria no Rio Grande do Sul, além de ser aquele em que as relações Igreja/maçonaria foram as mais conflitantes em termos internacionais. Assim, é possível explicar as razões pelas quais diversos intelectuais, também maçons, assumiram um posicionamento radicalmente anticlerical.

3.1. A imprensa e o jornalismo como ocupações preferenciais dos pedreiros-livres gaúchos

A imprensa gaúcha do século XIX se desenvolveu de maneira a superar obstáculos de variadas origens, os quais iam desde problemas de infra-estrutura material (recursos, local ou sede) até aqueles ligados à distribuição, legislação coercitiva, etc. Mesmo assim, e em condições precárias durante praticamente todo o século passado, pequenos e grandes jornais se instalaram e prosperaram no Rio Grande do Sul. A característica mais destacada da imprensa durante o período foi a sua íntima relação com os debates político-partidários. Francisco Neves Alves, tratando dessa questão, afirma:

> *A evolução da imprensa acompanharia, assim, o processo de formação histórico-política rio-grandense: durante a Revolução Farroupilha, serviu para defender os princípios tanto de rebeldes quanto de legalistas; com a pacificação, contribuiu na busca*

REVERBEL, Carlos. Evolução da imprensa rio-grandense (1827-1845). In: *Enciclopédia rio-grandense*. Op. cit. p. 241-264.

[540] A primeira edição foi publicada em Porto Alegre, na Typ. da Fonseca e Cia.

> *de estabilidade e na afirmação do espírito de 'brasilidade' e, posteriormente, a partir da consolidação do Império, refletiu os debates entre liberais e conservadores e os conflitos entabulados no Prata; propagou os ideais republicanos e, com o advento da nova forma de governo, veiculou as idéias e práticas dos grupos, cujo confronto resultaria na Revolução Federalista, guerra civil que deixaria marcas por toda a República Velha*[541].

Foi especialmente nessa imprensa de caráter extremamente politizado[542] que localizamos uma forte atuação de dirigentes e lideranças maçônicas, demonstrando que imprensa rio-grandense foi um espaço de ampla e abrangente participação e influência maçônica. Como intelectuais e letrados, integrantes da elite regional, os maçons ocuparam um espaço privilegiado num dos poucos meios de informação disponíveis no período. A imprensa gaúcha era, então, produzida e dirigida ao um grupo social bastante restrito, excluindo a maior parte da sociedade, composta por analfabetos. Além da imprensa propriamente maçônica, a grande e pequena imprensa foram espaços de ampla participação de maçons. Alexandre Mansur Barata observou essa expressiva presença em termos nacionais da seguinte forma:

> *Começando com Hipólito da Costa e Gonçalves Ledo, no início do século XIX, vários foram os maçons que fizeram da imprensa uma verdadeira tribuna em defesa das idéias maçônicas. Pode-se destacar: Henrique Valladares, Alexandrino do Amaral, C. Brancante, Luiz Correa de Azevedo, Luiz Antonio Pinto Mendes, Mário Behring, todos redatores do Boletim do Grande Oriente do Brasil; Quintino Bocaiúva, Venâncio de Oliveira Aires; João Franklin da Silveira Távora; Ubaldino do Amaral Fontoura; entre outros*[543].

---

[541] ALVES, Francisco Neves. *Uma introdução à imprensa rio-grandina*. Rio Grande: Universidade do Rio Grande, 1995. p. 16.

[542] Sobre a história da imprensa no Rio Grande do Sul, ver também: BARRETO, Abeillard. *Primórdios da imprensa no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Comissão Executiva do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha, 1986; GONZAGA, Alcides. *Homens e coisas de jornal*. Porto Alegre: Globo, 1944; REVERBEL, Carlos. Evolução da imprensa rio-grandense. Op. cit.; RÜDIGER, Francisco Ricardo. O nascimento da imprensa no Rio Grande do Sul. *Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFRGS*. Porto Alegre: Ed. da Ufrgs, 1985. p. 116-43.

[543] BARATA, Alexandre Mansur. *Luzes e sombras*... Op. cit. p. 163.

Os dirigentes maçons atuaram de diversas formas no universo da imprensa, seja como proprietários de jornais na capital ou no interior, seja como diretores e editores, redatores ou, ainda, em muitos casos, simplesmente como colaboradores. Foi localizado um total de 48 dirigentes maçons que mantiveram a atividade jornalística como uma das suas opções profissionais, dos quais a maioria desenvolvia outras atividades concomitantes; o jornalismo, desse modo, era muitas vezes secundário e movido por interesses diversos. Nesse sentido e a título de sistematização, podemos evidenciar a presença de maçons em dois principais veículos de imprensa: primeiro, em jornais de circulação periódica e em língua portuguesa, dirigidos aos gaúchos em geral, e, segundo, na imprensa de língua alemã, dirigida à comunidade de imigrantes e seus descendentes.

No primeiro caso, a par da grande difusão de jornais que apareceram na capital e no interior na segunda metade do século XIX, muitos deles foram fruto de iniciativas de dirigentes maçons, homens com capital e cultura típicos da elite gaúcha. Nesse tipo de imprensa, a predominância de órgãos vinculados a agrupamentos e partidos políticos demarcou a atuação dos dirigentes maçons. De forma geral, nesse âmbito, prevaleceram as posturas e opções individuais dos dirigentes, tendo-se observado raramente notícias ou artigos em defesa aberta da instituição maçônica por parte desses jornalistas.

A título de ilustração, organizamos o quadro a seguir (nº 9), com uma relação de dirigentes maçons que atuaram no âmbito do jornalismo no período em questão XIX[544], cujos dados e informações são apenas preliminares, já que não foram esgotadas as fontes específicas sobre o tema.

Quadro 9: Dirigentes maçons/ jornalistas/ órgãos de imprensa

NOME	JORNAL	CIDADE	FUNÇÃO/ANO
Antônio Antunes Ribas	*A Reforma*	Porto Alegre	Colaborador
Antônio Pinto Palmeiro da Fontoura	*A Resistência*	São Gabriel	Diretor/1886
Aparício Mariense da Silva	*13 de Janeiro*	São Borja	Redator/1896

[544] Os órgãos de imprensa que aparecem no Quadro 9 correspondem à imprensa apartidária, diária ou semanal, jornais vinculados a partidos políticos e imprensa alemã.

Aristides Epaminondas de Arruda	*O Osório*	S. Vitória do Palmar	Redator/1890-1894
Idem	*Echo do Palmar*	S. Vitória do Palmar	Proprietário/e Redator
Carlos Jansen	*O Guayba*	Porto Alegre	Diretor/1856
Carlos von Koseritz	*O Brado do Sul*	Pelotas	Resenhista/1858
Carlos von Koseritz	*O Combate*	Porto Alegre	Proprietário/1886
Carlos von Koseritz	*Deutsche Zeitung*	Porto Alegre	Redator/1864
Carlos von Koseritz	*Gazeta de Porto Alegre*	Porto Alegre	Redator/1879-1884
Carlos von Koseritz	*Jornal do Comércio*	Porto Alegre	Redator
Carlos von Koseritz	*Koseritz Deutsche Zeitung*	Porto Alegre	Proprietário/ redator/1881-1890
Carlos von Koseritz	*O Povo*	Rio Grande	1860
Carlos von Koseritz	*O Noticiador*	Pelotas	1856
Carlos von Koseritz	*A Reforma*	Porto Alegre	Colaborador
Carlos von Koseritz	*Sentinela do Sul*	Porto Alegre	Colaborador/1865
Domingos José de Almeida	*O Comércio*	Porto Alegre	1845
Emil Wiedemann	*Deutsche Zeitung*	Porto Alegre	Proprietário/1864
Emil Wiedemann	*A Sentinela do Sul*	Porto Alegre	1867
Ernesto Augusto Gerngross	*Diário de Pelotas*	Pelotas	Proprietário/1884
Ernesto Francisco de Souza e Silva	*Lelia*	São Leopoldo	Proprietário/ Diretor/1899
Ernesto Reinhold Ludwig	*Koseritz Deutsche Zeitung*	Porto Alegre	Diretor e Redator/ 1890
Florêncio Carlos de Abreu e Silva	*A Reforma*	Porto Alegre	Colaborador
Francisco Antônio Caldas Júnior	*Correio do Povo*	Porto Alegre	Proprietário
Francisco Antônio Caldas Júnior	*Jornal do Comércio*	Porto Alegre	Redator
Francisco Antônio Caldas Júnior	*A Reforma*	Porto Alegre	Redator
Francisco de Sá Brito	*O Continentista*	Porto Alegre	1835
Gavino Machado da Silveira	*Gazeta Pedritense*	D. Pedrito	Diretor/ e Proprietário/1881
Germano Hasslocher	*A Federação*	Porto Alegre	Colaborador
Germano Hasslocher	*Folha Nova*	Porto Alegre	Cronista/1894
Germano Hasslocher	*Gazeta da Tarde*	Porto Alegre	Diretor/1895
Germano Hasslocher	*Jornal do Comércio*	Porto Alegre	Redator
João Batista Taloni	*O Fígaro*	Porto Alegre	Colaborador/1879

João Carvalho Barcelos	*A Reforma*	Porto Alegre	
João Pedro Caminha			
Jorge Reis	*Cruzeiro do Sul*	Bagé	1878
José Carlos Sperb	*O Puritano*	São Leopoldo	Colaborador/1905
José Celestino Prunes	*Gazeta de Alegrete*	Alegrete	Redator/1882
Pedro Bernardino de Moura	*O Carijó*	Rio Grande	Redator/1853
Pedro Bernardino de Moura	*Echo do Sul*	Pelotas/Rio Grande	Redator/1857
Pedro Bernardino de Moura	*O Jaguarense*	Pelotas	1855
Pedro Moacyr	*A Federação*	Porto Alegre	Colaborador
Ramiro Barcelos	*A Federação*	Porto Alegre	
Venancio Ayres	*A Federação*	Porto Alegre	Redator

Fonte: Pesquisa da autora.

Os dados do Quadro 9 demonstram uma presença importante de dirigentes maçons nos principais órgãos de imprensa do Rio Grande do Sul, principalmente nos jornais de cunho político-partidário e na imprensa dirigida à comunidade alemã. Nesse sentido, entre os vários exemplos ilustrativos do perfil de dirigente maçom incluído entre os jornalistas[545], o de Antônio de Azevedo Lima merece ser abordado. Nascido em Porto Alegre em 1836, onde faleceu em 1898, ocupou empregos públicos em âmbito municipal, aliás, pelo critério de principal fonte de renda ou de sustento, esse dirigente maçom certamente seria enquadrado nessa ocupação. Iniciou a carreira como procurador da Câmara de Municipal de Porto Alegre na qual se aposentou; foi vereador na mesma câmara pelo Partido Liberal em 1887[546]. Mas foi na atividade jornalística e na produção intelectual que adquiriu reconhecimento e maior destaque[547], escrevendo em diversos jornais. Produziu o *Almanaque Administrativo, Comercial e Industrial Rio-Grandense,* em colaboração com Inácio V. Ferreira, além de outras publicações, tais como anuários e almanaques com fins estatísticos e informativos[548].

[545] Duas outras figuras de destaque foram Carlos von Koseritz, de quem trataremos em outra parte do trabalho, e Francisco Xavier da Cunha, de quem não temos confirmação por documentos da sua vida maçônica.
[546] PORTO ALEGRE, Aquiles. *Homens ilustres do Rio Grande do Sul.* Op. cit. p. 201-202.
[547] Esse reconhecimento pode ser observado em VILLAS-BÔAS, Pedro Leite. *Dicionário bibliográfico gaúcho*. Op. cit. p. 131, quando, no verbete com seu nome, aparece como profissão unicamente *jornalista*.
[548] Sobre sua produção ver: idem p. 131.

O maçom ligado ao jornalismo mais importante pela sua atuação profissional, vinculada à própria história do jornalismo gaúcho, foi, sem dúvida, Francisco Antônio Caldas Júnior. Filho do desembargador Francisco Antônio Vieira Caldas, Caldas Jr. nasceu em 1868 em Sergipe (tendo falecido em 1913 aos 44 anos) e aos três anos passou a residir em Santo Antônio da Patrulha onde seu pai já atuava como juiz de direito. Iniciou sua carreira jornalística trabalhando como revisor e, depois, como redator e editorialista de *A Reforma.* A seguir, com o fechamento desse jornal, transferiu-se para o *Jornal do Comércio*, dirigido por Aquiles Porto Alegre, onde permaneceu até 1895, quando fundou o *Correio do Povo*[549]. Jornalista por opção, foi também colaborador de inúmeras publicações de caráter literário[550].

A posição de neutralidade política assumida pelo jornal *Correio do Povo* nos seus primórdios causou espanto no meio intelectual gaúcho, pois a tradição que ligava a grande imprensa a facções político-partidárias foi, de certa forma, rompida por Caldas Jr. Essa neutralidade, vista sob a ótica do contexto do final da Revolução Federalista, pode também ser explicada por posicionamentos da própria maçonaria gaúcha, abalada pela guerra fratricida. Segundo Dillenburg:

> *Não foi sem motivo, portanto, que o surgimento do Correio do Povo, por obra de Caldas Júnior, com sua proposta de jornalismo independente, alcançou tanta expectativa e, mesmo, incredulidade entre os gaúchos. Bastaram, no entanto, poucas edições do novo jornal para que os leitores percebessem que a proposta do Correio do Povo, de não ser vinculado a nenhuma facção partidária, era para valer*[551].

O caráter de imparcialidade política do novo jornal teve, pois, uma relação, mesmo que indireta, com a condição maçônica de seu fundador, um dos principais dirigentes da instituição na época. O princípio da tolerância e da liberdade política, um dos pilares da maçonaria internacional, era fundamental

---

[549] DILLENBURG, Sérgio R. *Correio do Povo: história e memórias.* Passo Fundo: Ediupf, 1997. p. 21.
[550] Athos Damasceno FERREIRA menciona três revistas literárias em que ele foi colaborador: no *Álbum Literário* (1891), *O Mecenas* (1894) e *A Farpa* (1897). In: *Imprensa literária de Porto Alegre no século XIX*. Porto Alegre: Editora da Ufrgs, 1975. p. 162, 168, 177.
[551] Idem, p. 21.

para a recuperação do prestígio e da boa convivência entre os *irmãos* que haviam lutado em lados opostos. A primeira referência à sua atividade na maçonaria aparece como filiado da loja Orientação de Porto Alegre em 1893[552], que, coincidentemente, foi uma das fundadas para dar legitimidade ao Grande Oriente do Rio Grande do Sul. Foi o primeiro deputado eleito por essa loja para a Assembléia Maçônica de fundação do Gorgs, cuja tendência republicana pode ser reveladora da posição política de Caldas Júnior. Também localizamos uma notícia dando conta de que, para o Congresso dos Veneráveis de 1902, esse dirigente maçom representou a loja União Fraternal da cidade de Encruzilhada[553].

A principal contribuição de Caldas Júnior à maçonaria gaúcha, no entanto, ocorreu durante sua gestão como ministro das finanças ou fazenda do Gorgs com um projeto proposto em 1902. Esse consistia em um plano econômico para a organização definitiva da potência autônoma gaúcha, tendo sido aprovado através da lei nº 52, denominada Contribuição Solidária. Na sua proposta, estavam contempladas desde a política financeira de proteção dos seus membros e familiares, passando pela perspectiva das necessidades médicas, de remédios e jurídicas, o mútuo auxílio, até a assistência permanente. Assim, houve um aprofundamento da previdência maçônica, que providenciava até auxílio para as famílias quando da morte de um integrante da instituição[554].

Além da presença importante de dirigentes maçons atuando como jornalistas na imprensa gaúcha do período, a sua participação na imprensa de língua alemã não foi menos marcante, aliás, essa proximidade é indicativa de um relacionamento mais intenso entre maçonaria e imigrantes ou descendentes alemães. A importância da comunidade alemã no Rio Grande do Sul, com uma população de em torno de 15 mil pessoas em 1850, a dificuldade de entrosamento cultural e lingüístico desses, a falta de escolas e professores nas regiões onde haviam se fixado, o quase isolamento das comunidades aliado à necessidade de verem expressos os seus interesses explicariam, a princípio, o surgimento de veículos de imprensa dirigidos especificamente ao grupo e escritos

[552] DIENSTBACH, Carlos. Op. cit. v. 3. p. 476.
[553] Idem, v. 2. p. 258. O reconhecimento da vida maçônica de Caldas Junior pode ser observado pelo fato de, em 1979, ter sido fundada uma loja maçônica em Porto Alegre, com o seu nome.
[554] Plano Econômico. *Boletim do Grande Oriente do Rio Grande do Sul*. 1902, ano 11, n. 2. p. 121-124.

em língua alemã. Klaus Becker vincula o desenvolvimento da imprensa de língua alemã ao fim do período farroupilha, quando se iniciou novamente o movimento de imigração alemã (agora para as chamadas *colônias novas*) e ocorreu a chegada dos *Brummer*[555]:

> *Esta situação somente mudou de pois de 1851, quando os primeiros mercenários contratados na Alemanha para servirem na guerra contra Rosas, apelidados de 'Brummer', radicaram-se na Capital e no interior do Rio Grande do Sul. Alguns deles eram intelectuais que muito se destacaram na defesa dos interesses e na vida da colônia. Basta lembrar os nomes de Carlos von Koseritz, Frederico Haensel, Barão de Kahlden, Carlos Jansen e outros*[556].

Dois maçons de origem alemã tiveram uma atuação importante nesse sentido. O primeiro foi Carlos Jansen[557], que atuou como redator, pelo período de um ano, do *Der Deutsche Einwanderer* (*O Imigrante Alemão*), de propriedade de Theobaldo Jaeger. O semanário fora lançado, inicialmente, no Rio de Janeiro, em 1853, tendo sido transferido para Porto Alegre em 1854[558]. Existem ainda informações não comprovadas da existência de um quinzenário humorístico denominado *Der Hinkende Teufel* (*O Diabo Coxo*), que teria sido lançado em 1855 e do qual Jansen teria sido o idealizador[559]; o que sabemos, porém, é apenas que Jansen organizou em 1858 uma folha em língua alemã de igual nome.

---

[555] Conforme FLORES, Moacyr. *Dicionário de História do Brasil*. Op. cit. p. 90-91: *Brummer* é o nome dado aos mercenários alemães que vieram para o Rio Grande do Sul no período da guerra contra Rosas (1851). "Cerca da metade dos 1800 brummer permaneceu na província, alguns com destacada atuação como comerciantes, professores, agrimensores, diretores de colônias e deputados provinciais na década de 1880".

[556] BECKER, Klaus. Imprensa em língua alemã (1852-1889). In: *Enciclopédia Rio-Grandense*. Op. cit. v. 2, p. 268.

[557] Nascido na Alemanha em 1829 e falecido no Rio de Janeiro em 1889, chegou ao Brasil em 1851 como voluntário, servindo no 2 º. Regimento de Artilharia Montada sediado no Rio Grande do Sul. Foi jornalista, professor e escritor, com atuação no Rio Grande do Sul e depois no Rio de Janeiro, para onde se transferiu em 1878. Nessa última cidade, publicou, ainda em 1878, na *Revista Brasileira*, a novela "O Patuá". "Além dessa novela (...), publicou ainda regular número de traduções de obras didáticas e a tese *O pronome na língua alemã* (1883) apresentada e defendida em concurso para lente de alemão no Colégio D. Pedro II. SPALDING, Walter. Itinerário da literatura sul-rio-grandense. In: *Enciclopédia Rio-Grandense*. v. 2. p. 217.

[558] O primeiro jornal impresso em língua alemã do Brasil e da América Latina foi lançado em Porto Alegre, *Der Colonist,* de propriedade do brasileiro José Cândido Gomes, e circulou de 10-8-1852 a 17-3-1853. Idem.

[559] Idem, ibid. p. 270.

Além de jornalista, Jansen atuou como professor particular, escritor, tendo sido um dos fundadores do Partenon Literário; foi inspetor geral das Colônias do Rio Grande do Sul e redator em Buenos Aires em 1871. Em 1878, transferiu-se para o Rio de Janeiro, onde fundou o Colégio Jansen; foi também professor do Colégio D. Pedro II, na mesma cidade, onde faleceu em 1889. Da sua trajetória maçônica pouco ficou registrado, sabendo-se apenas que pertenceu à loja Zur Eintracht, de Porto Alegre, no ano de 1876; contudo chama a atenção a sua presença na maçonaria, visto que foi sempre um homem de convicções religiosas e um combatente do materialismo e do cientificismo. De qualquer maneira, esse professor alemão não deixa de ser representativo do perfil de atuação de dirigentes maçons, pois a liberdade religiosa e política permitiam tal posicionamento.

Diferentemente de Jansen, e certamente de posições minoritárias no seio da maçonaria gaúcha do período, foi a figura de Carlos von Koseritz, introduzido no jornalismo de língua alemã a partir do terceiro jornal que circulou no Rio Grande do Sul depois de 1861, a *Deutsche Zeitung* (*Jornal Alemão*). A trajetória de vida desse político, líder da comunidade alemã e dirigente maçom convicto, merece ser traçada principalmente pela importância que ele assumiu como um dos principais intelectuais do estado, aliás, teria sido um dos principais jornalistas alemães do país, dedicando-se também a outros veículos de imprensa. Sua chegada ao Rio Grande do Sul se deu da mesma forma que Jansen, isto é, foi também *Brummer,* desembarcando no Brasil em 1851, aos 21 anos de idade. Antes de se estabelecer em Porto Alegre, após ter abandonado o veleiro que o trazia à cidade do Rio Grande, estabeleceu-se em Pelotas, "onde passou privações até ser recolhido à Santa Casa de Misericórdia, socorrido por Telêmaco Bouliech que o empregou como guarda-livros e professor particular"[560].

Certamente foi nesse período que ocorreu a introdução de Koseritz na maçonaria, pois Telêmaco era dirigente da loja Honra e Humanidade daquela cidade já em 1855. Ainda em Pelotas, Koseritz iniciou sua atividade como

[560] FLORES, Moacyr. *Dicionário de História do Brasil*. Op. cit. p. 295.

professor, fundando um colégio para meninos e atuando paralelamente como jornalista; em 1856, trabalhou no jornal *O Noticiador* e, em 1858, aparece como resenhista do jornal político, comercial e industrial *O Brado do Sul*[561]. Transferiu-se depois para Rio Grande, mantendo as mesmas ocupações profissionais e trabalhando como redator do *O Povo;* também fundou nessa cidade o colégio Ateneu Rio-Grandense. Em 1864, fixou-se em Porto Alegre após ter se mudado de Rio Grande em razão do seu envolvimento nas lutas políticas locais.

Em Porto Alegre, ainda em 1864, assumiu o cargo de redator-chefe do *Deutsche Zeitung* em substituição a Theodor Freiherr von Varnbühler. Esse jornal pertencia a uma sociedade de abastados comerciantes alemães, entre eles o dirigente maçom Emil Wiedemann. A folha de língua alemã, sob sua direção, "teve rápido e notável desenvolvimento, tornando-se por muito tempo, o mais importante jornal do país naquela língua"[562]. Nesse mesmo período, foi colaborador do jornal *Sentinela do Sul*. Não encontramos informações sobre a sua participação na maçonaria de Porto Alegre antes de 1875, o que se deve, certamente, à transferência de Rio Grande para a capital num período de diminuição de lojas maçônicas em funcionamento face à Guerra do Paraguai. Conforme calculamos, Koseritz teria reiniciado sua vida maçônica tão logo o período pós-guerra permitiu o reerguimento de muitas lojas.

Koseritz se envolveu nas principais questões da sociedade gaúcha do período, principalmente falando como porta-voz dos interesses políticos de alemães e tornando-se notável pelo seu combate ao jesuitismo. Becker, em relação a isso, informa:

> *Carlos von Koseritz foi, sem dúvida, o maior jornalista de origem alemã, no século XIX, em todo o Brasil (...). Autodidata, de espírito combativo e extraordinário talento, jornalista por vocação e integrado perfeitamente no ambiente gaúcho, não podia deixar de ingressar na política, tornando-se um dos mais fervorosos defensores do elemento de*

[561] Publicou em 1858, nos dias 30 de março, 6 e 8 de abril, a resenha sob o título de "A literatura do século XIX".
[562] BECKER, Klaus. *Imprensa em língua alemã.* Op. cit. p. 272.

> *origem germânica, principalmente o da colônia. Excedeu-se, porém, em sua luta anticlerical, especialmente contra os padres jesuítas, influenciado pelo 'Kulturkampf', ocorrido na Alemanha, e pela abundante literatura dos livres-pensadores da segunda metade do século que precedeu ao nosso*[563].

Nesse sentido, chama a atenção a sua permanente defesa da brasilidade dos colonos aqui fixados, incentivando-os a uma integração consistente com a cultura brasileira, mas sem esquecerem as suas origens germânicas. Especialmente através da imprensa, fazia campanha para que o governo providenciasse escolas para as regiões de colônias alemãs e defendia o voto aos acatólicos, quase sempre imigrantes alemães e protestantes. Em manifesto político relativo às eleições de 1881, quando candidato à Assembléia Provincial, expressou as suas convicções a respeito da questão:

> *Desde que se admite a conveniência ou mesmo a necessidade da apresentação de um cidadão naturalizado, creio que ninguém, nem mesmo o pior desafeto meu, negará a legitimidade de minha pretensão, porque na imprensa brasileira, como na alemã, lutei sempre na vanguarda desta pugna ingente pela conquista dessa reforma, que abrirá ao país uma nova era de progresso e de prosperidade, atraindo a suas praias à imigração européia, que hoje acha realmente uma segunda pátria nas opulentas regiões deste jovem e futuroso país americano*[564].

No mesmo documento, Koseritz reafirmou posições que se tornaram suas bandeiras de luta, bem como da própria maçonaria gaúcha, especialmente veiculadas nos meios de comunicação de época[565], referindo-se novamente aos

---

[563] Idem, p. 273.

[564] KOSERITZ, Carlos von. Ao eleitorado do 1º. círculo. 16-4-1881. Arquivos Particulares, Lata 42 v, maço 8. AHRGS.

[565] Koseritz foi editor do álbum humorístico *A Lanterna* em 1877; redator da *Gazeta de Porto Alegre* entre 1879 e 1884; em 1886, fundou *O Combate*, *órgão contra a Igreja Católica e os jesuítas*. Segundo PICCOLO, Helga I. L. Alemães e italianos no Rio Grande do Sul: fricções interétnicas e ideológicas no século XIX. In: DE BONI, Luis A. (org.). *A presença italiana no Brasil*. Porto Alegre: Fondazione Giovanni Agnelli/ Escola Superior de Teologia, v. II, 1990, p. 580: em 1877, Koseritz abandonou o

jesuítas e defendendo "a guerra aos jesuítas e a sua nefasta influência". Nesse contexto, insere outra temática da maçonaria quando propõe o "desenvolvimento da instrução popular sobre a base do critério positivo" e, entre outras coisas, defende "a liberdade religiosa absoluta, com fiscalização de todas as associações religiosas por parte do Estado"[566]. Nesse ponto, observa-se que, em todas as frentes em que atuou, manteve a mesma coerência, elegendo os pontos mencionados como referência de sua atuação.

Foi exatamente aí que o maçom por convicção encontrou espaços de influência importante. Em 6 de janeiro de 1876, lançou a folha maçônica *A Acácia*, órgão oficial da maçonaria gaúcha até 1879, sob os auspícios da Grande Loja Provincial de São Pedro do Rio Grande do Sul e ligada ao Grande Oriente Unido, portanto a vertente mais radicalizada da maçonaria brasileira. Foi seu proprietário, diretor e principal, senão único, redator; substituiu o *Maçon,* de propriedade e direção de João Carvalho de Barcelos, que deixara de circular após a sua morte. A maçonaria se constituiu, então, numa frente de atuação a que Koseritz se dedicou com afinco.

Foi um dos fundadores da loja Zur Eintracht na cidade de Porto Alegre, regularizada em dezembro de 1875, cujo templo foi construído em 1876 junto à igreja protestante, sendo o lançamento da pedra fundamental "a primeira solenidade pública da maçonaria de Porto Alegre"[567]. A proximidade entre maçonaria e protestantes se evidencia, então, não só pela localização do templo, mas também pelo fato de ter sido a primeira oficina maçônica a realizar seus trabalhos em língua alemã; além disso, tinha entre seus membros um grande número de evangélicos[568]. Aliás, a problemática envolvendo a penetração da

---

Partido Liberal em razão das divergências com Gaspar Silveira Martins, passando a dirigir o jornal *O Conservador,* do partido de mesmo nome.

[566] KOSERITZ, Carlos von. Ao eleitorado do 1º. círculo. Op. cit.

[567] *A Acácia - folha maçônica.* 1876. Ano 1, n. 1. p. 3.

[568] A loja Zur Eintracht funcionou até 1887, quando *abateu colunas*, passando seu templo para propriedade da Sociedade Filantrópica Alemã. Segundo PICOLO, Helga I. Landgraf no artigo "Religião e participação política". In: *A Revolução Federalista e os teuto-brasileiros*, op. cit., p. 66: "Alguns estudos divulgados evidenciam a penetração da maçonaria em comunidades de origem alemã, no decorrer do período imperial. No caso de Porto Alegre, estreita era a vinculação da Comunidade Evangélica (fundada por *alemães* em 17 de fevereiro de 1856) com a loja maçônica Zur Eintracht. Membros da Diretoria da Comunidade também o eram da diretoria da Loja".

maçonaria em comunidades de origem alemã e italiana ainda não foi pesquisada, de forma que merece estudos específicos.

A Acácia fez guerra permanente a dois veículos da imprensa católica do período, *O Apóstolo,* publicado no Rio de Janeiro, e o *Deutsche Volksblatt,* de São Leopoldo. A disputa ou conflito entre maçonaria e Igreja Católica[569] teve na imprensa a sua mais forte representação, e Koseritz utilizou-se tanto da imprensa maçônica como da profana para alcançar seus objetivos. Até 1881, trabalhou na *Deutsche Zeitung*[570] e, depois, no período de 1881 a 1890, no seu próprio jornal *Koseritz' Deutsche Zeitung* (*Folha Alemã de Koseritz*). Após sua morte, em 1890, Ernesto Reinhold Ludwig, também alemão e dirigente maçom, assumiu a redação da folha de Koseritz.

O discurso de Koseritz foi, via de regra, o mesmo, baseando-se em princípios e argumentos muito semelhantes. Na *A Acácia*, em coluna regular denominada de "Nós e eles", tecia os seus principais ataques:

> *O Volksblatt é uma folha impressa em São Leopoldo em língua alemã. Ela é um órgão dos padres da Ordem de Jesus que em número de trinta e tantos assenhoram-se da consciência dos colonos católicos e monopolizam todas as vigarias e curatos nas colônias. Não satisfeitos com isso mandaram vir cerca de vinte freiras e de parceria com estas, apoderam-se do ensino da mocidade católica nos núcleos coloniais (...). Na questão dos bispos não teve essa folha mãos a medir em ataques ao Estado e à Coroa. Os maçons são diariamente apresentados aos colonos como assassinos e salteadores*[571].

Do ponto de vista da sua postura teórica, Koseritz, um liberal e materialista genérico, acabou por assumir e divulgar as concepções evolucionistas e darwinianas no Rio Grande do Sul, tendo sido, ao lado de Tobias Barreto, o introdutor do pensamento alemão em voga na segunda metade daquele século no Brasil. O amadurecimento ideológico pode ser percebido nas

---

[569] Tema que será tratado especificamente na quarta parte deste trabalho.
[570] Entre 1893 a 1917, foi redator desse jornal o dirigente maçom Arno Philipp.
[571] *A Acácia -folha maçônica*. 1876, ano 1. n. 3. p. 1.

suas publicações mais densas, quase sempre na forma de artigos[572]; entretanto, o anticlericalismo acompanhou sua trajetória intelectual, com pequenas variações na intensidade dos ataques. Nesse campo, o inimigo dos jesuítas e do papado publicou obras específicas das quais se destacam *Roma perante o século* (1870) e *A maçonaria e a Igreja* (1873). O primeiro desses livros lhe valeu a excomunhão ditada pelo bispo d. Sebastião Dias Laranjeira, episódio que Koseritz descreveu assim:

> *Em 1870 publicávamos em português e em alemão o nosso livro - "Roma perante o século" - com o principal fim de combater a influência dos jesuítas e o surdo trabalho de sapa que os mesmos faziam nas colônias. A publicação do livro valeu-nos uma honrosa excomunhão fulminada pelo bispo desta diocese em pastoral lida à estação da missa em toda a província (...)*[573].

Na política, além da defesa do voto aos não católicos, que acabou sendo promulgada na Lei Saraiva em 1881, foi um monarquista até os seus últimos dias. Alguns historiadores imputam, inclusive, a essa fidelidade a causa de sua morte em 1890[574]. Como jornalista e intelectual foi, provavelmente, o mais destacado dirigente maçom do período, o que não se deveu somente ao espaço que ocupou na direção da maçonaria do Rio Grande do Sul, mas principalmente à influência que exerceu junto à formação da intelectualidade gaúcha. Além disso, sua vida maçônica foi exemplar por vários aspectos, entre os quais, por revelar as diferentes possibilidades de opções políticas e religiosas no interior da instituição.

---

[572] Conforme FAUSEL, Erich. Literatura Rio-Grandense Alemã. In: *Enciclopédia Rio-Grandense*. Op. cit. v. 2. p. 229, os principais artigos publicados por Koseritz difusores do pensamento alemão de Buechner e Feuerbach foram: "A evolução do gênero humano" (1874-1875), "A farsa dos Mucker na colônia alemã. Uma contribuição à história cultural dos alemães no Rio Grande do Sul" (1875), "A vitória da ciência sobre a religião e filosofia" (1876-1878), "A farsa dos santos e das relíquias romanas. Ensaio histórico" (1877), entre outros.

[573] KOSERITZ, Carlos von. Para onde vamos?. *A Acácia - folha maçônica.* 1877, ano 2, n. 5. p. 2.

[574] Conforme Carlos DIENSTBACH. Op. cit. v. 3. p. 451: "Seu fim trágico, sabendo-se visado pelo situacionismo, com a proclamação da república, Koseritz recolheu-se em maio de 1890, na chácara do amigo José V. da S. Teles, que morava em Pedras Brancas (Guaíba), onde foi mandado apanhar pela polícia que enviou 12 homens armados, que cercaram a casa e durante oito dias mantiveram-no incomunicável. Koseritz viu-se insultado, humilhado, ameaçado de morte, até que em face de protestos de Irmãos e amigos, pôde regressar à casa em Porto Alegre (...), onde faleceu, no dia 30 de maio de 1890".

A imprensa, principal centro das atividades intelectuais na segunda metade do século XIX no Rio Grande do Sul, foi um espaço de atuação de importantes dirigentes maçons. A produção intelectual oriunda dos posicionamentos manifestos nos diversos órgãos da imprensa gaúcha por maçons-jornalistas não estabelece uma relação direta de influência da instituição. Contudo, indiretamente, a maior parte dos maçons pertencentes à inteligência gaúcha defendiam princípios do pensamento *liberal e cientificista* em contraposição ao pensamento *católico-conservador*. Nesse ponto, atacavam prioritariamente o clericalismo e os jesuítas, responsabilizando-os pelo obscurantismo e atraso cultural brasileiro. Assim, a defesa de uma sociedade laica, com a separação definitiva entre Estado e Igreja, esteve sempre na ordem do dia para os maçons-jornalistas.

3.2. A literatura e o Parthenon Litterario: marco da *inteligência* gaúcha e centro intelectual da maçonaria

O espírito associativo, comum nos séculos XVIII e XIX, pode ser observado no Rio Grande do Sul a partir do período pós-independência. Os gabinetes e sociedades de leitura, em funcionamento já nas décadas de 1830 e 1840, eram locais de circulação obrigatória de diversas lideranças políticas, na sua maioria adeptos do ideário liberal. Os poucos letrados da capital e de algumas cidades e vilas mais populosas estabeleceram com alguma regularidade esse espaço cultural e político no território gaúcho, porém seus objetivos, fundamentalmente políticos, não chegaram a influenciar ou fomentar uma geração de intelectuais ou homens de cultura para as décadas seguintes. Assim, antes da segunda metade do século XIX, não houve uma iniciativa de vulto nessa área. O surgimento do Partenon Literário em 18 de junho de 1868, na cidade de Porto Alegre, marcou uma nova fase para a cultura em geral e especialmente para a literatura rio-grandense:

> *Há quem afirme que os escritores rio-grandenses anteriores ao Parthenon pouco fizeram por carência de estímulos e de incitamento e, sobretudo, por falta de coesão entre si (...). Na história literária do Rio Grande do Sul - e isso não pode ser matéria de discussão - há grandes nomes e fatos marcantes antes do Parthenon. Este, é certo, deu formas definitivas e feição original à literatura rio-grandense do século XIX, desafogando-a da compressão geográfica, imprimindo-lhe um sentido mais orgânico na identidade das tendências e atribuindo-lhe um poder de expressão mais objetivo, na cópia farta das utilizações várias*[575].

Duas iniciativas anteriores já demonstravam a tendência de que as letras rio-grandenses estavam tomando formas mais definitivas, numa espécie de adaptação ao romantismo nacional. A primeira foi a fundação, na cidade de Porto Alegre, em 1856, por um grupo de intelectuais, do periódico literário e poético *O Guaíba*. Ainda que tenha tido curta duração - já que em 1858 deixou de existir -, gravitou em torno desse periódico a primeira geração romântica do Rio Grande do Sul. Outra iniciativa importante foi a *Arcádia,* fundada em Rio Grande em 1867, órgão do Grêmio Literário Rio-Grandense e dedicado também exclusivamente à literatura.

O principal espaço da organização e aglutinação da intelectualidade gaúcha foi, no entanto, a criação da Sociedade Parthenon Litterario, centro de reunião dos letrados da época, principalmente da capital, mas também do interior pela modalidade de *sócio-correspondente*, o que incentivou o surgimento de entidades semelhantes em outras cidades. Reunia-se nesse espaço a *nata* dos jornalistas, dramaturgos, oradores, poetas, prosadores, cronistas, romancistas, historiadores, filólogos e educadores do estado. Apesar das discordância sobre a qualidade do que seus membros debatiam e produziam, o Partenon Literário integrou a geração verdadeiramente pioneira da intelectualidade gaúcha. Para tanto, mantinha uma revista mensal, que circulou de 1869 a 1879, com alguns

---

[575] MACHADO, Antonio Carlos. Breve história do Parthenon. *Revista do Museu Júlio de Castilhos e Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul*. 1956, ano 5, n. 6. p. 112.

intervalos, uma biblioteca, um museu (mineralogia, ictiologia, botânica, zoologia, arqueologia, numismática e história) e aulas noturnas. Além disso, criou um centro abolicionista que realizava uma "vigorosa campanha para a extirpação dessa vergonha que era o trabalho escravo"[576].

Importantes na definição do próprio significado ou importância dessa sociedade foram as conferências e debates promovidos pelos seus sócios e que repercutiam socialmente. Mesmo que esses intelectuais fossem, na sua maioria, liberais e possuíssem pouca intimidade com a política, as diferenças externas adentravam na agremiação; por isso, invariavelmente, as temáticas discutidas internamente ou pela sua revista revelavam uma proximidade entre o discurso propriamente literário e o discurso político. A própria definição das teses a serem debatidas nas sessões demonstrava uma percepção mais ou menos ideológica entre posições liberais e conservadoras. A presença de muitos políticos entre os sócios reforçava a tomada de posições que repercutiam fora do próprio Partenon. Guilhermino Cesar caracteriza as diferenças com o seguinte relato:

> *E entre os mais moços, por isso mesmo mais ardentes e 'modernos', aparecem já os futuros positivistas rio-grandenses, que entrariam em choque com os velhos liberais da Monarquia. Os católicos conviveram ali com os maçons e os materialistas; os padres com os ateus, os moços com os velhos, numa camaradagem literária nunca antes ou depois vista por aqui. Entretanto, sua convivência não foi invariavelmente tranqüila e serena, como poderia parecer à primeira vista*[577].

A heterogeneidade, ou ecletismo ideológico, acompanhou a trajetória dessa sociedade literária, que reunia, especialmente nos primeiros anos, os mais diversos matizes do pensamento em voga. Ainda sob esse aspecto, Damasceno Ferreira explica que o grêmio se caracterizava pela:

---

[576] ABREU, Florêncio de. Parthenon Litterario (Actas de 1872-1873). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*. 1924, ano 4, I e II trimestre, p. 197-252; III e IV trimestre, p.153-216

[577] CESAR, Guilhermino. *História da literatura no Rio Grande do Sul (1737-1902).* Op. cit. p. 177.

> *heterogeneidade de sua composição. Em seus quadros, vizinhavam e punham-se em contato - conservadores e renovistas, católicos e maçons, republicanos e monarquistas, espiritualistas e materialistas, escolásticos e livres pensadores. E, conquanto já soprassem fortemente por estas latitudes os aliciantes ventos do racionalismo de Descartes, Kant e Schopenhauer e o evolucionismo de Comte, Darvim e Spencer, nada se encontra, formalmente expresso, quer nas teses defendidas nas movimentadas sessões do grêmio quer nas colunas de seu periódico, que nos possa esclarecer acerca das tendências predominantes ali de qualquer corrente de idéias*[578].

O ecletismo característico desse grupo da intelectualidade presente nas diversas áreas, principalmente na literatura e na filosofia, não impediu uma predominância da tendência anticlerical durante a fase de existência do grêmio. Coincidentemente, as principais teses apresentadas e defendidas nas suas sessões eram as mesmas que freqüentemente apareciam na imprensa maçônica, nas quais novamente o anticlericalismo falava mais alto. Entre essas, destacamos: o casamento nas condições do catolicismo funda-se na lei natural? Qual o meio a empregar-se a fim de impedir e derrocar a influência exercida pela Companhia de Jesus sobre o ensino?[579]

A presença de um número grande de dirigentes maçons entre os seus sócios certamente influenciou na tomada de posicionamentos de combate ao ultramontanismo, já que gerou, inclusive, rompimentos nos seus anos iniciais[580]. Entre as razões dos desentendimentos e divergências entre os sócios da entidade, Damasceno Ferreira apontou para o fato de que o Partenon se interessava mais pelos assuntos estranhos à literatura, prevalecendo debates de natureza política e

---

[578] FERREIRA, Athos Damasceno. *Imprensa literária de Porto Alegre no séc. XIX*. Op. cit. p. 60.
[579] Idem, p. 200.
[580] Os desentendimentos entre os associados do Partenon ocorreram já em 1870, quando um grupo de intelectuais se desligou do grêmio, dando origem ao mensário *Murmúrios do Guaíba*. Mas a cisão mais grave ocorreu em 1871, sendo expulsos Aurélio de Bittencourt e João Câncio (e pediu demissão Mucio Teixeira), acusados de gerar intrigas deslealmente entre os sócios. Desse rompimento, surgiu em 1872 outra sociedade, denominada *Ensaios Literários*, com uma revista de igual nome, publicada a partir de 1875. FERREIRA, Athos Damasceno. Idem, ibid. p. 80-81.

pessoal[581]. Porém, no contexto dessas cisões, pode-se levantar a hipótese de que os intelectuais maçons, militantes anticlericais convictos, tenham incentivado a tomada de posições mais radicais pelo Partenon. Não é demais lembrar que, nesse período, os conflitos entre Igreja Católica e maçonaria atingiam seu ápice, desembocando na questão religiosa. A grande maioria de intelectuais maçons permaneceu, entretanto, fiel ao Partenon Literário.

Nesse sentido, um rastreamento inicial da documentação disponível dessa sociedade[582] possibilita a confirmação não só da grande presença de dirigentes maçons como seus sócios, ou apenas na condição de colaboradores da publicação literária de mesmo nome. Dos prováveis 138 sócios elencados durante o período de duração da sociedade[583], 33 foram dirigentes maçons, principalmente nos seus primeiros anos[584]. Nesse mesmo sentido, e a título de exemplo, foram identificados somente três dirigentes maçons que efetivamente colaboraram na revista *Ensaios Literários* entre 1875-1877, a saber: Gustavo Cesar Vianna, Antônio Carlos Duarte e Theodoro de Souza Lobo.

Assim, o Partenon, além de servir de ponto de aglutinação da intelectualidade gaúcha e de ter sido responsável pela difusão da sociedade, serviu também como referência cultural para a própria maçonaria gaúcha. Os maçons passaram a ter uma atuação fora dos círculos de convívio interno, reforçando e divulgando seus posicionamentos políticos e ideológicos em círculos mais amplos, com o que aumentou sua capacidade de influir na formação de opinião e na difusão da idéia de sociedade laicizada. A maçonaria e

---

[581] Idem. p. 81.

[582] Sobre o provável destino da documentação impressa e manuscrita do Partenon, ver MACHADO, Antonio Carlos. *Breve história do Parthenon*. Op. cit. p. 111 e ABREU, Florêncio. *Actas das sessões do Parthenon Litterario*. Idem, p. 198-199.

[583] FLORES, Moacyr. *Dicionário de História do Brasil*. Op. cit. p. 495.

[584] Foram membros ou colaboradores os seguintes dirigentes maçons: Alexandre Bernardino de Moura, Antônio Antunes Ribas, Antonio de Azevedo Lima, Antonio José Pereira Júnior, Antonio Pedro Caminha, Antonio Rodrigues de Carvalho, Arthur Lara Ulrich (identificado como maçom somente nos primeiros anos do século XX), Augusto Kruel Uflacker, Augusto Rodrigues Totta, Carlos Jansen, Carlos Von Koseritz, Eduardo Salomé, Ernesto Francisco de Souza e Silva, Estácio José Monteiro Sobrinho, Francisco de Abreu Valle Machado, Francisco de Oliveira, Francisco de Paula Soares, Francisco de Sá Brito (sócio-correspondente de Alegrete), Francisco Xavier da Cunha, Gabriel Martins Fay, Guilherme Dias (padre, sócio-correspondente de Pelotas), Gustavo Bier, Gustavo César Vianna, João Baptista Pereira Souto, João Baptista Taloni (Junior), João Capistrano de Miranda e Castro, João Carvalho de Barcellos (sócio-correspondente em Cachoeira), João Pinto Bandeira, José Theodoro de Souza Lobo, Júlio Napoleão dos Santos (sócio-correspondente de Bagé), Lídio da Costa Oliveira, Luiz da Silva Flores

os próprios maçons adquiriram um canal de expressão *profano* de alcance e respeitabilidade inquestionáveis. Sociedade literária, imprensa e política foram, assim, espaços que se complementaram.

Os confrontos entre católicos e anticlericais se evidenciaram, em nosso ver, não só no rompimento que gerou os *Ensaios Literários,* certamente pela radicalidade de muitos integrantes do Partenon, mas também em fatos mais isolados. Esse foi o caso do conflito ocorrido em 1873 entre o católico José B. da Cunha Bittencourt, então inspetor-geral da Instrução Pública do Rio Grande do Sul, e membros da diretoria do Partenon. A desavença foi registrada da seguinte forma na documentação da entidade:

> *Snr. Apolinário Porto Alegre, pedindo a palavra, faz algumas considerações sobre o procedimento do atual inspetor geral da Instrução Pública, Dr. José B. da Cunha Bittencourt, que por espírito de vingança e de rancor impôs ao Parthenon uma multa de cinqüenta mil réis, por não haver remetido os dados estatísticos, relativos as aulas noturnas, que lhe haviam sido pedidos. Censura o procedimento do Sr. diretor das aulas em ministrar esses esclarecimentos, e termina, apresentando o seguinte projeto de decreto: O Parthenon Litterario decreta, que não prestará nenhuma informação à Inspetoria Geral da Instrução Pública enquanto se achar nela o Sr. José Bernardino da Cunha Bittencourt (...)*[585].

A discussão em torno desse tema se estendeu por diversas sessões, tendo ocorrido algumas divergências internas sobre a necessidade ou não de serem enviadas as estatísticas das aulas noturnas ao órgão competente. Nesse sentido, os próprios maçons discordavam do encaminhamento inicial, julgando que a multa talvez fosse correta. Augusto Totta se manifestou responsabilizando o diretor que deixara de enviar em tempo hábil os dados sobre as aulas noturnas; criticou também o fato de aquele faltar freqüentemente às reuniões, "declarando, que pede demissão do cargo de membro da comissão encarregada do concerto,

---

Filho, Manoel José de Oliveira Cruz. ABREU, Florêncio. Parthenon Litterario (Actas de 1872-1873). Idem.

por reconhecer, que essa comissão não pode ter bons resultados a vista da questão com a Inspetoria da Instrução"[586].

O Partenon Literário constituiu-se no principal centro literário também de atuação maçônica, porém já se observava a presença de dirigentes maçons em outros clubes de caráter semelhante a partir da década de 1850, ainda que em números menores, pois nenhum outro adquiriu a notoriedade daquele. Mesmo o caráter mais conservador de algumas das publicações originárias desses clubes ou revistas não impediu a participação dos maçons como dirigentes ou colaboradores. Esse foi o caso de Carlos Jansen na condição de diretor do periódico de feição conservadora, *O Guayba,* que teve curta duração (1856-1858).

Carlos Jansen, como vimos[587], foi, ao contrário de Koseritz, um inimigo do pensamento racionalista próprio dos séculos XVIII e XIX, além de defensor ardoroso da Igreja Católica. Da mesma forma, Francisco de Abreu Valle Machado, que foi colaborador permanente do semanário *Álbum de Domingo* (também de curta duração, 1860 a 1861), também de orientação nitidamente conservadora. O dirigente maçom foi identificado apenas em 1880; portanto, pode ter ocorrido o mesmo processo de amadurecimento de Jansen. A diferença está em que o último permaneceu como membro da maçonaria, comprovadamente, pelo menos até 1895.

Foi na década de 1870, entretanto, que a presença da maçonaria nesse âmbito da cultura se intensificou. A par da importância do Partenon Literário nesse processo, aumentou significativamente o número de grêmios literários e de publicações do gênero. É no *Álbum de Domingo*, mesmo nome do periódico anteriormente mencionado, dos anos de 1878 a 1879, que se observa a participação de dirigentes maçons destacados[588]. Carlos Von Koseritz, Alexandre

---

[585] Acta da primeira sessão extraordinária do ano social de 1873, sob a presidência do Sr. Luiz Kraemer. In: Idem, ibid., p. 156.

[586] Acta da segunda sessão ordinária do ano de 1873, sob a presidência do Snr. Horta. Idem, p. 163.

[587] Autor do livro *Método novíssimo*, publicado em 1863 e dirigido "para alemães aprenderem o idioma nacional. E o Conselho Diretor da Instrução Pública, de acordo com o parecer do dr. Benjamin Petrazi, comissionado para examinar o livro, julgou conveniente fosse ele adotado nas aulas de instrução primária". SCHNEIDER, Regina Portella. Op. cit. p. 274.

[588] Nos anos anteriores, foi localizado no *Eco de Ultramar*, do ano de 1876, a presença do dirigente maçom Carlos Von Koseritz e, em 1877, no *O Colibri,* aparece Ernesto Silva.

Bernardino de Moura, Carlos Jansen e Augusto Totta, nomes referenciais da maçonaria gaúcha no período, foram alguns dos colaboradores efetivos desse periódico. Tido como uma das publicações mais significativas do século XIX, ele protagonizou, no campo do pensamento filosófico, o enfrentamento de duas concepções presentes também no interior da própria maçonaria.

Os protagonistas desse enfrentamento foram justamente Carlos Jansen e Koseritz, cujas diferenças podem ser sintetizadas na seguinte caracterização: "quer na esfera das idéias em geral, em que por exemplo, se revezavam, ao longo de suas colunas, um Carlos von Koseritz - darwinista convicto - e um Carlos Jansen - antimaterialista, não menos convicto"[589]. Nesse ponto, é importante destacar que, a partir do final da década de 1870, ocorreu de forma mais consistente a penetração de correntes de pensamento que substituíram a predominância do iluminismo francês entre os pensadores brasileiros e também gaúchos. Frente ao racionalismo genérico do pensamento francês, alguns intelectuais gaúchos foram receptadores e divulgadores das novas manifestações culturais.

A única informação sobre publicações literárias de iniciativa maçônica é também trazida por Damasceno Ferreira. Segundo o autor, em 1881, surgiu o periódico *O Progressista* e "conquanto não o declarasse ostensivamente, tinha vinculações com as lojas maçônicas locais, a cuja orientação obedecia. Não conseguimos localizar um só exemplar da folha"[590]. A alusão à existência de uma folha literária de iniciativa de lojas maçônicas não é confirmação de uma política nesse sentido, visto que a maçonaria tinha dificuldades em manter em circulação os periódicos voltados aos seus integrantes, tão necessários à propaganda e troca de informações.

A tendência dos pedreiros-livres gaúchos foi de se inserir naquelas iniciativas propostas no âmbito do mundo *profano* que lhe permitissem liberdade de expressão. A divulgação, propaganda e formação de opinião em torno das grandes tendências do pensamento internacional no século XIX tiveram seus

---

[589] FERREIRA, Athos Damasceno. *Imprensa literária de Porto Alegre...* Op. cit. p. 104.
[590] Idem, p. 141. No levantamento da documentação maçônica nos arquivos, inclusive maçônicos, não foi localizada nenhuma referência ou exemplar que confirmasse a existência desse periódico.

receptadores e produtores regionais. Apesar do alcance restrito, referimos que, entre a elite regional, essas correntes de pensamento, assim como a sua recepção, foram formadoras de uma cultura particular no Rio Grande do Sul. Foi no campo da política que a recepção foi mais marcante, pois quase sempre as temáticas filosóficas se dirigiam para esse campo, simplificando em muito as suas possibilidades.

A presença do também *Brummer* alemão Carlos Jansen, único com um posicionamento católico-conservador entre os dirigentes localizados, não invalida a constatação de que os grêmios literários, a sua imprensa, assim como as conferências e debates públicos, foram espaços privilegiados para a maçonaria. Por intermédio de seus intelectuais, que falavam também como indivíduos de seu tempo e com suas convicções pessoais, a instituição combatia sistematicamente o pensamento católico-conservador com um discurso racionalista, quase sempre genérico e simplificado; foram esses, ao lado dos demais componentes da elite cultural gaúcha, organizadores, agitadores, propagandeadores da maioria das iniciativas culturais do período[591] e também integrantes e responsáveis pelo clima de efervescência cultural e intelectual que mudou o perfil do Rio Grande do Sul na virada do século.

Merece menção especial, no conjunto das atividades literárias e culturais, o teatro gaúcho que, em muitos momentos, foi utilizado pela maçonaria como instrumento de propaganda anticlerical. Porém, o teatro, enquanto manifestação cultural ligada à produção literária e ao entretenimento, não encontrou espaço de muito destaque no século XIX. Isso porque as condições econômicas e sociais repercutiam também no âmbito das possibilidades de expansão nesse campo; a economia periférica e pouco diversificada gerara uma elite pequena numericamente e com uma estratificação social ainda maior. Daí que o acesso ao consumo desse tipo de cultura, assim como dos demais, era privilégio, via de regra, dos poucos letrados gaúchos. Mesmo assim, na primeira

[591] Podem ainda ser incluídos nesse campo cultural os nomes dos dirigentes maçons João Evangelista Barcelos como colaborador da *Revista do Club Acadêmico* (1886); Ernesto Francisco de Souza e Silva no *O Contemporâneo* (1886), Caldas Júnior no *Álbum Literário* (1891). Em 1894, o surgimento da revista *O Mecenas,* com as presenças de José Joaquim Andrade Neves e Caldas Júnior; novamente Ernesto Francisco de Souza e Silva como proprietário e diretor do jornal *Lélia literatura, higiene e propaganda*, da cidade de São Leopoldo, que circulou a partir de 1899 até pelo menos 1904.

metade do século XIX, já é possível observar iniciativas nesse sentido, quase sempre partindo de um grupo local, para a criação de casas de espetáculos.

Essas casas de espetáculos se localizaram nas cidades de maior expressão econômica do período: Porto Alegre, Rio Grande, Pelotas e Rio Pardo. Assim, mesmo que de forma incipiente, ocorreram iniciativas de instalação das casas de teatro na primeira metade do século XIX[592], quase sempre vinculadas à companhias amadoras e a grupos de incentivadores. Mas foi somente a partir da segunda metade do século passado que o teatro no Rio Grande do Sul conquistou um espaço permanente e se difundiu para um número maior de cidades[593]. Entretanto, apesar do espaço maior, não chegou a se constituir num espaço privilegiado, consolidando-se apenas enquanto espaço elitizado.

Nessa perspectiva, a maçonaria também se ocupou desse campo cultural de duas maneiras: primeiro, através da iniciativa de alguns de seus membros que se mobilizavam para arrecadar recursos, viabilizando a instalação dessas casas de espetáculos[594]. Atuavam aí não como maçons, mas como integrantes da elite cultural gaúcha, ou seja, o teatro se constituía em oportunidade de lazer e entretenimento numa sociedade de raros espaços de convívio social; por isso, aqueles ocupavam esse espaço como instrumento de propaganda anticlerical. A promoção de eventos teatrais dirigidos a um público simpatizante da causa anticlerical se intensificou principalmente a partir da década de 1870.

Chama a atenção o fato de não termos localizado dirigentes maçons que tenham sido autores de peças teatrais anunciadas pela imprensa maçônica. Mesmo assim, a publicação e produção teatral de peças de cunho anticlerical

---

[592] Moacyr Flores. O teatro no Rio Grande do Sul. In: *Rio Grande do Sul: aspectos da cultura*. BELLOMO, Harry Rodrigues (org.). Porto Alegre: Martins Livreiro, 1994. p. 93-94, informa a existência das seguintes casas de espetáculos nesse período: Casa de Comédia (em Porto Alegre de 1794, reformada em 1804); a Sociedade Teatrinho (criada em Porto Alegre em 1828); o Teatro Sete de Setembro (da cidade de Rio Grande de 1832); o Teatro Sete de Abril (na cidade de Pelotas em 1833); a Sociedade Dramática Particular (também em Porto Alegre, criada em 1838 e com duração até 1849); o Teatro Rio-Pardense (em Rio Pardo em 1845).

[593] As cidades que criaram casas de teatro foram: Bagé (1851); no mesmo período, a vila de Jaguarão (Teatro Filodramático Apolo) em 1886, iniciou o projeto do Teatro Esperança inaugurado em 1897; além disso, em Triunfo, S. Gabriel, Santana do Livramento, D. Pedrito e Quaraí. Idem, p. 96-97.

[594] Entre os poucos exemplos disponíveis aparecem os seguintes dirigentes maçons: Cezar Antunes Maciel, um dos proprietários do Teatro 13 de Maio da cidade de Alegrete; João Pedro Caminha, acionista

eram apoiadas por lojas maçônicas de Porto Alegre e do interior. *A Acácia* anunciava as peças em cartaz quando eram propagadoras desse ideário; como exemplo, a encenação da peça teatral *Os lazarentos,* ocorrida em Porto Alegre no mês de setembro de 1876, teve "a platéia quase exclusivamente formada de maçons"[595]. A peça trata das intrigas que os filhos de Loyola, os jesuítas, incentivavam. Nesse sentido, a mesma notícia dá conta de que a empresa Mayrinck estava ensaiando uma produção dramática de igual gênero sob o título *Os homens de Roma,* a qual já havia conquistado muitos aplausos na cidade de Pelotas, onde fora apresentada anteriormente[596].

De forma geral, as peças teatrais giravam em torno da mesma temática e, invariavelmente, atacavam aqueles que eram considerados os piores inimigos da ordem, os jesuítas. Entre algumas das peças teatrais localizadas por meio do texto publicado e que receberam menção da imprensa maçônica, algumas merecem ser destacadas. Uma delas foi *Um jesuíta no lar doméstico,* de José Pedro Franz, encenada pela primeira vez em 7 de abril de 1895 na cidade de Pelotas e que trata das repercussões da influência dessa ordem religiosa no seio das famílias e dos conseqüentes males gerados disso[597]. Peças teatrais em torno do tema eram comuns e grandemente anunciadas, mesmo quando não houvesse uma ligação direta com a maçonaria. Assim foi com *O maçon e o jesuíta*, publicada por Francisco Lobo da Costa, ao que consta na década de 1880, "dentro do espírito anticlerical vigente"[598]. Outra peça teatral em torno do mesmo tema foi *Mateus, Acácia e Roma,* de José de Sá Britto; também a peça *O dever*[599], cujo autor, Joaquim Alves Torres, dedicou a apresentação à Grande Associação Beneficente de Senhoras, braço feminino da maçonaria gaúcha na virada do século XIX para o XX. Na ocasião, o autor esclareceu a sua posição em relação à temática:

---

e diretor do Teatro Sete de Abril da cidade de Pelotas; Manuel de Freitas Valle, presidente do Teatro 13 de Maio de Alegrete.

[595] *A Acácia - folha maçônica.* 1876, ano 1, n. 38. p. 4.

[596] Idem.

[597] FRANZ, José Pedro. *Um jesuíta no lar doméstico*. 1. ed. Pelotas: s/ed., 1895.

[598] FLORES, Moacyr. *O teatro no Rio Grande do Sul.* Op. cit. p. 98.

[599] TORRES, Joaquim Alves. *O dever*. (peça em quatro actos). Porto Alegre: O Globo, 1901. A peça foi encenada em 26 de agosto e 2 de setembro de 1901.

> *Essa peça, cujo objetivo é pugnar pelos princípios do bem, da caridade, da honra e do trabalho e combater francamente o mal, a ignorância e a mentira religiosa não podia ter melhor destino, por que V.V. Excias. são as mais legítimas paladinas desses princípios (...). Antes de falar do drama que, como se sabe, foi classificado na categoria das peças de propaganda contra o jesuísmo, julgo de minha conveniência acentuar que não sou um propagandista anticlerical por avidez de ovações, nem tão pouco por que fosse contratado para semelhante empreitada. Não. O sou por convicção*[600].

Os dirigentes maçons gaúchos, representantes do conjunto dos integrantes da ordem na segunda metade do século XIX, foram componentes da elite regional. Essa constatação foi feita a partir dos diversos campos em que a elite atuou, isto é, dos pontos de vista econômico, social, político e intelectual ou cultural. Para o objetivo deste trabalho, o viés político e intelectual ou cultural se revelou o mais importante na perspectiva de delinear a influência ou importância da instituição maçônica no Rio Grande do Sul no período estudado. Economicamente, o grupo formado por maçons se caracterizou por pertencer ao setor terciário, portanto eram urbanos, tendo suas ocupações profissionais ligadas ao comércio, aos empregos públicos e às atividades como profissionais liberais.

Concomitantemente, os dirigentes maçons exerceram também influência na vida política regional. Os dados obtidos sobre a participação política institucional dos dirigentes dão conta de uma grande incidência de maçons ocupando cargos na esfera local e regional. Se os números não foram mais contundentes - e isso pode estar relacionado às dificuldades na obtenção das informações - eles revelam que algumas das principais lideranças políticas da segunda metade do século XIX pertenciam ou pertenceram à maçonaria. Pode ser observado também que tais lideranças se dividiam entre os grupos ou partidos políticos, de acordo com os posicionamentos pessoais de cada maçom. Contudo,

[600] Idem, p. 3.

houve uma predominância de maçons no Partido Liberal no período do Império e no Partido Republicano Rio-Grandense nos primeiros anos da República gaúcha.

Em termos intelectuais ou culturais, os maçons gaúchos compunham a minoria de letrados ou, em último caso, de alfabetizados. Os números referentes à formação escolar demonstram que grande parte dos dirigentes maçons tinham curso superior ou, no mínimo, formação em nível médio; detinham uma participação destacada na vida intelectual gaúcha, observada em pelo menos dois campos, o da imprensa e da literatura. Nesses dois campos, observamos a tendência predominante entre os maçons-intelectuais na defesa do pensamento liberal e cientificista em contraposição ao pensamento católico-conservador, o que será detalhado na parte que se segue deste trabalho.

IV

AS RELAÇÕES ENTRE MAÇONARIA E IGREJA CATÓLICA NO RIO GRANDE DO SUL NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A presença da maçonaria no Brasil durante o século XIX foi marcada por uma forte atuação política, principalmente na sua primeira metade, e, mais tarde, por uma atuação no campo do pensamento liberal e cientificista, na sua segunda metade. Assim, no período de abrangência deste trabalho, a importância da ordem maçônica esteve vinculada especialmente à divulgação e propaganda do laicizismo e do anticlericalismo. As permanentes cisões entre os organismos dirigentes maçônicos nacionais e regionais, que geraram diversos grandes orientes e supremos conselhos em fases diferentes da história da maçonaria brasileira, não impediram que, do ponto de vista ideológico, o anticlericalismo se tornasse o seu ponto unificador.

O polêmico e conturbado relacionamento entre a maçonaria e a Igreja Católica desde o século XVIII em termos internacionais, quando das primeiras condenações pontificiais, se agravou no transcorrer do século XIX. No Brasil, os conflitos entre as duas instituições foram mais intensos entre as décadas de 1870 e 1910. Nesse período, e especialmente antes da proclamação da República em 1889, Igreja Católica e maçonaria foram protagonistas de uma questão de fundo que envolvia o Império brasileiro: a questão religiosa e o debate em torno da separação Estado/Igreja. Roque Spencer de Barros inseriu essa questão conjuntural em um processo mais amplo: o confronto entre as diferentes matrizes do pensamento brasileiro do século XIX e início do século XX.

Nesse sentido, a intelectualidade brasileira poderia ser dividida em três vertentes que estavam em consonância com o ideário europeu: o embate entre o pensamento católico-conservador e os pensamentos liberal e cientificista[601]. O conservadorismo político e o ecletismo intelectual não impediram que a elite política e intelectual brasileira fosse, na sua maioria,

[601] BARROS, Roque Spencer Maciel. *A ilustração brasileira e a idéia de universidade*. São Paulo: Convívio/Edusp, 1986. p. 50-60.

receptora e divulgadora do liberalismo e do cientificismo, uma herança da influência do pensamento francês no Brasil. Por sua vez, o pensamento católico-conservador conquistou poucos espaços e defensores entre a intelectualidade e políticos do Império. Na opinião de Antônio Carlos Villaça,

> *não tivemos pensamento católico no Brasil, nem ao longo dos dois séculos de influência escolástica, nem muito menos ao longo do século XIX, de presença quase exclusivamente francesa até a publicação dos "Estudos Alemães", em 1882, com que Tobias Barreto abre o período de influência germânica na cultura brasileira*[602].

Em outras palavras, no século XIX, mesmo com a confirmação da religião católica como oficial na Constituição de 1824, um dos conflitos permanentes foi, sem dúvida, exatamente entre Estado e Igreja Católica. Tal conflito tomaria novas dimensões a partir da questão religiosa de 1872 e seria resolvido, definitivamente, com a separação dessas instituições no advento da República. Na origem dessa situação, esteve a contradição de sermos um país oficialmente católico e, por outro lado, de ter se gerado uma classe dirigente - políticos, intelectuais - e um Estado cada vez mais secularizado[603]. Entre esses políticos e intelectuais se encontravam os maçons que, de forma mais explícita, pressionavam o Império brasileiro na diretriz laicizante e abertamente anticlerical.

No Brasil do século XIX, a Igreja Católica não se constituía numa instituição estruturada e presente em todo o território nacional; ela era frágil, desorganizada e desvinculada das necessidades de uma população *oficialmente* católica, mas, na realidade, pouco afeita às suas práticas religiosas. Pesava nessa situação a presença de um clero insuficiente numericamente, com deficiências de formação e com uma conduta moral sempre questionada, para não dizer *mundana;* a administração da Igreja, por sua vez, se restringia a algumas cidades litorâneas, mantendo-se afastada da maior parte do interior do país. Apesar das

---

[602] VILLAÇA, Antônio Carlos. *O pensamento católico no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975. p. 10.
[603] BARROS, Roque Spencer Maciel de. Vida religiosa. Op. cit. p. 320-321.

críticas ao sistema do padroado e do regalismo, o clero se beneficiava dos privilégios advindos da situação de ser parte da burocracia estatal. Assim, as derrotas do catolicismo mundial frente aos avanços dos Estados cada vez mais liberais e secularizados encontraram no Brasil uma situação ainda mais grave.

No Rio Grande do Sul, a situação do catolicismo era ainda pior, visto que a tardia colonização portuguesa, o isolamento e abandono por parte da administração eclesiástica e a subordinação a uma diocese distante fragilizavam ainda mais as práticas religiosas e as convicções católicas. No mesmo século, o XIX, nas décadas de 1830 e 1840, a maçonaria gaúcha deu seus primeiros passos, consolidando-se a partir da sua segunda metade em praticamente todos os vilarejos e cidades gaúchas. O crescimento irregular da maçonaria a partir de 1850 não impediu, no entanto, que ela se tornasse uma instituição com forte influência na sociedade gaúcha daquele período.

Aliados e integrantes dos grupos políticos e de intelectuais liberais, os maçons adquiriram prestígio e influência em várias esferas da política e da vida social no Rio Grande do Sul. A fragilidade da Igreja Católica, tanto em nível nacional como no regional, conferiu expressão a esses grupos liberais e maçônicos, especialmente na formação e divulgação de um tipo de pensamento predominantemente laico, anticlerical e racionalista nos meios políticos e intelectuais. Nessa perspectiva, a política de romanização católica implementada a partir do papado de Pio IX tentou reverter o quadro do catolicismo mundial no embate direto com o liberalismo e com a maçonaria.

No Brasil e no Rio Grande do Sul, a partir de 1850, a romanização gerou confrontos, principalmente entre a maçonaria e a Igreja Católica. A famosa questão religiosa, que explodiu em 1872, deve ser analisada nesse quadro de confronto situado no âmbito das idéias e do pensamento cultural brasileiro. O final deste processo, a separação Estado/Igreja, parecia ter dado a vitória aos liberais e defensores do pensamento liberal e cientificista; entretanto, a República e a laicização da sociedade brasileira possibilitaram também o fortalecimento do catolicismo no Brasil. A avaliação feita por intelectuais e expoentes do clero católico nos anos imediatamente posteriores à vitória republicana revela o quanto

as repercussões da decadência do Império foram positivas para a Igreja Católica. O posicionamento de Júlio Maria demonstra a avaliação positiva da liberdade adquirida com a nova situação:

> *Como efeito, o novo regime era incontestavelmente a liberdade restituída à Igreja brasileira depois de sua longa e triste escravidão. Era o termo dessa aparente e falsa união com que durante longos anos foram sacrificados os interesses religiosos do país. Era a realização de uma ardente aspiração dos católicos puros e fervorosos, que, sem dúvida, em tese só aceitam a união do Estado e da Igreja como o princípio verdadeiro; mas que, quanto ao 'fato', vendo no Brasil, sob as aparências de uma falsa união, o escravizamento da Igreja, preferiam aos 'privilégios e subsídios' com que se mascarava a opressão o regime do direito comum*[604].

Apesar da resistência da Igreja Católica, sobretudo no tocante aos privilégios perdidos na condição de religião oficial, quando da introdução do registro e do casamento civil, sua avaliação foi de forma geral positiva. Além disso, o clero católico pôde realizar também uma autocrítica sobre a sua presença no Brasil imperial, com o que aspectos negativos nunca antes mencionados passaram a fazer parte dos seus argumentos e opiniões. O primeiro bispo da cidade de Pelotas, d. Francisco de Campos Barreto, em relatório das atividades na sua diocese, criada em 1910, referente aos anos de 1911 a 1916, já afirmava:

> *Se pelo seu liberalismo a república desorganizou a família catolicamente constituída no Brasil, é certo que com a prática de uma separação bem compreendida, deixou que a igreja levantasse, à vontade, o seu vôo e se atirasse à conquista de convicções ardentes, coisa essa que, queremos crer, era na verdade bem rara, onde antes parecia que o interesse e a lei criavam muitos católicos pretendentes aos empregos públicos*[605].

---

[604] MARIA, Júlio. *A Igreja e a República*. Brasília: Editora UnB, 1981. p. 104-105.
[605] BARRETO, D. Francisco de Campos. *Primeiro lustro da Diocese de Pelotas (1911-1916).* Pelotas: Livraria Commercial, 1916. p. 15.

Neste trabalho, a análise do relacionamento entre maçonaria e Igreja Católica concentrar-se-á na segunda metade do século XIX, estendendo-se até os primeiros anos republicanos, no final desse mesmo século. Foi nesse período que ocorreram, ou ganharam maior expressão, as principais polêmicas e conflitos entre as duas instituições. A maçonaria brasileira, especialmente a partir da década de 1870, defendeu-se e atacou a Igreja Católica, constituindo-se num dos grupos que mais se mobilizou na luta pela secularização da sociedade. Tentava, desse modo, impedir que o catolicismo institucional se fortalecesse e que o *obscurantismo* religioso fosse vitorioso frente ao *progresso* e a *ciência*.

O anticlericalismo maçônico se fez sentir de diversas maneiras. O objetivo da parte final deste trabalho é delinear os principais pontos ou campos de conflitos entre as duas instituições no Rio Grande do Sul, demonstrando como a luta anticlerical maçônica se efetivou. Como parte introdutória deste capítulo, será abordada a presença da Igreja Católica no século XIX na sociedade gaúcha. Em relação aos campos ou espaços de disputa entre as duas instituições, merece ser destacado o da ação intelectual, principalmente através da imprensa, instrumento intelectual mais importante do período[606]. Além desse, a filantropia, ou beneficência maçônica, e a educação foram os principais espaços de disputa da maçonaria em relação à Igreja.

[606] Não será abordada a imprensa neste capítulo, pois optou-se por inseri-la na parte anterior, quando foi analisado o perfil socioeconômico e cultural dos dirigentes maçons do Rio Grande do Sul.

2. A IGREJA CATÓLICA NO TERRITÓRIO GAÚCHO NO SÉCULO XIX

A pequena presença da instituição católica no Rio Grande do Sul, especialmente na primeira metade do século XIX, favoreceu, sobretudo entre a elite regional, a difusão de um pensamento anticlerical ou pouco simpático às causas e práticas religiosas. Por outro lado, o pensamento liberal conquistava adeptos e influência dentro dessa mesma elite, mais propensa aos argumentos da razão do que aos da religião. A maçonaria, ou os maçons, recrutados no seio dessa elite regional, foram adquirindo projeção social em razão também do seu modelo de organização, de sua disciplina e da própria mística em torno de ser uma sociedade ritualística e cujo *segredo* não chegava nunca a ser revelado aos *profanos*.

No confronto Igreja Católica e maçonaria, a segunda parece ter tido mais força e expressão durante o século XIX no Brasil. O principal jornal católico do período, o *Apóstolo,* tinha essa mesma opinião já que concordava em que a maçonaria era mais forte, pois tinha a seu favor a justiça e a simpatia geral das populações[607]. Essa opinião podia não refletir a realidade de forma absoluta, mas demonstrava em muito o sentimento de inferioridade e de impotência do clero frente a uma instituição que agregava algumas das principais figuras políticas e intelectuais do período no país e no estado.

A fragilidade do catolicismo no estado não chegou a se constituir num fenômeno isolado. A pouca observância dos preceitos religiosos e das verdades da fé católica demonstravam que a população, de forma geral, era pouco receptiva ao afervoramento religioso[608]. Entre os autores que trataram dessa questão, isto é, a baixa religiosidade dos gaúchos no século XIX, Jorge Salis Goulart merece destaque. Para ele, a baixa religiosidade ou diminuição do

---

[607] Jornal o *Apóstolo.* 11-12-1873, ano 8, n. 55. p. 4.
[608] ISAIA, Artur César. *O cajado da ordem. Catolicismo e projeto político no Rio Grande do Sul:* d. João Becker e o autoritarismo. Universidade de São Paulo, 1992. (Tese de doutorado). p. 39.

sentimento religioso foi uma realidade, o que, entretanto, não significou "nunca uma completa extinção" da religiosidade, como afirmara Saint-Hilaire[609].

A diminuição do sentimento religioso, da perspectiva católica, relacionava-se à própria realidade histórica gaúcha, já que havia sido um território de povoamento e colonização tardio, de um tipo de desenvolvimento econômico singular, do militarismo permanente e formador de um tipo de sociedade aguerrida e pouco sensível aos apegos espirituais. Além disso, uma parte da população vinculava-se à estrutura fundiária das grandes estâncias; nesse caso, a distância de uma estância à outra, bem como de um povoado a outro, significava, da ótica religiosa, que "para ouvir uma missa, era necessário vencer léguas e léguas"[610].

Na primeira metade do século XIX, a situação geral do catolicismo no Rio Grande do Sul acompanhava em muito o próprio ritmo de desenvolvimento socioeconômico regional. As dificuldades para o estabelecimento institucional da Igreja Católica eram agravadas pela distância e pelo isolamento da parte meridional do Brasil com a sede da jurisdição eclesiástica do Rio de Janeiro à qual estava subordinada[611]. Assim, a distância e a insignificante presença de autoridades clericais católicas no território gaúcho explicam em muito o clima de abandono que contribuía para a fragilidade do catolicismo institucional.

As poucas iniciativas oficiais para amenizar os problemas do abandono e do isolamento do território gaúcho, por parte das autoridades eclesiásticas do Rio de Janeiro, não chegavam a repercutir e a transformar a situação. Até a criação da diocese de Porto Alegre em 1848, as iniciativas se resumiram à criação de comarcas eclesiásticas e a visitas pastorais, medidas administrativas católicas que não chegavam a ser novidade, pois estavam

---

[609] GOULART, Jorge Salis. *A formação do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1933. p. 59.
[610] Idem, p. 60-61.
[611] No período colonial, o território do Rio Grande do Sul pertenceu até 1676 à Coroa espanhola e, a partir de então, passou à Coroa portuguesa, pertencendo desde então à jurisdição eclesiástica do bispado do Rio de Janeiro com uma pequena interrupção em 1745, quando se criou o bispado de São Paulo e sul de Minas, abarcando o território gaúcho. Em 1748, o Rio Grande do Sul retornou à jurisdição eclesiástica do Rio de Janeiro onde permaneceu até a criação do bispado regional.

previstas desde meados do século XVI nas orientações do Concílio de Trento ainda em vigor[612].

Quanto à criação das comarcas eclesiásticas, elas acompanharam o desenvolvimento dos núcleos econômicos e urbanos gaúchos[613] e tiveram importância somente como medida de administração eclesiástica. As visitas pastorais eram feitas com pouca com freqüência, não tendo, por isso efeitos positivos, pois a própria extensão da diocese do Rio de Janeiro, cerca de 2 000 km em direção ao sul, o impedia. Conforme estudo de Fábio Kühn, as visitas pastorais - ocorridas no Rio Grande principalmente entre 1780 e 1815 - faziam parte do projeto reformador dos bispos do Rio de Janeiro, especialmente nas gestões de d. Castelo Branco e d. Caetano Coutinho, e tinham como objetivo:

> *implementar a reforma tridentina na diocese, principiando pela reforma do clero, que deveria ser exemplar, para em seguida estabelecer a reforma mais ampla da fé e dos costumes dos fiéis. Uma tarefa nada fácil para as condições da Igreja brasileira durante os séculos XVIII e XIX, que tinha seus poderes bastante limitados em função do Padroado. Mesmo assim, alguns bispos tentaram, e em alguns casos, foram parcialmente bem-sucedidos*[614].

A política reformadora pretendia atacar o principal problema identificado pelos bispos do Rio de Janeiro, ou seja, atingiria o clero brasileiro especialmente nos aspectos que comprometiam a sua conduta moral. O constante

---

[612] O Concílio de Trento, ocorrido entre 1545 e 1563, fez parte da reação católica frente ao avanço do protestantismo. As reformas introduzidas na Igreja Católica, conhecidas como *contra-reforma*, foram: reforço da autoridade papal, reafirmação da doutrina católica tradicional, fixação de condições e idade mínima para o exercício de funções eclesiásticas, proibição de acumulação de paróquias e bispados por um mesmo religioso, criação de seminários, criação de colégios, etc. A criação da Companhia de Jesus em 1534, em Paris, foi fundamental nesse processo, pois a sua obediência ao papa reforçou ainda mais sua autoridade.

[613] Em 1813 havia no Rio Grande do Sul uma estrutura administrativa que agrupava todas as paróquias em cinco comarcas eclesiásticas: a de Porto Alegre; de Rio Grande; de Nossa Senhora da Oliveira de Vacaria; de Triunfo que, em 1815, seria transferida para Rio Pardo, e a de Piratini. Essas comarcas, em princípio, não tinham uma coordenação geral. Somente em 1812, o bispo do Rio de Janeiro, dom José Caetano da Silva Coutinho, criou a Vigaria Geral de Porto Alegre, que passou a cumprir esse papel de coordenação. HASTENTEUFEL, Zeno. *Dom Feliciano na Igreja do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Acadêmica, 1987. p. 51-52.

[614] KÜHN, Fábio. *O projeto reformador da diocese do Rio de Janeiro*: *as visitas pastorais no Rio Grande de São Pedro (1780-1815).* Porto Alegre: Ufrgs, 1996. (Dissertação de mestrado). p. 37.

questionamento acerca da conduta desse clero era apontado como uma das razões da péssima situação do catolicismo no Brasil, e, para que se tornasse exemplo e convertesse a população católica, a conduta dos padres deveria ser ilibada. No Rio Grande do Sul, os relatos sobre o comportamento, atitudes e posturas dos sacerdotes não se diferenciavam muito dos observados no restante do país, sendo possível até que fossem ainda mais graves os desvios nos costumes em razão da distância e do isolamento em que viviam.

As visitas pastorais no Rio Grande do Sul, que, pelas notícias, já ocorriam antes de 1780, se tornaram a partir de então mais permanentes e sistemáticas[615]. Sob o ponto de vista jurídico, elas deveriam se realizar por meio da autoridade do bispo de cada diocese ou, no caso do seu impedimento, pelo seu vigário geral ou visitador. No caso gaúcho, as visitas, via de regra, estiveram a cargo desses últimos na condição de substitutos. Quanto à periodicidade, elas deveriam ocorrer "a cada ano, por inteiro ou na maior parte da diocese e, caso fosse necessário, deveriam ser complementadas no ano seguinte"[616]. No estado, as visitas só começaram a adquirir uma certa periodicidade a partir dos governos eclesiásticos do bispo d. José Joaquim Justiniano Mascarenhas Castelo Branco e do seu sucessor d. José Caetano da Silva Coutinho.

A presença mais constante dos visitadores a partir da virada do século XVIII para o XIX se deveu, entre outras razões, às mudanças socioeconômicas que estavam se processando no Rio Grande:

> *Possivelmente em função da maior valorização econômica e do crescimento demográfico desta região a partir da década de oitenta do século XVIII, aliada à conjuntura política favorável, o bispado do Rio de Janeiro passou a considerar a necessidade do envio mais regular de visitadores ao Continente. Pois as visitas ocorridas nas décadas anteriores não*

[615]Conforme KÜHN, Fábio. Idem, p. 63-67, o Rio Grande de São Pedro já era visitado antes de 1780, mas com um caráter bastante esporádico. As visitas que podem ser confirmadas por meio de documentação foram as ocorridas em 1743, com o visitador episcopal pe. Antonio Pestana Coimbra; em 1750, chegou o visitador , pe. Manuel José Vaz, cônego de São Paulo; em 1752, ocorreu a visita do pe. Domingos Pereira Telles.
[616] Idem, p. 55.

> *puderam implementar qualquer projeto mais sistemático de reforma (...)*[617].

A eficácia e os resultados das visitas pastorais realizadas no período assumiram muito mais funções jurídicas e administrativas do que propriamente apostólicas. Mesmo assim, entre os seus objetivos, alguns foram parcialmente positivos, especialmente no sentido de perceber com mais fidelidade a real situação do catolicismo neste território. Nos relatórios das visitações, encontramos muitos elementos caracterizadores da realidade católica. Segundo Zeno Hastenteufel, uma das visitas pastorais mais importantes teria sido a de 1815, quando o próprio bispo do Rio de Janeiro, dom José Caetano da Silva Coutinho, foi o visitador. Aliás, esse foi o único bispo a visitar pessoalmente o Rio Grande de São Pedro no período colonial. Segundo o autor, dessa visitação ficaram as seguintes impressões e recomendações:

> *Dom José Caetano impressionou-se enormemente diante da ignorância religiosa de uma grande parcela do povo cristão. A reação consistiu em apelar aos párocos para que voltassem a assumir a explicação do catecismo às crianças e aos adultos, ao menos, aos domingos*[618].

A segunda visita pastoral com a presença de um bispo, dom Manoel do Monte Rodrigues de Araújo, ocorreu somente trinta anos depois, com o final da Revolução Farroupilha. Porém, em 1845, a situação da Igreja Católica no Rio Grande do Sul não se alterara significativamente, ou seja, os problemas da ignorância em assuntos religiosos e da fragilidade das práticas católicas continuavam preocupando as autoridades eclesiásticas do Rio de Janeiro. Durante o período em que d. Manoel aqui permaneceu tomou uma série de medidas, visando promover uma aproximação mais efetiva entre as práticas religiosas católicas e a população. É novamente Hastenteufel quem relata:

---

[617] Idem, p. 62-63. Sobre as visitas ocorridas antes de 1780, ver p. 63-67.
[618] HASTENTEUFEL, Zeno. Op. cit. p. 53-54.

> *Entretanto, os estragos espirituais perduraram ainda por muitos anos, nas vastas extensões do Rio Grande, especialmente entre os que moravam longe das cidades e dos centros habitados de então. Após dez anos de luta fratricida, de revolução e cisma, de censuras e absolvições, de incertezas, conquistas e derrotas, a Igreja, extremamente pobre de recursos e sacerdotes, se encontrava à beira de um verdadeiro caos*[619].

Entre os diversos problemas que foram observados nas visitas (e que foram recorrentes durante a primeira metade do século XIX no caso gaúcho), apareceram a insuficiência do número de sacerdotes, a escassez de recursos para a manutenção das paróquias, o abandono das igrejas, a ignorância religiosa do povo e a desconsideração para com os sacramentos. Porém, os mais graves, e que exigiam uma reforma profunda, eram exatamente os problemas decorrentes da atuação dos sacerdotes, pois a baixa religiosidade dos gaúchos tinha como causa primeira o envolvimento prioritário do clero com as atividades de cunho secular.

A participação de padres na vida política e econômica nas regiões de suas paróquias não era o problema mais grave para os dirigentes católicos. Segundo Fábio Kühn,

> *o que mais preocupava aos prelados que tentavam implementar esta reforma dos eclesiásticos não era a sua dedicação às atividades profanas, mas sim a incorreção dos seus 'costumes' (a difusão do concubinato clerical) e o próprio despreparo religioso e intelectual de muitos sacerdotes. Daí a insistência dos bispos no que se refere à assistência das 'conferências morais' e também no tocante aos exames que deveriam prestar os sacerdotes diante dos visitadores e examinadores sinodais (...)*[620].

É exatamente nesses elementos que devemos alicerçar nossa tese, pois a problemática em relação aos aspectos morais e de comportamento por parte dos sacerdotes católicos foi amplamente utilizada pela maçonaria gaúcha durante um

[619] Idem, p. 71-72.

largo período. Até as primeiras décadas do século XX, era comum na imprensa maçônica aparecerem notas ou artigos que relatavam casos de padres envolvidos em imoralidades, quase sempre de cunho sexual. Isso demonstra, apesar do provável exagero expresso no anticlericalismo maçônico, que o processo de reforma nos costumes do clero tinha demorado muito a se tornar uma realidade. A imprensa maçônica, então, disso se utilizou amplamente como propaganda anticlerical, denunciando as atitudes que desmoralizavam o clero e a Igreja Católica.

Nesse mesmo sentido, a maçonaria no Rio Grande do Sul também usou o recurso da ridicularização dos sacerdotes, o que foi também sua marca registrada. Tomemos o caso ocorrido em Garibaldi como exemplo para ilustrar essa postura.

> *O padre João Maria Rioli (siciliano) foi expulso da Linha Figueira de Mello, em maio último, por terem-se divulgado as relações ilícitas que mantinha com mais de uma mulher casada. Da Linha Esperança foram repelidos 14 frades, que se recolheram ao convento, onde vivem 32 desses vampiros (...). Na primeira légua de Caxias o padre Micheli Attilio deflorou a órfã B.S., que deu à luz uma criança até hoje não dada a registro e que foi entregue a uma família alemã da Picada Feliz*[621].

O início do processo que resultaria na criação de uma diocese para a província do Rio Grande com sede em Porto Alegre[622] se iniciou a partir dessa última visita pastoral. As tratativas se concretizaram, inicialmente, através da bula do papa Pio IX, de 7 de maio de 1848, sob a denominação de *Ad Oves Dominicas Rite Pascendas*; já em 7 de dezembro do mesmo ano, o imperador d. Pedro II conferiu-lhe o seu beneplácito. O processo de implementação, no entanto, foi lento, e somente com a Carta Imperial de 10 de abril de 1852 foi

---

[620] KÜHN, Fábio. Op. cit. p. 150.
[621] Sempre eles. *Boletim do Grande Oriente do Rio Grande do Sul*. 1902, ano 11, n. 2. p. 138.
[622] As autoridades com poderes para decidir sobre a criação de uma diocese eram o governo imperial e as assembléias legislativas. A autoridade política sobre uma questão eclesiástica estava prevista na Lei do Padroado, presente na Constituição do Império de 1824 e que vigorou até 1889. Entre os direitos do

indicado Feliciano José Rodrigues Prates como bispo da nova diocese, o qual acabou assumindo oficialmente em 1853.

A nova fase do catolicismo no Rio Grande do Sul, que se inaugurou com a criação da diocese, correspondeu também ao período mais conflituoso no relacionamento entre maçonaria e Igreja Católica em termos internacionais. Dentro desse contexto, estaremos abordando especialmente as três primeiras gestões do bispado gaúcho, as quais coincidem com o período delimitado neste trabalho. Foram as gestões dos bispos d. Feliciano José Rodrigues Prates (de 1853 a 1858), d. Sebastião Dias Laranjeira (de 1861 a 1888) e d. Cláudio José Gonçalves Ponce de Leão (de 1890 a 1912)[623].

Dom Feliciano Rodrigues Prates assumiu suas funções em 1853 e já contava com mais de setenta anos de idade. Era gaúcho de nascimento, da Aldeia dos Anjos de Gravataí e, quando da sua nomeação, pároco de Santa Bárbara de Encruzilhada. A sua formação sacerdotal se dera no seminário de São José da Lapa no Rio de Janeiro, tendo sido ordenado em 1804; em 1805, fora transferido para o Rio Grande do Sul, onde servira nos Corpos da Cavalaria. A sua gestão, que foi de apenas cinco anos, não chegou a alterar o quadro negativo do catolicismo no estado.

A preocupação ou o combate ao liberalismo e à própria maçonaria não parecem ter estado entre as prioridades do bispo, ao contrário do que já acontecia em outros países. Localizamos uma única referência à maçonaria durante esse bispado, quando houve uma preocupação sobre a organização e administração dos cemitérios gaúchos, pois a lei canônica concedia o chamado sepultamento eclesiástico à Igreja Católica. Obviamente, os cemitérios não eram propriedade da Igreja, porém ela possuía o direito de administrá-los; assim, era negado sepultamento nesses cemitérios católicos a suicidas, protestantes, maçons que

---

governo imperial, aparecem: a religião católica é a religião do Império; o Poder Executivo pode nomear bispos e prover os benefícios eclesiásticos.

[623] A documentação pesquisada e a bibliografia disponível sobre os três primeiros bispados do Rio Grande do Sul indicam que foi nos bispados de d. Sebastião e d. Cláudio que, de fato, ocorreram enfrentamento, conflito ou simplesmente disputa de espaços sociais entre as duas instituições. Em relação ao bispado de d. Feliciano, a mesma documentação e bibliografia não mencionam esse relacionamento. Na ausência ou não-localização de fontes primárias maçônicas no período de sua gestão, 1853 a 1858, optamos por discorrer sobre alguns aspectos de seu trabalho no bispado, aqueles que poderiam sugerir alguma preocupação com a atuação da maçonaria.

não abjurassem a instituição antes do falecimento. D. Feliciano tinha observado a existência de cemitérios não católicos muito bem organizados, argumentando que os infiéis e maçons respeitavam e cuidavam bem de seus próprios cemitérios. Por que, então, os católicos e o Estado católico não faziam o mesmo?[624]

A questão dos cemitérios, preocupação de d. Feliciano, certamente revelava a situação de abandono dos cemitérios católicos, mas, antes de tudo, anunciava fortes conflitos e divergências ideológicas e políticas: de um lado, os setores liberais, e entre eles os maçons e protestantes, defendendo a secularização dos cemitérios; de outro, a Igreja Católica querendo manter a jurisdição sobre os mesmos, mantendo assim um dos privilégios de ser religião oficial. Os primeiros argumentavam que a transferência da administração e dos locais dos cemitérios para o domínio público atendia às exigências da higiene e saúde pública; a segunda buscava manter o seu monopólio sobre a morte e o sepultamento[625].

O que estava em jogo nesse debate, já na década de 1850 e de forma subterrânea, era a questão da liberdade religiosa e da separação Estado/Igreja. Aos infiés e maçons se agregavam também protestantes e homens de outras crenças que, quando da morte, eram submetidos à benevolência católica, ou seja, eram enterrados em terrenos periféricos aos católicos em lugares para eles especialmente reservados. Em termos nacionais, propostas e projetos tornando públicos os cemitérios já eram conhecidos desde 1830; porém, até aquele momento, todos os sepultamentos eram realizados dentro da Igreja ou em cemitérios contíguos a eles. Em 1º de outubro de 1828, a legislação previa a criação de cemitérios municipais construídos com fundos públicos; contudo, no início da década de 1870, o problema ainda não estava solucionado. Em 20 de abril de 1870, uma nova resolução foi assinada por Paulino José Soares de Sousa, ministro do Império, sobre a qual Vieira explica:

> *Cumpre ressalvar que houve um grande lapso de tempo entre a lei e a prática na política dos*

[624] HASTENTEUFEL, Zeno. Op. cit. p. 221.
[625] Ver sobre a questão de conflitos em torno dos cemitérios VIEIRA, David Gueiros. Op. cit. especialmente as páginas 268-271. O autor exemplifica com situações envolvendo negativas de sepultamento eclesiástico.

> *cemitérios criada pelo Conselho de Estado. O aviso do Ministro do Império de 27 de abril de 1870 não foi observado em toda parte. Como demonstrado por Themudo Lessa, até a década de 1890 ainda era negada sepultura aos acatólicos em muitos lugares pelo Brasil afora*[626].

Em termos legais, a regularização dos cemitérios já era tema de discussão no parlamento gaúcho desde meados da década de 1850; pouco tempo depois, liberais e maçons aprovaram projetos que garantiam o caráter público de uma grande parte dos cemitérios do Rio Grande do Sul[627]. A posição maçônica sobre essa temática foi amplamente divulgada na imprensa maçônica, e um bom exemplo é o que ocorreu quando foi aprovado de forma definitiva o projeto que entregava os cemitérios à administração municipal[628]. Tal participação foi descrita da seguinte forma:

> *A promessa que o nosso Ir∴ Dr. Florêncio de Abreu fez na reunião maçônica do dia 1º de janeiro está sendo cumprida. A assembléia provincial está secularizando os cemitérios, entregando-os à administração municipal e subtraindo-os assim à influência direta do clero. Já foram votados regulamentos de cemitérios municipais para Rio Pardo e para São João do Camaquã (...)*[629].

---

[626] Idem, p. 270-271.

[627] A partir de 1860, foram permanentes as propostas para a regularização, auxílio para construção e secularização através de projetos de construção de cemitérios públicos. Podemos destacar as seguintes iniciativas a partir de então: lei nº.444, de 21-12-1859, aprovando o regimento do cemitério geral a cargo da Santa Casa de Misericórdia da cidade do Rio Grande; lei 455, de 4-1-1860, que decretou a quantia de 4 contos de réis para auxiliar a construção de cemitério em São Gabriel e a mesma quantia para Nossa Senhora da Conceição de Viamão; lei nº. 714, de 29-3-1871, aprovando o regulamento do cemitério de Cruz Alta; lei nº 721, de 1º-4-1871, aprovando o regulamento do cemitério de Piratini; lei nº. 797, de 23-10-1872, autorizando verba para a construção de um cemitério público na freguesia de São José do Patrocínio; lei nº. 816, de 30-10-1872, aprovando o regulamento do cemitério geral a cargo da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas; lei n.º 982, de 27-4-1875, aprovando o regulamento para o cemitério municipal de Uruguaiana; lei nº. 1119, de 4-4-1878, aprovando o regulamento do cemitério público de São Jerônimo; lei nº. 1129, de 24-4-1878, autorizando a Câmara Municipal de Santa Maria da Boca do Monte para construir um cemitério em terreno de sua propriedade fora dos limites urbanos; lei nº. 1257, de 14-6-1880, aprovando o regulamento do cemitério público de Jaguarão; lei nº. 1330, de 20-5-1881, aprovando o regulamento do cemitério de Santana do Livramento; lei nº. 1615, de 21-12-1887, aprovando o regulamento do cemitério público de Santa Vitória do Palmar. In: *Colleção dos Actos, Regulamentos e Instrucções expedidos pela Presidência da Província, dos anos de 1866-1889*. Arquivo Histórico Regional da Universidade de Passo Fundo.

[628] A regulamentação desta questão se deu pelo projeto de lei nº. 113, de 24 de abril de 1875.

[629] Secularização dos cemitérios. *Acácia - folha maçônica*. 1876, ano 1, n. 18. p. 4.

Ainda que na gestão de d. Feliciano não se tenha assistido a um confronto explícito e aberto entre a Igreja e o liberalismo e o maçonismo, as preocupações do bispo com o fortalecimento católico já eram evidentes. Nesse sentido, o religioso desenvolveu algumas iniciativas para reverter alguns dos problemas, objetivando a moralização do clero como instrumento de aproximação mais efetiva com os fiéis; a difusão de práticas de instrução religiosa na forma tradicional de catecismos, para tentar, entre outras coisas, reverter a péssima imagem dos sacerdotes no Rio Grande do Sul; a difusão da catequese para as crianças a fim de doutrinar o seu povo firmemente desde cedo; o cuidado com as celebrações e os sacramentos, ainda muito em desuso.

O problema mais grave, no entanto, continuava a ser o relacionado ao comportamento moral do clero, com o que se confirmava que muito pouco havia mudado em relação ao início do século. O bispo se deparava com situações diversas, tais como:

> *o novo Bispo enfrenta um outro problema muito sério: a veiculação de dinheiro na administração dos sacramentos. pelo que se percebe, havia abusos, tais como cobranças exageradas e sacramentos celebrados só em vista da espórtula, além de uma grave distinção entre pobres e ricos*[630].

Para atacar esse problema, a solução parecia ser a criação de um seminário na província, para o que d. Feliciano se empenhou desde os primeiros momentos da sua gestão. Na primeira carta pastoral da diocese do Rio Grande do Sul, datada de 2 de julho de 1853, justificava-se a criação de um seminário, com o qual se objetivava a transformação da realidade religiosa na província[631]. Com esse projeto, o bispo resolveria dois problemas, vistos como os mais graves: a falta de preparo do clero, o que propiciava os desvios nos costumes, e a escassez de sacerdotes[632]. Na sua concepção, havia necessidade de que ele mesmo

---

[630] HASTENTEUFEL, Zeno. Op. cit. p. 167.
[631] *Primeiras cartas pastorais do RS* (1853-1859*).* Bispo d. Feliciano. Gravataí: Ed. Evangraf, 1988. p. 7.
[632] Conforme COSTA, Alfredo R. da. *O Rio Grande do Sul.* Op. cit., v. 1, p. 152, em 1857, existiam apenas 28 vigários para as setenta paróquias do Rio Grande do Sul.

acompanhasse de perto a formação de novos padres, o que garantiria a qualidade das futuras gerações de sacerdotes.

> *E o Seminário nasceu, pequeno, pobrezinho, que se denominou de Seminário D. Feliciano, e o instalou no seu próprio Palácio Episcopal, onde juntamente com o alimento aos poucos jovens que se apresentaram, fornecia também a doutrina necessária para o sagrado ministério, auxiliado por alguns velhos padres que de boa vontade se propuseram auxiliá-lo no dificultoso empreendimento*[633].

Frente a essa questão, evidenciava-se outra preocupação de d. Feliciano, relacionada com a presença dos protestantes no território gaúcho, visto que ele procurou, permanentemente, reafirmar o catolicismo como religião oficial, mantendo os privilégios que a Constituição de 1824 garantira à Igreja Católica. O bispo procurou impedir um possível avanço religioso do protestantismo na província, negando-se, por exemplo, a aceitar o catecismo de outras religiões ou seitas nas escolas oficiais; por outro lado, evitou confrontos mais graves com os líderes religiosos protestantes. Quando, por exemplo, foi proposta a construção de um templo evangélico na cidade de Porto Alegre, em 1856, d. Feliciano concordou com ela, desde que o culto fosse particular, doméstico e privado; contudo, não admitiu que o governo provincial concedesse qualquer tipo de auxílio financeiro para a construção do referido templo.

Com a morte de d. Feliciano José Rodrigues Prates, em 27 de maio de 1858, inaugurou-se um novo período para a Igreja Católica no Rio Grande do Sul, o qual veio com a nomeação de um bispo mais jovem e intelectualmente mais dinâmico e preparado: d. Sebastião Dias Laranjeira. Nessa nova fase, o catolicismo ganhou um defensor que estava atento às questões e políticas papais que seriam também implementadas no estado. Foi nesse contexto que a maçonaria se transformou em protagonista de alguns dos mais importantes episódios da vida social gaúcha, já que, ao circunscrever sua grande inimiga na

---

[633] BALÉN, João Maria; RAMBO, Balduíno; FERNANDES, Astrogildo e BECKER, Klaus. A Igreja Católica no Rio Grande do Sul até 1912. In: *Enciclopédia Rio-Grandense*. Porto Alegre: Sulina, 1968. v. 2, p. 16-17.

condição de instituição *maldita* e *diabólica,* d. Sebastião contribuiu para a construção do mito em torno dos *filhos da viúva.*

2.1. A presença do clero católico nas oficinas maçônicas

Antes de abordarmos o período da gestão de d. Sebastião Laranjeira, iniciada em 1861 e na qual ocorreram os principais confrontos entre maçonaria e Igreja Católica, é importante mencionar um aspecto até certo ponto polêmico: a presença de padres como integrantes da instituição no Rio Grande do Sul durante o século XIX. Em termos internacionais, a adesão de membros do clero à maçonaria nos séculos XVIII e XIX não chegou a ser nenhuma novidade. José Antonio Ferrer Benimeli, tratando do assunto em alguns países europeus no século XVIII, afirma que a atitude de colaboração entre lojas maçônicas e clero não era estranha nem paradoxal, já que a maioria dessas tinham clérigos entre seus membros. O autor argumenta com a seguinte perspectiva:

> *A lo largo del siglo XVIII una de las características más uniformes en todos los países, sean o no católicos [es decir de mayoría católica], es precisamente la presencia de sacerdotes en casi todas las logias. Pertenecen a todas las categorías religiosas: Sacerdotes seculares, diáconos, archidiáconos, beneficiados, chantres, deanes, párrocos, canónigos, arcedianos, arciprestes, prebostes, capellanes militares, capellanes reales [del Rey, de la Reina, de la duquesa de Bourbon, de príncipe de Rohan, de la princesa de Guémérie, Etc.], capellanes de Hospitales, de Embajadores, archimandritas, metropolitas, Vicarios Generales, Obispos, etc., etc*[634].

A inclusão de membros do clero e de ordens religiosas na maçonaria é revelador de uma aparente contradição: de um lado, temos as condenações pontificiais recorrentes desde 1737 e, de outro, a grande presença de sacerdotes

[634] FERRER BENIMELI, José Antonio. *Masonería, Iglesia e ilustracion*... Op. cit. v. 4. p. 37.

em muitos casos até como fundadores e dirigentes de lojas maçônicas. É ainda Ferrer Benimeli quem explica que, no século XVIII, a maçonaria não era anticlerical; ao contrário, era uma organização eminentemente cristão e até mesmo católica, pois os maçons participavam das missas e serviços religiosos, respeitavam os horários das missas dominicais e faziam abstinência. Assim, as condenações pontificiais careciam de sentido e eram equivocadas, pois, para os sacerdotes e católicos maçons, as suas consciências estavam tranqüilas[635], ou seja, nada existia nos estatutos da ordem que fosse contra a Igreja ou contra o Estado.

A maçonaria no século XIX, entretanto, já não era mais a mesma do século XVIII. A expansão das maçonarias nacionais e a opção de parte delas em adotar posicionamentos abertamente anticlericais haviam redefinido o problema dos padres e católicos filiados à instituição; a influência das maçonarias francesa e italiana, baluartes do anticlericalismo, espalhara-se e ganhara adeptos fora da Europa. Esse fora o caso do Brasil, onde a maçonaria, desde seus primórdios, sofreu influência direta da maçonaria política e anticlerical. Somente na segunda metade do século XIX é que a característica do anticlericalismo se manifestou abertamente no Brasil.

Paralelamente a isso, a problemática que envolvia a presença de membros do clero na maçonaria também tomou dimensões mais claras no mesmo período. Antes disso, principalmente no contexto da independência e do primeiro Império, a participação deles na vida política ocorria com naturalidade, de tal forma que muitos padres assumiram posturas liberais, o que facilitava uma aproximação com a maçonaria[636]. A polêmica em torno da presença de clérigos na maçonaria se tornou grave quando eclodiu a questão religiosa, momento em que as relações entre maçonaria e Igreja foram redimensionadas no Brasil. Também no Rio Grande do Sul, essa polêmica ganhou repercussão a partir do bispado de d. Sebastião Laranjeira, que se preocupou em implementar as diretrizes papais ultramontanas.

---

[635] Idem, p. 38-39.

[636] Aparecem como maçons da primeira metade do século XIX, na bibliografia maçônica, os seguintes clérigos: cônego Joaquim Antônio das Mercês, padre Arruda Câmara, padre Roma (José Inácio de Abreu e Lima), Frei Caneca (Joaquim do Amor Divino Rebelo e Caneca).

Nas primeiras décadas da história da maçonaria gaúcha, a participação de padres na ordem não teve grande expressão. Assim como em nível nacional, observamos também no Rio Grande do Sul que grupos políticos liberais exerceram uma atração especial sobre membros mais intelectualizados do clero, situação que foi particularmente relevante durante a Revolução Farroupilha. Todavia, a presença de sacerdotes em lojas maçônicas gaúchas não pode ser considerada muito expressiva quantitativamente em nenhum momento do século XIX. Nesse sentido, não surpreende que a confirmação da presença de um padre na condição de dirigente maçom tenha aparecido em documentação maçônica somente no ano de 1856, na cidade de Alegrete[637].

Os sacerdotes católicos que localizamos e confirmamos como maçons foram somente os que exerceram algum cargo dirigente em oficinas maçônicas, não tendo sido, provavelmente, os únicos [638]. A maçonaria, apesar do seu discurso anticlerical, quase sempre se preocupou em diferenciar a atuação dos padres *bons* dos *maus,* incluindo entre os primeiros os sacerdotes que eram atentos às suas funções evangélicas e cumpridores das leis; já os *maus* eram na maioria das vezes mencionados como os *diabólicos jesuítas*, "soldados do infalível de Roma"[639]. Essa diferenciação entre bons e maus serviu como propaganda maçônica, objetivando angariar, no mínimo, simpatias de uma parte do clero para as suas causas.

Os padres maçons que mais se destacaram, principalmente pela publicidade obtida da sua condição maçônica, foram Guilherme Pereira Dias e Bernardo de Andrade Pinto Brandão. O primeiro exemplo, do pároco da cidade de Pelotas, é representativo no sentido de se entenderem as repercussões da

---

[637] Trata-se do padre Antônio Gomes Coelho do Valle, então pertencente à loja Harmonia Universal da cidade de Alegrete.

[638] Os padre-maçons constam no quadro de dirigentes maçons (Anexo 1). São eles: Antônio Gomes Coelho do Valle, um dos fundadores e pertencente à loja Harmonia Universal de Alegrete (1856); Bernardo de Andrade Pinto Brandão, da loja Humanidade de Palmeira das Missões (1897); Domingos A. Hipólito de Jaimes, da loja Rocha Negra de São Gabriel (1891); Guilherme Dias de Pelotas; Henrique Gauss, de Santo Ângelo da loja Estrela de Santo Ângelo (1900); Joaquim Veríssimo dos Anjos, da loja Rocha Negra de São Gabriel (1876); José de Noronha Massa, da loja Harmonia Cruzaltense II; Leonardo Felipe Fortunato, da loja Rocha Negra de São Gabriel (1889); Manoel Rodrigues Coelho das Neves, da cidade de São Martinho.

[639] *A Acácia - folha maçônica.* 1876, ano 1, n. 5. p. 2.

questão religiosa no Rio Grande do Sul[640]. Não temos informações acerca de sua iniciação maçônica, mas é certo que, em inícios da década de 1870, ele já atuava na instituição, tendo ganhado notoriedade quando começaram seus problemas com o bispo de Porto Alegre. Em 1872, Guilherme Dias publicou na imprensa um artigo criticando veementemente a doutrina da infalibilidade papal, declarada no Concílio Vaticano I, encerrado em 1870[641].

Em conseqüência da repercussão do citado artigo, d. Sebastião Laranjeira suspendeu imediatamente as atividades eclesiásticas do padre, retirando-lhe a licença que o autorizava a pregar. Eram os primeiros momentos da polêmica entre os dois clérigos, que cresceu e se tornou pública quando foram publicadas as cartas que Guilherme Dias enviara ao bispo em sua defesa, as quais foram transcritas, inicialmente, no jornal *Deutsche Zeitung* e, depois, em outras folhas de língua alemã. A situação se agravou quando um grupo de fiéis da paróquia de Guilherme Dias enviou ao bispo um protesto contra aquela suspensão, contendo mais de duas mil assinaturas; o bispo, no entanto, foi irredutível, resultando como conseqüência desse conflito a excomunhão do sacerdote[642].

O episódio explodiu justamente quando o bispo tomava suas primeiras atitudes eclesiásticas em consonância com a política papal decorrente da questão envolvendo os bispos de Olinda e do Pará. O ataque e a perseguição aos maçons fizeram, então, uma das suas primeiras vítimas no Rio Grande do Sul, justamente um membro do clero católico: o padre Guilherme Dias. O religioso expôs publicamente suas opiniões, reproduzindo o pensamento e as opiniões de muitos outros intelectuais, nem todos maçons, arriscando-se, desse modo, a ter sua identidade maçônica desvendada, o que, de fato, parece ter ocorrido, pois a

---

[640] Esse padre não consta no quadro de dirigentes maçons (no Anexo 1) em razão de não termos localizado informações mais específicas quanto à sua vida maçônica no interior de alguma oficina. Mas a sua importância nos acontecimentos da década de 1870 e em 1898 como mediador das negociações entre o Grande Oriente do Brasil e o do Rio Grande Sul lhe confere um destaque de liderança inquestionável.

[641] O dogma da infalibilidade deve ser compreendido dentro do contexto geral da reação católica ultramontana do papado de Pio IX (1846-1878). Conforme BARROS, Roque Spencer M. de. Vida religiosa. Op. cit. p. 326-327: na luta contra o liberalismo e no "momento em que Pio IX se torna 'prisioneiro' do Vaticano, despojado do poder temporal, a catolicidade proclama o seu infalível império espiritual. O ideal sustentado por Joseph De Maistre no famoso *Du Pape* se configura de direito através da obra do Concílio do Vaticano: o 'neocatolicismo' da supremacia papal triunfa sobre o 'velho catolicismo' que sustentava a supremacia do Concílio".

imprensa católica alertou: "procurem bem os homens que aplaudiram as blasfêmias de Guilherme Dias, hoje bem conhecido pela carta do Sr. Bispo de Porto Alegre, e hão de encontrá-los na Maçonaria"[643].

Guilherme Dias permaneceu na maçonaria por mais de 25 anos, mantendo, inclusive, junto ao seu nome a denominação *padre*. Em 1897, foi nomeado mediador nas negociações entre o Grande Oriente do Brasil e o Grande Oriente do Rio Grande do Sul, quando das tratativas de unificação das duas potências. A base dessa unificação se daria através da implementação de um sistema federativo maçônico, envolvendo as maçonarias regionais ou estaduais de todo o Brasil. A maçonaria gaúcha, no entanto, não acatou a proposta, considerando-a *insuficiente,* do que decorreu que os dirigentes do Grande Oriente do Brasil acusaram Guilherme Dias de ter sido incompetente nas negociações; os gaúchos, entretanto, saíram em sua defesa, afirmando que ele tivera *uma atuação exemplar*[644].

O segundo exemplo da presença de membros do clero católico na maçonaria é o do padre Bernardo Barbosa de Andrade Pinto Brandão, um dos fundadores, em 1897, da loja Humanidade, de Palmeira das Missões. O padre Bernardo foi iniciado na ordem em 21 de janeiro de 1862; não temos informações sobre a sua atuação na maçonaria até o ano de fundação da loja maçônica daquela cidade. Nesse caso, o padre foi verdadeiro organizador e líder maçônico, tendo recebido, inclusive, a incumbência de regularizar a referida loja. Segundo Carlos Dienstbach:

> *Quem mandava na Loja era o Padre, e como no Congresso dos Veneráveis a igreja católica foi duramente criticada, este fechou a Loja não dando nem sinal de vida. Com isto nada mais consta nos Boletins nos anos posteriores sobre a mesma. Neste Congresso dos Veneráveis, foi assumida uma atitude de combate a Igreja Católica Romana, em represária ao acontecido com o caso Dantas da Gama*[645].

---

[642] *Apóstolo*. 3-1-1873, ano 8, n. 1. p. 3.
[643] Idem. p. 3.
[644] *Boletim do Grande do Rio Grande do Sul*. 1898, ano 6, n. 3. p. 42-48.
[645] DIENSTBACH, Carlos. Op. cit. v. 2. p. 384.

A capacidade de liderança do padre Brandão pode ser observada pelo seu poder, demonstrado ao fechar a loja maçônica sem que os seus demais membros tenham podido evitar. Quanto às razões que influenciaram essa decisão por parte do sacerdote, as repercussões em torno do caso Dantas da Gama, ao qual a Igreja negou encomendação, não devem ser analisadas isoladamente[646]. Entendemos que a razão mais importante foi a reafirmação dos posicionamentos anticlericais da maçonaria gaúcha, manifestados abertamente quando do Congresso dos Veneráveis de 1902. A influência do padre foi tão forte que somente em 1921 a maçonaria de Palmeira das Missões conseguiu erguer uma nova loja[647].

2.2. D. Sebastião Dias Laranjeira e as repercussões da questão religiosa no Rio Grande do Sul

Como enfatizamos anteriormente, o período em que os conflitos entre maçonaria e Igreja Católica se cristalizaram no Rio Grande do Sul foi durante o bispado de dom Sebastião Dias Laranjeira. A sua sagração pelo papa Pio IX ocorreu em 7 de outubro de 1860, tendo tomado posse por procuração no dia 14 de janeiro de 1861, chegando, finalmente, a Porto Alegre em 29 de junho de 1861; o seu mandato se encerrou oficialmente quando de sua morte em 13 de agosto de 1888 na Bahia. Nas mais de duas décadas em que esteve no comando da Igreja Católica gaúcha, tornou-se o representante de fato da política oficial do papado, principalmente no tocante ao combate ao liberalismo e à maçonaria, estando, assim, em consonância com Pio IX e com os bispos de Olinda e do Pará[648].

---

[646] Os acontecimentos em torno da morte do maçom Dantas da Gama serão vistos no transcorrer deste capítulo, quando trataremos das excomunhões e negação de sepultamento católico.

[647] Antes disso, em 1910, houve uma tentativa frustrada por meio da loja Harmonia, que não chegou a ser regularizada. Somente em 1921 a maçonaria local instalou regularmente uma nova loja, a Estrela da Palmeira. Conforme DIENSTBACH, Carlos. Op. cit. v. 2, p. 384-385.

[648] A proximidade entre o bispo do Rio Grande do Sul e os bispos de Olinda e do Pará pode ser observada pelas cartas enviadas pelo primeiro ao segundo. Duas delas, transcritas no *Apóstolo,* são significativas: "Carta de D. Sebastião em apoio a Frei Vital Maria Gonçalves de Oliveira, bispo de Olinda, em 15-5-1873", transcrita no *Apóstolo*, 20-11-1873, ano 8, n. 49, p. 1 e 2; a segunda, "Carta do Ex. Sr. Bispo do

Com os conflitos mais que latentes, uma de suas primeiras iniciativas de relevância foi exatamente a criação de um jornal católico que começou a circular em 1862, o periódico *A Estrela do Sul,* o qual se manteve em atividade até 1868[649] e era "consagrado aos interesses da religião". Entre os objetivos do periódico, destaca-se:

> *O simples exame do corpo social manifesta claramente em todas as suas partes o mal gangrenoso e progressivo, que corrompe este corpo. O homem despreza a crença de um Deus; escuta doutrinas perversas, atende ao interesse de um instante como a única e suprema lei que o regula*[650].

Durante o período de circulação desse veículo, a tônica das matérias se manteve inalterada, ou seja, os ataques eram dirigidos de forma genérica, mas contundente aos "homens perversos, dominados do espírito do mal"[651], aos filósofos, defensores do racionalismo e liberalismo. De forma geral, a maçonaria ou os maçons não eram mencionados ou atacados diretamente, razão que deve estar ligada ao fato de a organização estar com as atividades bastante reduzidas na província durante a década de 1860[652]. Mesmo assim, aparece no periódico, em 1865, pela primeira vez, a menção à maçonaria, referida na transcrição da "Alocução do Santíssimo Padre Pio IX no último consistório celebrado em Roma"[653], mais tarde, em 1868, encontraram-se transcrições de textos com títulos tais como: "Napoleão e a maçonaria" e "Volney e a maçonaria".

Entre os objetivos da criação do jornal *A Estrela do Sul*, um veículo de comunicação e informação para os católicos, está o de dedicar espaços para a doutrinação católica, principalmente sobre temas então polêmicos, como o

---

Rio Grande do Sul ao Ilustre Sr. Bispo de Olinda, em 21-1-1874", transcrita no *Apóstolo*, 20-2-1874, ano 9, n. 20, p. 2.

649 A bibliografia que aborda a imprensa gaúcha do século XIX indica o ano de 1863 como o do lançamento desse periódico; no entanto, no seu primeiro número, consta a data de 5-10-1862 como a de lançamento.

650 *A Estrela do Sul*. 5-10-1862, ano 1. n. 1. p. 1.

651 Carta Pastoral. *A Estrela do Sul*. 22-2-1863, ano 1, n. 20. p. 154.

652 Como foi tratado na parte 2 deste trabalho, o crescimento irregular nesse caso na década de 1860, esteve ligado às conturbações do rompimento da maçonaria nacional em 1863 e à eclosão da Guerra do Paraguai.

653 *A Estrela do Sul*. 10-12-1865, ano 4, n. 10. p. 81.

casamento misto, casamento civil, etc.; noticiava também as atividades da diocese e do bispo, tanto na capital como no interior da província. Como órgão oficial do bispado, exercia um papel de controle sobre as leituras e livros não indicados para católicos; assim, alertava-os permanentemente sobre os perigos das falsas doutrinas, orientando que não fossem lidas determinadas obras ou publicações, como, por exemplo, "o ímpio opúsculo recentemente publicado pelo Dr. A. J. de Macedo Soares, com o título - *Da liberdade religiosa no Brasil* (...)"[654].

Helga Piccolo, ao tratar da questão religiosa e do protestantismo no Rio Grande do Sul, informa que, até 1866, a única notícia veiculada no jornal católico pelo bispo diocesano foi:

> *Que uma reação por parte dos setores do clero brasileiro identificados com o ultramontanismo preocupava o governo brasileiro, pode-se perceber no ofício reservado, enviado pelo presidente da província do Rio Grande do Sul - Visconde de Boa Vista - ao Ministro de Negócios do Império - Marquês de Olinda - em 18 de janeiro de 1866, quando se transmite ao governo central, que o bispo diocesano só fizera publicar em jornal de Porto Alegre 'consagrado aos interesses da religião a Encíclica e o Syllabus. 'Nenhum outro ato se manifestou nesta província', diz o presidente*[655].

Ainda que o confronto direto e aberto entre as duas instituições no Rio Grande do Sul tenha ocorrido somente quando deflagrado o conflito em nível nacional, alguns indícios desse já eram percebidos bem antes. Foi no âmbito da política que d. Sebastião Laranjeira se deparou com defensores do liberalismo e do pensamento laico, já que identificou os primeiros inimigos na Assembléia Provincial. Ali, a parcela dos parlamentares gaúchos adepta ou simpática ao anticlericalismo fez oposição sistemática aos projetos ou intenções do bispo, que, em vários momentos, se utilizou do jornal católico para acusar deputados provinciais, como em 1862, quando se posicionou contra um pronunciamento de

---

[654] Idem, 12-8-1866, ano 4, n. 45. p. 353.
[655] PICCOLO, Helga I. L. *A questão religiosa e os protestantes no Rio Grande do Sul*. Op. cit. p. 93-94.

um deles, Israel Rodrigues Barcelos[656]. O deputado defendia o projeto de lei que mandaria os cofres provinciais subvencionar a vinda de pastores protestantes para as colônias, o que levou o bispo, em nome do oficialismo da Igreja Católica, a colocar-se contra qualquer subvenção que não fosse aos católicos[657].

Por outro lado, foi também na Assembléia Provincial que ele encontrou seu maior aliado: José Bernardino da Cunha Bittencourt. Verdadeiro porta-voz dos posicionamentos e vontades do bispo, católico convicto, este, ao lado daquele, foi um combatente ferrenho do liberalismo. Exemplo ilustrativo desse posicionamento é o que ocorreu nas sessões de dezembro de 1866, quando foi discutido um requerimento de pedido de informações sobre uma orientação do bispo, enviado ao vigário de Rio Pardo e que determinava que os enterros ali fossem conduzidos à mão, da casa do falecido até a igreja[658]. Tal requerimento, de autoria de um certo Meirelles, morador da cidade, transformou-se em motivo para um debate que se prolongou por diversas sessões, no qual foram incluídas críticas ao bispo, condenações aos jesuítas, ao ultramontanismo, entre outros temas. A título de ilustração, transcrevemos uma pequena parte do debate:

> *Orador:- Mas era necessário que no meu país não houvesse uma religião oficial: era necessário que a nossa constituição não impusesse a fé católica apostólica romana.*
> *Sr. Bittencourt:- No que obrou muito bem.*
> *Orador:- O nobre deputado é até este ponto contraditório; o nobre deputado quer a independência da igreja e quer essa igreja debaixo da tutela do Estado!*
> *(...)*
> *Sr. Itaquy: - São ultramontanos.*
> *Sr. Bittencourt:- Tenho nisso grande desvanecimento.*
> *Uma voz: - De ser ultramontano?*

---

[656] Conforme FRANCO, Sérgio da Costa. *Porto Alegre: guia histórico*. Op. cit. p. 60-61: nasceu em 1817 em Pelotas e faleceu em 1890 em Porto Alegre. Bacharel em direito, líder do Partido Conservador, foi deputado provincial em várias legislaturas e exerceu interinamente a Presidência da província em agosto/setembro de 1868 e maio/junho de 1869. Não consta que tenha sido maçom, mesmo que em diversos momentos tivesse posições muito próximas a esses.

[657] *A Estrela do Sul*. 30-11-1862, ano 1, n. 3. p. 3.

[658] *Annaes da Assembléia Legislativa da Província de São Pedro do Sul*. Porto Alegre: Jornal do Comércio, 1867. Sessão de 5 de dezembro de 1866. p. 220.

> *O Sr. Bittencourt:- Como se considera o ultramontanismo na genuína expressão da palavra! Ultramontano é ser católico. (...)*[659]

Era o início da explicitação das diferenças do pensamento político-ideológico próprio do período, quando se anunciava a cristalização de um confronto no campo das idéias do qual os principais protagonistas foram, entre 1872 e 1875, maçonaria e Igreja Católica. No Rio Grande do Sul, outros ingredientes aceleravam esse confronto, e novamente o bispo deveria se debater com a resistência dos liberais e maçons contra a vinda de padres estrangeiros para a província:

> *Para suprir a parte espiritual aos imigrantes, necessitava de sacerdotes, e teve de aceitar não poucos estrangeiros. Em abril de 1873, publicara o governo um decreto facultando aos bispos poderem dar ordens sacras aos clérigos que fossem necessários ao serviço da Igreja, mas declarava competir às Assembléias conceder licença e fixar o número de candidatos que podiam ser admitidos nas ordens religiosas. Até parecia estar o bispo em país acatólico embora a Nação e Igreja estivessem unidas por concordata. Na Assembléia Provincial eram comuns os protestos e pedidos de informações de deputados sobre assuntos de administração eclesiástica (...)*[660].

Por padres estrangeiros entendiam-se - como de fato foram - os da Companhia de Jesus[661], contra os quais a imprensa maçônica decretou guerra

---

[659] Idem. p. 222-223.
[660] BALÉN, João Maria e outros. Op. cit. p. 18-19.
[661] Conforme LAUFER, pe. Frederico. A Igreja Católica de 1912 a 1957. In: BECKER, Klaus (org.). *Enciclopédia rio-grandense*. Canoas: Ed. Regional, 1957, v. 4, p. 112-113: "após a supressão da *Companhia de Jesus* em 1773 foi em Porto Alegre que a Companhia restaurada abriu a sua primeira casa no Brasil". Em 1842, quatro jesuítas espanhóis expulsos da Argentina por Manoel Rosas se instalaram no Rio Grande do Sul, começando a pregar em missões populares em Viamão, Gravataí, depois em Porto Alegre, São Francisco de Paula, Santo Antônio da Patrulha, São Pedro de Alcântara, Vacaria, Pelotas e Rio Grande. Em 1849, os jesuítas espanhóis solicitaram ao padre geral da ordem que enviasse jesuítas de língua alemã para pregar nas colônias de imigrantes alemães. JAEGER, Luis Gonzaga e NEIS, Rubem. *São Leopoldo no seu primeiro centenário* (Separata dos Anais do Congresso de História e Geografia de São Leopoldo - 1846-1946). Porto Alegre: Globo, 1947, p. 33, acrescenta que foi a partir de 1872, quando do exílio da Ordem de Jesus do império germânico, que eles aportaram nas "plagas rio-grandenses".

posicionando-se contra sua vinda para o Rio Grande do Sul. O editorial do jornal *O Maçon*, do qual era diretor João Carvalho Barcelos, declarou "guerra franca aos jesuítas"[662]; também nele Antônio Antunes Ribas, analisando o episódio da chamada "questão religiosa", afirmou que ela deveria ser chamada "questão jesuítica". No estado, a questão religiosa esteve quase sempre vinculada à oposição à presença jesuítica na província, e não se pode esquecer que foi exatamente em 1872 que começaram a desembarcar aqui, de forma sistemática, os jesuítas alemães expulsos do seu país.

Segundo Manoel Arão, a atitude desencadeadora da questão religiosa no Rio Grande do Sul se deveu à necessidade de a maçonaria enfrentar a *cólera* do bispo Laranjeira. Essa atitude teria sido uma iniciativa da loja Honra e Humanidade de Porto Alegre, que dirigiu uma representação à Assembléia Provincial, em 15 de março de 1873, assinada pelos deputados maçons Francisco Antunes Maciel, Pantaleão Pereira e Francisco de Paula Soares. A Assembléia Provincial acatou a referida representação, que solicitava informações ao bispado sobre a presença jesuítica na província; pois o que os deputados e maçons queriam saber era:

> *1º. Se os sacerdotes estrangeiros empregados nas paróquias, freguesias, capelas, coadjutorias da província, estão ligados a ordens religiosas e quais delas; 2º. Se nas localidades em que exercem essas funções, não há sacerdotes brasileiros; Se não os havia ao tempo do provimento desses lugares; 3º. O número de sacerdotes cujas ordens foram suspensas, seus nomes, nacionalidades e razão dada para a suspensão, a contar de janeiro de 1871 até esta data; 4º. O número e nomes dos sacerdotes que deixaram, durante este mesmo período, por demissão ou remoção, os lugares que ocupavam, quer nas localidades da província, quer no cabido desta capital, e causas de sua demissão; 5º. Cópia da autorização dada a alguns sacerdotes, para administrarem o sacramento da crisma; (...)*[663].

---

[662] *O Maçon.* 1-1-1874, ano 1, n. 1 p. 1-2.
[663] ARÃO, Manoel. *História da maçonaria no Brasil*. Op. cit. p. 476-477.

A solicitação de informações feita pela loja, aceita e encaminhada pela presidência da Assembléia Provincial, demonstra a atuação organizada dos maçons parlamentares e a tendência laicizante do próprio parlamento gaúcho. O bispo deveria, como funcionário público, responder às sete questões formuladas pela Assembléia, as quais dão conta de que, após a deflagração da questão religiosa, d. Sebastião Laranjeira teria atuado na mesma perspectiva que os seus pares[664]. Nesse sentido, a resposta do bispo deixa claro que ele entendia aonde os maçons queriam chegar, ou seja, haviam enviado tal requerimento simplesmente para se mostrarem superiores a ele, querendo intimidá-lo já que os dados solicitados eram de conhecimento de todos[665]. Além do mais:

> *Em 27 de março de 1873, D. Sebastião dirigiu enérgico ofício ao presidente da Província de S. Pedro do Rio Grande, Dr. João Pedro Carvalho de Morais, negando-se a prestar informações solicitadas sobre sete questões em assuntos internos de administração diocesana. O Presidente fizera o pedido a requerimento dos deputados da assembléia legislativa. Tratava-se da vida e atividades de sacerdotes e da criação de paróquias. A carta foi lida no senado, no qual D. Sebastião teve a defesa de Mendes de Almeida, um dos patronos também de Dom Vital no célebre processo*[666].

A resposta do bispo pode ser resumida ao seguinte:

> *Não escapará, por certo, a elevada inteligência de V. Ex. quanto tem o mencionado requerimento ofensivo à independência do poder espiritual, de agressivo às atribuições episcopais, inteiramente isentas e fora de inspeção e exame da assembléia provincial*[667].

---

[664] Os posicionamentos de d. Sebastião Laranjeira o tornaram um dos principais apoiadores dos bispos de Olinda e do Pará, pois atento aos acontecimentos em que os dois bispos estavam envolvidos, manifestou-lhes oficialmente seu apoio. Exemplo foram as cartas de 15-5-1873, manifestando apoio a frei Vital Maria Gonçalves de Oliveira, bispo de Olinda, e a de 21-1-1874, dirigida ao mesmo bispo, ambas publicadas no *Apóstolo.*

[665] *Apóstolo*. 13-7-1873, ano 8, n. 13. p. 2-3.

[666] SCHERER, Cardeal Vicente. *Dom Sebastião Dias Laranjeira e a questão religiosa de 1873/74*. Estudo apresentado em 25 de setembro de 1978, ao ser recebido como membro efetivo no IHGRGS. *Boletim da Arquidiocese de Porto Alegre*. (Separata). Ano LXVII, Fasc. 9-10, set.-out. 1978. p. 11.

[667] *Apóstolo*. 13-7-1873, ano 8, n. 13. p. 2-3.

Na verdade, a atitude da loja Honra e Humanidade já fazia parte do complexo quadro político e ideológico de enfrentamento entre as duas instituições. Se, para a maçonaria, os jesuítas representavam o maior perigo, para os liberais sem vínculo maçônico, tratava-se da ingerência da Igreja em assuntos de esfera política. Em outras palavras, questionava-se a problemática da liberdade religiosa no Brasil e a necessidade de separação Estado e Igreja. Nesse sentido, as ameaças do bispo transformavam-se em munição para maçons e liberais. E, foi "assim que os bispos do Rio Grande do Sul e do Rio de Janeiro suspenderam dois sacerdotes sob o fundamento de pertencerem ao círculo maçônico"[668].

O passo seguinte no agravamento dos ânimos entre as duas instituições se deu com a Carta Pastoral de 29 de setembro de 1873, pela qual dom Sebastião levou ao conhecimento do clero e do povo gaúcho o documento papal de Pio IX, de 29 de maio de 1873[669]. A essência do documento papal era a reafirmação da condenação da maçonaria no Brasil:

> *Católico e maçom são termos que contradizem. Desde o momento que um cristão se inscreve em uma sociedade, qualquer que seja a denominação, renuncia o glorioso título de filho da igreja, e por conseguinte todas as suas graças e privilégios, todas as suas bênçãos e sacramentos e, finalmente, a esperança da salvação eterna*[670].

Imediatamente, ocorreu uma ofensiva maçônica contra o bispo e a própria Igreja, a qual se fez sentir nos anos posteriores. Houve um crescimento quantitativo no número de lojas maçônicas em funcionamento no período, pelo

---

[668] Os bispos e a maçonaria no Brasil. *Boletim do Grande Oriente do Brasil*. 1873, ano 2, n. 1. p. 21. A suspensão referida e não especificada no documento é provavelmente do padre Guilherme Dias.

[669] O documento papal *Quamquam Dolores*, foi dirigido a dom Vital, bispo de Olinda. Dele retiramos o seguinte: "Portanto, depois de repetidos decretos da Igreja, munidos de gravíssimas sanções, depois de manifestados atos dessas ímpias sociedades, os quais revelaram os verdadeiros intentos das mesmas, depois das desordens, calamidades e inúmeros carnificinas perpetradas por elas em toda parte e de que insolente impudentemente [sic] se gloriam em escritos públicos; por certo que nenhuma desculpa pareceria àqueles que lhe são filiados". Transcrito em KLOPPENBURG, Boaventura. *A maçonaria no Brasil*. Op. cit. p. 332.

[670] Pastoral de 29 de maio de 1873. *Apóstolo*. 13-11-1873, ano 8, n. 47. p. 2.

reerguimento de antigas e fundação de novas oficinas (ver cartogramas da parte 2). Entre 1873 e 1876, não havia cidade ou vila sem, pelo menos, uma loja maçônica em funcionamento, situação que pode ser um indício de que o acirramento das relações entre as duas instituições proporcionou um fortalecimento, pelo menos quantitativo, da maçonaria gaúcha. Aliás, corroboram nesse mesmo sentido os dados quantitativos observados também em termos nacionais.

A ofensiva maçônica se efetivou também via imprensa, pela criação de jornais próprios e utilização da imprensa diária como instrumento de combate anticlerical e antijesuítico. Para isso, contou em muito a forte presença de intelectuais no quadro de filiados da ordem, cujos acesso e prestígio nos meios jornalísticos e culturais contribuíram na luta anticlerical. As ameaças de excomunhão de maçons, de negação de sepultamento, e as perseguições ocorridas, ao invés de retraírem a ordem, conferiram-lhe fôlego e atraíram simpatias em setores *profanos* também anticlericais. Parece, assim, ter ocorrido uma abertura maior da maçonaria como estratégia de expansão. Nesse mesmo sentido, a estratégia maçônica para angariar simpatias e desmistificar a sua imagem negativa foi abrir suas portas às festas e promoções, envolvendo convidados *profanos* e familiares de maçons.

A propaganda anticlerical maçônica, além de desenvolvida por meio da imprensa, realizou-se por outros meios. Um exemplo foi o do maçom Fernando Luís Osório[671], que, numa atitude espontânea e isolada, reagiu aos termos da pastoral, primeiro via imprensa; em seguida, iniciou uma série de conferências em oficinas maçônicas de várias cidades da província do Rio

[671] O nome de Fernando Luis Osório não consta no quadro de dirigentes maçons (Anexo 1), em razão de não ter sido localizado como dirigente ou mesmo membro na documentação maçônica; no entanto, a sua condição maçônica aparece em algumas referências bibliográficas. Ele nasceu em Bagé em 1848, tendo feito seus estudos preparatórios em Pelotas, seguindo depois para São Paulo para cursar a Faculdade de Direito, contudo acabou concluindo o curso em Recife no ano de 1873. Segundo Achylles Porto Alegre, retornando ao Rio Grande, dedicou-se à advocacia e ao jornalismo e "fundou em Pelotas a primeira aula noturna para adultos e, em Santana do Livramento, uma associação literária para conferências populares (...)." Homens ilustres do Rio Grande do Sul. Op. cit., p. 77. Foi deputado provincial nas legislaturas de 1875 e 1876, em 1879 e 1880; deputado federal em 1877, 1878 a 1881. Com a proclamação da República, foi eleito à Constituinte do estado em 1891. Exerceu também o cargo de ministro do Supremo Tribunal Federal até sua morte em 1896.

Grande do Sul, a primeira delas na loja Honra e Humanidade, da cidade de Porto Alegre[672].

Carlos von Koseritz, principal liderança maçônica gaúcha daquele período, caracterizou muito bem o momento quando afirmou:

> *A resposta é simples: um dia o Sr. Bispo diocesano, cumprindo as ordens vindas de Roma, lançou a circulação e mandou ler a estação da missa pontifical em todas as igrejas da província, sua pastoral de 29 de maio de 1873, marcando o prazo de um ano para abjurarem os seus 'erros' os maçons da província. Num folheto que então publicamos com o pseudônimo de 'Philochrestos', analisando a pastoral, dissemos a S. Exma. Revma. 'que na província de Rio Grande não havia um só maçom disposto a abjurar'*[673].

O folheto referido por Koseritz, publicado em resposta à pastoral de d. Sebastião Laranjeira[674], confirmou não só a liderança política desse maçom em nível regional como o transformou no símbolo do anticlericalismo e antijesuitismo no Rio Grande do Sul. As suas posições foram assumidas, de forma geral, pelo conjunto da maçonaria gaúcha, e os seus textos, artigos, folhetos tornaram-se um guia da ofensiva maçônica anticlerical. Do folheto mencionado anteriormente, retiramos uma parte representativa das posições desse intelectual alemão e maçom:

> *Assim pois: Roma falou também entre nós, e os maçons, que recebemos em cheio as ofensas que se nos atira e a ameaça que nos jogam, estamos no imperioso dever de repelir com tanta dignidade quanta energia as insinuações que nos dirige o orgulhoso prelado, representante do Vice-Deus que reside no Vaticano (...). Não, - entre nós não encontrará o Sr. Bispo um só traidor; os que haviam, eram membros da Igreja de S. Exª. Revma. E a muito renegaram do seu 'pecaminoso' passado maçônico,*

---

[672] OSÓRIO, Fernando. *A cidade de Pelotas, corpo, coração e razão*. Op. cit. p. 208.
[673] A maçonaria no Rio Grande do Sul". *A Acácia - folha maçônica*. 1876, ano 1. n. 22. p. 2.
[674] KOSERITZ, Carlos von. (com o pseudônimo de Philóchrestos). *A maçonaria e a Igreja: reflexões sobre a pastoral do Exº. Rev.mo. Sr. D. Sebastião Dias Laranjeira - Bispo desta diocese.* Porto Alegre: Typ. do Jornal Allemão, 1873.

> *seguindo o exemplo que lhes dera o papa Pio IX, Giovanni Mastai Ferreti*[675].

A carta pastoral do bispo d. Sebastião Dias Laranjeira, à semelhança dos demais documentos católicos de condenação à maçonaria do período, previa uma série de penas que seriam impostas aos maçons que não abjurassem à ordem no prazo de um ano. Entre elas, merecem ser destacadas as seguintes: a exclusão de maçons de todas as irmandades existentes no Rio Grande do Sul, a proibição de realização de casamento eclesiástico a maçons, a negação de encomendação e de sepultura em sagrado aos homens que morressem sem renegar a maçonaria[676]. Para Koseritz, a pastoral foi um mal-entendido do bispo, pois o tiro saiu pela culatra:

> *Ou bem o Estado, compreendendo o seu dever, livrará o povo do flagelo jesuítico, tornando efetivas as penas criminais, em que incorrer S. Exª. pela violação da Constituição e pela resistência a ordens legais da autoridade constituída; - ou então o povo, ferido nos seus mais sagrados interesses, expulso dos templos, impedido de formar legalmente a família, e privado de sepultura no lugar em que repousam seus parentes e amigos já finados, o povo, dizemos, reagirá por conta própria, rompendo para sempre os laços que o prendem à religião dos seus antepassados, a essa religião que acaba de entrar em nova e imoral fase, divinizando a criatura pelo dogma da infalibilidade*[677].

Certamente, as ameaças do bispo surtiram algum tipo de efeito entre os católicos, pois, no mínimo, serviram para reforçar a imagem obscura e diabólica da maçonaria, ou seja, elas parecem ter ficado restritas, de forma geral, muito mais ao nível do discurso e da propaganda. Do ponto de vista prático, não parecem ter ocorrido, de fato e em números expressivos, casos ou episódios em que se efetivassem as penalidades previstas nessa carta pastoral, pois localizamos

---

[675] Idem, p. 4.
[676] Conforme Koseritz, no ano de 1873, foi negada a encomendação do maçom João José de Carvalho. Não obtivemos outras informações a respeito desse episódio. Idem, p. 28.
[677] Idem ibid. p. 28-29.

apenas casos isolados que tiveram repercussão. Apesar do caráter individualizado dos episódios que serão descritos a seguir, eles são exemplares dos conflitos entre maçonaria e Igreja Católica na segunda metade do século XIX.

2.3. As penalidades católicas dirigidas aos maçons: excomunhões e negação de sepultamento

As ameaças dos documentos papais e de seus similares por parte de bispos diocesanos, no que diz respeito às excomunhões e negação de sepultamento, foram as penalidades que mais preocuparam os maçons, e sobre isso a documentação maçônica se manifestou reiteradamente. O receio maior, numa instituição que, mesmo anticlerical, era constituída de maioria católica, foi de que, de alguma forma, os católicos-maçons se amedrontassem e abjurassem à maçonaria, visto que poderiam se intimidar frente à possibilidade de uma penalidade que se tornaria inevitavelmente pública.

A ocultação da condição maçônica permitia à maior parte de maçons conviverem harmoniosamente com as práticas religiosas católicas, sem o receio de algum tipo de julgamento público; por isso, apesar das constantes ameaças de sanções aos maçons, a Igreja pôde identificá-los e condená-los em poucos casos. Nesse ponto, merece ser salientado que essa constatação se deve ao fato de que, na documentação pesquisada, tanto maçônica quanto da Igreja Católica, não foram localizadas circulares ou quaisquer outros documentos comprobatórios dessas sanções. Isso não significa que elas, de fato, não tenham ocorrido em números maiores, contudo os indícios sugerem que não chegaram a ser verdadeiramente importantes.

Sobre as famosas excomunhões, a única que se pôde comprovar foi a do próprio Carlos von Koseritz[678], resultado das repercussões da publicação de

[678] Poderiam ser acrescentadas as prováveis excomunhões do padre Guilherme Dias e de Alexandre Bernardino de Moura. O primeiro já foi mencionado nas páginas anteriores; sobre o segundo, a menção à

um livreto seu em 1870 - portanto antes mesmo da eclosão da questão religiosa -, publicado em português e alemão com o título *Roma perante o século.* O objetivo do livro era explícito: combater a influência dos jesuítas e de seu trabalho nefasto nas colônias de colonização alemã. Como resultado desse ataque, d. Sebastião, além de excomungá-lo, mandou ler a pastoral de excomunhão nas missas de toda província.

Quanto à negação de sepultura, do ponto de vista eclesiástico, já em 1868, localizamos notícias sobre essa problemática. *A Estrela do Sul* divulgou naquele ano as situações em que a Igreja Católica não concederia sepultura: para os que fossem judeus, cismáticos; os apóstatas que ensinassem o ateísmo, o deísmo e o materialismo; os blasfemos, os suicidas e os excomungados[679]. Novamente, nessa questão, deve-se levar em conta a repercussão de tais proibições num país oficialmente católico em que a maioria de liberais e maçons, anticlericais, mas publicamente católicos, dependiam também dos rituais e documentos católicos. O medo de ver publicamente o nome e a família expostos a uma negativa de sepultamento deve ter influído muitos sobre esses maçons.

Entre os poucos casos localizados de negação da encomendação e de sepultura, dois foram os que tiveram maior repercussão: o de João Carvalho Barcelos, em 1875, e Antônio José Dantas da Gama, em 1900. Nos dois casos, apesar de terem ocorrido em períodos diferentes, a negação ocorreu de forma muito semelhante, especialmente porque ambos eram nomes publicamente identificados com a maçonaria e com o anticlericalismo. Cabe salientar que essa situação deve ter se repetido com maior freqüência, contudo suas repercussões devem ter sido abafadas ou envolveram indivíduos de pouca ou menor expressão pública, não tendo, por isso, sido tão divulgadas[680].

No primeiro caso, o contexto era ainda de ânimos acirrados decorrentes da questão religiosa, desencadeada em 1872 e, naquele momento,

---

sua excomunhão aparece pela sua proximidade com Koseritz, pois ele era advogado, jornalista e membro do Partenon Literário.

[679] *A Estrela do Sul*. 23-8-1868, ano 4, n. 46. p. 360-361.

[680] Outras notícias davam conta dessa mesma situação sem, no entanto, nominar os maçons envolvidos. Foi o caso da seguinte notícia: falecera um *irmão* da loja Fidelidade e Progresso de Porto Alegre, e o vigário da paróquia negara-se a encomendar o cadáver, alegando que ele pertencera à maçonaria, estando,

reacendida com a anistia aos bispos presos. João Carvalho Barcelos era membro da loja Luz e Caridade, diretor do jornal *O Maçon;* jornalista por demais conhecido, participava dos principais círculos intelectuais em Porto Alegre, como no Partenon Literário. No momento da sua morte, desencadeava uma campanha baseada em duras críticas à anistia dos bispos de Olinda e do Pará, ocorrida no mesmo ano de 1875, além de manter no seu jornal maçônico posicionamentos duramente anticlericais e de combate aos jesuítas.

A maçonaria gaúcha, por meio de sua própria imprensa como também na imprensa diária, utilizou-se amplamente do acontecimento. A descrição da cena que envolveu a encomendação do cadáver e a negação de sepultamento foi a seguinte:

> *Entre as lágrimas da viúva inconsolável e dos aflitos filhinhos, rodeado dos amigos caros, o seu corpo é conduzido a igreja catedral. Os padres já prevenidos para a encomendação solene, não aparecem no Templo do Senhor. O imenso concurso do povo espera pelos funerais, mas espera debalde! Apenas vê aproximar-se um cura, acompanhado de seu sacristão, que vinha como por esmola, espargir algumas gotas de água benta sobre o cadáver e pronunciar algumas preces por comiseração*[681].

Segundo o mesmo jornal, frente a esse descaso e humilhação, o público presente ao funeral entendeu o fato como provocação do bispo e do clero, tendo ocorrido no interior da catedral uma manifestação de repúdio e desacato à tal atitude. Os castiçais foram derrubados, as tochas apagadas, e os presentes, por fim, conduziram o corpo à morada dos mortos sem preces nem água benta. A descrição segue: "ao passar pelo palácio do senhor absoluto das coisas da igreja, cresce a indignação na massa popular, que ergue vivas à maçonaria e morras ao bispo Laranjeiras !"[682]

---

por isso, nessa qualidade, fora da graça. *Boletim da Sap∴ Gr∴Loj∴ Estadual do Rio Grande do Sul*. 1899, ano 2, n. 1. p. 6-8.

[681] *A Acácia; folha maçônica*. 1876, ano 1, n. 4. p. 3.

[682] Idem.

A versão dada pelo bispo sobre os mesmos acontecimentos reitera em muito a própria versão maçônica. Frente aos pedidos oficiais de esclarecimento sobre aqueles fatos e em correspondência ao ministro José Bento da Cunha Figueiredo, o bispo informa:

> *sendo certo que foi aqui geralmente condenado o procedimento dos maçons que no excesso de perturbarem o pároco no exercício de seu sagrado ministério, sem nenhum respeito à santidade da casa de Deus, conculcando deste modo, impune e sacrilegalmente, todos os direitos da religião e da sociedade civil à face das primeiras autoridades da província. Não sei como possa justificar-se, Ex. Sr. Ministro, este desacato praticado pelos maçons, de interromper o pároco no momento em que fazia a encomendação do mencionado João Carvalho Barcelos*[683].

Em torno desse episódio polêmico, descrito e acompanhado via imprensa, o que se observa, de fato, é a sua utilização pela maçonaria para discutir a necessidade da separação Estado e Igreja. O teor das críticas dava conta de esclarecer que o Estado e as leis civis não impunham à população em geral a obrigatoriedade da encomendação do corpo via Igreja Católica. Ao contrário da obrigatoriedade do batismo e do casamento eclesiástico, a encomendação era uma mera formalidade. Porém, argumentavam, à medida que os sacerdotes passassem a intensificar esse tipo de atitude, logo chegariam a negar o batismo e a cerimônia de casamento aos filhos de maçons publicamente conhecidos, o que se constituía num perigo para esses defensores da liberdade religiosa. Nas palavras de Koseritz:

> *Podemos dispensar a encomendação que é uma mera formalidade, mas não podemos dispensar (enquanto não tivermos registro civil) o batismo e o casamento pelo clero, porque estes são exigidos para todos os católicos pela lei fundamental. Mas desde que o*

[683] Correspondência entre o bispo do Rio Grande do Sul e o ministro e secretário de Estado dos Negócios do Império, José Bento da Cunha, em 15 de fevereiro de 1876, transcrita no *Apóstolo.* 5-3-1876, ano 11, n. 25. p. 2.

> *Estado exige tais formalidades, também deve garantir a sua celebração*[684].

O outro episódio de negação de encomendação que ganhou repercussão similar foi o que envolveu a morte de Antônio José Dantas da Gama, mais de duas décadas depois, quando o comportamento do bispado e da maçonaria se repetiu, apesar de os personagens serem outros. Naquele momento, com a diocese sob a liderança de d. Cláudio Ponce de Leão e, mais importante, já com a segurança que a Constituição republicana de 1891 conferira à liberdade religiosa, uma atitude do clero dessa natureza reacendeu os ânimos. Segundo a imprensa maçônica:

> *Sr. D. Cláudio, bispo desta diocese, atirou-nos desvairadamente o seu cartel de desafio. A sua intolerância, negando os sufrágios da igreja ao nosso pranteado irmão Antônio José Dantas da Gama, foi o toque de rebate para a luta (...). Se os maçons católicos, perante a consciência de S. Ex., perderem o direito aos sacramentos da igreja, as suas rezas ou as suas preces, façamos todos causa comum, dispensando-as por completo e não concorrendo de forma alguma, quer material, quer moralmente para a grandeza dessa religião intolerante de que é chefe o Sr. D. Cláudio*[685].

Dantas da Gama faleceu em 20 de julho de 1900 durante uma sessão da loja à qual pertencia, a Regeneração, da cidade de Porto Alegre, tendo sido atribuída a causa de sua morte a uma síncope cardíaca. Além de importante comerciante, ele fora dirigente da referida loja maçônica, chegando a atingir nela o grau 33º. A descrição dos acontecimentos que envolveram a negativa de encomendação do cadáver na Igreja Católica foi descrita por Saldanha Marinho da seguinte forma:

> *Momentos antes de sair o cortejo fúnebre da casa da família inconsolável, a amante esposa e os ternos*

---

[684] *A Acácia - folha maçônica.* 1876, ano 1, n. 1. p. 1.
[685] A luta. *O Lábaro:* órgão de propaganda maçônica e idéias liberais. 4-8-1900, ano 1, n. 10. p. 1.

> *filhos abatidos pela maior dor que pode oprimir o coração humano, apresentou-se-nos um empregado da Catedral, deu-nos a ler um bilhete, escrito em mau português, no qual o respectivo cura lhe ordenava viesse, sem perda de tempo, prevenir a quem de direito que 'o corpo de Dantas da Gama não podia ser encomendado na Igreja Católica, segundo determinação do Diocesano'(...)*[686].

Novamente, houve um clima de indignação geral entre os presentes visto que, a partir da negativa por parte do diocesano em realizar as cerimônias de encomendação, a família decidiu que o corpo seria conduzido à mão pelas ruas da cidade junto com o estandarte da loja à qual o falecido pertencera. Para reafirmar a condição maçônica do morto, ele foi levado até o templo da loja Regeneração, onde foi celebrada a cerimônia fúnebre maçônica, conforme os rituais, com assistência de inúmeros *profanos.* Antimaçonismo e anticlericalismo continuavam, assim, sendo posições acesas e polêmicas na virada do século.

A resposta maçônica para esse ato do bispo foi uma campanha junto aos seus filiados e simpatizantes, tentando impedir que esses contribuíssem, como a maioria o fazia, para as nas obras e iniciativas católicas. De maneira mais direta, orientava seus filiados no sentido de que cancelassem contribuições financeiras que mantinham junto a entidades e obras pias dirigidas por padres da Companhia de Jesus, como, por exemplo, o Pão dos Pobres em Porto Alegre. Em atendimento ao pedido, o caso de Francisco Marques Coimbra é tido como exemplar: ele suspendeu a sua doação de 500 mil réis para as obras da Igreja das Dores e repassou a quantia para a loja Progresso da Humanidade (300 mil réis), para a Grande Associação Beneficente de Senhoras (100 mil réis) e para a Beneficência Porto-Alegrense (100 mil réis)[687].

2.4. A gestão de d. Cláudio José Gonçalves Ponce de Leão no contexto do final do século XIX

[686] Maçons, alerta. *O Lábaro: órgão de propaganda maçônica e idéias liberais*. 4-8-1900, ano 1, n. 10. p. 2.

Durante a gestão do terceiro bispo do Rio Grande do Sul, que se iniciou em 20 de setembro de 1890, as relações entre maçonaria e Igreja mantiveram-se conflitantes. O novo bispo, d. Cláudio José Gonçalves Ponce de Leão, natural da cidade de Salvador, Bahia, e nascido em 1841[688], assumiu o bispado depois de uma vacância de dois anos e num contexto de conturbação pós-proclamação da República, defrontando-se logo com as repercussões da separação Estado/Igreja e com o clima de violência em torno da Revolução Federalista de 1893-1895. Em 1910, foi nomeado o primeiro arcebispo da Arquidiocese de Porto Alegre e, em 1912, entregou o governo ao seu sucessor, d. João Becker, falecendo em 1824 no Rio de Janeiro onde estava recolhido.

Apesar da conturbação própria do período, foi durante a sua gestão que se deu início, efetivamente, à afirmação do catolicismo na vida sul-rio-grandense, fenômeno que foi concomitante à própria consolidação do Partido Republicano Rio-Grandense. Até aquele momento, as iniciativas e políticas da Igreja Católica para estruturar e consolidar o catolicismo, solucionando alguns dos problemas descritos anteriormente, haviam surtido apenas efeitos parciais. A tendência predominantemente laicizante e cientificista, observada sobremaneira no pensamento do século XIX no Brasil, mantinha-se ainda forte nessa fase[689]. Dito de outra forma, no Rio Grande do Sul do final do século XIX, a realidade do catolicismo não se alterara significativamente daquela do começo do mesmo século. Sobre isso, Artur Cesar Isaía enfatiza:

> *No Rio Grande do Sul, a virada do século encontrava um clero despreparado e não raro fora do perfil sacerdotal preconizado pelo Concílio de Trento. Era preciso dar respeitabilidade à Igreja no Rio Grande do Sul. Essa tarefa será encampada, principalmente, pelo terceiro bispo do Rio Grande do Sul, D. Cláudio José Ponce de Leão, que tomou posse em 1890. D.*

---

[687] Idem. 22-9-1900, ano 1, n. 17. p. 2.

[688] Com formação intelectual européia, estudou na Escola Politécnica de Paris, tendo ingressado então na Congregação dos Padres Lazaristas de São Vicente de Paula, "continuando em Paris os estudos de Teologia até o sacerdócio. Voltando ao Brasil, exerceu o magistério em colégios dos Lazaristas, no Seminário de Fortaleza e do Rio de Janeiro. Eleito Bispo de Goiás a 13-V-1881, foi sagrado no Rio a 24 - VII". Conforme LAUFER, Frederico. A Igreja Católica de 1912 a 1957. Op. cit. v. 4. p. 21.

[689] Sobre o processo de afirmação da Igreja Católica no Rio Grande do Sul no período da República Velha, ver a tese de doutorado de: ISAIA, Artur César. *O cajado da ordem. Catolicismo e projeto político no Rio Grande do Sul: d. João Becker e o autoritarismo*. Op. cit.

> *Cláudio integra o elenco dos chamados bispos 'reformadores', que tentarão reverter o quadro de decadência apresentado pelo catolicismo ao alvorecer do século XX*[690].

Nessa perspectiva de análise - a de constatar as dificuldades -, a fragilidade do catolicismo fora notada também pelo primeiro bispo de Pelotas, que, avaliando o quadro negativo do catolicismo gaúcho, discorreu sobre suas iniciativas na tentativa de revertê-lo na diocese sob sua autoridade e expôs os motivos da "difícil empreitada":

> *Por motivos vários, não apresentando aqui este quadro, deixamos que os entendidos o imaginem diante das páginas que vão passar suas vistas; entretanto, não podemos silenciar que encontramos a diocese, quase inteira, mergulhada na ignorância religiosa, e infelizmente já minada, em grande parte, por gélido indiferentismo não raro acompanhado de malícia e de um vil desprezo pelas coisas santas*[691].

Na virada do século, o anticlericalismo ainda era uma postura constante em vários segmentos da sociedade gaúcha, principalmente no seio da elite intelectual e política. Entre a população católica, por sua vez, era flagrante a pouca freqüência das práticas e comportamentos religiosos, observada de longa data. O quadro administrativo-eclesiástico era, então, para o novo bispo, extremamente complexo[692]. Nesse contexto, a presença maçônica, força novamente em expansão a partir do final da Revolução Federalista, tornou-se um obstáculo a mais para a Igreja Católica[693], visto que o anticlericalismo foi até sendo reafirmado com a introdução das políticas católicas de d. Cláudio. Sobre o anticlericalismo e a influência da maçonaria na sua manutenção, Balén acrescenta:

---

[690] Idem, p. 41.

[691] BARRETO, D. Francisco de Campos. *Primeiro lustro da Diocese de Pelotas (1911-1916).* Op. cit. p. 64.

[692] Um exemplo esteve relacionado com a introdução do casamento civil pela Constituição de 1891 e que a Igreja Católica constestava, condenando a preferência deste casamento ao religioso. Segundo o bispo de Pelotas: "Em 1912, ano em que o governo do Estado publicou uma bem acabada estatística sobre o assunto, pudemos ver que nesta diocese houve 1968 casamentos civis e só 453 religiosos!" Idem, p. 106.

> *Além disso, a maçonaria, então toda poderosa no Estado, tinha ramificações em todos os municípios, e a ela a maior parte das autoridades civis estavam filiadas, as quais procuravam executar-lhe o programa elaborado pelo Congresso Maçônico em Porto Alegre, em junho de 1902*[694].

De fato, esse encontro maçônico, que foi denominado de Congresso dos Veneráveis, demarcou em definitivo o posicionamento da maçonaria gaúcha para os anos seguintes. Entre as conclusões/resoluções do congresso, destacamos as que se referem ao catolicismo: a maçonaria devia combater o clericalismo, doutrinando as massas populares para lhes mostrar onde estava o erro e onde estava a verdade; era preciso negar aos padres recursos de qualquer natureza, pois, assim, se demonstraria que a Igreja Católica apostólica romana não é a executora das doutrinas do cristianismo; por fim, devia-se promover a fundação de clubes anticlericais[695].

A efetivação dos clubes anticlericais, orientação da maçonaria nacional, começou com as famosas conferências anticlericais que se espalharam por diversas cidades do Rio Grande do Sul. Foi durante o exercício do grão-mestrado de Antônio Antunes Ribas que elas mais cresceram, pois a imprensa maçônica anunciava e propagandeava as conferências[696]. Em resposta aos clubes anticlericais, a Igreja Católica organizou a Liga Antimaçônica Brasileira, e, por meio de um manifesto oficial, as ligas antimaçônicas em atividade em diversas cidades do Brasil também declararam guerra à maçonaria[697]. No Rio Grande do Sul, durante o bispado de d. Cláudio, o clero gaúcho optou, de forma geral, por não atacar explicitamente a maçonaria e os maçons; dirigia-se, então, genericamente, contra os defensores do anticlericalismo, como é assim

---

[693] O crescimento da maçonaria nesse período foi tratado na parte 2 deste trabalho.
[694] BALÉN, Mons. João Maria e outros. A Igreja Católica no Rio Grande do Sul até 1912. In *Enciclopédia Rio-Grandense*. Op. cit. v. 2, p. 20-21.
[695] Congresso dos veneráveis. *Boletim do Grande Oriente do Rio Grande do Sul.* 1902, ano 11, n. 2. p. 88.
[696] Grito de Alerta! Avante! *O Lábaro:* órgão de propaganda maçônica e idéias liberais. 1900, ano 1, n. 17. p. 2: Foram noticiadas as conferências realizadas na loja Rio Branco de Pelotas e na Aurora Ervalense da cidade de Erval. Na cidade de Rio Grande, existia em, 1902, a Liga Anticlerical, com um periódico próprio chamado *Convento*.
[697] Guerra à maçonaria: manifesto à imprensa. *O Lábaro*. 1900, ano 3, n. 7. p. 3.

mencionado pelo bispo de Pelotas, d. Francisco de Campos Barreto, no seu relatório:

> *Como se não bastassem, para embaraçar as obras de um bispado incipiente, as travas acima apontadas, tivemos ainda de esbarrar com forte e perseverante campanha anticlerical, que, embora, tenuamente, se manifestasse em quase todas as paróquias do bispado, arrogante e exploradora irrompeu-se em Pelotas*[698].

O bispo referia-se aos ataques e calúnias dirigidos contra ele e o clero, desprestigiado e com a imagem abalada pelos escândalos e mundanismo divulgados na imprensa, pela presença desses expoentes do anticlericalismo nas irmandades, associações beneficentes, escolas de ensino laico, etc. Essa mesma realidade foi freqüentemente mencionada também nos relatórios dos demais bispados do período, o que demonstra a presença ainda forte de uma cultura laicizante típica do século XIX.

Nos dez anos iniciais do bispado de d. Cláudio, a resistência anticlerical e maçônica também esteve associada, em alguns episódios, à vitória dos republicanos. No Rio Grande do Sul, o regime republicano se confirmou somente após o final da Revolução Federalista em 1895, porém o fortalecimento posterior do PRR não eliminou todas as desavenças e disputas políticas locais ou municipais. Em algumas cidades gaúchas, episódios de disputas aparentemente políticas estiveram relacionados a questões religiosas, ou seja, catolicismo *versus* anticlericalismo se misturaram a querelas partidárias e interpartidárias. Um caso ocorrido em 1897, na cidade de Caxias do Sul, é revelador de uma dessas situações.

O quadro político naquela cidade, típica de colonização italiana, evidenciou um tipo de dominação particular do PRR ainda pouco estudado. Já em 1891 e 1892, temos notícias da ocorrência de alguns fatos e conflitos políticos que impediram o primeiro Conselho Municipal de tomar posse, assim como o intendente municipal. Foi o início de um período de conflitos que se

estenderiam ainda por alguns anos, cujo ingrediente específico foi estarem em lados opostos, em Caxias do Sul, não republicanos e federalistas, mas, sim, republicanos/ maçons e republicanos/ católicos[699].

Os poucos estudos sobre o republicanismo na região de colonização italiana não permitem, até este momento, chegarmos a conclusões mais aprofundadas sobre as disputas e violências ocorridas em Caxias do Sul. No entanto, é possível, para fins do nosso trabalho, indicar a maçonaria como uma das forças políticas, se não determinante, ao menos presente e atuante no contexto. No mínimo, ela se constituía em espaço de organização de uma parcela dos republicanos locais e em um canal de expressão de simpatizantes do pensamento anticlerical.

Helga Piccolo, ao tratar da colonização italiana no Rio Grande do Sul, explica que essa se iniciou concomitantemente à conjuntura de consolidação da unificação italiana em meados da década de 1870. Naquele contexto, confirmava-se na Itália a vitória do estado liberal, representando, principalmente, o pensamento agnóstico e anticlerical[700], ou seja, haviam saído vitoriosos os nacionalistas, na sua maioria liberais, sendo derrotados os católicos, com o papa declarado prisioneiro no Vaticano. Assim, os católicos, tinham se retirado da vida pública, e o nacionalismo italiano fora construído pela exclusão do sentimento religioso. Os imigrantes italianos chegados ao estado pertenciam, na sua maioria, ao grupo derrotado na Itália, isto é, formado predominantemente por católicos[701].

Apesar de a maioria dos imigrantes italianos ser composta de católicos, eles não foram os únicos a se instalar no Rio Grande do Sul; pois vieram também, ainda que em menor número, partidários do nacionalismo

---

[698] BARRETO, D. Francisco de Campos. *Primeiro lustro...* Op. cit. p. 65.

[699] Conforme ADAMI, João Spadari. *História de Caxias do Sul*. t. 1. Caxias do Sul: Edições Paulinas, 1971. p. 321-347. Os líderes políticos locais republicanos/maçons foram Ernesto Marsiaj, Ângelo Chitolina e Germano Parolini. Os partidários do vigário foram Salvador Sartori e Antonio Moro.

[700] PICCOLO, Helga Iracema Landgraf. Alemães e italianos no Rio Grande do Sul: fricções interétnicas e ideológicas no século XIX. Op. cit. p. 581.

[701] Sobre a divisão e diferenças dos imigrantes italianos chegados no Rio Grande do Sul, ver GIRON, Loraine Slomp. Imigração italiana: a reação brasileira. In: *Imigração italiana: estudos*. Caxias do Sul: Instituto Superior Brasileiro-Italiano de Estudos e Pesquisa/Universidade de Caxias do Sul, 1979. p. 243-244. Indica três grupos: *austríacos* ou *tiroleses*, partidários do domínio austríaco sobre a Itália; os

italiano, de forma que "a catolicidade, nas colônias, chocar-se-ia também com a italianidade"[702]. A presença de maçons entre eles é assim facilmente compreendida, tanto que a primeira loja maçônica de Caxias do Sul é anterior à própria instalação do município; foi a loja Força e Fraternidade, instalada em 26 de janeiro de 1887 e que funcionou, inicialmente, até 2 de novembro de 1890, ficando depois *adormecida* até 3 de maio de 1894[703]. Nessa data, ela foi reinstalada por iniciativa do Grande Oriente do Rio Grande do Sul*,* potência que reuniu a maioria dos republicanos dessa fase.

O intervalo de três anos e seis meses em que a loja não funcionou coincidiu com o período das conturbações políticas de 1891 e 1892, quando ocorreu uma divisão do PRR local e a eclosão da Revolução Federalista. Entre os maçons identificados como vereadores nos dez primeiros anos de atuação do Conselho Municipal, tiveram destaque as figuras de Benjamin Cortes Rodrigues e Ângelo Chittolina. Além desses, foi maçom também José Domingues de Almeida, intendente municipal, que assumiu o cargo em 3 de outubro de 1894, e José Cândido de Campos Júnior, que assumiu a intendência em 11 de outubro de 1895[704].

Os conflitos políticos locais dividindo maçons e católicos já eram percebidos antes de 1897. Por exemplo, em 4 de maio de 1896, na sessão do Conselho Municipal, entrou em discussão a concessão de recursos dos cofres municipais para a construção da igreja da cidade. A iniciativa partiu de Salvador Sartori, e teve a oposição ferrenha do vereador maçom Ângelo Chittolina,

> *mas a ata não traz os argumentos invocados, limitando-se a dizer que Sartori foi à contradita e não aceitou o ponto de vista exposto. Ninguém mais fez uso da palavra e o auxílio cotado foi de 500$000. Evidentemente, quem votou contra foi Chittolina. Por quê? A resposta a isto pode estar vinculada à separação do Estado e da Igreja, e a pendências locais. Quanto a mim, gostaria muito que alguém*

---

carbonários, partidários da unificação, também denominados de *republicanos* ou *italiano,* e, por fim, *católicos*, partidários da manutenção do domínio papal.

[702] PICCOLO, Helga Iracema Landgraf. Alemães e italianos... Op. cit. p. 583.

[703] DIENSTBACH, Carlos. Op. cit. v. 2. p. 214-215.

[704] José Cândido de Campos Júnior pertencera também à loja maçônica Confraternização, de São Sebastião do Caí no ano de 1895.

> *conseguisse localizar as atas da Loja Maçônica que à época existia. Tenho certeza de que o segredo estaria vinculado a outros fatos*[705].

O confronto mais importante envolvendo maçons e católicos ocorreu, contudo, em 1897, quando maçons atacaram a casa canônica. Segundo Adami, o padre Pedro Nosadini assumira a paróquia de Santa Teresa de Caxias em 15 de julho de 1896 iniciando, imediatamente uma campanha anti-maçônica de grandes reprecussões. A maçonaria local respondeu à dita campanha de forma também violenta. Tal divergência culminou com o ataque à casa canônica em 7 de fevereiro de 1897[706], do qual é feita a seguinte descrição:

> *Retirando violentamente o Pe. Nosadini é conduzido até o local da então estrada Visconde de Rio Branco, hoje Av. deste mesmo nome, no qual cruza os trilhos da Viação Férrea e onde, segundo intenção de um de seus seqüestradores, devia ser eliminado ali. Chegando até ser lhe apontada a carabina, pelo mação[sic] João Lourenço Vigo, de nacionalidade uruguaia, fuzilamento que não conseguiu por ter sido obstado por um dos mações presentes que, pegando a arma de fogo, fez com que o tiro fosse disparado em direção ao espaço. Daí, por sugestão dos mações[sic] Ângelo Chitolina e Guido Livi, o Padre foi posto em liberdade, conquanto seguisse, em direção a São Sebastião*[707].

O padre, após caminhar na escuridão, refugiara-se na casa do comerciante Caetano Costamilan; posteriormente, foi reconduzido ao cargo de vigário e, voltando à sede do município, fundou alguns meses depois um jornal mensal, *Il Colono Italiano,* que logo entrou em choque com o republicano *O Caxiense*. No ano seguinte, foi o intendente que acusou os próprios cidadãos

---

[705] GARDELIN, Mário. *Caxias do Sul: Câmara de Vereadores (1892-1950).* Op. cit. p. 19.
[706] ADAMI, João Spadari. *História de Caxias do Sul*. Op. cit. t.1. p. 84.
[707] Idem, p. 84.

ligados ao vigário de terem atentado contra sua vida[708]. Segundo aquele, a origem do atentado estaria ligada às reclamações oriundas de diversos pontos contra a iniciativa do padre de criar *comitatos católico* e por ele considerar "hereges e sem direitos aos sacramentos aqueles que não se inscrevessem no tal comitato". Dizia o intendente:

> *Promovi uma amistosa reunião em uma das salas da Intendência, na qual compareceram (...) principais chefes do referido comitato e nos termos mais convenientes comedidos e moderados, lhes disse que fundado no passado e desejando prevenir o futuro, achava conveniente a dissolução de tais sociedades, visto ser este povo essencialmente católico, bem como a remoção do Padre Nosadini como medida de prudência, sem contudo fazer-lhe a menor intimação no caráter de autoridade*[709].

O padre Nosadini estava imbuído do "espírito reformista da Encíclica Rerum Novarum decretada por Leão XIII em 1891, empenhou-se para que a sociedade civil absorvesse a doutrina social da Igreja"[710]. Os comitatos católicos tinham então esse objetivo. Segundo Helga Piccolo, as iniciativas do referido padre se deram da seguinte forma:

> *Fundou o Comité Católico Santa Teresa para homens e o círculo católico São Luís Gonzaga para a juventude católica de Caxias. Para os maçons, esses comitês e círculos eram considerados como estratégias anti-liberais e anti-maçônicas*[711].

A onda de ódios e violência se seguiu com denúncias e ameaças que chegavam também a Porto Alegre, junto às autoridades políticas estaduais e clericais. Como conseqüência, tanto o intendente, José Cândido de Campos Júnior, como o vigário, padre Nosadini (em 25-12-1898), acabaram afastados dos

---

[708] Carta do intendente municipal José Cândido de Campos Júnior ao delegado de polícia Ernesto Marsiaj, transcrita no jornal *O Caxiense* de 28-4-1928. In: Idem, p. 86-90.
[709] *O Caxiense*. Idem. p. 87.
[710] PICCOLO, Helga I. L. Alemães e italianos no Rio Grande do Sul... Op. cit. p. 586.
[711] Idem, p. 586.

cargos, retirando-se da cidade, no entanto, o radicalismo de ambos intensificara posições católicas e anticlericais, aumentando as conturbações e os conflitos políticos regionais e locais. O exemplo de Caxias do Sul, do ponto de vista de vinculação entre anticlericalismo e republicanismo, parece não ter encontrado paralelo no restante do estado[712].

Frente ao quadro difícil envolvendo resistências anticlericais de que o episódio de Caxias do Sul é apenas um exemplo, d. Cláudio lançou-se à proposição de buscar alternativas para reverter a situação do catolicismo no estado, quando então, novamente, a formação e a quantidade de sacerdotes passaram a ser prioridade. Para tanto, o clero gaúcho deveria ser "autóctone, formado dentro dos parâmetros reformistas, como da imigração de um clero estrangeiro, principalmente regular, para atender às necessidades espirituais dos habitantes do Rio Grande do Sul"[713]. Com esse objetivo, reorganizou o Seminário Episcopal de Porto Alegre, confiando a sua direção, a partir de 1891, aos padres da Companhia de Jesus da Província Germânica e, mais tarde, aos padres espanhóis da Congregação da Missão e aos padres Capuchinhos franceses da Província de Sabóia.

A reformulação do Seminário Episcopal não foi vista, obviamente, com bons olhos pela maçonaria, que, no intuito de desmoralizar a iniciativa, chegou a elogiar o seu antigo inimigo d. Sebastião Laranjeira. As críticas a d. Cláudio tinham o seguinte teor:

> *Ao passo que D. Sebastião, homem superior, colocava o processo intelectual da juventude acima de preceitos religiosos e interesses de seita, a ponto de entregar a direção de aulas até a seculares, D. Cláudio enxotou de lá até os próprios sacerdotes, para entregar aos jesuítas o palácio que custou a*

[712] Localizamos uma indicação de conflito entre maçonaria e Igreja Católica no município de Garibaldi, também região de colonização italiana. Conforme DIENSTBACH, Carlos. Op. cit. v. 2. p. 274. Na ata de regularização do *triângulo* Giuseppe Mazzini, em 1902, afirma-se que não foram convidados outros *irmãos* da região para não chamar a atenção dos *profanos*, pois o *triângulo* deveria funcionar muito secretamente devido à perseguição dos jesuítas que eram abundantes na região. Helga Piccolo complementa essas informações ao afirmar que o pároco de Garibaldi, Bartolomeu Tiecher, sustentou uma dura luta contra os maçons. Em novembro de 1891 teria havido uma revolução na localidade, obrigando o padre a se ausentar temporariamente, pois os homens sem fé nem lei se apoderaram da coisa pública. PICCOLO, Helga I. L. Alemães e italianos no Rio Grande do Sul... Op. cit. p. 586-587.

[713] ISAIA, Artur Cesar. *O cajado da ordem*.... Op. cit. p. 55.

> *fortuna particular de D. Sebastião e o dinheiro do povo, e correu com os meninos pobres, sedentos de luz, que não consentiam em resumir as suas aspirações ao negrume de uma sotaina e na missão inglória do padre intolerante e retrógrado a feição dos discípulos de Loyola*[714].

A chegada ao Rio Grande do Sul, naquele momento, em número muito expressivo, de ordens e congregações religiosas, tanto masculinas como femininas e originárias da Europa, foi incentivada por d. Cláudio[715]. A presença desses religiosos estrangeiros nas paróquias espalhadas pelo Rio Grande do Sul aumentou sensivelmente a força numérica do clero católico no estado, o que foi um dos fatores que contribuiu para a vitalização do catolicismo regional. A partir do trabalho desses padres e freiras, foram criados inúmeros seminários, conventos e noviciados, colégios e escolas, estabelecimentos hospitalares, orfanatos, casas de descanso e pensionatos.

Essas iniciativas, além de tantas outras, contribuiriam para transformar o perfil da Igreja Católica no Rio Grande do Sul[716], processo que seria intensificado de forma mais definitiva durante o período em que d. João Becker esteve à frente do arcebispado rio-grandense (1912-1946). Da perspectiva da maçonaria gaúcha, a presença crescente no contingente de padres e freiras estrangeiros nas duas primeiras décadas do século XX se constituía num grave problema. Atemorizada com o alcance dessa presença, já que em razão do aumento do clero esse chegaria às mais longínquas regiões, onde em décadas anteriores a Igreja chegava com dificuldades, e frente ao temor dos padres estrangeiros, a imprensa maçônica dirigia à instituição suas mais duras críticas:

> *Nova Trento é sede de um distrito de Caxias, entre esta vila e o núcleo de S. Marcos, habitada quase*

---

[714] Seminário de outrora. *Boletim do Grande Oriente do Rio Grande do Sul.* 1899, ano 8, n. 6. p. 43.

[715] As principais ordens e congregações religiosas masculinas chegadas ao Rio Grande do Sul no período foram: os Capuchinhos (1896); os Carlistas (1896); os Irmãos Maristas (1897); os Salesianos (1901); os Claretinos e os Lassalistas (1907); os Oblatos de S. Francisco de Sales (1906);os Franciscanos (1917) e os Redentoristas (1920). Entre as femininas, aparecem: as Irmãs de Santa Catarina (1899); as Filhas de Nossa Senhora do Horto (1908); a Companhia de Santa Tereza de Jesus (1910); Irmãs Missionárias de São Carlos Borromeu (1915) e Irmãs da divina Providência (1918).

[716] Por exemplo, a difusão de grupos leigos católicos, como o Apostolado da Oração, fundado em 1887 e com participação feminina, os Vicentinos e a União dos Moços Católicos, etc.

> *exclusivamente por colonos de origem italiana. Há poucos meses foram vistos uns 15 frades descalços, cruzando Bento Gonçalves em direção a Nova Trento. Aí chegados viram logo que estavam em casa; e a esta hora enorme convento lá constróem e correm subscrições angariando donativos para outro convento de freiras. Há colonos que passam as maiores misérias, mas que não deixam de levar aos frades bom farnel quando não é o dinheirinho que ganham no trabalho penoso da roça*[717].

De forma mais explícita, os sacerdotes estrangeiros eram assim perfilados ainda em 1909:

> *A carência de recursos suficientes para enfrentar os elementos adversos, há retardado a ação da Maçonaria rio-grandense no terreno da propaganda 'anti-obscurantista'; entretanto, como já vos falamos, temerosa cresce a onda clerical, negro se prepara o futuro da Pátria. A Maçonaria nacional os posteres culparão, por certo, por não ter cortado pela raiz o mal ou, quando menos, dificultado a invasão da nossa Pátria pelos clericais expulsos dos outros países*[718].

Até as primeiras décadas do século XX, a posição da maçonaria frente ao clero e ao avanço católico caracterizou-se como conflituosa. Os espaços sociais onde percebemos os conflitos com maior intensidade foram na imprensa, nas obras filantrópicas ou beneficentes e na educação. Mantendo, então, uma postura de crítica, a instituição tentava fazer frente às iniciativas católicas. Juntamente com as críticas, as ações da maçonaria se desenvolviam, bem antes do século XX, no sentido de disputar espaços de sociabilidade por meio de iniciativas e campanhas beneficentes, na construção de hospitais e no impulso para criação de escolas maçônicas laicas. O relacionamento conflituoso entre as

---

[717] Nova trento. *Boletim do Grande Oriente do Rio Grande do Sul*. 1899, ano 8, n. 6. p. 74.

[718] *Mensagem apresentada pelo Sob∴ Gr∴ Mest∴ Des∴ James de Oliveira Franco e Souza a Ass∴ Ger∴ Leg∴ em 21 de março de 1909*. Porto Alegre: Livraria do Commercio, 1909. p. 3.

duas instituições atravessou a segunda metade do século XIX, chegando aos primeiros tempos do século XX sem muita alteração.

3. A QUEM PERTENCE A FILANTROPIA? OS PEDREIROS-LIVRES CUMPREM SEU OBJETIVO

Um espaço privilegiado de socialização e atuação maçônica, não só na perspectiva de embate com a Igreja Católica, mas principalmente de fortalecimento externo e interno da instituição, foi no campo da filantropia ou beneficência. A filantropia externa, realizada por meio de obras e campanhas de cunho assistencialista, dirigia-se aos segmentos sociais mais pobres da população; já a filantropia interna ou auxílio mútuo, visava o próprio corpo de filiados da instituição, objetivando cumprir a função de fortalecimento interno e sendo um instrumento de cooptação e aglutinação de novos membros. Dessa forma, o espírito de *solidariedade maçônica* poderia ser garantido.

É de fundamental importância entender esse instrumento de atuação da maçonaria, a beneficência externa e interna, como inerente à própria história da instituição. Calcada no espírito associativo e de fraternidade, típicos dos séculos XVIII e XIX, a ordem adaptou ou conferiu importância a esse aspecto de atuação de acordo com as circunstâncias locais ou específicas. No caso do Brasil e do Rio Grande do Sul do século XIX, foi somente a partir da década de 1870 que a beneficência externa e o auxílio mútuo ganharam destaque como campo de atuação prioritário. Segundo Barata, essas circunstâncias estiveram ligadas aos desafios institucionais com que a maçonaria passou a se defrontar após a *questão religiosa*, quando procurou se expandir de diversas formas[719].

A filantropia é, na verdade, um dever de todo maçom, e os estatutos da ordem destacam essa sua característica. Em muitos ritos, inclusive, como no caso do Escocês e Aceito, é realizada coleta de dinheiro ou doações para as obras assistenciais da loja nas sessões ordinárias[720]. Isso se comprova pelo número bastante destacado de dirigentes maçons localizados em diretorias de sociedades

[719] BARATA, Alexandre Mansur. *Luzes e Sombras...* Op. cit. p. 158.
[720] Para esse tipo de coleta, é utilizada a expressão maçônica *Tronco da Beneficência,* com o sentido de caixa de esmolas. CASTELLANI, José. *Dicionário de termos maçônicos.* Op. cit. p. 178.

beneficentes e entidades hospitalares[721]. Em diversos países, e inclusive no Brasil, essa filantropia era exercida através de instituições católicas, tais como orfanatos, asilos, etc. A partir da *questão religiosa*, a maçonaria brasileira e gaúcha priorizou a filantropia própria, mostrando-se autônoma nessa questão. No Rio Grande do Sul, tal autonomia demarcava um espaço de disputa entre ambas as instituições, sendo que, na segunda metade do século XIX, a maçonaria, nesse tópico, ganhava em prestígio e capacidade de organização.

3.1. A filantropia maçônica externa

Dentro do contexto de disputa e de conflitos entre maçonaria e Igreja Católica a partir década de 1870, a questão da caridade se tornou primordial. No período anterior à eclosão dessa questão, não foram localizadas notícias ou informações que dessem conta da filantropia como uma atividade autônoma, regular e sistemática da maçonaria gaúcha. As iniciativas ocorriam, provavelmente, por meio de obras de caridade da própria Igreja Católica, de entidades comunitárias ou de ações isoladas e voluntárias. Aparecem, na documentação pesquisada, indícios de um vínculo de envolvimento entre maçonaria e beneficência, especialmente quando algumas lojas deixavam de funcionar e o seu patrimônio era transferido para alguma entidade ou obra de caridade.

[721] Entre os dirigentes maçons que estiveram ligados a entidades hospitalares e de beneficência, aparecem os seguintes: Antenor Barcelos do Amorim, sócio da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre; Cézar Antunes Maciel, provedor do Hospital de Caridade de Alegrete; Felisberto Batista da Costa, membro da Beneficência São-Borjense (em 1901); Florêncio Carlos de Abreu e Silva, sócio efetivo da Sociedade Beneficência Porto-Alegrense; Hermínio Ferreira Lopes, provedor do Hospital de Caridade de Alegrete; Idalino Campos da Luz, tesoureiro da Santa Casa de Caridade por 50 anos; João Albano de Souza, fundador da Santa Casa de Caridade e sócio da Beneficência Portuguesa; João Dias Aydos, presidente da Beneficência Portuguesa (1905); João Greiner, presidente da Sociedade Protetora dos Artistas, da cidade de Bagé (em 1883); João Jacinto Pereira, membro da Beneficência Portuguesa de Porto Alegre; João Pedro Caminha, provedor do Hospital de Caridade de Alegrete (1877-1878); Joaquim José Affonso Alves, presidente do Imperial Asilo Nossa senhora da Conceição de pelotas (1881; Joaquim Luiz Pereira, procurador da Sociedade Proctetora dos Artistas da cidade de Bagé (em 1883); Jonathas Abbott Filho, fundador da Santa Casa de Caridade de São Gabriel; José Martins Soares, diretor da Beneficência Portuguesa de Porto Alegre (em 1867); Luiz da Silva Flores Filho, organizador do asilo Santa Leopoldina, membro da Beneficência Portuguesa de Porto Alegre e Lybio Vinhas, sócio benemérito da Santa Casa de Bagé.

Independentemente do período, essa foi uma prática comum das lojas maçônicas no Rio Grande do Sul, sendo possível, por meio de informações isoladas, observar os espaços onde maçonaria ou maçons estiveram presentes. Foi assim quando, em 1855, a loja União e Concórdia, da cidade de Pelotas, adormeceu e suas propriedades foram transferidas para o Asilo das Órfãs Desvalidas, depois Asilo Nossa Senhora da Conceição[722]. O mesmo ocorreu em 1887, quando a loja Zur Eintracht *abateu colunas* e seu templo foi doado para a Sociedade Filantrópica Alemã; no ano de 1900, por ocasião do adormecimento da loja Luz e Progresso de Porto Alegre, o dinheiro do caixa foi distribuído aos pobres.

Já, a partir de 1870, torna-se mais fácil desenhar a trajetória de beneficência maçônica no Rio Grande do Sul. A existência de uma imprensa mais ou menos regular e a veiculação de notícias na imprensa diária permitem definir com maior precisão onde estavam os pedreiros livres filantropos. Acrescente-se a isso o fato de que a própria tônica utilizada pela imprensa maçônica, a partir do clima de conflito da década de 1870, transformou a filantropia em propaganda da instituição em contraposição às iniciativas ou falta dessas por parte da Igreja Católica.

Notícias eram, então, veiculadas, demonstrando que a verdadeira caridade não era praticada pelos representantes dos católicos, mas sim, às sociedades leigas. Via de regra, eram noticiados ou comentados episódios ocorridos em locais diferentes e que demonstravam a concepção católica de caridade e as formas como a Igreja Católica exercia a filantropia. Como exemplo, transcrevemos um episódio ocorrido em Jaguarão:

> *Um pobre jornaleiro de nome Lisboa, empregado no serviço do passo desta cidade para a vila fronteira de Artigas, perdeu um filhinho de 14 dias. Seu estado de pobreza deu lugar a que a Câmara concedesse sepultura grátis ao filho de Lisboa. O desaventurado pai tomando em seus braços o caixão em que descansava o cadáver do filho, levou-o a igreja matriz, o padre Florio encomendou-o, sendo-lhe*

[722] DIENSTBACH, Carlos. Op. cit. v. 3. p. 414.

> *entregue o atestado do médico para nele escrever o - atesto que encomendei - reclamou a espórtula pela encomendação, e alegando o infeliz Lisboa não poder satisfazê-lo, pela carência absoluta de meios, o padre Florio disse-lhe não entregava o cadáver sem lhe ser paga a encomendação e mandou fechar as portas da matriz (...)*[723].

A maioria das críticas no período se dirigiam diretamente ao bispo e aos sacerdotes, quando se tratava de recursos e doações para a caridade, pois, segundo a maçonaria, o clero católico não praticava condignamente a caridade cristã. Em especial, uma doação que d. Sebastião Dias Laranjeira efetivou ao jornal católico *Apóstolo* trouxe indignação aos maçons, visto que lhe foi doada a quantia de 300$000 a título de subsídio e em razão dos grandes serviços que ele prestava à Igreja Católica de todo o país. A leitura que a imprensa maçônica e leiga fez dessa doação teve o seguinte teor:

> *Raríssimas vezes aparece o nome do prelado rio-grandense entre os subscritores para obras de caridade; magríssimas são as esmolas que para constar, distribui S. Ex. a porta de seu palácio. O bispo do Rio Grande não tem o sestro da beneficência(...). Pois bem, esse mesmo prelado, conhecido como avaro quando se trata de esmolas e atos de beneficência, tem dinheiro para fazer presentes ao 'Apóstolo', a essa folha indecente que vive a publicar as mais rasteiras descomposturas ao governo e aos mais eminentes cidadãos do país*[724].

Um outro exemplo da percepção da maçonaria sobre a beneficência católica pode ser observado em notícia publicada no começo do século XX, portanto mais de duas décadas depois da transcrita anteriormente. Nesse caso, novamente o bispo d. Cláudio Ponce de Leão foi seu alvo:

> *Até na Casa de Correção, até entre os pobres enclausurados os jesuítas procuram comover as*

[723] Escândalo. *A Acácia - folha maçônica*. 1876, ano 1, n. 14. p. 2.
[724] *A Acácia - folha maçônica*. 1876, ano 1, n. 20. p. 4.

> *almas em benefício próprio. Pregar a caridade a pobres pais de família presos porque roubaram para aliviar a fome dos filhos! Pregar o amor ao próximo, aos infelizes perseguidos por um destino implacável que os atirou ao crime de que se arrependeram no instante mesmo que o cometeram! Esta só mesmo do clericalismo. Mas é que D. Cláudio dava expansão ao único sentimento que o anima, a usurpação do suor alheio*[725].

A maçonaria, para exercer com mais liberdade a beneficência, fundou suas próprias associações filantrópicas, muitas das quais recebiam o mesmo nome das respectivas lojas a que pertenciam. Esse foi o caso da Associação Beneficente Artista, ligada à loja de mesmo nome na cidade de Pelotas e que mantinha um asilo[726]. Essas entidades, aparentemente, eram autônomas, pois estavam organizadas com estatuto, diretoria e muitas vezes com sede própria; todavia, eram dirigidas com base em decisões tomadas no interior das lojas. Nos seus estatutos, reafirmavam-se os mesmos princípios da ordem, sendo as suas diretorias compostas principalmente pelos dirigentes maçons da respectiva loja.

As formas de demonstração pública da filantropia maçônica, buscando um reconhecimento social de seu trabalho e de fortalecimento da própria imagem da ordem, começaram a aparecer com o final da questão religiosa. Assim é que se tornou público que um grupo de maçons da loja Artista, de Pelotas, no dia 7 de setembro de 1876, Dia da Pátria, dirigira-se à cadeia civil e distribuíra a quantia de um mil réis para todos os presos ali reunidos, além de outras espórtulas, que lhes fizera uma comissão composta de interessantes crianças[727]. Nesse mesmo sentido, a loja maçônica Redenção, da cidade de Rio Grande, praticara um "ato nobre e digno de todos os elogios. Para comemorar o dia de

---

[725] *Boletim do Grande Oriente do Rio Grande do Sul*. 1902, ano 11, n. 2. p. 130-131.

[726] A utilização de denominações de entidades beneficentes, conjugadas ao nome de uma loja maçônica, foi comum em todo o período. A partir de 1899, o Grande Oriente do Rio Grande do Sul orientou que suas lojas colocassem os prédios em nome de uma entidade profana, por conta dos problemas de patrimônio; assim, as entidades adquiriam representação de sociedade civil. Além do exemplo mencionado, pode-se citar o do Clube Beneficente Verdade Maçônica, pertencente à loja Verdade Maçônica, de Uruguaiana, em 1901; a Associação Beneficente Luz e União, ligada à loja Luz e União, da cidade de Montenegro, existente no ano de 1902; a Sociedade Beneficente Rio Branco, pertencente à loja de mesmo nome (1899); o Clube Luz e Verdade, inicialmente uma loja maçônica de Alegrete, fundada em 1899 e em 1907 transformado em clube beneficente, com 94 sócios.

[727] *Boletim do Grande Oriente do Brasil*. 1876, ano 5, n. 9. p. 368.

finados, os integrantes da loja distribuíram aos pobres a quantia de duzentos mil réis"[728].

A essas demonstrações públicas do caráter filantrópico da maçonaria, e que eram permanentes, outras de caráter mais imediato, em razão da ocorrência de fenômenos naturais, foram comuns. Um momento importante de mobilização maçônica, ocorrido em diversos pontos da província, foi quando do flagelo oriundo da grande seca no Nordeste brasileiro, nos anos de 1876 e 1877. As notícias que chegavam sobre as condições miseráveis e de fome absoluta daquelas populações sensibilizaram a maçonaria gaúcha, que pela loja Honra e Humanidade, de Pelotas, promoveu diversas atividades com o objetivo de recolher donativos que beneficiariam os infelizes daquela região do Brasil. A primeira foi a realização de um bazar de *prendas,* envolvendo também a sociedade *profana,* cujo lucro seria remetido para a comissão, que, na corte, achava-se também colhendo donativos[729]; a mesma loja promoveu um espetáculo beneficente com a Companhia de Zarzuelas, de origem espanhola, com o mesmo objetivo. A arrecadação total de donativos e valores no final da campanha foi de 5:553$340 réis, distribuídos conforme o demonstrado no Quadro 10.

Quadro 10: Arrecadação de donativos e esmolas pela loja Honra e Humanidade de Pelotas

FORMA DE DOAÇÃO	VALOR ARRECADADO
Leilão de artefatos	4:121$800
Benefício oferecido pela Companhia de Zarzuelas	1:026$640
Donativos em dinheiro	574$000
Donativos de caixeiros	91$220
Total	5:813$660
Despesas com música, jornais, armação, limpeza, etc.	260$320
Total de arrecadação	5:553$340[730]

Fonte: *Boletim do Grande Oriente do Brasil*. 1877, ano 6, n. 8. p. 356.

[728] Ato Louvável. *A Acácia - folha maçônica.* 1876, ano 1, n. 44. p. 4.
[729] *Boletim do Grande Oriente do Brasil*. 1877, ano 6, n. 7. p. 306.
[730] *Boletim do Grande Oriente do Brasil*. 1877, ano 6, n. 8. p. 352-356.

Esse episódio envolveu também diversas iniciativas em cidades gaúchas, a partir quase sempre de oficinas maçônicas[731]. Da mesma forma, em São Leopoldo, outro fenômeno natural mobilizou a maçonaria local: a grande enchente de maio de 1878. Nessa ocasião, os maçons da loja Estrela do Oriente III foram responsáveis pelo socorro prestado para um grande número de flagelados por meio de doações de roupas, alimentos e dinheiro. Os flagelos naturais também motivaram atos quase heróicos de maçons, do que é exemplo o relatado por Dienstbach:

> *Consta na Ata nº 134, de 22 de julho de 1878, a homenagem que foi prestada ao Ir∴ Henrique Reischnmann, que com o risco da própria vida, atirou-se nas águas do Rio dos Sinos, para salvar a vida de uma pobre mulher que estava se afogando na furiosa correnteza do rio*[732].

No ano de 1899, circularam notícias sobre uma ameaça de invasão da peste bubônica no Rio Grande do Sul, o que motivou a maçonaria regional a posicionar-se imediatamente, comprometendo-se oficialmente no sentido de auxiliar o governo do estado em tudo o que fosse necessário. Várias oficinas manifestaram seu apoio a essa decisão, como, por exemplo, a loja Progresso da Humanidade, de Porto Alegre, e a Amizade, de Bagé, que ofereceram ao delegado da Higiene, o também dirigente maçom, dr. Lybio Vinhas, "todo o auxílio pessoal e material da parte de seus membros, no caso de invasão da peste bubônica"[733].

Juntamente com essas campanhas beneficentes de caráter mais emergencial, a maçonaria gaúcha desenvolveu ações permanentes, sendo um espaço privilegiado de filantropia e beneficência, sem dúvida, o campo da saúde. Entre os exemplos desse envolvimento, destacamos alguns casos, como o de São Gabriel, onde o dirigente maçom Jônathas Abbott foi um dos idealizadores da Santa Casa de Caridade, que teve o início de sua construção em 1855. Nas

---

[731] A loja Luz e Ordem de Porto Alegre também realizou atividades para a arrecadação de donativos para os flagelados do Nordeste. *Boletim do Grande Oriente do Brasil*. 1878, ano 7, n. 11. p. 466.
[732] DIENTSBACH, Carlos. Op. cit. v. 4. p. 660-661.
[733] *Boletim do Grande Oriente do Rio Grande do Sul*. 1899, ano 8, n. 7. p. 46.

décadas seguintes, a loja Rocha Negra da mesma cidade promoveu campanhas e promoções com a finalidade de manter e auxiliar essa entidade hospitalar.

Morivalde Calvet Fagundes relaciona algumas dessas ações de auxílio à Santa Casa de Caridade de São Gabriel: em 1906, os *irmãos* da loja conseguiram com o diretor de uma Companhia de Cavalinhos que se encontrava na cidade, e que era *irmão*, que fosse realizado um espetáculo em benefício da Santa Casa de Caridade; em 1908, em sessão da loja, ficou decidido que as esmolas distribuídas todos os anos aos pobres na porta da loja deveriam ser destinadas à Santa Casa de Caridade; no ano de 1913, foi aprovado um donativo de 100$000 da loja para equipar a sala de operações da mesma Santa Casa[734].

Em Santa Vitória do Palmar, a presença dos maçons João Auladislau Corrêa e Ladislau Riet Corrêa foi fundamental e decisiva para a construção da casa de saúde da cidade. Além deles, outro maçom auxiliou na concretização do mesmo empreendimento, Alípio Santiago Corrêa, que deixou, ao falecer, em 25-12-1900, parte de seus bens para essa mesma casa de saúde[735]. Outra iniciativa maçônica importante foi a instalação do Hospital da Santa Casa de Caridade de Dom Pedrito em 1909. Já em julho de 1899, havia se iniciado campanha para arrecadação de fundos para esse projeto, liderada pela loja Cruzeiro do Sul III, que entregava as quantias arrecadadas ao intendente municipal, o dirigente maçom José Pinto Sobrinho. Nesse caso, novamente uma doação individual possibilitou a efetivação do projeto:

> *Em 19 de setembro de 1908, dona Francisca Macedo da Fontoura, cumprindo vontade de seu falecido esposo, nosso Ir∴ Alencastro da Fontoura, doou conforme escritura pública, um imóvel à loja Cruzeiro do Sul III, para ali criar e manter Casas de Caridade. Essa doação possibilitou o propósito da loja de criar um hospital, nesta cidade. (...) Em 15 de agosto de 1909, instala-se o Hospital da Santa Casa de Caridade, produto da conjugação de esforços da loja Cruzeiro do Sul e da sociedade pedritense*[736].

---

[734] FAGUNDES, Morivalde Calvet. *Rocha Negra: a legendária*. Op. cit. p. 43.
[735] DIENSTBACH, Carlos. Op. cit. v. 3. p. 575.
[736] Idem, v. 2. p. 248.

Num período da história brasileira e gaúcha em que o poder público não priorizava ou não dava conta de solucionar problemas de ordem social, a maçonaria se constituiu numa instituição voltada para esses problemas. Com isso, ela não pretendia, e raramente criticou os poderes políticos constituídos nesse sentido, se contrapor ou substituir tais poderes. A sua visão de sociedade e de filantropia estava baseada na idéia de assistencialismo e de esmola como solução para os problemas gerados pela pobreza, concebendo que cabia ao homem *ilustrado* a sua parte para diminuir os flagelos humanos.

O espírito associativo e filantrópico da maçonaria no Rio Grande do Sul se tornou mais ofensivo à medida que os posicionamentos anticlericais também se reforçavam, visto que, a filantropia direcionada aos setores pobres da sociedade gaúcha assumia, nesse contexto, também a função de veículo de propaganda maçônica e de espaço de disputa mais explícita com o catolicismo. Isso pode ser observado nos próprios estatutos das entidades filantrópicas e hospitalares maçônicas. A inclusão de itens privilegiando o respeito à liberdade religiosa foi bastante comum; além disso, a inclusão de fiéis não católicos nos seus quadros demonstra a necessidade de ampliação social da maçonaria pela cooptação de homens de diversas religiões[737]. Maçonaria e Igreja Católica mantiveram-se como personagens centrais nesse campo de atuação até pelo menos a década de 1920.

[737] O caso da criação do Hospital de Caridade de Passo Fundo é exemplar. Em 1914, foi lançada a pedra fundamental e constituída uma sociedade pró-hospital, formada na sua maioria por maçons. Os primeiros recursos financeiros tiveram origem no que sobrou de uma entidade filantrópica anterior. Referimo-nos à Liga de Defesa dos Pobres, que atuou em 1906 para fazer frente à grande seca e invasão de gafanhotos que assolou a cidade de Passo Fundo naquele ano, destruindo a produção agrícola. Passada a crise, o dinheiro passou a ser canalizado para um futuro hospital, de caráter beneficente. Nesse exemplo, evidenciam-se, os conflitos entre a diretoria da sociedade pró-hospital e o vigário geral de Passo Fundo, Rafael Iop. No cerne das divergências, estava o artigo 3º do estatuto onde aparece: " A existência do Hospital será inteiramente alheia às religiões em geral, mas aos seus doentes será garantido o direito de receberem o conforto daquelas a que pertencerem, contando que não afetem ou melindrem as demais". Estabeleceu-se um conflito em muitos momentos violento, o que resultou na criação de um segundo hospital na cidade, este católico, o Hospital São Vicente de Paulo. Sobre isso ver: COLUSSI, Eliane Lucia e MATTOS, Marília (orgs.). *Hospital da Cidade: 80 anos de história:* 1914-1994. Passo Fundo: Ed. e Gráfica da UPF, 1994.

3.2. A solidariedade interna maçônica: o auxílio mútuo protegendo os pedreiros-livres

A filantropia interna maçônica ou auxílio mútuo é também uma finalidade intrínseca das atividades maçônicas. Como vimos no capítulo anterior, quando tratamos da presença de maçons na esfera da política, a capacidade de indicar ou nomear maçons para cargos burocráticos ou políticos gerava uma clara zona de influência maçônica. A esse *poder indireto* agregava-se a nomeação para cargos como um fator de sobrevivência para os mesmos. O auxílio mútuo serviu também como instrumento de cooptação de novos membros e de consolidação do seu quadro de filiados, visto que a perspectiva de alguma garantia, ou benefício material ou financeiro servia, em muitos casos, como convencimento para que novos iniciados ou maçons se mantivessem na instituição.

Para Alexandre Barata:

> *Na realidade, o ideal de fraternidade, traduzido na prática da solidariedade e da beneficência, traz consigo uma dinâmica equalizadora, na medida em que ele deve ser estendido a todos os homens. A todos os irmãos. Busca-se, através dele, estabelecer a igualdade real e não apenas jurídica entre os homens, acrescentando aos direitos individuais um direito social. Contudo, para os maçons, a fraternidade não pode existir apenas nas palavras, pois a solidez da instituição encontra-se justamente na solidariedade entre seus membros. O conteúdo afetivo intrínseco ao juramento de fraternidade fortalece os laços de estreita união, dando aos maçons um sentimento de segurança e de força*[738].

No transcorrer do século XIX, não foi criado no Brasil e no Rio Grande do Sul um projeto de auxílio mútuo maçônico de forma organizada, sitemática e eficiente; o que existia eram iniciativas e ações espontâneas, que se desenvolviam de acordo com determinadas situações. Até aquele momento, a

[738] BARATA, Alexandre Mansur. *Luzes e Sombras*... Op. cit. p. 161-162.

maior parte das preocupações dirigiam-se aos *irmãos* empobrecidos por falência ou desemprego, assim como às viúvas e órfãos de *irmãos*. Exemplos dos moldes da solidariedade interna no período estão noticiados na imprensa maçônica: em Pelotas, ocorrera o falecimento de José Monteiro, antigo membro da loja Comércio e Indústria, que estava na miséria, quando a loja pagara todas as despesas com o funeral[739].

As ações isoladas de auxílio mútuo se dirigiam, preferencialmente, às viúvas e filhos de maçons. A coleta de donativos entre membros da loja à qual pertencia o morto, muitas vezes apelando-se também para donativos de outras oficinas, objetivava solucionar os problemas imediatos causadas pelo falecimento: as dívidas com médicos e medicamentos, o pagamento de outras dívidas, a manutenção da família e, em muitos casos, a compra de um imóvel para a viúva. Nesse sentido, é exemplar o caso da "jovem e infeliz viúva" de nome Carmem Ponce Nogueira, esposa do falecido maçom Agostinho Romão Nogueira. *A Acácia* descreveu a triste situação em que ela se encontrava depois da morte do marido, militar que participara da Guerra do Paraguai, solicitando contribuições para que ela pudesse se deslocar para o Rio de Janeiro. Segundo a notícia, ela teria enlouquecido após da notícia a morte do marido e "recobrou o juízo, mas ficou paralítica do lado direito, e hoje, com dois filhos órfãos, dos quais o mais velho conta quatro anos de idade, vê-se privada de todos os meios de sobrevivência"[740].

Esse tipo de solidariedade maçônica perdurou no Rio Grande do Sul até a virada do século, a partir de quando surgiram iniciativas para transformar o auxílio mútuo relativamente espontâneo num projeto eficiente, global e obrigatório. Alexandre Mansur Barata informa que, em termos nacionais, teria ocorrido somente em 1912 a criação de uma Beneficência Maçônica sob jurisdição do Grande Oriente do Brasil, a qual estava organizada em duas seções: o Montepio Maçônico e a Assistência Maçônica. Segundo o autor:

---

[739] *A Acácia-folha maçônica*. 1876, ano 1, n. 9. p. 4.
[740] *A Acácia-folha maçônica*. 1876, ano 1, n. 2. p. 4.

> *O Montepio tinha por finalidade, no caso de falecimento de um sócio, fornecer uma pensão mensal às pessoas por ele designadas. Já a Assistência Maçônica tinha por fim auxiliar com uma quantia determinada, e de uma só vez, as pessoas instituídas pelo sócio falecido*[741].

No Rio Grande do Sul, localizamos duas iniciativas nesse sentido: a primeira foi da loja Artista, de Pelotas, que, em 1º de janeiro de 1876, fundou um montepio, fornecendo aos seus sócios enfermos "médico, botica, e uma quantia diária que os preservará de lutas com as primeiras necessidades da vida"[742]; a seguir, no ano de 1878, na cidade de Itaqui, a loja Filantropia Itaquiense fundou uma caixa de socorros em favor de seus obreiros e de suas famílias, com um capital inicial de 5:043$770[743]. Apesar, no entanto, de essas iniciativas terem surtido um efeito positivo entre os membros da maçonaria de toda a província, elas não prosperaram.

A iniciativa para a concretização de um montepio maçônico foi, no caso gaúcho, anterior à maçonaria nacional. Em 1900, a beneficência maçônica interna já tomava forma de um montepio mais definitivo através de projetos e debates. A circular nº 13 da Gr∴ Sec∴ Geral do Grande Oriente do Rio Grande do Sul, de 23 de agosto de 1900, resolveu pela criação de um montepio para os maçons. Para tanto, nomeou os *irmãos* Américo Moreira, gerente da Educadora, e José Moura de Azevedo, gerente do Banco do Comércio, para que em comissão elaborassem os estatutos e as tabelas respectivas. Segundo os porta-vozes da maçonaria, esse montepio foi criado com "o objetivo de suprimir a miséria entre as famílias de nossos Irmãos"[744].

As iniciativas em torno de um montepio próprio da maçonaria acabaram se efetivando de maneira mais global somente em 1904 pela proposta elaborada por Caldas Júnior, ministro das finanças do Grande Oriente do Rio Grande do Sul. O plano econômico apresentado por esse maçom se efetivou num

---

[741] BARATA, Alexandre Mansur. *Luzes e sombras...* Op. cit. p. 159.
[742] *A Acácia- folha maçônica*. 1876, ano 1, n. 51. p. 4.
[743] *Boletim do Grande Oriente do Brasil*. 1878, ano 7, n. 5. p. 216.
[744] *Boletim do Grande Oriente do Rio Grande do Sul*. 1900, ano 9, n. 3. p. 227-228.

momento em que o Gorgs estava consolidado, necessitando de maiores recursos para uma propaganda mais eficaz. No período de discussão da proposta, apareceu uma preocupação quanto à receptividade do plano; "considerando, porém, que os maçons já estão sobrecarregados de ônus, a que não correspondem regalias equivalentes, poderiam não receber com agrado o gravame de novas contribuições pecuniárias"[745]. As bases do projeto foram especificadas em 12 pontos, dos quais os mais importantes eram:

> *I- Cada maçom pagará em loja, além da contribuição regimental e conjuntamente com essa, mais a quota mensal de 3$500;*
> *II- essa contribuição, a que as Oficinas darão os destinos adiante especificados, será assim distribuída: quinhentos réis para o patrimônio do Grande Oriente; quinhentos réis para a criação de um fundo de montepio obrigatório, de cujos benefícios gozarão todos os maçons ativos, por intermédio da previdência maçônica já constituída; quinhentos réis para o patrimônio da Grande Associação Beneficente de Senhoras; dois mil réis para o serviço permanente, também a todos os maçons ativos, fornecendo-lhes, em caso de necessidade médica, remédios e advogado*[746].

Além disso, estava previsto que a assistência médica e judiciária seria feita na sede do Grande Oriente para os maçons residentes na capital, junto à sessão da Previdência Maçônica, anexa à de seguro de vida e ao montepio ora criado; nas localidades com mais de uma loja, formar-se-iam núcleos de previdência denominados Centros de Assistência Maçônica; em cidades ou localidades com uma única loja, por sua vez, o serviço se daria em um único local. No caso das esposas e viúvas e mesmo filhas maiores de maçons, se quisessem gozar dos benefícios deveriam pertencer à Grande Associação Beneficente de Senhoras. Os filhos menores de maçons poderiam receber tais

[745] *Boletim do Grande Oriente do Rio Grande do Sul*. 1902, ano 11, n. 2. p. 122.
[746] *Boletim do Grande Oriente do Rio Grande do Sul*. Idem, p. 122.

benefícios inscrevendo-se na Previdência Maçônica ou nos Centros de Assistência desde que tivessem recebido o batismo maçônico[747].

A conseqüência mais grave originária da consolidação de um plano de montepio e previdência maçônica não demorou a se manifestar, pois, ao mesmo tempo em que esse teve o ponto positivo de atrair novos membros e manter um quadro de filiados quantitativamente expressivo, exigiu um custo para sua manutenção que logo preocupou os órgãos dirigentes da maçonaria gaúcha. A partir de meados da década de 1910, aparecem com freqüência orientações na imprensa maçônica sobre os cuidados que se deveria ter ao escolher novos membros. Por exemplo, numa circular datada de 15 de junho de 1914, o Grande Oriente do Rio Grande do Sul orientava para que se houvesse cuidado com a iniciação de *profanos* doentes, pois esses acabavam falecendo alguns meses depois, com o que a maçonaria arcava com os custos do socorro que se prestava às famílias[748].

3.3. As mulheres como elo maçônico das ações filantrópicas

A presença da mulher como instrumento do anticlericalismo já era mencionada antes do final do século XIX pela maçonaria, contudo foi a partir daí que ela ganhou uma maior importância. O elo mais frágil na manutenção da coerência de uma vida maçônica residia sempre na suscetibilidade das mulheres ao discurso católico. De fato, em diversos momentos, as autoridades católicas se dirigiam especificamente às "esposas e filhas". Dessa forma, também a maçonaria se alertava sobre a importância da mulher para definir um novo tipo de comportamento ético e moral. Em 1900, aparece a seguinte análise na imprensa maçônica:

---

[747] *Boletim do Grande Oriente do Rio Grande do Sul*. Idem, p. 122-124. Em 1908, pelo ato nº 155 de 6-8-1908, do *Grande Oriente do Rio Grande do Sul*, houve a substituição da expressão *Seguro de Vida* para *Contribuição Solidária.*

[748] *Mensagem apresentada a Ass∴ Ger∴ Leg∴ do Gr∴ Or∴ do Rio Grande do Sul em 21 de março de 1915 pelo Gr∴ Mest∴ Des∴ James de Oliveira Franco e Souza*. Porto Alegre: Globo, 1915. p. 8.

> *Eis porque nos achamos numa contingência gravíssima, mormente aqueles dos nossos IIr∴ que tem pessoa de sua família muito chegada aos padres. Como arredar uma beata da Igreja sem quebra de harmonia tão indispensável ao lar? Além disso, deve um maçom violentar os sentimentos religiosos da mulher? (...) Assim no momento atual, nos parece que nossas mulheres e filhos precisam começar a convencer-se que os padres caminham para um mesmo fim, que é Deus; mas que eles seguem por um caminho e nós por outro... Aqueles que tem de respeitar as crenças da esposa ainda apresenta-se outra dificuldade. A superstição da mulher pode levá-la a exigir dele o afastamento da Loja, quando não seja pedir-lhe, abjuração, temerosa das penas do inferno*[749].

A preocupação da maçonaria brasileira com as mulheres já era presente na década de 1870, evidenciando-se em artigos referentes ao ultramontanismo, a imprensa maçônica afirmava que as mulheres eram sempre utilizadas como instrumento dos "propugnadores do obscurantismo social", sendo efetivamente utilizadas como instrumento de manipulação da Igreja Católica:

> *Estas vítimas incautas, estas crianças pelo sexo, não compreendem, pressentem a perigosa carreira que lhes traça a escura mente do ultramontanismo, que só pretende levá-las ao idiotismo e a vassalagem nulificadora da consciência, apoderando-se de seus escrúpulos e tornando-as um jogo miserável de sua cobiça e de sua hedionda ignorância*[750].

Nesse quadro, caberia à maçonaria o papel de salvar as mulheres dessa nefasta influência, sendo a mão amiga que as retiraria do *jazigo* do ultramontanismo em que se intoxicavam. Mas de que forma seria isso possível sem oferecer-lhes outra opção? Certamente, a instituição maçônica, masculina por excelência, não abriria espaços igualitários nos rituais e cerimônias fechadas;

---

[749] *Boletim do Grande Oriente do Rio Grande do Sul*. 1900, ano 9, n. 3. p. 191.

de outra parte, a existência, desde o século XVIII, de experiências de criação de maçonarias femininas em vários países europeus não garantira a continuidade das iniciativas, visto que lojas femininas foram raras e permaneceram marginalizadas[751]. Francesca Vigni, tratando do sucesso das escolas maçônicas (1868) direcionadas para mulheres e das primeiras experiências de maçonaria feminina na Itália, explica:

> *Este suceso reveló el carácter excepcional de un fenómeno enteramente nuevo que permitió a las mujeres 'acercarse' a las prácticas masónicas, en contradicción, no obstante, con las leyes de la masonería moderna que desde 1723 hasta hoy vienen prohibiendo la existencia de semejantes usos. De hecho, no existen contactos masónicos entre la mujer y la Orden porque la Masonería no admite en su seno a mujeres, como lo establece el tercer artículo de las constituciones vigentes en gran parte de las Obediencias del mundo (...)*[752].

Em princípio, mesmo que não se admitisse a presença de mulheres como membros da ordem, elas poderiam e deveriam ser inseridas em determinadas situações, como fator de fortalecimento da maçonaria na luta anticlerical e na construção de uma imagem positiva dos objetivos maçônicos. A luta contra o ultramontanismo justificaria essa aproximação. No Brasil, inicialmente, tal aproximação se deu através da presença de mulheres e das próprias famílias de maçons nas cerimônias festivas dos pedreiros-livres. Essa alternativa se enquadrava nos propósitos da maçonaria a partir da questão religiosa, em que se tornou necessária uma maior abertura da instituição.

---

[750] As mulheres perante o ultramontanismo. *Boletim do Grande Oriente do Brasil*. 1872, ano 1, n. 11. p. 381.

[751] Ver exemplos de maçonarias femininas nas seguintes obras: uma abordagem genérica em COSTA, Frederico Guilherme. *Maçonaria na universidade*. Londrina: A Trolha. 1994, p. 125-128; a experiência italiana no século XIX e XX, em VIGNI, Francesca. La masonería femenina italiana entre los siglos XIX y XX. In: FERRER BENIMELI, Jose Antonio. (Coord.). *La masonería española entre Europa y America:* VI Symposium Internacional de Historia de la Masonería española. v. 1. Zaragoza: Gobierno de Aragon/ Cometa, 1995. p. 221-230; MELLOR, Alec. *Os grandes problemas da atual franco-maçonaria:* os novos rumos da franco-maçonaria. São Paulo: Pensamento, 1989. p. 79-137; na França em TOURRET, Fernand. *Chaves da franco-maçonaria*. Op. cit. p. 35-37.

[752] VIGNI, Francesca. Op. cit. p. 221.

Com esse espírito, a loja Zur Eintracht já realizava sessões femininas, denominadas *Schwester-loge* [sic] em 1876. No dia 17 de setembro, foi realizada uma solenidade, "única quiçá em seu gênero" no Império brasileiro:

> *As donzelas alemãs, filhas e irmãs de maçons pertencentes à referida loja, haviam resolvido dotá-la com um estandarte, bordado a ouro e sob a presidência de uma inteligente jovem, filha do Ir∴ Dr. Riedel, organizou-se uma comissão, que de fato prontificou uma bandeira, como outro não existe na cidade*[753].

A presença feminina na maçonaria se restringira, a princípio, isto é, durante a segunda metade do século XIX, a atividades e "coisas de mulher", a saber: elas participavam na organização de algumas festas e solenidades maçônicas, bordavam os estandartes, bandeiras e até mesmo as vestimentas dos maçons. Com isso, deduz-se que a visão da maçonaria a respeito da mulher não diferia muito da ótica da própria Igreja Católica e da sociedade daquele período, ou seja, ela era vista como "vítima incauta", ingênua e inferior intelectualmente. Mesmo assim, elas se tornaram estrategicamente importantes para a instituição no confronto com a Igreja.

O vínculo mais orgânico das mulheres com a maçonaria gaúcha só se estabeleceria mais efetivamente na virada do século e no campo de atuação a que o papel feminino era mais afeito: a beneficência. A caridade, ou beneficência, tornou-se o elo de ligação mais forte entre maçons e suas famílias, o que não ocorreu, entretanto, antes que a própria maçonaria percebesse que, na maioria das associações católicas leigas, a participação das mulheres era majoritária. Foi nesse contexto que surgiu a Grande Associação Beneficente de Senhoras no Rio Grande do Sul. O primeiro passo nesse sentido veio de São Leopoldo, onde a maçonaria local fundou, em 1898, o Clube de Beneficência de São Leopoldo. No artigo 1º. do estatuto do clube, aparece: "O Clube Beneficente de São Leopoldo

[753] *A Acácia - folha maçônica*. 1876, ano 1, n. 39. p. 3.

tem por fim auxiliar a maçonaria em suas obras de caridade e compõe-se unicamente de senhoras"[754].

A partir dessa iniciativa, o Grande Oriente do Rio Grande do Sul, que recebeu mais tarde o apoio do Grande Oriente do Brasil, fundou a Grande Associação de Senhoras, instalada primeiramente em Porto Alegre e que logo se ramificou pelo território gaúcho[755]. A sede da associação era o próprio templo do Grande Oriente do Rio Grande do Sul, e, entre seus objetivos destacavam-se a prática da beneficência, o auxílio à educação da mulher e o amparo e instrução à infância desvalida até os sete anos. Dos estatutos gerais da entidade, destaca-se:

> *Art. 1º- Fica criado no Estado do Rio Grande do Sul a Grande Associação Beneficente de Senhoras, a qual tem pôr fim a prática da beneficência.*
> *Art. 2º- A grande Associação tem sua sede em Porto Alegre e ramifica-se por todo o Estado, criando clubes locais.*
> *Art. 3- Na capital, só haverá um clube com a denominação de Central, e em cada cidade, vila ou distrito também um só que tomará a designação do respectivo lugar.*
> *Art. 4º- Cada clube reger-se-á por estatutos particulares dependentes de aprovação da assembléia das sócias fundadoras. (...)*[756].

No Congresso dos Veneráveis, realizado em 1902, a preocupação com as mulheres foi novamente reforçada, sendo reservada à questão uma parte nas orientações finais do encontro. A caridade e o combate ao jesuitismo, via ação feminina, ganharam destaque na resolução de número 9:

> *A maçonaria deve empenhar esforços em prol da Grande Associação Beneficente de Senhoras, por que essa agremiação, além de exercer a caridade, é poderoso elemento de combate contra o jesuitismo.*

---

[754] O clube chegou a ter sessenta sócias, tendo, inclusive, sido aberto para mulheres sem vínculo com a maçonaria; funcionou até 1914. DIENSTBACH, Carlos. Op. cit. v. 4. p. 655.
[755] As associações localizadas foram: em Bagé, a Associação Beneficente de Senhoras (1899), que chegou a ter 500 sócios no seu quadro; em Cruz Alta, a Associação Beneficente de Senhoras (1900); em Passo Fundo, a Sociedade Obreiras da Fraternidade (1901).
[756] Estatutos Gerais da Grande Associação Beneficentes de Senhoras. *Boletim do Grande Oriente do Rio Grande do Sul*. 1900, ano 11, n. 3. p. 237.

> *Para isso, todos os maçons devem animar e auxiliar a criação e desenvolvimento de novos clubes locais*[757].

O significado do ingresso mais efetivo e orgânico das mulheres nos corpos maçônicos, geralmente esposas de maçons, as conhecidas *cunhadas*, além do exercício com grande afinco da beneficência externa, foi além disso. A manutenção de posicionamentos abertamente anticlericais exigia dos poderes maçônicos constituídos uma ampliação no leque de influências sociais. Assim, atraindo as mulheres para o interior das oficinas, um espaço até então exclusivamente masculino, elas abandonariam os espaços de militância católica. As mulheres foram *utilizadas,* então, como um instrumento para obstaculizar a influência católica e jesuítica.

Nessa perspectiva, ocorreu uma tendência de cooptação das mulheres a partir de outras iniciativas. A circular nº. 186, de 8 de agosto de 1911, decidiu homenagear as mulheres que prestavam "valioso e brilhante" serviço à propaganda maçônica, concedendo-lhes o título de *Beneméritas.* Com isso, teriam as seguintes prerrogativas: ingresso livre nas festividades e sessões brancas das lojas com lugar de distinção no *oriente*, à direita do *venerável,* faculdade de se dirigirem diretamente aos *altos poderes* da ordem e aos *veneráveis* das lojas, etc.[758].

Do ponto de vista do relacionamento entre maçonaria e Igreja Católica, a beneficência foi um fator de disputa que, no século XIX, conferiu maior prestígio aos pedreiros-livres. A fragilidade do catolicismo impedia ou dificultava uma maior atuação católica junto aos setores pobres e miseráveis da sociedade gaúcha. Enquanto isso, a filantropia maçônica, tanto interna como externa, fortalecia-se, pois angariava simpatias externas e arregimentava um maior número de filiados interessados na proteção maçônica. As ações filantrópicas, assim, ampliavam os espaços de sociabilidade maçônica e também

---

[757] *Boletim do Grande Oriente do Rio Grande do Sul*. 1902, ano 11, n. 2. p. 89.

[758] *Mensagem apresentada a Ass∴ Ger∴ Leg∴ do Gr∴ Or∴ do Rio Grande do Sul em 21 de março de 1912 pelo Gr∴ Mest∴ Des∴ James de Oliveira Franco e Souza*. Porto Alegre: Livraria do Commércio, 1912. p. 56-57.

a sua influência cultural e política. Por fim, as mulheres adentraram nos templos maçônicos, reforçando esse espaço de sociabilidade tipicamente elitista e masculino.

4. A MAÇONARIA E A DEFESA DO ENSINO LAICO: AS ESCOLAS MAÇÔNICAS

Ao lado da atuação na imprensa, nos meios culturais e na beneficência, o campo educacional foi uma das preocupações da maçonaria e que se tornou um instrumento da sua luta anticlerical. Durante a segunda metade do século XIX, a questão da educação e do ensino foi amplamente discutida pelos *filhos da luz*[759] brasileiros e gaúchos. Frente aos problemas relativos à fragilidade do modelo educacional e ao pequeno alcance do ensino pela maioria da sociedade, a maçonaria procurou projetar soluções práticas, buscando reverter e transformar essa realidade. Objetivava, com isso, uma identificação do modelo educacional com o "espírito das luzes, libertadora da consciência dos homens e fiéis escudeiras no combate às trevas representadas pelo fanatismo da Igreja Católica"[760].

O descaso do governo e dos políticos no século XIX, principalmente durante o período imperial, deixou o ensino primário, secundário e profissional num abandono quase completo, quadro que iria ser alterado lentamente no período republicano. Maria José Werebe, sintetizando o quadro educacional do Império brasileiro, afirma:

> *Podemos dizer que a República veio encontrar o país, no terreno educacional, com uma rede escolar primária bastante precária, com um corpo docente predominantemente leigo e incapaz; uma escola secundária freqüentada exclusivamente pelos filhos das classes economicamente favorecidas, mantida*

[759] Expressão de uso maçônico que significa *maçons*. Conforme CASTELLANI, José. *Dicionário de termos* maçônicos. Op. cit. p. 79, a explicação para o uso dessa designação está ligada ao fato de a maçonaria ser uma ordem iniciática, que, no simbolismo da caminhada desde as trevas do Ocidente até a luz do Oriente, mostra a busca incessante da iluminação mental, intelectual e espiritual dos seus membros.
[760] BARATA, Alexandre Mansur. *Luzes e Sombras*... Op. cit. p. 165.

> *principalmente por particulares, ministrando um ensino literário, completamente desvinculado das necessidades da nação; um ensino superior desvirtuado nos seus objetivos, e ainda - esta seja a pior das heranças recebidas - com o desvirtuamento do espírito da educação, em todos os graus do ensino*[761].

Aos aspectos negativos da realidade educacional brasileira do período, outro era acrescentado pelos maçons: a crescente influência da Igreja Católica no âmbito da educação, principalmente a partir da década de 1870, com o retorno dos jesuítas ao Brasil. A maçonaria brasileira estava imbuída do espírito anticlerical, revelado fundamentalmente nos acontecimentos desencadeados pela questão religiosa a partir de 1872. Saldanha Marinho, líder maçônico de maior expressão nas décadas de 1870 e 1880, dedicou uma parte dos seus ataques ao catolicismo ultramontano nessa temática. Na sua avaliação, a Igreja Católica pretendia se assenhorear do ensino público e, conseqüentemente, dominar o povo; criticou, ainda, de forma veemente o ministro do Império, José Bento, por não impedir a penetração e crescente influência dos católicos no ensino público. Nas suas palavras:

> *Só admite proteção aos seus ultramontanos, e para isso quer afugentar das escolas públicas os hereges, os condenados, os réprobos, segundo a qualificação da cúria romana; porque s. ex., prefere estar de acordo com a Santa Sé, a curar com zelo dos legítimos interesses do pais!*[762].

Novamente, no Brasil, assim como nos países em que a tônica da ação maçônica foi o anticlericalismo, as atividades da maçonaria se dirigiam ao

---

[761] WEREBE, Maria José Garcia. A educação. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. (Org.). *História geral da civilização brasileira.* São Paulo: Difel, 1985. v. 6, p. 382.

[762] MARINHO, Saldanha. *A Igreja e o Estado. A Acácia - folha maçônica*. 1876, ano 1, n. 50. p. 1. A origem dessa crítica foi a aprovação, por parte do ministro, do regulamento de 3-11-1876, criando duas escolas normais no município do Rio de Janeiro. No artigo 16 do regulamento, aparece a seguinte disposição: os diretores e professores das escolas normais são nomeados, aqueles livremente e esses precedendo concurso por decreto imperial, exceto o professor de moral e religiosa, que será sempre sacerdote, nomeado independentemente de concurso e amovível por portaria do ministério do Império, precedendo audiência do diocesano.

combate ao ultramontanismo nos espaços sociais onde ele se manifestava com maior intensidade. Portanto, o espaço e o debate educacional e do ensino foram os instrumentos maçônicos de propaganda preferencial na luta anticlerical. Em termos nacionais, foi também a partir do decênio de 1870 que se observaram as primeiras iniciativas mais concretas nesse campo, as quais desembocariam, na virada do século, na política maçônica de criação de escolas próprias.

Segundo Alexandre Barata, já em 1872 foi fundada no Rio de Janeiro uma loja maçônica com o nome de Vesper, cuja finalidade era difundir a instrução nas classes populares[763]. Em 1876, o tema também foi exposto na imprensa maçônica, quando se afirmava que já era tempo de existirem colégios maçônicos, sendo "inexplicável que ainda não exista"[764]. Mesmo assim, as iniciativas de criação de escolas maçônicas não se efetivaram antes do final daquele século, quando foram fundadas algumas que acabaram por não sobreviver por muito tempo.

De qualquer forma, a propaganda maçônica não se restringiu a esse ponto. No Rio Grande do Sul, as ações maçônicas também abarcaram outras propostas e iniciativas, que visavam à ocupação de espaços e influências no campo educacional. Observamos, no caso gaúcho, que as primeiras interferências na solução de problemas e na defesa do ensino laico se dariam pela presença de líderes maçons no âmbito da política parlamentar, bem como em cargos burocráticos ligados à instrução pública[765].

Na década de 1860, percebe-se essa atuação maçônica junto à Assembléia Provincial, quando a questão da obrigatoriedade do ensino religioso era bastante polêmica. Em 1867, a Comissão de Instrução Pública da Assembléia, composta de três membros, Francisco de Paula Soares, Florêncio de

---

[763] BARATA, Alexandre Mansur. *Luzes e Sombras*... Op. cit. p. 166.
[764] Colégio maçônico. *Boletim do Grande Oriente do Brasil*. 1876, ano 5, n. 10. p. 382.
[765] Foi o caso dos seguintes maçons que foram diretores da Instrução Pública rio-grandense na fase imperial: João Capistrano de Miranda e Castro (de 11 de agosto de 1846 a 10 de abril de 1847); Luís da Silva Flores (de 1º de junho de 1857 a 16 de dezembro de 1857 e de 5 de novembro de 1858 a 19 ou 20 de janeiro de 1859); Francisco de Paula Soares (de 26 de junho a 23 de setembro de 1886). Foram directores-gerais: Antônio Pereira Prestes (de 13 de dezembro de 1876, permanecendo no cargo por apenas quatro dias); Epaminondas Brazileiro Ferreira (de 8 de novembro de 1879 a março de 1880); Jayme de Almeida Couto (de 2 de abril de 1880 a 14 de abril de 1880 e novembro de 1885); Fernando Abbott (de 15 de abril de 1880 a outubro de 1880); José Theodoro de Souza Lobo (abril de 1883). Conforme SCHNEIDER, Regina Portela. Op. cit. p. 459-462.

Abreu e Francisco Nunes Miranda (sendo os dois primeiros confirmados como maçons), apresentou um projeto, aprovado posteriormente pela Assembléia, que se fundamentava na "independência entre a Instrução Pública e a Igreja Católica e seu clero, era tolerante em matéria religiosa e dava inteira liberdade ao ensino público"[766].

Essa postura de defesa da liberdade religiosa em termos dos currículos educacionais surtiu um efeito imediato entre os opositores católicos, defensores da obrigatoriedade do ensino religioso católico nas escolas públicas e particulares. Luís da Silva Flores, inspetor-geral da Instrução Pública por 11 anos consecutivos, de 1857 a 1868, e defensor da liberdade religiosa, foi exonerado do cargo em 1868. Em seu lugar, foi nomeado José Bernardino da Cunha Bittencourt, que iria manter o ensino religioso como indispensável à formação dos indivíduos. As alegações para a exoneração de Flores foram:

> *de fazer reinar a dissídia entre os professores, mostrando-se alguns deles tão dedicados à aquisição de votos para seu Inspetor como avessos ao cumprimento dos deveres do magistério, em épocas eleitorais. Era ainda acusado de ser o líder político que pregava a anarquia, de ser contra a monarquia, considerando-a uma planta exótica na América. O dr. Luís da Silva Flores respondeu às acusações pela imprensa, desafiando o presidente a apontar as causas da demissão e prová-las. Dizia ele que o presidente deveria falar a verdade: 'Demiti o Inspetor Geral da Instrução Pública para encartar no emprego o dr. José Bernardino da Cunha Bittencourt, católico e clerical'* [767].

A polêmica se estendeu por todo o período imperial e simultaneamente a outras aspectos que envolviam a questão do relacionamento Estado/Igreja no Brasil. As concepções maçônicas em torno da defesa do ensino laico baseavam-se nos principais pilares do ideário liberal e cientificista em voga, por isso, quando se tratava de educação e ensino, as expressões mais utilizadas pelos maçons eram racionalismo, ciência e progresso; de forma genérica,

[766]Idem, p. 233.

acreditavam que a educação se constituía num meio para viabilizar a emancipação do homem e o progresso geral do país.

A maçonaria, como vimos anteriormente, usou o espaço parlamentar sempre que o assunto envolvesse a educação, voltando-se também para as diversas formas de ampliação de sua influência nesse campo, das quais a iniciação de professores na ordem foi uma das estratégias. Nesse ponto, merece ser destacado que um dos problemas mais graves do ensino no Rio Grande do Sul, verificado desde as primeiras décadas do século XIX, era a falta de professores capacitados e habilitados para o exercício do magistério. Os baixos salários, o desconhecimento sobre métodos de ensino, a pouca disponibilidade de meios culturais, como bibliotecas, não incentivavam a opção pela profissão. Enfim, há muito se verificava a necessidade de ser criada uma escola de formação de professores, o que somente foi concretizado em 1869, com a criação da Escola Normal em Porto Alegre[768].

Diversos segmentos da sociedade gaúcha identificavam os professores como fundamentais para a transformação do quadro cultural e intelectual do Rio Grande do Sul, e a maçonaria a isso acrescentava ingredientes particulares no seu interesse por esses profissionais. No decênio de 1870, surgiram as primeiras propostas de lojas maçônicas que visavam a iniciação de professores na maçonaria. A maior parte desses profissionais não podiam fazer parte da ordem já que, na sua maioria, não dispunham dos recursos financeiros suficientes para pagar as despesas exigidas de filiação; apenas aqueles profissionais liberais ou homens de alguma fortuna que também exerciam a função de professores eram o alvo principal da maçonaria, pois, por questão de origem social, eram sempre bem-vindos os cultos e letrados.

O ingresso de professores na maçonaria, especialmente os que atuavam na instrução pública, passou a ser visto como um dos meios mais eficientes para que a ordem buscasse ter acesso e influenciar na formação laica

---

[767] Idem, ibid., p. 233.

[768] Sobre a história da educação no Rio Grande do Sul no período imperial, ver principalmente: DILL, Aidê Campello. O ensino no Rio Grande do Sul. In: BELLOMO, Harry Rodrigues (org.). *Rio Grande do Sul: aspectos da cultura*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1994. p. 107-130; GIOLO, Jaime. *Lança & Grafite: a instrução no RS da primeira escola ao final do Império*. Passo Fundo: Gráfica e Editora da UPF, 1994; SCHNEIDER, Regina Portella. Op. cit.

dos setores populares. A primeira iniciativa importante nesse sentido foi localizada em Porto Alegre, onde a loja Zur Eintracht aprovou uma resolução, na sessão de 14 de junho de 1876, que previa:

> *Art. 1º. Aqueles professores que pela sua vida e costumes são dignos de pertencerem à ordem dos Franco-maçons e são propostos nesta Loja com as formalidades do rito, podem ser aceitos e iniciados, independente do pagamento de jóia e mensalidades. Art. 2º. Tais professores devem ser propostos na forma de costume por um irmão, que sirva de fiador e a Loja, além das sindicâncias de costume, nomeará uma comissão especial que relatará em sessão sobre a vida e os costumes e as habilitações profissionais do indivíduo, depois de especial sindicância. Art. 3º. Esta disposição não se estende aos professores que notoriamente têm os meios necessários para realizarem as contribuições pecuniárias, sem grande ônus para si ou para sua família*[769].

As qualidades individuais exigidas para a iniciação de um *profano* na maçonaria seriam as mesmas daquelas impostas aos professores que não tinham os recursos materiais indispensáveis à vida maçônica. O seu caráter elitista, então, esteve condicionado às próprias necessidades de penetração social da maçonaria em determinadas circunstâncias. Mesmo que não tenhamos localizado outras iniciativas nesse sentido, a constatação de que houve um crescente número de professores sendo iniciados em oficinas confirma essa diretriz maçônica, pois "é inegável a conveniência que há em chamar-se ao grêmio da nossa Subl∴ Ord∴ o maior número possível de instrutores da mocidade"[770].

A importância conferida aos professores e a própria instrumentalização da profissão como meio de expansão, propaganda e formação de uma sociedade laicizada se mantiveram nas décadas posteriores, ainda que as formas de atração ou cooptação de professores sofressem variações. Em sessão do Grande Oriente do Rio Grande do Sul de 22 de setembro de 1899, foi aprovado que "anualmente se dará uma gratificação especial ao professor,

[769] Uma resolução importante. *A Acácia - folha maçônica*. 1876, ano 1, n. 24. p. 3.

público ou particular, que provar subordinar o seu método de ensino às teorias de liberdade de consciência e livre exame"[771].

Assim, atuar no parlamento, *iniciar* professores e criar uma rede de escolas maçônicas foram as estratégias desenvolvidas no Rio Grande do Sul. Entre as primeiras iniciativas maçônicas na criação de escolas, está a que se efetivou na cidade de São Leopoldo, e não por acaso exatamente na cidade considerada o centro pioneiro na atuação dos padres da Companhia de Jesus. A loja Estrela do Oriente III apresentou, em 13 de dezembro de 1876, uma proposta à Grande Loja Provincial de São Pedro do Rio Grande do Sul para a fundação de uma instituição de ensino direcionada para cursos primários e secundários a fim de propiciar a instrução à mocidade de ambos os sexos.

A iniciativa objetivava se opor às escolas dos jesuítas, oferecendo uma alternativa educacional aos filhos de maçons e aos setores populares, proposta que foi recebida pela Grande Loja com preocupação, visto que a avaliação que se fazia era de que seria muito difícil implementar um projeto desse porte. Apesar dessas dúvidas, foi autorizado o funcionamento daquilo que se denominou Sociedade Propagadora da Educação Popular[772]: "com a criação deste Instituto, a loja maçônica quis fazer frente ao *colégio dos padres*, o que conseguiu por cerca de duas dezenas de anos"[773]. A clientela preferencial do instituto eram os pobres, que, segundo o artigo 32 do seu estatuto, receberiam gratuitamente livros e demais utensílios para os estudos[774].

Depois de mais de duas décadas de existência, essa instituição de ensino fechou suas portas exatamente no momento em que, de fato, as iniciativas maçônicas de criação de escolas próprias obtiveram seus melhores resultados. Entre as causas da extinção da Sociedade Propagadora da Educação Popular, estariam as seguintes: a conclusão da estrada de ferro Porto Alegre-São Leopoldo

---

[770] Idem, p. 3.
[771] *Boletim do Grande Oriente do Rio Grande do Sul*. 1899, ano 8, n. 6. p. 10.
[772]Conforme DIENSTBACH, Carlos. Op. cit. v. 4. p. 654-655, os estatutos foram elaborados e aprovados pelo governo da província através do decreto nº 21, de 25 de junho de 1879, com o nome de Sociedade Beneficente Propagadora de Instrução Popular. A escola funcionava ainda em 1883, quando tinha quatro professores, 18 alunos internos e 95 externos. Após essa data, não foram localizadas notícias sobre seu funcionamento.
[773]DÖRNTE, Roberto J. *A maçonaria em São Leopoldo.* Op. cit. p. 144.
[774] Idem, p. 143.

e a conseqüente transferência dos engenheiros responsáveis pela obra para outras cidades - esses membros da loja, nas horas vagas, se dedicavam ao magistério no colégio; o falecimento de alguns professores e a mudança de residência de outros e, finalmente, a dificuldade em se conseguir mestres à altura do estabelecimento de ensino[775].

Anteriormente ao período em que prosperaram as propostas e iniciativas de criação de escolas maçônicas, isso no final do século XIX e primeiros anos do século XX, os maçons encontravam outras opções escolares. Na ausência de escolas próprias, a maçonaria, por meio dos seus órgãos de imprensa, orientava os seus filiados para que matriculassem os filhos em determinadas escolas particulares, cujos proprietários, via de regra, eram homens identificados com o anticlericalismo e com as idéias liberais. A garantia de uma linha de ensino cientificista e laica era condição de aprovação maçônica. Entre as escolas preferidas dos maçons, o Instituto Brasileiro, de propriedade de Apolinário Porto Alegre, destacou-se[776].

> *Ultimamente tem sido retirados quase todos os alunos de Porto Alegre que freqüentavam o colégio dos padres em São Leopoldo. Ainda bem. É que os pais afinal compreenderam, que ali se trabalha 'para inglês ver'. Os meninos são industriados para brilharem nos exames, mas tudo é aparência e quanto à educação doméstica é a mais deplorável possível. Ali cria-se hipócritas e nada mais. Fizeram bem os pais que retiraram os seus filhos e mormente aqueles que os confiaram à ilustrada e esclarecida educação do 'Instituto Brasileiro', que diariamente ganha mais créditos*[777].

O contexto em que se expandiram as iniciativas de criação de escolas maçônicas foi justamente a partir da proclamação e consolidação do Brasil

---

[775] Idem, p. 144.
[776] O Instituto Brasileiro funcionava com regime de internato para meninos e situava-se no Caminho do Meio, à altura das atuais ruas Giordano Bruno e Francisco Ferrer; funcionou de 1875 a 1891. FRANCO, Sérgio da Costa. *Porto Alegre: guia histórico.* Op. cit. p. 332.
[777] *A Acácia - folha maçônica.* 1876, ano 1, n. 31. p. 3.

republicano[778]. As transformações significativas, principalmente com a separação Estado/Igreja, confirmaram a vitória dos liberais e defensores da secularização da sociedade. No que concerne à educação e ao ensino, ocorreu a confirmação da sua secularização, cuja vitória parecia vir por meio da eliminação do ensino religioso nos currículos escolares. Frente à situação, a Igreja Católica se posicionou contrariamente à medida; contudo, apesar das pressões, não conseguiu revertê-la antes de 1931. Frederico Laufer descreve um bom exemplo do que ocorria no período:

> *Aconteceu, p. e., o caso de uma professora municipal de Uruguaiana levar umas crianças para a igreja, a fim de lhes ensinar ali religião, fora do horário escolar. O Intendente achou que tal atividade não era lícita a uma funcionária e lhe proibiu esse ensino religioso. O Bispo Dom Hermeto enviou a 2-X-1913 um ofício ao Intendente, defendendo o ato da professora como lícito em virtude da liberdade individual e de consciência, que a Constituição garante também aos funcionários, quando fora do expediente do serviço*[779].

Essa nova situação, no entanto, não impediu a ação da Igreja no campo educacional, ao contrário, até a incentivou visto que a liberdade religiosa serviu para o fortalecimento das escolas católicas, principalmente as dedicadas ao ensino secundário. A chegada das ordens e congregações religiosas européias, com experiência e recursos para a infra-estrutura inicial, contribuiu decisivamente para o crescimento quantitativo e qualitativo das escolas católicas no Rio Grande do Sul[780]. Segundo Astor Antônio Diehl, "tal fato mostra que o

---

[778] As proposições maçônicas em relação à necessidade de criação de escolas próprias se estendeu do final do século XIX às primeiras décadas do século XX. Ainda em 1922, o Grande Oriente do Brasil, através do decreto nº. 513, reafirmava essa necessidade. No artigo 2º, aparece: "Em todos os Orientes onde não houver escolas gratuitas mantidas pelo governo do pais, ou por associação leiga de qualquer natureza, as Lojas e os maçons aí residentes, são obrigados a suprir essa falta, e a essa missão de preferência dedicar todos os sacrifícios de que forem suscetíveis, coletiva e pessoalmente". No mesmo ano desse decreto, existiam no Brasil 128 escolas em funcionamento. ALBUQUERQUE, Arci Tenório de. *O que é maçonaria*. Rio de Janeiro: Aurora, s/d. p. 180-181.

[779] LAUFER, Frederico. A Igreja Católica de 1912 a 1957. In: Op. cit. p. 61.

[780] Ver a relação das escolas católicas fundadas nesse período em: DE BONI, Luís Alberto. O catolicismo da imigração: do triunfo à crise. In: DACANAL, José H. e GONZAGA, Sérgius (orgs). *RS*: *Imigração & Colonização.* Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980. p. 246-248.

positivismo rio-grandense impregnara apenas a organização do Estado e as relações de poder na sociedade civil, deixando espaço para a atuação da Igreja no setor educacional[781].

Frente a esse avanço católico no campo educacional, a maçonaria se mobilizou para lhe fazer oposição, o que nos faz entender as conclusões e orientações saídas do Congresso dos Veneráveis de 1902. Sobre a questão do ensino, orientou os pedreiros-livres gaúchos para que não matriculassem seus filhos nos colégios de jesuítas e que "a maçonaria deve intervir a fim de que a instrução primária seja inteiramente leiga, como determina a Constituição do Estado, auxiliando para isso os poderes públicos na fiscalização das aulas"[782].

As escolas maçônicas, a partir do final do século XIX, caracterizaram-se por priorizar o ensino noturno e dirigido às classes trabalhadoras ou populares. Naquele contexto, a perspectiva filantrópica da maçonaria dirigiu tais iniciativas no sentido da ampliação de sua influência nesses segmentos da sociedade. Outra característica foi a curta duração da maioria dessas iniciativas, já que as escolas, de forma geral, funcionaram em média apenas dois ou três anos. No Rio Grande do Sul, observamos também que a maior parte das escolas criadas o foram até o decênio de 1910[783], tanto que, no ano de 1922, Barata conseguiu localizar somente três escolas maçônicas em funcionamento no estado[784].

---

[781] DIEHL, Astor Antônio. *Círculos operários no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Edipucrs, 1990. p. 24.
[782] Congresso dos Veneráveis. *Boletim do Grande Oriente do Rio Grande do Sul*. Op. cit. p. 88.
[783] Foram localizadas as seguintes informações sobre a existência de escolas maçônicas: em Alegrete, a loja Luz e Verdade instalou uma escola pública noturna dirigida por Cassiano de Assis Pacheco (1900) e, em 1913, funcionava a Escola Saldanha Marinho da mesma loja; em Cruz Alta, em 1914, foi fundada uma escola noturna de instrução primária, que funcionava no templo, denominada Escola Dr. Cândido Machado, pertencente à loja Harmonia Cruzaltense; na mesma cidade, em 1925, surgiu uma nova escola maçônica com a denominação de Aula Noturna Clemente Pinto; na cidade de D. Pedrito, a primeira notícia é de 22 de abril de 1900, quando foi criada uma Escola de Primeiras Letras e que se transformou em 1908 no Ateneu Maçônico Pedritense, um curso primário e secundário mantido pela loja Cruzeiro do Sul III; em Passo Fundo, a loja Concórdia do Sul criou uma escola noturna chamada Guilherme Dias, inaugurada em 1903; na cidade de Pelotas, em 1896, foi aprovada a instalação de um curso noturno gratuito, que funcionaria na loja Rio Branco; também em Pelotas, em 1902, foi criado o Ginásio Pelotense; em Pinheiro Machado (ex-Cacimbinhas), em 1919, foi instalado o Colégio Luz e Ordem, pertencente à loja maçônica de mesmo nome e que funcionou até 1920; em Porto Alegre, o Colégio Gangnelli, no final do século XIX; ainda em Porto Alegre, a aula noturna Instrução e Trabalho que, no ano de 1899, contava com 67 alunos matriculados e, em 1915, fechou a Escola Moderna dos Navegantes, a Escola Moderna funcionou de 1916 até pelo menos 1921), em 1916 funcionava o Colégio São João; na cidade de Santa Vitória do Palmar, foi instalada a Escola Acácia Vitoriense em 1907; em Santiago, em 1901, iniciaram as aulas noturnas dirigida a filhos de maçons na loja Estrela Santiaguense, ainda em Santiago, em 1920, fundada nova escola que recebeu o nome de James Franco; já em São Gabriel houve várias iniciativas, entre elas destacamos: a primeira, em 1907, através do Curso Noturno Rocha Negra, em 1918, com a Escola Noturna Rocha Negra e, em 1927, havia uma escola em funcionamento com o nome

Cumprindo, então, as orientações e diretrizes do período, ficava sempre explícito o objetivo a ser atingido com a criação de determinada escola:

> *A Aug.·. Loj.·. Luz e Ordem II, ao oriente de Cacimbinhas, bem compreendendo a necessidade de instrução, ministrada sob o ponto de vista superior e independente de qualquer orientação religiosa, fundou naquele Or.·. uma Escola, que tomou o seu nome e que, com apoio de todos os espíritos bons e cultos, vai correspondendo, vantajosamente, aos fins a que se destina*[785].

A escola mencionada, instalada em Cacimbinhas (atual Pinheiro Machado), foi fundada em 1920, tendo funcionado regularmente até no mínimo 1926, ano em que localizamos informações sobre a realização dos exames de final de ano. A maçonaria da cidade de São Gabriel também reuniu esforços para criar uma escola própria, de forma que, em 2 de setembro de 1907, a loja Rocha Negra conseguiu inaugurar o curso noturno Rocha Negra*,* "para filhos de Irmãos ou adultos desvalidos"[786]. A escola conseguiu matricular, no seu primeiro ano de funcionamento, apenas vinte alunos, um número bastante pequeno. Em 1918, houve uma nova tentativa de estabelecimento de uma escola maçônica, a Escola Noturna Rocha Negra, que contava com 25 alunos matriculados e que perdurou até 1922, quando foi fechada provisoriamente.

Em Porto Alegre, apesar das diversas iniciativas, a mais importante parece ter sido a Escola Moderna, fundada em 1916 por um grupo de livres-pensadores e inspirada nos moldes e no método da Escola Moderna de Barcelona, cujo fundador foi o anarquista, professor e maçom Francisco Ferrer[787]. Localizamos algumas notícias sobre o seu funcionamento:

---

de José do Bonifácio; em 1921; em Soledade fundava-se a escola para o sexo masculino através da loja Liberdade e Progresso.

[784] Conforme BARATA, Alexandre Mansur. *Luzes e Sombras*... Op. cit. p. 168, no ano de 1922, havia no Rio Grande do Sul três escolas maçônicas em funcionamento com 53 alunos. Esses números demonstram o enfraquecimento dessas iniciativas a partir da década de 1920.

[785] DIENSTBACH, Carlos. Op. cit. v. 3. p. 432-433.

[786] FAGUNDES, Morivalde Calvet. *Rocha Negra: a legendária*. Op. cit. p. 45.

[787] Francisco Ferrer Guardia nasceu em Barcelona em 10 de janeiro de 1850 e morreu por fuzilamento em 1909; ingressou na maçonaria em 1883, foi professor e líder anarquista. Durante a primeira república espanhola (1873-1874), participou de experiências de educação popular. Por motivos políticos, era um republicano convicto, ficou exilado em Paris de 1886 a 1901; retornou à Espanha em 1901, quando atuou

> *Como noticiamos no nosso número passado, neste instituto de educação e ensino racionalista, há oito meses fundado nesta capital, à Rua Ramiro Barcelos nº. 197, realizaram-se, a 24 de dezembro último, os exames nos diferentes cursos ali mantidos. Os alunos de ambos os sexos, que freqüentam as aulas elementares, demonstram aproveitamento bastante apreciável, dado o curto lapso de tempo da fundação da Escola (...)*[788].

A bibliografia maçônica indica, entre as causas do fracasso da maioria dessas iniciativas, as dificuldades financeiras e o reduzido número de alunos. Esse foi o caso da maçonaria de São Gabriel, que tentou reabrir a referida escola em 1923, tendo que fechá-la novamente em 1924 por falta de recursos; contudo, em 1927, funcionava na mesma cidade uma outra escola, a José Bonifácio, com 37 alunos[789]. A efêmera duração, e até mesmo repercussão das escolas maçônicas junto à sociedade gaúcha, esteve ligada, sem dúvida, às condições financeiras para a sua manutenção, porém outras razões também explicam esse fenômeno.

Referimo-no, a respeito, à pouca atração que as escolas maçônicas exerceram sobretudo no ensino particular. Nesse contexto, o fortalecimento do catolicismo no estado reforçou certamente os mitos negativos em torno da maçonaria e de seus obscuros objetivos, afastando uma clientela que antes estava aberta ao discurso laicizante. Em termos das escolas maçônicas, a principal exceção parece ter sido o Ginásio Pelotense, da cidade de Pelotas, menina dos olhos da maçonaria gaúcha. O Ginásio Pelotense surgiu em 1902 por iniciativa de três lojas maçônicas de Pelotas, a Rio Branco, a Antunes Ribas e a Lealdade, as quais fundaram, primeiramente, sociedades beneficentes *profanas,* objetivando a fundação legal e jurídica do futuro ginásio. Sobre a fundação dessa escola, noticiou-se o seguinte:

---

politicamente junto aos anarquistas. Fundou em Barcelona uma escola racionalista, a Escola Moderna, em agosto de 1901. "En 1903 fue inspirador de la delegación que asistió al II Congreso (Madrid) patrocinador de la enseñanza laica. Enseguida en toda la Península diversos núcleos ideológicos - desde laicistas a libertarios - fundan escuelas según las pautas de la Moderna". In: ROSELL, Avenir. El Fusilamiento de Francisco Ferrer y sus repercuciones en el Uruguay. *Hoy es Historia*. Op cit.

[788] *O Delta: revista mensal consagrada à Ordem Maçônica.* 1917, ano 1, n. 8. p. 123.

[789] Idem. p. 46. O autor relaciona também outras escolas em períodos posteriores ao estudado.

> *Se não bastasse tantos outros serviços prestados em prol do desenvolvimento do Rio Grande do Sul, pelo Gr.·. Or.·. do Estado, para colocá-la em plana honrosa no grande concerto das Potências Maçônicas do Universo, aí está o de ter amparado a fundação do Ginásio Pelotense, instituto de ensino leigo, no momento mesmo em que o ensino religioso tudo avassala*[790].

O ginásio ministrou, inicialmente, o ensino elementar, médio e secundário, aceitando alunos em regime de internato e externato; em 1916, já funcionava também como instituto de ensino superior. Mantinha, então, uma faculdade de odontologia e farmácia, "que dispõe de um corpo docente dos mais competentes e de excelentes laboratórios, salas de química, etc"[791]. O ginásio esteve sob a administração das lojas maçônicas locais até 11 de julho de 1917, quando, por meio de um acordo entre o Grande Oriente do Rio Grande do Sul e o intendente municipal, foram entregues os seus bens, direção e administração ao município.

Com essa decisão, o Ginásio Pelotense foi equiparado ao Colégio D. Pedro II do Rio de Janeiro[792], tendo ficado estabelecido no acordo que a municipalidade garantiria a continuidade do ensino leigo do educandário, condição que possibilitou a concretização do acordo. Além disso, apesar de não aparecer explicitamente, a maçonaria pelotense continuou mantendo o poder sobre a direção da escola, do que é exemplo seu diretor, em 1922, Manoel Luís Osório, de uma tradicional família ligada à maçonaria[793]".

Para concluir, devemos considerar que, de 1870 a 1890, a preocupação central da maçonaria gaúcha estava centrada na formação educacional e intelectual da elite e dos próprios filhos de maçons. Integrantes

---

[790] Gynasio Pelotense. *Mensagem apresentada pelo Sob.·.Gr.·. Mest.·. Desembargador James de Oliveira Franco e Souza, 33º a Ass.·. Ger.·. Leg.·. em 21 de março de 1909*. Porto Alegre: Livraria do Comércio, 1909. p. 61.
[791] *O Delta: revista mensal consagrada à Ordem Maçônica*. 1916, ano 1, n. 3. p. 6.
[792] O Colégio D. Pedro II foi fundado em 1837, tendo sido sempre considerado o ginásio modelo de humanidades e, por muito tempo, o único estabelecimento de ensino secundário oficial do país. WEREBE, Maria José Garcia. A educação. Op. cit. p. 372.
[793] OSÓRIO, Fernando. *A cidade de Pelotas* ... Op. cit. p. 183.

desse grupo social, eles pretendiam estar em consonância com o pensamento e o ideário cultural daquele tempo. Mesmo que, nessas décadas, as escolas formadoras da elite no Rio Grande do Sul (ensino primário e secundário) não fossem de iniciativa maçônica, elas estavam enquadradas no espírito racionalista, cientificista e laico. Assim, os maçons se formaram intelectualmente nos mesmos espaços que a maior parte da elite regional.

O anticlericalismo, fortalecido pela própria fragilidade do catolicismo durante essa fase, prosperou e cooptou os principais segmentos da intelectualidade e dos políticos gaúchos; por outro lado, a preocupação maçônica com a instrução popular objetivou a propaganda anticlerical e, mais do que isso, se encaixou no espírito filantrópico da instituição. Na virada do século, houve uma transformação nesse quadro, à medida que maçonaria e Igreja Católica assumiram novas posições em relação ao ensino. Foi nesse momento que a criação de escolas passou a ser uma necessidade fundamental para a primeira.

A Igreja Católica conquistava espaços importantes no campo educacional, criando uma rede de escolas fortes e conquistando como clientela parte importante da elite gaúcha. A maçonaria, por sua vez, para garantir espaços e influência, direcionou-se cada vez mais às iniciativas voltadas para os segmentos populares, criando escolas que priorizavam a instrução popular através de aulas noturnas para trabalhadores e filhos de trabalhadores. Apesar de a maioria das iniciativas maçônicas terem sido frustradas, elas tiveram importância como reveladoras do novo jogo político gaúcho, no qual positivismo e catolicismo não foram contraditórios; ao contrário, tinham até muitos pontos em comum.

O fortalecimento do ensino das escolas particulares católicas foi confirmado a partir de 1899, quando o colégio dos jesuítas de S. Leopoldo se tornou um ginásio e foi habilitado para o fornecimento de atestados de exame de madureza ou preparatório. Esse privilégio confirmou o monopólio oficial do ensino secundário no estado. Quanto à maçonaria, apesar das suas iniciativas, ela não conseguiu impedir nem se igualar a essa situação, fato a que os próprios

dirigentes maçons estiveram atentos, e compreenderam. Germano Hasslocher descreve da seguinte forma as pretensões dos jesuítas:

> *O Reverendo padre Luiz Sarrazin, reitor do colégio dos jesuítas, em São Leopoldo, seguiu a tempos para o Rio, empenhado, segundo dizem, em obter para o estabelecimento que dirige a faculdade de conceder título de habilitação para a matrícula nas academias superiores do Brasil. Quer para seu colégio o direito de validade para os exames de madureza nele prestados (...). O que sei sim, é que seria deveras lamentável que o colégio dos jesuítas viesse a ter presa nas suas mãos a mocidade rio-grandense*[794].

Nesse mesmo comentário, Hasslocher, admitindo o crescimento e a influência dos colégios jesuíticos e católicos no Rio Grande do Sul, alertava para o fato de que os próprios maçons haviam ajudado nesse crescimento:

> *Grande número de maçons mandam seus filhos para tais colégios, enquanto que nas lojas dizem que é necessário bater o jesuitismo. Desculpam-se alegando que faltam estabelecimentos onde se possa internar uma criança, o que é falso, pois não faltam em Porto Alegre, estabelecimentos modelos, como o de Montanha, Conseuil, Fitzgerald e outros*[795].

O que, de fato, estava ocorrendo e foi percebido com maior intensidade no campo da educação e do ensino era o fortalecimento do catolicismo nesse campo. Apesar de aparentemente contraditório, a república castilhista e a Igreja Católica tiveram vários pontos de interseção. Nesse contexto, a maçonaria, apesar de todas as suas iniciativas de propaganda anticlerical e de criação de escolas, não conseguiu se manter. Na opinião de Artur Cesar Isaía, pode-se explicar o crescimento do catolicismo no campo educacional durante a República Velha gaúcha com base nos pontos em comum entre os dois: castilhismo e catolicismo.

---

[794] *Boletim do Grande Oriente do Rio Grande do Sul.* 1899, ano 8, n. 7. p. 56.
[795] Idem. p. 57.

> *Um ponto capital para entender-se o relacionamento castilhismo-catolicismo no Rio Grande do sul diz respeito à política educacional. A constituição castilhista de 1891 colocava a relação da educação com o Estado nos moldes preconizados por Comte. Este acreditava no Caráter 'neutro' do ensino primário e 'ideológico no secundário'. Como Comte pregava a abstenção do Estado frente a qualquer ideologia, a Constituição rio-grandense prescrevia que apenas o ensino primário permanecesse nas mãos do Estado, ficando o secundário entregue à iniciativa particular. Nesse contexto favorável, a Igreja conseguiu montar uma considerável rede de ensino no Rio Grande do Sul, o que lhes habilitava a influir decisivamente na formação das elites, sendo decisivo para o projeto católico*[796].

O período final estudado neste trabalho teve como referencial a alteração no comportamento religioso dos católicos, ou melhor, do catolicismo que passou a se impor ao pensamento anticlerical, predominante no século XIX no Rio Grande do Sul. A maçonaria gaúcha, contudo, manteve-se como uma das porta-vozes do pensamento laico e anticlerical, atuando em diversas áreas, mesmo quando a sua derrota era inevitável, como no caso da crescente e irreversível influência católica no campo do ensino particular e da própria inserção católica em ações filantrópicas mais eficazes e duradouras.

Nesse sentido, a opinião de Helga Piccolo, sobre esse processo, nos serve como referência para futuros estudos mais específicos:

> *A República, no entanto, deu à Igreja Católica no Brasil uma autonomia que ela não tivera no Império. Se para o clero católico, por exemplo os capuchinhos, não só maçons mas positivistas eram inimigos da religião, no Rio Grande do Sul o grupo republicano castilhista abriu espaço para a sua atuação missionária, uma vez que o castilhismo consagrava a liberdade religiosa como uma questão doutrinária, o que significava a não intervenção do estado em assuntos eclesiásticos. De outro lado, ao*

[796] ISAIA, Artur Cesar. Catolicismo, regeneração social e castilhismo na República Velha gaúcha. In: *Estudos ibero-americanos*. 1992, v. XVIII. n. 1. p. 9.

> *'monopolizar a maçonaria local, dominando-a com seus princípios e, posteriormente, tutelando-a', o grupo republicano castilhista enfraqueceu a ação maçônica*[797].

Assim, a disputa entre o pensamento liberal e cientificista, representado no Rio Grande do Sul principalmente pela maçonaria e seu anticlericalismo, e o pensamento católico-conservador foi mais favorável àquela durante a segunda metade do século XIX. Mesmo assim, e apesar da simpatia que a luta anticlerical despertava nos setores intelectualizados, o catolicismo, a princípio frágil, se organizou e se fortaleceu, tanto que, na virada do século, já se constituía numa instituição plenamente inserida na sociedade gaúcha.

[797] PICCOLO, Helga I. L. Alemães e italianos no Rio Grande do Sul... Op. cit. p. 582.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegar a conclusões mais ou menos categóricas sobre um tema ainda em muito nebuloso e polêmico apresenta-se com dificuldades especiais. Em se tratando dos estudos sobre maçonaria no Brasil e no Rio Grande do Sul, as dificuldades são ainda maiores, pois a temática permanece, da perspectiva de estudos acadêmicos, praticamente inédita. Esse ineditismo nos forçou a fazer algumas opções em relação aos aspectos que deveriam ser desenvolvidos neste trabalho, objetivando contribuir também para futuras pesquisas sobre maçonaria. Numa gama muito ampla de possibilidades de investigação, optamos por aspectos que julgamos mais relevantes num primeiro trabalho acadêmico sobre maçonaria gaúcha, ou que tenham sido melhor documentados. Exatamente por essa razão, no transcorrer do trabalho, recorremos permanentemente às fontes bibliográficas e documentais disponíveis e fundamentais para se escrever uma história da maçonaria gaúcha.

A proposta inicial deste trabalho foi a de estudar a maçonaria como um dos grupos da elite intelectual e política responsável pela defesa e difusão do pensamento liberal e cientificista no Rio Grande do Sul, especialmente na segunda metade do século XIX. Mais especificamente, sugerimos a hipótese de que a contribuição da maçonaria na história rio-grandense naquele período se efetivou a partir da matriz político-cultural-religiosa, que envolvia o antagonismo entre pensamento liberal e cientificista e pensamento católico-conservador. Por conta disso, o grupo maçônico defendia a secularização da sociedade brasileira e gaúcha, sendo, via de regra, profundamente anticlerical; combatia, portanto, a Igreja Católica ultramontana e os jesuítas como sua maior expressão. Assim, o trabalho se estruturou de tal forma que, na sua parte final, ficasse explicitada a

relação conflituosa entre as duas instituições, maçonaria e Igreja Católica, no Rio Grande do Sul da segunda metade do século XIX.

O problema que se colocou, tendo em vista a proposta inicial e a hipótese do trabalho, foi o de ser uma temática ainda inédita e controversa tanto na historiografia acadêmica brasileira como na gaúcha. Optamos por estudar a maçonaria com base numa ótica mais ampla e até mesmo panorâmica, apresentando uma síntese historiográfica e histórica da instituição no Brasil e no Rio Grande do Sul. Essa síntese, constante nas duas primeiras partes da tese, foi o resultado de um levantamento bibliográfico e documental que priorizou a construção de uma visão empírica e cronológica da evolução da história da maçonaria no Brasil e no Rio Grande do Sul.

A partir dessa síntese, desenvolvemos dois aspectos que consideramos mais relevantes da presença maçônica no Rio Grande do Sul, abordados nas duas últimas partes, onde, primeiro, enfocamos o grupo de maçons, especialmente seus dirigentes, como componente da elite regional (partindo das informações biográficas do quadro de dirigentes maçons apresentado no Anexo 1); a seguir, nos detivemos de forma mais específica no relacionamento maçonaria e Igreja Católica no Rio Grande do Sul, principalmente na segunda metade do século XIX.

A maçonaria não tem sido escolhida como objeto específico dos estudos dos historiadores brasileiros e gaúchos, o que se deve em muito às dificuldades de definir e conceituar uma instituição cuja história foi sendo construída a partir de polêmicas, antagonismos, mitos e representações. A presença de um imaginário em torno das suas reais intenções ou motivações, onde se misturam tantos ingredientes religiosos, místicos, esotéricos, pouco deve ter estimulado a opção pelo tema. Nesse sentido, tanto a historiografia acadêmica brasileira como a gaúcha apenas mencionam a instituição sem, no entanto, tratá-la com a especificidade que ela merece. Com esse tipo de abordagem, de forma indireta ou secundária, a maçonaria e a atuação de maçons têm sido mencionadas em vários estudos de história política e cultural do Brasil. Identificamos neste trabalho dois blocos principais de historiadores que, com maior ou menor

intensidade, abordaram o tema: os historiadores descomprometidos e os historiadores comprometidos. Ambos, algumas vezes superficialmente, outras com mais consistência, têm indicado possibilidades ou informações indispensáveis a possíveis estudos sobre a maçonaria no Brasil e no Rio Grande do Sul.

As fontes bibliográficas foram e ainda são insuficientes para os estudos mais especializados ou específicos sobre a maçonaria no Brasil e no Rio Grande do Sul. As fontes documentais, principalmente as de origem maçônica disponíveis e ainda muito pouco exploradas, serviram como principal sustentação metodológica para este trabalho. Num universo extraordinário de informações e de posicionamentos, retiramos somente aquelas consideradas mais relevantes para uma caracterização genérica da instituição no estado, direcionadas para a matriz teórica político-cultural-religiosa, envolvendo principalmente maçonaria e Igreja Católica.

Do ponto de vista da presença da maçonaria no Brasil do século XIX, com base em uma periodização de caráter evolutivo-cronológico, foram delineadas quatro fases principais. Nesse ponto, o aspecto que se sobressaiu foi o de que a maçonaria se estruturou no Brasil a partir da influência da vertente maçônica européia conhecida como *latina* - considerada por muitos autores como irregular - cuja principal característica foram os posicionamentos políticos e anticlericais. Assim, desde os seus primórdios, a maçonaria brasileira se alinhou a outros grupos de cunho liberal, chegando, na segunda metade do século XIX, a assumir posições firmemente anticlericais.

Nesse quadro nacional, sobressaiu-se também a tendência permanente de cisões no seio da maçonaria, não se podendo falar de uma *única* maçonaria brasileira. Na origem dessas cisões, estiveram quase sempre as variações e diferenças políticas e ideológicas entre os membros da instituição. Entretanto, o que conferiu homogeneidade ao grupo maçônico, cujos líderes podem ser considerados integrantes da *inteligência* brasileira, foi a defesa de princípios genéricos do liberalismo e do cientificismo típicos do século XIX. A bandeira desses princípios sustentou uma atuação que se dirigiu, sobremaneira, ao ataque

à Igreja Católica, a grande responsável, sob a ótica maçônica, pelo atraso, conservadorismo e obscurantismo cultural brasileiro.

Da perspectiva político-partidária, encontramos maçons nas duas principais siglas partidárias do período imperial, assim como entre os republicanos a partir de 1870. Tais diferenças políticas não atingiram a unidade maçônica no enfrentamento à Igreja Católica, que culminou na famosa questão religiosa iniciada em 1872. A partir desse momento, a maçonaria dirigiu seus esforços no sentido da separação Estado/Igreja, da secularização dos cemitérios, da implantação de um modelo educacional laico, em práticas filantrópicas também laicas, na defesa do registro civil de nascimento e casamento, entre outras.

No período republicano, quando da separação definitiva Estado/Igreja, a maçonaria manteve o mesmo discurso anticlerical, desenvolvendo campanhas e iniciativas que concorriam com as promovidas pelos seus principais inimigos, especialmente os jesuítas. A filantropia e a educação se acentuaram como práticas prioritárias da maçonaria no embate contra o fortalecimento eminente do catolicismo. Nesse sentido, hospitais, orfanatos, asilos e escolas maçônicas se difundiram pelo território brasileiro e gaúcho.

No Rio Grande do Sul, o ritmo de evolução da presença da maçonaria acompanhou em muito a observada nacionalmente, contudo apresentou especificidades quanto ao tempo histórico. A presença maçônica no estado também foi periodicizada em quatro fases: na primeira, destacamos que a maçonaria gaúcha se desenvolveu tardiamente em relação à brasileira, tendo sido iniciada a partir da década de 1830 e coincidindo com a eclosão da Revolução Farroupilha; a segunda, considera-se iniciada com a pacificação e que confirmou a instituição como autônoma; a terceira, a de expansão, delimita o crescimento da influência da maçonaria em termos políticos e culturais e, por último, a fase inaugurada com a fundação, em 1893, do Grande Oriente do Rio Grande do Sul, marco da adesão de um segmento maçônico às teses do federalismo político-administrativo.

Em relação à primeira fase, a que coincide com o decênio farroupilha, entendemos que não existiu uma relação direta entre maçonaria e Revolução Farroupilha. Acreditamos, sim, que as origens do movimento maçônico no Rio Grande do Sul estiveram, de fato, vinculadas à difusão embrionária do pensamento liberal nessa parte do país. A primeira loja maçônica foi organizada a partir de um gabinete de leitura, o *Continentino*, espalhando-se depois para os principais centros urbanos do período. A relação que pode ser estabelecida, então, é a de que o desenvolvimento cultural ou intelectual tardio no Rio Grande do Sul significou também um desenvolvimento maçônico tardio.

Durante a fase farroupilha, a maçonaria gaúcha dava seus primeiros passos, por isso ela não pode ter sido um agente influenciador da revolução; ao contrário, a revolução atrasou em muito a organização da instituição no Rio Grande. Desse modo, a presença de maçons entre os líderes farrapos não é argumento suficiente para estabelecer um vínculo entre a instituição e o movimento farroupilhas, isso por duas razões: a primeira, pelo fato de existirem maçons farrapos e maçons legalistas; segundo, por terem algumas lideranças farroupilha sido iniciadas na ordem nos anos finais do conflito, o que impossibilitaria uma influência maçônica anterior à eclosão da revolução.

Foi somente no período posterior ao final da revolução que a instituição encontrou condições para uma efetiva e mais permanente expansão no Rio Grande do Sul. Com isso, não afirmamos que o crescimento da maçonaria tenha sido regular e sistemático; ao contrário, observamos durante a fase estudada neste trabalho (principalmente de 1850 a 1900) que esse foi bastante irregular - os cartogramas apresentados no capítulo 4 (segunda parte) procuraram demonstrar essa realidade. A diminuição significativa do número de lojas maçônicas nas décadas de 1860 e 1880 esteve vinculada a duas ordens de fatores diferentes: no primeiro caso, a eclosão da Guerra do Paraguai deslocou, direta ou indiretamente, parte considerável dos seus filiados ao teatro do conflito, esvaziando suas atividades; em segundo lugar, do ponto de vista interno, a grande cisão maçônica de 1863 também trouxe como resultado uma

desmobilização e até mesmo anarquia administrativa às lojas do Rio Grande do Sul.

Já a diminuição das atividades maçônicas na década de 1880, com uma redução muito sensível no número de lojas em atividades, se relacionou ao agravamento do quadro político nacional com a expansão do movimento abolicionista e especialmente do republicano. A existência de maçons abolicionistas, de maçons contrários à abolição, de maçons defensores da manutenção da monarquia e de maçons na linha de frente do republicanismo repercutiu negativamente no interior da lojas maçônicas, de tal forma que foram deixadas de lado a conhecida fraternidade e solidariedade maçônica. Os embates do mundo *profano* inviabilizavam, assim, a convivência fraternal, ocasionando o fechamento de muitas lojas.

Ao lado dessa característica da instituição maçônica no Rio Grande, a de um crescimento irregular - acrescentamos a sua participação na política institucional, aliás, política e maçonaria estiveram sempre próximas no Rio Grande do Sul. Não afirmamos, com isso, que a maçonaria exerceu uma influência direta e fundamental no âmbito do jogo político-partidário e nas grandes definições da evolução política gaúcha; acreditamos, sim, que a presença de líderes e dirigentes maçons nas diversas agremiações políticas estimulou ou pressionou definições que apontaram para soluções no sentido da predominância de concepções laicizantes nessa esfera.

A maçonaria sempre prezou pela defesa da liberdade de pensamento entre seus filiados. No Rio Grande do Sul, apesar da presença de filiados no Partido Conservador durante o período imperial, foi o Partido Liberal que atraiu as principais lideranças maçônicas no mesmo período. Na passagem para a fase republicana, a maior parte dos maçons foi cooptada pelo PRR, via proximidade do projeto positivista com o Grande Oriente do Rio Grande do Sul. Nesse ponto, isto é, o relacionamento entre maçons do Gorgs e o PRR, as conclusões são apenas preliminares, ficando, assim, um campo fértil para futuras investigações.

Como integrantes da elite política regional, o grupo maçônico acompanhou as tendências partidárias predominantes em cada uma das fases

delimitadas neste trabalho. Questionamo-nos, aqui, sobre que elementos teriam caracterizado a atuação maçônica no campo da política parlamentar, já que pertenciam a partidos diferentes (apesar de concordarmos que as diferenças entre liberais e conservadores não foram tão significativas). Essa questão, da unidade na atuação político-parlamentar maçônica, deve ser observada a partir de duas perspectivas: a primeira diz respeito ao exercício de um tipo de poder indireto no qual a instituição se beneficiava pela proximidade do poder, ou seja, o que se colocava era a possibilidade que o mundo da política oferecia para a ocupação de empregos remunerados e de prestígio social que o estamento burocrático estatal propiciava. Essa proximidade com o poder se efetivava quando ocorria a indicação de nomes de *irmãos* para cargos públicos de vários níveis. A ajuda mútua entre maçons se constituiu, assim, muitas vezes em troca de favores e obtenção de emprego para os maçons menos favorecidos por fortunas de família ou profissão menos rentável.

A segunda perspectiva deve ser observada do ponto de vista propriamente parlamentar, no qual a hierarquia ou estratificação social aparece também como existente entre os pedreiros-livres gaúchos. Chegavam à participação nas esferas regional e nacional maçons de origem socioeconômica e cultural mais elevada, de forma que fortuna e elevado nível de instrução escolar garantiam o privilégio de se constituírem como classe dirigente. Aos níveis inferiores, quando a fortuna e as letras eram de escala inferior, sobravam, via de regra, os cargos ligados ao poder local.

Uma das hipóteses deste trabalho era de que a atuação maçônica no Rio Grande do Sul teria se desenvolvido, fundamentalmente, no campo político-cultural-religioso. A respeito, os posicionamentos dos dirigentes maçons que atuaram na política, em qualquer uma das esferas, foram homogêneos e unificados somente quando a temática dos projetos e debates parlamentares contemplava o relacionamento Estado/Igreja. Secularização dos cemitérios, privilégios do clero católico, vindas subsidiadas de sacerdotes católicos estrangeiros ao Rio Grande, recursos para a educação, casamento civil, registro civil, etc., eram temas de interesse maçônico.

A esse perfil da participação política maçônica acrescenta-se ainda uma predominância de a maçonaria gaúcha ser mais ligada, em termos nacionais, à vertente maçônica mais radicalizada. Entretanto, se em nível nacional, a maçonaria recebeu influências principalmente das maçonaria francesa, italiana, espanhola e portuguesa, portanto as consideradas *latinas* ou *irregulares,* graças a suas posturas abertamente políticas (liberais) e anticlericais, isso não significou que tenha se constituído no Brasil uma maçonaria unificada ou homogênea; ao contrário, desde os primórdios da instalação da ordem no país, observam-se duas vertentes em conflito latente.

Na segunda metade do século XIX, elas serão expressas pela presença de dois *grandes orientes* dividindo e dirigindo as oficinas de pedreiros-livres brasileiros. O Rio Grande do Sul, ou melhor, a maçonaria gaúcha tendeu sempre a se aproximar mais da vertente mais radical, sobretudo no que tange ao anticlericalismo, qual seja, a liderada por Saldanha Marinho (GOBend. e GOU). No período pós-República, quando em termos nacionais a maçonaria estivera unificada desde 1883, uma parcela muito significativa da maçonaria gaúcha se rebelou contra o poder maçônico nacional, o Grande Oriente do Brasil, acompanhando as maçonarias paulista e mineira. Iniciava-se, então, o período dos grandes orientes estaduais, poderes autônomos e que colocaram em xeque o centralismo excessivo do poder maçônico nacional. O federalismo republicano, confirmado na Constituição de 1891, trouxe, então, conseqüências para a maçonaria brasileira e do Rio Grande do Sul.

A fundação do Grande Oriente do Rio Grande do Sul em 1893 foi um marco na rearticulação maçônica no estado, que, desde a década de 1880, vinha diminuindo sensivelmente suas atividades, o que pode ser observado pelo pequeno número de oficinas em funcionamento. Passado o período crítico em torno das conseqüências da Revolução Federalista, a maçonaria ganhou novamente um novo impulso, já que a rivalidade e disputa entre as oficinas do GOB e do GORGS fizeram com que a maçonaria progredisse no Rio Grande do Sul. Nessa disputa, o GORGS se mostrou mais forte e com maior capacidade de expansão, principalmente nas cidades da parte norte do território gaúcho. Nesse

ponto, apareceram indícios fortes - e que merecem estudo específico - sobre o relacionamento do GORGS com o PRR e do GOB com as forças federalistas do sul do estado.

A partir dessas conclusões iniciais e analisadas via documentação maçônica, percebemos a necessidade de traçar um perfil do corpo de filiados da maçonaria gaúcha. Isso foi possível graças à divulgação dada pela imprensa maçônica às eleições do corpo de dirigentes de cada loja no território gaúcho, ocorridas anualmente. Buscando saber especialmente a origem econômico-social, a participação política, o nível de escolaridade e prováveis ocupações intelectuais ou culturais do grupo; partimos da hipótese de que os maçons se constituíam num segmento da elite gaúcha. Assim, recorremos, nessa parte do trabalho, a autores que têm trabalhado no âmbito da história das elites, utilizando-se para tanto do estudo de biografias coletivas. Peter Burke e Philip R. Vandermeer contribuíram nesse sentido e José Murilo de Carvalho, para o estudo da elite política imperial brasileira.

Levando em conta as dificuldades de realizar estudos de caráter biográfico ou de obter as informações dessa natureza num leque de figuras ou nomes, na sua ampla maioria desconhecida, por meio da literatura histórica em geral, elaboramos um quadro biográfico em muito ainda preliminar. De 978 dirigentes maçons catalogados, obtivemos algum tipo de informação de 387 deles. Dessas informações, confirmamos que os dirigentes maçons, portanto representando o conjunto desse segmento, eram integrantes da elite regional. Portanto, em poucas palavras, podemos afirmar que eles possuíam riqueza, poder político, *status* social e, por fim, que pertenciam à inteligência gaúcha.

Da perspectiva econômico-social, eram homens de fortuna, riqueza ou com possibilidades de acesso a ela, concentrando suas ocupações profissionais no âmbito do mundo urbano, especialmente nas atividades do setor terciário; destacaram-se como comerciantes, funcionários públicos e profissionais liberais. Novamente se destaca o vínculo com a esfera da burocracia estatal, confirmado pelo número expressivo de funcionários públicos, permanentes ou temporários, magistratura e militares, o que denota a possibilidade de exercício de um tipo

particular de poder indireto. Eram homens de poder, com uma participação política destacada nos cargos políticos parlamentares nas esferas local ou municipal, regional ou estadual e nacional. Dessa perspectiva, concluímos que uma parcela significativa dos dirigentes maçons circulavam com desembaraço nas esferas institucionais de poder. Foram líderes dos poderes municipais, tendo muitos chegado a um tipo de representação regional e alguns poucos a cargos de representação parlamentar em nível nacional. Nesse sentido, e do ponto de vista quantitativo, é correto afirmar que a pequena representação do Rio Grande do Sul em termos da política nacional foi também confirmada pela atuação parlamentar maçônica.

Da perspectiva do nível escolar, os dirigentes maçons gaúchos poderiam ser incluídos como integrantes da elite intelectual do Rio Grande do Sul na segunda metade do século XIX. Apesar da dificuldade em se obter informações mais precisas sobre o nível de escolaridade do grupo como um todo, as informações obtidas confirmam que, em princípio, os dirigentes maçons tinham curso superior e, no mínimo, ensino médio; os de nível superior eram, na sua maioria, advogados formados na Faculdade de Direito de São Paulo. Com essa caracterização, o estudo biográfico permitiu incluir os filiados da maçonaria na elite intelectual gaúcha. O alto nível de escolarização dos dirigentes maçons também é percebido pela sua constante presença nos meios intelectuais disponíveis no período. A imprensa, os clubes literários, portanto, a literatura, contaram com uma forte atuação de intelectuais maçons, que foram, ao lado de outros setores intelectuais do período, receptores e divulgadores do pensamento liberal e cientificista no Rio Grande do Sul, assim como produtores intelectuais de um ideário em muito genérico, cujos pilares foram o anticlericalismo e a defesa da laicização da sociedade.

Chegamos, na parte final do trabalho, ao aprofundamento dessa questão, isto é, o anticlericalismo, com base em um estudo das relações entre maçonaria e Igreja Católica. Privilegiamos, nesse sentido, os principais focos de conflito e de disputa entre as duas instituições. Na maior parte do século XIX, especialmente na sua segunda metade, a maçonaria, juntamente com outros

grupos adeptos do ideário liberal e cientificista, quase todos defensores de um anticlericalismo genérico, ocupou um espaço predominante na vida social e intelectual gaúcha - predominante se comparado com a pequena influência da Igreja Católica e de seus porta-vozes no Rio Grande do Sul, como de resto no Brasil.

A Igreja Católica no Brasil do século XIX foi ausente na maior parte do território nacional. Juntamente com isso, as inúmeras dificuldades de compor um clero acima de qualquer suspeita facilitaram a expansão do anticlericalismo, especialmente por parte da elite mais intelectualizada. Assim, frente à fragilidade das práticas religiosas católicas, o pensamento laico foi mais receptivo a esses setores da sociedade gaúcha.

As relações entre as duas instituições, sobretudo a partir da década de 1870 se estendendo até as duas primeiras décadas do século XX, foram conflitantes e motivo de disputa por espaços públicos. No Rio Grande do Sul, foi durante os bispados de d. Sebastião Dias Laranjeira (1861-1888) e de d. Cláudio Ponce de Leão (1890-1912) que os conflitos foram mais visíveis, mesmo quando as instituições não se atacavam abertamente. Esse período coincidiu com a fase mais importante da política papal de *romanização* e do *ultramontanismo*.

Podemos relacionar essa fase violenta e conflituosa das duas instituições em termos internacionais a partir do seguinte dado: de 1846 a 1903, período dos pontificados de Pio IX e Leão XIII, foram publicados 201 documentos pontifícios de condenação à maçonaria, à carbonária e a outras sociedades secretas. Esse número é bastante superior aos das fases anteriores e posteriores dos posicionamentos oficiais da Igreja em relação e contra a maçonaria, sempre seu principal alvo.

No Brasil, o conflito entre Igreja Católica e maçonaria teve seu ponto mais importante na questão dos bispos ou questão religiosa (1872-1875), que desencadeou, a partir daí, um conflito que discutia, antes de qualquer coisa, o relacionamento entre o Estado e aquela instituição, baseada no regime de padroado, isto é, na submissão da Igreja aos interesses do Império brasileiro. Para os maçons, essa dependência favorecia e privilegiava uma religião e uma

Igreja em detrimento de outras. Salário dos clérigos, verbas para construção de igrejas, monopólio sobre o nascimento, casamento e morte eram afrontas para uma das principais bandeiras da maçonaria, qual seja, a liberdade de pensamento, nesse caso, liberdade de opção religiosa.

No Rio Grande do Sul, as repercussões da questão religiosa foram fortes, sobretudo em razão das manifestações públicas do bispo d. Sebastião Dias Laranjeira em apoio aos bispos de Olinda e do Pará, o qual se tornou o porta-voz dos seus pares presos até 1875. Como representante do pensamento católico-conservador, d. Sebastião Laranjeira intensificou a luta contra o pensamento liberal e cientificista, representado principalmente pela maçonaria. No mesmo sentido, implementou uma campanha de mobilização à perseguição aos maçons pela utilização permanente da imprensa, de ameaças propagandeadas em missas em todas as paróquias do território gaúcho. As ameaças, embora tenham se mantido mais no discurso do que na prática, consistiam principalmente em excomunhão e em negação de sepultamento aos maçons que não abjurassem à maçonaria.

Assim, da perspectiva católica, a maçonaria foi eleita como inimigo preferencial entre os liberais e defensores da secularização da sociedade. Apesar disso, o que aparentemente era um contra-senso, observamos que a maioria dos maçons gaúchos era formada de católicos, não tendo sido raro que padres pertencessem à ordem maçônica. Num país oficialmente católico e de maioria católica, a contradição poderia ser explicada pela própria fragilidade do catolicismo durante a maior parte do século XIX; contudo, o fator mais esclarecedor dessa aparente contradição reside nos próprios estatutos da maçonaria, que, tradicionalmente, não inclui nenhuma restrição à presença de católicos nos seus quadros. Ao contrário, na maior parte da sua história e na maioria dos países em que se estabeleceu, era exigência para a iniciação de um profano que ele possuísse uma religião. Exatamente nesse ponto é que a Igreja Católica condenou a maçonaria, pois foi contrária ao caráter ecumênico da instituição.

Chamou a atenção também, e esse tema mereceria também um estudo específico, a receptividade da instituição maçônica nas regiões de colonização alemã do Rio Grande do Sul. O número de lojas maçônicas que realizavam seus trabalhos em língua alemã foi muito superior ao daquelas lojas que trabalhavam em língua italiana ou que eram formadas por italianos e descendentes. Imigrantes alemães ou descendentes de maioria protestante estiveram, assim, mais próximos do discurso liberal maçônico; em oposição, no caso de italianos e seus descendentes, entre os quais o catolicismo predominou, a maçonaria enfrentou muitas dificuldades. Nesse sentido, cabe destacar que algumas das principais lideranças maçônicas no Rio Grande do Sul eram de origem alemã.

Da perspectiva maçônica, o combate à Igreja Católica se desenvolveu em diversas frentes, das quais a mais importante foi, sem dúvida, a utilização da imprensa. Nesse sentido, os meios jornalísticos do período tendiam a assumir posicionamentos mais liberais e anticlericais, visto que a influência político-partidária e a presença de intelectuais vinculados à corrente de pensamento liberal e cientificista na imprensa reforçavam os espaços da própria maçonaria. Assim, o meio cultural rio-grandense era mais suscetível ao anticlericalismo maçônico do que ao catolicismo ultramontano do período. O número de maçons que exerceram a atividade jornalística temporária ou permanentemente é um forte indício da maior força da maçonaria nesse meio do que os católicos; a própria Igreja Católica, em diversos momentos, confirmou a força da maçonaria nessa área.

Além da imprensa profana, a ordem criou seus próprios veículos de comunicação, os quais, dirigidos aos seus filiados e simpatizantes - os jornais e revistas maçônicos -, ocupavam a maior parte dos seus espaços com a luta anticlerical. Para tanto, os editoriais, os artigos, as notícias (de âmbito internacional, nacional e regional), as transcrições de obras ou parte delas de autoria de pensadores identificados com o pensamento liberal e cientificista versavam sobre os *males* da influência da Igreja Católica e dos jesuítas para a sociedade. Os objetivos da imprensa interna eram, então, a doutrinação e o convencimento de um corpo de filiados em muito formado por católicos.

Juntamente com a ação veiculada no campo da imprensa e da literatura, a maçonaria gaúcha procurou enfrentar o pensamento católico-conservador e a própria Igreja Católica em duas outras frentes: ações filantrópicas e as iniciativas no campo educacional A primeira, que se constituía num dos objetivos primeiros da maçonaria em nível internacional e que, no contexto da segunda metade do século XIX, adquiriu contornos particulares, ou seja, de uma prática que se justificava pelo aspecto meramente humanista e humanitário, transformou-se num campo de batalha onde o inimigo número um foi a Igreja. À insistência constante dessa de que lhe pertencia o monopólio da verdadeira caridade, os maçons contra-atacavam com iniciativas e obras assistenciais, muitas de vulto, além de, sempre que possível, criticarem e ridicularizarem as iniciativas católicas. Assim, os maçons freqüentemente atacavam iniciativas da Igreja Católica tentando demonstrar a fragilidade de suas ações e suas falsas intenções.

A filantropia maçônica possuía dois vetores: um, estar voltada para o mundo exterior às lojas e outro, para os filiados da instituição. No primeiro caso, a filantropia externa servia de ligação entre os maçons e a sociedade, especialmente os menos favorecidos. Campanhas de arrecadação de fundos para os atingidos por fenômenos naturais (secas, enchentes, epidemias, etc.), compra de alforrias para escravos, criação de asilos, orfanatos e casas de saúde e hospitais foram as práticas maçônicas mais freqüentes no Rio Grande do Sul.

A filantropia voltada para o corpo de filiados, o que poderíamos denominar de *solidariedade maçônica*, objetivava a ajuda mútua entre os irmãos. Num período de pouca presença do Estado no campo social, de uma estrutura econômica que oferecia poucas oportunidades de emprego ou ascensão social, a maçonaria criou uma estrutura de proteção aos seus membros, com que atraía e mantinha pedreiros-livres nas oficinas. Indicação e colocação em cargos públicos, auxílio financeiro quando de falência, auxílio para viúvas e órfãos de maçons, previdência maçônica eram outras formas de concretizar a proteção entre *irmãos*.

A questão do ensino ou das escolas também foi ponto crucial para a maçonaria, pois era aí que se localizava, na concepção maçônica, o perigo mais forte de influência católica e jesuítica na formação das crianças e da juventude. Assim, ao obscurantismo e atraso próprios da visão de mundo da Igreja Católica deveria se contrapor um modelo educacional moderno, científico, progressista e, sobretudo, laico. Na maior parte da segunda metade do século XIX, a maçonaria, então, propagandeava as escolas que primassem por essas características, as quais não eram de iniciativa maçônica, mas de professores ou intelectuais de reconhecida identificação com o pensamento liberal e cientificista.

Somente no final do século XIX, quando inúmeras congregações católicas originárias da Europa se instalaram no Rio Grande do Sul, a maçonaria percebeu a crescente influência dessas no sistema educacional, especialmente no ensino particular. Como resposta a essa investida católica, nas "mãos dos padres e freiras estrangeiros", a maçonaria se mobilizou na criação de uma rede de escolas própria; para tanto, inúmeras escolas foram criadas a partir das lojas maçônicas em diversas cidades gaúchas.

As escolas maçônicas se caracterizaram por dois aspectos: primeiro, o modelo pedagógico se baseava em princípios e concepções modernas, mas principalmente no ensino laico e científico nos seus currículos, com o que anunciavam, de antemão, a sua condenação às tentativas dos católicos em instituir a obrigatoriedade do ensino religioso nas escolas públicas e particulares; em segundo lugar, se dirigiram preferencialmente aos setores populares, o que pode ser observado no grande número de *aulas noturnas* instaladas por lojas maçônicas. Muitas dessas, ao propagandearem as respectivas escolas já as definiam como sendo direcionadas especialmente aos trabalhadores.

Nesse ponto, podemos observar que, a partir da virada do século XX, as escolas católicas ganharam espaços importantes, atraindo especialmente os filhos da elite - até então, as escolas particulares laicas eram uma opção de parcela significativa dessa mesma elite. Quando a maçonaria intensificou a política de criação de escolas, agora direcionadas aos setores menos favorecidos, de certa forma, assumiu a sua derrota no ensino dirigido à elite. Além disso, o

fracasso da maioria das iniciativas de escolas maçônicas, por falta de recursos financeiros e de clientela, indica uma fragilização da maçonaria em relação à Igreja Católica naquele contexto.

Os embates entre as duas instituições se mantiveram fortes até pelo menos a década de 1920, porém, a partir da virada do século XIX para o XX, a força da maçonaria diminuiu frente ao fortalecimento da Igreja Católica no Rio Grande do Sul. Assim, o clima de disputa favoreceu o surgimento de diversas instituições beneficentes ou filantrópicas e de instituições de ensino cuja iniciativa partia de ambas as instituições. As mais fortes, contudo, acabaram sendo, na maioria dos casos, de origem católica.

A consolidação da República de modelo positivista, na sua origem materialista e calcada na idéia da ordem e do progresso, acabou por ser uma das responsáveis pelo fortalecimento do catolicismo no Rio Grande do Sul. Aparentemente era um contra-senso conciliar materialismo e progresso científico, concepções inerentes ao positivismo, com o espírito conservador do catolicismo; porém, o que tornou possível um relacionamento entre a República positivista e o catolicismo gaúcho foi o conservadorismo e o autoritarismo presentes em ambos os projetos, o positivista e o católico.

No final do século XIX e primeiras décadas do século XX, o anticlericalismo intensificou-se também em ações concretas que objetivavam enfraquecer a influência crescente do catolicismo no campo educacional e filantrópico. Assim, criação de escolas laicas, de entidades beneficentes, de hospitais e casas de saúde foi a tônica da presença maçônica no Rio Grande do Sul. Apesar dessa intensificação, os maçons não conseguiram impedir o fortalecimento do catolicismo, tampouco a aproximação desse com a República positivista.

Nessas condições, a maçonaria saiu perdedora, pois ainda representava em muito os ideais liberais e cientificistas do século XIX, ou seja, permanecia defendendo as idéias de liberdade política e religiosa, progresso material e secularização da sociedade. Os seus espaços de influência diminuíram à medida que outras formas de associações e representação de grupos,

especialmente da elite gaúcha, foram sendo criados e consolidados. Assim, a maçonaria foi um espaço de sociabilidade da elite, típica do século XIX, período em que esses espaços eram poucos ou muito restritos. À medida que a sociedade gaúcha se diversificou e se tornou mais complexa, foram se criando novos e variados espaços de convivência pública; os templos maçônicos, por conseqüência, deixaram de representar *status* e prestígio da elite, perdendo terreno para os clubes sociais, associações de classe, agremiações intelectuais, etc. A maçonaria, ou sua influência política, social e cultural, enfraqueceu-se ou, no mínimo, diminuiu sensivelmente.

Concluindo, na segunda metade do século XIX, a maçonaria atuou como um dos espaços públicos da elite, atuação que se deu principalmente no campo político e cultural e direcionando-se quase sempre a posicionamentos anticlericais. Esses foram divulgados e desenvolvidos, em primeira instância, no campo intelectual ou por meio da divulgação, via imprensa e política, de um discurso de combate à Igreja Católica. Tal discurso era veiculado pela imprensa maçônica, pela profana, nos clubes literários e em projetos parlamentares.

LOCAIS DE PESQUISA, FONTES E BIBLIOGRAFIA

1. LOCAIS DE PESQUISA

Arquivo da Assembléia Legislativa (Solar dos Câmara) - Porto Alegre /RS
Arquivo da Cúria Metropolitana de Porto Alegre. Porto Alegre /RS
Arquivo do Grande Oriente do Rio Grande do Sul. Porto Alegre /RS
Arquivo Histórico Regional da Universidade de Passo Fundo. Passo Fundo /RS
Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Porto Alegre /RS
Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro
Biblioteca Central da PUCRS. Porto Alegre /RS
Biblioteca Pública do Rio Grande do Sul. Porto Alegre /RS
Biblioteca Rio-grandense. Rio Grande/RS
Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Porto Alegre /RS

2. FONTES

2.1. Imprensa maçônica

A Acácia - folha maçônica. Porto Alegre (1876-1877). IHGRGS.

Anuário do Gr.·. Or.·. e Sup.·.Cons.·. do Brazil - Rio de Janeiro (1899, 1900, 1901, 1915). Biblioteca Nacional/Rio de Janeiro.

Boletim da Sap.·. Gr.·. Loj.·. Estadual do Rio Grande do Sul. Porto Alegre (1899). IHGRGS.

Boletim do Grande Oriente do Brasil, jornal oficial da maçonaria. Rio de Janeiro (1871 a 1910). Biblioteca Nacional/Rio de Janeiro.

Boletim do Grande Oriente do Rio Grande do Sul. Porto Alegre (1895 a 1904). IHGRGS e Arquivo do Grande Oriente do Rio Grande do Sul.

Delta - Revista mensal consagrada à Ordem Maçônica. Porto Alegre (1916 a 1927). IHGRGS e Arquivo do Grande Oriente do Rio Grande do Sul.

O Lábaro: órgão de propaganda maçônica e idéias liberais. Porto Alegre (1900-1901). Biblioteca Rio-Grandense/Rio Grande.

O Maçon: órgão da maçonaria. Porto Alegre. (1874) Biblioteca Rio-Grandense.

Mensagem apresentada pelo Sob.:Gr.:Mest.:a Ass.:Ger.:Leg.: Porto Alegre (1905 a 1919). IHGRGS.

2.2. Imprensa Católica

O Apóstolo. Rio de Janeiro (1871-1873). Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre.

A Estrela do Sul- Porto Alegre. (1862-1868). IHGRGS.

Revista Vozes de Petrópolis. Rio de Janeiro (1950-1956). Biblioteca da PUC/RS.

2.3. Constituições e Regulamentos

Biblioteca Maçônica ou Instrução Completa do Francomaçom. Paris, 1864, 6 tomos, e aprovada pelo Grande Oriente do Brasil.

Constituição do Grande Oriente do Brasil. Rio de Janeiro: Typ. Dois de Dezembro, 1855.

Constituição da maçonaria do Brasil. Rio de Janeiro: Typ. do Grande Oriente do Brasil, 1873.

Constituição e Regulamento Geral do Grande Oriente Supremo Conselho do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. Globo, 1892, 1898, 1899, 1914, 1921, 1924, 1930.

2.4. Discursos e Conferências

A maçonaria desmascarada ou colleção dos artigos do Echo de Roma analysando a circular do Cap.: Pr.: Federação de 22 de setembro de 1871 e a Pranch.: do Ir.: Gomes Freire ao Ir.: Otto assim como a deste cav.:R.:+ Ven.: ao redator do Echo de Roma, datada de Coimbra aos 16 de dezembro do mesmo ano. Porto: Imprensa Popular, 1872 (reeditado no Brasil por A. Campos, São Paulo: Propagandista Católico, 1872*).*

ALVES JÚNIOR, Tomáz. *Separação da Igreja e do Estado*. Rio de Janeiro: Typ. Perseverança, 1873. (Conferência pública realizada no edifício do Grande Oriente do Brasil).

FONTOURA, Ubaldino do Amaral. *Clericalismo, conferências realizadas em 1876 e 1877 no Gr.: Or.: do Brazil*. Rio de Janeiro: Typ. e Pap. Hildebrandt, 1910.

FONTOURA, Ubaldino do Amaral. *Discurso proferido a 11 de agosto de 1876 no salão do Grande Oriente Unido*. Rio de Janeiro: Typ. Parlamentar, 1876.

FONTOURA, Ubaldino do Amaral. *Segunda conferência no Grande Oriente do Brazil.* Rio de Janeiro: Typ. de H. J. Pinto, 1877.

Manifesto da Benemérita Off.:Cap.:União Constante ao Or.: do Rio Grande do Sul. Rio Grande: Typ. do Artista, 1875.

MARINHO, Joaquim Saldanha. *Discurso no Gr.: Or.:Un.: do Bras.: proferido no dia 20 de maio de 1879*. Rio de Janeiro: Typ. Econômica, 1879.

PEÇANHA, Nilo. *Manifesto aos Maçons da Federação pelo Sob.: Gr.:Mest.: Comm.: Dr. Nilo Peçanha*. Rio de Janeiro: Typ. e Pap. Aguiar, 1917.

Quadro geral das administrações do Grande Oriente do Brasil. Rio de Janeiro: Typ. de F. A de Souza, 1871.

3. OUTRAS FONTES

Annaes da Assembléia Legislativa da Província de S. Pedro do Sul. Porto Alegre: Jornal do Comércio. 1862-1889. Arquivo da Assembléia Legislativa/RS.

AZAMBUJA, Graciano A. de. (Diretor). Annuario da Província do Rio Grande do Sul (1884-1914). Biblioteca Pública/RS.

Colleção dos actos, regulamentos e instrucções expedidos pela Presidência da Província, dos anos de 1866-1889. Arquivo da Assembléia Legislativa/RS.

COSTA, D. Antônio de Macedo. *A questão religiosa do Brasil perante a Santa Fé ou a missão especial a Roma em 1873 à luz de documentos publicados e inéditos pelo Bispo do Pará*. Lisboa: Lallemart Fréres, 1886.

COSTA, D. Antônio de Macedo. *Instrução Pastoral sobre a maçonaria considerada sob o aspecto moral, religioso e social, pelo Exmo. Bispo do Pará*. Rio de Janeiro: Diário do Rio de Janeiro, 1874.

Índice Onomástico de Juízes. AHRGS.

KOSERITZ, Carlos von. Ao eleitorado do 1º. círculo. 16-4-1881. Arquivos Particulares, Lata 42v, maço 8. AHRGS.

RODRIGUES, Alfredo Ferreira. (org.). *Almanak Literário e Estatístico da Província do Rio Grande do Su.* I. Editores Carlos Pinto e Companhia Sucessores. Pelotas, Porto Alegre e Rio Grande. 1888-1916. Biblioteca Pública/RS.

3. BIBLIOGRAFIA

3.1. Bibliografia específica

ABREU, Florêncio de (introdução). Atas das sessões da Parthenon Litterario. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Typ. do Centro, 1924, ano 4. 1º e 2º trimestre. p. 197-252.

ABREU, Florêncio de. (introdução). Atas das sessões do Parthenon Litterario (1873). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Typ. do Centro, 1924, ano 4. 3º e 4º trimestre. p. 153-216.

ADAMI, João Spadari. *História de Caxias do Sul.* Caxias do Sul: Edições Paulinas, 1971.

ADAMI, João Spadari. *História de Caxias do Sul*. t. 1. Caxias do Sul: Editora São Miguel, s/d.

ALBERTON, Valério. *O conceito de Deus, grande arquiteto do universo na história da maçonaria*. Rio de Janeiro: Aurora, 1982.

ALBUQUERQUE, Arci Tenório de. *A maçonaria e a grandeza do Brasil*. Rio de Janeiro: Aurora, 1955.

ALBUQUERQUE, Arci Tenório de. *A maçonaria e a libertação dos escravos, a abolição da escravatura, uma grandiosa vitória maçônica; todas as leis beneficiadoras dos escravizados foram iniciativas de maçons*. Rio de Janeiro: Aurora, 1970.

ALBUQUERQUE, Arci Tenório de. *José Bonifácio, o falso patriarca*. 2. ed. Rio de Janeiro: Aurora, s/d.

ALBUQUERQUE, Arci Tenório de. *O que é maçonaria (seus objetivos altruísticos. Não é anti-religiosa. É nacionalista. A maçonaria orientou os principais episódios de nossa história)*. Rio de Janeiro: Aurora, 1958.

ALMEIDA, Horácio de. D. Vital e a questão religiosa no Brasil. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.* 1979. v. 323. p. 160-168.

Alvará de 30 de março de 1818, fulminando a maçonaria e todas as sociedades secretas e livros, catecismos, etc., relativo as mesmas. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. 1885. v. XLVIII. p. 323-327.

ALVES, Francisco Neves. *Uma introdução à história da imprensa rio-grandina*. Rio Grande: Universidade do Rio Grande, 1995.

ANTUNES, Deoclécio Paranhos. Os partidos políticos no Rio Grande do Sul: gênese e desdobramento histórico desde a proclamação da independência à república. *Anais do I Congresso de História e Geografia Sul-Rio-Grandense*. IHGRGS. Porto Alegre: Globo, 1936. v. 2. p. 215-266.

ANTUNES, João. *A maçonaria iniciática*. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1918.

ARÃO, Manoel. *História da maçonaria no Brasil*. Recife: Edição do autor, 1926. (1º volume).

ARAÚJO FILHO, Luiz. *O município de Alegrete*. Alegrete: Irmãos Prunes/Livraria O Coqueiro, 1907.

ARAÚJO, Waldir Jacinto de. *Manual de administração de loja*. Rio de Janeiro: Essinger, 1987.

ASLAN, Nicola. *Estudos maçônicos sobre simbolismo*. Rio de Janeiro; Aurora, 1980.

ASLAN, Nicola. *Grande dicionário enciclopédico de maçonaria e simbologia*. Rio de Janeiro: Arte Nova, 1975. (5. v.)

ASLAN, Nicola. *História geral da maçonaria (fastos da maçonaria brasileira)*. Rio de Janeiro: Aurora, 1979.

ASSIS CINTRA. *O homem da independência*. São Paulo: Melhoramentos, 1921

AZEVEDO, Antônio Carlos do Amaral. *Dicionário de nomes, termos e conceitos históricos*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

AZEVEDO, Fernando de. *A cultura brasileira: introdução ao estudo da cultura no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ; Brasília: Editora da UnB, 1996.

BAKOS, Margaret Marchiori. *RS: escravismo e abolição*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.

BALÉN, Mons João Maria; RAMBO, Balduíno; FERNANDES, Astrogildo e BECKER, Klaus. A Igreja Católica no Rio Grande do Sul até 1912. In: *Enciclopédia rio-grandense*. Porto Alegre: Sulina, 1968. v. 2. p. 3-46.

BARATA, Alexandre Mansur. *Luzes e sombras*: *a ação dos pedreiros-livres brasileiros (1870-1910*). Niterói. Universidade Federal Fluminense, 1992. (Dissertação de Mestrado).

BARATA, Alexandre Mansur. Os maçons e o movimento republicano (1870-1910). *Locus, revista de história*. Juiz de Fora. 1995, v. 1. n. 1. p. 125-141.

BARATA, Manuel de Mello Cardoso. A primeira loja maçônica no Pará. *Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1914. v. 77. p. 127-129.

BARRETO, Abeillard. *Primórdios da imprensa no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Comissão Executiva do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha, 1986.

BARRETO, Célia de Barros. Ação das Sociedades Secretas. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História geral da civilização brasileira*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1993. v. 3. p. 191-206.

BARRETO, D. Francisco de Campos. *Primeiro lustro da diocese de Pelotas, 1911-1916*. Pelotas: Meira e Cia, 1917.

BARROS, Roque Spencer M. Vida religiosa. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (orgs.). *História geral da civilização brasileira*. São Paulo: Difel, 1985. v. 6. p. 317-337.

BARROS, Roque Spencer Maciel. *A ilustração brasileira e a idéia de universidade*. São Paulo: Convívio/Edusp, 1986.

BARROS, Roque Spencer Maciel de. A questão religiosa. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História geral da civilização brasileira*. São Paulo: Difel, 1985. v. 6. p. 338-365.

BARROSO, Gustavo. *História secreta do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939. (3. v.)

BECKER, Klaus. Imprensa em língua alemã (1852-1889). In: *Enciclopédia rio-grandense.* Porto Alegre: Sulina, 1968. v. 2. p. 265-282.

BEIGUELMAN, Paula. *Pequenos estudos de ciência política*. São Paulo: Pioneira Editora, 1968.

BERTRAND, I. *A maçonaria: seita judaica, suas origens e finalidades anticristãs*. São Paulo: Minerva, 1938 (tradução Gustavo Barroso).

BOBBIO, Norberto; MATEUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco (Org.). *Dicionário de política.* Brasília: Editora da UnB, 1986.

BORJA, Sérgio Augusto Pereira. A Revolução Farroupilha no cenário mundial de sua época e o papel da maçonaria. Parte I. *Prumo - Revista bimestral*. Ano XXIV. n. 102, maio/junho de 1995. p. 7-9.

BORJA, Sérgio Augusto Pereira. A Revolução Farroupilha no cenário mundial de sua época e o papel da maçonaria. Parte I. *Prumo - Revista bimestral*. Ano XXV. n. 103, julho/agosto de 1995. p. 13-16.

BRANDÃO, Dante Domingues. *Ensaio de filosofia maçônica*. Porto Alegre: Infinito, 1975.

BURKE, Peter. Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro. In: BURKE, Peter (org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

BURKE, Peter. *Veneza e Amsterdã*: *um estudo das elites do século XVII*. São Paulo: Brasiliense, 1991.

CAMINO, Rizzardo da. *Dicionário filosófico da maçonaria*. São Paulo: Madras, 1997.

CARVALHO, Francisco Assis. *Cargos em loja*. Londrina: A Trolha, 1982.

CARVALHO, Francisco Assis. *Itambé: berço heróico da maçonaria no Brasil*. Londrina: A Trolha, 1996.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial; Teatro de Sombras: a política imperial*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, Relume-Dumará, 1996.

CASTELLANI, José. A atuação dos maçons no movimento republicano brasileiro. In: *Episódios da história antiga e moderna da maçonaria. Anais do III Congresso Internacional de História e Geografia*. Caxias do Sul: Gráfica da UCS, 1986. v. 1. p. 119-127.

CASTELLANI, José. *Curso básico de liturgia e ritualística*. Londrina: A Trolha, 1991.

CASTELLANI, José. *Dicionário de termos maçônicos*. Londrina: A Trolha, 1995.

CASTELLANI, José. *Os maçons que fizeram a história do Brasil*. São Paulo: A Gazeta Maçônica, 1973.

CASTRO, Boanerges B. *O simbolismo dos números na maçonaria*. Rio de Janeiro: Aurora, 1977.

CESAR, Guilhermino. *História da literatura no Rio Grande do Sul (1737-1902).* Porto Alegre: Globo, 1971.

CHACON, Vamireh. *História dos partidos políticos brasileiros*. Brasília: Editora da UnB, 1985.

CHARTIER, Roger. *A história cultural, entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.

CHÂTELET, François; DUHAMEL, Olivier e PISIER-KOUCHNER, Évelyne. *História das idéias políticas.* Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

COLUSSI, Eliane Lucia e MATTOS, Marília (org.). *Hospital da Cidade: 80 anos de história: 1914-1994*. Passo Fundo: Ed. e Gráfica da UPF, 1994.

COSTA, Alfredo R. da. *O Rio Grande do Sul.* Porto Alegre: Globo, 1922. (2. v.).

COSTA, Emília Viotti da. Introdução ao estudo da emancipação política do Brasil. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Brasil em perspectiva*. São Paulo: Difel, 1982. p. 64-125.

COSTA, Frederico Guilherme. *Maçonaria na universidade*. Londrina: A Trolha. 1994.

COSTA, João Cruz. As novas idéias. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História geral da civilização brasileira.* Rio de Janeiro: Editora Bertrand, 1993. v. 3. p. 179-190.

CUNHA, Pedro Octávio Carneiro da. A fundação de um império liberal. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História geral da civilização brasileira*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1993. v. 3. p. 135-178.

DE BONI, Luís Alberto. O catolicismo da imigração: do triunfo à crise. In: DACANAL, José H. e GONZAGA, Sérgius. (orgs.). *RS: Imigração e colonização*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980. p. 234-255.

DIAS, Graça e J. S. da Silva. *Os primórdios da maçonaria em Portugal*. Lisboa: Imprensa de Coimbra, 1980. (2. v.).

DIEHL, Astor Antônio. A *cultura historiográfica brasileira: do IHGB aos anos 30*. Passo Fundo: Ediupf, 1998. (no prelo)

DIEHL, Astor Antônio. *Círculos operários no Rio Grande do Sul.* Porto Alegre: Edipucrs, 1990.

DIENSTBACH, Carlos. *A maçonaria gaúcha - história da maçonaria e das lojas do Rio Grande do Sul*. Londrina: A Trolha, 1993. (4. v.).

DILL, Aidê Campello. O ensino no Rio Grande do Sul. In: BELLOMO, Harry Rodrigues (orgs.). *Rio Grande do Sul: aspectos da cultura*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1994. p. 107-130.

DILLENBURG, Sérgio R. Carlos Trein Filho. In: MÜLLER, Telmo L. (org.). *Imigração e colonização alemã no Rio Grande do Sul.* Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1980. p. 268-269.

DILLENBURG, Sérgio R. *Correio do Povo: história e memórias*. Passo Fundo: Ediupf, 1997.

DORNAS FILHO, João. *O padroado e a Igreja brasileira*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.

DÖRNTE, Roberto João. A maçonaria de São Leopoldo. In: *Anais do 1º Simpósio de história da imigração e colonização alemã no Rio Grande do Sul*. São Leopoldo: Rotermund, 1974. p. 141-157.

DÖRNTE, Roberto João. Uma pequena contribuição para a biografia do Dr. João Daniel Hillebrand. In: *Anais do 6º. Simpósio de História da Imigração e Colonização Alemãs no Rio Grande do Sul.* (Museu Histórico "Visconde de São Leopoldo" e Instituto Histórico de São Leopoldo, 1984). São Leopoldo: Gráfica Caeté S/A, 1994. p. 145-148.

ESCOBAR, Wenceslau. *Apontamentos para a história rio-grandense de 1893*. Porto Alegre: s/e, 1920.

FAGUNDES, Morivalde Calvet. *A maçonaria e as forças secretas da revolução*. Rio de Janeiro: Aurora, 1987.

FAGUNDES, Morivalde Calvet. *História da revolução farroupilha*. Caxias do Sul: Editora da Universidade de Caxias do Sul, Porto Alegre: Martins Livreiro, Sulina, 1984.

FAGUNDES, Morivalde Calvet. *Maçonaria: espírito e realidade.* Rio de Janeiro: Aurora, 1982.

FAGUNDES, Morivalde Calvet. O estudo de maçonaria nas universidades. *Anais do I Congresso Internacional de História e Geografia*. Rio de Janeiro: Aurora, 1981. p. 121-124.

FAGUNDES, Morivalde Calvet. *Os maçons: vida e obra*. Rio de Janeiro: Aurora, 1991.

FAGUNDES, Morivalde Calvet. Revelações da história da maçonaria gaúcha. In: *Hoy es historia*. Montevidéu: 1989, ano 4. n. 20. p. 41-50.

FAGUNDES, Morivalde Calvet. *Rocha Negra, a legendária*. Londrina: A Trolha, 1989.

FAGUNDES, Morivalde Calvet. *Subsídios para a história da literatura maçônica brasileira (séc. XIX)*. Caxias do Sul: Educs, 1989.

FAGUNDES, Morivalde Calvet. *Uma visão dialética da maçonaria brasileira*. Rio de Janeiro: Aurora, 1985.

FAUSEL, Erich. Literatura rio-grandense em língua alemã. In: *Enciclopédia rio-grandense.* Porto Alegre: Sulina, 1968. v. 2. p. 221-239.

FARIA, Octávio Augusto de. *Esboço monográfico do município de São Gabriel*. Porto Alegre: A Federação, 1919.

FÉLIX, Loiva Otero. *Coronelismo, borgismo e cooptação política*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/Ufrgs, 1996.

FÉLIX, Loiva Otero. Religião e política: os teuto-brasileiros e o PRR. In: *Os alemães no Sul do Brasil*. MAUCH, Claúdia e VASCOCELLOS, Naira (orgs.). Canoas: Ed. da Ulbra, 1994. p. 77-85.

FELIZARDO, Júlis Netto. *Evolução administrativa do Rio Grande do Sul: criação dos municípios*. Porto Alegre: Igra, 1965.

FERNANDEZ CABRELLI, Alfonso. *La françomasomería en la independencia de hispanoamérica*. Montevidéo: Zabala, 1988.

FERREIRA FILHO, Arthur. *História Geral do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1978.

FERREIRA, Athos Damasceno. *Imprensa literária de Porto Alegre no século XIX*. Porto Alegre: Editora da Ufrgs, 1975.

FERREIRA, Athos Damasceno. *Jornais críticos e humorísticos de Porto Alegre no século XIX*. Porto Alegre: Globo, 1944.

FERREIRA, Manoel Rodrigues e LIVIO, Tito. *A maçonaria na independência do Brasil*. São Paulo: Biblos, 1962.

FERRER BENIMELI, José Antônio e ALBERTON, Valério. *Gafes e mancadas antimaçônicas e maçônicas*. Londrina: A Trolha, 1991.

FERRER BENIMELI, José Antônio. *La masonería actual*. Sandanyola (Barcelona): Editora AHR, 1977.

FERRER BENIMELI, José Antônio. *Maçonaria x satanismo*. Londrina: A Trolha, 1995.

FERRER BENIMELI, José Antônio. *Masonería, Iglesia y ilustracion: un conflicto ideologico-politico-religioso*. Madrid: Fundacion Universitaria Española, 1977. (4. v.)

FIGUEIREDO, Osório Santana. *História de São Gabriel*. São Gabriel: s/ed., 1993.

FLEIUSS, M. Centenário da sessão do Grande Oriente de 20-8-1822. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Tomo Especial, 1922. p. 299-314.

FLORES, Moacyr. *Dicionário de História do Brasil*. Porto Alegre: Edipucrs, 1996.

FLORES, Moacyr. *Modelo político dos farrapos: as idéias políticas da Revolução Farroupilha.* Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.

FLORES, Moacyr. O teatro no Rio Grande do Sul. In: BELLOMO, Harry Rodrigues (org.). *Rio Grande do Sul: aspectos da cultura*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1994. p. 93-106.

FRANCO, Sérgio da Costa. A campanha rio-grandense. In: *RS: terra e povo*. Porto Alegre: Globo, 1964.

FRANCO, Sérgio da Costa. *Júlio de Castilhos e sua época*. Porto Alegre: Globo, 1967.

FRANCO, Sérgio da Costa. O sentido histórico da revolução de 1893. In: *Fundamentos da cultura rio-grandense*. Porto Alegre, 1962.

FRANCO, Sérgio da Costa. *Porto Alegre: guia histórico*. Porto Alegre: Editora da Universidade/Ufrgs, 1992.

FRANZ, José Pedro. *Um jesuíta no lar doméstico*. 1. ed. Pelotas: s/ed., 1895.

FREITAS, Leopoldo de. Conde de Porto Alegre. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre. 1933, ano 13. 4º semestre. p. 143-154.

FREITAS, Leopoldo. O senador Florêncio de Abreu. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre. 1921, ano 1. 3º trimestre. p. 307-311.

Fundação de Economia e Estatística. *De província de S. Pedro a estado do Rio Grande do Sul (Censos do RS de 1803-1950).* Porto Alegre, 1981.

GALENO, Henriqueta G. G. A revolução farroupilha. Causas sociais políticas e econômicas. *Anais do I Congresso de História e Geografia Sul-Rio-Grandense*. IHGRGS. Porto Alegre. 1936. v. 2. p. 83-120.

GARDELIN, Mário. *Caxias do Sul: Câmara de Vereadores (1892-1950).* Porto Alegre: Edições EST, 1993.

GENRO, Adelmo Simas e ROLIM SOBRINHO, Luiz Alves. *A maçonaria*. Santa Maria: s/ed., 1976.

GIOLO, Jaime. *Lança & Grafite: a instrução no RS da primeira escola ao final do Império.* Passo Fundo: Gráfica e Editora da UPF, 1994.

GIRON, Loraine Slomp. Imigração italiana: a reação brasileira. In: *Imigração italiana: estudos.* Caxias do Sul: Instituto Superior Brasileiro-Italiano de estudos e Pesquisas/ Universidade de Caxias do Sul, 1979.

GOMES, Manoel. *A maçonaria na história do Brasil*. Rio de Janeiro: Aurora, 1975.

GONZAGA, Alcides. *Homens e coisas de jornal*. Porto Alegre: Globo, 1944.

GONZAGA, Sérgius. As mentiras sobre o gaúcho: primeiras contribuições da literatura. In: FREITAS, Décio (org.). *RS: ideologia e cultura*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.

GOULART, Jorge Salis. *A formação do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1933.

GOYCOCHÊA, Castilhos. A Revolução Farroupilha (Causas sociais, políticas e econômicas). *Anais do I Congresso de História e Geografia Sul-Rio-Grandense*. IHGRGS. Porto Alegre. 1936. v. 2. p. 121-143.

GUIDO, Ângelo. Trinta anos de pintura (1925-1955). In: *Enciclopédia rio-grandense*. Porto Alegre: Editora.Regional, 1957.v. 3. p. 175-215

HASTENTEUFEL, Zeno. *Dom Feliciano na Igreja do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Acadêmica, 1987.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Da maçonaria ao positivismo. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História geral da civilização brasileira*. São Paulo: Difel, 1985. v. 7. p. 150-175.

ISAIA, Artur Cesar. Catolicismo, regeneração social e castilhismo na república velha gaúcha. *Estudos ibero-americanos.* v. XVIII. n. 1, julho de 1992. p. 5-18.

ISAIA, Artur Cesar. *O cajado da ordem. Catolicismo e projeto político no Rio Grande do Sul: D. João Becker e o autoritarismo*. São Paulo. Universidade de São Paulo, 1992. (Tese de Doutorado).

JAEGER, Luís Gonzaga e NEIS, Rubem. *São Leopoldo no seu primeiro centenário* (Separata dos Anais do Congresso de História e Geografia de São Leopoldo - 1846-1946). Porto Alegre: Globo, 1947.

JAEGER, Luiz Gonzaga. O clero na epopéia farroupilha. *Anais do IV Congresso de História e Geografia Sul-Rio-Grandense*. IHGRGS. Porto Alegre: Globo, 1946. v. 2. p. 632-653.

JULLIARD, Jacques. A política. In: LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre (orgs.). *História: novas abordagens*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

KITTELSON, Roger Alan. *The problem of the people: popular classes and the social construction of ideas in Porto Alegre, Brazil, 1846-1893*. Madison: University of Wisconsin, Madison, 1997. (Tese de Doutorado).

KLOPPEMBURG, Boaventura. *A maçonaria no Brasil: orientação para católicos*. Rio de Janeiro: Vozes, 1956.

KLOPPEMBURG, Boaventura. *Igreja e maçonaria: conciliação possível?* Petrópolis: Vozes, 1992.

KLOPPENBURG, Boaventura. Maçonaria, intolerância da Igreja e tolerância da maçonaria. *Vozes de Petrópolis: revista católica de cultura*. Rio de Janeiro. 1956, ano 14. n. 171. p. 171-185.

KLOPPENBURG, Boaventura. Os amores da maçonaria brasileira à Igreja Católica. *Vozes de Petrópolis: revista católica de cultura*. Rio de Janeiro. 1956, ano 14. n. 52. fasc. 2. p. 52-69.

KOLB, William L. In: *Dicionário de ciências sociais*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1986.

KOSERITZ, Carlos von (com o pseudônimo de Philóchrestos). *A maçonaria e a Igreja: reflexões sobre a pastoral do Ex. Rev.mo. Sr. D. Sebastião Dias Laranjeira - Bispo desta diocese*. Porto Alegre: Typ. do Jornal Allemão, 1873.

KÜHN, Fábio. *O projeto reformador da diocese do Rio de Janeiro:* as visitas pastorais no Rio Grande de São Pedro (1780-1815). Porto Alegre: Ufrgs, 1996. (Dissertação de Mestrado).

LAUFER, Frederico. A Igreja Católica de 1912 a 1957. In: BECKER, Klaus (org.). *Enciclopédia rio-grandense*. Canoas: Ed. Regional, 1957. v. 4. p. 9-128.

LAYTANO, Dante de. *História da República rio-grandense (1835-1845)*. Porto Alegre: Globo, 1936.

LEAL, Aureliano. Comemorativa do Manifesto de 1º-8-1822, de D. Pedro aos povos do Brasil, redigido por Joaquim Gonçalves Ledo. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.* Rio de Janeiro. 1922. Tomo Especial. p. 247-268.

LEITMAN, Spencer Lewis. *Razões sócio-econômicas da Guerra dos Farrapos*: *um capítulo da história do Brasil no século XIX*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

LEVINE, Robert M. *O sertão prometido: o massacre de Canudos.* São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995.

LIBERALI, Ricardo D. *Horas de combate ou vademecum apologético, para uso dos leigos*. São Paulo: Pia Sociedade Filhas de São Paulo, 1942.

LOVE, Joseph. *O regionalismo gaúcho e as origens da revolução de 1930*. São Paulo: Perspectiva, 1975.

LYRA, Jorge Buarque. *Maçonaria e religião, polêmica em réplica ao pé da letra, ao Rev. Eduardo Carlos Pereira.* Rio de Janeiro: s/ed., 1953.

MACEDO, Francisco Riopardense de. *Imprensa farroupilha*. Porto Alegre: IEL/ Edipucrs, 1994.

MACHADO, Antônio Carlos. Breve história do Partenon Literário. *Revista do Museu Júlio de Castilhos e Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre. 1956, ano 5. n. 6. p. 111-123.

MARIA, Julio. *A Igreja e a República*. Brasília: Editora da UnB, 1981.

MARINHO, Joaquim Saldanha. *A igreja e o estado.* (transcrito na íntegra, na *Acácia* no ano de 1876 e 1877).

MARQUES, A. H. de Oliveira. *A maçonaria portuguesa e o Estado Novo*. Lisboa: Dom Quixote, 1983.

MATTEUCCI, Nicola. Pensamento Liberal. In: In*:* BOBBIO, Norberto, MATTEUCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política.* Brasília: Editora da UnB, 1986. p. 686-687.

MELLO, Tancredo Fernandes de. *O município de Santa Vitória do Palmar*: *estudo físico, político , notas estatísticas*. Porto Alegre: Livraria Americana, 1911.

MELLOR, Alec. *Dicionário da franco-maçonaria e dos franco-maçons*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

MELLOR, Alec. *Os grandes problemas da atual franco-maçonaria: os novos rumos da franco-maçonaria.* São Paulo: Pensamento, 1989.

MENEZES, Manoel Joaquim. *Exposição histórica da maçonaria no Brasil, particularmente na Província do Rio de Janeiro e integridade do império*. Rio de Janeiro, 1857. (Obra transcrita, em partes, no *Boletim do Grande Oriente do Brasil,* no ano de 1875 dos números 3 a 12).

MOLLEDA, Maria Dolores Goméz. *La masonería en la crisis española del siglo XX*, Madrid: Taurus Ediciones, 1986.

MONTEIRO, Tobias do Rego. *História do Império, a elaboração da independência*. Rio de Janeiro, F. Briguiete & Cia, 1927.

MONTEIRO, Tobias do Rego. *História do Império, o Primeiro Reinado*. Rio de Janeiro: F. Briguiete & Cia, 1939.

MONTEIRO, Tobias do Rego. *Pesquisas e depoimentos para a história*. Rio de Janeiro: Francisco Alves & Cia, 1913.

MORAES, A. J. de Mello. *A independência do Brasil*. Rio de Janeiro: s/ed., 1877.

MORAES, A. J. de Mello. *História do Brasil Reino e do Brasil Império*. Rio de Janeiro: s/ed., 1871.

MORAES, Luiz Carlos. Causas remotas e imediatas da grande revolução: a paz de Poncho Verde. *IV Congresso de História e Geografia Sul-Rio-Grandense*. IHGRGS. Porto Alegre. 1946. v. 1. p. 295-308.

MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. *Faces da liberdade, máscaras do cativeiro*. Porto Alegre: Edipucrs, 1996.

NAUDON, Paul. *La franc-maçonnerie*. Paris: P.V.F., 1963.

NOGUEIRA FILHO, Samuel. *Maçonaria, religião e simbolismo*. São Paulo: Traço, 1984.

OLIVEIRA LIMA, Manuel. *D. João VI no Brasil*. Rio de Janeiro: Melhoramentos, 1927.

OLIVEIRA LIMA, Manuel. *O movimento da independência* (1821-1822). São Paulo: Melhoramentos, 1922.

OLIVEIRA, Francisco Antonino Xavier e. *Annaes do município de Passo Fundo.* Passo Fundo: Gráfica e Ed. da Universidade de Passo Fundo, 1990. (3. v.)

OLIVEIRA, Ramos. *A ilusão maçônica*. Rio de Janeiro: Ed. G. Costa, 1941.

OSÓRIO, Fernando Luiz. A ação e os propósitos orgânicos dos farrapos: supremos objetivos da jornada de 35. *Anais do I Congresso de História e Geografia Sul-Rio-Grandense*. IHGRGS. Porto Alegre. 1936. v. 2. p. 45-81.

OSÓRIO, Fernando Luiz. *A cidade de Pelotas: corpo, coração e razão*. Pelotas: Typ. do Diário Popular, 1922.

OSÓRIO, Fernando Luiz. A religiosidade e o sacerdócio dos farrapos. *Anais do I Congresso de História e Geografia Sul-Rio-Grandense*. IHGRGS. Porto Alegre. 1936. v. 1. p. 381-423.

PACE, Carlo. *Resumo histórico da maçonaria no Brasil*. Rio de Janeiro: Cia. Typ. do Brazil, 1896.

PALOU, Jean. *A franco-maçonaria simbólica e iniciática*. São Paulo: Pensamento, s/d.

Parlamentares gaúchos das Cortes de Lisboa aos nossos dias: 1821-1996. AITA, Carmen; AXT, Gunter e ARAÚJO, Vladimir (orgs.). Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 1996.

PAULA, Eurípedes Simões de. A organização do exército brasileiro. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História geral da civilização brasileira*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1993. v. 3. p. 265-277.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *A Revolução Federalista*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

PICCOLO, Helga Iracema Landgraf. A questão religiosa e os protestantes no Rio Grande do Sul. In: *Anais do Simpósio de História da Igreja*. São Leopoldo: co-edição Rotermund S.A/ Editora Sinodal, 1986. p. 91-100.

PICCOLO, Helga Iracema Landgraf. Alemães e italianos no Rio Grande do Sul: fricções inter-étnicas e ideológicas no século XIX. In: DE BONI, Luis A. (org.). *A presença italiana no Brasil*. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia/ Fondazione Giovanni Agnelli, 1990. v. 2, p. 577-593.

PICCOLO, Helga Iracema Landgraf. Religião e participação política. In: RAMBO, Arthur Blásio e FÉLIX, Loiva Otero. (orgs.). *Revolução Federalista e os teuto-brasileiros*. São Leopoldo: Ed. Unisinos; Porto Alegre: Editora da Universidade/Ufrgs, 1995. p. 57-68.

PICCOLO, Helga Iracema Landgraf. *Vida política no século 19: da descolonização ao movimento republicano*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/Ufrgs, 1991.

PINTO, Celi Regina J. *Positivismo: um projeto político alternativo (RS: 1889-1930).* Porto Alegre: L&PM, 1986.

PINTO, Valdemiro Liberato. *Teoria e prática da regularidade maçônica*. Rio de Janeiro: Cátedra, 1984.

PORTO ALEGRE, Achylles. *Através do passado (chronica e história).* Porto Alegre, Globo, 1920.

PORTO ALEGRE, Achylles. *Homens ilustres do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Typ. do Centro, 1916.

PORTO ALEGRE, Achylles. *Vultos e factos do Rio Grande do Sul.* Porto Alegre: Livraria do Globo, 1919.

PORTO, A. Campos. *A Igreja Católica e a maçonaria: a decadência do catolicismo e a sua luta contra a maçonaria, o protestantismo e o judaísmo*. Rio de Janeiro: s/ed., 1957.

PORTO, Aurélio. Notas ao processo dos farrapos. *Publicações do Arquivo Nacional*. Rio de Janeiro. Arquivo Nacional. 1932. v. 31. p. 457-528

Primeiras cartas pastorais do RS, (1853-1859). Bispo D. Feliciano. Gravataí: Ed. Evangraf, 1988.

PROBER, Kurtz. *História do Supremo Conselho do Grau 33 do Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria Kosmos, 1981.

PUTZ, Ernesto. A maçonaria no Rio Grande do Sul. In: *Anais do 1º Simpósio de História da Imigração e Colonização Alemã no Rio Grande do Sul*. São Leopoldo: Ed. Rotermund, 1974. p. 159-168.

REGO, Mário Melo Carneiro do. *A maçonaria e a Revolução Pernambucana de 1817*. Recife: s/ed., 1912.

REICHARDT, H. Canabarro. Germano Hasslocher, centenário de nascimento. *Revista* do *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro. 1963. v. 259. p. 170-180.

REIS, Carlos A (org.). *Álbum do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Typ. de Cesar Reinhardt, 1905.

REIS, João José. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

REIS, Jorge. *Apontamentos históricos e estatísticos de Bagé*. Bagé: Typ. do Jornal do Povo, 1911.

REVERBEL, Carlos. Evolução da imprensa rio-grandense (1827-1845). In: *Enciclopédia rio-grandense*. Porto Alegre: Sulina, 1968. v. 2, p. 241-264.

RIZZINI, Carlos. Dos clubes secretos às lojas maçônicas. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro. 1946. v. 190. p. 29-44.

ROCHA POMBO, José Francisco da. *História do Brasil*. São Paulo: Melhoramentos, 1941. (4. v.).

ROCHA, Prudêncio. *A história de Cruz Alta. Cruz Alta*: Gráfica Mercúrio, 1980.

RODRIGUES, Cláudio Oraindi. *São Borja e sua história*. São Borja: s/ed., 1982.

RODRIGUES, José Honório. *Teoria da história do Brasil: introdução metodológica*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978.

RODRIGUES, Ricardo Vélez. A propaganda republicana. In*: Curso de introdução ao pensamento político brasileiro*. Brasília: Editora da UnB, 1982. p. 69-92. (Unidade III e IV).

ROSA, Isaldina V. do Pilar. *Um povo...uma cruz...uma cidade...Cruz Alta*. Rio de Janeiro: Tipo Editor, 1981.

ROSELL, Avenir. El fusilamiento de Francisco Ferrer y sus repercuciones en el Uruguai. *Hoy es Historia*. Montevidéu. 1988, ano 5, n. 29. p. 25-38.

RÜDIGER, Francisco Ricardo. O nascimento da imprensa no Rio Grande do Sul. *Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFRGS*. Porto Alegre. 1985. p. 116-43.

SANI, Giocomo. Cultura Política. In*:* BOBBIO, Norberto, MATTEUCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política.* Brasília: Editora da UnB, 1986. p. 306

SANTOS, Sebastião Dodel dos. *Dicionário ilustrado da maçonaria*. Rio de Janeiro: Essinger, 1984.

SANTOS, Sebastião Dodel dos. *Maçonaria: bosquejo histórico, datas e fatos, fatos e datas, lendas, os religiosos e a ordem maçônica*. Rio de Janeiro: s/ed., 1993.

SCHERER, Cardeal Vicente. Dom Sebastião e a questão religiosa de 1873/74. Estudo apresentado em 25 de setembro de 1978, ao ser recebido como membro efetivo no IHGRGS. *Boletim da Arquidiocese de Porto Alegre*. (Separata). Ano LXVII, fasc. 9-10, set-out. 1978.

SCHNEIDER, Regina Portella. *A instrução pública no Rio Grande do Sul (1770-1889)*. Porto Alegre: Editora da Universidade/Ufrgs/EST Edições, 1993.

SCHRÖDER, Celso. Uma instituição benemérita. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.* Porto Alegre. 1936. 4º trimestre. p. 205-217.

SCHULZ, John. O exército e o império. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História geral da civilização brasileira.*. São Paulo: Difel, 1985. v. 6. p. 235-258.

SENNA, Vanildo de. *Fundamentos jurídicos da maçonaria especulativa*. Rio de Janeiro: Editora Maçônica, 1981.

SILVA, João Pinto da. *A Província de S. Pedro (interpretação da história do Rio Grande).* Porto Alegre: Globo, 1930.

SOARES, Mozart Pereira. *Santo Antônio da Palmeira*. Porto Alegre: Bels, 1974.

SOUSA JÚNIOR, Antônio. Guerra do Paraguai. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de e CAMPOS, Pedro Moacyr (orgs.). *História geral da civilização brasileira*. São Paulo: Difel, 1985. v. 6. p. 299-314.

SOUZA DOCCA, Emílio Fernandes de. *História do Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro: Organização Simões, 1954.

SPALDING, Walter. *A Revolução Farroupilha*. São Paulo: Nacional, 1939.

SPALDING, Walter. *Farrapo*. Porto Alegre: Sulina, s/d.

SPALDING, Walter. Itinerário da literatura sul-rio-grandense. In: *Enciclopédia Rio-Grandense.* Porto Alegre: Sulina, 1968. v. 2. p. 189-239.

SPALDING, Walter. Os Abbott no Rio Grande do Sul. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro. 1965. v. 266. p. 41-51.

SPALDING, Walter. Propaganda e propagandistas republicanos no Rio Grande do Sul. *Revista do Museu Júlio de Castilhos e Arquivo Histórico do Estado do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre. 1952, ano 1, n. 1. p. 57-136.

TEIXEIRA PINTO. *A maçonaria na independência do Brasil (1812-1823).* Rio de Janeiro: Salagan, 1961.

TIMM, Octacílio B. e GONZALEZ, Eugênio (orgs.). *Álbum ilustrado do Partido Republicano Castilhista*. Porto Alegre: Livraria Selbach, 1934.

TORRES, Joaquim Alves. *O dever*. Porto Alegre: Globo, 1901.

TOURRET, Fernand. *Chaves da franco-maçonaria*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

TRINDADE, Hélgio. Aspectos políticos do sistema partidário republicano rio-grandense (1882-1937). In: DACANAL, José Hildebrando e GONZAGA, Sérgius (orgs.). *RS: Economia e política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979.

Vademecum Maçônico contendo: codigo dos princípios maçônicos; máximas para a câmara das reflexões; dicionário maçônico; abcedário, etc. (traduzido, compilado e adaptado ao meio rio-grandense). 3. ed. Porto Alegre: A Mazeron, 1895.

VAILLANT, Don Adolfo. Una historia de la masonería uruguaia. *Hoy es historia.* Montevidéu. 1984, ano 1. n. 2. p. 36-49.

VANDERMEER, Philip. R. The new political history program and prospects. In: IGGERS, G. e PARKER (Org.). *International handbook of historical studies. Contemporary research and theory*. Londres; Methuen, 1980.

VARELA, Alfredo Augusto. *História da grande revolução*. Porto Alegre: Globo, 1933. (6. v.).

VARNHAGEN, Francisco Adolfo. *História da independência do Brasil até o reconhecimento pela antiga metrópole, compreendendo separadamente a dos sucessos ocorridos em algumas províncias até essa data.* São Paulo: Melhoramentos, 1957.

VEYNE, Paul. *Como se escreve a história*. Brasília: Editora da UnB, 1992.

VIEIRA, Davi Gueiros. *O protestantismo, a maçonaria e a questão religiosa no Brasil.* Brasília: Ed. da UnB, 1980.

VIGNI, Francesca. La masonería femenina italiana entre los siglos XIX y XX. In: FERRER BENIMELI, Jose Antônio. (coord.). *La masonería española entre Europa y America:* VI Symposium Internacional de Historia de la Masonería española. Zaragoza: Gobierno de Aragon/ Cometa, 1995. v. 1, p. 221-230

VILELA, Gabriel. *Católico maçom e maçom católico*. Petrópolis: Vozes, 1953.

VILLAÇA, Antônio Carlos. *O pensamento católico no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

VILLAS-BÔAS, Pedro Leite. *Dicionário bibliográfico gaúcho*. Porto Alegre: EST/ EDIGAL, 1991.

WEBER, Max. *Ensaios de sociologia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

WEHLING, Arno. *A invenção da história: estudos sobre o historicismo*. Rio de Janeiro: Editoria Central da Universidade Gama Filho; Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 1994.

WEREBE, Maria José Garcia. A educação. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. (org.). *História geral da civilização brasileira.* São Paulo: Difel, 1985. v. 6. p. 366-383.

ZAVALA, Iris M. *Masones, comuneros y carbonarios*. Madrid: Siglo XXI España Editores, 1971.

3.2. Bibliografia complementar

ABRÃO, Nicolau da Silveira. *História do município de Caçapava do Sul*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1992.

ADAMI, João Spadari. *História de Caxias do Sul (educação): 1877 a 1967*. Porto Alegre: Edições EST, 1981.

ALBERTON, Valério. Estudos Maçonológicos. In: *Gafes e mancadas antimaçônicas e maçônicas.* Londrina: A Trolha, 1991. p. 113-121.

ALBERTON, Valério. Maçonaria. In: *Guia para o diálogo inter-religioso*. CNBB. São Paulo: Paulinas, 1987. p. 243-267.

ALVES, Francisco das Neves e TORRES, Luiz Henrique. *A cidade do Rio Grande: uma abordagem histórico-historiográfica*. Rio Grande: Universidade do Rio Grande, 1997.

ANTUNES, Deoclécio Paranhos. *História de Rio Pardo, subsídios para a história do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1933.

ARAÚJO, José Carlos Souza. *Igreja Católica no Brasil - um estudo da mentalidade ideológica*. São Paulo: Paulinas, 1986.

AZZI, Riolando. *A crise da cristandade e o projeto liberal - história do pensamento católico no Brasil II*. São Paulo: Paulinas, 1991.

BASTOS, Octaviano de Menezes. *Pequena enciclopédia maçônica*. São Paulo, 1953.

BELTRÃO, Romeu. *Cronologia histórica de Santa Maria e do extinto município de São Martinho (1787-1930).* Canoas: Ed. La Salle, 1979.

BENTO, Cláudio Moreira. *Santa Vitória do Palmar na história militar*. Rio de Janeiro: Centro de Documentação do Exército, 1974.

BOOR, J. *Masonería.* Madrid: Gráficas Valera, 1952.

BRANCO, Pércio de Moraes. *Lagoa Vermelha e municípios vizinhos: aspectos naturais, história, genealogia e memória*. Porto Alegre: EST, 1983.

BRONWILL, Charles Lafayette. *O que é maçonaria*. Rio de Janeiro: Aurora, s/d.

CAMINO, Rizzardo da e CAMINO Odéci Schilling da. *Vade-mecum do simbolismo maçônico*. Rio de Janeiro: s/ed., 1983.

CAMINO, Rizzardo da. *A maçonaria*. Porto Alegre: Tchê, 1988.

CAMINO, Rizzardo da. *Reflexões de um aprendiz*. Londrina: A Trolha, 1992.

CARO, José Maria Cardenal. *El misterio de la masonería*. Madrid: Sinopsis, 1948.

CARVALHO, Assis. *A maçonaria: usos e costumes*. Londrina: A Trolha, 1994. v. 1.

CASTELLANI, José. *A maçonaria e sua política secreta*. São Paulo: Traco, 1981.

CASTELLANI, José. *Histórias pitorescas de maçons célebres*. Londrina: A Trolha, 1997.

CASTELLANI, José. *Origens do misticismo na maçonaria*. São Paulo: Traco, 1982.

CASTELLANI, José. Os primórdios da maçonaria portuguesa. *O Prumo.* Ano 25. n. 103, julho/agosto de 1995. p. 21.

COELHO DE SOUZA, J. P. *O sentido e o espírito da Revolução Farroupilha*. Porto Alegre: Globo, 1945.

COSTA, Frederico Guilherme. *Maçonaria: um estudo da sua história*. Londrina: A Trolha, 1991.

DAMASCENO, Athos. *Palco, salão e picadeiro em Porto Alegre no século XIX*. Porto Alegre: Globo, 1956.

DE BONI, Luís A. *Bento Gonçalves era assim: relatórios de autoridades italianas sobre os primórdios de Bento Gonçalves*. Porto Alegre: EST; Caxias do Sul: Correio Riograndense; Bento Gonçalves: Fundação Educacional da Região dos Vinhedos, 1985.

DREHER, Martin Norberto. *Igreja e germanidade: estudo crítico da história da Igreja Evangélica de confissão luterana no Brasil*. Caxias do Sul/ Ed. Sinodal/ Ed. da Universidade de Caxias do Sul, 1986.

DUARTE, Manoel. A Revolução Farroupilha, causas sociais, políticas e econômicas. *Anais do 1º Congresso de História e Geografia Sul-riograndense*. IHGRGS. Porto Alegre. 1936. v. 2. p. 145-214.

FERNANDEZ CABRELLI, Alfonso. *Iglesia y masonería en la reforma de la escuela uruguaia*. *Hoy es historia.* Montevidéu. 1991, ano 8. n. 44. p. 44-58.

FERRER BENIMELI, José Antônio. *Los archivos secretos vaticanos y la masonería: motivos politicos de una condena pontifícia*. Caracas: Universidad Catolica "Andres Bello", 1976.

FERRER BENIMELI, José Antônio. *Maçonaria e Igreja Católica: ontem, hoje e amanhã*. São Paulo: Ed. Paulinas, 1983.

FONSECA, Walter Luiz M. S. da. *Jacques de Molay: os templários e a maçonaria*. Londrina: A Trolha, 1993.

FRANCO, Tito. *Monarquia e monarquistas*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/ Massangana, 1990.

FRAU ABRINES, Lorenzo. *Diccionario enciclopedico abreviado de la masonería*. México: Companhia General de Ediciones, 1955.

GRAINHA, E. Borges. *História da franco-maçonaria em Portugal (1733-1912*). Lisboa: Editora Limitada, 1913.

GRUNUPP, George. *Conheça a maçonaria do Brasil*. São Paulo: A Gazeta Maçônica, 1984.

HUNSCHE, Carlos Henrique. *Protestantismo no sul do Brasil, nos 500 anos de nascimento de Lutero (1483-1983).* Porto Alegre/ EST; São Leopoldo/ Sinodal, 1983.

LACOMBE, Américo Jacobina. O Estado e a Igreja (a Igreja no 2º Reinado). In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.* Rio de Janeiro. 1977. v. 314. p. 205-225.

LIMA, Adelino de Figueiredo. *Nos bastidores... Episódios dramáticos da história das sociedades secretas nas lutas pela liberdade e pela independência política dos povos*. Rio de Janeiro: Aurora, 1953.

LINHARES, Marcelo. *História da maçonaria*. Londrina: A Trolha, 1997.

LINO, J. Teixeira. *Históricos maçônicos e maçonaria no mundo*. São Paulo: Ed. O Jornal o Malhete, 1957.

LINS, Ivan Monteiro de Barros. *Católicos e positivistas*. Rio de Janeiro, 1937.

LOPES NETO, J. Simões. *Apontamentos referentes à história de Pelotas e de outros dois municípios da zona sul: São Lourenço e Canguçu*. Pelotas: Armazém Literário, 1994.

LOPES, José Antônio Dias. *A cidade de Dom Pedrito*. Porto Alegre: Globo, 1972.

LUDENDORFF, General Erich. *Destrucción de la masonería mediante la revelación de sus secretos*. Buenos Aires: Editorial *La Acácia*, 1947.

MIRANDA, Eduardo Jara. *Masonería y sociedad*. Las Condes: Ediciones Mar del Plata, 1986.

MORAES, Evaristo de. *Da monarquia para a república (1870-1889).* Brasília: Editora da UnB, 1985.

MORTIZ, Gustavo. *Acontecimentos políticos do Rio Grande do Sul, 89, 90, 91*. Porto Alegre: Typ. Thurmann, 1939.

MOTTA, José do Patrocínio. *República fratricida: revoluções rio-grandense de 1835-1932*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1985.

MÜLLER, Telmo Lauro. *Colônia Alemã: história e memórias*. Caxias do Sul: UCS/EST, 1978.

NOGUEIRA, Ocatviano e FIRMO, João Sereno. *Parlamentares do Império*. Brasília: Senado Federal, 1973.

PALOU, Jean. *La francmasonería*. Buenos Aires: Editorial Dedalo, 1979.

REVERBEL, Carlos. *Maragatos e pica-paus: guerra civil e degola no Rio Grande*. Porto Alegre: L & PM Editores, 1985.

RIBEIRO, Boanerges. *Protestantismo no Brasil monárquico, 1822-1888 - aspectos culturais de aceitação do protestantismo no Brasil*. São Paulo: Pioneira, 1975.

RILLO, Apparício Silva & O'DONELL, Fernando O. *O populário são-borjense.* Porto Alegre: Martins Livreiro, 1991.

RODRIGUES, Anna Maria Moog. *A Igreja na República.* Brasília: Ed. da UnB, 1981.

SALIS, Eurico I. *História de Bagé: ama sua terra quem a conhece*. Porto Alegre: Globo, 1955.

SANTOS FILHO, Lycurgo. Sociedades literárias do século XVIII. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.* Rio de Janeiro. 1965. v. 267. p. 43-60.

SANTOS, João Bento dos. *A maçonaria na história: suas lutas, suas conquistas, dados*. Recife: s/ed., 1983.

SCHIERHOLT, José Alfredo. *Lajeado I.* Lajeado: Prefeitura Municipal, 1992.

SILVA, Aristóteles Vaz de Carvalho. *São Gabriel na história, o drama da fronteira*. Porto Alegre: Gráfica e Editora Cital, 1963.

SILVA, Israel Correa. Religiões acatólicas no estado. In: COSTA, Alfredo R. da. *O Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1922.

SILVEIRA, José Luiz. *Revelações históricas da maçonaria*. Santa Maria: Pallotti, 1995.

SILVESTRE, Frei Isidro. *Maçonaria: sua origem e atividades*. Rio de Janeiro: s/ed., 1949.

SIMCH, Alfredo. *Monografia do município de São Jerônimo*. Porto Alegre: Livraria Andradas, 1943.

SOARES, Solon Macedônia. *Santo Antônio da Patrulha, o bastião do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Typ. do Centro, 1944.

TABORDA, Tarcísio Antônio Costa. *Governos e Governantes de Bagé: esboço da história política municipal, informações, documentos, legislação*. n. 1. Série II. Bagé: Museu Dom Diogo de Souza, 1966.

VILLAÇA, Antônio Carlos. Dom Antônio de Macedo Costa, depois da questão religiosa. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Anais do Congresso de História do Segundo Reinado, Brasília (1975)*. Rio de Janeiro. 1984. p. 479-487.

WERLANG, William. *História da colônia de Santo Ângelo*. v. 1. Santa Maria: Pallotti, 1995.

ANEXOS

ANEXO 1
QUADRO DE DIRIGENTES MAÇONS NO RIO GRANDE DO SUL (total de 978)[798]

NOME	CIDADES(S)	LOJA(S)	ANO(S)	INFORMAÇÕES BIOGRÁFICAS
Abelardo de Almeida Campos	São Martinho	Aurora da Serra	1898	
Abílio Pereira dos Santos	São Martinho	Aurora da Serra	1898	1- Funcionário Público (Juiz Seccional)
Adão Bender	Novo Hamburgo	Força e União	1879	
Adão Hofstätter	Nova Petrópolis	Zum Treuen Bund	1895	
Adão Schell	Passo Fundo	Concórdia III	1876	1- Comerciante / 2- Político Local
Adelgides Antônio Figueiredo	Porto Alegre	Esperança	1900	1- Funcionário Público / 2- Político Local
Adhemar Ernesto Fischer	Santa Maria	Deus e Humanidade	1898	
Adolpho Emiliano Cunha	S. José do Norte	São José	1898	
Adolpho Pinheiro Guimarães Dourado	Bento Gonçalves	Concórdia	1894	
Adolpho Rios de Moura	Santa Maria	Deus e Humanidade	1898	(Químico ?)
Affonso Antônio Morais	Santa Maria	Deus e Humanidade	1898	
Affonso Carlos de Rezende	Rio Pardo	Amor ao Próximo	1894	
Affonso Cortes Taborda	Santo Ângelo	Luz da Serra	1882	(Juiz Distrital)
Affonso Emílio Massot	Pelotas	Rio Branco	1890	1- Funcionário Público/ Militar (Brigada Militar) / 4- Professor /Escritor
Affonso Gomes Souto	Rosário do Sul	Filantropia Rosariense	1875	
Affonso Guerreiro de Lima	Porto Alegre	Regeneração	1898	1- Professor/ 4- Escritor
Affonso Hebert	Porto Alegre	Luz e Ordem / Progresso da Humanidade.	1895	1- Funcionário Público / 3- Engenheiro
Agapito Gonzales	Porto Alegre	Cruzeiro do Sul	1899	
Agostinho José Loureiro (Lourenço) ?	Porto Alegre	Regeneração	1898	1- Jornalista / Guarda-livros
Agostinho Lopes Nunes	São Gabriel	Rocha Negra	1873	(Juiz de Paz)
Albert Deistel	Porto Alegre	Harmonia IV	1895	
Alberto Fehlhaner	Porto Alegre	Harmonia IV	1895	
Albino da Silva Silveira	Erval	Aurora Ervalense	1898	1- Comerciante / Farmacêutico (Juiz de Órfãos) / 2- Político Local
Albino de Bem	Caçapava	Paz e Prosperidade	1897	
Albino Klein	São Leopoldo	Rocha Negra	1898	
Alcebíades Cavalcanti de Albuquerque				1- Magistrado / 3- Advogado
Alcides Ferreira Lopes	Porto Alegre	Estrela de Jerusalém	1898	
Alencastro Carneiro Fontoura	Dom Pedrito	União Pedritense	1898	2- Político Regional
Alexandre Bernardino de Moura	Porto Alegre	Luz e Ordem	1876	1- Advogado (Promotor Público)/ 4- Jornalista (Partenon Literário)
Alexandre Canali	Caxias do Sul	Força e Fraternidade	1888	
Alexandre do Nascimento Frazão	Alegrete	Humanidade e Justiça	1845	(Juiz de Municipal e de Órfãos)
Alexandre Gadet (Gadret)	Pelotas	Honra e Humanidade	1855	
Alexandre José da Silva Araújo	Porto Alegre	Fidelidade e Firmeza	1899	
Alexandre Lenis de Oliveira	Dom Pedrito	União Pedritense	1874	
Alfredo de Aquilar	Passo Fundo	Concórdia do Sul	1898	
Alfredo de Oliveira Guimarães	Porto Alegre	Estrela de Jerusalém	1898	
Alfredo Egers	Porto Alegre	Cruzeiro do Sul	1899	
Alfredo Ernesto Ferreira	São José do Norte	São José	1899	

[798] O não preenchimento dos espaços indica falta de informação; quando aparece a interrogação (?), existem dúvidas em relação ao dado.

Alfredo Lima	Bento Gonçalves	Concórdia	1894	
Alfredo Marques Coimbra	Porto Alegre	Cruzeiro do Sul	1899	
Alfredo Pinheiro Machado	Santo Ângelo	Luz da Serra	1882	
Alfredo Rodrigues de Oliveira	Rio Grande	União Constante	1885	1- Jornalista
Alfredo Santos	Rio Grande	União Constante	1898	
Alfredo Schwarzbold	Nova Petrópolis	Zum Treuen Bund	1895	
Alfredo Steglich	Nova Petrópolis	Zum Treuen Bund	1895	1- Funcionário Público / 2- Político Local
Alfredo Westphalen	Palmeira das Missões	Humanidade	1897/1899	1- Comerciante / Funcionário Público / 2- Político Local / 3- Médico
Álvaro Cezar de Macedo	Camaquã	Vanguarda	1898	
Amador Alves de Oliveira	Osório (Conceição do Arroio)	Amor à Virtude	1897	
Amaro Gomes Souto	Rosário do Sul	Filantropia Rosariense	1875	
Américo Ferreira da Silva	Rosário do Sul	Filantropia Rosariense	1875	
Anacleto Ramos Contreiras	Porto Alegre	Orientação	1893	1- Funcionário Público (militar ?)
Angélico José de Barros	São Gabriel	Rocha Negra	1873	
Angelino dos Santos Petinga	Palmeira das Missões	Humanidade	1897	
Ângelo Chittolina	Caxias do Sul	Força e Fraternidade	1888	2- Político Local
Ângelo Caldonazzi	Rio Grande	Filantropia	1899	1- Jornalista
Ângelo de Felippo	Passo Fundo	Concórdia do Sul	1898	
Ângelo Dourado	Rio Grande	Acácia Rio Grandense	1898/1900	1- Médico / 4- Escritor
Ângelo Pieri	Porto Alegre	Amor e Caridade IV	1896	
Anibal Querino da Silva	Alegrete/Porto Alegre	Triunfo da Razão/Emílio Ferreira	1875/1898	
Aniecto Gomes Castanho	Dom Pedrito	Cruzeiro do Sul III	1898	
Antenor Barcelos de Amorim	Porto Alegre	Dirigente/GOB	1898	1- Comerciante / Funcionário Público / 2- Político Regional
Antenore Zanoni	Bento Gonçalves	Concórdia	1894	2- Político Local
Antero Simões d' Ávila	Porto Alegre	Fidelidade e Firmeza	1897	
Antônio Alberto Ferreira Pinheiro	São Vicente	Fraternidade Vicentina	1898	
Antônio Alves da Silva Júnior	Rio Grande	Redenção	1876	
Antônio Alves Menezes	Porto Alegre	Cruzeiro do Sul	1899	
Antônio Antero Ribeiro	Cruz Alta	Harmonia Cruzaltense	1876	
Antônio Antunes Ribas	Porto Alegre	Diversas	1898	1- Magistrado / Chefe de Polícia do Estado / 2- Político Regional e Nacional / 3- Advogado / 4- Jornalista (Partenon Literário)
Antônio Araújo Castro Ramalho	Santiago	Estrela Santiaguense	1898	
Antônio Arnos Viana	Jaguarão	Luz Transatlântica	1898	
Antônio Augusto Sarmento Mello	Jaguarão	Luz Transatlântica	1874	2- Político Local
Antônio Cândido Coutinho	São Jerônimo	Águia Negra	1896	
Antônio Cândido Ferreira d' Abreu	São Leopoldo		1876	1- Magistrado / 3- Advogado
Antônio Cândido Ribeiro A. e Silva	Rio Pardo	Amor ao Próximo	1894	(Juiz de Órfãos)
Antônio Corrêa de Souza Peixoto	Porto Alegre	Grande Loja Provincial	1876	
Antônio da Silva Santos	Osório (Conceição do Arroio)	Amor à Virtude	1897	
Antônio de Azevedo Lima	Porto Alegre		1876	1- Funcionário Público / 2- Político Local / 4- Jornalista/ Escritor
Antônio de Freitas Lobo	Porto Alegre	Orientação	1899	
Antônio de Lima Prates	São Gabriel	Rocha Negra Riograndense	1897	
Antônio de Oliveira Penteado	Passo Fundo	Concórdia III	1876	

Antônio de S. Rebello	Pelotas	Rio Branco	1882	
Antônio de Souza Rosa	Porto Alegre	Dirigente do GORGS	1898	
Antônio Dias Valente	Piratini	Rio Branco III	1899	
Antônio Fernandes da Cunha	Porto Alegre	Orientação	1893	
Antônio Ferranetto	Bento Gonçalves	Concórdia	1894	1- Artista (Alfaiate)
Antônio Ferreira Bastos	Novo Hamburgo	Força e União	1876	1- Funcionário Público
Antônio Ferreira Bastos Filho	Novo Hamburgo	Força e União	1879	1- Funcionário Público / Professor
Antônio Ferreira de Souza				1- Magistrado / 3- Advogado
Antônio Francisco Ribeiro de Souza	Porto Alegre	Luz e Ordem	1899	
Antônio Freitas Lobo	Porto Alegre	Fidelidade e Firmeza	1897	
Antônio Gabriel Ferreira	Porto Alegre	Estrela de Jerusalém	1899	
Antônio Gomes Coelho do Valle	Alegrete	Harmonia Universal	1856	1- Funcionário Público/ Padre
Antônio Gomes Carôllo	Porto Alegre	Estrela de Jerusalém	1899	
Antônio Gomes da Silva	Porto Alegre	Luz e Ordem	1876	
Antônio Gomes Ferreira Filho	Bento Gonçalves	Concórdia	1894	
Antônio Gonçalvez de Castro	Lajeado	Luz e Caridade	1900	
Antônio Guimarães	Bagé	Fidelidade e Progresso	1889	
Antônio Ignácio de Oliveira	Montenegro	União	1894	
Antônio Jacinto Pereira	Porto Alegre	Grande Loja Provincial	1876	2- Político Local / (Juiz Municipal e de Órfãos)
Antônio Jaconis Villaça	Rio Grande	União Constante	1885	
Antônio João de Almeida	Pelotas	Comércio e Indústria	1876	
Antônio Joaquim de Lemos	Dom Pedrito	Cruzeiro do Sul III	1898	
Antônio Joaquim Pereira Coimbra	São Gabriel	Rocha Negra	1873	
Antônio Joaquim Marques de Carvalho Júnior	Bento Gonçalves	Concórdia	1894	2- Político Local
Antônio José Dantas da Gama	Porto Alegre	Regeneração	1899	1- Comerciante
Antônio José da Motta	Caçapava	Paz e Prosperidade	1897	(Juiz de Paz e Distrital)
Antônio José da Silva	Porto Alegre	Fidelidade e Firmeza/ Emílio Ferreira	1897	1- Industrialista (Juiz Municipal)
Antônio José da Silva Loureiro	Passo Fundo	Concórdia III	1876	1- Comerciante / Industrialista
Antônio José de Moraes (Júnior ?)	Encruzilhada/Cruz Alta	União Fraternal/ Harmonia Cruzaltense	1896/1899	1- Magistrado / 3- Advogado
Antônio José Gonçalves	S. Vitória do Palmar	Acácia Vitoriense	1896	(Juiz de Paz)
Antônio José Pereira Gomes	S. Antônio da Patrulha	Amor e Luz	1894	(Juiz Distrital)
Antônio José Pereira Júnior	Porto Alegre	Progresso da Humanidade	1872	4 - (Partenon Literário)
Antônio Júlio Viamonte	Pelotas	Comércio e Indústria / Rio Branco	1876/1898	
Antônio Júnior Taborda	Porto Alegre	Cruzeiro do Sul	1899	
Antônio Labriola	Encruzilhada	União Fraternal	1896	
Antônio Luiz Pereira de Oliveira	Porto Alegre	Dirigente GOB		
Antônio Manduca	Bagé	Amizade	1894	1- Comerciante / Industrialista
Antônio Manoel Leite do Amaral	Palmeira das Missões	Humanidade	1897	
Antônio Manuel de Mesquita	Osório (Conceição do Arroio)	Amor à Virtude	1897	
Antônio Maria Barbieri	Dom Pedrito	União Pedritense	1874	
Antônio Maria de Freitas Santos	Porto Alegre	Fidelidade e Firmeza	1873	
Antônio Marques de Farias	Pelotas	Rio Branco	1882	
Antônio Marques França	Dom Pedrito	União Pedritense	1874	2- Político Local (Guarda Nacional)
Antônio Máximo Gomes de Sá	Alegrete	Triunfo da Razão	1875	
Antônio M. Lemos Júnior	Rio Grande	União Constante	1885	
Antônio Moreira Garcez	Dom Pedrito	Cruzeiro do Sul III	1898	
Antônio Nunes Ribeiro	Porto Alegre	Cruzeiro do Sul	1899	
Antônio Nogueira Barbosa	Camaquã	Amor e Humanidade	1897	
Antônio Otto Ruhe	S. Sebastião do Caí	Confraternização	1895	
Antônio Pedro Caminha	Porto Alegre	Progresso da	1899	1- Magistrado / 2- Político

		Humanidade		Regional (Guarda Nacional) / 3- Advogado / 4- Jornalista
Antônio Pereira de Almeida	Passo Fundo	Concórdia III	1876	
Antônio Pereira Prestes	Porto Alegre	Fidelidade e Firmeza	1873	1- Advogado / Funcionário Público /(Juiz Municipal) / 2 Político Regional
Antônio Pereira Valente	Carazinho	Deus e Progresso	1898	
Antônio Pieruccini	Caxias do Sul	Força e Fraternidade	1888	1- Industrialista / Viticultor
Antônio Pinto Palmeiro da Fontoura	São Gabriel/ Porto Alegre	Rocha Negra / Orientação / Cruzeiro do Sul	1873/1893	1- Jornalista / 2- Político Local / 4- (Partenon Literário)
Antônio Rodrigues Autran	Uruguaiana	Cruzeiro do Sul	1899	1- Magistrado / 2- Político Regional / 3- Advogado.
Antônio Rodrigues de Carvalho	Dom Pedrito	Cruzeiro do Sul III	1898	4- (Partenon Literário)
Antônio Rodrigues Ribeiro da Fonseca	Pelotas	Artista	1876	
Antônio Rodrigues Tavares	Porto Alegre	Luz e Ordem	1876	1- Bancário
Antônio S. Amaro de Frassão	Porto Alegre	Amor e Caridade IV	1896	
Antônio Stenzel Filho	Osório (Conceição do Arroio)	Amor à Virtude	1897	1- Funcionário Público / 4 Escritor
Antônio Teixeira do Amaral	Palmeira das Missões	Humanidade	1898	
Antônio Veríssimo da Costa	Dom Pedrito	União Pedritense	1874	
Antônio Xavier de Oliveira	Pelotas	Rio Branco	1882	
Aparício Mariense da Silva	São Borja	Vigilância e Fé	1887	1- Proprietário Rural / 2- Político Local, Regional e Nacional (Guarda Nacional)
Aristides Epanimondas de Arruda	Santa Vitória do Palmar	Acácia Vitoriense	1896	1 - Advogado / 4- Jornalista
Arlindo Pedro Caminha	Porto Alegre	Progresso da Humanidade	1899	
Arnaldo Bier	São Leopoldo	Redenção	1896	2 - Político Regional
Arno Philippe	Porto Alegre	Harmonia IV	1895	1- Jornalista / Professor / 2- Político Regional / 4 Escritor
Arthur Ferreira de Macedo	Cachoeira	Progresso Municipal	1895	(Juiz Distrital)
Arthur Hermsdorf	Santa Cruz do Sul	Lessing	1895	
Arthur Job	Bento Gonçalves	Concórdia	1894	1- Advogado
Arthur Rodrigues da Silva Lopes	São Gabriel	Rocha Negra Riograndense	1897	(Juiz Distrital)
Arthur Toscano Soares Barbosa	Porto Alegre	Luz e Ordem	1899	1- Jornalista
Ataliba Emílio Ignácio Rossler	Bento Gonçalves	Concórdia	1894	
Augusto Beathgen	Pelotas	Honra e Humanidade	1855	
Augusto César Bastos	Itaqui	Progresso Itaquiense	1876	
Augusto Cézar da Silva	Jaguarão/ Porto Alegre	Luz Transatlântica/ Orientação	1874/1893 /	1- Militar
Augusto da Fonseca	Bagé	Cruzeiro do Sul	1873	
Augusto Cézar de Araújo Bastos Júnior	Uruguaiana	Cruzeiro do Sul	1899	
Augusto Edmundo Moojem	Lagoa Vermelha	Atalaia do Norte	1898	2- Político Local (Guarda Nacional)
Augusto Fernandes Franco	Rosário do Sul	Filantropia Rosariense	1875	(Juiz Distrital)
Augusto Flores Salgado	São Lourenço	Fonte da Luz	1897	
Augusto Frederico Pacheco	Porto Alegre	Orientação	1893/1899	1- Militar
Augusto Geisel	Teutônia	Zur Trene Und Redlichekeit	1899	1- Escrivão
Augusto Gloeden	Bento Gonçalves	Concórdia	1894	1- Funcionário Público
Augusto Henrique Bennet	Porto Alegre	Luz e Progresso	1899	1- Bancário
Augusto Jayme Walmrath	Porto Alegre	Fidelidade e Firmeza	1897	
Augusto Kruel Uflacker	Livramento	Caridade Santanense	1900	1- Magistrado / 3- Advogado / 4- Jornalista /Escritor
Augusto Kruser	Taquara	Águia Branca	1895	
Augusto Lehmann	Porto Alegre	Zur Eintracht	1876	

Augusto Rodrigues Totta	Porto Alegre	Luz e Progresso	1899	1- Funcionário Público / 4- Escritor (Partenon Literário).
Augusto Steigleder	São Leopoldo	Rocha Negra	1899	
Augusto Suplat	Rosário do Sul	Filantropia Rosariense	1875	
Aureliano Jaime Ferreira Bastos	Bento Gonçalves	Concórdia	1894	
Avelino Moreira da Silva	Porto Alegre	Luz e Ordem	1898	
Avelino de Lima Py	Guaíba (Pedras Brancas)	Liberdade	1898	2 - Político Regional
Baldoíno Herrmann	Novo Hamburgo	Luz/ Dirigente GOB	1900	1- Comerciante
Balduino Röhring	Porto Alegre	Dirigente GORGS	1898	1- Capitalista
Balthazar de Bem e Canto	Caçapava	Paz e Prosperidade	1897	1- Comerciante / 2- Político Local / 4- Escritor
Belizário Augusto da Silveira	São José do Norte	São José	1899	
Belmiro Contes Taborda	Santo Ângelo	Luz da Serra	1882	
Benjamin Avelino Morais	Guaíba (Pedras Brancas)	Liberdade	1898	
Benjamin Cortes Rodrigues	Caxias do Sul	Força e Fraternidade	1888/1892	2- Político Local
Benjamin Gomes	Santa Vitória do Palmar	Acácia Vitoriense	1898	1- Funcionário Público / 4- Jornalista
Bento Cunha	Cruz Alta	Harmonia Cruzaltense	1895	
Bento Riopardense de Oliveira	S. Francisco de Assis	Fraternidade	1899	
Bento Rodrigues Salazar	Porto Alegre	Regeneração	1895	1- Comerciante
Bernardes Floriano de Brito	Bagé	Fidelidade e Progresso	1889	(Guarda Nacional)
Bernardino Bandeira de Mello Feijó	Porto Alegre	Amor e Caridade	1898	
Bernardino da Senna Costa Feitosa	Bagé	Amizade	1894	1- Magistrado / 2- Político Regional / 3- Advogado
Bernardo A. Pinto Brandão	Palmeira das Missões	Humanidade	1897	1- Padre
Bernardo Corrêa Gomes de Oliveira	Pelotas	Comércio e Indústria	1876	
Bernardo Lichtenfel	Santa Maria	Deus e Humanidade	1898	
Boaventura Marques da Silva	Porto Alegre	Dirigente GOB	?	
Boaventura Subtil de Oliveira	Carazinho	Deus e Progresso	1898	
Bonifácio Pereira Gomes	Santo Ângelo	Venâncio Aires	1898	1- Funcionário Público/ 3- Engenheiro/ 4- Jornalista
Braúlio Fernandes Pessoa	São Gabriel	Rocha Negra	1880 /1898	(Guarda Nacional)
Camilo de Souza Pinto	Porto Alegre	Luz e Ordem		
Camilo de Souza Sobrinho	São Gabriel	Rocha Negra Riograndense	1897	
Camilo Leiendecker	Bento Gonçalves	Concórdia	1894	2- Político Local
Cândido Alves Machado	Cruz Alta	Harmonia Cruzaltense II	1895	1- Médico / 2- Político Local e Regional (Guarda Nacional)
Cândido de Fanfa Ribas	Santa Maria	Luz e Fraternidade	1899	1- Jornalista / 2- Político Local
Cândido Dias Carvalho (Guimarães) ?	Lagoa Vermelha	Atalaia do Norte	1898	2- Político Local
Cândido Emílio dos Santos Falcão	São Borja	Vigilância e Fé	1875	
Cândido José de Araújo Viana	Camaquã	Tolerância e Amizade	1857	
Cândido Lopes de Oliveira	Passo Fundo	Concórdia III	1876	1- Funcionário Público / 2- Político Local e Regional / 3- Advogado
Cândido Miranda e Castro	Dom Pedrito	União Pedritense	1874	1- Jornalista / 4- Ator de teatro
Cândido Nunes Vieira	Santiago	Estrela Santiaguense	1898	
Cândido Pinto Braga	Encruzilhada	União Fraternal	1896	(Juiz Municipal)
Cândido Sarlenave	Dom Pedrito	União Pedritense	1898	1- Comerciante / 2- Político Local
Carl Erdmann	São Leopoldo	Estrela do Oriente III	1876	1- Industrialista / Químico
Carlos Andrade Araújo	Bagé	Fidelidade e Progresso	1898	
Carlos Becker	Porto Alegre	Zur Eintracht	1876	1- Comerciante / Empresário

Carlos Boher Filho	Porto Alegre	Orientação	1893	
Carlos Costa Bandeira	Teutônia	Zur Trene Und Redlicheit	1899	
Carlos da Fontoura Barreto	Dom Pedrito	União Pedritense	1898	1- Proprietário Rural (Guarda Nacional)
Carlos da Gama Lobo d' Eça	Porto Alegre	Regeneração	1899	1- Proprietário
Carlos de Anorão Neves	Porto Alegre	Orientação	1893	(Militar ?)
Carlos Deppermann	Porto Alegre	Harmonia IV	1895	
Carlos Dienstbach	São Leopoldo	Rocha Negra	1898	
Carlos Emílio Schmidt	São Leopoldo	Redenção	1896	
Carlos Frederico Aichinger	Novo Hamburgo	Força e União	1894	
Carlos Frederico Bier	São Leopoldo	Redenção	1896	1- Industrialista / 2- Político Local
Carlos Frederico Mesquita	São Borja	Vigilância e Fé	1899	1- Militar
Carlos Goedein	Porto Alegre	Harmonia IV	1895	
Carlos Guilherme Altenberg	Porto Alegre	Regeneração	1895	1- Comerciante
Carlos Guilherme Ludwig	Taquara	Águia Branca	1895	
Carlos Jansen	Porto Alegre	Zur Eintracht	1876	1- Professor / 4- Jornalista / Escritor
Carlos João Schnöeder	Porto Alegre	Zur Eintracht	1876	
Carlos (Júlio) Becker	Porto Alegre	Zur Eintracht	1876	1- Comerciante
Carlos Kampger	S. Antônio da Patrulha	Amor e Luz	1894	
Carlos Klinger de Oliveira	Montenegro	União	1894	
Carlos Léon Dubois	Porto Alegre	Luz e Ordem / Luz e Progresso	1869/1898	
Carlos Leopoldo Voges	Taquari	Esperança e Fé	1900	
Carlos Marin	Jaguarão	Luz Transatlântica	1871	
Carlos Oceano Silva Santiago	Bagé	Fidelidade e Progresso	1898	
Carlos Pohlmann	Porto Alegre	Zur Eintracht	1876	1- Comerciante
Carlos Rodrigues da Silva	Porto Alegre	Amor e Caridade	1898	1- Professor
Carlos Schaeffer	São Leopoldo	Rocha Negra	1898	
Carlos Trein Filho	Santa Cruz	Lessing	1899	1- Funcionário Público / Engenheiro / Agrimensor
Carlos Unthan	Porto Alegre	Zur Eintracht	1876	1- Jornalista
Carlos Von Koseritz	Porto Alegre	Zur Eintracht	1876	1- Jornalista / 2- Político Regional / 4- Escritor / Professor
Casemiro Ribeiro	Cruz Alta	Harmonia Cruzaltense II	1899	
Castro Rodrigues de Paiva	Encruzilhada	União Fraternal	1896	(Militar/Capitão) ?
César Antunes Maciel	Alegrete	Luz e Verdade	1900	1- Proprietário Rural
Cláudio Ferrendo Júnior	Porto Alegre	Progresso e Humanidade	1899	
Claudionor Borges de Abreu	Bagé	Amizade	1894	
Clementino Francisco Velasques	Dom Pedrito	União Pedritense	1874	
Clímaco Epimacho Araújo Lopes	Jaguarão	Luz Transatlântica	1899	
Constant Ginatu	Porto Alegre	Luz e Ordem	1869	
Constantino Gomes	Cruz Alta	Harmonia Cruzaltense II	1895	
Constantino Santos Louzada	Dom Pedrito	Cruzeiro do Sul III	1898	
Cordenio Pereira	Dom Pedrito	União Pedritense	1898	
Coriolano Alves de Oliveira e Castro	Caçapava	Guilherme Dias	1899	2- Político Local (Guarda Nacional)
Cristiano Horn	Caxias do Sul	Força e Fraternidade	1888	
Cristiano Jansen	Igrejinha	Emanuel	1899	
Cristóvão Carbonell	Pelotas	Honra e Humanidade	1855	
Cristóvão Gomes de Andrade	Camaquã	Vanguarda	1898	1- Funcionário Público (Promotor Público) 3 -Advogado
Custódio José Vieira da Fonseca	Pelotas	Fraternidade e Honra	1898	
Dário Apolinário Pereira Morais	Bento Gonçalves	Concórdia	1894	
Diogo Quintino de Carvalho	Cachoeira	Progresso Municipal	1895	
Deoclécio Carvalho	Porto Alegre	Esperança	1900	
Diniz Martins Rangel	Taquara	Águia Branca	1895	1- Funcionário Público / 2- Político Local (Guarda Nacional)

Diogo Ricardo Hinggins	Pelotas	Fraternidade e Honra	1873	
Dionísio Ferreira Porto	Cachoeira	Progresso Municipal	1895	
Domingos José de Almeida	Pelotas	Honra e Humanidade	1855	1- Proprietário Rural / Comerciante / 2- Político Local e Regional / 4 - Jornalista
Domingos José Pereira Bastos	Porto Alegre	Fidelidade e Firmeza/ Dirigente do GORGS	1873/1898	1- Funcionário Público / (Juiz de Paz) (Guarda Nacional)
Domingos José Rodrigues Dias	Rio Grande	Redenção	1876	1 - Militar
Domingos Machado	Itaqui	Filantropia e Progresso Itaquiense	1898	
Domingos Martins da Silveira	Pelotas	Fraternidade e Honra	1873	
Domingos Mincarone	Bento Gonçalves	Concórdia	1894	1- Industrialista (Ourives) / 3- Advogado
Domingos Pereira Gomes	Passo Fundo	Concórdia III	1876	1- Funcionário Público/ Juiz Municipal
Domingos Ramon Midon	Alegrete		1876	
Eduardo Jaime Gomes de Araújo	Caçapava	Paz e Prosperidade	1897	1- Magistrado / 3- Advogado
Eduardo Joaquim da Silva	Guaíba	Liberdade	1898	
Eduardo Laranja de Oliveira	Porto Alegre	Luz e Ordem	1869	1- Engenheiro
Eduardo Salomé	Alegrete	Triunfo da Razão	1875	1- Funcionário Público (Promotor Público) 3- Advogado /4- Escritor (Partenon Literário)
Eduardo S. Burlamaque	S. José do Norte	São José	1898	
Egydio de Oliveira Carpes	Carazinho	Deus e Progresso	1898	
Eleutério Pires de Almeida	Jaguari	Estrela de Jaguari	1897	
Elias de Souza Küster	Passo Fundo	Concórdia III	1876	1- Funcionário Público (Juiz de Paz) 2- Político Local
Elias José de Oliveira	Lagoa Vermelha	Atalaia do Norte	1898	2- Político Local
Elias Lopes Isaguirre	Rosário do Sul	Progresso Rosariense	1898	2- Político Local (Guarda Nacional)
Eliseu Dutra de Medeiros	Lavras do Sul	União Lavrense	1898	
Elysio Francisco dos Santos	São Lourenço	Fonte da Luz	1897	
Emil Wiedemann	Porto Alegre	Zur Eintracht/ Harmonia IV	1876/ 1895	1- Comerciante / 4- Jornalista
Emiliano José da Cunha	São José do Norte	São José	1878/1899	
Emílio da Silva Ferreira	Porto Alegre	Dirigente GOB	1898	
Emílio Kräemer	Uruguaiana	Cruzeiro do Sul II	1898	
(Henrique) Emílio Meyer	São Leopoldo	Estrela do Oriente III		1- Professor
Emílio Mohr	Porto Alegre	Amor e Caridade IV	1895	
Emílio Muller	Nova Petrópolis	Zum Treuen Bunde	1895	
Emílio Schmidt	São Leopoldo	Redenção	1896	
Enéias Pinto Nogueira	Dom Pedrito	União Pedritense	1874	1- Comerciante
Epaminondas Brasileiro Ferreira	Rio Pardo/ Porto Alegre	Amor ao Próximo	1899	1- Magistrado / 3- Advogado
Erdmann Bergmann	Nova Petrópolis	Zum Treuen Bunde	1895	
Erdmann Wolfran	Santa Maria	Boca do Monte	1876	1 -Pastor Evangélico
Érico Ribeiro da Luz	Porto Alegre	Fidelidade e Firmeza	1897	(Juiz Distrital)
Ernesto Augusto Gerngross	Pelotas	Fraternidade e Honra	1873	1- Jornalista
Ernesto Bauermann	Porto Alegre	Luz e Progresso	1898	
Ernesto Carneiro da Fontoura	Porto Alegre	?	1876	1- Comerciante / Funcionário Público
Ernesto Hassen	São Lourenço	Fonte da Luz	1897	
Ernesto Francisco de Souza e Silva	São Leopoldo	Redenção	1899	1- Comerciante / 2- Político Local / 3- Farmacêutico / 4- Jornalista / Escritor (Partenon Literário)
Ernesto Joaquim da Silva Chaves	Porto Alegre	Orientação	1893	
Ernesto Müzell	São Leopoldo	Estrela do Oriente III	1893	1- Agrimensor
Ernesto Reinhold Ludwig	Porto Alegre	Harmonia IV	1895	1- Jornalista
Espirituoso Sensato de Morais	Estrela	Fraternidade Estrelense	1897	4 - Músico
Estacio José Monteiro Sobrinho	Porto Alegre	Luz e Ordem	1876	1- Funcionário Público / 4 (Partenon Literário)
Estanislau Vieira da Silva	Dom Pedrito/Jaguari	União Pedritense/ Estrela de Jaguari	1874/1897	1- Bancário

Estevão José Ignácio de Oliveira	Montenegro	União	1894	1- Agrimensor / Professor / 4- Escritor
Eugênio Veríssimo da Fonseca	Cruz Alta	Harmonia Cruzaltense	1895	1- Comerciante / 2- Político Local (Guarda Nacional)
Eugênio Vidal	Porto Alegre	Luz e Ordem	1899	
Eulário Nogueira Pavão	S. Francisco de Assis	Fraternidade	1899	
Euzébio Francisco Dorneles	Encruzilhada	União Fraternal	1896	
Euzébio Pereira Dias	Novo Hamburgo	Luz	1899	
Evaristo de Carvalho Júnior	Porto Alegre	Cruzeiro do Sul/ Orientação	1893/1899	1- Comerciante / Funcionário Público
Ezequiel Garcia	S. Francisco de Assis	Fraternidade	1899	
Felice Gavioli	Caxias do Sul/ Jaguari	Força e Fraternidade/ Estrela de Jaguari	1888/1897	1- Agricultor
Feliciano Ignácio Domingos	Porto Alegre	Cruzeiro do Sul	1899	
Felippe Bender	Igrejinha	Emanuel	1899	2- Político Local
Felippe Henrique Keller	São Leopoldo	Rocha Negra	1899	
Felippe Heuser	Santa Cruz do Sul	Lessing	1894	
Felippe Lopes Bittencourt	Santiago	Estrela Santiaguense	1898	
Felippe Nery Ferreira Martins	Taquara	Águia Branca	1895	
Felippe Schmitt	Novo Hamburgo	Força e União	1879	1- Funcionário Público (Delegado de Polícia) / 2- Político Local
Felisberto Batista	São Borja	Vigilância e Fé	1899	
Felisberto Ignácio da Cunha (Barão de Correntes)	Pelotas	Honra e Humanidade	1855	1- Proprietário Rural / 2- Político Local e Regional e Nacional (Guarda Nacional)
Ferdinando Martines (Martinho)	Bagé	Amizade	1894	1- Jornalista / 4- Escritor
Fermiano Germano do Monte	Rosário do Sul	Amor e Concórdia	1898	
Fernando Abbott	São Gabriel / Porto Alegre	Rocha Negra/ GORGS	1884/ 1898	1- Proprietário Rural / 2 -Político Regional e Nacional / Diplomata/ 3- Médico/ 4- Jornalista
Fernando Bertschinger	Porto Alegre	Harmonia IV	1895	1- Industrialista
Fernando Setembrino de Carvalho	Uruguaiana	Cruzeiro do Sul II	1898	1- Militar / 2- Político Regional / 4- Escritor
Fidêncio José de Lima	Cachoeira	Progresso Municipal	1895	
Fiolentino Baltle	Porto Alegre	Progresso da Humanidade	1895	
Florêncio Carlos de Abreu e Silva	Porto Alegre		1876	1- Advogado/ 2- Político Regional e Nacional / 4- Jornalista / Escritor
Florêncio Carlos Ochôa	Palmeira das Missões	Humanidade	1897	
Florêncio da Silva Câmara	São Leopoldo	Rocha negra	1899	
Francelino Rodrigues Cordeiro	Porto Alegre	Fidelidade e Firmeza	1899	1- Funcionário Público /Militar (Brigada Militar) / Delegado de Polícia
Francisco Abreu Espíndola	Piratini	Rio Branco III	1898	1- Médico / 2- Político Local
Francisco Abreu Valle Machado	Santa Maria/ Porto Alegre	Boca do Monte/ Paz e Trabalho/ Progresso da Humanidade	1880/ 1895	1 Militar (?) / 2- Político Local / 4- Jornalista
Francisco Antônio de Souza	São Vicente	Fraternidade Vicentina	1898	2- Político Regional
Francisco Antônio Vieira Caldas Júnior	Porto Alegre	Orientação	1893	1- Jornalista
Francisco Azevedo e Souza	Pelotas	Artistas	1871	1- Jornalista
Francisco Berto Círio	Porto Alegre	Grande Loja provincial	1876	1- Funcionário Público (Subdelegado de Polícia)
Francisco Blanchardt	Porto Alegre	Zu den Drei Palmen	1898	
Francisco Borda Paro Silveira	Dom Pedrito	União Pedritense	1898	
Francisco Carlos Pereira Caldas	Jaguarão	Luz Transatlântica	1874	1- Funcionário Público
Francisco Chichi	Bagé	Amizade	1894	1- Industrialista
Francisco da Silva Morais	Alegrete	Triunfo da Razão	1875	2- Político Local e Regional
Francisco das Chagas Henrique	Porto Alegre	Regeneração	1895	1- Comerciante

Francisco de Aquino	Porto Alegre	Grande Loja Provincial	1876	1- Magistrado / 3- Advogado
Francisco de França Almeida e Sá	Porto Alegre	Dirigente GOB	1898	
Francisco de Oliveira	Pelotas	Honra e Humanidade	1855	
Francisco de Oliveira Neves	Porto Alegre	Dirigente GORGS	1898	1- Funcionário Público (Promotor Público) / 2- Político Local e Regional (Guarda Nacional)
Francisco de Paula Dias	Porto Alegre	Cruzeiro do Sul	1899	
Francisco de Paula Gonçalves Moreira	Pelotas	Fraternidade e Honra	1898	2- Político Local
Francisco de Paula Ibiraquite Ourique	Pelotas	Comércio e Indústria	1876	1- Empresário / 4- Professor
Francisco de Paula Mazzarredo Souto	Porto Alegre	Dirigente do GORGS	1898	
Francisco de Paula Soares	Porto Alegre	Triunfo da Razão II	1876	1- Funcionário Público (Professor)/ 2- Político Regional/ 3- Médico
Francisco de Sá Brito	Alegrete	Humanidade e Justiça	1845	1- Proprietário Rural / Magistrado / 2- Político Local e Regional / 3- Advogado / 4- Jornalista (Partenon Literário)
Francisco de Souza Menezes	Porto Alegre	Amor e Caridade IV	1896	
Francisco de Souza Rosa	Porto Alegre	Estrela de Jerusalém	1898	
Francisco do Nascimento Marques	Porto Alegre	Luz e Ordem	1876	1- Advogado (Juiz Municipal e de Órfãos)
Francisco Ernesto da Silva Chaves	São Gabriel	Rocha Negra	1873	
Francisco Félix da Fonseca Pinto	Bagé	Estrela do Sul	1847	(Militar) ?
Francisco Fernandes da Silva	São Jerônimo	Águia Negra	1896	
Francisco Fontoura Nogueira da Gama	Porto Alegre	Progresso da Humanidade	1895	2- Político Local
Francisco Fusard	Pelotas	Rio Branco	1882	
Francisco Geanichini	São Jerônimo	Águia Negra	1896	(Juiz Distrital)
Francisco Gomes Porto	Cachoeira	Progresso Municipal	1876	
Francisco Jacob Kraemer		Dirigente GOB	1898	
Francisco Jerônimo Coelho	Pelotas	Honra e Humanidade	1855	2- Político Local
Francisco José Alves Monteiro	Cruz Alta	Harmonia Cruzaltense	1877	1- Magistrado / 3- Advogado
Francisco José Antônio Almeida	Pelotas	Fraternidade e Honra	1873	
Francisco José dos Santos	Santo Ângelo	Venâncio Aires	1899	(Juiz de Paz)
Francisco José Vuhema	Pelotas	Fraternidade e Honra	1873	
Francisco Leite de Souza	Piratini	Rio Branco III	1898	
Francisco Marques Xavier Chicuta	Passo Fundo	Concórdia III	1876	1- Proprietário Rural / 2- Político Local (Guarda Nacional)
Francisco Marques Coimbra	Porto Alegre	Progresso da Humanidade	1895	
Francisco Marques da Cunha	Quaraí	Os Homens perante Deus	1898	1- Magistrado / 3- Advogado
Francisco Negroni	Cachoeira	Progresso Municipal	1895	
Francisco Neto de Morais	Pelotas	Rio Branco	1882	
Francisco Nicolau Saleno	Caxias do Sul	Força e Fraternidade	1888	
Francisco O. de Aquino	Porto Alegre	Orientação	1893	
Francisco Orlando de Abreu	Caçapava	Paz e Prosperidade	1897	
Francisco Ovídio Scherer	Carazinho	Deus e Progresso	1898	
Francisco Pedro Alves de Abreu	São Jerônimo	Triunfo da União	1896	1- Militar
Francisco Pedro de Souza	Bagé	Fidelidade e Progresso	1898	
Francisco Pereira dos Santos	Alegrete	Luz e Verdade	1900	
Francisco Rodrigues de Oliveira	Porto Alegre	Estrela de Jerusalém	1898	
Francisco Soares da Silva	S. Antônio da Patrulha	Amor e Luz	1894	
Francisco Soares de Almeida		Dirigente GOB	1899	
Francisco Trein	Lavras do Sul	União Lavrense	1898	
Francisco Xavier Pestana	Alegrete	Triunfo da Razão	1876	

Francisco Xavier da Cunha	Porto Alegre	(?)	1876	1- Jornalista / Militar / 2- Político Regional / 4- Escritor
Franco Rodrigues Ferreira	Rio Pardo	Amor ao Próximo	1894	
Franklin Luís Vasconcelos Ferreira	São Leopoldo	Rocha Negra	1898	
Franklin Octávio de Alencastro	Livramento	Caridade Santanense	1898	
Fraubiano Vicente Machado	Lavras do Sul	União Lavrense	1898	
Frederico Augusto Gomes da Silva	Porto Alegre	Hiram	1898	1- Funcionário Público / 4- Jornalista
Frederico Augusto Scherer	São Leopoldo	Redenção	1896	
Frederico F. Schmidt	São Leopoldo		1896	1- Comerciante
Frederico G. Ugastide	Pelotas	Honra e Humanidade	1855	
Frederico Guilherme Kurtz	Passo Fundo	Concórdia III	1876	1- Artista (Sapateiro) /2- Político Local
Frederico Guilherme Panitz	São Leopoldo	Rocha Negra	1898	
Frederico Huhnfleisch	São Leopoldo	Rocha Negra	1899	
Frederico Kessler	Santa Maria	Boca do Monte	1875	
Frederico Kremer	Novo Hamburgo	Força e União	1879	
Frederico Lautert Filho	Taquari	Esperança e Fé	1900	
Frederico Ortiz	Alegrete	Luz e Verdade	1900	2- Político Local (Guarda Nacional)
Frederico Oscar Karnal	Lajeado	Luz e Caridade	1900	
Frederico Schardong Filho	Lajeado	Luz e Caridade	1900	1- Funcionário Público (Delegado de Polícia)
Frederico Schnek	Novo Hamburgo	Luz	1899	
Frederico Trebbi	Pelotas	Artistas	1871	1- Artista Plástico / Professor de Desenho e Pintura
Frederico Walter	Porto Alegre	Harmonia IV	1895	
Frederico Weber	São Leopoldo	Rocha Negra	1899	
Gabriel Martins Fay	Porto Alegre	Progresso da Humanidade	1872	4- (Partenon Literário)
Gabriel Rodrigues Portugal	Uruguaiana	Cruzeiro do Sul	1898	
Gabriel Tavares Leite	Jaguarão	Luz Transatlântica	1898	
Garcia Neckel	Carazinho	Deus e Progresso	1898	
Gaspar da Silva Bueno	Dom Pedrito	União Pedritense	1874	(Guarda Nacional)
Gastão Gonçalves da Silva	Camaquã	Vanguarda	1898	
Gavino Machado da Silveira	Dom Pedrito	Cruzeiro do Sul III	1898	1- Advogado / 4- Jornalista (Guarda Nacional)
Germano Cristiano Panitz	São Leopoldo	Rocha Negra	1898	
Germano Francisco de Oliveira	Pelotas	Comércio e Indústria	1877	
Germano Geuher	Teutônia	Zur Trene Und Redlichekeit	1899	
Germano Hasslocher	Porto Alegre	Progresso da Humanidade	1876/1898	1- Advogado / 2- Político Regional/ 4- Jornalista/ Escritor
Germano Hoffmeister	Santa Maria	Boca do Monte	1875	2- Político Local
Germano Ludwig	Taquara	Águia Branca	1895	(Juiz Distrital)
Germano Ritter	São Leopoldo	Redenção	1896	
Germano Steigleder Sobrinho	Porto Alegre	Dirigente GOB	1900	1- Industrialista
Germano Traub	Porto Alegre	Zur Eintracht	1876	
Germano Vagner	Porto Alegre	Cruzeiro do Sul	1899	
Germano Volkant	Igrejinha	Emanuel	1899	1- Professor
Gervásio Lucas Annes	Passo Fundo	Concórdia III	1876	1- Comerciante/ 2- Político Local e Regional / 3- Advogado
Gonçalo José Teixeira Lima	Pelotas	Rio Branco	1882	1- Comerciante
Gregório Teixeira de Araújo	S Vitória do Palmar	Acácia Vitoriense	1898	
Guilherme Fernandes dos Santos	Santo Ângelo	Venâncio Aires	1889	(Juiz Distrital)
Guilherme Franzmann	Novo Hamburgo	Luz	1899	
Guilherme Gaelzer	São Leopoldo	Rocha Negra	1898	
Guilherme Luís Presser	São Leopoldo	Estrela do Oriente III/ Rocha Negra	1878/ 1898	
Guilherme Morsch	Passo Fundo	Concórdia III	1876	1- Comerciante (Juiz Municipal) / 2- Político Local
Guilherme Pietzcker	Rio Grande	União Constante	1885	1- Funcionário de Empresa Privada
Guilherme Schamann	Cruz Alta	Harmonia	1899	2- Político Local

		Cruzaltense		
Guilherme Wingert	Novo Hamburgo	Força e União	1894	
Guinther von Bunau	Novo Hamburgo	Redenção	1896	
Gustavo Bier	Porto Alegre	Cruzeiro do Sul	1899	4 -(Partenon Literário)
Gustavo César Vianna (Filho)	Rio Grande	Acácia Rio Grandense	1876	1- Militar / 4- Jornalista / Escritor (Partenon Literário)
Gustavo Kindlein	Estrela	Fraternidade Estrelense	1897	4 -Músico da Banda Municipal
Gustavo Silva	Rio Grande	Acácia Rio Grandense	1898	
Gustavo Vouthier (Wauthier)	Santa Maria	Paz e Trabalho	1895	1- Engenheiro
Heinrich Schüller	Nova Petrópolis/ Porto Alegre	Zum Treuen Bunde/ Harmonia IV	1895	1- Comerciante
Henrique Beckmann	Teutônia	Zur Treuen Und Redlicheit	1899	
Henrique Bier	São Leopoldo	Rocha Negra	1899	
Henrique Cassel	São Leopoldo	Redenção	1896	
Henrique de Oliveira Mariante	Porto Alegre	Progresso da Humanidade	1895	
Henrique Manoel da Silva Barros	Cachoeira	Progresso Municipal	1876	
Henrique Martim Korndorfer	Igrejinha	Emanuel	1899	
Henrique Pedro Boss	Montenegro	Loja União	1894	
Henrique Pedro Schmitt	Porto Alegre	Estrela de Jerusalém	1898	
Henrique Ribeiro da Silva	Santa Maria	Luz e Fraternidade	1898	
Henrique Ulysses de Carvalho	Soledade	Hiram II	1898	
Henrique W. Schsingel (Sengel)	Teutônia	Zur Treuen Und Redlichekeit	1899	1 - Advogado
Higino Mariano Pinto	Jaguari	Estrela de Jaguari	1897	
Higino P. Nunes	Alegrete	Luz e Verdade	1895	
Hilário Fortes de Barcelos	Porto Alegre	Amor e Caridade IV	1896	
Hilário José de Barcelos	Cachoeira/ Porto Alegre	Progresso Municipal/ Amor e Caridade IV	1876/1896	
Hipólito Brizach	Dom Pedrito	União Pedritense	1874	
Honra Múcio Teixeira	Porto Alegre	Cruzeiro do Sul	1899	4- (Partenon Literário)
Horácio Ogayer	Passo Fundo	Concórdia do Sul	1898	
Humberto Arêas Pimentel		Dirigente GOB	1898	
Idalino Campos da Luz	Bagé	Amizade	1894	1- Funcionário Público
Ignácio Soares de Azambuja	Encruzilhada	União Fraternal	1896	1- Funcionário Público (Professor)
Inácio José dos Santos	Taquara	Tolerância	1894	1- Magistrado / 3- Advogado
Inocêncio Chaves Pinos	Cachoeira	Progresso Municipal	1895	2- Político Local
Inocêncio Gomes	Santa Maria	Deus e Humanidade	1898	
Irineu Francisco de Souza e Silva	São Leopoldo	Redenção	1896	1- Funcionário Público (Juiz de Paz)
Irineu Ilha	Cachoeira	Progresso Municipal	1895	1- Magistrado / 3- Advogado
Ismael Pedro de Quadros	Passo Fundo	Concórdia III	1876	
Jacintho Brum de Amaral	S. Vitória do Palmar	Acácia Vitoriense	1896	1- Proprietário Rural / Funcionário Público / 2- Político Local
Jacintho Roque Pereira	São Jerônimo	Triunfo da União	1899	
Jacintho Silva	Porto Alegre	Fidelidade e Firmeza	1897	
Jacob Benck	Santo Ângelo	Luz da Serra	1882	
Jacob Felippe Adam	S. Antônio da Patrulha	Amor e Luz	1894	
Jacob Frederico Rieth	São Leopoldo	Redenção	1896	
Jacob Heinz	Santa Cruz do Sul	Lessing	1895	
Jacob Luís Laydner	Santa Maria	Paz e Trabalho	1895	
Jacob Schuch		Dirigente GOB	1898	
Jacob Stautz Sobrinho	Novo Hamburgo	Luz	1899	
Jacob Steigleder Filho	Novo Hamburgo	Luz	1899	
Jacob Volkart	Igrejinha	Emanuel	1899	1- Funcionário Público (Professor)
Jayme de Almeida Couto	Santa Maria	Boca do Monte	1878	1- Médico / Funcionário Público / 2- Político Local e Regional (Juiz de órfãos)

James de Oliveira Franco e Souza	Passo Fundo/ Porto Alegre	Concórdia III/ Dirigente do GORGS	1876/1898	1- Magistrado / 3- Advogado
Jardelino Gonçalves de Senna	Taquara	Tolerância	1896/ 1899	1- Magistrado / 3- Advogado
Jerônimo Antônio Cardoso	Palmeira das Missões	Humanidade	1899	
Jerônimo da Costa Gomes	Santa Maria	Luz e Fraternidade	1900	
Jerônimo Pereira de Oliveira Pavão	Santa Maria	Boca do Monte	1875	
João Affonso de Freitas Amorin	Porto Alegre	Fidelidade e Firmeza	1873	
João Albano de Souza	Bagé	Fraternidade	1871	1- Médico (Juiz de Paz)
João Alberto Dutra	Dom Pedrito	União Pedritense	1874	
João Albino Gonçalves	São Gabriel	Rocha Negra	1898	
João Alves de Campos Júnior	Rio Grande	União Constante	1898	
João Antônio Dias	Quaraí	Os Homens perante Deus	1898	
João Antônio do Nascimento	Cachoeira	Progresso Municipal	1895	
João Antônio Gomes Barcelos	Porto Alegre	Cruzeiro do Sul	1899	1- Comerciante
João Antônio Haag	Caçapava	Perfeita Fraternidade	1847	1- Funcionário Público
João Assumpção Tavares	Pelotas	Fraternidade e Honra	1873	
João Augusto Schmitt	Porto Alegre	Estrela de Jerusalém	1898	
João Augusto Telcher	Santo Ângelo	Luz da Serra	1882	
João Ball	Porto Alegre	Luz e Ordem	1869	
João Barbosa Cordeiro	Cruz Alta	Harmonia Cruzaltense II	1895	4-Músico e Compositor / Regente da Banda Municipal
João Batista Anorutty	Porto Alegre	Luz e Ordem	1869	
João Batista da Silva Lima	Cruz Alta	Harmonia Cruzaltense	1876	1- Funcionário Público/ 2- Político Local
João Batista de Almeida	S. Vitória do Palmar	Acácia Vitoriense	1896	(Juiz de Paz)
João Batista Morengo	Jaguari	Estrela de Jaguari	1898	
João Batista M. Pereira	Porto Alegre	?	1899	1- Médico
João Batista Pereira Salgado	Porto Alegre	Orientação	1893	
João Batista Pereira Souto	Porto Alegre	Dirigente do GORGS	1898	1- Proprietário Rural (Guarda Nacional) / 4-(Partenon Literário)
João Batista Simony	Porto Alegre	Progresso Da Humanidade	1895	
João Batista Tallone	Porto Alegre	Grande Loja Provincial	1876	1- Guarda-Livros / 4- Jornalista / Escritor
João Baumharrt	Santa Cruz do Sul	Lessing	1895	
João Bomfiglio	Rosário do Sul	Filantropia Rosariense	1875	
João Borges de Camargo	Estrela	Fraternidade Estrelense	1897	
João Cailar	São Borja	Vigilância e Fé	1877	(Juiz Municipal)
João Cândido Moreira	S. Francisco de Assis	Fraternidade	1899	
João Capistrano de Miranda Castro	Porto Alegre	Filantropia e Liberdade	1847/ 1876	1- Funcionário Público / Professor / 2- Político Regional / 3- Advogado / 4- Escritor (Partenon Literário)
João Carlos Barcelos	Lajeado	Luz e Caridade	1900	
João Carlos Gerhardt	Novo Hamburgo	Força e União/ Luz	1894/1899	
João Carlos Lutz	Palmeira das Missões	Humanidade	1897	
João Carlos Rodrigues da Cunha	Bento Gonçalves	Concórdia	1894	
João Carneiro Neves Brandão	Palmeira das Missões	Humanidade	1897	(Juiz Distrital)
João Carvalho de Barcelos	Porto Alegre	Luz e Caridade	1876	1- Jornalista / 4-(Partenon Literário)
João Castro do Canto e Mello	Porto Alegre	Fidelidade e Firmeza	1873	
João Cazzatti	Jaguari	Estrela de Jaguari	1898	
João Cezar Muzi	Dom Pedrito	União Pedritense	1874	
João Chíssostomo da Costa	Jaguarão	Luz Transatlântica	1874	
João Cliver (Civer)	Pelotas	Honra e	1855	

		Humanidade		
João Corrêa Lenz	Porto Alegre	Fidelidade e Firmeza	1873	
João da Costa Corrêa	Porto Alegre	Luz e Ordem	1898	1- Médico
João da Silva Silveira	Pelotas	Rio Branco	1898	1- Médico / Farmacêutico / Comerciante/ (Juiz de Paz)
João Damasceno Ferreira	Porto Alegre	Progresso da Humanidade	1893	4- Escritor
João Damasceno Peixoto	Montenegro	União	1894	1- Funcionário Público
João da Matta Teixeira	S. Francisco de Assis	Fraternidade	1899	
João de Oliveira (Belo) ?	Lajeado	Luz e Caridade	1900	
João de Oliveira Vianna	Porto Alegre	Progresso da Humanidade	1895	
João Demétrio Machado	Santo Ângelo	Luz da Serra	1882	
João de Souza Arouca	Pelotas	Artistas	1871	
João Emiliano de Araújo Lopes	Taquara	Tolerância	1894	
João Evangelista Barcelos	Jaguarão	Luz Transatlântica	1898	
João Evangelista Ferreira Pacheco	Porto Alegre	Amor e Caridade	1898	
João Felipe Scherer	Carazinho	Deus e Progresso	1898	
João Ferreira da Silveira	Cachoeira	Progresso Municipal	1895	
João Ferreira Pinto	Porto Alegre	Luz e Ordem	1869	
João Fischer Sobrinho	Novo Hamburgo	Luz	1898	
João Francisco Carrion	Lavras do Sul	União Lavrense	1898	
João Francisco Martins	Jaguarão	Luz Transatlântica	1871	1- Comerciante
João Francisco Villanova	Alegrete	Humanidade e Justiça	1845	
João Greiner	Bagé	Amizade	1894	1- Industrialista
João Gustavo Mongardey	Itaqui	Progresso Itaquiense	1884/ 1902	
João Heinz	Porto Alegre	Zur Eintracht	1876	
João Henrique Licht	Santo Ângelo	Venâncio Aires	1899	
João Inocêncio Etchegoyen	Bagé	Amizade	1894	
João Jacinto Pereira	Porto Alegre	Cruzeiro do Sul	1899	
João Jaeger	Porto Alegre	Zur Eintracht	1876	
João Jorge Vaetckel	Rincão de São Pedro	Loja Remanso	1898	
João Landell	Rio Grande/ São José do Norte	Redenção/ São José	1876/1899	1- Médico / 2- Político Local
João Lenne	São Gabriel	Rocha Negra Riograndense	1897	
João Laureto de Carvalho e Silva	Cachoeira	Progresso Municipal	1895	
João Lisla	Porto Alegre	Progresso da Humanidade	1895	
João Lúcio Nunes	Lagoa Vermelha	Atalaia do Norte	1898	2- Político Local (Guarda Nacional)
João Mac-Giney	Dom Pedrito	Cruzeiro do Sul III	1898	
João Manoel Guedes Falcão	S. Antônio da Patrulha	Amor e Luz	1894	
João Manoel Nogueira	S. Francisco de Assis	Fraternidade	1899	
João Manuel dos Reis	Pelotas	Artistas	1871	
João Maria da Cruz	Porto Alegre	Cruzeiro do Sul	1899	
João Mariano Pimentel Sobrinho	Bento Gonçalves	Concórdia	1894	
João Marques da Silva Pinto	Bento Gonçalves	Concórdia	1894	
João Martins França	Cruz Alta	Harmonia Cruzaltense	1876	1- Magistrado / 3- Advogado
João Martins Gonçalves	Montenegro	União	1894	
João Mendes	Carazinho	Deus e Progresso	1898	
João Moraes Pereira	Taquari	Esperança e Fé	1900	
João Muller	Palmeira das Missões	Humanidade	1897	
João Muzatori	Caxias do Sul	Força e Fraternidade	1888	
João Narciso da Costa	São Jerônimo	Águia Negra	1896	
João Nunes Riograndense	Pelotas	Fraternidade e Honra	1873	
João Oliveira Vianna	Porto Alegre	Progresso da	1895	

		Humanidade/ Cruzeiro do Sul		
João Paradeda	Porto Alegre	Grande Loja Provincial	1876	
João Paulo de Souza Falcão	Caçapava	Paz e Prosperidade	1897	
João Pedro Caminha	Alegrete	Triunfo da Razão	1876	1- Jornalista
João Pedro Carvalho	Santa Maria	Deus e Humanidade	1898	
João Peixoto da Fontoura	Encruzilhada	União Fraternal	1896	(Guarda Nacional)
João Pereira Leite	Bento Gonçalves	Concórdia	1894	
João Pereira Maciel	Porto Alegre	Luz e Ordem	1869	1- Funcionário Público (Delegado de Polícia)
João Pereira Maciel Sobrinho	Porto Alegre	Orientação/ Esperança	1900	1- Militar / Coronel do Corpo de Engenheiros / 3- Engenheiro / 4- Escritor
João Pinheiro da Costa	Porto Alegre	Amor e Caridade IV	1896	
João Pinto Bandeira	Pelotas	Fraternidade e Honra	1873	4- (Partenon Literário) (Guarda Nacional)
João Pinto Fonseca Guimarães	Porto Alegre	Cruzeiro do Sul	1899	1- Jornalista / 2- Político Regional e Nacional / 4- Escritor
João Plínio de Castro Menezes	Porto Alegre	Luz e Progresso	1899	1- Médico / Funcionário Público
João Presser	São Leopoldo	Redenção	1896	
João Propicio Rodrigues da Silva	Porto Alegre	Grande Loja Providencial	1876	1- Funcionário Público
João Rafael da Costa Lerina	Rosário do Sul	Filantropia Rosariense	1875	
João Rasmussem	Rio Grande	Acácia Rio Grandense	1899	1- Industrialista
João Ribeiro de Almeida	Porto Alegre	Orientação	1893	
João Romeu	Igrejinha	Emanuel	1899	
João Sallenave	Dom Pedrito	União Pedritense	1874	
João Schell	Passo Fundo	Concórdia III	1876	1- Comerciante
João Severiano Martins da Cunha	Soledade	Hiram II	1898	(Juiz Municipal e de Órfãos)
João Soares da Silva	Taquari	Esperança e Fé	1900	(Guarda Nacional)?
João Soares de Lima	Dom Pedrito	União Pedritense	1898	1- Comerciante / Funcionário Público
João Soares Leal Sobrinho	Lavras do Sul	União Lavrense	1898	
João Stratmann	Novo Hamburgo	Luz	1899	
João Wagner Filho	Lajeado	Luz e Caridade	1900	
João Veríssimo da Costa	Dom Pedrito	União Pedritense	1874	
Joaquim Alves S. da Cunha e Silva	Porto Alegre	Fidelidade e Firmeza	1897	
Joaquim Antônio Bento	Pelotas	Rio Branco	1882	
Joaquim Antônio da Silveira	Alegrete	Humanidade e Justiça	1845	1- Proprietário Rural
Joaquim Antônio Ribeiro	Jaguarão	Luz Transatlântica	1898	
Joaquim Batista Soares	Camaquã	Vanguarda	1898	
Joaquim Carlos de Oliveira	Rio Grande	Filantropia	1898	
Joaquim Cavalheiro do Amaral Fontoura	Alegrete	Triunfo da Razão	1876	
Joaquim Corrêa de Faria	Rio Grande	Acácia Riograndense	1876	
Joaquim Dário Vila Nova	Estrela	Fraternidade Estrelense	1897	1- Funcionário Público
Joaquim Dias Medeiros	Rosário do Sul	Filantropia Rosariense	1898	
Joaquim Evangelista de Negreiros Sayão Lobato	Pelotas	Rio Branco	1898	1- Magistrado / 3- Advogado
Joaquim Felippe dos Reis	São Leopoldo	Redenção	1896	1- Funcionário da Estrada de Ferro
Joaquim Fernandes da Cunha	Pelotas	Artista	1871	
Joaquim Ferreira Nunes	Bagé	Amizade	1894	1- Funcionário Público / 4- Jornalista
Joaquim Ferreira Prestes	Porto Alegre	Orientação/ Cruzeiro do Sul	1893	(Militar) ?
Joaquim Foergens	São Leopoldo	Estrela do Oriente III	1878	1- Comerciante
Joaquim Fonseca Moreira	Pelotas	Fraternidade e Honra	1873	

Joaquim Gomes Carvalho	Cachoeira	Progresso Municipal	1876	(Guarda Nacional)
Joaquim Gomes P. Machado	Santo Ângelo	Luz da Serra	1882	1- Proprietário Rural
Joaquim Gonçalves Gomide	Passo Fundo	Concórdia III	1876	2- Político Local (Juiz de Paz) / (Guarda Nacional)
Joaquim José Affonso Alves	Pelotas	União e Concórdia	1853	2- Político Regional (Juiz de Paz)
Joaquim José da Cruz	Pelotas	Honra e Humanidade	1873	
Joaquim José da Silva	Porto Alegre	Progresso da Humanidade	1895	(Militar/Guarda Nacional) ?
Joaquim José Galvão	Alegrete	Humanidade e Justiça	1845	
Joaquim José Guimarães Pinto	Bento Gonçalves	Concórdia	1894	
Joaquim Ladeira	Rio Grande	Filantropia	1899	1- Comerciante
Joaquim Lopes Rodrigues	Jaguarão	Luz Transatlântica	1871	
Joaquim Loureiro de Oliveira	Dom Pedrito	União Pedritense	1874	
Joaquim Luiz Pereira	Bagé	Amizade	1894	
Joaquim Marques da Cunha	Porto Alegre		1898	
Joaquim Monteiro de Albuquerque	Porto Alegre	Progresso da Humanidade	1895	
Joaquim Pereira da Silva	Porto Alegre	Progresso da Humanidade		
Joaquim Pinto Gomes	Porto Alegre	Progresso da Humanidade	1895	
Joaquim Xavier de Campos Fernandes	Rio Grande	Acácia Rio Grandense	1898	
Jonathas Abbott Filho	São Gabriel	Rocha Negra	1876	1- Proprietário Rural / Médico / Militar/ 2- Político Local
Jorge Boss Machado	Montenegro	União	1894	
Jorge Failier	Lavras do Sul	União Lavrense	1898	
Jorge Henrique Ahlers	Montenegro	União	1894	
Jorge Lamb	São Leopoldo	Redenção	1896	
Jorge Magno Falcão	Alegrete	Triunfo da Razão	1889	2- Político Local
Jorge Merch	Rio Pardo	Amor ao Próximo	1894	
Jorge Reis	Bagé	Amizade/ Amor e Caridade	1894/1901	1- Funcionário Público / 3- Advogado/ 4- Jornalista/ Professor / Escritor
Jorge Rudolpho Mulsttatt	Porto Alegre	Luz e Ordem	1869	
Jorge Schell	Passo Fundo	Concórdia III	1876	1- Comerciante/ 2- Político Local
José Alboíno de Figueiredo	Jaguarão	Luz Transatlântica	1898	
José Almeida dos Santos	Santa Vitória do Palmar	Acácia Rio-grandense	1898	1- Comerciante
José Altenhoffen	Estrela	Fraternidade Estrelense	1897	1- Agricultor / 2- Político Local
José Álvaro Pereira de Morais	Montenegro	União	1894	2- Político Local (Guarda Nacional)
José Alves de Campos Júnior	Rio Grande	União Constante	1900	
José Alves Valença Filho	Santa Maria	Boca do Monte	1875	1- Proprietário Rural / 2- Político Local (Guarda Nacional)
José Antônio da Silva Júnior	Rosário do Sul	Amor e Concórdia	1898	
José Antônio da Silva Ramos	Bagé	Amizade	1894	1- Funcionário Público
José Antônio Dias	Quaraí	Os Homens Perante Deus	1899	
José Antônio Henrique	Rio Grande	Acácia Rio Grandense	1876	
José Antônio Leitão	Cachoeira	Progresso Municipal	1895	
José Antunes Maciel	Alegrete	Triunfo da Razão	1889	
José Avallone	São Jerônimo	Triunfo da União	1898	
José Biaggi	Lavras do Sul	União Lavrense	1898	
José Cândido Campos Júnior	S. Sebastião do Caí	Confraternização	1895	2- Político Local
José Cândido Silva Rosa	Osório (Conceição do Arroio)	Amor à Virtude	1898	
José Canelos Filho	Palmeira das Missões	Humanidade	1897	
José Carlos Pinto	Alegrete	Triunfo da Razão	1875	1- Funcionário Público /Militar (Brigada Militar) / 2- Político

				Local e Regional(Juiz Municipal)
José Carlos Sperb	São Leopoldo	Redenção	1899	1- Advogado / 4- Jornalista
José Castelano	Lagoa Vermelha	Atalaia do Norte	1902	
José Celestino Prunes	Alegrete	Luz e Verdade	1900	1- Jornalista
José Cezimbra	Santo Ângelo	Venâncio Aires	1898	1- Comerciante
José Corrêa de Andrade	Osório (Conceição do Arroio)	Amor à Virtude	1897	
José Custódio Coelho Leal	Cachoeira	Progresso Municipal	1895	1- Funcionário Público
José da Cunha e Mello	Porto Alegre	Emílio Ferreira	1898	
José da Silva Leal	Alegrete	Triunfo da Razão	1889	
José de Almeida Reis	Guaíba (Pedras Brancas)	Liberdade	1898	
José Defini	Porto Alegre	Amor e Caridade IV	1896	
José de Morais Serrano	Novo Hamburgo	Força e União	1894	
José de Souza Vinhas	Santa Maria	Deus e Humanidade	1899	1- Comerciante / Funcionário Público
José Dias de Almeida Pires	Rio Grande	União Constante	1899	
José Domingues de Almeida	Caxias do Sul/Porto Alegre	Força e Fraternidade/ Progresso da Humanidade	1888/1902	1- Funcionário Público (Professor) 2- Político Local
José Domingues de Freitas	Guaíba (Pedras Brancas)	Liberdade	1898	
José Egert	Jaguari	Estrela de Jaguari	1898	
José Ermenegildo Acosta	Jaguari	Estrela de Jaguari	1897	
José Estevão Pinheiro	Palmeira das Missões	Humanidade	1897	
José Farias do Nascimento	Palmeira das Missões	Humanidade	1897	2- Político Local
José Feliciano de Paula Ribas	Rio Pardo	Amor ao Próximo	1894	
José Fernandes Vilarinho	Pelotas	Fraternidade e Honra	1873	
José Figueiredo Garnier	Pelotas	Honra e Humanidade	1873	
José Francisco Cidade	S. Sebastião do Caí	Confraternização	1895	
José Frederico Gerhardt	Novo Hamburgo	Luz	1899	
José Fredolino Prunes	Alegrete	Luz e Verdade	1898	2- Político Local
José Garibaldi	Porto Alegre	Amor e Caridade IV	1896	
José Gertum	Porto Alegre	Progresso da Humanidade	1898	1- Comerciante / 4 -Músico
José Gonçalves de Almeida	São Gabriel	Rocha Negra Riograndense	1897	2- Político Regional e Nacional (Guarda Nacional)
José Hypólito de Camargo	São Gabriel	Rocha Negra	1898	
José Joaquim de Andrade Neves Neto	Porto Alegre	Orientação	1896	1- Advogado / Juiz Distrital / 4- Jornalista / Escritor
José Joaquim da Costa	Passo Fundo	Concórdia III	1876	1- Comerciante
José Joaquim Gomes Costa e Silva	Piratini	Rio Branco III	1899	(Juiz Municipal)
José Jullien	Jaguari	Estrela de Jaguari	1897	
José Leite do Amaral	Palmeira das Missões	Humanidade	1897	
José Luiz Pereira Netto	Porto Alegre	Fidelidade e Firmeza	1897	
José Luiz Vares	Livramento	Caridade Santanense	1898	
(José) Manoel de Leão ?	Porto Alegre	Progresso da Humanidade	1876	1- Proprietário Rural / Comerciante / 2- Político Regional
José Maria de Azevedo	Jaguarão	Luz Transatlântica	1871	1- Advogado (Promotor Público) / 2- Político Local
José Maria Scheneider	Jaguari	Estrela de Jaguari	1898	
José Martins Soares	Porto Alegre	Luz e Ordem	1869	
José Máximo Corrêa de Sá	Pelotas	Fraternidade e Honra	1873	
José Millano	Rosário do Sul	Filantropia Rosariense	1875	
José Modesto de Souza	Dom Pedrito	União Pedritense	1874	1- Advogado (Juiz Municipal)
José Nunes Netto	S. Francisco de Assis	Fraternidade	1899	(Juiz Distrital)
José O' Donnell	Porto Alegre	Luz e Ordem	1898	
José Olinto de Carvalho	Porto Alegre	Luz e Ordem	1898	4- (Partenon Literário)

José Pedro Fagundes de Campos	Caçapava	Paz e Prosperidade	1897	
José Pedro Garcia	Piratini	Rio Branco III	1898	1- Funcionário Público (Professor)
José Pereira da Silva	Porto Alegre	Emílio Ferreira	1898	
José Pinto de Morais	Passo Fundo	Concórdia III	1876	1- Comerciante / 2- Político Local (Juiz de Órfãos)
José Pinto Sobrinho	Dom Pedrito	Cruzeiro do Sul III	1898	2- Político Local
José Raman Tarago	Santiago	Estrela Santiaguense	1898	
José Ribeiro Souza Moura	Porto Alegre	Progresso da Humanidade	1898	
José Ricardo Haag	Caçapava	Paz e Prosperidade	1897	2- Político Local
José Ripper Monteiro	Pelotas	Comércio e Indústria	1876	1- Funcionário público
José Rodrigues de Araújo	Pelotas	Honra e Humanidade	1898	
José Rodrigues Viana	Porto Alegre	Estrela de Jerusalém	1898	
José Rosário	Alegrete	Triunfo da Razão	1875	1- Militar
José Soares Júnior	Porto Alegre	Cruzeiro do Sul	1876/ 1899	1- Advogado
José Souto	Rosário do Sul	Amor e Concórdia	1898	
José Theodoro de Souza Lobo	Porto Alegre		1876	1- Funcionário Público (Professor)/ 3- Engenheiro / 4- (Partenon Literário)
José Veríssimo da Costa	Dom Pedrito	União Pedritense	1874	1- Comerciante / 2- Político Local
José Vieira Barcelos	Osório (Conceição do Arroio)	Amor à Virtude	1898	
Júlio Alves dos Santos	Caçapava	Paz e Prosperidade	1897	
Júlio Antônio dos Santos Rosa	Cachoeira	Progresso Municipal	1895	
Júlio Carlos da Silva	Porto Alegre	Fidelidade e Firmeza	1898	
Júlio Garcia Trois	São Borja	Vigilância e Fé	1899	2- Político Local e Regional
Júlio Lorenzoni	Bento Gonçalves	Concórdia	1894	1- Funcionário Público (Professor) / 4- Escritor
Júlio Napoleão dos Santos	São Gabriel	Rocha Negra	1885/1898	2- Político Local
Júlio Pereira dos Santos	Palmeira das Missões	Humanidade	1898	2- Político Local
Júlio Petersen	Taquara	Águia Branca	1895	
Júlio Soares	S. Antônio da Patrulha	Amor e Luz	1894	
Júlio Viegas	Porto Alegre	Estrela de Jerusalém	1898	
Justino Máximo da Cunha		Dirigente GOB	1899	
Juvêncio José de Freitas	Passo Fundo	Concórdia do Sul	1898	
Labiento Castro Jobim	Porto Alegre	Esperança	1900	1- Agrônomo / 4- Escritor
Laudelino da Cunha Lima	Santa Maria	Luz e Fraternidade	1900	
Laurindo Paraná	Estrela	Fraternidade Estrelense	1897	1- Funcionário Público / 4 - Maestro da Banda Municipal/ Professor de música
Lazare (Lozar) Debire	Porto Alegre	Luz e Ordem/ Dirigente GOB	1869/ 1898	
Leandro Ferreira Porto	Jari	Os Homens Perante Deus II	1898	
Leão Alfredo Berthe	São Borja	Vigilância e Fé	1899	(Juiz Distrital)
Leon Lagisquet	Pelotas	Honra e Humanidade	1855	
Leopoldo Bruck	Porto Alegre	Orientação	1898	
Leopoldo Masson	Porto Alegre	Grande Loja Provincial	1876	1- Comerciante / 2- Político Local (Guarda Nacional)
Leovegildo Coitinho da Silva	Estrela	Fraternidade Estrelense	1897	
Licinio de Miranda Villanova	Taquari	Esperança e Fé	1900	
Lorino Cunha	Livramento	Caridade Santanense	1900	
Lourenço Bandeira	Porto Alegre	Fidelidade e Firmeza	1897	
Lourenço Ebbesen	Porto Alegre	Zur Eintracht	1876	
Luciano José de Ramos	Lagoa Vermelha	Atalaia do Norte	1898	
Lucídio Rodrigues	Santo Ângelo	Venâncio Aires	1899	
Lúcio Jayme de Figueiredo	Caçapava	Perfeita Fraternidade	1847	2- Político Local e Regional (Juiz de Paz)

Lúcio José Gomes Porto	Porto Alegre		1876	1-Agente de Negócios Particulares
Luiz Antônio de Andrade	Montenegro	Luz e União	1898	
Luiz Antônio de Andrade Júnior	Montenegro	Luz e União	1898	
Luiz Antônio de Castro Azevedo	Pelotas	Artistas	1871	
Luiz Antônio Vieira da Silva	Porto Alegre	Luz e Ordem	1886	
Luiz Braga Júnior	Pelotas	Fraternidade e Honra	1873	
Luiz da Silva Flores Filho	Porto Alegre	Grande Loja Provincial	1876	1- Médico / Funcionário Público / 3- Político Regional / 4- (Partenon Literário)
Luiz Ferragno	Porto Alegre	Luz e Ordem	1869/1876	
Luiz Francisco dos Santos Júnior	Porto Alegre	Fidelidade e Firmeza	1898	
Luís Gonçalves das Chagas (Barão de Candiota)	São Gabriel	Rocha Negra	1876	1- Proprietário Rural (Guarda Nacional)
Luiz Gonzaga Ferreira da Rocha	São Gabriel	Rocha Negra	1898	
Luiz Joaquim da Rosa	Guaíba (Pedras Brancas)	Liberdade	1898	
Luiz Manoel de Souza Filho	Porto Alegre	Luz e Progresso	1899	
Luiz Morsch	Passo Fundo	Concórdia III	1876	1- Médico / Farmacêutico
Luiz Nogueira Flores	Porto Alegre	Progresso da Humanidade	1898	1- Médico / Funcionário Público / 4- Professor
Luiz Pereira da Rosa	Guaíba (Pedras Brancas)	Liberdade	1898	
Luiz Pereira de Lima	São Gabriel	Rocha Negra Riograndense	1897	
Luiz Pereira de Souza	Alegrete	Humanidade e Justiça	1845	
Luiz Tritoti		Dirigente GOB	1899	
Lybio Vinhas	Bagé	Amizade	1894	1- Médico / Funcionário Público / 2- Político Local e Regional (Juiz Distrital)
Lydio da Costa Oliveira	Cachoeira	Progresso Municipal	1895	4- (Partenon Literário)
Manoel Affonso Pinheiro	São Gabriel	Rocha Negra Riograndense	1897	
Manoel Alves de Azevedo Júnior	Jaguarão	Luz Transatlântica	1898	
Manoel Alves de Menezes	Porto Alegre	Cruzeiro do Sul	1899	
Manoel Bento da Costa	Cruz Alta	Harmonia Cruzaltense	1876	1- Funcionário Público
Manoel Carlos Lemos Torres	Rio Grande	União Constante	1885	
Manoel Cássio Jacintho da Silveira	Dom Pedrito	União Pedritense	1874	1- Comerciante / 2- Político Local e Regional (Juiz de Órfãos)
Manoel César do Nascimento	São Martinho	Aurora da Serra	1898	2- Político Local
Manoel Corrêa da Câmara	Bagé	Amizade	1894	(Militar) ?
Manoel da Silva Bueno	Porto Alegre	Cruzeiro do Sul	1899	(Militar) ?
Manoel de Oliveira Nunes	Carazinho	Deus e Progresso	1898	
Manoel de Vasconcelos	Porto Alegre	Dirigente dos GORGS	1898	
Manoel Dias S. Guimarães	Pelotas	Honra e Humanidade	1873	
Manoel do Nascimento Vargas	São Borja	Vigilância e Fé	1899	1- Proprietário Rural / 2- Político Local
Manoel Francisco Soares	Jaguarão	Luz Transatlântica	1874/ 1898	1- Militar
Manoel Gonçalves Capelão	Taquari	Esperança e Fé	1883	
Manoel Ignácio da Silveira	Palmeira das Missões	Humanidade	1897	(Juiz de Órfãos)
Manoel Joaquim Alves de Morais	Estrela	Fraternidade Estrelense	1897	1- Magistrado / 3- Advogado
Manoel José Cardoso	Rio Grande	Acácia Rio-grandense	1876	
Manoel José da Cruz	Porto Alegre	Luz e Ordem	1869	4- (Partenon Literário)
Manoel José Dutra Villa	São Borja	Vigilância e Fé	1875	
Manoel José Nunes	Porto Alegre	Progresso da Humanidade	1872	
Manoel Lautert	Taquari	Esperança e Fé	1883	(Guarda Nacional)

Manoel Lopes Ferreira	Lagoa Vermelha	Atalaia do Norte	1898	1- Proprietário Rural (Guarda Nacional)
Manoel Machado Taquariense	Taquari	Esperança e Fé	1883	
Manoel Maria Dias	Rosário do Sul	Progresso Rosariense	1898	1- Funcionário Público
Manoel Marques de Souza (Conde de Porto Alegre)	Porto Alegre	Fidelidade e Firmeza	1862	1- Militar / Proprietário Rural / 2- Político Regional e Nacional
Manoel Munhoz de Melo	Dom Pedrito	União Pedritense	1874	
Manoel Nunes de Furtado	Porto Alegre	Luz e Progresso	1898	
Manoel Paulo de Souza Neves	Pelotas	Artistas	1871	
Manoel Peixoto de Abreu e Lima	Soledade	Hiram II	1898	(Juiz Distrital)
Manoel Pereira Brodt	Novo Hamburgo	Força e União	1879	
Manoel Raimundo de Lima	Dom Pedrito	União Pedritense	1874	
Manoel Silvério Gomes	Itaqui	Filantropia Itaquiense	1886	
Manoel Soares Athaydes	Santiago	Estrela Santiaguense	1898	
Manoel Veríssimo do Nascimento	Santo Ângelo	Luz da Serra/ Venâncio Aires	1882/ 1899	1- Funcionário Público
Manuel de Freitas Valle	Alegrete	Triunfo da Razão	1900	1- Comerciante / 2- Político Regional
Manuel Lucas Annes	Cruz Alta	Harmonia Cruzaltense	1876	
Manuel Marques Santos Torres	Passo Fundo	Concórdia III	1876	(Juiz de Paz)
Marçal Pereira Escobar	Porto Alegre	Cruzeiro do Sul	1899	1- Advogado / Funcionário Público / 2- Político Regional e Nacional
Marcelino Domingos Lacroix	Itaqui	Filantropia Itaquiense	1873/ 1882	
Marciano Chagas	Santa Maria	Paz e Trabalho	1895	
Marcílio Alves Xavier	Carazinho	Deus e Progresso	1898	
Marciso Peixoto de Magalhães	São Borja	Vigilância e Fé	1899	
Marcolino José de Souza Sobº	Rosário do Sul	Filantropia Rosariense	1875	
Marcos Alves Pereira Salgado	Porto Alegre	Orientação	1893	2- Político Local
Marcos Cidade	São Leopoldo	Redenção	1856/ 1878	1- Funcionário Público
Marcos Ennes Bandeira	Porto Alegre	Progresso da Humanidade	1895	
Mathias Teixeira	Palmeira das Missões	Humanidade	1897	
Max Rolle	São Leopoldo	Redenção	1896	
Maximiano Antônio de Souza	Pelotas	Fraternidade e Honra	1873	
Maximiano José Appel	Santa Maria	Boca do Monte/ Paz e Trabalho	1875/ 1895	1- Funcionário Público / 2- Político Local (suplente de Juiz de Paz)
Mazzarino Paulino Morais	Palmeira das Missões	Humanidade	1897	1- Jornalista
Menandro Perry	Rio Grande	Filantropia	1899	1-Guarda-mor da Alfândega de Rio Grande
Menno F. Mundot	Porto Alegre	Zur Eintracht	1876	
Miguel Ângelo Pinto de Messina	São Jerônimo	Águia Negra	1896	
Miguel Coelho Borges	Porto Alegre	Emílio Ferreira	1898	
Miguel de Paiva	Cruz Alta	Harmonia Cruzaltense	1895	(Promotor Público)
Miguel Ferreira Moreira	Rio Grande	Acácia Rio Grandense	1876	
Miguel Hofstätten	Nova Petrópolis	Zum Treuen Bunde	1895	1- Comerciante
Miguel Jeronymo Cáceres	Livramento	Caridade Santananse	1898	
Miguel José Vargas Gilóla	Dom Pedrito/Porto Alegre	Loja União Pedritense/ Cruzeiro do Sul III	1898	(Militar) ?
Miguel Müller	Cruz Alta	Harmonia Cruzaltense	1895	
Milton Cruz	Porto Alegre	Loja Luz e Ordem	1901	1- Advogado / 4 - Professor
Modesto Antunes da Silva	Rosário do Sul	Filantropia Rosariense	1875	

Modesto Soares de Almeida	Cachoeira	Progresso Municipal	1895	
Modesto Zuneda Brisuella	Alegrete	Triunfo da Razão	1889	
Nicácio Teixeira Machado	São Jerônimo	Triunfo da União	1898	1- Industrialista / Farmacêutico/ 4- Escritor
Nicolau Círio	Dom Pedrito	União Pedritense	1874	
Nicolau Petry	São Leopoldo	Estrela do Oriente III	1878	1- Industrialista
Nicolau Scarpitta	S. Vitória do Palmar	Acácia Vitoriense	1896	
Norberto Garrido da Silva	Porto Alegre	Orientação	1898	1- Funcionário Público
Octaviano Orozimbo Xavier Caripuna	Rio Grande	Acácia Riograndense	1899	
Odorico C. Bacelar Antunes	Itaqui	Filantropia Itaquiense	1883	
Olegário Falcão	Palmeira das Missões	Humanidade	1897	2- Político Local
Onesimo Pereira dos Santos	São Martinho	Aurora da Serra	1898	
Orlando Gaudis Ferreira da Motta	Porto Alegre	Progresso da Humanidade	1899	1- Funcionário Público
Oscar Michel	Nova Petrópolis	Zum Treuen Bunde	1895	1- Agricultor
Osvaldo Nunes Furtado	Porto Alegre	Progresso da Humanidade	1895	
Otílio Torres	Rincão de S. Pedro	Remanso	1898	
Otto Schwab	Porto Alegre	Amor e Caridade IV	1896	1- Artista (Alfaiate)
Ovídio Damasceno Ferreira Júnior	Porto Alegre	Dirigente do GORGS	1898	
Palemão (Palomar) de Miranda Cruz	Itaqui	Filantropia / Progresso Itaquiense	1890/1898	
Pantaleão Ferreira Prestes	Passo Fundo	Concórdia do Sul	1898	1- Funcionário Público/ 2- Político Local
Pantaleão Paulo Pereira	Cachoeira	Progresso Municipal	1895	1- Magistrado/ 2- Político Regional / 3- Advogado
Paschoal Demuhi	Dom Pedrito	Cruzeiro do Sul III	1898	
Paschoal Falche	Pelotas	Honra e Humanidade	1873	
Patrício Raphael da Silva Bueno	Palmeira das Missões	Humanidade	1897	
Pedro Antônio da Cunha	Bagé	Fidelidade e Progresso	1889	1- Funcionário Público (Professor)
Pedro Augusto da Cruz	Lavras do Sul	União Lavrense	1898	
Pedro Baudette	Porto Alegre	Progresso da Humanidade	1895	
Pedro Bergmann (Peter)	Porto Alegre/Nova Petrópolis	Amor e Caridade IV / Zum Treuen Bunde	1896	
Pedro Bernardes Primavera	Porto Alegre	Orientação	1893	
Pedro Bernardino de Moura	Rio Grande	Redenção	1876	1- Jornalista
Pedro Brás (Pras) ?	Novo Hamburgo	Força e União	1894	
Pedro Carvalho	Caçapava	Paz e Prosperidade	1897	4- Escritor
Pedro Cirone	Bagé	Amizade	1894	1- Artista (Tipógrafo) / Comerciante
Pedro Collaço Silveira	Colônia D. Francisca (ex. Silveira Martins)	Paz e Trabalho	1898	
Pedro da Silva Camargo	Osório (Conceição do Arroio)	Amor à Virtude	1897	
Pedro Spalding (Espaldi)?	Livramento	Caridade Santanense	1898	
Pedro Fick	Novo Hamburgo	Luz	1899	
Pedro Fortunato de Macedo	Cachoeira	Progresso Municipal	1895	(Juiz Distrital)
Pedro Garcia Pereira	Caçapava	Perfeita Fraternidade	1847	2- Político Local (Guarda Nacional)
Pedro Gonçalves Moacyr	Porto Alegre	Hiram	1899	1- Advogado/ 2- Político Regional e Nacional/ 4 -Escritor
Pedro Gonçalves Mostardeiro	Porto Alegre	Progresso e Humanidade	1898	
Pedro Hass	Nova Petrópolis	Zum Treuen Bunde	1895	1- Comerciante
Pedro Huseck	Porto Alegre	Cruzeiro do Sul	1899	
Pedro João Isler	Passo Fundo	Concórdia III	1876	1- Comerciante

Pedro José Jung	Igrejinha	Emanuel	1899	
Pedro Kraft	Pelotas	Rio Branco	1882	
Pedro Mosan de Luz	Porto Alegre	Luz e Ordem	1869	
Pedro Muniz	Porto Alegre	Estrela de Jerusalém	1898	
Pedro Nolasco Santa Cruz	Rio Pardo	Amor ao Próximo	1894	(Juiz Distrital)
Pedro Noll	S. Sebastião do Caí	Confraternização	1895	(Juiz de Paz)
Pedro Pellizzari	Jaguari	União e Ordem	1899	
Pedro Ranquet	Uruguaiana	Cruzeiro do Sul	1898	
Pedro Ritter	Igrejinha	Emanuel	1899	
Pedro Rodrigues Cordeiro	Porto Alegre	Cruzeiro do Sul	1899	(Militar) ?
Pedro Saure	Jaguari	Estrela de Jaguari	1898	
Pedro Schmitt	Teutônia	Luz de Teutônia	1898	2- Político Local
Pedro Weimmann	Santa Maria	Paz e Trabalho	1895	2- Político Local (Juiz Distrital)
Pedro Wolf Filho	Novo Hamburgo	Luz	1899	
Perciliano Nunes de Abreu	Porto Alegre	Amor e Caridade	1898	
Percio d' Oliveira Freitas	Estrela	Fraternidade Estrelense	1897	2- Político Local
Philipp Geib	Teutônia	Luz de Teutônia	1898	
Pio Rocha	Porto Alegre	Cruzeiro do Sul	1899	
Primo João Segabinazi	Colônia D. Francisca (ex. Silveira Martins)	Paz e Trabalho	1898	
Quintino Lamanchia				
Quirino Eugênio Pereira	São Martinho	Aurora da Serra	1898	
Ramão Antônio Torres	Dom Pedrito	União Pedritense	1874	
Ramão V. Etchegoyen	Bento Gonçalves	Concórdia	1894	
Ramiro Fortes Barcelos	Cachoeira/ Porto Alegre	Progresso Municipal/ GORGS	1876/1899	1- Proprietário Rural / Médico/ 2- Político Regional e Nacional/ 4- Professor/ Jornalista /Escritor
Raphael Augusto Brandão	Camaquã	Vanguarda	1898	
Raphael Fernandes Lima	Porto Alegre	Orientação	1893	1- Militar (Chefe de Polícia do Estado)
Reginaldo Dornelles	Porto Alegre	Regeneração	1895	
Ricardo Goulart	S. Vitória do Palmar	Acácia Vitoriense	1898	
Ricardo Von Berosouski	Lagoa Vermelha	Atalaia do Norte	1898	
Riedel (Frederico) ?	Porto Alegre	Zur Eintracht	1876	
Roberto Weber	São Leopoldo	Redenção	1896	
Roca Cirone	Bagé	Amizade	1894	1-Artista /Tipógrafo /Comerciante
Rodolpho da Cunha Silva	S. Sebastião do Caí	Confraternização	1895	
Rodolpho Ehlers	Rincão de São Pedro	Remanso	1898	1- Empresário
Rodolpho Félice Laner	Caxias do Sul	Força e Fraternidade	1888	1- Industrialista / 2- Político Local
Rodrigo Adriano Cardoso	Porto Alegre	Orientação	1898	
Rodrigo do Rego Barreto	Pelotas	Rio Branco	1898	
Romagueira Corrêa	Uruguaiana	Cruzeiro do Sul	1898	
Roque Banaletti	Passo Fundo	Concórdia do Sul	1898	
Sabino Lopes Teixeira	Encruzilhada	União Fraternal	1896	
Salathiel Soares de Barros	Cruz Alta	Harmonia Cruzaltense	1896	1- Comerciante / 2- Político Local (Guarda Nacional) / 4- Jornalista
Salomão Schereschewsky	São Leopoldo	Redenção	1896	1- Industrialista
Salvador Antunes Ribas	Santo Ângelo	Luz da Serra	1882	
Sapião Trindade	Alegrete	Triunfo da Razão	1889	
Sebastião Barreto Pereira Pinto Filho	São Gabriel	Rocha Negra	1873	
Sebastião Silva Barros	Cachoeira	Progresso Municipal	1895	1- Comerciante / Farmacêutico
Secundino Abreu Lima	Porto Alegre	Cruzeiro do Sul	1899	
Serafim Pereira da Fonseca	Rio Grande	União Constante	1885	
Sérgio Ulrich	Uruguaiana	Cruzeiro do Sul	1898	2- Político Regional e Nacional
Severiano Pereira Quadros	Carazinho	Deus e Progresso	1898	
Severino de Souza e Almeida	Jaguari	União e Ordem	1899	1- Agrimensor (Guarda Nacional)
Sigefredo F. de Carvalho	São Lourenço	Fonte da Luz	1897	
Silvestre de Assis Rios	Bagé	Fidelidade e Progresso	1900	
Silvestre Sabino Corrêa da Silva	Encruzilhada	União Fraternal	1896	(Juiz de Paz)
Telemaco Bouliech	Pelotas	Honra e	1855	1 - Professor / 4- Escritor

		Humanidade		(Membro do Grêmio Literário Rio-grandense)
Theodomiro Barreto Meirelles	Novo Hamburgo	Força e União	1894	
Theodoro Albrecht	Santa Cruz do Sul	Lessing	1895	
Theodoro Joaquim Silva Santos	Bagé	Fidelidade e Progresso	1900	(Militar) ?
Thomaz Canfield	Passo Fundo	Concórdia do Sul	1898	1- Industrialista / 2- Político Local
Thomaz Henrique de Carvalho	Jaguarão	Luz Transatlântica	1874	1- Funcionário Público (Professor)
Thomaz Henrique Dilavacha	Jaguarão	Luz Transatlântica	1871	
Thomaz Monegal y Labrea	Porto Alegre	Emílio Ferreira	1899	
Tibúrcio de Tiburcio	Porto Alegre	Emílio Ferreira	1898	
Timótheo Alves Paim	Rincão de S. Pedro	Remanso	1898	
Tito Prates da Silva	São Gabriel	Rocha Negra	1876	1- Magistrado / 3- Advogado
Tito Teixeira de Almeida	São Gabriel	Rocha Negra	1898	1- Funcionário Público
Trajano Cirne	Rio Grande	União Constante	1898	
Ubaldino do Amaral	Passo Fundo	Concórdia III	1876	
Urbano Delegarde de Meneses	Santo Ângelo	Luz da Serra	1882	
Valentin Ramon Medon	Dom Pedrito	Cruzeiro do Sul III	1898	
Venâncio Ayres	Santo Ângelo	Luz da Serra	1882	1- Advogado / 2- Político Local / 4- Jornalista
Ventura Higino da Silva Freitas	Passo Fundo	Concórdia do Sul	1898	
Veríssimo Lucas Annes	Cruz Alta	Harmonia Cruzaltense	1876	1- Proprietário Rural / 2- Político Local (Guarda Nacional) (Juiz Municipal)
Vicente de Paula Ferreira	Cachoeira	Progresso Municipal	1895	1- Advogado / 4 - Professor / Escritor
Virgílio Julião Barcelos	Lavras do Sul	União Lavrense	1898	
Virgínio Alves Pereira Capaverde	Guaíba (Pedras Brancas)	Liberdade	1898	
Viriato Viana	Cachoeira	Progresso Municipal	1895	
Vital Oliveira Castilhos	Santa Maria	Deus e Humanidade	1898	
Victor Herculano de Oliveira	Taquari	Esperança e Fé	1900	
Vítor Ítalo Bersani	Caxias do Sul	Força e Fraternidade	1888	1- Comerciante
Vítor Maciel	Cachoeira	Progresso Municipal	1895	
Zeferino Coelho Neto	Alegrete	Humanidade e Justiça	1845	2- Político Local

ANEXO 2

QUADRO DE FILIADOS EM LOJAS MAÇÔNICAS

ANO	LOJA	CIDADE	N°
1873	Acácia Rio-grandense	Rio Grande	138
1873	Estrela do Oriente III	São Leopoldo	50
1873	Vigilância e Fé	São Borja	33
1874	União Pedritense	D. Pedrito	23
1875	Boca do Monte	Santa Maria	68
1876	Filantropia Itaquiense	Itaqui	90
1876	Redenção	Rio Grande	70
1876	Zur Eintracht	Porto Alegre	50
1877	Concórdia III	Passo Fundo	50
1878	Harmonia Cruzaltense	Cruz Alta	43
1878	Luz e Ordem	Porto Alegre	117
1884	Rio Branco	Pelotas	377
1893	Cruzeiro do Sul	Uruguaiana	67
1893	Hiram	Porto Alegre	72
1893	Honra e Humanidade	Pelotas	74
1893	Luz Transatlântica	Jaguarão	71
1893	Rio Branco	Pelotas	112
1893	Rocha Negra	São Gabriel	72
1894	Força e União	Novo Hamburgo	75
1894	Lessing	Santa Cruz do Sul	57
1895	Concórdia	Bento Gonçalves	61
1895	Luz e Verdade	Alegrete	24
1895	Rio Branco	Pelotas	150
1895	Zum Treuen Bunde	Nova Petrópolis	50
1896	Força e União	Novo Hamburgo	128
1896	Tolerância	Taquara	33
1897	Amor à Virtude	Osório	24
1897	Fonte da Luz	São Lourenço	36
1897	Paz e Prosperidade	Caçapava	32
1898	Acácia Rio-grandense	Rio Grande	133
1898	Acácia Vitoriense	Santa Vitória do Palmar	62
1898	Cruzeiro do Sul	Uruguaiana	156
1898	Emílio Ferreira	Porto Alegre	50
1898	Liberdade	Guaíba (Pedras Altas)	31
1898	Luz e Ordem	Porto Alegre	200
1898	Luz Transatlântica	Jaguarão	137
1898	Tolerância	Taquara	53
1899	Águia Branca	Taquara	103
1899	Águia Negra	São Jerônimo	93
1899	Amizade	Bagé	115
1899	Amor à Virtude	Osório (Conceição do Arroio)	20
1899	Aurora da Serra	Lagoa Vermelha	33
1899	Aurora Ervalense	Erval	48
1899	Concórdia do Sul	Passo Fundo	33
1899	Cruzeiro do Sul	Porto Alegre	115
1899	Estrela do Jaguari	Jaguari	72
1899	Estrela Santiaguense	Santiago do Boqueirão	28
1899	Fonte da Luz	São Lourenço	42
1899	Fraternidade Estrelense	Estrela	45

1899	Honra e Glória	Piratini	67
1899	Humanidade	Palmeira	49
1899	Lessing	Santa Cruz do Sul	70
1899	Luz e Fraternidade	Santa Maria	77
1899	Paz e Trabalho	Santa Maria	202
1899	Zur Eintracht	Porto Alegre	93
1900	Amizade	Bagé	153
1900	Atalaia do Norte	Lagoa Vermelha	40
1900	Concórdia	Bento Gonçalves	69
1900	Cruzeiro do Sul III	D. Pedrito	48
1900	Fidelidade e Progresso	Bagé	65
1900	Filantropia	Rio Grande	132
1900	Força e Fraternidade	Caxias do Sul	103
1900	Germânia	Candelária	28
1900	Luz e Fraternidade	Santa Maria	87
1900	Luz e Verdade	Alegrete	76
1900	Paz e Trabalho	Santa Maria	142
1900	União Fraternal	Encruzilhada	10